

HISTÓRIA[S] EM TEMPOS DE CRISE: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS

**II Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão em História
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**

Angélica Cicconet
Gabrielle de Souza Oliveira
Lucas Soares Machado
Murilo de Melo Penha
Taiane Anhanha Lima
(Organizadores)

Angélica Cicconet
Gabrielle de Souza Oliveira
Lucas Soares Machado
Murilo de Melo Penha
Taiane Anhanha Lima
(Organizadores)

HISTÓRIA(S) EM TEMPOS DE CRISE: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS

Santa Maria
FACOS-UFSM
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências da Comunicação

Reitor Paulo Afonso Burmann
Vice-reitor Luciano Schuch
Diretor do CCSH Mauri Leodir Löbner
Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação Rodrigo Stéfani Correa

FACOS-UFSM

Diretora Editorial Ada Cristina Machado da Silveira
Editora Executiva Sandra Depexe
Comissão Editorial Ada Cristina Machado da Silveira (UFSM)
Eduardo Andrés Vizer (UBA)
Eugênia Maria Mariano da Rocha Barichello (UFSM)
Flavi Ferreira Lisbôa Filho (UFSM)
Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM)
Marina Poggi (UNQ)
Paulo César Castro (UFRJ)
Sonia Rosa Tedeschi (UNL)
Veneza Mayora Ronsini (UFSM)
Conselho Técnico Aline Roes Dalmolin (UFSM)
Administrativo Leandro Stevens (UFSM)
Liliane Dutra Brignol (UFSM)
Sandra Depexe (UFSM)

C747h CONEPEH UFSM (2. : 2019 : Santa Maria, RS)
História[s] em tempos de crise : possibilidades e perspectivas /
II Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão em História da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) ; Angélica Cicconet ...
[et al.], (organizadores). – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2020.
398 p. : il. ; 30 cm

Tema: “Tempos de crise : possibilidades e perspectivas”.

ISBN: 978-85-8384-104-3

1. História – Extensão – Eventos 2. Eventos – História –
Extensão 3. História – Ensino – Eventos I. Cicconet, Angélica
II. Título.

CDU 94(063)
94:37(063)

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM

Comissão organizadora do II CONEPEH – 2019

Alícia Quinhones Medeiros
Angela Patrícia Amaral Werner
Angélica Cicconet
Bruna Martins Pereira
Carolina Orquen do Nascimento
Cyro Porto Martins
Débora Faccin
Eduardo Santos Costa
Gabriela Schmitt
Gabrielle de Souza Oliveira
Guilherme Vargas Pedroso
Lucas Soares Machado
Matheus Donay da Costa
Murilo de Melo Penha
Pedro Leal Gomes
Rafael Fiedoruk Quinzani
Richard Nozário da Silva Prestes
Taiane Anhanha Lima
Tailiny Femi Fabris
Victoria Brum Vargas
Vitória Miron Husein
Yuri Batista da Silva

Apresentação

Prof. Dr. Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior
Coordenação – Curso de História Licenciatura

O presente trabalho é consequência do sucesso da realização da segunda edição do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão em História da Universidade Federal de Santa Maria, realizado pelos discentes, mas apoiado pelo corpo docente, pelos técnicos-administrativos, pelas coordenações de curso de graduação em História, pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em História e pela Chefia do Departamento em História.

Apesar do evento ser jovem, dado que se encontra em sua segunda edição, mas caminhando a largas passadas para a terceira, ele já frutifica. Um espaço que nasceu para dar voz aos jovens pesquisadores das mais diversas temáticas do campo da pesquisa historiográfica, possibilitou que fossem vocalizadas mais vozes. Nesse ambiente trabalharam e contribuíram para a discussão da História alunos e alunas em nível de graduação e de pós-graduação, além dos e das docentes.

A temática escolhida para guiar as discussões do II CONEPEH “Tempos de Crise: Possibilidades e Perspectivas” foi deveras oportuna. As humanidades enquanto campo do conhecimento, no qual se insere a História, vem sendo alvo dos mais variados ataques. Ataca-se o método do fazer historiográfico, os seus recortes documentais, a diversidade dos seus enfoques investigativos e mesmo os resultados obtidos de acordo com proceder científico. Tal situação é, na verdade, fruto de uma disputa pelo controle da narrativa histórica, reconhecendo assim a sua centralidade e seu poder sobre a experiência humana. A única postura cabível diante de tal desafio é se afiançar por meio das armas do método e da reflexão teórica, do arguto olhar acerca das fontes e de sofisticada reflexão historiográfica. Assim, e somente assim, o historiador pode prosperar em tempos de crise, fazendo com que o argumento cientificamente alicerçado vença o alarido dos achismos, revisionismos e bandeiras que tremulam sem direção.

Sumário

1. ARTES, LITERATURAS E REPRESENTAÇÕES

O IMPERADOR CÔMODO E SUAS REPRESENTAÇÕES: UM HÉRCULES GLADIADOR OU UM TIRANO DEPRAVADO? Pedro Vieira Marques de Oliveira.....	12
A CELEBRAÇÃO DA FÉ? ANÁLISE DE AFRESCOS DA CAPELA SISTINA DURANTE O PONTIFICADO DE SISTO IV Jordana Eccel Schio.....	18
A PINTURA INFAME E A REPRESENTAÇÃO ICONOGRÁFICA DA PUNIÇÃO EM GIOTTO DI BONDONE Thuylla Azambuja de Freitas.....	23
MORGANA E OS PRÉ-RAFAELITAS: ARTE E GÊNERO NA RECEPÇÃO DA FEITICEIRA MEDIEVAL EM PINTURAS DO SÉCULO XIX Victoria Brum Vargas.....	27
DAS QUALIDADES DO PROFETA APONTAMENTOS SOBRE A CANONIZAÇÃO BIOGRÁFICA DA VIDA DE MAOMÉ Patrik Madruga Gonçalves.....	33
AS REPRESENTAÇÕES DOS MONARCAS NA EUROPA DO SÉCULO XVII COMO INSTRUMENTO DE PODER Vitória Miron Husein.....	38
ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO MITO ARTURIANO NO FILME EXCALIBUR (1981) Ramiro Paim Trindade Junior.....	42
O CORAÇÃO DAS TREVAS: ANÁLISE DA OBRA DE JOSEPH CONRAD E A HISTÓRIA DA ÁFRICA EM SALA DE AULA Kevenn Werney Keller.....	47
OS IMPACTOS DA PRIMEIRA GUERRA NOS SOLDADOS REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “NADA DE NOVO NO FRONT” E DO FILME “FELIZ NATAL” (2005) Rafael Fiedoruk Quinzani.....	54
AS RELAÇÕES FRANÇA-ARGÉLIA NA OBRA “A PESTE” DE ALBERT CAMUS Gabriel Reolon.....	60
OS ARQUIVOS ENQUANTO FONTES PRIMÁRIAS PARA A HISTÓRIA DA LITERATURA Mateus de Moura Rodrigues.....	66

2. ESCRITAS DA HISTÓRIA: TEORIA, METODOLOGIA E HISTÓRIA DAS IDEIAS

EXÍLIO E O TERRITÓRIO DO NÃO PERTENCER: NOTAS SOBRE STEFAN ZWEIG Débora Faccin.....	74
AS ESTRUTURAS DE FINITUDE NO CONCEITO DE HOMO SACER DE GIORGIO AGAMBEN Francisco Cenci Dal Ponte.....	80
O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA EM ANÁLISE: PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE Veronica Vieira Martinelli.....	86
AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO COMPARATIVO DE BEREDAY PARA A EDUCAÇÃO HISTÓRICA Simone Gomes de Faria; Adriana Kivanski de Senna.....	92
ENTRE DESCRIÇÕES E REPRESENTAÇÕES: OBRAS LITERÁRIAS NA HISTÓRIA INTELLECTUAL Vitória Ulinoski Moch.....	98
EXPERIENCIAMOS A HISTÓRIA? Pedro Leal Gomes.....	102
ABDERRAHMANE AL-SADI E A “PRIMEIRA REESCRITA DA HISTÓRIA AFRICANA” Moises Nunes Sayão.....	107
A HISTÓRIA ORAL EM PERSPECTIVA COMPARADA: URUGUAI E BRASIL Adriana Kivanski de Senna; Simone Gomes de Faria.....	113

3. ESTUDOS DE GÊNERO E DESIGUALDADES

GÊNERO E IDENTIDADE CULTURAL NO MITO DAS AMAZONAS EM ESTRABÃO E DIODORO SÍCULO (I a.C. – I d.C.) Dandara Perlin Pereira.....	119
ANÁLISE DO MARTÍRIO DE PERPÉTUA E FELICIDADE: CORPO E GÊNERO NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO III Luiza Batú Rubin.....	123
DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E DIREITO: IMPLICAÇÕES DA MATERNIDADE NO MERCADO DE TRABALHO Íngrid Schmidt Visentini; Andrea Nárriman Cezne.....	130
A DISCUSSÃO SOBRE LICENÇA PARENTAL NO BRASIL COMO FORMA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO Fernanda Sena Fernandes.....	136

DIVINDADES FEMININAS NO ANTIGO TESTAMENTO: REPRESENTAÇÃO, GÊNERO E IDENTIDADE

Tailiny Femi Fabris.....142

A IMITAÇÃO DE ALEXANDRE: GÊNERO E IDENTIDADE CULTURAL EM ARRIANO DE NICOMÉDIA E PLUTARCO (I a.C. – I d.C.)

Henrique Hamester Pause.....149

O CASAMENTO INFANTIL NA PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

Andrea Nárriman Cezne; Pillar Cornelli Crestani.....155

4. FRONTEIRAS, MIGRAÇÕES E TERRITORIALIDADES

O PAPEL DO ESTADO NAS MIGRAÇÕES COMPULSÓRIAS DE BRANCOS E INDÍGENAS DA RESERVA INDÍGENA DE SERRINHA DE 1950 A 2001

Tamara Juriatti.....163

“ESTOS TAN AMANTES DE SU PROPRIO SUELO”; UMA PERSPECTIVA GUARANÍ SOBRE ATUAÇÃO DE EMISSÁRIOS JESUÍTAS 1752-1756

Guilherme Rigo Neumann.....167

REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA, NACIONALIDADE E IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO SUL DO BRASIL (1824-1938)

Carlos Eduardo Piassini; João Vitor Sausen.....170

O VALE DO TAQUARI EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: SÍNTESE DAS CONFIGURAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS

Gabriela Schmitt.....177

APONTAMENTOS INICIAIS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA E A ESPACIALIDADE EM ZONAS FRONTEIRIÇAS

João Davi Oliveira Minuzzi.....184

REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS DA BACIA PLATINA E DOS LAGOS MÍTICOS SUL-AMERICANOS SÉCULOS XVI AO XVIII

Yuri Batista da Silva.....191

O ESTADO-NAÇÃO E A NACIONALIZAÇÃO

João Vitor Sausen.....197

MULHER E POLÍTICA: LIDERANÇA FEMININA EM UMA REGIÃO DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

Higor Xavier Barbosa.....202

PERFIL SOCIAL DE POPULARES NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM SANTA MARIA/RS (1918-1922)

Lucas Soares Machado.....208

PARA ALÉM DA BARBÁRIE: FRONTEIRAS ENTRE OS MODUS VIVENDI NÔMADE E GRECO-ROMANO NA ANTIGUIDADE TARDIA (SÉCULOS V-VI EC) Rodrigo dos Santos Oliveira.....	214
--	-----

5. HISTÓRIA DO ESPORTE E DAS PRÁTICAS LÚDICAS

INTERNACIONAL DE SANTA MARIA NA TAÇA DE OURO DE 1982: A TORCIDA NAS PÁGINAS DO JORNAL A RAZÃO Elias Cósta de Oliveira.....	220
ESPORTE CLUBE INTERNACIONAL DE SANTA MARIA: RECUPERAÇÃO E SALVAGUARDA DE ACERVO DE PAPÉIS Eduardo Bortolotti Silveira; Luzia Zimmermann Bortoluzzi.....	226
CAMPO ESPORTIVO DE SANTA MARIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX Richard Nozário da Silva Prestes.....	231
“FARREAR, JOGAR E BEBER”: O JOGO DE CARTAS NOS CONTOS GAUCHESCOS DE SIMÕES LOPES NETO Matheus Donay da Costa.....	236
A CONTESTAÇÃO DA DITADURA DENTRO DAS QUATRO LINHAS: REINALDO, O SNI E A HISTÓRIA POLÍTICA DO FUTEBOL Eduardo Santos Costa.....	240

6. MOVIMENTOS SOCIAIS E DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

MULHERES E O MOVIMENTO ESTUDANTIL Chermaine Rodrigues.....	245
FESTIVAIS E A PERIFERIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970: CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS Leandro Braz da Costa.....	248
TÍTULO DO RESUMO DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE: O “DEVER” DA MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA Camila de Almeida Silva.....	255

7. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL

PRIMEIRAS ABORDAGENS SOBRE MATERIAL LÍTICO DO SÍTIO RS-TQ-141 Heloísa dos Santos.....	260
POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS FÍLMICOS ARQUIVÍSTICOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES Tauani Bisognin Ramos; Luciana Souza de Brito.....	264

ARQUEOLOGIA EM REGIMES DE EXCEÇÃO POSSIBILIDADES E UTILIZAÇÕES NO CASO DO CEMITÉRIO DE PERUS Murilo de Melo Penha.....	268
---	-----

8. PRÁTICAS DA HISTÓRIA: EDUCAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO

OS (DES)CAMINHOS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL Mayara Faccin.....	275
A PRÁTICA DOCENTE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR Matheus Medeiros de Oliveira; Roberta Avila Pereira.....	281
DA DITADURA MILITAR AOS DIAS ATUAIS: SOBRE AS MUDANÇAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA Rafael Fiedoruk Quinzani.....	285
ENSINANDO A TRANSGREDIR: O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA A PARTIR DO EDUCARAP, NA ESCOLA EDNA MAY CARDOSO Vitor Vinicius Dias do Espírito Santo.....	289
ENTRE O PLANEJADO E O FORTUITO: EXPERIÊNCIAS E IMPRESSÕES NO ENSINO DE HISTÓRIA Carolina Orquen; Luigi Bertoldo Squio.....	297
O CONCEITO DE BRANQUITUDE EM ESTUDOS DE DOUTORAMENTO NO BRASIL: CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS Tiago Soares Marques.....	304

9. RELAÇÕES DE PODER, POLÍTICA E CRIMINALIDADES

O ESPAÇO DA CIDADE E A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX Angélica Cicconet.....	309
AS NOÇÕES DE HONRA E DUELOS NA REGIÃO PLATINA EM MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX Angela Patrícia Amaral Werner.....	314
O MASSACRE EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, A LUTA PELA LIBERTAÇÃO COLONIAL E O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1953-1975) Cyro Porto Martins.....	321
AS RELAÇÕES DE PODER E A ESCOLA: A BIOPOLÍTICA DE UM TEMPO Fernanda Monteiro Rigue; Tascieli Feltrin; Adriana Moreira da Rocha Veiga.....	327

O JUIZADO DE PAZ E AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA: O CASO DE SANTA MARIA Viviane Siqueira Alves.....	332
A FORÇA DO INTERIOR: AS ELEIÇÕES DE 1947 E 1951 EM PASSO FUNDO Luiz Alfredo Fernandes Lottermann.....	338
MODERNIDADE E EXCLUSÃO: AS CLASSES POPULARES EM RECIFE NO INÍCIO DO SÉCULO XX Marcos Alesandro Neves dos Santos.....	344
SOBERANIA E FEDERALISMO NO HORIZONTE RIOPLATENSE (1810-1831) João Vitor Sausen; Cyro Porto Martins; Monica Rossato.....	349

10. RELIGIOSIDADES, MAGIA E PRÁTICAS DE CURA

A REPRESENTAÇÃO DA BELICOSIDADE GERMÂNICA EM UM MANUSCRITO NECROMÂNTICO DO SÉCULO XV Jayme Rodrigues Krum.....	355
BAAL, O INIMIGO INTERNO: JUDEUS, CANANEUS E A AFIRMAÇÃO DO MONOTEÍSMO HEBRAICO COM A ESCRITA DO ANTIGO TESTAMENTO Gabriel Gollmann Rohr.....	359

11. TRAJETÓRIAS, PROTAGONISMOS E ASSOCIATIVISMOS NEGROS

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A IMPRENSA NEGRA E APONTAMENTOS PARA PESQUISA Aline Sônego.....	366
OS "INAPTOS PARA A LIBERDADE": VIDA E COTIDIANO DOS AFRICANOS LIVRES NO IMPÉRIO DO BRASIL Guilherme Vargas Pedroso.....	371
CARROCEIROS, BOLEEIROS E CHOFERES: PRIMEIRAS NOTAS ACERCA DO PERFIL SOCIAL DOS TRABALHADORES DO SETOR DOS TRANSPORTES EM SANTA MARIA 1924-1928 Luiz Fernando dos Santos da Silva Rodrigues.....	377
UMA ESPIRAL QUE MOVIMENTA HISTÓRIAS: TRAJETÓRIAS DE CORPOS NEGROS DANÇANTES NA UFSM Amanda Silveira.....	385
ESCRITOS DE RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE DA IMPRENSA NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL Guilherme Pedroso; Franciele Oliveira; Taiane Anhanha.....	391

1. ARTES, LITERATURAS E REPRESENTAÇÕES

O IMPERADOR CÔMODO E SUAS REPRESENTAÇÕES: UM HÉRCULES GLADIADOR OU UM TIRANO DEPRAVADO?

Pedro Vieira Marques de Oliveira¹
Orientadora: Semíramis Corsi²

Resumo: Cômodo foi o último membro da dinastia dos Antoninos a governar o Império Romano, mantendo-se como *princeps* entre 180 e 192 após a morte de seu pai, Marco Aurélio. Esse imperador teria iniciado uma “era de fogo e ferro”, segundo as palavras de seu contemporâneo Dião Cássio (*História Romana*, 72.36.4), sendo interpretado por parte da historiografia mais tradicional como o início do “declínio de Roma”. Este trabalho, portanto, tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre as representações de Cômodo na documentação escrita, produzida por membros da elite do império, como Dião Cássio, senador, e Herodiano, provavelmente um equestre. Cruzaremos as representações textuais com uma análise das fontes numismáticas cunhadas pelo governo de Cômodo, buscando compreender como este imperador queria se apresentar para os diversos grupos da sociedade romana. Para auxiliar nossa compreensão, também serão utilizadas produções historiográficas que buscam problematizar as diferentes representações do principado de Cômodo, como as produções de Oliver Hekster, Geoff Addams e Jerry Toner. Desta forma, alguns temas peculiares do principado comodiano serão analisados de forma crítica, como a sua tirania por governar sem o senado, sua corrupção por desprezar as convenções romanas e o “vergonhoso” ato de se apresentar como gladiador na arena vestido de Hércules.

O ponto central deste trabalho está no fato de a figura de Cômodo estar muito relacionada com o início do declínio do Império Romano, tese sustentada por historiadores de

¹ Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico da UFSM – GEMAM/UFSM. E-mail: pedrovmk@gmail.com

² Docente de História do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Doutora, Mestre e Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico da UFSM – GEMAM/UFSM. Pesquisadora do GTHA-ANPUH-RS, LEIR-USP, G.LEIR-UNESP, NEAM-UNESP, ATRIVM-UFRJ, NECH-PUC-GO e ATRIVM-UFMS. E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br

outros contextos, como o iluminista Edward Gibbon. O historiador e senador romano Dião Cássio afirma que Cômodo “não era naturalmente perverso [...] Sua grande simplicidade, junto com sua covardia, fez dele escravo de seus companheiros” (*Historia Romana*, 73.1.2). Herodiano também possui um tom semelhante para tratar sobre o governo de Cômodo, afirmando que ele se desgraçara em atos vergonhosos (*História Romana*, 1.17.12). No entanto, para nós, a ideia de declínio do império com a ascensão de Cômodo advém de uma leitura pouco crítica das fontes da época, pois tanto Herodiano, quanto Dião Cássio, pertenciam às elites do Império e eles reagiam fortemente a qualquer atitude que fosse contra seus interesses. Cômodo, por exemplo, costumava indicar libertos para cargos importantes na administração, cargos estes que eram tradicionalmente ocupados por senadores e equestres. Isto se devia, principalmente, da desconfiança que o *princeps* tinha destes grupos sociais que, muitas vezes, conspiravam contra ele, ao passo que os libertos deviam sua posição somente ao imperador e não representavam um risco (HEKSTER, 2002). Cômodo também era acusado por seus rivais políticos de promover assassinatos contra os senadores, de vender cargos políticos para financiar os jogos nas arenas, entre outras práticas que caracterizavam um governo tirânico. Esta alienação com as elites certamente teve um impacto sobre a forma que Cômodo é representado por estes autores.

Outra razão das críticas é que Cômodo foi o primeiro imperador a ter nascido enquanto seu pai ocupava este cargo. Esta particularidade provocou uma série de acontecimentos inéditos para o Principado Romano no que tange à legitimação de seus governantes, pois as regras de sucessão não eram muito bem definidas. Até então, desde Augusto (27 AEC – 14), somente Tito (79-81) havia herdado o cargo de seu pai, mas este antes já possuía experiência na política no senado e na administração do império, ao contrário de Cômodo que assumiu com dezessete anos. Desta forma, é bastante recorrente na documentação escrita o distanciamento de Cômodo em relação a seu pai, Marco Aurélio. Entretanto as fontes numismáticas comprovam a preferência e preparação de Cômodo para assumir o cargo de *princeps* ao mostrarem todas as honras dedicadas ao jovem herdeiro de Marco Aurélio (HEKSTER, 2002). Cômodo também é lembrado por ser o primeiro e único imperador romano a se apresentar pessoalmente como gladiador no Coliseu, ainda por cima vestido de Hércules, e pelos jogos extravagantes que este

organizou. Talvez o exemplo mais icônico seja o Cômodo de Ridley Scott, no filme *O Gladiador* (2000) deixando uma forte impressão negativa deste imperador.

Para complementar, segundo a literatura antiga, Cômodo se via mais do que um mero mortal por exaltar uma forte associação, ou talvez assimilação, com o semideus Hércules. Para isto foram cunhadas, a mando do imperador, várias moedas mostrando Cômodo vestido de Hércules, junto com a legenda de *Herculi Romano*, assim como estátuas e medalhões o associando com a divindade (ADDAMS, 2013). Isto pode estar ligado com as tentativas de legitimar sua posição naquele contexto ao combinar atributos terrenos com os divinos. Isto é compreensível na medida em que a administração se torna cada vez mais centralizada e as conspirações eram muito frequentes, sendo que muitas delas ocorriam no seio da própria ordem senatorial (HEKSTER, 2002). Neste contexto a própria gladiatura assume um papel importante, haja visto que Cômodo parecia mostrar desprezo aos senadores e escolhe governar sem seu auxílio. Para compensar esta falta de apoio, é buscado suporte com a aclamação da plebe romana através dos jogos e, para ter sucesso, se apresentar como gladiador diante de toda a população. As lutas gladiatoriais, segundo Wiedeman (1992), representam a luta da vida contra a morte, da ordem contra a desordem, aonde o caos era instituído na fábrica da sociedade e, por isto, estaria superado. Desta forma, de acordo com Toner (2014), é provável que Cômodo, ao também utilizar este espaço para condenar ou conceder clemência, intimidar senadores e distribuir presentes à população, tenha tentado se projetar como o patrono supremo da sociedade romana.

Ademais, outro fator de interesse vem da intrigante construção negativa sobre este imperador, cuja imagem é fortemente associada com a “decadência” do Império Romano. É interessante pensar quais eram os interesses destes grupos pertencentes a elite do império em representá-lo desta forma, o que nossa pesquisa pretende explorar. Além disso, devemos compreender o funcionamento das instituições, relações e símbolos de poder que constituem o Império Romano e, mais especificamente, o Principado de Cômodo.

Para auxiliar em nossa compreensão das obras de Dião Cássio e Herodiano, iremos utilizar o conceito de *representação*, conforme proposto pelo historiador francês Roger Chartier (1991) no marco dos estudos sobre Nova História Cultural. Segundo o autor, *representações* consistem em elementos da construção de um discurso no qual o autor organiza e apresenta sua

realidade, à sua ótica. Por fazerem parte de um relato no qual o autor apresenta seus anseios, motivações e revoltas, as representações presentes em um discurso não estão isentas de imparcialidade e, portanto, acabam nos dando pistas sobre as classificações, hierarquias e ordens sociais na ótica do autor do texto analisado. Cumpre destacar que com o uso do conceito de *representação*, Chartier parte da compreensão do real na ótica do autor do texto analisado, cabendo ao historiador desconstruir o discurso através da compreensão de mundo do autor e de seus interesses. Desta forma, compreendemos que os textos de Dião Cássio e Herodiano não são neutros e demonstram, através da escrita, seus interesses políticos em *representar* Cômmodo da forma como o fizeram.

Portanto, iremos analisar com olhar crítico os escritos de Dião Cássio e Herodiano enquanto produções que refletem interesses de um grupo específico: o senatorial. Este grupo possuía uma concepção moral conservadora e, por isso, se opunha a quase tudo que Cômmodo representava, construindo uma densa imagem negativa do imperador em questão. Também buscaremos compreender os motivos políticos da forte utilização de imagem de Hércules por Cômmodo nas moedas, estátuas e arena nos últimos anos de seu principado. Qual era a mensagem que se queria passar? Quem eram os principais destinatários? O Senado, a plebe ou o exército? Para isso, em nossa pesquisa, desenvolvemos um catálogo das moedas comodianas que o mostram associado a Hércules, percebendo aspectos da imagética da divindade e do imperador nas moedas, aspectos da legenda e, também, do material e lugar de cunhagem delas. Buscaremos com isso compreender melhor o uso da associação de Cômmodo com Hércules pelo imperador. Tal uso foi bastante criticado pelos autores dos textos, mas certamente tinha um objetivo político bem importante por parte do governante, o que estamos investigando.

Cruzaremos as representações textuais com uma análise das fontes numismáticas cunhadas pelo governo de Cômmodo, buscando compreender como este imperador queria se apresentar para os diversos grupos da sociedade romana. Para analisar as moedas, optamos por utilizar o modelo adotado pelo antiquista Carlos Eduardo da Costa Campos (2017), pois leva em consideração os processos de representações do poder no campo numismático. Segundo o autor citado:

Para tal proposta de estudo do poder, mediante o aparato numismático, deve-se observar: 1) os temas referentes à manifestação do poder; 2) o público receptor; 3) a

imagem e a linguagem; 4) o tipo de moeda (suporte) e o contexto histórico de sua emissão; 5) os comentários. Nessa perspectiva, as moedas oficiais são expressões materiais das concepções políticas dos segmentos dirigentes, assim apresentando legendas e imagens que fornecem insights sobre os processos de domínio visual e simbólico da vida cotidiana na Antiguidade. (CAMPOS, 2017, p. 34).

Também buscaremos analisar a questão da gladiatura e seu lugar na sociedade romana enquanto aspecto cultural presente na vida cotidiana, não só como uma ferramenta de alienação, mas como um ritual de identidade particular da cultura romana. Desta forma, é esperado compreender, com o auxílio de estudos recentes, as motivações que levaram Cômodo a ser o primeiro e único imperador a lutar como gladiador na arena e relacionar tal feito a sua representação nos documentos escritos.

Este trabalho não visa absolver o *princeps* de qualquer instabilidade gerada durante sua administração, da mesma forma que as fontes não serão poupadas de perguntas e contestações. Serão trabalhadas as ferramentas de legitimação do Principado Romano, que devido ao caráter particular de posição de Cômodo, parece ter sofrido algumas alterações, o que teria levado às críticas feitas ao imperador nos textos, segundo nossa hipótese de trabalho. Estamos pensando, portanto, o exército e a aclamação popular como sendo vistas por Cômodo enquanto a principal forma de sustentação do regime em detrimento de setores mais tradicionais, como o senado

Diante de tudo isso que apresentamos, pretendemos confrontar a historiografia mais tradicional que, em nossa leitura, fez uma análise acrítica da documentação textual senatorial sobre Cômodo, colocando-o como um tirano depravado e louco, parte dessa historiografia altamente influenciada por Edward Gibbon, citado no começo deste texto. Interpretaremos, portanto, os sentidos políticos dos usos de Hércules e da gladiatura por Cômodo, em especial utilizando da documentação das moedas, e as razões de tal crítica pelos seus opositores que nos legaram a documentação escrita.

Palavras-chave: Principado Romano; Poder e Legitimação; Imperador Cômodo.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS:

CASSIUS, Dio. **Roman History**: Epitome of Book LXXIII. Vol. IX of the Loeb Classical Library Edition, 1927. Disponível em: <em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/cassius_dio/73*.html>. Acesso em: 9 set. 2018.

HERODIAN. **Roman History**: Book One. Tradução feita por Edward C. Echols (Herodian of Antioch's History of the Roman Empire, 1961 Berkeley and Los Angeles). Disponível em: <<http://www.livius.org/sources/content/herodian-s-roman-history/>>. Acesso em: 9 set. 2018.

MATTINGLY, H.; SYDENHAM, E.; SUTHERLAND, C. (Edts). **The Roman Imperial Coinage**. VOL. III. Antoninus Pius to Commodus. London: Spink & Son LTD, 1930.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ADDAMS, Geoff. **The Emperor Commodus**: Gladiator, Hercules or a Tyrant?. BrownWalker Press, 2013.

CAMPOS, C.E. **Otávio Augusto e suas redes-político religiosas nos *quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum* (29 AEC - 14 EC)**. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2017.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, 11 (5), 1991, p. 173-191. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141991000100010&script=sci_arttext>

HEKSTER, Oliver. **Commodus**: An Emperor at the Crossroads. Brill, 2002.

TONER, J.P. **The Day Commodus Killed a Rhino**: Understanding the Roman Games. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

WIEDDEMAN, Thomas. **Emperors and Gladiators**. Londres: Taylor & Francis Library, 2002.

SILVA, Semíramis Corsi. A corrupção e os crimes de Heliogábalo: aspectos da governabilidade imperial romana e as práticas políticas do princeps sírio vistas por seus detratores (século III EC). In:_____; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **Corrupção, Crimes e Crises na Antiguidade**. Rio de Janeiro: Desalinho/CNPq, 2018, p.193-216.

A CELEBRAÇÃO DA FÉ? ANÁLISE DE AFRESCOS DA CAPELA SISTINA DURANTE O PONTIFICADO DE SISTO IV

Jordana Eccel Schio¹
Francisco de Paula Souza Mendonça Junior²

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar o uso político da arte, a partir do exemplo do pontífice renascentista Sisto IV (1471 – 1487) e uma amostra de dois afrescos que decoram as paredes da Capela Sistina. As fontes escolhidas são duas pinturas murais do chamado *Ciclo da Vida de Jesus*, localizadas na parede sul da Capela. A primeira delas se intitula “*Jesus entregando as chaves a Pedro*”, feita entre os anos de 1481 e 1482, pelo artista Pietro Perugino (c. 1450 - 1523). A segunda tem como título “*A Tentação de Cristo*”, realizada entre os anos de 1481 e 1482, pelo pintor Sandro Botticelli (1444 – 1510). Assim, a partir de uma integração entre o campo artístico e o campo historiográfico, a proposta é trabalhar com as representações e os discursos presentes nas duas fontes pictóricas, buscando nelas possíveis manifestações do poder papal de Sisto IV.

Os afrescos serão analisados para além de aspectos formais e estéticos, buscando entre as camadas de pigmentos os significados intrínsecos. Para o historiador francês Roger Chartier, integrante da corrente historiográfica da *Nova História Cultural (NHC)*, os discursos não são neutros e “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um processo reformador ou a justificar, para os seus próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 2002: 17). O recorte temporal dessa pesquisa se concentra entre 1471 e 1484, que correspondem, respectivamente, ao início e o fim do pontificado de Sisto IV. Além disso, abrange também o período de decoração das paredes da Capela Sistina, entre os anos de 1481 e 1482. A espacialidade engloba a *Península Itálica* como um todo, para além da capela

¹ Jordana Eccel Schio, artista plástica, acadêmica do sétimo semestre do curso de História – Licenciatura/UFSM, integrante do Virtù - Grupo de História Medieval & Renascentista e bolsista Capes do Programa de Residência Pedagógica. E-mail: jordanaschio06@gmail.com

² Possui graduação em História (2005) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mestrado (2009) e doutorado (2014) em História e Culturas Políticas pela mesma universidade, com a realização de estágio sanduíche na Université Paris-Est Créteil. É coordenador do curso de História – Licenciatura, e professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde fundou e dirige o Virtù - Grupo de História Medieval & Renascentista. E-mail: kirijy@gmail.com

cerimonial localizada no palácio do Vaticano, pois os artistas convidados são de outras regiões da península.

Ademais, o discurso promovido pelas representações religiosas, viabilizado pela prática do mecenatismo papal funcionou como uma ferramenta de propaganda, permitindo ao pontífice que tal ação ajudasse a construir uma imagem de poder para a família *della Rovere*. Esta que passa a ocupar o Vaticano após a eleição de Sisto IV, e que volta a tal posição com a eleição de Júlio II, em 1503 até 1513. E a patronagem das artes a serviço do papado, promovida por Sisto, é intensificada posteriormente por Júlio, seu sobrinho. Isso porque, o historiador Eamon Duffy escreve que até o fim do século XV, “os papas foram entusiasmados patronos do Renascimento” (DUFFY, 1998: 142) e o auge dessa prática foi durante o pontificado de ambos. Desse modo, a encomenda de projetos iconográficos a Perugino e Boticelli, e o ímpeto em reconstruir Roma, visavam a manutenção do poder dos *della Rovere*. Uma prática que reforça isso é que Sisto IV notabilizou a promoção de parentes ao cardinalato, uma vez que “tornou cardeais seis nepotes e tratou de casar outros com filhos e filhas de algumas das maiores dinastias italianas – Nápoles, Milão, Urbino” (DUFFY, 1998: 148). A prática do nepotismo deu tão certo que, Giuliano della Rovere, sobrinho de Sisto, veio a ser eleito pontífice, como mencionado anteriormente.

Dessa forma, partindo desse breve contexto, as fontes pictóricas possuem camadas de pigmentos, representações e discursos, que devem ser analisadas criticamente, uma vez que o historiador francês Jean Delumeau escreve que durante o Renascimento os “papas se comportavam muitas vezes como príncipes” (DELUMEAU, 1989: 74). Assim, Sisto se apropria do talento artístico de Perugino e Botticelli, a fim de criar uma imagem faustosa do papado. Visto que, segundo o historiador da arte Michael Baxandall, na segunda metade do século XV, quem encomendava uma obra de arte “fornecia fundos para sua realização e, uma vez concluído, decidia de que forma usá-lo” (BAXANDALL, 1991: 11). O pedido ainda deveria seguir as especificações do mecenas, logo, Sisto IV escolheu a temática e os artistas. E o resultado final foi apreciado pelos clérigos que frequentavam a capela, pois, além de um local, posteriormente usado para a realização das eleições papais, foi também um local de reuniões e missas. Desse modo, “muito mais que mera decoração piedosa, os afrescos eram afirmações ideológicas cuidadosamente elaboradas e carregadas de simbolismo papal” (DUFFY, 1998: 143).

Desse modo, a sua ornamentação interna por artistas como Botticelli e Perugino pode ser vista como uma forma de Sisto IV demonstrar seu poder político, mas não no nível explícito, uma vez que isso já era feito pelas dimensões e formas arquitetônicas impressionantes da capela. Entretanto, o pontífice pode ter usado as composições iconográficas de temática religiosa para expressar seu poder no nível do simbólico, do discurso e da representação. Pois, além de admirar a beleza dos arranjos figurativos, se acredita que a intenção do papa era que os observadores alcançassem as camadas de significados encobertas entre os pigmentos. Dessa maneira, a representação bíblica de Jesus entregando a Pedro as chaves do céu, por exemplo, também é uma imagem audaciosa que sacraliza e ratifica a autoridade espiritual e temporal do papado. Assim, se analisará os discursos intrínsecos a composição figurativa como dispositivos estratégicos de persuasão e demonstração de poder papal.

O referencial teórico de suporte para desenvolver a pesquisa, condizente com o problema e objetivos propostos é a Nova História Cultural, onde um dos principais nomes é o historiador francês Roger Chartier. Essa corrente historiográfica ganhou espaço com mais fôlego nas últimas décadas do século XX, o que proporcionou aos historiadores e historiadoras novos espaços de pesquisa, ampliando e diversificando tanto os temas quanto as fontes. O historiador brasileiro José d'Assunção Barros, afirma que com a emergência da Nova História Cultural houve uma renovação da História Política também. Desse modo, citamos as palavras do historiador brasileiro Rodrigo Patta Sá Motta, pois, com as novas perspectivas, em que os objetos de pesquisa se concentram em aspectos do imaginário, do simbólico e da cultura, “a ênfase proposta é trabalhar a política não no nível da consciência e da ação informada por projetos e interesses claros e racionais, mas no nível do inconsciente, das representações, do comportamento e dos valores” (MOTTA, 1996: 93).

Indo ao encontro das palavras de Motta, as fontes desse estudo são relevante, pois através delas buscamos analisar o uso político da arte identificando em um recorte de afrescos possíveis apelos simbólicos intrínsecos e que podem conter afirmações de poder de seu protagonista. Logo, o método de análise aplicado a amostra documental é amparado no ensaio publicado em 1939 por Erwin Panofsky (1892 - 1968), onde ele lista e explica as etapas da análise iconográfica e iconológica. Ambas são ferramentas fundamentais para o (a) historiador (a) que pretende trabalhar com produções estéticas de um determinado tempo e de uma

determinada sociedade. Para mais, “o uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou de oferecer prazer, permite-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc” (BURKE, 2004: 17). Nesse sentido, as fontes pictóricas serão analisadas a partir das três etapas propostas no ensaio, com a intenção de “*lê-las*”.

Assim, o primeiro nível é o *tema primário ou natural*, que corresponde aos aspectos formais e estéticos da obra, como cores, formas, objetos, entre outros, apontando também o tipo de evento que é representado, por exemplo, uma batalha, um julgamento, uma crucificação, entre outros. Levando isso para as nossas fontes, vamos descrever o que vemos dos dois espaços pictóricos e das composições. O segundo nível é o *tema secundário ou convencional*, onde se devem identificar os objetos, as alegorias, as figuras, etc. Nesse nível os motivos e atributos serão aferidos ao encontro da leitura bíblica, identificando as personagens envolvidas, gestos, cerimônias. Assim, no afresco de Botticelli, intitulado “*A Tentação de Cristo*”, vemos representado em primeiro e segundo plano um ritual de purificação de um ex-leproso, narrado em passagem do Antigo Testamento, e os atos que dão nome ao muralismo fica relegados ao terceiro plano. Ali, o artista pinta as três tentações do Diabo para Jesus durante os dias que ficou em jejum no deserto, narradas nos Evangelhos do Novo Testamento.

E o terceiro nível de análise é o *significado intrínseco ou conteúdo*, a interpretação iconológica, onde “é aprendido pela determinação daqueles princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica – qualificados por uma personalidade e condensados numa obra” (PANOFSKY, 1991: 52). Nesse momento, nos debruçamos para entender a composição imagética e os seus planos, mas em perspectiva com o contexto em que a obra foi feita, quem a encomendou e quem executou. Pontuamos isso, pois, a iconologia é “a exata análise das imagens, estórias e alegorias é o requisito essencial para uma correta interpretação iconológica” (PANOFSKY, 1991: 54). Dessa maneira, a partir da prática do mecenatismo papal foi celebrado nas paredes da Capela Sistina momentos da vida de Jesus, executadas pelos melhores artistas da época. O ciclo de afresco produziu um conjunto de representações sacras, mas também, carregadas de simbolismo papal que transmitem um discurso aos clérigos que frequentaram esse espaço durante as reuniões e missas. Uma vez que, o historiador Antoine Prost escreveu que o historiador que pretende

estudar as representações de um determinado grupo social precisa de métodos de análise específicos a depender da fonte. E “a atenção centra-se nas produções simbólicas do grupo e, em primeiro lugar, nos discursos que faz. Ou antes, nos seus discursos enquanto produções simbólicas” (PROST, 1998: 129). Então, para além da representação bíblica em que Jesus entrega para Pedro as chaves do céu, e essas representam o poder espiritual e temporal arrolado do filho de Deus ao primeiro papa, o discurso reforça o poder sacralizado que arrola aos pontífices ao longo dos séculos.

Palavras-chave: Renascimento; História; Sisto IV.

REFERÊNCIAS

- BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo, Bauru: EDUSC, 2004.
- BURKE, Peter. *Varietades de história cultural*. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia - A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores: história dos papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- GOMBRICH, E. H.. *A História da Arte*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo. Perspectiva, 1991.
- PROST, Antonie. Social e cultural indissociavelmente. In:_____. RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François *et al.*. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, Lda, 1998.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

A PINTURA INFAME E A REPRESENTAÇÃO ICONOGRÁFICA DA PUNIÇÃO EM “JUÍZO FINAL” DE GIOTTO DI BONDONE

Thuyla Azambuja de Freitas¹

Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior (Orientador)²

Resumo: A Pintura Infame ou “Pittura Infamante”, como era conhecida, trata-se de uma prática iconográfica punitiva realizada em algumas cidades do centro-norte da Itália entre os séculos XIII e XVI. Esta, consistia em pinturas que possuíam em sua composição um caráter vexatório com intuito afetar a reputação daqueles que eram considerados infames. Os sujeitos declarados culpados pela justiça local tinham sua imagem exposta em pinturas nas praças, portões da cidade ou lugares simbólicos. Pois, na Península Itálica do século XIII, a concepção de valores como dignidade e honra estava alicerçada na construção da imagem ideal da cidade. Durante o período, a Fama, algo relacionado ao prestígio e apreço que um indivíduo possuía em determinado grupo, era tida como um direito inviolável, qualquer atitude direcionada a infringir estes valores era concebida como algo abominável. Ligada a estima e a moral, macular a Fama era afrontar a honra e implicava em ações legais de modo a expor o Infame perante os demais membros da sociedade.

Dentre as formas nas quais estes indivíduos tidos como criminosos eram retratados, estava a figura de alguém enforcado ou pendurado por uma bolsa de dinheiro ao redor do pescoço, sendo bastante recorrente durante o século XIV. Vestígio iconográfico semelhante pode ser observado também na obra “Juízo Final” (1306) de Giotto di Bondone, que compõe esse trabalho como fonte de pesquisa. O afresco presente na Cappella degli Scrovegni, também conhecida como Capela Arena em Pádua, data de um período e localização compatíveis com o da prática punitiva, logo sua simbologia pode ter relação com a mesma. O recorte espacial adotado tem concentração principalmente nas cidades de Pádua e Florença, devido a localização

¹ Mestranda em História (UFSM), bacharela em Comunicação Social - Produção Editorial (UFSM), acadêmica do curso de Desenho Industrial (UFSM). Membro do Grupo de Pesquisa Virtù - História Medieval e Renascentista. Bolsista FIEX do Projeto de Extensão "Trivium & Quadrivium: Construção e difusão de conhecimento acerca de História Medieval e do Renascimento por meio de materiais didáticos e paradidáticos". E-mail: thuyladefreitas@gmail.com

² Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior, Doutor e Mestre em História e Culturas Políticas/UFGM e Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, do Programa de Pós-Graduação em História/USM e do ProfHistória/UFSM. E-mail: kirijy@gmail.com

do afresco e o local de nascimento do pintor, respectivamente. Já o recorte temporal está delimitado ao século XIV, período em que a figura foi bastante difundida na região.

A alegoria do inferno é tema frequente em obras de diversos autores da época tanto na literatura como nas artes visuais, porém, torna-se peculiar o fato de os pecadores no inferno de Giotto serem apresentados em composição semelhante à elaborada nas pinturas infames. Cassidy (2004) relata que na obra a figura foi associada a traição de Judas, mas que também há indícios de que possa se referir a um traidor da igreja ou da ortodoxia. O autor salienta ainda pontos irônicos da obra e indícios de que o pintor possa ter registrado certas figuras com intuito de satirizar clérigos, já que na imagem há essa representação em situações vergonhosas. Fato que leva a considerar o papel das artes, assim como o do artista, sua influência e seu poder nas dinâmicas locais. O inferno registrado pelo pintor florentino foi bastante criticado devido ao seu aspecto grotesco e intenso.

Quírico (2011) destaca que com certa frequência eram encontrados instrumentos e práticas comuns da realidade Medieval nas alegorias da iconografia do inferno, para que fossem reconhecíveis e atingissem os fiéis. Utensílios de cozinha, trajes, práticas de tortura que eram comuns, dentre outros exemplos. O que também proporciona um outro viés de reflexão, desta vez sob uma perspectiva do que poderia ser um mecanismo de controle e de autoridade por meio de uma manifestação artística voltado para quem contempla a obra.

Pereira (2009), salienta a particularidade das imagens medievais, que durante muito tempo foram interpretadas erroneamente pelos historiadores da arte como algo meramente ilustrativo devido a uma leitura equivocada de uma declaração feita pelo papa Gregório Magno. Desde então estas imagens medievais passaram a ser vistas como a bíblia dos iletrados, sendo enquadradas em um caráter demasiadamente reducionista. As imagens cristãs carregam em si traços referentes a padrões de comportamento, as crenças e aos costumes de determinado período, que em sua singularidade possuem uma estrutura complexa.

Tendo em vista esses fatores, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar o Projeto que vem sendo desenvolvido pela pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Para isso, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: delimitar o que foi a Pittura Infamante, contextualizando-a e exemplificando-a; expor parte dos conceitos que estão sendo estudados de modo a contribuir

para a reflexão proposta; abordar alguns dos aspectos iconográficos e iconológicos trabalhados na fonte até o momento.

Com intuito de compreender expressões de uma cultura histórica, o objeto de estudo volta-se para a História Cultural, propondo um esforço de entendimento das práticas, discursos e representações com base em Roger Chartier e Peter Burke. Além disso, abarca a História da Arte, a História dos Artistas e a pintura no Renascimento, logo complementam o aporte teórico obras de autores como Ernst Gombrich, Aby Warburg, Georges Didi-Huberman, dentre outros.

A metodologia de análise das imagens adotada orienta-se pela abordagem de Erwin Panofsky, que é realizada em 3 níveis: pré-iconográfico, iconográfico e iconológico. Contudo, não faz parte dos objetivos deste trabalho expor de que forma aprofundada tal análise, tendo em vista o caráter inicial em que se encontra a pesquisa. Sendo assim, neste primeiro momento, por meio da leitura e interpretação através de um olhar crítico, busca-se estabelecer a familiarização com temas e conceitos de modo a ir além da esfera prática percebendo as alegorias existentes e identificando contextos. Almeja-se com isto permitir elencar alguns dos aspectos referentes a fase inicial da Renascença italiana durante o Trecento.

Mediante análise do corpus documental, faz-se necessário sensibilizar o olhar para a recorrência de gestualidades, simbolismos e demais singularidades presentes na composição, a fim de estabelecer padrões de representação e especificidades relacionadas ao objeto. O enforcamento no Medievo foi uma prática que em si apresentou uma série de aspectos relativos às crenças da época, por vezes ele era seguido da queima do corpo, ademais, purgar os pecados era algo corriqueiro e o flagelo uma maneira de purificação. Conforme salienta Rodrigues (1999) o corpo do homem medieval é concebido como algo que integra o universo e o universo como parte integrante de seu corpo, o que confirma uma riqueza de analogias e representações a serem exploradas em profundidade.

Ainda segundo Quírico (2011), a alma era associada, por uma relação de semelhança, com o corpo e, por isso, ligada com as suas sensações. Logo, queimar alguém era uma dor maior do que qualquer tortura que alguém pudesse ser submetido em vida. A concepção Medieval de corpo era muito distinta da contemporânea, um corpo era a manifestação do pecado. Deste modo, torna-se evidente a ligação com preceitos religiosos e a relevância de compreender

características que fazem-se presentes e são fundamentais para o entendimento das representações que se estabelecem perante o corpo.

A dor e o sofrimento possuem manifestação na obra de Giotto na Capela Arena, como afirma Cassidy (2004), a própria encomenda da pintura está relacionada com o ato de purgar pecados, sendo ela o pagamento de uma penitência do pai de Enrico degli Scrovegni. Na imagem do inferno e paraíso, o Juízo Final apresenta uma série de pecados, assim como barreiras visíveis entre aqueles que são reconhecidos como escolhidos por Deus e os que são destinados ao inferno. Portanto, faz-se necessário o entendimento do que é o pecado, aspectos correlatos ao que é visto como o bem e o mal, assim como as suas variações.

Sendo assim, justifica-se a relevância de abordar um tema imbricado não só com as dinâmicas sociais dos grupos, mas também no que concerne às consequências judiciais de determinados atos. Logo, serão discutidos alguns conceitos norteadores para o andamento da pesquisa devido a sua relação direta com as crenças locais, tais como: honra, fama e infâmia, corpo santo e corpo pecador, paraíso e inferno, dicotomias que auxiliaram a compreender os impactos das Fronteiras Simbólicas que se instauraram. Infelizmente o caráter efêmero da Pittura Infamante dificulta o acesso a fontes críveis, são muito poucos os registros sobreviventes. Contudo, por meio das artes, da literatura e demais fontes documentais acredita-se ser possível encontrar aspectos que auxiliem a identificar traços pertinentes que possam proporcionar um direcionamento a respeito do que foi esta prática, assim como os seus impactos.

Palavras-chave: Renascimento; Pittura infamante; Enforcamento.

FONTES PRIMÁRIAS

- O Juízo Final, afresco contido na Cappella Scrovegni também conhecida como Capela Arena, ca. 1306, Pádua.
- Tríptico Stefaneschi: Martírio de Pedro, ca. 1330, Tempera no painel Pinacoteca, Vaticano.
- VASARI, Giorgio. **Vidas dos artistas**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Giotto di Bondone)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPPIELLO, Armando Luca Maurizio. **LA PITTURA INFAMANTE**. ACCADEMIA DI BELLE ARTI DI BRERA MILANO. 2016/2017. p. 56.

CASSIDY, Brendan. Laughing with Giotto at Sinners in Hell. **Viator**, v. 35, p. 355–386, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

GOMBRICH, Ernst H. **Norma e forma: estudos sobre a arte da Renascença**. Martins Fontes, 1990.

QUÍRICO, Tamara. A iconografia do Inferno na tradição artística medieval. **Mirabilia: electronic journal of antiquity and middle ages**, n. 12, p. 1-19, 2011.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Editora. Perspectiva, 1991.

PEREIRA, Maria Cristina Correia Leandro. Algumas questões sobre a Arte e Imagens no Ocidente Medieval. **Atas da VIII Semana do Programa de Estudos Medievais (PEM-UFRJ), 2009**. Disponível em: <<https://www.academia.edu/4160621>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

PEREIRA, Maria Cristina CL. **Da conexidade entre texto e imagem no Ocidente medieval. Leituras e imagens da Idade Média**. Maringá: Eduem, p. 131-148, 2011.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Editora Fiocruz, 1999. 198 p.

MORGANA E OS PRÉ-RAFAELITAS: ARTE E GÊNERO NA RECEPÇÃO DA FEITICEIRA MEDIEVAL EM PINTURAS DO SÉCULO XIX

Victoria Brum Vargas¹
Orientadora Semíramis Corsi Silva²

Resumo: É inegável que, a respeito das narrativas do ciclo arturiano, Morgan Le Fay – ou, como é mais conhecida em português, a fada Morgana – seja uma de suas personagens mais

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFSM – GEMAM/UFSM

² Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista, Unesp/Franca. Pesquisadora do G.Leir/Unesp-Franca, do Atrivm/UFRJ, do Nech/PUC-GO e do Leir/USP. Pesquisadora e coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFSM – Gemam/UFSM e do Grupo de Trabalho História Antiga da Anpuh/RS – GTHA-RS. E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br

marcantes. Originalmente uma figura sobrenatural aparentemente benéfica, Morgan sofreu diversas transformações na literatura medieval, desde sua aparição em *Vita Merlini*, de 1150, até se consolidar como a famosa irmã do Rei Arthur e feiticeira odiosa da obra de Sir Thomas Malory no século XV. Desde então, tem inspirado um número sem fim de livros, séries e filmes até os dias de hoje, servindo como uma importante influência para a construção de um imaginário sobre a “bruxa má da ficção”. Entretanto, é necessário perceber que a personagem surgiu em fontes cristãs, e estas, assim como todo o ciclo arturiano, têm em seu núcleo diversos elementos celtas pagãos, que foram sucessivamente cristianizados e até mesmo demonizados.

Morgana tem suas raízes na cultura e mitologia celtas. Caitlin Matthews, em *King Arthur and The Goddess of The Land* (2002), em sua busca por uma identidade original de Morgan le Fay, ao procurar por uma *proto-Morgan*, acredita que a evidência para a personagem celta pode ser encontrada na tradição irlandesa na forma da deusa da batalha e da morte Morrigan, bem como na galesa Modron, que era uma Grande Mãe e lavadeira no vau³, e a bretã Morgue, rainha das fadas e assombradora de poços. De acordo com James Mackillop (1998, p. 332) há um destaque especial para a ligação de Morgan e Modron: em um conto popular, Urien Rheged encontra uma misteriosa lavadeira sem nome no vau de Rhyd y Gyfarthfa, que se declara filha de Annwfn⁴; mais tarde, ela lhe dá o filho Owain e a filha Morfudd. Na lenda Arturiana, Morgan é a esposa de Urien de Rheged, assim como a mãe de Owain. Além disso, Morrigan e Modron encontram-se associadas à metamorfose em aves (particularmente o corvo), poder também atribuído muitas vezes à Morgana, como em *Vita Merlini*.

O surgimento de Morgan le Fay na literatura se dá em *Vita Merlini*, publicado em 1150, de autoria do galês Geoffrey de Monmouth, clérigo e professor em Oxford. Em seu trabalho anterior, *Historia Regum Britanniae*, escrito por volta de 1138 e também de temática arturiana, ela não aparece, porém a ilha de Avalon é mencionada como local em que a lendária espada Excalibur (chamada de Caliburn) é forjada, e também como local onde Arthur é levado para ser curado de seus ferimentos após a batalha de Camlann. Em *Vita Merlini*, mencionada como Morgen, a personagem é a mais velha e mais bela das nove irmãs que habitam a abençoada Ilha das Maças (outro nome para a Avalon citada em *Historia Regum Britanniae*), sendo capaz de

³ A lavadeira do vau é um antigo motivo folclórico que percorre todo o folclore celta.

⁴ Mundo dos mortos da mitologia galesa.

se metamorfosear em uma forma alada e uma exímia curandeira. Arthur é levado para seus cuidados após ser gravemente ferido na batalha de Camlann, sendo esta a passagem do poema em que ela faz sua primeira e única aparição, embora de grande importância, e que mostra um retrato muito positivo da personagem como uma mulher linda e gentil, com grande conhecimento a respeito de magia e cura.

As maiores mudanças com a personagem acontecem a partir do momento em que a lenda arturiana é vinculada com o cristianismo. Do que restou de *Merlin* (1200), a obra do clérigo Robert de Baron, é especificada a posição de Morgana como meia-irmã de Arthur, mas ainda não é mencionada como maléfica. Entretanto, sua versão estava diretamente interligada com sua obra a respeito de José de Arimatéia, considerado primeiro apóstolo cristão na Grã-Bretanha, sendo o primeiro a dar ao santo graal, com sua busca já sendo um tema frequente nos contos arturianos e de influência céltica, um significado cristão.

A partir deste momento, com o domínio e apropriação da lenda arturiana pela Igreja, a figura de Morgana começa a ser demonizada, rapidamente perdendo seu poder e pureza e tornando-se uma figura secundária, vulgar e maléfica. *Le Morte d'Arthur*, escrita por Sir Thomas Malory em 1470 e publicada em 1485, é a última obra medieval do ciclo arturiano, condensando influências britânicas e continentais. Morgana aparece apenas quinze vezes na obra, e é consolidada como antagonista, tramando e conspirando contra o reinado de Arthur.

Na primeira metade do século XIX, o romantismo ganha força, e, após um período de desinteresse na Idade Moderna, há um revivalismo das temáticas medievais, com a tradução e publicação de textos e contos do Medievo. Entre 1816 e 1818, *Le Morte d'Arthur* é publicado, e é esta a versão da lenda arturiana que primariamente influencia a arte e a literatura. Nas reinterpretações feitas pelos autores novecentistas, pouca atenção foi dada à Morgana: dentre os que mais se destacaram estão Alfred Tennyson, autor do poema *The Lady of Shalott* e da coleção *Idylls of the King*, que, entretanto, nem chega a incluir a personagem em seus escritos, dando à personagem Vivien (a Dama do Lago em *Le Morte D'Arthur*) o papel de feiticeira poderosa em *Idylls of the King*. Entretanto, embora colocada em segundo plano pela sociedade vitoriana, na segunda metade do século XIX, Morgana faz aparições interessantes na arte, mais especificamente nas obras da Irmandade Pré-Rafaelita.

A Irmandade Pré-Rafaelita foi formada em Londres no ano de 1848, inicialmente composta por um pequeno grupo de jovens artistas britânicos. Desencantados com a pintura da academia britânica, considerada exagerada e artificial, os pré-rafaelitas buscavam um retorno da moral e pureza emocional que eles associavam à arte europeia antes da alta renascença, seus trabalhos se caracterizando pela abundância de detalhes, cores intensas e composições complexas. Havia um forte revivalismo medieval na Irmandade Pré-Rafaelita, com uma densa identificação com os ideais de cavalaria, divulgados pelas narrativas medievais sobre os cavaleiros da Távola Redonda.

A primeira geração da Irmandade Pré-Rafaelita tem sua fundação em 1848, inicialmente composta por William Holman Hunt, John Everett Millais, Dante Gabriel Rossetti, William Rossetti (irmão de Dante Gabriel), James Collinson, Thomas Woolner e Frederick George Stephens. Em 1854 o grupo original se dissolve, porém os ideais da irmandade prevalecem, atraindo novos adeptos, como Edward Burne-Jones, John William Waterhouse, William Morris, Evelyn De Morgan e Frederic Sandys, com D. G. Rossetti ainda permanecendo como membro de importância.

É neste momento que Morgana volta a aparecer com maior intensidade, depois de um longo período de esquecimento, ganhando espaço exclusivo em algumas obras de arte, primeiro com *Morgan le Fay* (1862) de Edward Burne-Jones, logo em seguida com a interpretação de Frederic Sandys (1863-64), que curiosamente possui elementos orientais em sua composição, e mais tardiamente com sua versão por John Spencer-Stanhope (1880).

Diante do que foi apresentado, este trabalho, que se trata de um projeto de Iniciação científica ainda no começo de seu desenvolvimento, tem como objetivos: Compreender a representação da personagem Morgana pela sociedade britânica do século XIX, analisando a presença desta em pinturas da época, tendo como foco as obras de artistas da irmandade pré-rafaelita; perceber as questões de gênero e poder por Morgana ser uma personagem feminina pagã da literatura medieval representada majoritariamente por um olhar masculino e cristão; entender o núcleo histórico da personagem (ciclo arturiano) para analisar sua recepção na arte pré-rafaelita, objeto deste estudo; Analisar o conceito de feiticeira que se tem no contexto europeu do século XIX e como este vai moldar a representação de mulheres consideradas feiticeiras nas obras da arte ocidental desta época e, por fim, compreender o que Irmandade Pré-

Rafaelita significava, seu contexto histórico, suas influências e seus ideais estéticos e discursivos, para então analisar quais relações a irmandade teria com gênero e sua articulação com elementos e conceitos das temáticas nacionalistas, românticas e orientalistas que são características da Europa do século XIX e perceber como essas articulações se manifestam na representação das personagens nas diversas obras de arte feitas pelos membros e entusiastas do grupo.

Portanto, com este estudo, buscaremos entender a recepção da polêmica Morgan le Fay no contexto do século XIX, entendendo sua origem e as transformações e influências ao longo dos séculos, e acima de tudo analisando suas representações pela visão da irmandade Pré-Rafaelita, e a relação com questões de gênero e elementos da época.

As fontes para nosso estudo são as obras da Irmandade Pré-Rafaelita, grupo artístico fundado na Inglaterra durante o século XIX, que rejeitava a pintura acadêmica, considerada pelos fundadores do movimento como sem imaginação e artificial, e buscavam um retorno dos valores morais e da pureza emocional que acreditavam existir nos trabalhos artísticos do período medieval e do começo da renascença. Os pré-rafaelitas inspiravam-se principalmente no medievalismo e na religiosidade, suas obras muitas vezes retratam temas da literatura medieval, como o ciclo arturiano, especialmente com base em *Le Morte d'Arthur*.

Foram selecionadas para este estudo três obras que retratam a personagem Morgana, além de algumas outras pinturas pré-rafaelitas que representam personagens e contextos semelhantes (como mulheres feiticeiras, sedutoras e vilãs). São as pinturas três com o mesmo título de *Morgan le Fay*, de Frederick Sandys (1864), Edward Burne-Jones (1862) e John Spencer-Stanhope (1880), assim como *Circe offering the cup to Ulysses* (1891), de John William Waterhouse e *Medea* (1868) de Frederick Sandys

Como hipótese de pesquisa, acreditamos que possa haver, nas representações iconográficas de Morgana das pinturas pré-rafaelitas oitocentistas, uma articulação entre elementos de gênero e elementos do orientalismo em voga na Inglaterra da época.

Como metodologia de pesquisa estamos utilizando a proposta de análise de imagem de Erwin Panofsky. Em 1939, Panofsky publicou um ensaio que sintetizava os estudos de imagens do grupo de Hamburgo do qual fazia parte. Ele procura distinguir dois termos muito usados nas pesquisas imagéticas, que são: iconografia e iconologia. Muitas vezes esses termos são usados

como sinônimos, mas, embora ambos tratem da análise de imagens e possam orientar uma mesma pesquisa, seus objetivos são distintos. Panofsky distingue três níveis de interpretação, que correspondem a três níveis de significado na própria obra.

O primeiro desses níveis é a descrição pré-iconográfica, limita-se a identificação de objetos e eventos. O segundo nível é o da Iconografia, a descrição e classificação das imagens de maneira estrita, voltada para um “significado convencional”. O terceiro nível é da interpretação iconológica. A iconologia se diferencia da iconografia por se voltar a um significado intrínseco, do conteúdo, a obra sendo entendida como um documento que evidencia as características do artista, de um período, de um grupo social, etc.

Além da metodologia de análise de obras de arte, também nos debruçaremos sobre a articulação de gênero, orientalismo, imaginário. Pretendemos desenvolver e operacionalizar estes conceitos na pesquisa seguindo as ideias de Jacques Le Goff (imaginário), Joan Scott (gênero) e Edward Said (orientalismo). Também nos debruçaremos para analisar nosso objeto de pesquisa dentro da linha de Estudos de Recepção, para isso nos utilizaremos de obras como *Reception and the Classics: an interdisciplinary approach to the Classical Tradition* (2012)⁵, *Classics and the Uses of Reception* (2006)⁶ e *Classical Traditions in Modern Fantasy* (2017)⁷

Palavras-chave: Pintura pré-rafaelita; Morgan le Fay, Estudos de recepção.

REFERÊNCIAS

BINDMAN, David. “Pre-Raphaelite Brotherhood”. *The Thames and Hudson Encyclopaedia of British Art*, ed. David Bindman. London: Thames and Hudson, 1985, p. 195-196;

BURKE, P. *Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CARVER, D. D. *Goddess Dethroned: The Evolution of Morgan le Fay*. M.A. Thesis. Department of Religious Studies. Georgia State University. 2006;

CÂMARA, Y. R.; SANZ-MINGO, Carlos. De fada Morgana à bruxa Morgana – as transformações sofridas por esta personagem arturiana ao longo de oito séculos e seu resgate

⁵ Editado por William Brockliss, Pramit Chaudhuri, Ayelet Haimson Lushkov e Katherine Wasdin.

⁶ Editado por Charles Martindale e Richard F. Thomas.

⁷ Editado por Brett M. Rogers e Benjamin Eldon Stevens.

literário recente. *Diálogos*, vol. 20, no. 3, 2016, p. 82-96. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305549840008>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

DUBY, Georges. *As Damas do Século XII*. Tradução Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. Companhia de Bolso, Brasil, 2013;

FRIES, Maureen. From The Lady to The Tramp: The Decline of Morgan le Fay in Medieval Romance. *Arthuriana*, Vol. 4, No. 1. Purdue University, Scriptorum Press, 1994. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27869041>, acesso em: 16 de novembro de 2018.

GOMBRICH, E. H. Revolução Permanente: o século XIX. *A História da Arte*. Trad. Alvaro Cabral. Ed. nº 16. LTC Livros, 2012;

MACKILLOP, James. *Oxford Dictionary of Celtic Mythology*. Oxford: Oxford University Press, 1998

MARTINS, Ana Rita. *Morgan Le Fay: a herança da deusa: as faces do feminino na mitologia arturiana*. Tese (Mestrado em Estudos Anglísticos) – Departamento de Anglísticos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010.

MAEGHER, Jennifer. “The Pre-Raphaelites”. *Heilbrunn Timeline of Art History*. Disponível em <https://www.metmuseum.org/toah/hd/praf/hd_praf.htm>. Acesso em: 26 de setembro de 2018;

SCLIAR, Muriel. *Entre a feiticeira celta e a bruxa má: como o imaginário coletivo (trans) formou-se através do tempo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SHEARER, John C. *Masks of the Dark Goddess in Arthurian Literature: Origin and Evolution of Morgan le Fay*; Theses and Dissertations, Eastern University of Kentucky, 2017.

DAS QUALIDADES DO PROFETA: APONTAMENTOS SOBRE A CANONIZAÇÃO BIOGRÁFICA DA VIDA DE MAOMÉ

Patrik Madruga Gonçalves¹

Prof. Dr. Francisco de Paula Sousa de Mendonça Júnior²

Resumo: A escrita, como perpetuadora de uma mensagem que é posta diacronicamente, desempenha um importante papel na canonização de certas percepções religiosas. Através dessa

¹ Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do Virtù – Grupo de História Medieval e Renascentista. Contato em: patrikmadruga.g@hotmail.com.

² Professor Adjunto – Departamento de História/Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor Permanente do PPGH/UFSM e do ProfHistória/UFSM. Coordenador do Virtù – Grupo de História Medieval e Renascentista. Codiretor do Centro de Estudios sobre el Esoterismo Occidental de la UNASUR. E-mail: kirijy@gmail.com

afirmação buscamos não nos limitar aos textos sagrados de cada religião, sobretudo se compreendidos enquanto uma fórmula acabada no seu próprio surgimento. A literatura pré-moderna, misturando o sagrado e o profano em parâmetros de mundo distintos à contemporaneidade, registra e canoniza os relatos fundadores de um grupo que entende sua identidade partida de um fundo religioso comum. Pode, assim, na reprodução – e reinterpretação – do saber local, perpetuar tanto discursos quanto figuras históricas.

Com o surgimento e disseminação do Islã a partir do século VII, a literatura biográfica muçulmana assumiu um papel crescente na sociedade árabe ao assegurar e compilar a existência de personagens importantes do seu passado recente, sobretudo as conectando com Maomé. Michael Cooperson (2011, p. 458) nos expõem alguns elementos das biografias em árabe clássico, persa e turco. Afirma, por exemplo, que

autores pré-modernos não usam nenhum termo que corresponda exatamente a "biografia". Ao contrário de termos gregos como *musike* e *geografia*, biografia nunca chegou às línguas islâmicas clássicas como a designação de uma atividade ou de uma disciplina³.

Havia, ainda assim, produções que são concebidas enquanto uma escrita biográfica. Recorrendo às concepções – e implicações materiais – do período, Cooperson (2011) põem a origem da biografia islâmica clássica como desmembramento da concepção de autoridade genealógica. Isto é: a importância primordial nestas sociedades da autoridade emanar de uma transmissão de conhecimento posto linearmente no tempo. Afirma que a “biografia serviu como um arquivo documental e um sinal de autoridade ao invés de um gênero literário”⁴ (COOPERSON, 2011, p. 460). Seu valor estava em conectar o presente daqueles que a liam com um passado confiável de onde o conhecimento agora exposto emanou. Ao estabelecer a lista de nomes das pessoas que participaram da transmissão de um vital conhecimento, se fazia necessário carregá-las de autoridade, por vezes justificando sua posição e função. Criavam “dicionários biográficos”. Unia-se quem recebia o conhecimento a quem o produziu, e este que

³ “pre-modern authors do not use any term that corresponds exactly to ‘biography’. Unlike such Greek terms as *musike* and *geografia*, *biografia* never found its way into the classical Islamic languages as the designation of an activity or a discipline.” [Tradução Nossa].

⁴ “[...] *biography* served as a documentary archive and a token of authority rather than a literary genre.” [Tradução nossa]

o produziu – como por exemplo, Malik ibn Abas (m. 179/796)⁵, fundador de uma das grandes escolas de jurisprudência – ao profeta. Para os membros vivos de um grupo ou ordem, o “dicionário biográfico documentou sua reivindicação de poder dizer aos seus companheiros muçulmanos a diferença entre o certo e o errado.”⁶ (COOPERSON, 2011, p. 460).

A escrita – e em destaque a biografia – assume um papel de elevada consideração ao assegurar essa cadeia de transmissão para além daqueles que em algum nível dela já participavam. Sendo a biografia compreendida como uma genealogia, sua busca final está – como já dito – em Maomé, o mensageiro de Deus. A narrativa da vida do profeta do Islã pode ser dividida em quatro gerações, período onde se estabeleceu a canonização da sua vida na tradição islâmica (GÖRKE, 2015). Tendo início a partir de supostas testemunhas oculares e anotações dispersas, despreocupadas com uma descrição cronológica, é só a partir da quarta geração, no meio do século VIII, que há um esforço compilatório da vida de Maomé. Estas obras, por sua vez, recebem o nome de *Sīrat*⁷. Eram contadas linearmente, se iniciando com um retorno genealógico paterno que conectasse o profeta a Adão. Cooperson (2011, p. 461) ousa inclusive afirmar que “em algum sentido, genealogia é a essência da biografia, todo o resto é comentário”⁸. Tal elo unia passado e presente numa única temporalidade – figura cara ao Islã pela função que exerce na legitimação de todas formas de autoridade.

Tratando-a externamente como um gênero literário inserido numa compreensão interna de busca genealógica que culmina no relato de um modelo ideal como o conteúdo final, a *Sīrat* podem ser caracterizada como “uma mistura entre historiografia, história da salvação e narração ficcional”⁹ (GÖRKE, 2015, p. 68). O último desses itens, a narração ficcional, se dá pelas inquietantes indagações e rastros documentais que podem surgir na busca por um “Maomé verdadeiro”. Os primeiros cem anos do Islã tem uma parca documentação em formato de escrita que se preocupe com o registro narrativo ou descritivo¹⁰. Jonathan Bloom (2011, p. 676) diz que:

⁵ Respectivamente, calendário gregoriano e islâmico.

⁶ “the biographical dictionary documented their claim to be able to tell their fellow Muslims the difference between right and wrong.” [Tradução Nossa]

⁷ Também conhecidas como *Sīrat Rasul Allah* (“A vida do Mensageiro de Deus”). [Tradução Nossa]

⁸ “In a sense, genealogy is the essence of biography; all the rest is commentary.” [Tradução Nossa]

⁹ “as a mixture between historiography, salvation history and fictional narration.” [Tradução Nossa]

¹⁰ Para um levantamento da produção intelectual a respeito do surgimento do Islã e suas divergências, cf. LANNES (2013, p. 23-69; 124).

Os escritores foram provavelmente prejudicados pela crença generalizada de que o Alcorão deveria ser o único livro dos muçulmanos, e que o conhecimento sobre o Corão, as tradições do Profeta, língua árabe, literatura, direito, etc. deveriam ser transmitidos de mestre para aluno somente por audição¹¹.

A transmissão de mestre para aluno se conecta à corrente biográfica supracitada no momento que esse último é entendido como uma parte derivada da tradição oral. A oralidade se fazia e faz fundamental nessa identidade étnica, absorvida e continuada pelo Islã. Os *hadith*, tradições sobre Maomé¹², eram inicialmente transmitidos dessa forma. Com o tempo, a preocupação com a veracidade dos mesmos criou uma análise crítica e sistêmica dos *isnad*, as cadeias registradas de testemunhas¹³ (HOURANI, 2006, p. 107). A importância da oratória gerava um sistema formal onde “estudantes os memorizaram (e as cadeias de transmissão acompanhadas) por repetição, regularmente repetindo os textos cinquenta, setenta ou até cem vezes.”¹⁴ (BLOOM, 2011, p. 675). Sem o surgimento de uma única instituição centralizadora, o crescente uso da escrita como um registro de apoio compila e transpõem com maior coerência a transmissão oral, portadora até então do conhecimento.

As *sīrat* compilam, cronologicamente, informações transmitidas sobre aquele de quem mais poderiam aprender. Aglutina e busca trazer coerência não somente a uma, mas dezenas ou centenas de cadeias de conhecimento distintas com fim em uma única – mas central – figura. Ainda assim, não assumem o mesmo papel do *hadith* ou do próprio Alcorão: são compreendidas na tradição islâmica enquanto produtos posteriores em cima de um dado consolidado. Hoje em dia a mais conhecida das primeiras biografias de Maomé fora compilada por Ibn Ishāq (m. cerca de 151/768), chegando a nós na sua versão comentada por Ibn Hishām (m. cerca de 218/833).

¹¹ “Writers were probably hampered by the widespread belief that the Quran should be the Muslims’ only book, and that knowledge about the Quran, the traditions of the Prophet, Arabic language, literature, law, etc. should be transmitted from master to pupil only by audition.” [Tradução Nossa]

¹² *Hadith* é o relato dos dizeres e feitos de Maomé, que, no entendimento desse enquanto o melhor da humanidade, serve para elucidar nas decisões, sobretudo jurídicas, que os muçulmanos tomam.

¹³ Albert Hourani (2016, p. 107) complementa que entre os critérios estavam “se as datas de nascimento e de morte e os locais de residência de testemunhas em diferentes gerações eram de modo a tornar possível o encontro delas, e se eram dignas de confiança. Essa atividade, para ser adequadamente exercida, envolvia certa sensibilidade para a autenticidade ou plausibilidade do próprio texto; um tradicionalista experiente desenvolvia um sentido de discriminação. [...] Pelo uso desses critérios, os estudiosos dos *hadiths* puderam classificá-los de acordo com seus graus de confiabilidade.”

¹⁴ “Students memorised them (and the accompanying chains of transmission) by repetition, regularly repeating texts fifty, seventy or even one hundred times.” [Tradução Nossa]

Contudo, Michael Lecker (2014) nos demonstra que a obra não está isenta do seu meio, apresentando pequenas censuras que denunciam sua temporalidade. São intervenções feitas por Ibn Hishām e ocultamentos trazidos por aqueles que transmitiam algum dos relatos. São, também, autocensura. Como muçulmano, Ibn Ishāq está a relatar – compilar, reproduzir – a vida de seu profeta. A *sīrat* não pode, é evidente, contradizer a força da oralidade hegemônica corrente em sua época, dos eventos enquanto marcos dados ao longo da vida de Maomé. Nessa obra o profeta chora, batalha, sente raiva e percorre caminhos que talvez, a luz de um épico, fossem desvantajosas de serem apresentadas.

Trata-se, como elabora o teórico Roger Chartier (2002), de representações que emergem em um contexto específico. São resultados de necessidades sociais expostas no plano das práticas. A *sīrat* não gera em si um novo Maomé, desenraizado e definitivo, mas consolida – com certos ajustes – o processo da sua canonização biográfica. Contudo, cada época e local há de conceber uma mesma história em cima de significados e manifestações distintas. Como diz Michael Lecker (2014, p. 234): “a biografia foi um produto de seu tempo e, como tal, refletiu as preocupações e sensibilidades dos companheiros de Maomé, seus descendentes e todos aqueles que contribuíram para sua compilação”. A questão da censura, assim como quaisquer outras eventuais adições ou ocultações tem seu valor enquanto sinais da historicidade de sua produção, traçando modificações e motivações pertencentes a uma época distinta daquela que relata. Deixam de importar, entretanto, enquanto uma busca de origem. São, sob o olhar histórico, a canonização de um processo dual: tanto a conexão com um passado relativamente recente para eles e ligado àquela realidade vivida quanto a consolidação de um discurso hegemônico entre outros passíveis de disputa.

Palavras-chave: biografia; islã; Maomé.

REFERÊNCIAS

BLOOM, Jonathan (n.d.). Literary and oral cultures. In: IRWIN, Robert. **The New Cambridge History of Islam Vol. 4**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 668–681.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

COOPERSON, Michael (n.d.). Biographical literature. In: IRWIN, Robert. **The New Cambridge History of Islam Vol 4**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 458–473.

GÖRKE, Andreas. Authorship in the Sīra Literature. In: BEHZADI, Lale; HÄMEEN-ANTTILA (Eds.). **Concepts Of Authorship In Pre-Modern Arabic Texts**. BAMBERG: University of Bambers Press Bamberg, 2015 p. 63-92.

GUILLAUME, Alfred. **The life of Muhammad**. A translation of Ibn Ishāq Sirat Rasul Allah. Karaichi: Oxford University Press, 1967.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LANNES, Suellen B. **A Formação do Império Árabe-Islâmico: história e interpretações**. Tese (Doutorado em Economia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013. Orientação de Daniel de Pinho Barreiros.

LECKER, Michael. Notes about Censorship and Self-Censorship in the Biography of the Prophet Muhammad. **Al-Qantara**, v. XXXV 1, janeiro-junho, 2014, p. 233-254.

AS REPRESENTAÇÕES DOS MONARCAS NA EUROPA DO SÉCULO XVII COMO INSTRUMENTO DE PODER

Vitória Miron Husein ¹

Professor Doutor Adriano Comissoli ²

Resumo: O presente trabalho tem a intenção de comparar as figuras de diferentes monarcas europeus do século XVII para que, a partir das semelhanças apontadas e da bibliografia de apoio, possa se entender melhor o processo de enaltecimento da figura real e como a difusão da figura real fora elemento essencial para engrandecer ainda mais o poder real neste período.

Em seu trabalho “A Sociedade de Corte”, Norbert Elias trata da dinâmica pela qual a sociedade europeia, mais especificamente a aristocracia na França, funcionava no período moderno. Analisando as imagens da época, é possível encontrar um padrão entre as

¹ Vitória Miron Husein, graduanda de História/Licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail para contato: vitoriamiron@gmail.com.

² Adriano Comissoli, doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail para contato: adrianocomissoli@gmail.com.

representações de figuras importantes, tal qual os reis. Ao colocar os olhos sobre as figuras de outros Estados Modernos que foram fortemente marcados pela monarquia, como a Espanha, Inglaterra e a Polônia, pode-se perceber semelhança entre as representações dos monarcas. Estes estão quase sempre representados num cenário heroico, trajando vestes que os colocam como comandantes destemidos e poderosos, em cima de suas grandiosas montarias e trajando as melhores e mais luxuosas roupas.

Neste período do Antigo Regime onde a sociedade era extremamente hierarquizada, com barreiras quase inquebrantáveis, a separação entre essas diversas camadas que a compunha era bem delimitada. Principalmente as camadas mais altas, como a aristocracia, faziam questão de delimitar o círculo de pessoas que a comporia e para isso utilizavam-se de diversos artifícios, como a criação de regras de etiqueta e conduta, que pode ser observado no livro “O Processo Civilizador” de Norbert Elias. Apesar da rígida hierarquia, dentro dessas camadas antes citadas, em cada uma delas havia divergências e no caso da aristocracia, uma constante disputa entre seus integrantes para poder estar cada vez mais perto da figura real. Estar perto do rei significava ser mais importante e/ou ter mais privilégios dentro daquela realidade.

No século XVII, alguns Estados Modernos experimentaram um momento no qual era impensável fugir da figura do rei. Ele estava em tudo. E é nesse momento também, que fora de suma importância que ele fosse representado tal qual o herói ao qual todos serviam, aquele que é mostrado sempre segurando o bastão de comando, líder que guia um povo. As representações que enalteciam o Rei, ao mesmo tempo que o colocavam enquanto soberano supremo, o afastava cada vez mais de qualquer grupo de pessoas, tornando-se uma figura intocável, inacessível. Peter Burke em seu trabalho “A Fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV” fala que toda a idealização em torno da imagem do rei e a exaltação desta, serviu de modelo para outros monarcas. A figura do rei era usada como propaganda para transmitir valores sociais e políticos, e estes impactavam diretamente seus súditos.

No século XVII a aristocracia vivia sob a dinâmica da chamada “sociedade de corte”, onde as relações interpessoais, hábitos e ações visavam a busca de status dentro daquela realidade; as pessoas estavam sempre tentando ascender dentro esta dinâmica e procurando uma posição mais privilegiada e mais próxima ao rei (visto que era o rei quem concedia privilégios). Todos dependiam do rei, de uma forma ou de outra; a sociedade de corte girava em torno dele.

Neste contexto, a sociedade de corte se organizou de forma com que elementos que pudessem gerar distinção e segregação entre seus componentes tornaram-se indispensáveis. Através de hábitos refinados, regras de etiqueta e de cerimoniais extremamente rígidos eram demonstrados as hierarquias e os sinais de prestígio que existiam dentro da sociedade de corte. Existia uma constante disputa entre os indivíduos, e todos estavam sob um estado de “vigilância”, onde precisavam estar atentos às suas possibilidades de queda ou ascensão, provocadas pelas ações externas de outras pessoas, dentro desta ordem.

A questão central é entender que elementos da sociedade da época que hoje em dia podem parecer fúteis ou superficiais, como por exemplo a etiqueta, e neste caso mais especificamente a representação do monarca, foram na verdade aspectos essenciais e intrínsecos à dinâmica experimentada. Nem todos esses artifícios foram idealizados pelo monarca, porém esta soube aproveitar-se daqueles; as regras, etiquetas e cerimoniais, por exemplo, não foram criados pelo rei, mas ele os consolidou e ampliou. Era vantajoso para ele que a camada mais alta da sociedade, leia-se aristocracia, estivesse ao seu dispor e o monarca tinha influência direta sobre estas pessoas. Ele utilizava-se da dinâmica da sociedade de corte, fazendo desta um instrumento de poder e era de seu interesse que essa estrutura fosse mantida.

Outra maneira de tornar o rei ainda mais distante é retratá-lo de maneira única e incomparável. Divulgar sua figura de forma que fique extremamente explícito que não há como confundir-lo com nenhum outro era uma ferramenta que media o respeito e obediência das pessoas para com o monarca.

Assim, foram comparadas imagens de 7 monarcas da Europa no século XVII para encontrar elementos em comum que representassem esse ideal do rei enquanto um comandante corajoso e destemido, que guia o povo e que, por meio dessas representações se distancia de qualquer outro indivíduo.

O bastão de comando está presente em todas as imagens, quase sempre sendo segurando da mesma maneira. A paisagem na qual o monarca está inserido também se repete, que são uma mistura de vastidão de céu e terra, dando a impressão de conquistador, como se não houvesse terras as quais não poderiam ser conquistadas por ele. Suas montarias são de grande porte, bem cuidadas e que demonstram força; ainda assim, os animais são sempre retratados de maneira que mesmo em movimento, ainda estão submissos ao rei, que não faz esforço para domá-los,

aumentando ainda mais a imponência da figura do monarca. As cores utilizadas para compor a tela são em sua maioria, dramáticas, dando um ar de seriedade para a imagem, que ajudam a tornar inquestionável a autoridade do rei. Todos estes elementos criam uma figura praticamente heroica num universo quase epopeico; isso fica ainda mais explícito com as representações de Luís XIV, que de fato, por vezes foi retratado enquanto Apolo, da mitologia grega.

Esses elementos supracitados ratificam a importância do rei e não deixam espaço para dúvidas de que ele é poderoso, destemido, o líder e guia de todos, aquele que delega o que é devido para cada pessoa, e desta maneira, a engrenagem que faz girar a sociedade de corte. Não apenas na corte, mas por estas representações o rei também se faz distante de todo o restante da sociedade, se colocando como aquele que, de uma maneira ou outra todos tentam chegar minimamente perto. Esse desejo por ascensão social, privilégios e proximidade a figura real que dita a dinâmica de várias relações sociais do período moderno. O luxo, a imponência, as vestes, a montaria, a representação do rei são partes importantes da sistemática da monarquia; fazem parte de uma lógica simbólica e racional. A construção da imagem do rei e a propaganda em torno do monarca ratificavam a submissão dos outros a ele.

O rei utilizava de diversos artifícios, entre eles suas representações para efetivar seu poder; as representações de sua figura não são mera tendência artística ou estética, mas sim, parte essencial da lógica do Antigo Regime no século XVII e instrumento inerente à constante afirmação do poder do monarca.

Palavras-chave: Monarquia; Representações; Rei.

REFERÊNCIAS

- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 1, 1994
- BURKE, Peter. A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO MITO ARTURIANO NO FILME EXCALIBUR (1981)

Ramiro Paim Trindade Junior ¹

Francisco de Paula S. Mendonça Júnior ⁴ ²

Resumo: Aqui se apresenta a pesquisa intitulada “O Cavaleiro do Escudo de Dragão: Análise da Representação do Mito Arturiano no Filme *Excalibur* (1981)” que buscará identificar como o Cavaleiro Arthur é representado e o que isso pode nos informar sobre a época na qual está inserida a obra cinematográfica e a respeito das visões da década de 1980 sobre a Cavalaria medieval. Para isso, dentro da perspectiva da Nova História Cultural, se problematizará a fonte e se fará um diálogo da mesma com seu roteiro e com a obra literária *A Morte de Artur*, escrita por Thomas Malory no século XV, conforme exposto a seguir.

A temática central desse trabalho é a análise dos discursos e representações produzidas pela contemporaneidade a respeito da Idade Média. Mais especificamente se busca problematizar a imagem do cavaleiro Artur presente no filme *Excalibur* (*Excalibur*, 1981, EUA e Reino Unido), a fim de identificar como essa personagem medieval foi vista pela década de 1980 e o que essa visão pode nos informar do contexto no qual se encontra inserida.

Além disso, também se buscará elucidar aspectos do Medievo que se encontram presentes na fonte escolhida, isto é, reminiscências medievais que ajudaram a construir o discurso contido na figura arturiana. Se espera elucidar possíveis resíduos do período na obra e, ao mesmo tempo, o que há de original na mesma, isto é, os elementos da década de 1980 nela contidos e o que podem dizer dessa época.

O recorte temporal abarca o período entre as décadas de 1970 e 1980, onde está inserida a fonte a ser analisada, o filme *Excalibur* (1981) dirigido pelo cineasta inglês John Boorman (1933-), e também o seu roteiro, escrito por Boorman e pelo roteirista inglês Rospo Pallenberg

¹ Graduando no sétimo semestre do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do grupo de História Medieval e Renascentista (Virtù) e bolsista Capes no programa Residência Pedagógica. Contato em ramirpaim@hotmail.com.

² Possui graduação em História (2005) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado (2009) e doutorado (2014) em História e Culturas Políticas pela mesma universidade, com a realização de estágio sanduíche na Université Paris-Est Créteil. É professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde fundou e dirige o Virtù - Grupo de História Medieval e Renascentista. E-mail: kirijy@gmail.com.

(1939-), que servirá para estudar como o discurso sobre o cavaleiro Artur foi construído. A espacialidade dessa pesquisa engloba os Estados Unidos da América, onde a produção cinematográfica foi executada.

O uso de fontes cinematográficas é hoje uma prática consagrada dentro da Nova História Cultural, pois há um consenso de que elas são legítimas para se entender como determinada sociedade pensava. Nesse sentido, se entende que as produções audiovisuais podem ser consideradas verdadeiras agentes sociais, na medida em que divulgam determinadas visões de mundo as quais influenciam ativamente seu público consumidor (VALIM, 2012). Isso é fomentado pelo fato de que o público, no geral, tende a aceitar sem contestação as representações contidas na tela, uma vez que não possuem um saber aprofundado sobre determinada realidade histórica. Nas palavras precisas de Ferro: “noticiário ou ficção, a realidade cuja imagem é oferecida pelo cinema parece terrivelmente verdadeira” (FERRO, 85: 1992).

Um exemplo clássico disso é o filme *O Nascimento de uma Nação*, dirigido por D. W. Griffith em 1915, que ajudou a disseminar vários estereótipos a respeito das populações afrodescendentes, contribuindo para o racismo estrutural presente na sociedade estadunidense. Dessa forma, estudar as representações produzidas por essa mídia certamente contribuirá para se compreender a visão difundida para um grande público. Ademais, se nota nos últimos anos um interesse e popularidade crescente pela Idade Média na cultura pop, o que fica evidente no sucesso de séries recentes como *Vikings* (2013 - 2020), *Game of Thrones* (2011 - 2019) e *Knightfall* (2017 -). Assim, o presente estudo auxiliará a compreender melhor qual a imagem desse passado que se manifesta na sétima arte.

Diante disso, será feita uma análise do filme *Excalibur* onde se buscará elucidar qual o principal discurso associado ao personagem de Arthur, interpretado pelo ator Nigel Terry, enquanto um Cavaleiro medieval. Nesse sentido, tornar clara a construção do mesmo, como foi feita e quais as possíveis motivações para a mesma. Para isso, um dos objetivos é destacar as características do personagem que se aproximam e afastam do Cavaleiro clássico construído nas ficções do século XII e XIV, explicando as possíveis razões para isso e como podem se relacionar, entre outras coisas, com o contexto de retorno ao conservadorismo moral na política estadunidense. Somado a isso se buscará comparar o personagem Artur (Nigel Terry) com os

outros Cavaleiros presentes no filme, quais sejam, Lancelote (Nicholas Clay), Perceval (Paul Geoffrey) e Mordred (Robert Addie), a fim de expor as diferenças e semelhanças entre eles, e a contribuição delas na criação do personagem principal. Assim se espera entender qual é a leitura sobre a Cavalaria do mito arturiano que a fonte apresenta, quais resquícios do Medievo estão presentes nela e como ela dialoga com seu contexto de produção.

A análise das representações e discursos envolvidos na construção do Cavaleiro Artur contará com uma abordagem de diferentes aspectos da fonte, pois se entende que cada um, a sua maneira, contribui na produção de sentido. Assim não se considera suficiente uma mera interpretação dos elementos textuais contidos na mesma, como os diálogos, por exemplo. Desse modo a metodologia será diversificada, com uma problematização dos vários discursos contidos na produção, quer dizer, se atentará para as mensagens produzidas através do figurino, fotografia, cenários, trilha sonora, sonoplastia, roteiro, entre outros.

Para referenciar tal empreendimento se contará com o auxílio do livro *A Arte do Cinema: Uma introdução*, escrito pelos estudiosos estadunidenses de Cinema David Bordwell e Kristin Thompson, onde eles discutem em profundidade a forma adequada de se interpretar os vários elementos que compõem uma produção cinematográfica, como Cenografia, Trilha Sonora, Fotografia, entre outros. Somado a isso será feita uma comparação entre o roteiro, alguns capítulos da obra na qual o mesmo foi baseado (o livro *A Morte de Artur* de Thomas Malory) e o filme propriamente dito. Omissões, adaptações ou substituições serão buscadas, além das possíveis razões para as mesmas.

Além disso, para embasar nosso estudo será consultada a obra *The Cambridge Companion to the Arthurian Legend*, de Elizabeth Archibald e Ad Putter, a qual aborda as várias versões diferentes do mito arturiano ao longo dos séculos, inclusive com citações as adaptações cinematográficas e uma menção a fonte aqui analisada. Contudo, na etapa atual da pesquisa, ainda não nos debruçamos a fundo sobre a mesma.

Serão utilizadas apenas as partes da obra literária que efetivamente foram empregadas na construção do roteiro, uma vez que ela não foi transcrita integralmente, provavelmente devido a sua grande extensão. Foi selecionada uma grande quantidade de capítulos, contudo é importante salientar que os mesmos apresentam um tamanho reduzido, em média 1 a 2 páginas apenas.

A época em que a obra cinematográfica foi produzida certamente exerceu alguma influência sobre a mesma, principalmente por ser um momento de mudanças importantes na sociedade e na indústria cinematográfica como um todo. Entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 o Cinema passou por relevantes transformações, cada vez mais associado com outras mídias (como canais de televisão e filmes em formato de *VHS*, por exemplo) e lentamente estabelecendo como paradigma a produção de filmes do tipo *blockbusters*, o que levou a alterações nas narrativas, gêneros e custos de produção (SILVA, 2017). Uma dessas mudanças foi que as histórias passaram a ser mais convencionais, no sentido de possuírem um roteiro dividido rigidamente em três atos, girando em torno de um enredo principal onde o (a) personagem tem um arco narrativo, quer dizer, sofre transformações na sua personalidade ou caráter ao longo do tempo. (BORDWELL; THOMPSON: 2003).

Nesse mesmo período a política estadunidense entrou em contexto conservador, associado com a vitória do presidente republicano Ronald Reagan (1981-1989), onde se passou a valorizar cada vez mais os valores considerados tradicionais desse país, como a ideia do *selfmade man*, o indivíduo que graças ao seu esforço conseguiria se tornar bem-sucedido. Nesse sentido eram enfatizadas imagens conservadoras ao se tratar de relações familiares e aspectos morais, além de um predomínio masculino nas relações interpessoais e uma apologia aos comportamentos relacionados com as ideias de dedicação e honra. (SILVA, 2017).

Por essa ótica, em um exame preliminar da fonte fomos capazes de perceber algumas influências dessa visão. O personagem Perceval (Paul Geoffrey), por exemplo, recebe um grande destaque na história, com um tempo de tela próximo a toda a segunda metade da história. Acreditamos que a razão para isso seja pelo fato dele ser o único capaz de encontrar o Santo Graal, cálice sagrado bastante popular nessa mitologia, por ser o Cavaleiro mais honrado de todos, virtude que, como exposto acima, recebeu bastante destaque na época do filme. Somado a isso, ele também se mostra fiel ao seu rei o tempo todo, sem nunca vacilar, outro elemento que vai ao encontro do contexto de produção da película.

Além disso, a construção das duas únicas personagens femininas da trama, Ginevra (Cherie Lunghi) e Morgana (Helen Mirren), também é problemática. A primeira é a responsável por um terrível declínio na corte de Camelot após praticar o adultério com Lancelote e, mesmo perdoada por Artur (Nigel Terry) ao final da trama, acaba reclusa em um convento. Já a segunda

é uma vilã totalmente unidimensional, isto é, representada somente como alguém gananciosa e invejosa, sem ficar claro quais são suas motivações e sem possuir outros traços de personalidade adicionais. Entendemos que tais figuras foram assim expostas em tela devido ao seu momento histórico, de grande moralismo e valorização das figuras masculinas, conforme já citado anteriormente. Entretanto, vale frisar que essas são apenas algumas conclusões preliminares, e estudos mais aprofundados serão feitos a fim de elucidar os discursos e representações por trás da Cavalaria Medieval de *Excalibur*.

Palavras-chave: Cavalaria; Cinema; Representação.

REFERÊNCIAS

ARCHIBALD, Elizabeth.; PUTTER, Ad. **The Cambridge Companion to the Arthurian Legend**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria: Da Germânia antiga à França do século XII**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BORDWELL, David.; THOMPSON, Kristin. **A arte do cinema: uma introdução**. Campinas: Editora da Unicamp; SP, São Paulo: Editora da USP, 2013.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade?. In: FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 79-115.

FLORI, Jean. **A Cavalaria: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. São Paulo: Madras, 2005.

SILVA, Rodrigo Cândido da. As mudanças do cinema hollywoodiano nos anos 1980: produção, narrativa e o cinema Blockbuster na Era Reagan. **Revista NEP**, Curitiba, v.3, n.2, p. 39-60, junho 2017. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/issue/view/2353/showToc>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 283-300.

O CORAÇÃO DAS TREVAS: ANÁLISE DA OBRA DE JOSEPH CONRAD E A HISTÓRIA DA ÁFRICA EM SALA DE AULA

Kevenn Werney Keller¹

Resumo: Esse projeto foi fruto do desenvolvimento de um artigo para a cadeira de História da África B, no ano de 2019, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nos últimos meses tenho sido interrogado de que forma abordar a história enquanto disciplina no ambiente escolar através de um viés menos eurocêntrico. Para isso, o objetivo desse trabalho consiste em pensar de que forma podemos levar, efetivamente, a história da África para a sala de aula em turmas de ensino médio analisando a obra de Joseph Conrad, *O Coração das trevas*. Além de promover um discurso relativo a agência dos indivíduos africanos na construção de sua própria história, precisamos desconstruir a narrativa movimentada pela ideia de evolução social: fundamento do colonialismo Europeu do Século XIX. Para isso, proponho que utilizemos o livro *O coração das Trevas* como ferramenta para analisar a descrição feita pelo narrador – o marinheiro Charles Marlow - sobre o ‘novo universo’ que se encontrava na região central do continente Africano, o Congo. É essencial destacar o contexto em que a obra foi produzida, para que a partir do primeiro contato com a turma em que será abordado a temática, fique evidente que esse discurso provinha de uma perspectiva que objetivava justificar o imperialismo/colonialismo no continente Africano.

Charles Marlow, marinheiro com experiência nos sete mares, relata os terrores que encontrou durante sua viagem para a região central do continente africano, o coração das trevas. - A partir desse pequeno trecho espero ter deixado evidente a perspectiva que a obra descreve do continente africano -. Durante a narrativa dirigida para os colegas da tripulação em que Marlow era capitão, o mesmo relata as barbáries, como canibalismo, escravidão e assassinatos que encontrou na sua rota pelo litoral do continente até a bacia aquífera localizada na região do Congo. Ao longo da viagem, Marlow é apresentado a um dos poucos nomes que decorrem na obra, o do general Kurtz. Entretanto, Kurtz é uma figura que não aparece na história durante os primeiros dois terços do livro, tudo que se sabe em relação a ele refere-se ao seu cargo: o mais

¹ Pesquisador de literatura como categoria de análise historiográfica. Estudante de graduação em História Licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Membro do Programa de Educação Tutorial Ciências Sociais Aplicadas - PET CISA e, membro do grupo de estudos Virtú, idade média e renascimento.

alto de toda a companhia de colonização no Congo. Deste modo, Marlow persegue um homem que nem ao menos conhece, mas por quem desenvolvera certo afeto motivado pelo discurso que construiu para si mesmo.

Além de Kurtz, somente mais uma coisa ressoa nos ouvidos de Marlow capaz de deixá-lo extasiado, a palavra Marfim. O Marfim era o Principal objetivo econômico da expedição na região, mas que, conforme afirma Eric Hobsbawm, esse fator sozinho não justifica a colonização por parte das metrópoles europeias² (HOBSBAWM, 1988, p.60). Ao longo da trajetória do protagonista, o mesmo vai sendo confrontado com um universo corrupto e, - essa é uma lacuna importante no texto – ao encontro com Kurtz, essa situação é ainda mais evidenciada. Kurtz não era quem Marlow imaginou, ele era "o reconhecimento [...] da representação do elemento irracional da política, que depende da neurose de um líder se impondo sobre a neurose coletiva de um povo" (CECCAGNO, 2017, p.65). Através da análise Douglas Ceccagno, nem mesmo na hora da morte ele se arrepende das atrocidades que causou. "[...]. Seu horror é a angústia de alguém que morre com sua obra incompleta. [...]" (CECCAGNO *ibid* KARL, 1989, p.130).

Referindo-me rapidamente ao autor da obra, Joseph Conrad nasceu em 1857 na Ucrânia, filho de pais poloneses. Neste período, a Ucrânia estava sob domínio da Rússia, e as inúmeras violências sofridas pela dominação Russa na região deram as bases para a escrita de Conrad. Aos 16 anos começava sua carreira de marinheiro e em 1886 conseguiu a nacionalidade britânica. Durante os mais de 20 anos na marinha, Conrad visitou grande parte do mundo, inclusive o Congo, região abordada em o coração das trevas. Desta forma, lançou-se sobre a literatura com bastante experiência de campo, confrontando em suas obras o homem com a natureza selvagem.

O livro é dividido em três partes, e cada parte foi publicada ao longo do ano de 1899, na Blackwood's Magazine, revista britânica. Em 1902 foi compilada em um livro que foi denominado *The Heart of Darkness*, no original. Nesse período, estava no auge da concepção

² Hobsbawm defende no terceiro capítulo de seu livro *A era dos Impérios*, que as análises referentes aos motivos que levaram a colonização são: A pressão do capital para investimentos mais rentáveis e a procura de novos mercados consumidores, seguido do fator que agora o mundo ocidental estava dividido em economias nacionais que se rivalizavam. Ver: HOBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios: 1875-1914*: cap. 3. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.56-79.

européia a perspectiva de dominação econômica, política e cultural das sociedades “menos desenvolvidas”, que esperavam por salvação. O mundo Europeu alçou sobre os outros continentes o desejo de exploração, que visava além de ampliar seus mercados consumidores, o aumento das matérias primas para os produtos europeus. O exótico passava a ser fundamental na vida metropolitana. Hobsbawm delimita esse período cronologicamente de 1875 à 1914, no que ele chama de era dos impérios, devido a quantidade de governadores proclamados Imperadores ser a maior de todos os períodos da história. O historiador descreve em uma das passagens de seu capítulo um evento similar ao descrito no texto de Conrad:

“Os homens de negócios, sempre propensos a preencher os espaços em branco no mapa do comércio mundial com altos números de clientes potenciais, naturalmente procurariam estas áreas inexploradas: [...] a África, o continente desconhecido, a outra. As Câmaras de Comércio das cidades britânicas, no início dos anos 1880, em plena Depressão, ficaram indignadas só de pensar que as negociações diplomáticas podiam impedir o acesso de seus comerciantes à bacia do Congo, que se acreditava oferecer indizíveis perspectivas de vendas, ainda mais quando esta colônia estava sendo explorada por aquele homem de negócios coroadado, o rei dos belgas, Leopoldo II, como um projeto lucrativo. (Seu método favorito de exploração, por meio do trabalho forçado, não visava a incentivar elevadas compras per capita, isso quando não diminuía efetivamente o número de clientes com a tortura e o massacre)” (HOBSBAWN, 1988, 61).

“Ora, quando eu era menino, era apaixonado por mapas. Passava horas olhando a América do Sul, a África ou a Austrália, e me abandonava a todas as glórias da exploração. Naquele tempo, havia muitos espaços vazios na terra e, quando via um que me parecesse especialmente convidativo num mapa (mas todos parecem assim), colocava o dedo em cima e dizia: ‘quando crescer vou até lá’” (CONRAD, 2010, p.16).

Essas passagens permitem identificar de que forma estava imbricado no imaginário individual dos europeus as vantagens que o imperialismo apresentava. Segundo Alfredo Ricardo Silva Lopes, A literatura europeia ofereceu os subsídios culturais que legitimaram essa dominação. De toda forma, o final do século XIX e início do XX, representou um processo violento de exploração e homogeneidade na representação dos grupos sociais colonizados por meia dúzia das metrópoles europeias. Por fim, é importante ressaltar que esse pensamento estava mais do que no discurso, era no período respaldado pela ciência, que ao longo do século XX vai sendo readaptada as ciências humanas. O principal nome, Gilberto Freyre, deslegitima a dominação lusitana fundando o luso-tropicalismo que é refutado em obras revisionistas que surgem a partir da década de 1980.

Há, segundo Ceccagno, pelo menos quatro vertentes de análise literária que se dedicaram em compreender os significados por trás de *O coração das Trevas*. Tais vertentes seriam, a desconstrução fundada por Jacques Derrida, mas abordada aqui por J. Hillis Miller; a crítica da recepção, através da análise de Adena Rosmarin; a análise psicanalítica de Frederick R. Karl; e, por fim, o novo historicismo de Brook Thomas. Para cada uma dessas análises, o objeto a ser estudado é o texto, a obra física e, poucos se debruçaram no contexto histórico em que a obra foi escrita. Todavia, é necessário compreender a especificidades do texto para analisar as inúmeras lacunas deixada pelo autor, que possibilitam diferentes interpretações, como as interpretações feitas após os estudos pós-coloniais na década de 1980.

Desde as primeiras análises da obra, em 1902, Edward Garnett compreendia o romance como a exemplificação da “deterioração moral do homem branco enviado aos trópicos como ‘emissário da luz’”³. Essa perspectiva era repleta da ideologia presente no poema "The White Man's Burden" (O fardo do Homem Branco) de Rudyard Kipling, na época vestido de ciência, foi dominante no pensamento europeu. Ao longo do século XX novas perspectivas da obra foram surgindo. A análise da desconstrução, segundo Miller, foi responsável por comparar o livro de Conrad com as parábolas bíblicas, que tinham como pressuposto a revelação de algo incompreensível, retirando-se efetivamente o caráter moral das mesmas, que não se encontravam na obra de Conrad. Nessa configuração proposta por Miller, o significado da história está periférico a narrativa, e não no seu centro. Ou seja, a narrativa de Marlow para seus colegas simplesmente permite um reconhecimento destas trevas, mas não uma revelação, “posto que a parábola só é capaz de explicar uma verdade para alguém que já a conhece” (CECCAGNO, 2017, p.64). E, a obra em si não, como comentado acima, não tem algum objetivo de conduzir os ouvintes/leitores a uma moral universal.

A crítica psicanalítica de F. Karl, tentou compreender a partir da concepção Freudiana, o que Joseph Conrad apresentou como exótico na obra. Tanto o caráter grande e sexual, mesmo animalesco que ele descreveu os africanos que encontrou na trajetória do livro, mas também a concepção geográfica, ou seja, o grande rio em formato de cobra na qual os marinheiros se utilizavam para a navegação. Essa análise é menos referenciada do que a de Adena Rosmarin

³ Ver: CECCAGNO, Douglas. O coração das trevas relato de uma alteridade silenciada. *Acta Scientiarum. Language and Culture*. Maringá, v. 39, n. 1, p. 63-70, Jan.-Mar., 2017.

com a crítica da Recepção. Rosmarin defende que devido as inúmeras lacunas da obra, o texto é um documento para analisar a própria crítica. Essa percepção é respaldada pela liberdade dada ao leitor de preencher as lacunas e interpretar o texto como lhe convier. Não de forma maniqueísta, mas lançado nas fronteiras da narrativa a capacidade de o leitor compreender um possível final da obra. A crítica da recepção é utilizada em oposição ao pensamento Kantiano, e defende que a literatura tem interesse em si mesma.

Os personagens que recebem vós na trama são europeus e, a relação com as mulheres europeias e os negros congolenses são sempre partindo da abstração do ‘outro’. Esses personagens periféricos a obra nem mesmo são nomeados, e o discurso em relação aos mesmo são misóginos e racistas conforme as leituras mais recentes. Esses aspectos permitem compreender o mundo em que Joseph Conrad estava inserido, sendo a literatura uma fonte histórica importantíssima para compreender o desenvolvimento do pensamento de uma sociedade.

Por fim, temos o novo historicismo, que surge como alternativa as outras críticas considerando o contexto da obra e aquilo que o autor deixou implícito da sua experiência. Na análise de Brook Thomas, as trevas referem-se as relações de trabalho que alienam o sujeito em seu contexto, subjugando-o a uma cultura eurocêntrica. Os africanos são vistos como pré-históricos:

“Não, eles não eram inumanos. Bem, vocês sabem, isso era o pior de tudo – essa suspeita de eles não serem inumanos. Ela chegava aos poucos. Eles uivavam e pulavam, e rodopiavam, e faziam caretas medonhas mas o que apavorava era exatamente a ideia da humanidade deles – como a sua -, a ideia de seu parentesco recomo com essa gritaria selvagem e impetuosa [...]” (CONRAD, 2010, p.65).

Thomas utiliza-se do marxismo para construir sua crítica, e se opõe ferozmente a crítica da recepção, considerando-a negação da alteridade. “Não se pode desviar os olhos do fato de que há uma situação de exploração econômica que gera transtornos humanos históricos e que o elemento silenciado na narrativa é um ‘Outro’ que o progresso da civilização europeia prefere não ver” (CECCAGNO, 2017, p. 69).

Após ter discorrido sobre a importância literária de O coração das Trevas, é necessário apresentar algumas questões referentes as possíveis abordagens aplicáveis ao ambiente escolar.

Deste modo, propus o trabalho com turmas do ensino médio, pois compreendo que estes são melhor preparados para ler um livro denso como a obra de Conrad. Não deslegitimo a capacidade de turmas de ensino fundamental de analisar a obra, mas entendo as dificuldades encontradas pela educação primária em introduzir uma leitura mais complexa aos estudantes do ensino básico.

Defendo que ao utilizar obras literárias em sala de aula, possamos desenvolver nas crianças e adolescentes o prazer pela leitura e principalmente, passar de uma leitura que objetiva decodificar o texto para uma leitura crítica. Nas aulas de história, nossa disciplina objeto nesse texto, é possível vincular o contexto histórico da obra com os conteúdos trabalhados em sala de aula, além de permitir os estudantes questionar o que é uma fonte histórica e como trabalha-la. Jorn Husen utiliza-se do conceito de consciência histórica para representar a união do que é abordado em sala de aula da experiência do aluno/a. Deste modo, ao trabalhar a obra de Joseph Conrad, permitimos construir uma linha de rupturas e continuidades do pensamento imperialista que marcou o final do século XIX e o século XX.

Em um primeiro momento, sugiro que discutamos as primeiras leituras da obra, o papel que ela possuiu para referenciar a visão de dominação europeia sobre os outros povos. Seguido das interpretações que viam a obra como crítica do próprio período que estava inserida. Esse exercício é fundamental para que os estudantes compreendam de forma mais prática a mudança do pensamento ao longo do tempo e a utilização política do mesmo. Essa primeira atividade já havia sido desenvolvida pelo historiador Alfredo Ricardo Silva Lopes e apresentou bons resultados.

Sempre que o conteúdo apresentava relações com o romance selecionado, os próprios alunos teciam suas considerações e produziam vínculos entre a narrativa histórica e a narrativa literária (LOPES, 2017, p.269).

Seguido desta análise com os estudantes, é válido comentar sobre o contexto que precede e segue a transição do século XIX e XX, para isso Hobsbawn é uma excelente fonte para delimitação temporal. Tanto a conferência de Berlim, que delimitou os territórios que poderiam ser explorados por cada potência europeia em 1885, até a crítica da Belle Époque europeia e a primeira guerra mundial oferecem um quadro mais amplo para localização temporal

dos estudantes. Sugiro também a explicação das possessões do rei belga Leopoldo II na região que corresponde ao Congo e como esse amplo espaço foi alvo de ataques das potências europeias. Oferecer essas noções espaço-temporais permitem a discussão de forma mais eficaz dos relatos trazidos por Marlow na obra de Conrad.

A simples discussão é suficiente para que os alunos/as possam compreender a temática? Essa é uma questão que pode levar a uma infinidade de respostas, em que Paulo Freire é o principal expoente. Não! Somente discutir não é suficiente para que esses estudantes compreendam a complexidade das relações que se desenvolveram no continente africano mas acredito que existam formas de ampliar o leque de interesse por parte dos alunos/as. Uma destas formas é a redução da hierarquia professor/estudante, organizando a sala de aula de forma adequada para o debate horizontal. Sugiro formar um círculo com as classes, desenvolver aulas peripatéticas, utilizar-se de outros espaços da escola para essas atividades, entre outras tantas atividades que podem ser encontradas em livros sobre didática da história e educação. O que não podemos é deixar de lado a autonomia desses povos africanos de se autodirigirem e de negociarem com os europeus que chegam no continente. É esse o fator central que proporciona a compreensão da complexidade da história dentro do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

CONRAD, Joseph. O coração das Trevas. São Paulo: Editora Abril, Abril 2010.

CECCAGNO, Douglas. O coração das trevas relato de uma alteridade silenciada. Maringá: Acta Scientiarum. Language and Culture, v. 39, n. 1, p. 63-70, Jan.-Mar., 2017

LOPES, Alfredo Ricardo da Silva. O Imperialismo em O Coração das Trevas a descrença no capitalismo com instância do progresso. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS. Vol. 9 Nº 18, julho - dezembro de 2017

SOARES, Marcos César de Paula. O olhar estrangeiro em o coração das trevas de Joseph Conrad. Revista Lumen et Virtus. v. IV, n. 9, setembro 2013.

TEIXEIRA, Izabel Cristina dos Santos. A teoria pós colonial no encontro de duas narrativas. Florianópolis: Anu. Lit., v.17, n. 2, p. 143-153, 2012.

HOBBSAWM, Eric. A era dos Impérios: 1875-1914: cap. 3. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.56-79.

OS IMPACTOS DA PRIMEIRA GUERRA NOS SOLDADOS: REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “NADA DE NOVO NO FRONT” E DO FILME “FELIZ NATAL” (2005)

Rafael Fiedoruk Quinzani ¹
Nikelen Acosta Witter ²

Resumo: Nosso trabalho visa analisar de que forma a participação na Grande Guerra influenciou os combatentes e suas compreensões de realidade, partindo do estudo e das discussões sobre o período e dialogado com dois materiais: o livro “Nada de Novo no Front, de Erich Maria Remarque, e o filme “Feliz Natal” (2005). Apesar de efetuarmos algumas relações sobre as consequências do conflito a longo prazo, nosso trabalho aborda, principalmente, no contexto imediato dos soldados e suas experiências com o conflito.

Nesse sentido, Erich Maria Remarque traz diversas contribuições em sua obra. O autor do livro Nada de Novo no Front viveu a experiência da Grande Guerra, que marcou sua vida. Se trata de um livro de escrita simples, que permite-nos apanhar, pelo menos, uma fração da felicidade em ter muita comida, ou da dor em perder um companheiro, trazendo oportunidades diversas de reflexão sobre o conflito e as ressignificações dele decorridas.

Também o filme Feliz Natal traz importante subsídio para o entendimento das influências da Grande Guerra nos soldados. O filme distancia-se de produções demasiadamente simplificadoras da guerra, mostrando outras facetas para pensarmos a participação dos soldados na guerra e distanciando-se da generalização de ideais patrióticos como explicação das atitudes dos combatentes, o que leva diversas obras, por vezes, à desconsideração de outros fatores importantes nas atitudes do soldado.

Um dos destaques que apresentaremos está na mudança dos costumes: à medida que os soldados passam a viver com comidas simples, vestimentas simples, passam a aproveitar pequenos prazeres, como uma comida boa ou a presença de um companheiro estimado.

¹ Graduando em História- Licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Participa do PENSEH-Grupo de Estudos de Ensino de História. E-mail: rafael.quinzani@bol.com.br

² Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui Mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), e é Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e dedica-se a investigações de questões que envolvam Gênero e a História das Mulheres na época Contemporânea. E-mail: Nikelen@gmail.com.

De forma convergente, passa-se a viver de forma mais imediatista, sem se preocupar tanto em acumular bens ou alimentos, pois não é garantido que haverá outra oportunidade de experimentar o prazer disponível no momento:

(...) Faz com que procuremos gozar com sofreguidão as horas da vida que ainda nos restam, de um modo que nada tem de patético (...). É por este motivo, por exemplo, que Tjaden, quando se anuncia um ataque inimigo, toma a sua sopa de ervilha com toucinho, com uma pressa incrível, até a última colherada, porque não sabe se ainda estará vivo daqui a uma hora. (REMARQUE, 2014, p. 204)

Tal imediatismo também é retratado onde o autor discorre sobre o tempo em que ficaram hospedados em uma vila, relativamente próxima do front (REMARQUE, 2014, p. 176-182). Mataram porcos, os assaram e cozinham diversos alimentos. A artilharia inimiga avista a fumaça do assado, mas a boa refeição era tão importante para estes soldados que, ao invés de fugirem com o início de um ataque de artilharia, optam em ficar até terminar de preparar toda a comida:

Então, aos poucos, reparamos que começa um bombardeio. Os balões cativos descobrem a fumaça de nossa chaminé, e os projéteis chovem sobre a casa. São as malditas granadas de artilharia ligeira, que fazem um orifício pequeno, lançando muito longe a carga. Aproximam-se com seu assobio característico, mas não podemos abandonar a comida. Alguns estilhaços entram pela janela da cozinha. O assado já está pronto. Mas agora torna-se cada vez mais difícil fritar os bolinhos. Os projéteis caem tão perto, que a intervalos cada vez menores vão bater na parede e penetram pela janela. Cada vez que ouço uma granada aproximar-se, abaixo-me com a frigideira e os bolinhos. Logo depois, levanto-me e prossigo no meu trabalho. (REMARQUE, 2014, p. 178-179)

Também observamos a perda do pudor (REMARQUE, 2014, p. 14). O uso do banheiro, antes atividade privada, agora se torna momento de socialização. “não é à toa que a expressão ‘conversa de privada’ foi inventada (...). Estes lugares são o ponto de encontro dos boateiros e, na tropa, substituem a mesa de bar” (REMARQUE, 2014, p. 15).

Porém, percebemos que as mudanças nos costumes impactam de forma diversa os soldados. Por exemplo, não são apresentadas mudanças significativas na visão que os combatentes tinham do papel social das mulheres, o que não significa que essa mudança não estivesse ocorrendo em outras situações. Assim, por exemplo, embora não tivesse sentimento

de pudor diante de seus companheiros, o soldado, quando está sendo tratado de ferimentos, sente-se envergonhado de avisar à enfermeira de sua necessidade de ir ao toalete.

No livro de Remarque (2014), a percepção patriótica é representada, principalmente, no antigo professor do personagem (REMARQUE, 2014, p. 131-132). A visão que o professor tem dos combatentes é de que tratam-se de patriotas, e é este patriotismo que os incentiva a combater. O discurso do livro, porém, discorda de tal narrativa. Primeiramente, diversos combatentes se apresentaram mais pela pressão social, para não serem “covardes” (REMARQUE, 2014, p. 16 e 17) do que a crença no conflito. Houveram, também, tentativas de fuga, mas os desertores foram capturados e punidos. Além disso, um dos principais motivos para permanecer no front era um sentimento de fraternidade com os outros soldados do front, e de obrigação com essa nova família, ao invés de um sentimento de dívida para com a “Pátria”. Assim, percebe-se que grande parte dos soldados não se viam relacionados com a guerra, e, não fossem os outros fatores, não participariam das batalhas.

Porém, nem todos que participaram da Primeira Guerra chegaram à conclusão de que a guerra de nações não os envolvia. O nacionalismo também pode ter reforçado, em alguns casos, a construção do indivíduo enquanto membro de uma “pátria alemã”. Albert e Kropp, por exemplo, não concebem nação diferenciada de Estado, e tratam-na de forma homogênea, o que também ocorre com o conceito de “povo”:

-Geralmente, é assim: um país ofende gravemente o outro- responde Albert, com um certo ar de superioridade. Mas Tjaden faz-se de bobo e finge que não consegue compreender.

-Um país? não entendo isso. Uma montanha na Alemanha não pode ofender uma montanha na França. Nem um rio, nem uma floresta, nem um campo de trigo.

-Você é mesmo tão ignorante ou está só fingindo? – Pergunta Kropp, irritado. – não quis dizer isto. Um povo insulta o outro... (REMARQUE, 2014, p.157-158)

Nesta conjuntura, a maior parte dos internacionalistas se opuseram à participação na guerra. Para este grupo, acreditava-se que a paz só seria alcançada com a luta de classes. Com o texto, percebemos que, mesmo entre aqueles que não se definiam enquanto internacionalistas, havia concepções de sociedade bastante distintas. O estabelecimento de uma relação direta entre povo e Estado ajuda a pensar os conflitos dos próximos anos, e a ascensão do fascismo. Porém,

como é descrito, também, no livro, não era a única concepção de sociedade presente entre os combatentes alemães.

O filme “Feliz Natal” (2005) contribui à reflexão de quão prejudicial a interação com o “inimigo” era para o “patriotismo”:

O país? o que sabe o país do que nós sofremos aqui? Do que nós fazemos sem reclamação? Deixe-me lhe dizer, eu me senti mais próximo dos alemães do que aqueles que berram – matem os Krautz! - perante seus perus recheados (FELIZ NATAL, 2005).

Porém, novamente, se trata de uma situação com alguma relatividade. Nem todos seriam “tocados” pelo cessar-fogo da mesma forma. Primeiramente, quando os comandantes interceptam as cartas enviadas pelo front (que serão o motivo de descobrirem o “incidente”), relata, numa das cartas lidas: “eu fiquei na minha trincheira, tranquilo. Beber com estes bastardos? Eu preferiria morrer” (FELIZ NATAL, 2005). Em outro momento, um soldado tenta cruzar a “terra de ninguém” (terra que separa as trincheiras). Diversos soldados erram propositalmente o tiro, pois desejam que o mesmo fuja, mas um soldado acerta-o propositalmente. Por fim, um dos soldados aproveitou o momento de festividades para sabotar o equipamento inimigo, o que mostra mais uma compreensão do momento de celebração.

A concepção sobre a morte sofrerá profundos impactos. Seguidamente, se discutirá da existência ou não de uma razão para a morte de outra pessoa. Nesse sentido, percebemos diversas situações que poderiam gerar mais de uma interpretação: o autor afirma que os recrutas morriam em quantidades muito superiores às de veteranos. Para alguns, isso poderia significar a injustiça da guerra, baseada, em grande parte, em eventualidades e na inexperiência; para outros, poderia trazer um sentimento de superioridade em relação aos demais. O primeiro soldado a morrer do grupo foi o que não quis se alistar (REMARQUE, 2014, p.17), o que pode ser interpretado como a injustiça da guerra, mas também, pode servir para o discurso nacionalista, atribuindo a morte do indivíduo à falta de patriotismo. O soldado ter de “endurecer”, abandonando antigos costumes, como o de usar a privada sozinho, pode ser visto como uma necessidade da guerra, mas também como um processo que os tornou “melhores”. Assim, pensamos que uma mesma batalha, dependendo da interpretação individual, poderia ser

atribuída de interpretações antagônicas. Assim, concordamos com HOBBSAWN (1995), quando afirma:

Contudo, os ex-soldados que haviam passado por aquele tipo de guerra sem se voltarem contra ela às vezes extraíam da experiência partilhada de viver com a morte e a coragem um sentimento de incomunicável e bárbara superioridade — inclusive em relação a mulheres e não combatentes — que viria a formar as primeiras fileiras da ultradireita do pós-guerra. Adolf Hitler era apenas um desses homens para quem o fato de ter sido *frontsoldat* era a experiência formativa da vida. Contudo, a reação oposta teve conseqüências igualmente negativas. Após a guerra, tornou-se bastante evidente para os políticos, pelo menos nos países democráticos, que os banhos de sangue de 1914-8 não seriam mais tolerados pelos eleitores. A estratégia pós-1918 da Grã-Bretanha e da França, tal como a estratégia pós-Vietnã nos EUA, baseava-se nessa crença. A curto prazo, isso ajudou os alemães a ganhar a Segunda Guerra Mundial no Ocidente em 1940, contra uma França empenhada em agachar-se por trás de suas fortificações incompletas e, uma vez rompidas estas, simplesmente não querendo continuar a luta (HOBBSAWM, 1995, p. 28)

Por fim, a guerra altera o espaço social dos combatentes. Para alguns, a guerra foi uma experiência negativa; outros se alistariam novamente (REMARQUE, 2014, p.67). Porém, em ambos os casos, podemos perceber a dificuldade de se adaptar à vida civil. Primeiramente, fez com que uma geração de jovens se dedicasse somente à guerra, sem poder estudar, e perdendo oportunidades de emprego; em segundo lugar, traz um sentimento de insignificância da vida cotidiana, expressa, por exemplo, no Estresse Pós-Traumático. Por fim, podemos acrescentar que a Alemanha, arrasada com a guerra e com os termos de paz, passaria por um profundo período de crise, oferecendo poucos empregos, mesmo no exército, se compararmos à demanda pelos mesmos. Essa situação contribuiria, inclusive, para a ascensão de movimentos totalitários (HOBBSAWM, 1995).

Através de nossa análise, concluímos que os combatentes da Primeira Guerra Mundial foram marcados profundamente pela participação nesse conflito, trazendo novas compreensões de mundo aos soldados. Porém, essas compreensões não foram iguais e, em grande parte das vezes, foram antagônicas. Se os conflitos foram negativos para alguns soldados, outros não tiveram a mesma opinião; se alguns viram pessoas morrerem e sobreviverem sem motivos lógicos, mesmo com treinamento, outras atribuiriam motivos racionais a estas mortes; se alguns perceberiam a injustiça da guerra, outros justificariam a luta entre “povos”.

A análise do filme contribui para percebermos um intenso conflito entre empatia e a construção de um inimigo. Soldados que guerreavam há algumas horas, agora não tinham coragem de atirar, quando perceberam que lutavam contra humanos que sofriam como eles, que festejaram e beberam com eles.

O livro é uma leitura de tamanho mediano, sem terminologias difíceis, e que traz importantes contribuições para uma melhor compreensão da Grande Guerra. Trata-se de um material que, além de ser bom de ler, pode ser usado, em fragmentos, na sala de aula, com os devidos cuidados. É um livro com forte capacidade de provocar a sensibilização do leitor: apresenta, em seu enredo, uma pessoa que come muito; um cozinheiro que está distribuindo mais comida porque o número de soldados havia diminuído, enquanto a comida permanecia a mesma; um amigo que não abandona seu companheiro no conflito; um recruta que chora no peito do personagem; a dor em abandonar a família novamente; soldados que morrem, enquanto a notícia que retorna ao quartel-general é de que “não há nada de novo no front”.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial; História Contemporânea; História e Literatura.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história:** especificidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade:** estudos de teoria e história literária. São Paulo: Nacional, 1985.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FELIZ NATAL. Direção de Christian Carlon. Produção de Christophe Rossignon e Benjamin Herrmann. Sony Pictures Classics, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 478 p.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: EdUNICAMP, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

REMARQUE, Erich Maria. **Nada de Novo no Front**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2014.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-92.

AS RELAÇÕES FRANÇA-ARGÉLIA NA OBRA “A PESTE” DE ALBERT CAMUS

Gabriel Reolon¹

João Manuel Casquinha Malaia dos Santos²

Resumo: No presente artigo, pretende-se realizar uma análise histórica da obra de Albert Camus, “A Peste” (1947). O motivo para o uso de tal fonte para abordar o tópico de África Contemporânea, ao meu ver, é bastante simples e plausível: o romance se passa em Orã, uma cidade costeira na Argélia (então colônia francesa), que em algum momento da década de 40, tem a ocorrência de uma epidemia - um acontecimento real, ocorrido em 1947. No entanto, Camus usa deste evento real para criar uma alegoria sobre o nazismo. Nisso, ele descreve toda a cidade de maneira geral - ruas, monumentos, estabelecimento, bairros, portos, entre outros diversos locais) – além é claro, de pessoas, costumes, rotinas e relações. Porém, mesmo se passando em África, em nenhum momento Camus parece se atentar a descrever a população local ou as relações daquela cidade com o mundo – fazendo um trabalho que muito passa a impressão de uma cidade francesa.

Este trabalho procura entender o porquê disso: por que Camus, um homem que nasceu na África, tem outras obras que fazem relatos diretos sobre as regiões da Argélia, nesta, procura

¹ Graduando em história pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: gabrielreollon@gmail.com.

² Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFSM). Professor do Mestrado em Ensino de História em Rede Nacional – ProfHistória. Coordenador do *Stadium* – Grupo de Estudos do Esporte e das Práticas Lúdicas. Email: jmalala@gmail.com.

retrata-la de maneira diferente. O que mudou nesse intervalo de tempo? O que poderia ter levado ele a escrever de maneira diferente sobre este lugar?

A motivação por trás da escolha desta obra, para a realização de uma análise historiográfica, vem a ser por estar trabalhando com a fonte neste momento, na realização de outros trabalhos. Coincidentemente, a mesma aborda uma África do séc. XX, se aproximando do que foi apurado na disciplina.

O autor do livro, Albert Camus, nasceu onde hoje é a Argélia (na época, colônia da França) em 1913. Filho de pais franceses (uma humilde família *Pied Noir*³), viveu sem muitas condições, tendo que, em algumas vezes, escolher entre estudar ou trabalhar para ajudar nas contas da casa. Seu pai morreu em seu primeiro ano de vida, servindo na 1ª Guerra Mundial, assim, sua mãe foi obrigada a morar com outros familiares em Argel.

Camus foi muito incentivado a escrever desde os seus primeiros anos na escola, por professores. Isso o levou ainda a seguir uma carreira acadêmica, chegando a ingressar e realizar alguma pós-graduação. Concomitante (por volta da década de 30), se associa ao Partido Comunista Francês assim como o Partido do Povo da Argélia; funda o jornal “Argel Républicain” e o “Combat” (jornal da Resistência Francesa, onde também foi redator). Durante a 2ª Guerra, participando ativamente da Resistência à ocupação nazista (FRAZÃO, 20/02/2015).

No decorrer da guerra, publica duas obras: “O Estrangeiro” (1942) e “O Mito de Sísifo” (1942), dois romances de enorme destaque, tanto na própria literatura, quanto com relação a filosofia existencialista que vem a desenvolver.

Após a guerra, viaja para outros países, como Estados Unidos e Brasil; publica mais obras, dentre romances e ensaios, como o próprio “A peste”, “O homem Revoltado” (1951) e “A Queda” (1956). Ainda na década de 50, recebe o Prêmio Nobel de literatura. Ao início da década de 60, Albert Camus morre em um acidente de carro.

No período da obra (década de 40), a Argélia estava envolvida na Segunda Guerra Mundial, sendo tanto uma colônia que estava em um esforço total para a guerra para a sua metrópole, quanto também um campo de batalha. A África Setentrional serviu de palco para

³ *Pied Noir*: Franceses que foram viver na Argélia, ou que ascendência francesa ou européia.

batalhas entre os povos africanos (que lutavam por suas metrópoles) que ali estavam, além de estadunidenses, britânicos, franceses, italianos, alemães.

Os países da África setentrional e do chifre da África, transformados em campos de batalha, também fornecem soldados às diferentes frentes européias. Até junho de 1940, a África do Norte fornece sozinha 216.000 homens, entre eles 123.000 argelinos. De 1943 a 1945, 385.000 homens originários da África do Norte (incluindo 290.000 argelinos, tunisianos e marroquinos) participam da liberação da França (MAZRUI; WONDJI, 2010, p.52).

Concomitantemente, ainda na década de 30, mudanças ocorrem no campo da política. Antes da guerra, diversas organizações políticas iniciam suas atividades, buscando um diálogo com a metrópole, na tentativa de obter a independência. Porém, em um primeiro momento, estas reivindicações são barradas pela oposição de governo⁴ - sendo somente retomadas, após os conflitos a finalização da Campanha Norte-Africana⁵ (MAZRUI; WONDJI, 2010).

Tais movimentos reprimidos, tomam mais força ainda durante a guerra, quando são retomados em 1943 - tendo formas de resistência ainda em 1940, quando habitantes da colônia se recusam a pagar seus impostos. O governador-geral da Argélia chega a caracterizar aquela população como “indisciplinada, mal-educada e, por vezes, insolente”. Junto disso, já em 1945, a França já não possuía mais o poder de ameaça do anterior a Segunda Guerra Mundial.

Após o conflito, a França toma uma postura fortemente repressora com relação as suas colônias: guerra da Indochina e o Massacre de Sétif (maio de 1945), são exemplos disso. Já em 1946, com a Assembléia Nacional Constituinte na França, é concedida a cidadania a habitantes de territórios ultramarinos, tornando as colônias (PORTO, 2015), Estados associados a França - com exceção dos protetorados. Porém, a população Argelina permanece insatisfeita com sua posição: desejavam a posição de uma República, eleita pelo seu povo.

Em 1947, com o Estatuto de Argélia, são definidos toda a estrutura de governo sobre a colônia, não concedendo qualquer possibilidade de emancipação aos argelinos. Este estatuto, contudo, não oferecera uma estabilidade, ou paz, para a Argélia. Muito pelo contrário, deste

⁴ Segundo Mazrui, o Primeiro-Ministro Francês Léon Blum estava disposto de realizar mudanças em favor dessas reivindicações, mas os colonizadores franceses em Argélia, fizeram pressão para que nada acontecesse.

⁵ Conflitos que ocorreram ao norte do continente africano durante a 2ª Guerra Mundial, entre 1940 e 1943.

momento em diante, só se fermentará descontentamento e ressentimento com o governo Francês, iniciando em 1954, a Guerra pela Independência da Argélia.

A abordagem realizada, se utilizando de um romance que, apesar de usar de um acontecimento real, ainda possui alguns pontos que não são reais, originados da inspiração do autor. Idéias estas, que tem outros objetivos e finalidades, que não a própria narração do evento. Aqui, a História, como ciência e a Literatura entram em divergência. Como determinar o que é real, retratado por Camus e o que são idéias suas, que não condizem com o processo narrado?

A História, busca ao máximo o rigor e a verossimilhança em sua narrativa - apesar de saber que nunca vai determinar com extrema precisão, os eventos e processo, acaba por chegar em um resultado aproximado. A literatura, por outro lado, faz um caminho distinto, criando uma “modalidade narrativa referencial ao mundo, com pretensão aproximativa” (PESAVENTO, 2003, p. 37). Não sendo necessária a comprovação, apenas precisando de uma coerência com a realidade e que seja plausível. No fim, ambos chegam ao mesmo ponto.

Posto o contexto histórico que se passa o livro e a história do autor, nos atenhamos agora a uma análise da obra. O romance foi primeiramente publicado em 1947, pela “Éditions Gallimard”, uma forte e respeitada editora francesa, fundada em 1911, e que atua até hoje, fazendo parte de um dos maiores grupos editoriais do mundo, tendo um acervo enorme de livros publicados. Esta mesma editora lançou livro de Jean-Paul Sartre, André Gide e Raymond Queneau (ROMER, 26/03/2011).

Seu autor, Albert Camus, como dito anteriormente, é de uma família humilde, mas ainda assim francesa - o que lhe colocava em uma situação mais razoável a maioria da população em Argélia. Trabalhou em diversas profissões – mas foi como escritor em jornais e de romances, que estabeleceu sua fama. Ao escrever “A Peste”, logo após o fim da guerra, já estava com uma reputação bem sustentada, por seus outros dois livros.

De modo geral, acredito que, Albert Camus toma decisões, semelhante a posição do historiador: seleciona os fatos ocorridos e os transforma para uma ficção, porém, não tirando toda a carga de realidade que aquele acontecimento tem. E mais, nessa transformação, acaba por incluir o seu contexto como autor - seus interesses e objetivos. Nesse caso, ele acaba, como o historiador, por escolher episódios e processos e os inclui em uma narrativa a qual ele irá se dedicar a contar.

Ao longo da leitura, pode-se identificar também um traço do autor que perpetua todo o livro. Quando faz referência aos habitantes de Orã, ele usa os termos “nossos concidadãos”, incessantemente. Esse termo ser usado constantemente, em um livro que vai, muito provavelmente, ser publicado na França, em um pós-guerra com muitas reivindicações por parte das colônias, e um ano após a Assembléia Nacional Constituinte, que decide o destino das colônias francesas e que concede a cidadania aos habitantes nativos das destas.

Deve-se levar em consideração ainda, que Camus foi associado ao Partido do Povo da Argélia, antes de ir para a França, quando atuou na Resistência. Ainda, fundou um jornal (que, pelo seu nome, parecia ter um certo caráter político. Albert Camus em sua trajetória, já havia se posicionado pela Argélia. Nesta obra, supostamente, influenciado pelo contexto a que vivia, viu uma oportunidade, e a aproveitou.

Apesar de iniciar o livro a descrevendo como uma cidade feia, “[. . .] sem pombos, sem árvores e sem jardins, onde não se encontra o rumor de asas, nem o sussuro das folhas? Em resumo: um lugar neutro” (CAMUS, 1996, p. 9). Simultaneamente, Camus constrói uma Oran em sua literatura, bastante “francesa”. Praças, cafés, restaurantes, hotéis e comércios estão fortemente presentes. Em outros momentos, o autor mostra as pequenas belezas da cidade, como a “primavera que se vende nos mercados”, fazendo menção a chegada da primavera, com o comércio de flores.

Os subúrbios de Oran, retratados ao longo do livro, como uma região pobre e densamente povoada - que pode ser dado como consequência do rápido crescimento populacional, bem como urbano, nestas regiões na década de 30 e 40. Isso ocorre, curiosamente, em paralelo a Crise econômica de 29 – que vem a causar a diminuição da produção agrícola e da extração de minérios (que eram os “carros-chefes” da economia da região).

Levando em consideração os fatos e processos apresentados, bem como a metodologia citada, Albert Camus, em seu trabalho na obra “A peste”, tenta, aparentemente, criar um discurso, uma figura, no imaginário do público leitor francês, sobre a Argélia. Concomitante a essa ação, o autor tenta também, humanizar (ou pelo menos, criar uma empatia) com a população Africana, que vivia uma forte repressão pelo Estado francês.

Junto a isso, o autor produz na obra, uma cidade que, apesar de seus defeitos, como a falta de árvores, o forte calor no verão, o lamaçal que surge no outono, possui beleza, conforto

e prazeres, tais quais em França. Os passeios, os encontros em associações, as avenidas, os locais para apostas, a paisagem de Oran, os banhos no mar e, acima de tudo, a amizade – marcas que indicam o deleite que a cidade pode oferecer a seus habitantes, como também vestígios da vida do autor e sua filosofia.

Palavras-chave: África Contemporânea; Albert Camus; Literatura.

REFERÊNCIAS

BORGES, V. R. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, UFG, Goiânia, n. 3, p. 94 – 109, Jun. 2010. ISSN 2175- 5892. Disponível em: https://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO__BORGES.pdf. Acesso em: 21/06/2019.

CAMUS, A. **A Peste**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record Ltda., 1996. ISBN 85-01-15439-3.

FRAZÃO, D. **Albert Camus**. 20/02/2015. Disponível em: https://www.ebiografia.com/albert_camus/. Acesso em: 23/06/2019.

LE groupe Madrigall. Disponível em: <http://www.gallimard.fr/Footer/Ressources/Le-groupe-Madrigall>. Acesso em: 23/06/2019.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p. ISBN 978-85-7652-130-3.

PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31 – 45, Set. 2003.

PORTO, L. de A. A Aquisição da nacionalidade francesa pelos franco-argelinos: o problema da imigração na França do séculoXX. In: **VII Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**. Florianópolis: [s.n.], 2015. Disponível em: http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/1a49ec55-627d-463c-88af-8b442162dfe3/artigo_gt-ri_leticia_viispi.pdf?MOD=AJPERES. Acesso em: 23/06/2019.

ROMER, S. **Gallimard: 100 years in publishing**. 26/03/2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2011/mar/26/gallimard-stephen-romer>. Acesso em: 23/06/2019

OS ARQUIVOS ENQUANTO FONTES PRIMÁRIAS PARA A HISTÓRIA DA LITERATURA

Mateus de Moura Rodrigues¹

Resumo: O legado histórico é precedido pelos acervos, principalmente os documentais. Abordar a historiografia sem ater-se à pesquisa tendo a documentação como fonte é, em suma, impossível. Sabe-se que o documento é o registro da atividade humana em todas as frentes da sociedade, seja no âmbito pessoal, público ou privado. Tais registros são atestados dotados de autenticidade e fidedignidade, características imprescindíveis para a confiabilidade dos mesmos enquanto manancial de informação. A tal registro deve-se a premissa de fonte para a pesquisa histórica, e são nos arquivos que residem os registros formais de atos e fatos que culminaram na evolução da sociedade, permitindo ao historiador ater-se aos mesmos de modo a extrair sua visão dentro do contexto a que se propõe.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo vislumbrar os arquivos enquanto fonte primária para a pesquisa histórica, em especial da história da literatura, com enfoque nos arquivos das bibliotecas, tanto no âmbito de suas atividades meio e fim quanto no tocante aos documentos constitutivos dos seus acervos. Tal análise é feita a partir da pesquisa bibliográfica em mananciais teóricos pertinentes ao tema em pauta.

A partir do surgimento da escrita enquanto meio de registro para as mais diversas intenções e necessidades humanas, a sociedade se desenvolveu sobre um dos marcos mais significativos para sua existência e consolidação: o documento. Esta entidade, da qual muitas vezes emana a pura, irrestrita e burocrática formalidade, cumpre papel decisivo para o entendimento de cenários que já não pertencem ao tempo presente. Este mote formal intrínseco pertence à ideia de documento sob um ponto de vista limitado, pertencente àqueles que não conhecem o significado do mesmo para além do vocábulo.

Tal entendimento é evocado, especialmente, devido aos fins para os quais documentos são produzidos no âmbito das administrações. Estes são bastante semelhantes aos que

¹ Docente do Curso de Arquivologia (Universidade Federal do Rio Grande - FURG); Bacharel em Arquivologia (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM); Especialista em Gestão em Arquivos (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM); Mestre em Patrimônio Cultural (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM); doutorando em Letras (Universidade Federal do Rio Grande - FURG). E-mail para contato: mateusmrodrigues@gmail.com

Zilberman (2003) aponta como decisivos para os sumérios, criadores do alfabeto cuneiforme aproximadamente quatro mil anos antes de Cristo, para criar registros de cunho testemunhal de movimento e contabilização de bens.

Neste contexto, não cabe avaliar puramente a existência e o objetivo do emprego da escrita. As circunstâncias nas quais a mesma veio a se desenvolver e foi empregada não permaneceram inalteradas no decorrer da história. Do mesmo modo, o documento, que invariavelmente era produzido e utilizado para fins de registro, passou a ser visto como uma fonte de memória e esta prerrogativa deu origem aos primeiros arquivos. Garcia, Penna e Richter (2004) firmam que estas instituições surgiram aproximadamente 3.600 anos antes de Cristo no interior de templos e palácios das civilizações antigas.

A partir do século XIX, os arquivos passaram de meros arsenais de armas jurídicas para locais de pesquisa histórica. Tal fato foi impulsionado pelo Romantismo Histórico, no qual prevalecia a glorificação do passado e do patrimônio documental e literário. Neste contexto, os eruditos pesquisadores e historiadores fizeram com que os arquivos deixassem de ser meras repartições estatais, tornando-se instituições culturais, prevalecendo, a partir de então, a pesquisa documental norteadas pela heurística e pela crítica histórica (GARCIA; PENNA; RICHTER, 2004). Esta escala evolutiva dos arquivos, como não poderia deixar de ser, ao final do século XIX levou a novas concepções envolvendo a criação dos arquivos nacionais e o surgimento dos princípios básicos da metodologia arquivística. Garcia, Penna e Richter (2004) consideram este desenvolvimento dos arquivos e sua reconhecida importância cultural como algo que culminou no chamado Universalismo Arquivístico, que contempla tanto a tradição histórica quanto a dimensão administrativa. A partir de então, e até os dias atuais, os arquivos cumprem papel social de extrema relevância, tendo a gestão como prática primordial e indissociável à preservação do patrimônio histórico-documental da humanidade.

No âmbito da história da literatura, Manguel (1997) explica que o desenvolvimento da arte da escrita serviu para incrementar a natureza da comunicação entre os seres humanos. O autor também atribui o surgimento da escrita à motivação registral de transações comerciais da época, ou seja, documentar um ato jurídico. Zilberman (2003) corrobora ao considerar que o objetivo de explorar ou prover o assentamento de registros para fins de prova documental foi de caráter primordial. Porém, o uso da escrita para além dos documentos deu-se, pela primeira

vez, com o registro do poema épico Gilgamesh, cerca de dois mil anos antes de Cristo. Esta obra pertenceu ao maior acervo pré-helênico de obras do oriente e resistiu a um soterramento de mais de 2.500 anos, até ser encontrado na segunda metade do século XIX. Segundo a autora, o uso da escrita tendo a poesia como seu objeto teve, neste caso, uma aproximação com a religião, dado seu status diferenciado e acessível somente a eleitos, como sacerdotes e membros da elite. Por este motivo, Zilberman (2003, p. 1) considera que “narrativas e versos de teor mítico e heroico vieram a ser objeto tanto do registro escrito, quanto de sua conservação, garantindo-lhe a sobrevivência ao longo do tempo”.

Posteriormente, a exaltação dos autores e o reconhecimento da literatura decorreu de acontecimentos marcantes, como a desvinculação da poesia da religião e o surgimento de novos suportes para a escrita, entre eles o papiro, mais acessível e, conseqüentemente, mais popular (ZILBERMAN, 2003). De acordo com a autora, este fenômeno foi um dos desencadeadores da criação das primeiras bibliotecas para custodiar toda produção literária já escrita, tendo como marco a Biblioteca de Alexandria, fundada por Ptolomeu. Percebe-se, dentro deste contexto, que a literatura, em sua trajetória, caminha de um elemento pertencente a indivíduos ditos privilegiados, para abarcar a sociedade de um modo geral. Assim, conjectura-se que os espaços de leitura cumpriram e continuam cumprindo o papel de democratizar tal benefício. Darnton (2010) chancela este raciocínio ao abordar os arquivos das bibliotecas como acervos documentais não bibliográficos de suma importância. Para o autor, estes documentos oferecem a possibilidade de estabelecer conexões entre os gêneros literários e as classes sociais alcançadas.

Além dos documentos constitutivos da instituição biblioteca, que definem e guardam sua memória, também deve-se considerar aqueles documentos que não foram produzidos ou recebidos para fins administrativos da mesma, ou seja, de suas atividades meio e fim. As bibliotecas comumente também armazenam em seus acervos documentos que foram doados para salvaguarda, e que também servem de fonte para a pesquisa histórica, tanto referente à instituição e suas relações com o contexto que a cerca, quanto sobre a figura humana ou institucional à qual tais documentos dizem respeito.

Silva (2008, p. 65-66) ilustra esta situação referindo-se, em termos gerais, às coleções de museus, mas menciona também as bibliotecas dentro deste mesmo contexto: “os museus

colecionam documentos que, muitas vezes, foram retirados de seu contexto por diversas razões, e foram vendidos ou doados a museus, arquivos e bibliotecas”. A autora também destaca as funções das instituições museológicas, de recolher e colecionar, as quais assemelham-se às das bibliotecas no tocante aos seus arquivos. Neste sentido, postula que tais acervos documentais possuem valor histórico. Logo, o acesso aos mesmos “é um serviço voltado para a área fim da instituição: pesquisa na área de história da ciência. E é o mesmo interesse histórico de outros museus também” (SILVA, 2008, p. 66).

Em complemento a esta premissa, Bellotto (2006) demarca a diferença entre arquivo, biblioteca e museu: os arquivos são receptores de conjuntos documentais de fontes geradoras únicas, reunidos segundo sua origem ou função, servindo a objetivos jurídicos, administrativos e para fins de pesquisa histórica; as bibliotecas colecionam acervos de origem artística ou de pesquisa, provenientes de múltiplos fornecedores, reunindo-os de acordo com seu conteúdo, com objetivos culturais, técnicos e científicos; e os museus colecionam acervos provenientes da criação artística ou material de uma civilização, classificando-os de acordo com a natureza do material, com fins educativos e culturais.

Sabe-se que os acervos documentais são fonte de pesquisa historiográfica, haja vista que os mesmos são autênticos e fidedignos pela ótica arquivística, desde que resguardados os caracteres e quesitos que lhe conferem tal condição. Assim, é nos documentos de arquivo que residem as verdades que descrevem a realidade emanada de uma determinada época e seu contexto sociocultural, de maneira irrefutável e ímpar, não restando repúdio à informação que está fixada em seu suporte material e chancelada pelos seus signatários. Neste sentido, infere-se que, a partir do escrutínio dos acervos documentais das bibliotecas é possível associar-se, por exemplo, uma determinada realidade social local à instalação da instituição, à disponibilidade de obras, aos hábitos de leitura da época, entre outros fatores que se deseja explorar.

No campo da História da Literatura, as fontes primárias vão além do conceito formal de documento. Bellotto (2006) sintetiza o conceito de documento a que todo e qualquer material de registro resultante da ação humana. Aliado ao que Zilberman (2003) afirma, de que as fontes primárias se estabelecem para contar a história, tem-se que os documentos cumprem com este requisito, podendo serem considerados fontes primárias para a pesquisa historiográfica.

Entrosado a estas questões, é evidente que o conceito de documento engloba todos os fazeres da humanidade, inclusive sendo um veículo de informação, como é o caso dos acervos jornalísticos. Segundo Karawejczyk (2010, p. 132), “os historiadores têm, cada vez mais, incorporado periódicos no seu arsenal de consulta, muitas vezes utilizando-os como fonte exclusiva”. A autora trata este fenômeno apoiando-se nos escritos de Jacques Le Goff (1990 apud KARAWEJCZYK, 2010), que vê o alargamento do conceito e da aceitação do documento enquanto fonte a partir dos anos 60, como causador do que chama de “revolução documental”, qualitativa e quantitativamente.

Também neste contexto, Lyn Hunt (2001 apud KARAWEJCZYK, 2010) compactua com a análise, oferecendo seu ponto de vista ao chamar atenção para as possíveis manipulações dos documentos utilizados como fonte de pesquisa histórica, alertando que os mesmos podem ter sido escritos por autores com determinadas intenções. Neste caso, cabe ao historiador fazer uso de seu senso crítico, fundamento inerente ao método de pesquisa histórica.

Há de se valer também que o uso de jornais como fonte é um ato indissociável do referido senso crítico, afinal há sempre a possibilidade de dissonância entre o fato noticiado, a escrita e a leitura. Estes três elementos são rodeados de contextos que abarcam uma gama complexa, a qual foge à formalidade da produção de um documento que se vale dos princípios arquivísticos. Zilberman (2003), ao tratar das fontes primárias, seus usos e características, analisa o foco do olhar do pesquisador e sua construção descontínua, onde não se formulam começos nem finais absolutos. A autora, então, exemplifica esta questão com sua pesquisa sobre a versão original de “Memórias póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, publicada em dezessete partes quinzenais em 1880 pela Revista Brasileira. Neste contexto, analisa-se se esta seria a fonte primária da obra, tendo em vista que a dita publicação quinzenal precedeu a edição do romance publicado em 1881.

Tal inquietação remete à busca de fontes primárias nos arquivos pessoais, sobretudo no campo da literatura. A despeito das publicações de grandes escritores e seu uso como fonte primária, há de se ater às possibilidades de pesquisa atinentes a estes acervos, principalmente no que concernem às diversas interpretações possíveis do material encontrado nestes meios e sua potencial significância como fonte primária.

Travancas (2013) narra sua experiência com o arquivo do poeta e escritor Carlos Drummond de Andrade, custodiado pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, pertencente à Fundação Casa de Rui Barbosa. A autora, ao apresentar sua leitura do arquivo, enfatiza, contudo, que se trata apenas de sua interpretação, uma entre tantas outras possíveis. Após estudar a produção de Drummond na imprensa, fontes presentes no arquivo pessoal do escritor, foi capaz de perceber que há uma ambivalência entre o Drummond jornalista e o Drummond poeta, e que esta não é contraditória, mas complementar: “Drummond até o final da vida valorizou o trabalho que realizou nos jornais – sua crônica de despedida é a prova disso – e fez questão de guardar, de forma bastante organizada, toda a sua produção” (TRAVANCAS, 2013, p. 246).

Os arquivos pessoais refletem o seu produtor, sua vida, sua atuação junto à sociedade e tudo mais que permeia sua existência ou sua obra. Tais questões foram possíveis de ver evidenciadas nas considerações da autora, a qual fez sua leitura do arquivo pessoal de Drummond utilizando-se das fontes disponíveis no acervo e oferecendo a sua interpretação. Esta visão, a qual a própria autora alertara não ser definitiva, é apenas uma possibilidade variante entre tantas pesquisas que possam haver naquele mesmo acervo com os mesmos propósitos de análise. Hobbs (s.d. apud OLIVEIRA, 2012) destaca que os arquivos pessoais explicitam sobre seus produtores exatamente aquilo que são ou foram enquanto pessoas, haja vista que tal acervo foi criado de acordo com suas necessidades e predileções, e não pelo imperativo de uma legislação, excetuando-se documentos referentes ao exercício da cidadania, como declarações de imposto de renda, por exemplo. Estes denotam a existência pública do indivíduo, mas não sua personalidade.

Neste sentido, o uso de arquivos pessoais como fontes primárias, principalmente no campo da literatura, permite o escrutínio do contexto no qual determinado escritor estava inserido quando da produção de uma ou mais obras de sua vida. Conforme sintetiza Zilberman (2003), as fontes primárias estabelecem uma história. Não “a história”, mas “uma história”. Este pressuposto assinalado pela autora remete à subjetividade inerente à interpretação do pesquisador, seu entendimento e reconstrução. Logo, tendo como premissa o uso de documentos como fontes primárias, é necessário ater-se aos conceitos que permeiam a entidade

documental e sua valoração, já que o que se busca é uma ponte entre a origem e a atualidade, prescrevendo, quase sempre uma trajetória permeada, entre outros fatores, pela cronologia.

No âmbito desta abordagem, voltada às fontes primárias para a História da Literatura, esta premissa também é válida, dada a riqueza do corpo documental presente nas bibliotecas enquanto instituições. Tal documentação, mesmo que à margem da gestão documental, encerra em si a relevância institucional e social necessária à sua consolidação como veículo de memória. No tocante à imprensa periódica e sua infinidade de publicações, o mesmo raciocínio é possibilitado pela ampla gama de instrumentos à serviço da pesquisa, permitindo ao historiador o incremento necessário para atestar seus vislumbres de determinada época a partir de mais uma lente além daquelas estritamente formais oferecidas pelos documentos tradicionais.

Contudo, o uso destas fontes está fadado à excelência somente mediante à garantia de acesso. Conforme exposto por Derrida (2001), o arquivo significa poder, e organiza a história dentro de seus próprios interesses, a fim de promover determinadas consequências, sejam elas sociais ou políticas. Mas sabe-se que o arquivo por si só não é capaz de atuar nestas frentes sem a figura humana, e o esquecimento e o apagamento da memória, de que trata o autor, somente ocorrerá sem o acesso aos arquivos.

Palavras-chave: história da literatura; fontes primárias; arquivos.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette:** mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo:** uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas; RICHTER, Eneida Izabel Schirmer. **Introdução à arquivologia.** 2. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico. – Breves considerações. In: **Historiæ.** v. 1, n. 3, 2010. p. 131-147.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

SILVA, Maria Celina de Mello e. Arquivos históricos de museus: o arquivo de história da ciência do MAST. In: **MAST Colloquia Vol. 10**: Documentação em museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em 03 fev. 2018.

TRAVANCAS, Isabel. Entrando no arquivo do Drummond e lendo suas crônicas na imprensa. In: Heymann, Luciana; Rouchou, Joële; TRAVANCAS, Isabel. **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ZILBERMAN, Regina. Periódicos literários e fontes primárias. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Periódicos Literários Brasileiros**, 1º, 2002, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2003. CD-ROM. p. 1-8

2. ESCRITAS DA HISTÓRIA: TEORIA, METODOLOGIA E HISTÓRIA DAS IDEIAS

EXÍLIO E O TERRITÓRIO DO NÃO PERTENCER: NOTAS SOBRE STEFAN ZWEIG

Débora Faccin¹
Carlos Henrique Armani²

Resumo: Propõe-se, com este trabalho, trazer apontamentos a respeito da obra de Stefan Zweig “Autobiografia: O mundo de ontem”, sobretudo observando as questões referentes à perda do sentimento de pertencimento resultante de sua situação de exílio decorrente da perseguição antissemita na Europa pelo governo nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Aliado à História Intelectual, sobretudo aos pressupostos teórico-metodológicos de Dominick LaCapra e Franklin Baumer, pretendemos reconhecer as tensões do não-pertencer presentes na narrativa do autor e relacioná-las às experiências que o atingem. Atentaremos tanto em relação ao contexto da Europa no século XX e do pensamento europeu moderno quanto aos traumas vivenciados pela sua situação apátrida, pela perda progressiva do seu lugar seguro, de pertencimento.

Para tanto, consideraremos a relação entre texto e contexto, linguagem e mundo observado por Dominick LaCapra, que assinala “intenção, motivação, sociedade, cultura, corpus e estrutura” como pontos importantes para a análise contextual, a fim de compreender as linguagens, os discursos e a sociedade cujos traços se fazem presentes na obra de Zweig. De acordo com Franklin Baumer, trata-se da Europa do devir, do “homem problemático” que perdeu seus referenciais para a modernidade e que vive a era do “Absurdo, da Ansiedade e da Alienação”. Zweig está presenciando, nos termos de Baumer, o declínio não só da democracia dentro da sociedade, mas do ideal de Europa e de cultura ocidental como um todo: “A confiança no progresso futuro foi substituída, de modo geral, pela melancolia.” (BAUMER, 1977, p. 286)

¹ Acadêmica do curso de História – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde participa do Grupo de Estudos de História das Ideias e dos Conceitos (GEHC). E-mail: de.faccin@hotmail.com.

² Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: carlos.armani@gmail.com.

Em sua autobiografia intitulada “O mundo de ontem”, Stefan Zweig registra as vicissitudes que atingiram o território europeu no século XX, o seu mundo. É testemunha das mudanças modernas descritas por Franklin Baumer e Eric Hobsbawm, e as encara como uma espécie de evolução catastrófica. Descreve utopicamente a Europa de *antes* como modelo civilizacional, com uma burguesia (da qual fazia parte) frequentadora de liceus, teatros, de qualificada crítica literária e tamanha altura intelectual. Narrativamente, essa civilização de tantos avanços tecnológicos e valores morais retrocede à barbárie.

Dedica o primeiro capítulo de seu livro para descrever a segurança dos tempos áureos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Nascido em 1881, ainda sob monarquia dos Habsburgo, cresce em Viena. A Europa do século XX, sob idealismo liberal, como pontua, parecia caminhar para o melhor dos mundos - era o *progresso* que ditava as regras do novo mundo. “Nunca, até a presente hora, a humanidade como um todo se comportou de maneira mais diabólica, e nunca produziu de forma tão divina”. (ZWEIG, 2014, p.11)

Zweig vivenciou a Primeira Guerra Mundial e o avanço do nazismo na Segunda. De ascendência judaica, mudou-se da Áustria e depois despediu-se da Europa 1942. “Caindo um degrau por vez”, passou da condição de *gentleman* para *refugee*, um indivíduo sem direitos e sem pátria, vivendo a sensação de estar sempre deslocado, fora de seu lugar. A preocupação com a Europa, assim como a nostalgia do retorno e a projeção de suas utopias, acompanhou seus pensamentos durante todos os dias de seu exílio.

Para Blanche Marie Evin Costa (2017), os exilados representam um marco na análise da Era dos Extremos e de sua violência. A partir da teorização do exílio de Michael Böss, a autora assinala a natureza fragmentada da mentalidade dos exilados, e essa seria a diferença fundamental em relação aos imigrantes voluntários. O exilado estaria sempre entre dois mundos, vivendo a nostalgia e a esperança de voltar à sua origem, sempre se sentindo deslocado, fora de seu lugar. Assim, não pertenceria nem mais ao mundo de que saiu, e nem aquela ao qual se destinou. Nesse mesmo sentido percorre Edward Said em “Reflexões sobre o exílio”, onde afirma que estar exilado compreende um estado de ser descontínuo: é um perpétuo estrangeiro em uma terra que não se reconhece, diante de uma sociedade que não o compreende. Nada é seguro, a solidez da terra, da possibilidade de voltar para o lar não existe mais – o exilado se torna órfão. Said afirma que, para compensar a perda desorientadora, muitas vezes, o exilado projeta um novo mundo, quase artificial, e que de alguma forma se pareça com o antigo, aquele que foi deixado para sempre e ao qual não pode retornar. “Agarrando-se à

diferença como a uma arma a ser usada com vontade empedernida, o exilado insiste ciosamente em seu direito de se recusar a pertencer a outro lugar.” (SAID; 2003, p. 07)

De acordo com Ivonita T. Salavert (2008), o exílio, tanto voluntário quanto involuntário, acarreta modificações subjetivas e pode alterar a integridade psíquica do sujeito – a busca pela liberdade vem sempre carregada de emoções contraditórias que acabam quebrando o sentimento de continuidade identitária.

Entretanto, o exílio escolhido, implica sempre uma violência anterior. Falta de lugar, real ou simbólico? Interiorização de uma ausência de reconhecimento? Exclusão, expulsão real ou imaginária? Abandono real ou fantasmático? Enfim, tormentos de um «antes» que pode acordar sentimentos persecutórios, despertando ainda o desconhecido, o imperceptível, o irrepresentável, presentes em cada um de nós. (SALAVERT; 2008, p.243)

Quando relaciona o nacionalismo com o exílio, Said argumenta que as “Fronteiras e barreiras, que nos fecham na segurança de um território familiar, também podem se tornar prisões e são, com frequência, defendidas para além da razão ou da necessidade.” (SAID; 2003, p. 06). E são essas fronteiras que delimitam uma ruptura entre "nós" e os "outros" e lança a condição de exilado ao território do não-pertencer. Os nacionalismos são representações de grupos, e o exílio é a expulsão desse grupo definido, é a privação da habitação comunal, do pertencimento. “[...] o que é verdade para todo exílio não é a perda da pátria e do amor à pátria, mas que a perda é inerente à própria existência de ambos.” (SAID; 2003, p.07)

Nasci em 1881 em um grande e poderoso império, a monarquia dos Habsburgo. Não a procurem, porém, no mapa: ela foi extinta, sem deixar vestígio. Cresci em Viena, a metrópole supranacional de dois mil anos, e tive de deixá-la como um criminoso, antes de ser rebaixada a uma cidade provincial alemã. O meu trabalho literário foi incinerado na língua em que o escrevi, no mesmo país onde meus livros ganharam como amigos milhões de leitores. Assim, não pertença a lugar algum, em toda parte sou estrangeiro ou, na melhor das hipóteses, hóspede; a própria pátria que o meu coração elegeu para si, a Europa, perdeu-se para mim, desde que se autodilacera pela segunda vez numa guerra fratricida. (ZWEIG; 2014, p.10-11)

Apesar da discussão em torno do nacionalismo estar bastante presente no contexto de Stefan Zweig, seu sentimento de pertencimento não se dá por um viés nacionalista (a pior de todas as pestes que assolou a Alemanha, de acordo com Zweig), mas ao vínculo com o *lugar*. Conceituado dentro da geografia humanística, o *lugar* é produto da experiência humana, trata-se de pertencimento e espaço vivido. A atribuição de *lugar* é subjetivo, ultrapassa o sentido

geográfico de localização, se encontra em um plano de significação simbólica, de afetividade, onde o ser humano se reconhece e produz sua identidade.

Stefan Zweig considerava a Europa o modelo de civilização de mais alto nível intelectual – um modelo a ser imitado, mas que foi assolada pela imoralidade da guerra. Em seu exílio, visualizou na América do Sul sua esperança: um local onde poderia desenvolver o que a Europa criou em termos civilizacionais. Quando comenta sobre sua partida da Europa, menciona o quão doloroso lhe parecia olhar o seu país sendo devastado por culpa alheia: “a Europa parecia fadada à morte por sua própria loucura, a Europa, nossa pátria sagrada, berço e Partenon da nossa civilização ocidental.” (ZWEIG; 2014, p.268). Dentro da psicologia identitária de Zweig, se percebe não só a nostalgia de um *ontem* virtuoso que não existe mais, como também a projeção do seu desejo de uma comunidade ideal de aceitação e cosmopolitismo na América do Sul, sobretudo no Brasil. Quando escreve “Brasil, um país do futuro”, remete ao país a sua utopia de igualdade. Por transparecer ambas as posições, Zweig foi largamente criticado. Hannah Arendt, o acusa de possuir uma “hipersensibilidade burguesa e luxuosa”. (BOHUNOSVSKY, 2015) Para ela, ao Zweig falta responsabilidade tanto quanto no sentido de não se sentir um judeu perseguido, quanto por salientar a si mesmo como um representante da cultura europeia; além de ignorar os problemas sociais que sempre existiram na Áustria. Mas o que significam realmente esses apontamentos? Qual o sentido dessas utopias e projeções? Mais do que uma biografia sobre o século XX, em suas entrelinhas, o livro de Stefan Zweig revela muito sobre seus idealismos, seus conflitos identitários e psicológicos. É preciso que se analise a posição de quem escreve: um contexto de exílio.

Em seu livro, Stefan Zweig registra a agonia de seus pensamentos ao longo dos seus anos de exílio. Sentiu o seu peregrinar deixar de ser voluntário, perdeu o seu ponto estável – o lugar para onde retornar. Assumiu o sentimento de provisoriedade de um apátrida. Não somente apátrida em seus documentos oficiais, mas também como um renegado, acossado da própria pátria – viu seus livros, a sua produção intelectual, desaparecer da língua alemã. Com passaporte estrangeiro, Zweig sente o seu “eu original”, sua “identidade natural” se esvaír, nunca mais sentiu-se pertencente a si mesmo.

Tornei-me mais retraído do que deveria ser, de acordo com a minha natureza, e tenho hoje constantemente a sensação – eu, o velho cosmopolita – de que deveria agradecer por cada porção de ar que inspiro e tiro de um povo estranho. Racionalmente, reconheço o absurdo desses pensamentos, mas desde quando a razão ganha do sentimento? De nada me valeu que durante quase meio século eduquei o meu coração

a bater de maneira cosmopolita, como o de um “cidadão do mundo”. Não: no dia em que perdi o meu passaporte, descobri, aos 58 anos, que ao perder a pátria perde-se mais do que uma área delimitada de terra. (ZWEIG; 2014, p.278)

Como explica Woodward, “subjetividade sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. (WOODWARD; 2014, p.56) Porém essa subjetividade, que pode ser tanto racional quanto irracional, está aliada à contextos sociais, linguagens e culturas que dão significados às experiências e auxiliam na formação da nossa identidade. Quando lhe foi negado o seu lugar de pertencimento óbvio, Zweig se viu obrigado a olhar para sua própria identidade. Sentiu-se deslocado na insegurança do não-pertencimento. Como afirma Bauman, compreender sua identidade é uma luta contra a dissolução e a fragmentação, porque “a identidade é um grito de guerra usada em uma luta defensiva” (BAUMAN; 2005, p. 83).

Em 1942, antes que Stefan Zweig pudesse visualizar o fim da guerra, escreveu sua carta de despedida:

Antes de deixar a vida por vontade própria e livre, com minha mente lúcida, imponho-me última obrigação; dar um carinhoso agradecimento a este maravilhoso país que é o Brasil, que me propiciou, a mim e a meu trabalho, tão gentil e hospitaleira guarida. A cada dia aprendi a amar este país mais e mais e em parte alguma poderia eu reconstruir minha vida, agora que o mundo de minha língua está perdido e o meu lar espiritual, a Europa, autodestruído. Depois de 60 anos são necessárias forças incomuns para começar tudo de novo. Aquelas que possuo foram exauridas nestes longos anos de desamparadas peregrinações. Assim, em boa hora e conduta ereta, achei melhor concluir uma vida na qual o labor intelectual foi a mais pura alegria e a liberdade pessoal o mais precioso bem sobre a Terra. Saúdo todos os meus amigos. Que lhes seja dado ver a aurora desta longa noite. Eu, demasiadamente impaciente, vou-me antes. (Carta de suicídio de Stefan Zweig, 1942)

O ser humano está sempre em busca de definição, de se sentir seguro em suas representações e sistemas simbólicos, de se reconhecer diante do *eu* e ser reconhecido pelos *outros*. Das muitas causas possíveis apontadas pelos estudiosos pelas quais Zweig pode ter decidido pôr fim à sua vida, em sua carta transparece a mais urgente, o seu gatilho: a dolorosa impossibilidade de retornar ao seu mundo de ontem – o direito de recusar-se a pertencer a outro lugar, mesmo que essa recusa aconteça no âmago mais inconsciente de sua subjetividade, como apontou Said. Parte dos dois lados do jogo do pertencer, a identidade que o inseriu, localizou socialmente e o forneceu um sentimento de pertencimento, serviu como mecanismo de exclusão

em uma sociedade que estabeleceu um discurso depreciativo e uma normatividade no qual não era aceito.

Palavras-chave: Stefan Zweig; exílio; pertencimento.

REFERÊNCIAS

BOHUNOVSKY, Ruth. **Stefan Zweig: um homem de ontem?** Entrevista com Klemens Renoldner. Revista Pandaemonium, v. 18, n. 26, São Paulo, 2015;

COSTA, Blanche Marie Evin. **Exílio, Pertencimento e Marginalidade em Hannah Arendt: a questão judaica em jogo.** XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília, 2017;

GRIN, Mônica. **Modernidade, identidade e suicídio: o “judeu” Stefan Zweig e o “mulato” Eduardo de Oliveira e Oliveira.** *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 201-220;

OLIVEIRA, Adriana Capuano de. **Uma questão de identidade!** Migrações e pertencimento na dinâmica do mundo globalizado. Revista USP, n. 114, p. 91-108, São Paulo, 2017;

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio.** In: Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P.46-60.

SALAVERT, Ivonita Trindade. **O exilado e o lugar da ‘posição terceira’ na sua construção” identitária.** Revista Ci. & Tróp, v.32, ri. 2, p. 241-257, Recife, 2008;

SCHÖNINGER, Carla Luciane Klos. **Sentir-se (des)pertencente:** reflexos da Segunda Guerra em *Os Emigrantes*, de W. G. Sebald *Morte no paraíso: A tragédia de Stefan Zweig*, de Alberto Dines. 2º Congresso da Associação Brasileira de Estudos Germanísticos (ABEG), UFSC Florianópolis, 2017;

STANISKI, Adelita; KUNDLATSCH, Cesar Augusto e PIREHOWSKI, Dariane. O conceito de lugar e suas diferentes abordagens. **Revista Unioeste**, n. 11, v.9, 2014;

VIEIRA, Nelson H. **Visões de identidade de escritores judeus: O Eu e o Outro.** Revista Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 9-29;

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart a WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. Vozes, 2014.

ZWEIG, Stephan. **Autobiografia:** o mundo de ontem. Tradução de Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AS ESTRUTURAS DE FINITUDE NO CONCEITO DE *HOMO SACER* DE GIORGIO AGAMBEN

Francisco Cenci Dal Ponte¹
Carlos Henrique Armani²
Simone Maciel Margis³

Resumo: Pretende-se, neste trabalho, fazer um estudo da obra “Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua”, escrito em 1995 por Giorgio Agamben, analisando o principal conceito apresentado nele, o *Homo Sacer*. O livro será trabalhado tendo em vista as estruturas de possibilidade da história, caracterizadas pelas categorias de finitude, desenvolvidas por Reinhart Koselleck em seu texto “Teoria da História e Hermenêutica”. Para tal, será apresentado o pensamento de Agamben no que toca a questão da biopolítica e como o tema está relacionado com o conceito de *Homo Sacer*. Para isso, é necessário entender com quais autores Agamben dialoga e a partir de quais lacunas ele constrói sua pesquisa. Depois, será feita uma discussão metodológica, na qual se trabalhará os pares de conceitos antitéticos assimétricos que formulam as estruturas de finitude e são constitutivas da formação de todas as histórias possíveis. Ao que parece, o conceito agambeniano de *Homo Sacer* conteria essas estruturas e, por isso, poderia ser ele mesmo uma categoria constitutiva de possibilidade da história, podendo ser utilizado na compreensão de fenômenos históricos que surgem de – e também podem produzir – conflitos, tensões e rupturas, se relacionando intimamente com o caráter temporal das categorias de Koselleck.

A partir da década de 1970, a biopolítica passou a fazer parte de investigações das ciências humanas, especialmente das Ciências Sociais. O capítulo “Direito de morte e poder sobre a vida”, do primeiro volume da História da Sexualidade de Michel Foucault, praticamente inaugura a discussão sobre o biopoder. Nesse trabalho, Foucault caracteriza os principais aspectos da teoria clássica do poder soberano, na qual era legítimo ao soberano provocar a

¹ Graduando do curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É membro do Grupo de Pesquisa História das Ideias e dos Conceitos nos Séculos 19 e 20: produção de presença e construção do sentido e bolsista FIPE do projeto de pesquisa História Intelectual, Presença e Sentido. E-mail: franciscodalponte@gmail.com.

² Orientador. Prof. Dr. do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenador do Grupo de Pesquisa História das Ideias e dos Conceitos nos Séculos 19 e 20: produção de presença e construção do sentido e do projeto de pesquisa História Intelectual, Presença e Sentido. E-mail: carlos.armani@gmail.com.

³ Coorientadora. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: syssamargis@gmail.com.

morte ou deixar viver, ou seja, o direito do soberano recaía sobre a morte dos súditos, e não sobre a vida. De acordo com o autor, porém, a partir da modernidade, vê-se surgir uma nova organização do poder, em que “o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função dos seus reclamos” (FOUCAULT, 2017, p. 146-147). Se antes vigorava o princípio soberano de decidir sobre a morte e o fim da vida, agora o mecanismo do poder visa produzir a vida, articulado à possibilidade de se deixar morrer, abrindo, assim, a era de um “biopoder”.

Foucault não desloca seu trabalho para a biopolítica contemporânea, nunca tratando dos terríveis desdobramentos do biopoder no século XX, e sua morte na década de 1980 impediu definitivamente qualquer tentativa de expandir seus estudos. Tendo em vista essa lacuna, Giorgio Agamben inicia uma profunda pesquisa sobre as relações do poder soberano com a vida biológica, iniciando o projeto *Homo Sacer*, que é iniciado pela obra “Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua”. Analisando os conceitos gregos de *bíos* e *zoé*, conforme trabalhados pelos filósofos e teóricos clássicos, em particular por Platão e Aristóteles, Agamben constata que a relação entre vida política (*bíos*) e vida nua (*zoé*) nunca se deu na forma de uma divisão clara, exemplificadas pelas palavras de Aristóteles ao afirmar que o homem é um “animal vivente e, além disso, capaz de existência política”. O “além disso” mostra que essas duas categorias não podem ser separadas e que a implicação da vida nua na vida política constitui o “núcleo originário do poder soberano” (AGAMBEN, 2014, p. 14). Essa relação, então, para Agamben, seria uma exclusão inclusiva da vida nua na vida política, fazendo com que a exclusão da *zoé* implique constantemente na política, no sentido que o objetivo dela seja politizar a vida nua. Dessa forma, o autor defende que a biopolítica é tão antiga quanto o poder soberano. O Estado moderno não fez mais do que ressaltar a relação entre a vida nua e o poder ao colocar a vida biológica no centro dos mecanismos estatais.

Agamben acredita que a tese foucaultiana deve ser corrigida, ou, ao menos, integrada à sua pesquisa, no sentido de que o limiar da modernidade não está na inclusão da *zoé* no ordenamento político, que acontece, na verdade, desde a antiguidade, nem da inclusão da vida natural nos mecanismos do poder estatal. O ponto decisivo seria, então, juntamente com o processo que torna a exceção como regra, o espaço destinado à vida nua vem paulatinamente colidindo com o espaço político, e a *bíos* e a *zoé*, o externo e o interno, a exclusão e a inclusão entram em uma zona de total indistinção. De acordo com a tese agambeniana, “o estado de exceção, no qual a vida nua era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento,

constituía, na verdade, em seu apartamento, o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político” (Ibid, p.16). É, então, a dupla categorial vida nua-existência política, *bíos* e *zoé* que fundamenta a política ocidental moderna, e que sua constante indistinção, suas fronteiras esfumaçadas e a exceção de sua exclusão inclusiva fundam o paradigma político do ocidente, o Estado de Exceção.

Há no Estado de Exceção um constante embate entre a *bíos* e a *zoé*, em que a primeira tenta constantemente se demarcar e se excluir da segunda. Quando isso acontece por iniciativa do Estado, na forma de suspensão dos direitos e da constituição, temos o Estado de Exceção por excelência. Porém, o autor acredita que a simples operação de retirar a *bíos* do vivente, não necessariamente por iniciativa do poder soberano, e deixa-lo apenas em sua vida nua já caracteriza esse estado. Essa operação retiraria a própria humanidade do sujeito, ao mesmo tempo em que ele continuaria inserido na vida pública.

Para exemplificar esse paradoxo, Agamben recorre a uma figura do direito romano arcaico. O *Homo Sacer*, significando literalmente “homem sacro”, era alguém que era condenado por algum delito e passava a ser impedido de ser usado como sacrifício nos ritos romanos, porém, caso fosse assassinado, quem o matou não seria considerado homicida, passando a ser considerado, então, sacro. Em outras palavras, alguém que poderia ser morto impunemente, mas que não poderia ser sacrificado nos rituais. Ao mesmo tempo que alguém tinha seus direitos suspensos, esse alguém continuava inserido na sociedade exercendo suas relações. Agamben viu nessa figura a imagem perfeita da biopolítica moderna, que mostra a sombria fronteira e a zona de indiferença entre a vida política e a vida nua.

O ápice do Estado de Exceção, caracterizada pela suspensão de direitos civis e políticos para um grupo de pessoas, para Agamben, foi o Holocausto na Segunda Guerra Mundial, amplamente estudado em sua obra. Milhões de pessoas foram desumanizadas e privadas de seus direitos mais básicos e, ao mesmo tempo que não tinham mais direitos, permaneceram inseridos na sociedade exercendo relação com quem continuava com sua humanidade. Isso resultou no maior genocídio do século XX, em que minorias na Alemanha Nazista foram privadas de sua *bíos* e mortas impunemente, para o qual se criou um gigantesco aparato estatal.

Concordamos com Agamben que a escolha de um *Homo Sacer* não é exclusividade de regimes de exceção declarados. Toda sociedade, seja qual for o regime, já elegeu, em algum momento, uma categoria ou grupo social para ser privado de sua humanidade, podendo ser morto sem que se cometa assassinato, porém, que continua inserido na sociedade, ou seja,

alguém que só é incluído no ordenamento social através de sua exclusão. A questão central é que alguém pode ser desumanizado a qualquer momento e largado em sua vida nua sem o menor aviso. Esse ato nos parece ter se tornado uma condição histórica e que permite a possibilidade e o acontecimento da mesma no paradigma político ocidental moderno.

Isso vai ao encontro com as teorizações do historiador alemão Reinhart Koselleck. Em seu texto “Teoria da História e Hermenêutica”, o autor se propõe a discutir as condições da história e as categorias que, segundo ele, permitem que a história aconteça e seja representada. Koselleck parte da obra “Ser e Tempo”, de Martin Heidegger, em que o autor, a partir da análise ontológica da finitude do *Dasein*, tenta traçar a condição de possibilidade da história, delimitadas pelo nascimento e pela morte, demonstrando o aspecto temporal da estrutura do *Dasein*. Koselleck (2014) considera que o par antitético proposto por Heidegger, a saber o “ser-arremessado” (nascimento) e a “antecipação da morte” (inevitabilidade da morte), possa ser complementado por outras categorias na forma de pares antitéticos assimétricos, em que Koselleck (2006) elabora uma dupla conceitual em que os conceitos contidos aí são opostos, mas de maneira desigual. Eles permitem explicar de outra maneira o horizonte temporal das experiências de finitude na história. O autor quer, assim, explorar e ampliar a estrutura temporal que fundamenta e possibilita todas as histórias possíveis. As categorias apresentadas por ele são cinco: poder matar – ser morto, amigo – inimigo, interior – exterior, geratividade e senhor – servo.

Todas as cinco categorias, enquanto estruturas que, ao mesmo tempo que explicam e fundamentam a história, despertam nela tensões, conflitos e rupturas, parecem ir ao encontro ao conceito agambeniano de *Homo Sacer*, que, após a consolidação da exceção como regra na política moderna e contemporânea, também explica e fundamenta as relações exclusivo-inclusivas no ordenamento social e a desumanização de pessoas ou grupos no Estado de Exceção, além de também despertar tensões no interior do ordenamento. Nos parece aqui que, em certa medida, o conceito de *Homo Sacer* condensa as estruturas de finitude propostas por Koselleck e se faz presente na explicação de fenômenos históricos e na possibilidade da história no período moderno.

A primeira categoria apresentada por Koselleck é o “poder matar e ser morto”. O autor constata que, desde os tempos mais remotos até os mais recentes, a sobrevivência “sempre se dá sob ameaça da morte do outro ou, mais ainda, pelo outro” (KOSELLECK, 2014, p. 95). A ameaça de morte que se exerce mutuamente limita ou permite o uso da violência e a

possibilidade de sobreviver reside no fato de que pessoas possam matar umas às outras e acreditar na necessidade de assim o fazer, devido à ameaça mútua. Largar um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, à sua vida nua o joga no mesmo instante à constante ameaça de poder ser morto. Porém, a assimetria nesse caso reside no fato de que a pessoa sacra não poderá matar, apenas ser morta. A ameaça não é mútua e, ainda assim, a violência unilateral fica liberada.

O segundo par apresentado é o de “amigo-inimigo”, que constitui uma parte importante da noção de *Homo Sacer*. Esse par expressa finitudes que se apresentam em toda a história da organização social humana, no sentido que “representa, pois, uma espécie de categoria transcendental de qualquer história possível” (Ibid, p. 96). Da mesma forma que o par anterior, o “amigo-inimigo” também é atravessado de determinações temporais, sendo que a sacralização muda o status de amigo para inimigo ou vice-versa, podendo ocorrer a qualquer momento. A identificação de um inimigo dentro do ordenamento social permite, desse modo, que ele seja eliminado pelo bem comum da sociedade. Koselleck parece, no entanto, ter uma atitude um tanto quanto mais otimista que Agamben ao afirmar que “no reconhecimento do outro como inimigo, e não como encarnação do mal a ser aniquilado, há uma esperança de paz” (Ibid, p. 97). O paradigma político do ocidente, incluindo a mais variada gama de regimes, não oferece proteção para os indivíduos ou grupos sacralizados. Agamben (2010) parece mais correto ao afirmar que a segurança desses grupos e pessoas sempre foi uma ilusão.

Na próxima categoria se encontra a espacialidade das finitudes da história, caracterizado pelo par “interior-exterior”. Essa oposição é, talvez, a mais central dentro do conceito de *Homo Sacer*. Todas as demarcações, e aqui não falamos apenas das territoriais, mas também das étnicas, sociais, culturais, políticas e outras, são feitas a partir de outras entidades demarcadas, sempre tentando se diferenciar e se excluir desse outro. É por isso que Koselleck afirma que “é incontestável que todos os homens são o nosso próximo, mas, do ponto de vista histórico, o são de formas diferentes” (Ibid, p. 97). Porém, quando se trata das fronteiras de interioridade e exterioridade do *Homo Sacer*, a demarcação fica mais complicada. É difícil falar de um interior e exterior territorial nesse caso, já que os indivíduos ou grupos que são tornados sacros não deixam o território, sua situação sendo exemplificada pelo paradoxo da exclusão inclusiva. Ao mesmo tempo que eles permanecem no ordenamento social, eles também são excluídos dele, já que deixam de gozar de seus direitos civis e sociais e de sua própria humanidade.

A quarta categoria que Koselleck introduz para complementar a análise ontológica de Heidegger é a de “geratividade”. Aqui, Koselleck afirma que “a noção de geratividade contém

a de finitude, a qual integra as condições temporais que permitem engendrar novas histórias” (Ibid, p. 100). A sucessão das gerações pressupõe sempre novas exclusões, embates, oposições, rupturas, tensões, continuidades, demarcações de interioridade e exterioridade e experiências únicas de cada geração. Essas interações geracionais produzem e possibilitam novas histórias, mas por serem específicas para cada geração elas não são transmitidas tão facilmente. É nesse sentido que ele afirma que “as histórias podem ser divididas de dois modos: ou se consegue superar a ruptura geracional sempre presente ou não” (Ibid, p.101). A ideia de geratividade vai ao encontro com o conceito de *Homo Sacer* na medida em que o ato da sacralização, característica da política ocidental moderna como um todo, pode ser superado, encerrando a exclusão inclusiva do Estado de Exceção.

Por último, Koselleck introduz a oposição entre “senhor-servo”, que possibilita toda história possível no sentido de exemplificar relações de “acima” e “abaixo”, de quem está no topo e quem está embaixo, de quem domina e quem é dominado, de quem exerce a força e quem sofre com ela. Novas relações de dependência, sejam políticas, econômicas, sociais, estão sempre sendo constantemente introduzidas nos ordenamentos sociais. As relações de exclusão inclusivas presentes na política moderna pressupõem um desnível de forças, um “acima” e um “abaixo”, quem desumaniza e sacraliza o indivíduo e quem é largado a sós com sua vida puramente biológica.

Dessa forma, vimos como o conceito de *Homo Sacer* de Giorgio Agamben, em maior ou menor medida, condensa as estruturas de finitude, que são, para Koselleck (2014), “as categorias transcendentais que indicam a possibilidade da história”. Como já exposto, o *Homo Sacer* passou, segundo Agamben, a ser um conceito chave para entender os acontecimentos posteriores à consolidação da exceção como regra no Estado biopolítico moderno. Nesse sentido, coloca-se aqui o *Homo Sacer* enquanto uma possível categoria analítica da história, podendo ser utilizada para a análise de casos empíricos em que se identifique a exclusão inclusiva do Estado de Exceção e destacando o caráter temporal das crises históricas através das estruturas de finitude.

Palavras-chave: homo sacer; biopolítica; finitude.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua.** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 197 p.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 145-175.

KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC – Rio, 2006, p. 191-231.

KOSELLECK, Reinhart. Teoria da História e Hermenêutica. In: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC – Rio, 2014, p. 91-109.

O INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA EM ANÁLISE: PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

Veronica Vieira Martinelli¹
Orientadora Luciana Murari²

Resumo: Desde a década de 1980 a historiografia brasileira vem ampliando o campo de análise sobre o período do Estado Novo (1940-1945), tomando como abordagem os mais variados aspectos do regime instaurado por Getúlio Vargas. Nessa abertura para a compreensão de um momento histórico de profundas transformações que marcaram a sociedade, a historiografia tem dedicado uma quantidade significativa de pesquisas que tomam como objeto de análise a intelectualidade e a sua participação em órgãos oficiais do regime.

Entretanto, mesmo com a ampliação do campo de pesquisa, ainda são raros os estudos que retratam a atuação dos intelectuais brasileiros em instituições que não pertenciam ao âmbito oficial, mas que desempenharam um importante papel nesse contexto histórico. O regime estado-novista contou com o apoio de intelectuais de fora do seu quadro oficial, que também se organizaram enquanto grupo em instituições civis. É nesse sentido que o presente trabalho se insere, com o objetivo de analisar a formação e a atuação do Instituto Nacional de Ciência

¹ Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: veronica.martinelli@edu.pucrs.br.

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Escola de Humanidades e do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: luciana.murari@pucrs.br.

Política (INCP)³. Assim, pretende-se contribuir para uma mudança de perspectiva que permita compreender a relação entre o Estado Novo e a intelectualidade brasileira sob um novo olhar, que se distancia das análises históricas acerca dos grandes intelectuais brasileiros para dar voz a um punhado de indivíduos até então silenciados pela historiografia.

Idealizado e fundado pelo intelectual, político e literato gaúcho Pedro Vergara⁴, o Instituto Nacional de Ciência Política surgiu em 25 de março de 1940, congregando intelectuais de pouca projeção na sociedade brasileira. A sede do INCP estava localizada no Rio de Janeiro, e formava o núcleo mais ativo dessa instituição. Em sua primeira diretoria, constituída em 1940, encontravam-se os sócios fundadores Manuel Paulo Filho (Presidente), Pedro Vergara (1º Vice-Presidente), José Pires do Rio (2º Vice-Presidente), Atílio Vivácqua (3º Vice-Presidente), Aldo Prado (Secretário Geral), Lúcio Marques de Souza (1º Secretário), Benjamim Vieira (2º Secretário), Hélio Gomes (3º Secretário) e Humberto Grande (Comissão de Organização e Propaganda).

Da sua sede no Rio de Janeiro, o INCP fundou subunidades em diversos estados estabelecendo uma espécie de rede pelo Brasil. O levantamento realizado por esta pesquisa pôde identificar seções em Paulicéia (SP), Niterói (RJ), Cachoeira do Itapemirim (ES), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio Grande (RS), Pelotas (RS), São Gabriel (RS) e no Amazonas. Essas seções regionais estavam vinculadas a sede do Rio e seguiam as orientações desta para o desenvolvimento das suas atividades⁵.

A fundação dessa instituição se deu com o objetivo principal de estudar e divulgar o pensamento e a obra política dos grandes estadistas brasileiros, em especial a do então presidente Getúlio Vargas. Os intelectuais do INCP compartilhavam de uma mesma visão

³ O presente resumo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso da autora, intitulado “O Instituto Nacional de Ciência Política (INCP): uma “Escola de Patriotismo” no Estado Novo (1940-1945)”, cuja defesa ocorreu no ano de 2018, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

⁴ Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara nasceu em Porto Alegre, em 18 de junho de 1895. Formou-se em ciência jurídicas e sociais em 1917, pela Faculdade de Direito de Pelotas. Fundou o jornal *A Época*, em São Leopoldo; foi diretor do jornal republicano *Diário Popular*, de Pelotas e do diário *A Federação*, órgão do Partido Republicano Liberal (PRL). Elegeram-se deputado pelo Partido Republicano Liberal, à Assembleia Nacional Constituinte pelo Rio Grande do Sul, em 1933. Entre 1943 e 1945 atuou como procurador-adjunto do Ministério Público Federal. Com fim do Estado Novo, elegeram-se deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte, sob a legenda do Partido Social Democrático (PSD). Em 1951, no segundo governo do presidente Getúlio Vargas, foi nomeado procurador da República. Como escritor, Vergara publicou diversas obras que tratam de literatura, poesia, direito penal, direito civil, legislação, ensaio biográfico e uma autobiografia publicada em três volumes (VERGARA, 2001, p. 6024-6025).

⁵ Ressalta-se que a pesquisa desenvolvida no âmbito do trabalho de conclusão, do qual este resumo constitui um recorte, buscou concentrar suas análises sobre as atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Ciência Política em sua sede no Rio de Janeiro, no período de 1940 a 1945.

política de defesa do projeto de governo e de propaganda das realizações do Estado Novo; também estavam munidos de um forte sentimento de patriotismo. Nesse sentido, também tinham como pretexto a compreensão das transformações da sociedade brasileira ao longo da história, que não se limitava ao debate dos problemas nacionais, mas que propunha soluções para a sociedade, e ações no sentido de orientar o povo brasileiro. De acordo com o vice-presidente do INCP, José Pires do Rio, no discurso inaugural daquela instituição,

Estudaremos a nossa terra, para compreender a nossa gente. Estudaremos o passado, para compreender o presente e melhorar o futuro [...].
Meditaremos as palavras do atual Chefe da nação, homem que observa com inteligência e fala com sinceridade.
Em seus discursos, encontraremos a principal fonte de ensinamentos para o Instituto Nacional de Ciência Política. (RIO, 1940, v. 1, p. 51).

Para o professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e membro da Comissão de Organização e Propaganda do Instituto, Humberto Grande, entre os demais objetivos do INCP estava também o de reunir os intelectuais brasileiros no sentido de se constituir uma “escola de patriotismo” que viesse a formar a nova mentalidade da nação, dentro de um programa de estudos e realizações sobre a sociedade brasileira (GRANDE, 1940b, p. 5). Ele também apresenta as diretrizes nacionais de atuação da instituição, que definiam o papel intelectual assumido por essa entidade através da ação na cultura brasileira (GRANDE, 1940^a, p. 11-12).

O Instituto Nacional de Ciência Política é uma instituição que quer familiarizar o nosso povo com os grandes problemas nacionais; constitui uma organização cultural que deseja ser útil ao país, congregando a elite brasileira para orientar a nossa gente. Quer esclarecer a opinião da nação quanto aos seus magnos problemas. Sinceramente deseja colaborar com os poderes constituídos para a grandeza da pátria. (GRANDE, 1940b, p. 5).

Na esteira desses objetivos que definem o caráter cultural, político e intelectual do INCP, o início das atividades da instituição se deu em 27 de julho de 1940. O núcleo central dessas atividades, ao longo dos anos, vai se caracterizar por promover conferências, estudos e debates realizados semanalmente no Auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O INCP desenvolveu seus trabalhos entre os anos de 1940 e 1945, e durante esse período diferentes personalidades oficiais e figuras de destaque da sociedade brasileira foram convidadas a participar das reuniões organizadas pela sede no Rio de Janeiro. As sessões

transcorriam com as falas de pelo menos três oradores previamente inscritos, e os temas e assuntos versavam sobre as principais pautas em voga na sociedade, mas não se encerravam em uma temática principal. Por vezes, as sessões retratavam algum tema específico e/ ou comemorativo, como o aniversário do presidente Vargas, o aniversário da Revolução de 1930, a Semana da Pátria, o Dia do Trabalhador, além dos discursos proferidos por Getúlio Vargas em ocasiões oficiais, solenidades e comemorações nacionais, que também eram elencados como mote para as conferências.

A partir de novembro de 1940, o INCP passa a publicar um boletim mensal de divulgação das suas conferências e debates, a revista *Ciência Política*. A publicação dessa revista demonstra a tentativa de um maior alcance da divulgação das atividades do INCP, ou seja, através dela o movimento de ideias promovido pela instituição não se restringiria ao seu núcleo, mas circularia por ambientes além do seu centro de efervescência, ampliando a inserção desse grupo no meio intelectual e cultural da época. A *Ciência Política* contou com diversas edições ao longo dos anos de 1940 a 1945, sendo que o levantamento realizado pela pesquisa identificou, a partir da análise dos sumários da revista, cerca de quinhentos e quarenta e seis trabalhos publicados por trezentos e dez autores diferentes. Logo, é possível perceber que ao longo dos seus cinco anos de atuação o INCP conseguiu formar um espaço de debate intelectual que não se restringia às figuras que compunham o círculo principal da instituição, formado por sua diretoria, mas que recebeu um grande número de conferencistas em suas reuniões e que, posteriormente, tiveram seus trabalhos publicados na *Ciência Política*.

A orientação da pesquisa aqui apresentada, no sentido de analisar a formação de instituições civis que reuniam parte da intelectualidade brasileira alinhada ao projeto político, ideológico e cultural do Estado Novo, especificamente o grupo ligado ao Instituto Nacional de Ciência Política, vai ao encontro dos debates teóricos e historiográficos que procuram caracterizar a figura dos intelectuais; analisar seu papel e suas atividades em uma determinada sociedade; além de compreender a formação de espaços específicos de atuação e sociabilidade.

Nos estudos históricos, esse debate é feito no âmbito da História dos Intelectuais e a historiografia francesa tem contribuído muito para o seu desenvolvimento⁶. Segundo o

⁶ Após um período de ostracismo frente à valorização pelo movimento dos *Annales* de outros campos da História como o econômico e o social, a História Política retorna à historiografia a partir da década de 1960 consciente de si enquanto campo de pesquisa, dos seus objetos de análise e de uma ampliação do rol de fontes para o historiador do político. A coletânea organizada por René Rémond, *Por uma História Política* (1988), é um importante manifesto desse retorno da História Política e apresenta importantes contribuições, entre elas, a de Jean-François Sirinelli, que considera a História dos Intelectuais como domínio que pertence integralmente à histórica do político.

historiador francês Jean-François Sirinelli (2003, p. 237), a partir da década de 1970 a História dos Intelectuais e seus objetos de estudo saíram do “ângulo morto” e as pesquisas nessa área conseguiram alcançar a “legitimidade científica” e o “interesse da corporação dos historiadores”. O nascimento, “mais que um renascimento”, se deveu ao olhar lançado ao lugar à parte ocupado pelos intelectuais na sociedade, que trouxe consigo “problemáticas novas”, “pistas inéditas” e “instrumentos específicos”. Os estudos históricos sobre a intelectualidade ganharam força, se tornando um campo autônomo “[...] que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

Seguindo essa perspectiva de análise, no que se refere ao espaço institucional constituído pelo INCP se considera a acepção definida por Sirinelli, em que é possível compreender a formação de um espaço de sociabilidade intelectual. O conceito se relaciona com o ambiente formado pelo Instituto e pela revista *Ciência Política*. Segundo Sirinelli,

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidade mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidades difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 248).

No caso do INCP, essas estruturas são exemplificadas pela dinâmica de conferências e atividades criada pela instituição e que ocorriam semanalmente na ABI. Já a revista *Ciência Política* constituía um importante veículo de divulgação e propaganda política do Estado Novo, e um espaço de atuação desses intelectuais que apoiavam as políticas propostas pelo governo. Logo, a revista e a instituição formavam importantes espaços de articulação intelectual, entendidas neste trabalho como estruturas elementares de sociabilidade. Observa-se que, “[...] uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Dessa forma, Sirinelli apresenta outros dois conceitos, que aprofundam a definição das estruturas elementares de sociabilidade. A ideia de “espaço de sociabilidade” é compreendida enquanto o espaço físico em que estão inseridos esses indivíduos, ou seja, o *microcosmo* intelectual. No caso da pesquisa apresentada neste trabalho, o Instituto se configura como microcosmo, ou seja, “estrutura” necessária para a constituição de um grupo. Porém, essa

estrutura também se forma enquanto afetividade, ou seja, reúne intelectuais que partilham afinidades e sensibilidades que correspondem aos ideais que congregam esses indivíduos. Neste caso, essas redes de relações expressam o *microclima* do movimento ideológico, político e cultural presente no período do Estado Novo, que é refletido no interior do Instituto.

Na historiografia brasileira encontram-se pesquisas que analisam os mais variados aspectos do Estado Novo e do seu projeto político, ideológico e cultural. No âmbito dos estudos relativos ao período, ainda são raros os trabalhos que buscam compreender a atuação de instituições civis nesse contexto e o papel dos intelectuais associados a essas instituições. Nesse sentido, o presente trabalho pretendeu apresentar algumas reflexões acerca da formação institucional e dos principais objetivos do Instituto Nacional de Ciência Política, organização civil de caráter cultural, político e intelectual que reuniu diversos intelectuais brasileiros ao longo dos anos de 1940 a 1945.

Portanto, estudar o INCP requer leitura, reflexão e sistematização das informações e dos conteúdos da revista *Ciência Política*, publicação que refletia as atividades desenvolvidas por essa instituição. Assim, o método de análise do conteúdo do periódico permitiu compreender que a concepção da instituição estava ligada a organização de um espaço intelectual destinado ao debate e a ação da intelectualidade na sociedade brasileira. A partir das informações obtidas pelo levantamento de fontes e com o auxílio conceitual de Sirinelli (2003), acredita-se que foi possível estabelecer uma chave de entendimento para o INCP enquanto “espaço de sociabilidade” que reuniu intelectuais num ambiente de estudos e conferências realizados na ABI, e publicados na *Ciência Política*. O INCP também buscou contribuir para o fortalecimento do Estado Novo, visto que entre os objetivos do Instituto estava o de difundir os ideais do regime para a sociedade, assim como propagandear as realizações e transformações sociais operadas pelo regime.

Palavras-chave: instituições civis; intelectuais; espaços de sociabilidade.

REFERÊNCIAS

GRANDE, Humberto. Diretrizes nacionais. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-12, nov. 1940^a.

GRANDE, Humberto. Escola de patriotismo. *Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 5-7, dez. 1940^b.

MARTINELLI, Veronica Vieira. **O Instituto Nacional de Ciência Política: uma “Escola de Patriotismo” no Estado Novo (1940-1945).** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

RIO, Pires do. Discurso Inaugural. **Visão Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 50-51, ago. 1940.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

VERGARA, Pedro. In: ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, v. 5, p. 6064-6065.

AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO COMPARATIVO DE BEREDAY PARA A EDUCAÇÃO HISTÓRICA

Simone Gomes de Faria¹
Adriana Kivanski de Senna²

Resumo: Neste ensaio, pretendemos expor a nossa experiência ao nos apropriamos de um método comparativo ao 92studa929292-lo com a Educação Histórica que se assenta na teoria e epistemologia da história. O nosso escopo central era o de aferirmos como decorreu a institucionalização dos historiadores-docentes, bem como, medrar como estes interligaram e interligam a sua prática com a pesquisa tanto no Brasil como no Uruguai. Assim sendo, nosso tema de estudo é de ordem metodológica, que por sua vez, objetiva trazer à tona novas possibilidades e perspectivas de investigações para o Ensino de História. Partindo desta premissa este é de natureza qualitativa e descritiva visando a levar ao leitor a compreender alguns fenômenos que integram os estudos comparados.

Além do exposto acima convém mencionar que objetivamos desvelar algumas das contribuições possíveis para o desenvolvimento de investigações em Educação Histórica cerceado pelo método Bereday. Assim sendo, o método delimitado, nos desvela que antes de iniciarmos o processo de comparação é fundamental que compreendamos os aspectos culturais que envolvem os países delimitados observando as subjetividades no tocante às questões de ordens pessoais, culturais e preconceituosas.

¹ Professora da Rede Municipal de Bagé da Hulha Negra é Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande/ FURG simonegomesdefaria@gmail.com

² Professora da Universidade Federal do Rio Grande/ FURG. Mestre e Doutora em História pela PUC/RS. Orientadora da dissertação de mestrado. akivanski@hotmail.com

Consoante as premissas teóricas de George Bereday (1968) o estudante que se ampara deste método necessita obter um amplo conhecimento científico em várias áreas, pois, é um trabalho muito penoso, embora, de extrema necessidade para que se consiga captar os aspectos mais essenciais para o nosso objeto a ser investigado. Deste modo, a Educação Comparada não atua somente no campo das Ciências Sociais porque está imersa no campo das humanidades.

Nesse limiar, investigamos os bancos de dissertações e teses em Educação Histórica com o intuito de avaliarmos quais os procedimentos metodológicos amplamente utilizados, e assim, concluímos que as interfaces presentes no campo estão direcionadas para a epistemologia da História, princípios da aprendizagem situada e o uso do saber histórico, bem como, muito dos estudos acerca do campo da Educação Histórica apresentam abordagens qualitativa e descritiva embasadas metodologicamente na *Grounded Theory*, que por sua vez, é uma metodologia de natureza qualitativa, e que se aporta da comparação, que na atualidade tem apresentado um avanço importante em pesquisas no âmbito das ciências sociais e humanas, e em algumas investigações no ramo da psicologia.

Desta forma, o método obtém como pioneiro dois sociólogos alcunhados de Barner Glaser e Anselm Strauss que advinham de instituições dicotômicas com relação aos métodos empregados para as investigações, no entanto, essa diferente tradição metodológica oportunizou a construção das premissas teóricas. Destarte, a *Ground Theory* serve para obtenção de modo sistematizado dos dados obtidos através da investigação social e se fundamenta no próprio processo de investigação. Para a sua realização, conforme as premissas de Strauss e Glaser, esse necessita contrastar os objetivos das informações almejadas com as informações geradas. O método apresenta objetivos específicos, pois serve para assentir a explicação de fenômenos e comportamentos; contribui para o aumento de pesquisas qualitativas e sociais, bem como, as informações obtidas devem ser úteis para que se aplique na prática, e essa deve permitir ao investigador a compreensão e o controle no percurso da investigação possibilitando ser um guia que promove um estilo investigativo em cada fenômeno e comportamento.

Dentro do banco de dissertações e teses do LAPEDUH é possível aferir muitas investigações apoderando-se da análise do conteúdo para atingir as conclusões almejadas. Outro estudo que dialoga com a Educação Histórica que seguiu outra trilha metodológica foi o quantitativo “*Youth and History*” que realizou um paralelo entre vários países analisando as percepções em torno da História e do Ensino de História. Assim sendo, após conferirmos o

banco de dissertações e de teses ficou notória a presença de alguns estudos comparados dentro da área, não obstante, nenhum trabalho tem como aporte metodológico o que nos apropriaremos para alcançarmos nossas deduções: o método do Bereday.

A trilha foi árdua, pois, nosso trabalho apresentou várias peculiaridades por vários motivos. Primeiramente porque a grande parte de trabalhos afere as concepções de professores e alunos de ensino fundamental e médio, contudo, o nosso aporte é o de aferir o processo de institucionalização dos professores formadores de História observando como estes integram o processo de investigação com a docência. Isabel Barca (2012, p. 38) em seu artigo “Ideias chave para a Educação Histórica: uma busca de (inter) identidades” nos desvela a pertinência de investigar estes professores, pois, é:

Também de utilidade central conhecer e partilhar, de forma analítica e crítica, modelos de aulas em concreto e seus resultados, bem como perfis conceptuais de professores, de manuais e de orientações para o Ensino da História, em contextos diversos, sejam eles formais (curriculares), informais (museus, por exemplo), ou mesmo não formais (no seu meio ambiente, real e virtual).

A citação de Barca (2012) reitera o nosso objetivo de investigação, posto que, é de grande importância conhecer e partilhar analiticamente e criticamente a constituição destes professores e os seus perfis em diferentes contextos.

Segundo desafio foi nos aliarmos sistematicamente de um método não aportado dentro do campo. Dentro desta perspectiva, após o crivo criterioso de variadas fontes chegamos a conclusões que ele pode ser positivo dentro da área.

Assim sendo, chegamos ao cume deste, pois, demonstraremos inicialmente as vantagens possíveis do uso deste método para análise das concepções de professores independente da esfera educativa ou países a serem cotejados. Nesse limiar, a Educação Comparada, enquanto método pode ser muito útil para a Educação Histórica porque através dos estudos empíricos em diferentes nações é possível implantar e conferir como os professores relacionam a pesquisa com a sua prática pedagógica em variados contextos expondo-os para possíveis validações. Tais ações vêm sendo concretizadas no campo, porém, sem a sistematização.

É perceptível que os países latino-americanos devem desenvolver investigações que possibilitem uma maior inserção dentro do campo, todavia, postula que mediante a criação de algumas sociedades de Educação Comparada, no continente, vem havendo uma grande

contribuição para o desenvolvimento de incipientes encontros e produções científicas de estudos comparados. Assim sendo, é praticamente nulo os trabalhos que desenvolvem uma investigação embasada no suporte teórico de George Bereday, tanto no Brasil como no Uruguai, o fato se deve ao pequeno número de especialistas na área. Assim, a Espanha, Inglaterra e o Panamá contam com essenciais trabalhos que nos serviram para a concretização da pesquisa.

Afinal, quais as contribuições que o método poderá fornecer para estudos comparados que se aliem da Educação Histórica? Partindo de nossa experiência a primeira fase do método denominada de descritiva nos serviu para descrevermos os Sistemas Educativos de modo sistematizados, tanto no Brasil como no Uruguai, o que nos possibilitou aferir os percursos, as injunções e as consequências acarretadas para os professores de História nos fornecendo o vislumbre das situações de aprendizagem, em um demarcado eixo temporal, bem como, colaborou na compreensão do modo em que a institucionalização destes profissionais aliavam a pesquisa com suas práticas de ensino dentro dos lócus educacionais. Para Bray, Adamson e Mason (2010, p.198), destacamos que as análises comparativas vêm se preocupando quanto ao uso da:

Evidencia, especialmente surgida de fuentes primarias, que, para muchos historiadores de épocas/temas modernos, incluyen fuentes orales. Las fuentes primarias son aquellas que son contemporáneas con, y han surgido en el transcurso de, los hechos que están siendo investigados. Por esta razón lo que puede ser llamado "fuentes de 95studa9595" (por ejemplo, testimonios de testigos presenciales, reportes textuales, agendas, correspondência, entrevistas em profundidad).

A presente citação serve para demonstrar que tantos os estudiosos na área do ensino como os historiadores vêm se apropriando do método para aferir as subjetividades das fontes primárias.

Irrefutavelmente a complexibilidade do método, através das quatro fases, descrição, interpretação, justaposição e a comparação propriamente dita serve para fortalecer a relação entre a Educação e o Ensino de História com a sociedade mediante a um diagnóstico do que nos é mais válido, posto que, o historiador-docente através de suas pesquisas divulgam os seus dados para a sociedade podendo ser utilizadas em outro contexto com o intuito de perquirir mudanças.

Outro ponto contributivo para a Educação Histórica é a indicação de como a cultura e as características pessoais afetaram o desenvolvimento da consciência histórica dos professores gerando um autoconhecimento melhor sobre como foi e é vista as categorias de segunda ordem,

evidência e a experiência, tanto no Brasil como no Uruguai. Nesse contexto Alexander (2000, p. 29-30 apud BRAY, ADAMSON, MASON, 2010) destaca:

La vida en las escuelas y en las aulas es un aspecto de nuestra vida más amplia, no está separada de ella: una cultura no se frena en las puertas de la escuela. El carácter y la dinámica de la vida escolar están constituídos por los valores que forman otros aspectos de la vida nacional (...) La cultura, en el análisis y la comprensión comparativista y en los sistemas educativos en general, es todo.

Alexander (2000 apud BRAY, ADAMSON, MASON, 2010) explicita que é de essencial acuidade comparar as culturas, que por sua vez, “*após historia y em estudos culturais, alude principalmente a sistema de significados y símbolos*” (WILLIANS, 1985, p.91). A esses símbolos e significados, o autor, nos perpassa a ideia de que por trás de toda a estrutura que compõe o lócus educativo é imprescindível compreendermos os significados e símbolos que não estão explícitos.

As pesquisas embasadas no método de Bereday contribuem para as premissas da Educação Histórica porque o contexto institucional é compreendido por meio da cultura da consciência histórica fora do ambiente escolar, posto que, as experiências e vivências profissionais da cultura histórica são indispensáveis para a análise do contexto nacional e isso só será possível mediante os subsídios dos processos investigativos, e assim, o nosso método nos fornece essa possibilidade mediante uma autorreflexão sobre a cultura histórica.

Ainda é possível observar que o método nos fornecerá através dos instrumentos jurídicos elencados uma visão de como vem ocorrendo o desenvolvimento das práticas dos professores de História em várias localidades do mundo, e se essas estão articuladas para a orientação na vida prática. Através deste sustento metodológico é viável dirimirmos o isolamento cultural os países, pois, o desafio é superar o desconhecido e medrar como se procede o Ensino de História na percepção dos professores da área desde o seu processo de constituição.

Destacamos que o método delineado nos forneceu um vislumbre de como os formadores de professores estão dando primazia para a pesquisa e o pensamento reflexivo, bem como, medrarmos se esses integraram ou desintegram o conhecimento histórico acadêmico dos escolares, no entanto, há inúmeras possibilidades de temáticas que se deseja investigar.

Outro importante olhar que o método comparativo nos fornece para as pesquisas em Educação Histórica é a avaliação dos contornos que professores realizam na reelaboração dos

saberes históricos e, se esses foram instruídos para que em seu processo de institucionalização fornecessem para seus formandos instrumentos que lhes induzissem na arte de pensar.

Nessa infinidade de abalroamento a Educação Comparada conflui com várias áreas do saber, e assim, é possível paragonarmos a cognição histórica mediante as vivências prévias dos sujeitos, as estratégias desenvolvidas, bem como, as aptidões individuais em prol de um desenvolvimento progressivo dos professores formadores.

Aqui se salienta o caráter da curiosidade, pois, as pessoas demonstram interesse por comparar objetos, e assim, acreditamos que este estudo comparativo possa servir de chamamento para outros pesquisadores no Ensino de História porque concede uma ampla interpretação das formas de ensino e os procedimentos utilizados em diversos países. Além disso, comunica informações para entendermos como foram formados os professores avaliando os avanços e ranços atuais.

Em outras palavras a maior contribuição foi a troca de experiências que poderão ser ajustadas para o outro lócus pesquisado. Barca e Gago (2001, p. 37) nos revelam que:

A racionalidade comum é algo que nos faz sentir como sendo toda parte de uma humanidade que converge e diverge, e que conseqüentemente aprende e “desaprende” por interesses particulares a lidar com divergências de forma dialogante e a usar as convergências para o bem comum.

O discurso de Barca e Gago (2001) nos demonstra que todos fazem parte de um mundo onde há pontos convergentes e divergentes, isso compõe a nossa racionalidade humana, podendo incorporar estes pontos ou não, consoante aos seus interesses, contudo, as divergências servem para que se dialogue e as convergências servem para o uso de todos. Partindo dessa premissa teórica o nosso trabalho pretendeu aferir se os professores formadores de História apresentam convergências que sirvam em prol da coletividade, no entanto, se faz necessário que os pontos divergentes sejam dialogados.

Em síntese através do conhecimento da institucionalização dos professores, nos variados recantos do mundo, se é possível compreender como estes formam outros docentes na área do Ensino de História, pois, formar para a docência é uma tarefa árdua que tende a esbarrar em incertezas, interações, contradições, saberes e experiências. Nesse entremeio, nossa análise comparativa sistematizada tende a contribuir para o campo da Educação Histórica, tendo em vista que, há uma enorme lacuna quando nos atentamos a versar com relação à formação de formadores, assim sendo, olhar o outro nos possibilita enxergarmos a nós mesmo.

Palavras-chave: Método de pesquisa; Ensino de História; Formação de Professores.

REFERÊNCIAS

BARCA, I.; GAGO, M. **Aprender a pensar em História.** Um estudo com alunos no 6º ano de escolaridade, Revista Portuguesa de Educação, v. 14, n. 1, p.239-61, 2001.

BARCA, Isabel. **Ideias chave para uma educação história:** em busca de (inter)identidades. In: Hist. R., Goiânia, v. 17, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2012.

BEREDAY, G. Z. F. **1 Método comparativo após pedagogia.** Barcelona: Editorial Herder, 1968.

BRAY, M.; ADAMSON, B.; MASON, M. **Educación Comparada: Enfoques y métodos.** 1. Ed. Buenos Aires: Granica, 2010.

ENTRE DESCRIÇÕES E REPRESENTAÇÕES: OBRAS LITERÁRIAS NA HISTÓRIA INTELECTUAL

Vitória Ulinoski Moch ¹
Carlos Henrique Armani ²

Resumo: O debate historiográfico acerca dos usos das fontes na História parece-nos muitas vezes estar esgotado. Entretanto, quando lembramo-nos da possibilidade de estreitar relações entre a História e Literatura. Temos um longo caminho para percorrer.

A partir da História Intelectual e para pensar a obra literária como fonte histórica, em especial a obra de Fernando Pessoa, buscamos compreender quais são as dificuldades e possibilidades na História Intelectual. Dentre os debates, está o de como se dá a leitura de uma obra literária a partir dos olhos do historiador e da historiadora, seu caráter testemunhal e, conseqüentemente, de documento e as possíveis performidades que esta obra pode proporcionar.

Além disso, também precisamos tratar da teoria literária e dos usos da linguagem. O debate teórico direciona-se para a questão interpretativa da obra, pois estabeleceremos a relação

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), faz parte do grupo de pesquisa História das Ideias e dos Conceitos nos Séculos 19 e 20: produção de presença e construção de sentido. E-mail: vitoria.moch@gmail.com

² Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenador do grupo de pesquisa História das Ideias e dos Conceitos nos Séculos 19 e 20: produção de presença e construção de sentido. Email: carlos.armani@gmail.com

do autor com o texto e o mundo vivido, o contexto histórico, o mundo no qual viveu com outros e consigo mesmo.

Entre as possibilidades de compreensão da poesia de Fernando Pessoa, delimitou-se os conceitos descrição e representação discutidos por Ankersmit. Pois a obra trata tanto de uma descrição sobre o mundo quanto de uma representação, isto é, trata de uma experiência de mundo que é sobre o mundo. Ao entendermos o caráter individual de visão desse mundo, ao estabelecermos essa relação a representação, a descrição do mundo é percebida pela expressão do eu lírico.

Sendo assim, para o autor³, a representação trata de um nível superior da linguagem, mais primordial, que tem o potencial de alcance de interpretação do passado maior do que a descrição. É algo que além de descrever o mundo, está no mundo e por isso tem algo a nos dizer sobre o mundo, ou contexto.

A literatura é um documento que tanto diz quanto interfere sobre os contextos, assim como, representa e descreve acerca de seus períodos. Tomar o exemplo da de Fernando Pessoa para abordarmos sobre os temas do século XX, é compreendê-lo para além de seu caráter informativo, é destacar seu papel interpretativo. Visto que se trata de uma obra que é acerca do mundo, ela interfere e interpela a realidade, por isso está para além de algo apenas descritivo. O poeta, conseqüentemente, nesse ser-estar no mundo, tanto descreve quanto representa a realidade.

Interpretar obras literárias é fazer a dupla articulação entre os conceitos de história-intelectual, questões contextualistas e também se utilizar de teóricos literários para a complexificação da abordagem. São pensadas perguntas a partir de Baumer que se apresenta para explicar o século XX, denominando-o como a “Era dos três A’s”: Ansiedade, Absurdo e Alienação⁴.

Além desses, com a pesquisa acabamos percebendo a necessidade de um quarto conceito, a angústia. Sem ele e sem refletirmos sobre aquilo que aparece de fato na obra, não entenderemos nem o autor e nem o contexto. Por isso, é tão necessária a articulação entre os caminhos do meio, as possibilidades que a escrita, a partir dos conceitos de descrição e representação nos mostram. São recortes de análise para a compreensão e criação de uma narrativa histórica, a partir da ótica literária.

³ ANKERSMIT, 2011, p. 67

⁴ BAUMER, 1977, p. 179

Tentaremos, então, discutir possibilidades da relação entre disciplinas e quebrar, de certa forma, o modelo que enclausura a maneira que as ciências veem e entendem o mundo. Por isso, perceber a relação entre a obra literária de Fernando Pessoa e a história, é evidenciar como eixo de análise algo que nos auxilia na compreensão de um contexto histórico.

São necessárias algumas ressalvas para que consigamos compreender os recortes de leitura de textos literários para um historiador/a. Para Ankersmit, há uma diferença substancial entre o teórico da linguagem que irá naturalizar a linguagem e o filósofo da linguagem que ao semantizar estabelecerá uma relação entre a linguagem e o mundo⁵. Existe de um lado a realidade e de outro a linguagem que devem, juntas, ser consideradas para se pensar as questões descritas pelo contexto do autor estudado e é justamente na brecha entre essas duas questões que se encontram os tópicos de investigação:

“apesar de que tanto a descrição como a representação estar em relação com a realidade, se dirá que a descrição se refere a realidade por meio de seu termo-sujeito enquanto uma representação trata sobre a realidade. E enquanto a referência se estabelece objetivamente, quer dizer, por um objeto na realidade que é dotado por um termo-sujeito na descrição, “ser sobre” é essencialmente instável e difícil de estabelecer objetivamente, porque é definido de modo diferente pelas descrições contidas no texto de cada representação.”⁶

Partir do conceito de representação e seu debate para sua leitura dos textos, é perceber a relação e interferência de uma dada obra, sua realidade. Sendo assim, representações tanto dizem algo sobre a realidade a qual fazem parte quanto à interferem e a interpelam. Trata-se de uma narrativa mais densa, que considera de forma mais aprofundada a questão da linguagem e seus subsequentes desdobramentos.

Para além disso, Ankersmit⁷, compreende as dificuldades que *ser acerca de* representa. Já que estabelecer essa relação de contexto da linguagem e contexto de mundo, partindo de uma representação, é entender a relação de sujeito com o mundo e, para nós historiadores e historiadoras, uma leitura sobre o mundo a partir do contexto e da obra.

Para ele, deve ser considerado nesse processo a questão da linguagem, visto que ela é necessariamente um processo diferente da experiência. Mas não se trata de sistemas desprendidos e que não estejam relacionados, pois “a linguagem pode ser um criador de verdade

⁵ ANKERSMIT, 2011, p.96

⁶ ANKERSMIT, 2011, p.63

⁷ ANKERSMIT, 2011, p.73

em igual medida que a realidade”⁸. Ambas categorias [linguagem, representação], fundamentam uma análise social. Acerca do debate sobre essas afirmações, os critérios de verdade, para o autor, o conceito de experiência não se coloca como algo que restrinja o verdadeiro, mas como uma forma de olhar, um mecanismo de análise, junto a questões contextualistas para se compreender a obra.

Ao elencarmos o conceito ser-sobre como norteador da análise dos textos a partir de representação, é-nos possível a compreensão de que, na verdade, não se trata da experiência individual ou em uma análise completamente subjetiva da obra e do contexto em si. Já que as obras literárias se referem a uma representação de mundo. E principalmente, conceitua-se que “a representação é muito mais que uma mera estação intermediária e imperfeita, entre o encontro não estruturado com a realidade.”⁹ Pois a representação trata de uma parte específica da realidade passada, é necessariamente diferente de uma referência, pois se considera a indeterminação da linguagem e da realidade.

Mas mesmo que se entenda como indeterminada, a representação não é arbitrária: “pois toda a discussão histórica possibilita uma mesma discussão racional acerca de como vincular a linguagem histórica com a realidade histórica – pressupõe e requer um espaço lógico que inicia essa indeterminação.”¹⁰ E é exatamente dentro desse espaço lógico, que articulamos o conceito de representação e sua relação mais primordial de linguagem-mundo.

O conceito ser-sobre, conseqüentemente, atribui conceitualmente maior discutibilidade para a compreensão de representação. Dessa forma, não são negadas as peculiaridades de qualquer obra, ou texto, que possa ser utilizado na História, mas compreendidas a partir da compulsão da linguagem e da compulsão da experiência¹¹. Pois segundo Ankersmit essas categorias tratam da fusão entre o falar e o *falar sobre*. Assim a compreensão histórica está localizada também no nível de *falar sobre o falar*, desenvolvida a partir da questão do idioma, ou linguagem.

Para analisarmos contextos diferentes a partir de obras literárias, muitas questões continuam em aberto. Métodos e aspectos teóricos precisam ser densamente discutidos, e aqui se encontra apenas uma das possibilidades de compreender e de ler obras literárias a partir do estudo de Fernando Pessoa na História Intelectual. Sendo elencadas as peculiaridades desse tipo

⁸ ANKERSMIT, 2011, p.52-53

⁹ ANKERSMIT. 2011 p.63

¹⁰ ANKERSMIT, 2011, p.73

¹¹ ANKERSMIT, 2011, p. 64

de pesquisa, entendemos de que forma essas análises podem complexificar o debate de períodos históricos.

Palavras-chave: História Intelectual; Literatura; representação.

REFERÊNCIAS

ANKERSMIT, Frank. El giro lingüístico: 102studa 102studa102102102 y 102studa histórica. In: **Giro Lingüístico, 102studa 102studa102102102 y 102studa histórica**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011, p. 49-105.

BAUMER, Franklin L. O triunfo do Devir. **O pensamento europeu moderno**. Tradução de Maria Manuela Alberty. 1º edição. Lisboa: Edições 70, Lda, 1977, p.167-182.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, *Elías José*. *Giro lingüístico e historia intelectual*. 1º edição. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012, p.237-293.

EXPERIENCIAMOS A HISTÓRIA?

Pedro Leal Gomes¹
Orientador Carlos Henrique Armani²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar brevemente algumas ideias de David Carr, filósofo fenomenólogo estadunidense. Ademais de uma apresentação, proporemos reflexões a partir das contribuições de Carr para o campo de Teoria e da Filosofia da História, analisando o texto *Experience and History: Phenomenological Perspectives on the Historical World (2014)*. O foco desse resumo será na abordagem fenomenológica do autor ao passado e à História.

Em geral, quando pensamos em maneiras de relacionar-nos com a História, pensamos em palavras como: construção, reconstrução e representação do passado. Partimos do pressuposto de que para fazermos História, para escrevermos História, temos necessariamente

¹Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), membro do grupo de pesquisa História das Ideias e dos Conceitos nos Séculos 19 e 20: produção de presença e construção de sentido. E-mail: pedro_leal7@hotmail.com

²Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenador do grupo de pesquisa História das Ideias e dos Conceitos nos Séculos 19 e 20: produção de presença e construção de sentido. Email: carlos.armani@gmail.com

uma relação de distância temporal. A saber, o passado, objeto de estudo dos historiadores e das historiadoras, está *no passado*. Estamos no presente, e através de vestígios desse passado que está longe, produzimos o que chamamos de História. Carr não questiona esta maneira de interagir com o passado ou a História, mas sua proposta parte de uma problematização do caráter universal desta. Ou seja, para ele, há outras maneiras de nos aproximarmos do passado e da História, e é através do conceito de *Experiência* que o autor propõe uma outra maneira. Para ele, além de construir, reconstruir ou representar a História, podemos 103studa103103103a103-la. Portanto para Carr, seríamos não somente capazes de sabermos que um evento é Histórico enquanto ele ocorre, no presente, mas também poderíamos 103studa103103103a103-lo, no presente, de diversas maneiras.

Após um sistemático estudo histórico sobre os sentidos do conceito *Experiência*, tanto na historiografia, quanto na tradição filosófica, e após reconhecer a ambiguidade histórica que carrega essa ideia, Carr chega a dois significados que servem à sua proposta: 1) *Experiência* como o momento que entramos em contato com as coisas, o mundo, eventos ou pessoas ao nosso redor. Há um caráter sincrônico nesse sentido, experienciar, nessa perspectiva, é estar em contato com o espaço ao nosso redor, com aquilo que está nesse espaço, no aqui e agora. 2) *Experiência* como um fenômeno cumulativo e de longa duração, fenômeno capaz de construir-se, do ponto de vista diacrônico. Ou seja, envolve erro e aprendizado progressivos, ao longo do tempo. Uma pessoa é experiente, ou possui experiência, se ela não só é exposta a várias situações durante um período longo de tempo, mas também se ela acumula aprendizados ou melhora com esses momentos.

Apesar de distintas, as duas maneiras de experienciar estão intimamente conectadas. Para o autor, nenhuma experiência imediata é tão única ou momentânea que não esteja em relação com a estrutura elementar de continuidade temporal entre passado e futuro; isto é, do ponto de vista fenomenológico, nenhum *presente* está dissociado do processo de temporalização, do seu passado que dá forma para a experiência de presente, da mesma maneira que seu futuro – ao existir como expectativa –, também constitui este mesmo presente. “The key to the relevance of experience for the philosophy of history lies in após understanding of how consciousness of the past, and consciousness in 103studa the presente, are related³”. (CARR, 2014) Assim, Carr sustenta que o primeiro sentido de *Experiência* – de contato

³ A chave para a relevância da experiência para a filosofia da história encontra-se em um entendimento de como a consciência do passado, e a consciência no e do presente estão relacionadas. (tradução nossa).

imediatamente, portanto presente, com o mundo – se junta ao segundo, de acumulação temporal, já que são duas faces da mesma moeda. São partes constituintes da própria temporalidade.

A ideia de *Experiência* na Filosofia da História de Carr está intimamente ligada à questão da temporalidade – e no sentido que estamos dando aqui, toda experiência é temporal -, mas ser *temporal* não é sinônimo de ser *histórico*. Partindo do pressuposto que a História não tem como foco indivíduos, e sim o mundo social, é necessário falar de uma experiência do mundo social, e também de um ato de experienciar como algo que ocorre socialmente. Uma parte significativa do que experienciamos, entre coisas e eventos que fazem o mundo, é: outras pessoas e outros grupos de pessoas, eventos que envolvam outras pessoas, as ações, sofrimentos e experiências dos outros, artefatos humanos e outras produções, institucionais e/ou procedimentais. De acordo com o autor, as casas e as ruas, as cidades e suas configurações, têm um passado que se apresenta como horizonte e pano de fundo quando as experienciamos no presente. As estradas, os caminhos, as portas e os espaços fechados podem não estar mais conectadas com aquilo que as geraram, a saber, as pessoas que as construíram, que tinham ali interesses e projetos, que buscavam abrigo ou juntavam-se em reuniões públicas. Como artefatos, construções são criadas com um propósito, mas ao longo do tempo os propósitos se desviam para outros propósitos, na medida em que mudam as pessoas, as necessidades e os projetos que interagem com esses objetos.

Quando observamos, por exemplo, sítios arqueológicos e cidades restauradas, estamos interessados em saber como essas pessoas viveram ali, como estiveram presentes nesse passado que nos cerca. Um dos benefícios dessa observação é o fato de que essas experiências podem nos dizer sobre as nossas próprias cidades, que serão ruínas, podendo estudá-las como futuras zonas arqueológicas. O ato de imaginar os antigos habitantes Mapuche, vivendo em suas antigas construções na região centro-sul do Chile – e atuais ruínas -, pode nos levar a enxergar nossa própria comunidade com o olhar de historiadores(as) e arqueólogos(as). Todo evento ou objeto tem um passado anexado a ele, experienciar um evento ou objeto é surgir de seus antecedentes. O passado retido nesses eventos e objetos é, em parte, o que dá sentido a eles e ao próprio presente; sem esse passado, eles não só não teriam sentido, como provavelmente nem existiriam. Se é verdade que nossa experiência é *no presente e do presente*, é igualmente verdadeiro que ela contém uma conexão não mediada com o passado. Voltando ao nossos dois sentidos de *Experiência*, podemos dizer que: o acontecimento que é experienciado no presente e de forma imediata – como no primeiro sentido -, só tem sentido

para nós porque está dentro um padrão ou uma estrutura – captada pelo segundo sentido -, de longa duração.

Além do olhar para o mundo social e não apenas para indivíduos, o que torna o tempo propriamente tempo histórico, para o autor, é a circunstância de associar-se em comunidades. Estamos sempre em contato com o Outro, mas o Outro de Carr não é um alter-ego, ou objeto de nossa empatia e simpatia, não está em um confronto face-a-face. O Outro é um Outro experienciado como um colega participante no mundo, como um colega de trabalho que dá sentido à nossa volta. A partir dessa relação, o autor propõe o conceito de “we-subject”

we have been looking for a connection between time and social existence that could be described as the experience of historical existence. I want to contend that it is in the experience of membership in communities that time is genuinely historical for us. As a member of a community I become 105studa105 a We-subject with após experience of time that extends back before my birth and can continue even after my death. (CARR, 2014)⁴

a saber, um sujeito-coletivo que interrelaciona uma miríade de experiências distribuídas no tempo. Uma coletividade que nos faz ser o que somos, seres históricos. Essas comunidades só existem na medida em que indivíduos se identificam com elas; são entidades frágeis, que se formam em determinadas circunstâncias e podem tão facilmente se dissolver. São construídas socialmente, são fluídas.

De modo a tentar exemplificar essas reflexões, pensemos no rompimento da barragem de Brumadinho – MG, no Brasil, em Janeiro de 2019. Ao pensarmos da maneira que propõe Carr, os primeiros trabalhadores que ali estavam, que enxergaram o rompimento e visualizaram a lama em sua direção; ou uma das pessoas que foi tragicamente soterrada, as primeiras forças institucionais de apoio – militares, bombeiros, médicos -, ou ainda as pessoas que assistiam pela TV, enquanto se mostrava a lama em seu movimento irreduzível à comunidade Vila Ferneco... qualquer uma dessas pessoas pode ter experienciado esse evento violento como um evento histórico. Não houve a necessidade de descobrirmos, 1 mês depois, que em vez de 34 vítimas, foram 179 – posteriormente 201 -. Não há necessidade de esperarmos 10 anos para que um(a) historiador(a) escreva sobre a tragédia para sabermos que foi um evento histórico. Seja a

⁴ nós estivemos buscando por uma conexão entre tempo e existência social que poderia ser descrita como a experiência da existência social. Eu quero argumentar de que é na experiência de associação em comunidades que o tempo é genuinamente histórico para nós. Como membro de uma comunidade eu me torno parte de um *We-subject* com uma experiência de tempo que se prolonga até antes de meu nascimento e pode continuar até mesmo depois de minha morte. (tradução nossa)

comunidade, brasileiros e brasileiras, moradores da Vila Ferneco, ou a comunidade dos trabalhadores da barragem, qualquer que tenha sido a maneira com que nos identificarmos com o evento, poderíamos – veja bem, não é uma necessidade -, ter sabido do caráter histórico dessa tragédia logo no momento em que tivemos contato com ela. Poderíamos ter experienciado esse evento enquanto um evento histórico.

A proposta de David Carr, longe de invalidar ou refutar as abordagens via representação, construção ou reconstrução, enriquece o estudo da História, reconhece a importância da produção de verdades provisórias acerca do passado, mas entende que a História também é mais do que isso. O autor elucida a tensão ontológica entre historiador(a) e agente histórico, pois os dois pertencem a diferentes realidades, a distintos mundos experienciáveis. Ele mostra que o desafio da narrativa é mais do que uma questão de explicação, de tirar informações de documentos ou outras evidências; é um desafio que envolve uma questão mais fundamental: a de entrar em outros *mundos*.

REFERÊNCIAS

CARR, D. **Experience and History: Phenomenological Perspectives on the Historical World**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014.

CLUTTERBUCK, H. **Review of Experience and History: Phenomenological Perspectives on the Historical World**. [S.l.]: *Reviews in History*, 2014.

LACAPRA, D. **Rethinking intellectual history and reading texts**. [S.l.]: Cornell University Press, 1983.

SILVA, R. O. D. **História das Ideias: abordagens sobre um domínio historiográfico**. [S.l.]: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 7, 2015.

ABDERRAHMANE AL-SADI E A “PRIMEIRA REESCRITA DA HISTÓRIA AFRICANA”

Moises Nunes Sayão (autor)¹
Prof. Dr. José Rivair Macedo (orientador)²

Resumo: Tradicionalmente, quando falamos em escrita da história, especialmente no Brasil, estamos nos referindo a autores nacionais ou, ainda mais frequentemente, a autores europeus ligados às escolas inglesas, francesas e alemãs, predominantemente, ou da Antiguidade. É certo que os pensadores que dedicaram-se a esta tarefa são dignos de serem estudados e terem suas obras discutidas, pois servem como referenciais para que (re)pensemos a nossa própria prática enquanto historiadores. No entanto, não podemos negar que a grande maioria deles tem como origem a sociedade ocidental, calcada em preceitos judaico-cristãos e expressos em idiomas de matriz europeia. A presente investigação tem por objetivo trazer à discussão nacional uma contribuição externa a estes limites, de modo a enriquecer nossos referenciais não apenas tocantes à historiografia em si, mas também aqueles que dizem respeito a sociedades histórica e historiograficamente subalternizadas, levando em conta suas especificidades.

Para realizar a tarefa acima proposta, teremos como fonte a crônica *Tarikh al-Sudan*³ (TS), a qual será submetida à análise à luz de contribuições diversificadas, tentando contemplar, sempre que possível, autores de origem africana, sem ignorar intelectuais americanos, europeus e, eventualmente, asiáticos, que prestaram contribuições importantes para o desenvolvimento de conhecimentos tocantes ao nosso objeto de estudo. Pretendemos centrar nossa análise textual

¹ Aluno do curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desenvolvendo a pesquisa intitulada Uma escrita da história na África Ocidental: o Tarikh al-Sudan de Abd al-Sadi (Tombuctu, séc. XVII), sob orientação do Prof. Dr. José Rivair Macedo, desde o semestre 2019/1. Licenciado e bacharel pela mesma universidade, integrante do grupo de pesquisa “Africanas: biografias, referências de pesquisa e constituição de um banco de dados informatizado”, sob coordenação do Prof. Dr. José Rivair Macedo. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: moises.sayao@gmail.com.

² Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa (UL). Atualmente dedica-se ao estudo das sociedades africanas anteriores à colonização europeia.

³ “História do Sudão”. É importante informar que, por não dominarmos a língua árabe – idioma do manuscrito original –, trabalhamos a partir de uma edição moderna traduzida por John Hunwick a partir da transcrição de Octave Houdas, e reconhecemos as limitações impostas por esta condição. No entanto, sustentamos a validade da nossa pesquisa tendo em conta dois fatores principais. Primeiramente, trata-se de uma primeira investida nacional nesta área, com o referida fonte, logo, estamos introduzindo a discussão, e havemos de fazê-lo dentro das circunstâncias que nos são impostas. Em segundo lugar, consideramos o trabalho de Hunwick mais confiável que uma tradução que poderíamos realizar, uma vez que, embora a crônica tenha sido escrita em caracteres árabes, estes expressavam um pensamento híbrido, dada a confluência cultural do seu ambiente de produção, do qual Hunwick era um profundo conhecedor.

de modo a compreender como a conjuntura da sua produção influenciou e foi influenciada por ele, bem como questões mais tocantes à prática historiográfica propriamente, a dizer, o trabalho do autor com as fontes, com a espacialidade e a temporalidade.

Do ponto de vista teórico, o nosso trabalho filia-se à corrente dos estudos decoloniais, no sentido proposto por Walter D. Mignolo (2017). Em decorrência desta pretensão, buscaremos revelar uma “África-Sujeito”, através de uma visão “de dentro pra fora” (LEITE, 2008, p. XVIII). Para tal, prestaremos atenção especial às advertências de pensadores africanos contemporâneos, como Valentin Yves Mudimbe e Archie Mafeje, referentes a uma postura crítica em relação aos conceitos e categorias do africanismo⁴.

O *TS*, escrito por Abderrahmane al-Sadi em meados do século XVII, provavelmente na cidade de Tombuctu, na atual República do Mali, é um texto dividido em 38 capítulos que contêm listas dinásticas e de eventos, narrativas históricas de cidades, eventos e governos, biografias e hagiografias. Al-Sadi, que à época da elaboração do texto ocupava um cargo importante na administração local – uma espécie de secretário-geral – de Tombuctu, nasceu em 1594 e possui ascendência árabe. Não há informações concretas a respeito da sua infância e juventude, mas é muito provável que tenha usufruído de uma boa educação formal, tendo em vista os importantes cargos que ocupou na vida adulta – foi imã na cidade de Djenné antes de ser nomeado *catib* em Tombuctu – e, principalmente, a erudição exibida na sua obra (HUNWICK, 2003, p. Lxiii; FARIAS, 2003, p. Lxxix).

A região de Tombuctu, incluindo Djenné, ao sul do Saara e próxima à curva do Rio Níger, já era àquela época um importante centro urbano cosmopolita. Sua posição geográfica, às margens do deserto, propiciou que viesse a tornar-se um destacado entreposto comercial entre o Magreb – e o Mediterrâneo – e a África Sul-Saariana⁵. Desta forma, a cidade abrigava indivíduos oriundos de diversas regiões, não apenas comerciantes, mas também sábios e estudiosos, uma vez que, não só pela interação cultural, mas também pelo estímulo à erudição por parte dos seus administradores desde o início do século XIV, quando Mansa Muça retornou de sua peregrinação a Meca trazendo consigo sábios de variados ramos do conhecimento muçulmano. Desde então foram estabelecidas madraças, verdadeiras escolas corânicas, nas quais se ensinavam desde a tradição verbal e a jurisdição muçulmana, até a astronomia, a

⁴ Mudimbe chama de africanismo o discurso produzido por europeus ao longo dos séculos XIX e XX acerca da cultura, história e existência dos africanos, conferindo-lhes sentidos particulares a partir da ideia de alteridade (2013, p. 12). Sobre o emprego de conceitos e categorias ocidentais em contextos, ver Mafeje (2001, pp. 61-63).

⁵ Optamos por evitar o prefixo “sub” tendo em vista uma possível conotação negativa deste.

gramática e a história, entre outros conhecimentos (SAAD, 1983, pp. 3-81).

Quando da escrita do *TS* a cidade de Tombuctu encontrava-se sob a dominação marroquina através da dinastia Arma, que havia tomado o poder em 1591. Como veremos adiante, esta é uma condição fundamental para a compreensão e caracterização da crônica de al-Sadi. Porém, antes disso é importante caracterizarmos o gênero *tarikh*. Por todo o mundo islâmico desenvolveram-se tradições de escrita da história local (HOURANI, 2016, p. 269). Entretanto, no contexto do nosso estudo, tendo em conta a forma como estes textos foram concebidos, isto é, suas referências, pode-se afirmar que foi um gênero sem precedentes, no qual os autores não reivindicaram uma originalidade de informações, mas propuseram reinterpretações históricas! A sua continuidade e fluidez narrativas faz dos seus criadores verdadeiros inovadores intelectuais, artífices de uma nova ideia de passado (FARIAS, 2003, p. Xxxviii; 2008, pp. 95-96). Zakari Dramani-Issifou chamou este conjunto de textos de “a primeira reescrita da história africana” (apud M’BOKOLO, 2008, p. 139). Sabemos da existência de outros três componentes deste gênero, além do *TS*, são eles: o *Tarikh al-fattash*⁶ (*TF*), de autoria de Ibn al-Mukhtar, concluída por volta de 1664; um texto anônimo, ao qual foi atribuído o título de *Notícia Histórica*, provavelmente escrito entre os anos de 1657 e 1669; e, por fim, um texto cujo nenhuma cópia chegou a nós, mas que é citado como uma referência no *TF* e parece possuir propriedades compatíveis com o gênero, o *Durar al-hisan fi akhbar ba’d muluk al-Sudan*⁷, de autoria de Baba Goro, e de data não consensual⁸ (HUNWICK, 2003, p. 2; FARIAS, 2008, p. 95).

A religiosidade islâmica é o primeiro aspecto a ser destacado no texto de al-Sadi. Desde a introdução, onde Deus é nomeado frequentemente (dez vezes nas duas primeiras páginas), até a própria justificativa da escrita, que se dá pela retomada de um ramo do conhecimento abandonado pelos antepassados recentes, que apresentaram um mau comportamento e foram castigados por isso, denotando fortes valores muçulmanos (HUNWICK, 2003, pp. 1-2). A fundação da primeira dinastia local é atribuída a Zuwa Alayaman⁹, marcando os seus vínculos originários da Península Arábica (HUNWICK, 2003, pp. 5-6).

Todavia, são percebidos elementos de outras vertentes culturais, como por exemplo a

⁶ “História do pesquisador”.

⁷ “Pérolas de belezas sobre o que está relacionado a alguns reis do Sudão”.

⁸ Hunwick o atribui ainda ao século XVI, enquanto Farias, por encontrar menções a este texto no *TF*, mas não no *TS*, considera que seja possível que este tenha sido escrito entre ambos.

⁹ “Aquele que veio do Iêmen”.

narrativa de Ali Kulun, suposto fundador da dinastia Soni, no século XIV, que pode ser associado a Aligurran, personagem mítico da cultura tuaregue (HUNWICK, 2003, pp. 7-8; FARIAS, 2003, pp. Xciv-xcv). Além disso, são identificáveis algumas inadequações linguísticas que sugerem que al-Sadi, embora escrevesse em árabe, certamente pensava noutro idioma, provavelmente o songai (HUNWICK, 2003, p. Lxiv).

É interessante como a espacialidade é apresentada de forma diversificada pelo autor. Ele limita o seu objeto de estudo ao Sudão e à cidade de Tombuctu (HUNWICK, 2003, p. 2). Aqui também é notável a influência do Islã sobre o pensamento do autor, que incorpora nomenclatura (Sudão¹⁰).

A associação entre território e poder, bem como a sobreposição de poderes sobre territórios são apresentadas por al-Sadi em diversas passagens. Ao relatar, por exemplo, a já mencionada história de Ali Kulun, ele trata da subordinação dos governantes do Songai aos do Mali. Situação que teria sido invertida quando da chegada de Ali Kulun ao poder e a instauração da dinastia Soni, sob a qual a autoridade dos governantes teria se estendido apenas sobre os territórios já constituintes do Songai (HUNWICK, 2003, pp. 7-8). Do mesmo modo a relação entre território e poder é expressa quando da narrativa da tomada de Tombuctu pelos tuaregues, justificada por estes pela incapacidade de seus antigos governantes de protegerem-na (HUNWICK, 2003, pp. 11-12). A expansão do Mali é descrita em termos territoriais (HUNWICK, 2003, p. 14; 15), denotando que a região possuía agrupamentos bem estabelecidos e identificáveis, a ponto de serem tomados como referência para a descrição de al-Sadi.

Por fim, analisemos os capítulos dedicados às cidades de Djenné e Tombuctu, respectivamente. A primeira é descrita em aspectos referentes ao seu povo, à sua economia, suas peculiaridades geográficas, à localização de sua mesquita e à ocupação do seu espaço (HUNWICK, 2003, pp. 17-19). Nesta passagem temos uma caracterização da cidade que, embora não seja precisa do ponto de vista da orientação, não deixa de ser possível de ser caracterizada como um mapa enquanto um sistema cognitivo que auxilia na compreensão do mundo, reduzindo-o a uma representação administrável (WOODWARD & LEWIS, 1998, pp. 1-10). Tombuctu, por sua vez, é assinalada principalmente pelo seu caráter cosmopolita, ressaltando suas origens tuaregues Magcharan, e a pluralidade de origens de pessoas que lá conviviam (HUNWICK, 2003, p. 30). O desenvolvimento da cidade é marcado pelas habitações

¹⁰ De Bilad al-Sudan, “País dos Negros”, que refere-se à região estudada.

e pelas mesquitas (HUNWICK, 2003, p. 30).

No que tange à temporalidade, é importante destacar a contribuição de Jean Boulègue. Ele entende o *TS* com unidades individualizadas quanto às narrativas, cronologias e temáticas. No caso de dinastias e “reinos”, os governantes ocupam uma figura central no discurso histórico, que tem a cronologia pautada em relação ao período no qual aqueles detiveram o poder. Todavia, nos capítulos dedicados às cidades de Tombuctu e Djenne, são estas que ocupam a posição central, como personagens e agentes políticos, logo, a periodização passa a ser referente às suas transformações e independente de quem está no exercício do poder. Em suma, cada parte do *TS* segue um esquema cronológico próprio (BOULÈGUE, 2004, pp. 99-107).

No tocante às fontes utilizadas, al-Sadi faz referências vagas, como “pessoas confiáveis” ou “um dos meus colegas”, e outras explícitas, como Ahmad Baba e Ibn Battuta. Enquanto nos últimos capítulos, contemporâneos à sua atuação na administração, podemos perceber a precisão de dados mencionados, sugerindo que tenha se valido de informações e documentos oficiais, embora sem referenciá-los (HUNWICK, 2003, p. Lxiv).

Podemos refletir também acerca dos objetivos do autor ao escrever tal texto. Após a invasão marroquina, em 1591, a cidade de Tombuctu foi palco de uma série de levantes políticos e sociais imputados à existência de três elites: a Arma (de origem marroquina e de caráter político e militar), a Ásquia (dos governantes submetidos pelos marroquinos, mas que permaneceram gozando de um status privilegiado) e o “patriciado” urbano de Tombuctu (influyente e integrado à administração Arma) (FARIAS, 2008, p. 97). Certamente foi diante da necessidade de conciliar os interesses destes grupos que foram promovidos esforços para a criação de uma narrativa com profundidade cronológica e que lhes concedesse unidade política (FARIAS, 2003, p. Lxxii).

Em suma, o *TS* apresenta-se como um produto riquíssimo a ser estudado e, certamente, como uma demonstração dos gênios intelectual e político genuinamente africanos, frequentemente silenciados em prol de uma narrativa racista, eurocêntrica e subalternizante da história africana.

Cabe destacar que esta é uma pesquisa ainda em andamento, à qual ainda podemos acrescentar não apenas desdobramentos, mas principalmente informações que permitam-nos averiguar, por exemplo, elementos da tradição oral songai anterior à sua escrita, bem como a influência que o texto escrito possa ter exercido sobre a oralidade posterior, uma vez que estes

textos eram possivelmente lidos em público.

Palavras-chave: escrita da história; Tombuctu; Islã.

REFERÊNCIAS

BOULÈGUE, Jean. Temps et structures chez un historien tombouctien du XVII siècle. In: **Afrique & Histoire**, vol. 2-1, pp. 97-108, 2004. Disponível em:

<<https://www.cairn.info/revue-afrique-et-histoire-2004-1-page-97.htm>>. Acesso em: junho de 2016.

FARIAS, Paulo. **Arabic medieval inscriptions from the Republic of Mali: Epigraphy, Chronicles, and Songhay-Tuareg History**. Nova York: Oxford University Press, 2003.

_____. Intellectual innovation and reinvention of the Sahel: the seventeenth-century Timbuktu chronicles. In: JEPPIE, Shamil & DIAGNE, Bachir (Eds.). **The Meanings of Timbuktu**. Cidade do Cabo: HSRC Press, 2008, pp. 95-108.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HUNWICK, John. **Timbuktu and the Songhay Empire: Al-Sa'dīs Ta'rīkh al-sūdān down to 1613 and other Contemporary Documents**. Leiden: Brill, 2003.

LEITE, Fábio. **A Questão Ancestral: África Negra**. São Paulo: Casa das Áfricas/Palas Athena, 2008.

MAFEJE, Archie. **Anthropology in Post-independence Africa: End of an Era and the Problem of Self-definition**. Nairobi: Heinrich Böll Foundation, 2001.

MBOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações, Tomo I (até o século XVIII)**. São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2008.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais Hoje. In: **Epistemologias do Sul**, v. 1 (1), pp. 12-32, 2017. Disponível em:

<<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>>. Acesso em agosto de 2018.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção de África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento**. Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.

SAAD, Elias. **Social History of Timbuktu**. Nova York: Cambridge University Press, 1983.

WOODWARD, David & LEWIS, G. Malcolm. **The History of Cartography, Volume 2, Book 3: cartography in the tradicional african, american, arctic, australiano, and pacific societies**. University of Chicago Press: Chicago e Londres, 1998.

A HISTÓRIA ORAL EM PERSPECTIVA COMPARADA: URUGUAI E BRASIL

Adriana Kivanski de Senna¹
Simone Gomes de Faria²

Resumo: A presente análise enfoca acerca de algumas das conclusões extraídas da dissertação intitulada “A formação de professores de história na pós-redemocratização 1980-2013: um estudo de educação comparada Brasil e Uruguai”. Partindo dessa premissa apontada realizamos uma análise qualitativa e descritiva com uma abordagem interpretativa com o objetivo de compreendermos as semelhanças e diferenças no uso do método. Deste modo, a História Oral, na América Latina, tem um percurso diferente dos países Europeus e dos Norte-Americanos, pois, embora essa surgisse na década de 70 com temáticas que eram alicerçadas pela história política e pela antropologia o seu desenvolvimento só viera a ocorrer após o período da redemocratização nos países que vivenciaram as Ditaduras Militares, visto que, nessa década ainda era amplamente preconizado o uso de fontes escritas com base em informações analíticas, bem como, o uso da oralidade não apresentava nenhum prestígio nos meios acadêmicos e o método de pesquisa foi visto pelos historiadores, principalmente os positivistas e tradicionais, como um procedimento muito subjetivo, e assim, por muito tempo foi preconizado preconceituosamente. Partindo destas questões levantas aqui se faz sucintamente um comparativo entre o uso do método no Brasil e no Uruguai porque nossa pesquisa foi embasada neste aporte e nestes dois países da América Latina, que por sua vez, foram testemunhos de duras ditaduras. Em síntese concluímos que os dois países enquadram-se nos parâmetros da história mundial por serem países colonizados. Além disso, no que se refere ao uso da História Oral tanto no Brasil e Uruguai são intensificados após a redemocratização, contudo, em processos diferenciados da memória onde a primeira almeja lembrar e a segunda ocultar o passado traumático.

Há muitas definições e inúmeros debates acerca do que é propriamente a História Oral. Neste ínterim, existem pesquisadores que apontam que é uma técnica, outros que é uma disciplina e aqueles como nós que a consideramos como uma metodologia. Assim, de acordo com as premissas teóricas de Delgado (2005) a História Oral é “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e

¹ Professora da Universidade Federal do Rio Grande/ FURG. Mestre e Doutora em História pela PUC/RS. Orientadora da dissertação de mestrado. akivanski@hotmail.com

² Professora da Rede Municipal de Bagé da Hulha Negra é Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande/ FURG simonegomesdefaria@gmail.com

estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões” (DELGADO, 2006, p.15). Nesse limiar, a autora em sua fala, nos expõe que à medida que um novo questionamento vem sendo realizado com relação ao passado é necessário que se empregue outros métodos com o objetivo de compreendermos informações que não se encontram em documentos escritos servindo como um importante registro da memória.

Assim sendo, as fontes extraídas desse método constituem o que podemos denominar de documentos pessoais. A narrativa deve ser sempre preservada para que não seja prejudicada a identidade do entrevistado. Por isso Portelli (1991, p. 45) explica:

[...] lo realmente importante es que la memoria no es após depósito 114studa114 de hechos, sino após activo 114studa114114 de creación de significados. Así la 114studa114114114 específica de las fuentes orales para el historiador no está tanto após la 114studa114114114a para preservar el 114studa114 como após los câmbios mismos elaborados pro la memoria” [...] “Estos 114studa114 revelan el esfuerzo de los narradores por darle após sentido al 114studa114 y após forma a sus vidas y colocan a la entrevista y a la narración após su contexto histórico.

Destarte, mediado pela teoria de Portelli (1991), partimos do pressuposto que a fonte oral nos concederá visões e tornarão a pesquisa mais viva para aferir como se procede as categorias estruturais da natureza histórica. Por isso, na visão de Alberti (1990, p. 52) compreendemos que a História oral é:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc.

Ainda seguindo a visão de Alberti (1990) ela nos esmiúça que a História Oral é um método de pesquisa de cunho diversificado que tem como primazia o uso de entrevistas com indivíduos que estiveram presentes em um dado momento. De acordo com as premissas teóricas de Joutard (1998) a História Oral sempre foi dividida entre aqueles que pesquisavam assuntos relacionados com as ciências políticas e para a elite e, os que apostavam em investigar pessoas sem voz na História, por sinal, esses se encontravam em um campo antropológico. Esses últimos núcleos de pesquisadores se encontram em ascensão criando grandes e possíveis possibilidades de ampliar estudos com a História Pública.

Joutard (1998), em seu artigo “Os desafios da História Oral”, um dos capítulos do livro História oral: desafios para o século XXI nos desvelam que essa apresenta três finalidades. A primeira delas é salientar as realidades de pessoas comuns, pois, nem sempre as fontes escritas conseguem captar os significados resilientes. A segunda finalidade, não tão aludida até os dias atuais, é a de promover aportes inenarráveis dos documentos escritos porque muitas vezes é impossível compreender a realidade em sua totalidade. Devemos reiterar que essa é a nossa finalidade, pois mediante a oralidade descobrimos com mais propriedade como eles instrumentalizam suas experiências e evidências históricas, bem como, quais as verdadeiras razões ao agirem por determinada decisão, bem como, compreender as manhas e artinhas das estruturas educacionais.

Após conceituarmos a História Oral e observadas suas finalidades compreendemos que inegavelmente, a América Latina, desencadeou um processo de dependência com relação aos países desenvolvidos incorporando as ideias em voga de seus colonizadores. Além disso, tornou a Europa como centro de referência e inspiração do saber, acarretando várias disputas argutivas entre os resistentes conservadores e os progressistas libertários. Partindo deste pressuposto, o surgimento desse método necessitou de novas abordagens e soluções do que os apresentados pela Europa e pelos Estados Unidos.

Afere-se, que tanto o Brasil como o Uruguai, enquadrou-se nos parâmetros da história mundial, nestes povos colonizados lhe fora negada a tradição oral porque o instrumento mais utilizado pelos dominadores foi a perpetuação do analfabetismo o que assolou uma História de alienação e de dependência política.

Convém expor que os países do “Sul” se alicerçaram de uma sofisticada fundamentação teórica em face de um complexo engendramento político local. Dessa maneira, houvera uma sinopse dos textos advindos de países desenvolvidos para que existisse uma readaptação consoante a própria localidade. No Brasil, a História Oral, foi definida a partir de 1979, não obstante, o seu robustecimento viera a ocorrer somente depois de 1983 no processo de redemocratização política do país com o intuito de ser uma nova voz nos debates democráticos, e foi inspirada nos moldes da Universidade de Columbia dos Estados Unidos coordenado pelo grupo alcunhado de C.P.D.O.C e patrocinado pela Fundação Ford.

Atualmente, a História Oral latino-americana se encontra em estado germinal embora tem se destacado e com aumento bastante significativo apresentando estudos de grande qualidade e originalidade, bem como, há o surgimento de várias revistas acadêmicas aportando

do assunto, entretanto, essa tendência oral por muito tempo fora fixada somente em instituições de Ensino Superior. Portelli em seu artigo “Memória e diálogo: desafios da História oral para a ideologia do século XXI” outro capítulo do livro História oral: desafios para o século XXI afirmam que a História Oral está muito afiada dentro do contexto latino-americano.

Nos dias atuais houve um avanço muito grande, principalmente porque já nascera muito tarde, e foram ampliados para espaços populares, arquivos, movimentos sociais, setores sociais com o escopo central de reaver as histórias contadas das adversas trajetórias sociais. Porém, se denota que os países latino-americanos apresentam contextos muito diferentes porque há alguns em desenvolvimento e outros ainda estão engatinhando para compreender e empreender os usos da história oral em suas investigações.

O Uruguai, no período da ditadura, se exilou dos demais países da América Latina atravessando profundas crises. No Uruguai, na Universidade da República do Uruguai/UDELAR desde o ano de 1991 existe um “Archivo de Oralidad del Departamento de Historiología”. Mas, fora somente em 2006 que a universidade investiu com propriedade na História Oral essa serviria como fonte privilegiada para demonstrar os testemunhos orais da sociedade que começa a procurar respostas para o passado mais recente após a redemocratização. Tal fato foi decorrente porque a História Atual se tornara tão estranha quanto a História de qualquer outro país, e assim, historiadores uruguaios apresentam grande interesse para poderem compreender o porquê das ações passadas, os motivos que levaram as pessoas a tomarem determinadas decisões, bem como, quais foram às repercussões mais marcantes em sua vida e de seus descendentes.

O Brasil viera somente a criar uma Associação Brasileira de História Oral em 1994, pois, até a década de 90 não se tem conhecimento de nenhuma configuração de História Oral em currículos Universitários. É importante frisar que a criação dessa associação oportunizou a divulgação de diversas publicações e boletins de grande atuação no campo da História Oral. Essa esteve imbricada com o aporte político aliada de temáticas que expunham as experiências de exílio, dos segmentos revolucionários, fato decorrente da síndrome da ditadura, o Uruguai vivenciou na pós-redemocratização esses sintomas de modo dicotômico do caso brasileiro, pois, aqui se faz importante expormos que após a ditadura a sociedade uruguia esteve imersa em uma memória ocultada e silenciada, visto que, até os livros didáticos não expunham debates dessa natureza, e os que aportavam deste momento histórico apresentavam informações muito

estritas, contudo, no novo século, o XXI, surge diálogos mais densos relacionados ao assunto: a ditadura militar.

Nesse ensejo, o Brasil se manifestou de forma adversa porque embora não fosse fácil a realização de relatos orais, no período após a redemocratização, a temática foi exposta de maneira em que a memória acabou se efetivando como oficial daquele momento, ou seja, mais aberto do que no nosso país vizinho. Os Centros de Pesquisa da UDELAR se apropriam das vantagens da História Oral para medrar as injustiças, os perjúrios, os enfrentamentos e os traumas da população uruguaia.

Nesse limiar, a configuração do método na América Latina, fora muito diferente do que nos países de primeiro mundo dada como um reflexo de um determinado momento histórico, em resumo, a sua institucionalização decorre com o caráter explicativo para que houvesse uma compreensão de como se encontrava a sociedade brasileira apontando uma reconfiguração para as Políticas Públicas.

Em caráter conclusivo, a História Oral é um método rico onde o depoente perpassa as suas vivências, emoções, práticas, personalidades, posições políticas e sociais, em suma, é um instrumento valioso para conhecermos as ideias centrais que movem a educação nacional dos países. Deste modo, em aspectos aproximado tanto o Brasil como o Uruguai enquadram-se nos moldes da história mundial por terem sido países colonizados. O Brasil inicia os estudos na área antes do nosso país vizinho, pois, em 1979 começa a ser definida para que efetivamente seja utilizada nos meios acadêmicos após a redemocratização do país mais precisamente em 1983.

Neste ínterim, o Uruguai instaura desde 1991 um arquivo de testemunhos orais na UDELAR. É somente em 2006 que a História Oral adentra com propriedade nos discursos acadêmicos como um método de pesquisa, que por sua vez, objetivava dar respostas para a sociedade acerca do passado recente e traumático especificamente na pós-redemocratização. Este fato se dá porque a sociedade uruguaia passa por um processo de reconhecimento da sua própria história, e assim, a História Oral assume um importante papel nesta tentativa de compreender as ações realizadas, bem como, as não realizadas.

Em síntese, o caso brasileiro difere do uruguaio, pois, além de criar uma Associação Brasileira de História Oral após o Arquivo de História Oral da UDELAR, no Brasil, até esta época desconhecemos sua configuração no currículos Universitários, entretanto, a associação foi muito importante ao entrevistar diversas personalidades políticas de variados segmentos do país. Um aspecto muito discrepante do nosso país vizinho advém que este fez questão de ocultar

e silenciar aspectos relacionados com a ditadura militar, posto que, no Brasil na redemocratização a ditadura militar foi exposta porque optamos por lembrar do que esquecer como a sociedade uruguaia.

Palavras-chave: Metodologia de pesquisa; América Latina; Memórias.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral, memória, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERRREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PORTELLI, Alessandro. *Lo que hace diferente a la Historia Oral*. Após SCHWARZSTEIN, Dora. (comp.): La historia oral. Buenos Aires: CEAL. 1991.

3. ESTUDOS DE GÊNERO E DESIGUALDADES

GÊNERO E IDENTIDADE CULTURAL NO MITO DAS AMAZONAS EM ESTRABÃO E DIODORO SÍCULO (I a.C. – I d.C.)

Dandara Perlin Pereira¹
Semíramis Corsi Silva (Orientadora)²

Resumo: O mito das amazonas é um tema recorrente no imaginário ocidental ao longo de séculos. As mulheres guerreiras habitantes das margens do Mar Negro aparecem pela primeira vez na **Ilíada** de Homero, lutando ao lado dos troianos sob o comando de sua rainha Pentesileia. Posteriormente, encontramos as amazonas nas obras de Heródoto, Ésquilo, Apolodoro e no período romano nos textos de Estrabão, Diodoro Sículo, Plutarco e Virgílio, dentre outros. Na Antiguidade, porém, as referências não se limitaram aos escritos aos quais temos acesso hoje, já que a mitologia dos e das habitantes da Hélade se mantinha viva, sobretudo, por meio da transmissão oral.

As amazonas, da forma como os/as gregos/as as personificavam, nunca foram encontradas, mas a crença nelas enquanto um povo histórico permaneceu tão forte que até hoje se discute se elas existiram de fato ou não. No século XVI os europeus pensaram tê-las finalmente encontrado entre mulheres nativas armadas nas Américas, e essa “descoberta” permanece gravada na geografia de nosso país, tendo hoje um rio e um Estado brasileiro com este nome. Ainda na contemporaneidade, o mito das amazonas aparece na cultura pop, como em **Mulher-Maravilha** (1941; 2017), da DC Comics, e em **Xena: A Princesa Guerreira** (1995), da Syfy, sendo eventualmente evocadas também por movimentos feministas na Europa e na América.

Portanto, tendo destacado aspectos principais do mito das amazonas ao longo da tradição ocidental desde a Antiguidade, percebemos que sua presença em diversas

¹ Estudante de Pós-Graduação – Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciada e Bacharela em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico da UFSM (GEMAM/UFSM), e bolsista CAPES de Pós-Graduação. E-mail: dandaraperlin@outlook.com

² Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Possui Doutorado (2014), Mestrado (2006) e Graduação (2003) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca). É coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico da UFSM - GEMAM/UFSM. E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br

temporalidades e locais torna possível uma amplitude de enfoques sobre este tema. No entanto, nossa delimitação está, primeiramente, no recorte temporal e local dos autores escolhidos para a análise, Estrabão e Diodoro Sículo.

Estrabão, segundo informações contidas em sua **Geografia**, provém da cidade de Amaseia, capital do reino do Ponto. A data de seu nascimento é discutível, entre 64-63 e 63-62 a.C., e sua família fazia parte da aristocracia local, tendo fortes relações com os reis do Ponto no período em que Roma volta os olhos para a região. Assim, devido ao seu lugar social, ao longo de sua juventude, Estrabão pôde viajar pela Ásia Menor e foi instruído por diversos mestres gregos aristotélicos daquela região. Esteve também em Creta e em Corinto, Roma e Alexandria. Quanto ao contexto romano, é contemporâneo do governo de Augusto (27 a.C. – 14 d.C.). Viveu seus primeiros anos em meio às guerras civis de Pompeu e César, observando as disputas romanas com os governos da Ásia Menor, e depois, de Marco Antônio e Otávio Augusto, sendo um apoiador deste último e tecendo críticas a Antônio e Cleópatra. Estrabão morreu durante o reinado de Tibério (BLANCO, 1991).

Diodoro Sículo, por sua vez, provém de Agira, na Sicília, nas proximidades do monte Etna, e ao longo de trinta anos escreveu a **Biblioteca Histórica**, composta de quarenta livros escritos a partir da pesquisa em diversas bibliotecas e arquivos, como a Biblioteca de Alexandria. Da mesma forma, sua data de nascimento não é muito precisa, mas estima-se que nasceu em 90 a.C. Para além de sua estadia no Egito, viajou pelo Mediterrâneo, tendo estado também em Roma. Diodoro tinha conhecimento de latim em virtude da presença romana na Sicília, e isto auxiliou suas pesquisas nas fontes que utilizou para compor a obra. Em Agira, possuía terras, o que permitia que pudesse fazer suas viagens e pesquisas sem muitas preocupações com questões materiais (ALASÀ, 2001, p. 7).

O objetivo geral deste trabalho é apresentar o projeto que venho desenvolvendo enquanto estudante e bolsista de pós-graduação, no qual pretendo analisar como as fronteiras culturais que envolvem mito e história e as intersecções entre masculino/grecidade e feminino/barbaridade, se projetam na construção discursiva que Estrabão e Diodoro Sículo, em seu contexto histórico e social, fazem das amazonas.

De forma a alcançarmos o objetivo geral proposto acima, destacamos alguns objetivos específicos. Analisaremos as fontes buscando identificar o lugar social dos autores e os pormenores do contexto histórico em que estão inseridos, complementando a análise com bibliografia adequada e atualizada. Buscaremos entender a concepção de mito em Estrabão e

Diodoro Sículo, e como elas se diferenciam ou se assemelham entre si, bem como fazem fronteira com a concepção de ambos do que é história, ainda, relacionando as visões dos autores com bibliografia acerca da relevância do pensamento mítico na sociedade greco-romana dos séculos I a.C. e I d.C. Portanto, compreender melhor sobre o gênero da história no contexto dos autores. Observaremos também as fronteiras acerca dos papéis de masculino e feminino, das identidades e alteridades, compreendendo como os autores se localizam enquanto homens greco-romanos, em oposição a mulheres bárbaras, da mesma forma, valendo-nos de bibliografia adequada à análise dos conceitos empregados.

De forma a construir conhecimento a partir da análise das fontes, nos valem de alguns conceitos. Primeiramente, utilizamos o conceito de *fronteira*, especialmente a partir de Norberto Guarinello (2010) que, por ser pesquisador da área de História Antiga, é bastante adequado para a pesquisa a ser desenvolvida. Nesse sentido, entendemos *fronteira* enquanto um espaço de encontro, trocas, e de formação de identidades e alteridades. Ao olhar para nosso objeto de estudo, encontramos diversas fronteiras, sendo elas culturais e relacionadas ao *gênero* e à *identidade cultural*, outros dois conceitos importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Inseparável do conceito de *fronteira*, nesse sentido, é o de *identidade cultural*, que envolve as relações entre a construção do que é ser greco-romano e bárbaro. O “bárbaro” inicialmente era tido como aquele que falava qualquer outra língua que não o grego. Após as guerras médicas, porém, essa denominação toma contornos mais definidos e passa a representar o persa. Assim, “bárbaro não significa, em primeiro lugar ou necessariamente, barbárie (crueldade, excesso, falta de caráter [...]) a clivagem fundamental é “política”: discernindo os que conhecem a *pólis* dos que, ignorando-a, não podem viver senão submetidos a reis” (HARTOG, 2004, p. 98). A utilização deste termo pelos gregos segue tomando formas mais delineadas até o ponto em que se considera a *grecidade*³ uma condição adquirida, já que os habitantes autóctones da região não possuíam os conhecimentos filosóficos que foram desenvolvidos com o advento da *pólis*, assim como os *bárbaros* asiáticos e europeus – incluindo entre eles os romanos.

³ Utilizamos “grecidade”, a partir do que é apontado por François Hartog (2004), em vez de “civilização”, pois é um termo de repercussão menos polêmica, e que provavelmente representa melhor a identidade cultural grega antiga do que “civilização”, termo com toda uma carga de complexidade que envolve o discurso expansionista e imperialista europeu do século XIX.

No caso do mito das amazonas, ao trabalharmos com conceito de *identidade cultural*, percebemos que não devemos desvinculá-lo do conceito de *gênero*, o que nos leva a categoria da *interseccionalidade*. “Segundo [Kimberlé] Crenshaw, as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo” (PISCITELLI, 2008, p. 267). Assim, ao analisarmos os conceitos de forma interseccional, partimos do princípio de que, ao mesmo tempo em que as amazonas representam o feminino, elas representam também o bárbaro. Assim, o “eu” grego é também masculino, e o “outro” bárbaro é também feminino.

Desse modo, o conceito de *gênero* é fundamental para compreendermos o mito das amazonas, o que faremos a partir da proposta da historiadora Joan Scott (1995), considerando gênero não apenas como temática, mas como categoria de análise histórica, já que a construção e a atribuição de papéis de masculino e feminino aos sujeitos históricos é parte constituinte das relações de poder nas sociedades ao longo do tempo. Dessa maneira, as questões de gênero envolvidas no mito das amazonas propõem normativas para homens e mulheres gregos, as quais pretendemos investigar em Estrabão e Diodoro Sículo.

Assim, a partir da leitura do mito das amazonas em Estrabão e Diodoro Sículo, bem como de outros livros que compõem suas obras, relacionando com o aporte teórico a ser utilizado, buscaremos compreender aspectos do pensamento da camada social à qual os autores pertenciam, no que diz respeito às construções de fronteiras envolvidas na intersecção entre gênero e identidade cultural.

Palavras-chave: História Antiga; Gênero; Identidade Cultural.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

DIODORO DE SICILIA. **Biblioteca Histórica:** Libros I-III. Introducción, traducción y notas de Francisco Parreu Alasà. Madrid: Editorial Gredos, 2001.

DIODORO DE SICILIA. **Biblioteca Histórica:** Libros IV-VIII. Introducción, traducción y notas de Juan José Torres Esbarranch. Madrid: Editorial Gredos, 2004.

ESTRABÓN. **Geografía:** Libros XI-XIV. Introducción, traducción y notas de M.^a Paz de Hoz García-Bellido. Madrid: Editorial Gredos, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALASÀ, Francisco. Introducción. In: DIODORO DE SICILIA. **Biblioteca Histórica: Libros I-III.** Introducción, traducción y notas de Francisco Parreu Alasà. Madrid: Editorial Gredos, 2001, p. 7- 132.

BLANCO, J. García. Introducción. In: ESTRABÓN. **Geografía: Libros I-II.** Traducción y notas de J. L. García Ramón y J. García Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 1991, p. 7-184.

ECKHART, Tammy Jo. **An author-centered approach to understanding amazons in the ancient world.** Tese Ph.D. em História. Bloomington: Universidade de Indiana, 2007.

GONÇALVES, Talita. O feminino como ‘outro’: uma abordagem acerca da alteridade na antiguidade grega. **Hélade**, v. 3, n. 3, p. 9-18, 2018.

GUARINELLO, Norberto. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano: um ensaio, **Mare Nostrum**, v. 1, 2010, p. 113-127.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, pp. 263-274, jul./dez. 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, n. 2, 1995, p.71-99.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e sociedade na Grécia Antiga.** Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

ANÁLISE DO MARTÍRIO DE PERPÉTUA E FELICIDADE: CORPO E GÊNERO NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO III

Luiza Batú Rubin¹
Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva²

Resumo: Esse trabalho é vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado *Corpo e Gênero na Paixão de Perpétua e Felicidade (203 EC)*, que ao longo do ano de 2019 será desenvolvido para se tornar um trabalho final de graduação. Os assuntos pertinentes à pesquisa giram em torno das religiosidades, principalmente cristãs, do período da dinastia dos Severos,

¹ Estudante da Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico (GEMAM), e bolsista do Fundo de Incentivo à Pesquisa da UFSM (FIPE). E-mail para contato: luizarubin1711@hotmail.com.

² Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico (GEMAM). E-mail para contato: semiramiscorsi@yahoo.com.br.

que governou o Império Romano entre 193 e 235 EC. Assim, o estudo deverá se localizar temporalmente nos primórdios do século III EC e, geograficamente, na cidade de Cartago, parte da província da África Proconsular. Para tal fim, utilizaremos especificamente como fonte a Paixão de Perpétua e Felicidade, um relato de martírio ocorrido em função da perseguição aos cristãos realizada durante o governo de Septímio Severo (193-211 EC). Visamos assim uma análise com um olhar especial para as percepções de corpo e gênero na escrita do documento, para que possamos refletir sobre a historicidade do que é concebido como papel masculino e feminino, e a ligação disso com a ideia de corpo, principalmente referentes ao corpo da mulher, trazendo à tona uma visão historicamente localizada no período em que a fonte foi escrita, os primórdios do século III EC.

Pretendemos desenvolver essa pesquisa pensando corpo e gênero como dois objetos de análise estritamente relacionados. A percepção sobre ambos varia conforme as diferentes culturas, sociedades e temporalidades, mesmo sendo o corpo um objeto biológico em sua natureza material. Diante disso, Denise Sant’Anna (2001, p. 3) caracteriza o corpo como “biocultural”, pois ele concerne em parte ao considerado natural, mas também ao que é atribuição humana, ou seja, o “simbólico”. Nas diferentes sociedades temos muitas maneiras de olhar para o corpo e percebê-lo. Da mesma maneira, também temos diferentes “ambições de olhar” e estas são manifestações culturais construídas.

Já o conceito de gênero – ou as relações de gênero – como proposto por Joan Scott (1990, p. 86), assim como de corpo, que é um elemento essencial para analisar processos históricos. A partir disso, fornecendo uma perspectiva para as pesquisas históricas, utilizaremos da concepção de Scott, que entende gênero como um “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, e também como uma “forma primária de dar significado às relações de poder”. De acordo com sua definição, é preciso que nós, historiadoras e historiadores, nos questionemos sobre as formas como são atribuídos os símbolos da cultura de uma sociedade em relação ao gênero, entendendo os “conceitos normativos” que são base dessa atribuição e de suas interpretações. Scott (1990, p. 97), assim, objetiva que a historiografia possa “fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero”.

Já o termo martírio, importantíssimo no que tange o cerne de nossa temática, assumiu significados diferentes ao longo dos séculos e por isso deve ser caracterizado segundo seu uso

em cada contexto histórico. Em seu livro *Martyrdom and Rome* (1995) o historiador Glen Bowersock (1995, p. 17)³ desenvolve a história do conceito ao longo da Antiguidade, até que tome forma naquilo que conhecemos de maneira geral como “morrer por uma causa”, em meados do século II EC. Diante dessa temática, a fonte histórica principal de nossa análise é chamada de *Passio Sanctarum Perpetuae et Felicitatis*, ou Paixão de Perpétua e Felicidade, mas também é comum encontrarmos a nomenclatura Diário de Perpétua em alguns estudos.

A *Passio*, como o latim já indica, é uma Paixão. Segundo a historiadora Silvia Siqueira (2006, p. 65), a Paixão de Perpétua e Felicidade é um dos mais antigos exemplos de uma literatura hagiográfica e se tornou em “um modelo da literatura cristã da África, denominada *passiones*.” Podemos dividir esse documento em três partes: a do editor do texto (PASSIO, 1-2), (PASSIO, 14-21); a parte escrita por Vibia Perpétua (PASSIO, 3-10); e a parte de um Saturo, um dos martirizados juntamente com Perpétua (PASSIO, 11-13). Trata-se de um relato do martírio de um grupo de cristãos por se negarem a prestar honras ao imperador romano Septímio Severo, no ano de 203 EC, em uma perseguição ocorrida em Cartago. A fonte possui um caráter especial por ser um dos raros exemplos da Antiguidade em que podemos considerar estarem presentes as palavras de uma mulher.

No século II EC era indefinida a política imperial de como tratar a presença e a atuação dos cristãos no Império Romano. As perseguições eram de caráter local e não geral, dependendo do governador de cada província. Além disso, as perseguições partiam geralmente de uma denúncia, seja dos praticantes de cultos politeístas, quanto de cristãos de diferentes seitas preocupados com a heresia. Segundo a historiadora Uíara Otero (2003, p. 35-36), no século II os cristãos não eram tomados como “demasiadamente perigosos para que se decretasse um extermínio sistemático” e a preocupação principal era a de “velar pela ordem pública”.

Septímio Severo proclamou em 202 EC um édito que proibia a conversão ao judaísmo e ao cristianismo, que como consequência ocorreram perseguições, que em Cartago resultaram no martírio contado por essa Paixão. Uma das explicações para o motivo dessas novas perseguições era que o número de conversões havia aumentado em regiões como a Palestina, e cidades como Alexandria e Cartago. De acordo com Otero (2003, p. 36), houve uma penetração de judeus e cristãos nas atividades financeiras da cidade, demonstrando uma ascensão social de ambos.

³ Tradução nossa.

O editor introduz os acontecimentos desse martírio nos fornecendo informações sobre seus participantes. Um grupo de catecúmenos foi preso, Víbia Perpétua, Revocato, Felicidade (uma mulher escrava), Saturnino e Secúndulo. Sobre Perpétua, ele escreve que era uma mulher recentemente casada, de boa família e instruída (PASSIO, 2, 1). Ademais, sua idade é estimada em vinte e dois anos, sendo na época mãe de um filho pequeno que ainda mamava no peito. A partir dessa descrição, o editor afirma que o texto que segue foi escrito por Perpétua, de acordo com suas próprias ideias e na maneira como ela mesma escreveu (PASSIO, 2, 3) – fato que é discutido até hoje por historiadores e filólogos.

Perpétua relatou seu tempo encarcerada, durante o qual recebeu visitas de seu pai, que tentou dissuadi-la de afirmar sua fé cristã e convencê-la a prestar culto ao imperador. Ao longo do relato, ela demonstra a preocupação com seu filho, principalmente em relação à amamentação. Percebe-se assim, que, mesmo que o objetivo final fosse manter-se firme em sua fé, Perpétua como mãe lembrava e sofria por seu filho pequeno. Foi permitido que ela ficasse com o bebê na prisão e assim ela escreve que ficou aliviada da ansiedade sobre a criança (PASSIO, 3, 7-9). Essas expressões demonstram que, mesmo que estivesse abrindo mão de sua família e de sua própria vida, ela ainda tinha em mente o bem estar e a saúde do filho.

Ao longo da Passio, Perpétua descreve quatro visões que obteve em seu tempo encarcerada. A primeira delas vem requisitada pelo seu irmão, que pede para que a mesma interceda e descubra se será condenada ou libertada. Perpétua afirma que iria tentar e escreve: “Eu sabia que eu poderia falar com Deus” (PASSIO, 4.2) – o que mostra que em sua própria concepção, não apenas na da comunidade cristã, ela possuía poder e privilégios de uma aproximação com Deus, a ponto de poder requisitar por visões.

O pai de Perpétua em uma de suas visitas, estabelece o seguinte diálogo:

Filha, disse ele, “tenha pena de minha cabeça grisalha – tenha pena de mim, seu pai, se eu mereço ser chamado de seu pai, se eu a favoreci diante de todos os seus irmãos, se eu a criei para atingir este ponto de sua vida. Não me abandone para ser a vergonha dos homens. Pense nos seus irmãos, pense em sua mãe, sua tia, pense em sua criança, que não será capaz de viver uma vez que você tenha ido. Desista de seu orgulho! Você destruirá a todos nós! Nenhum de nós jamais será capaz de falar livremente de novo se algo ocorrer a você! (PASSIO, 5, 2-4).

Sobre o episódio relatado, Perpétua afirmou que o pai beijou suas mãos e se jogou aos seus pés, referindo-se a ela não mais como filha, mas como mulher/senhora (PASSIO, 5, 5).

De repente, em outro dia, Perpétua e os outros catecúmenos, que acabam realizando o batismo em algum momento de seu cárcere, foram levados para uma audiência no fórum, onde uma multidão se reuniu para assistir a exposição dos cristãos. Todos que foram questionados admitiram sua culpa e, na vez de Perpétua, novamente seu pai aparece, trazendo seu filho para tentar convencê-la a desistir em nome do bebê. Além dessa tentativa repetitiva do pai de Perpétua, o governador também pede a ela que tenha pena de seu filho pequeno, assim como de seu pai. Ele fala: “Ofereça o sacrifício para o bem estar dos imperadores” (PASSIO, 6, 3). Isso indica que bastaria Perpétua mudar de ideia para que fosse salva de sua pena de morte.

Todo o grupo foi sentenciado às feras e “voltaram à prisão com alto astral”, e isso faz lembrar à interpretação da historiadora Judith Perkins (1994, p. 44-45) da Passio. Para essa historiadora, o poder que o sofrimento dava aos mártires significava uma diferenciação na interpretação cristã sobre o que era uma vitória. Segundo Perkins (1994, p.44-45), os mártires recusam se autodenominarem como vítimas e a morte no final era uma vitória. Esse sofrimento é tido como um ganho de poder e, através disso, existe uma subversão, em discursos como o da Passio, dos cristãos em relação ao que os circunda: a hierarquia do Império Romano.

Mais uma vez Perpétua requisitou a presença do seu bebê, depois da audiência, mas esta lhe foi negada. Então ela escreve: “como Deus desejou, o bebê não sentiu mais desejo pelo peito, nem eu sofri mais nenhuma inflamação; e, portanto, eu estava aliviada de qualquer ansiedade por meu filho e de qualquer desconforto em meus seios” (PASSIO, 6, 8). Como vemos nessa passagem, temos informações importantes para o que objetivamos analisar nessa fonte, a relação de Perpétua com seu próprio corpo e com os papéis socialmente constituídos para o gênero feminino. Assim, nota-se que ela se preocupava anteriormente que o bebê sentisse fome, mas nesse momento fica aliviada uma vez que, ao mesmo tempo em que ele já não necessita mais do leite materno, ela parou de sofrer pelas inflamações nas mamas resultantes do leite.

Um dia antes da luta na arena contra as feras, Perpétua recebe sua quarta e última visão. Na visão, um diácono chamado Pompônio vai à prisão para levá-la para a arena. Lá, ela fica em face de um homem egípcio disposto a lutar contra ela. Para essa luta ela possuía assistentes. Previamente à batalha, ela teve suas roupas retiradas e tornou-se homem (PASSIO, 10, 7). A visão de que seu corpo se transforma no corpo de um homem, em nossa leitura, nos remete a uma mentalidade em que lutar em uma arena era papel a ser executado por homens. Perpétua

venceu essa luta e saiu pela Porta Sanavivaria, que segundo Herbert Musurillo (1972, p. 119), era por onde saíam os gladiadores que venciam na arena.

Outra personagem interessante da Paixão para trabalhar a temática de gênero e corpo é Felicidade, uma escrava cristã que está presente no relato. Na introdução do editor, aparece grávida de oito meses quando eles foram presos. Ela estava muito preocupada que seu martírio fosse adiado por conta de sua gravidez, uma vez que era contra a lei romana vigente que uma mulher grávida fosse morta. Também não queria que sua execução fosse feita entre criminosos comuns. Todos pediram a Deus que isso não ocorresse e dois dias antes do combate ela deu à luz (PASSIO, 15, 7). Vemos, assim, a importância que era para Felicidade cumprir seu papel de mulher em ter o filho, mas, ao mesmo tempo, como sua fé é maior do que o papel dela em ter que criar o bebê.

Na descrição do editor sobre a execução dos mártires, as mulheres foram destinadas a um animal incomum, uma vaca raivosa, que segundo ele foi escolhida para combinar com o sexo das vítimas (PASSIO 20, 1). Perpétua e Felicidade foram deixadas nuas e isso deixou a população que assistia horrorizada, vendo uma menina delicada e uma mulher recém saindo de um parto com o leite escorrendo de seus seios e, por isso, foram vestidas novamente (PASSIO, 20, 2). É possível que essa reação dos espectadores do anfiteatro com a nudez das duas mulheres também tenha relação com uma visão de maternidade presente na mentalidade da época, pois, segundo a análise de Joyce Salisbury (1997, p. 142) “[...] a maternidade representava um estado fisiológico que também parece ter sido inconsistente com o martírio. Mães fazem leite, mártires sangue”.

Perpétua demonstra preocupação com sua “modéstia” a partir das palavras do narrador, o qual alega que, ao cair pela primeira vez, ela ajeita sua túnica para que não mostrasse as coxas, “preocupada mais com sua modéstia do que com sua dor”. Depois disso, ela pediu por um grampo para prender seu cabelo bagunçado: pois não era certo que uma mártir devesse morrer com seu cabelo em desordem, como se parecesse estar de luto em seu momento de triunfo (PASSIO, 20, 4-5). Aqueles que não morreram foram finalizados pelo corte da espada, e quando foi a vez de Perpétua, de acordo com o editor, ela guiou a espada até sua garganta. “Era como se tão grande mulher, temida como era pelo espírito impuro, não pudesse ser enviada a menos que ela mesma quisesse” (PASSIO, 21, 9).

Barbara Gold (2011, p. 237), pesquisadora sobre mulheres na Antiguidade e inserção das mesmas no cristianismo primitivo, toma como foco principal de sua análise da Paixão as

flutuações e ambiguidades de gênero. Estas, segundo a autora, se mostram “não apenas na linguagem, ação e comportamento, mas também na maneira a qual a narrativa é estruturada”. Perpétua não pôde escrever seu final, e Gold aponta um controle da narrativa pelo escritor anônimo, quando ele, conforme Gold (2011, p. 248), “a molda na figura que ele deseja que ela seja (uma mulher que, no meio de sua paixão, cobre sua carne exposta e prende seus dispersos capillos)”. Sobre tal passagem, Gold (2011, p. 243) argumenta que a transformação de Perpétua foi necessária para explicar sua confiança de que poderia vencer e também sua vitória sobre o egípcio. Conforme a autora, para que Perpétua pudesse passar por aquela situação bravamente ela teria que ser “masculina” ou viril, em uma concepção em que masculino e feminino fossem “metáforas para categorias morais, com o masculino relacionado com força, superioridade e o feminino relacionado com fraqueza e inferioridade”. A relação feita entre essas categorias muito tem a ver com a concepção geral do período antigo, ao menos para as sociedades greco-romanas, de que a mulher era um ser passivo e submisso por natureza (SANT’ANNA, 2011, p. 14).

Para nós, nesta pesquisa, o olhar do narrador no texto pode, sim, ter inserido elementos não observáveis, impossíveis de serem verificados atualmente, mas o que importa são suas razões de desenvolver o relato dessa maneira, seu modo de pensar, suas influências culturais e religiosas. Por isso, acreditamos ser fundamental nesta pesquisa cruzar a análise documental da parte atribuída a Perpétua em comparação com as dos homens presentes nessa fonte primária.

A voz feminina da Antiguidade não nos chegou tão facilmente e frequentemente quanto a masculina. Muito do que estudamos como papel da mulher na sociedade antiga vem pelos olhares e palavras de homens. Dessa forma, apesar das discussões de que nossa fonte pode não ter sido escrita diretamente por Perpétua, devido à sua circunstância de cárcere, é possível resgatar informações sobre os papéis de gênero e pensar sobre a possibilidade de existência de uma escrita feminina, tão rara para a Antiguidade. Essas informações vêm de forma diferenciada através da escrita dela, do editor e de Saturo e convém que uma análise detalhada de seus discursos seja feita para entender as diversas concepções de gênero e as múltiplas influências de seu contexto perceptíveis em suas ideias.

Palavras-chave: Martírio; Corpo; Gênero.

REFERÊNCIA DOCUMENTAL

PASSIO PERPETUAE ET FELICITATIS. In: MUSURILLO, H. **The Acts of the Christian Martyrs**. Oxford: Oxford University Press, 1972, p. 106-131.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOWERSOCK, G. W. **Martyrdom and Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GOLD, B. K. Gender Fluidity and Closure in Perpetua's Prison Diary. **EuGeStA**, v. 1, p. 237-251, 2011.

OTERO, U. B. Diversidade religiosa e filosófica no Império Romano. In: _____. **A construção da identidade cristã em Orígenes**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003, p. 24-44.

PERKINS, J. The “Passion of Perpetua”: a narrative of empowerment. **Latomus**, t. 53, fasc. 4 out./nov. P. 837-847, 1994.

SALISBURY, J. **Perpetua's Passion: the death and memory of a young roman woman**. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1997.

SANT'ANNA, D. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, C. (Org.). **Corpo e história**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 3-24.

SIQUEIRA, S. Memórias das mulheres mártires: modelos de resistência e liberdade. **Horizonte**, v. 4, p. 60-76, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/503/528>>. Acesso em: 10 jul. 2017

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, p. 71-99, 1995.

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E DIREITO: IMPLICAÇÕES DA MATERNIDADE NO MERCADO DE TRABALHO

Íngrid Schmidt Visentini¹
Andrea Nárriman Cezne²

¹Estudante da graduação em Ciências Sociais – Bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); bolsista do projeto de extensão Direito e Gênero (FIEX); membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Direito e Gênero – Artemis; ingridvisentini@hotmail.com.

²Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora adjunta junto à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Direito e Gênero – Artemis; ancezne@gmail.com.

Resumo: A divisão sexual do trabalho é o termo utilizado quando os papéis sociais são diferenciados por sexo, separando as atividades femininas e masculinas e hierarquizando-as com valores diferentes. As consequências dessa divisão se refletem em práticas discriminatórias, na defasagem salarial, numa segregação dos empregos femininos aos mais baixos segmentos do mercado de trabalho, no maior número de mulheres no setor informal e nas maiores taxas de desemprego entre as trabalhadoras. (SOARES, 2011)

Está disseminada culturalmente a concepção de que é função da mãe o cuidado dos filhos. Isso interfere tanto na admissão de mulheres quanto no reingresso após a licença maternidade, pois os empregadores supõem que serão menos comprometidas com o trabalho e que, por este motivo, também, devam ganhar menos. De acordo com a pesquisa publicada pelo New York Times em 2017, “quando ingressam no mercado de trabalho, homens e mulheres têm remuneração muito parecida. Mas nas décadas seguintes a diferença salarial entre os gêneros cresce de maneira significativa”. A mudança na diferença salarial “passa a ser mais acentuada entre o final dos 20 anos de idade e o começo dos 30, quando uma grande parte das mulheres tem filhos. Segundo os dados, mulheres solteiras e sem filhos conseguem manter a paridade salarial”.

Pensando na inserção de mulheres no mundo do trabalho e como a maternidade afeta a carreira profissional das mulheres, o tema escolhido tem como objetivo analisar os avanços e limites da legislação trabalhista em relação à maternidade e as respectivas implicações para as mulheres que são mães e estão inseridas no meio laboral. Para isso, como metodologia, o presente estudo será fundamentado com a legislação vigente referente ao direito do trabalho, a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) Decreto-Lei 5.452 de 01/05/1943. A pesquisa visa observar o cumprimento (ou não) dessa legislação na rotina de trabalho das mulheres, embasando com teoria que aborda as mesmas questões. Trata-se de um estudo qualitativo, teórico e que visa trazer reflexões acerca do assunto.

Inicialmente, é necessário observar o art. 391 e seu parágrafo único da CLT:

Art. 391. Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.
Parágrafo único. Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza, contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Assim, tanto o casamento quanto a gravidez, mesmo da mulher solteira, não podem viabilizarem a dispensa nem a recusa para o trabalho por parte da empresa. É vedado qualquer tipo de discriminação, embora ainda hoje ocorra dispensa e recusa na admissão pela preferência de alguém que não se ausentará futuramente por algumas semanas ou meses, não levando em conta seus méritos e resultados. Entretanto, não se pode ignorar que a legislação protetiva pode acabar tendo efeitos indesejados, acarretando em tratamento discriminatório em relação à quem é protegido por essa legislação, conforme ressalta Saffioti (1987).

A Constituição Federal de 1988 assegurou a licença-maternidade em seu art. 7º, XVIII, e a proteção à maternidade na área previdenciária, no art. 195, II. Destaca-se que hoje a licença-maternidade (garantia de afastamento do trabalho sem redução da remuneração) e o salário-maternidade (benefício previdenciário correspondente pelo período de afastamento da mulher após o parto) para as trabalhadoras são de 120 dias. A Lei nº. 10.421, de 15/04/02, trouxe a possibilidade de salário-maternidade no caso da adoção. Em relação a equiparação de direitos, a partir da Lei nº 12.873, de 25/10/2013, passou a ser possível também o afastamento do adotante homem, pelo mesmo período. Ainda não há no Brasil o afastamento do pai e da mãe do trabalho de forma equitativa, como ocorre em outros países do mundo, onde ambos dividem obrigatoriamente o período de afastamento. Isso representaria um significativo avanço na luta pela equiparação de direitos entre homens e mulheres, visto que para os empregadores representaria o mesmo contratar mulheres ou homens, já que ambos se afastariam do trabalho se tiverem filhos.

A estabilidade à mulher gestante no emprego é garantida pela Constituição desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto (art. 10, II, b do ADCT) inclusive no caso do contrato de experiência ou determinado. Importante elucidar que a estabilidade da gestante deve ser conferida a partir da data da confirmação da gravidez (concepção da gravidez) e não da comunicação do fato ao empregador, entendimento que é seguido pacificamente pelo Tribunal Superior do Trabalho. Por exemplo: se uma empregada tem dúvida sobre a gravidez, e ao procurar o médico no mês de maio confirma que a concepção se deu desde janeiro, o que conta para início da estabilidade é o mês de janeiro, momento em que se teve a concepção do bebê. Durante esse período o empregador não poderá demitir a empregada arbitrariamente ou sem justa causa, mesmo que no momento da dispensa não tenha conhecimento da gravidez (Súmula 244 do TST) ou que a empregada esteja no período de aviso prévio. E mesmo se a concepção se der antes mesmo da própria contratação (durante o

aviso prévio), a gestante terá direito à estabilidade provisória, pois o que se visa é a proteção da gestante e do bebê, sendo certo que a garantia de emprego é a forma de possibilitar sobrevivência digna dos mesmos.

Caso ocorra a dispensa ilegal, a garantia de emprego autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, serão garantidos os salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade (item III da Súmula 244 do TST). Ou seja, a empregada poderá receber o salário e verbas equivalentes a todo esse período no qual teria direito a se manter no emprego. Assim, atualmente em todas as modalidades de contrato de trabalho é garantida a gestante a estabilidade provisória no emprego, desde a confirmação da gravidez (concepção do nascituro) até cinco meses após o parto.

Mas apesar da estabilidade garantida pela Constituição, segundo a pesquisa publicada pela Revista Marie Claire “Licença-maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil”, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), feito com 247 mil mulheres, dois anos após terem dado à luz, metade delas estava fora do mercado de trabalho 12 meses após o nascimento do bebê. De acordo com a pesquisa:

No momento da licença, todas estão empregadas. A partir do quinto mês após o início da licença maternidade, quando acaba o período de garantia do emprego, começa a queda — nessa etapa, 5% da população não trabalha mais. Esse percentual sobe para 15% no sexto mês. Ao fim de 12 meses após o início do benefício, 48% das trabalhadoras já estão fora dos seus postos de trabalho.

É válido repensar até onde vai a estabilidade assegurada em lei, pois após o tempo determinado em lei, o empregador ainda terá aquela preferência enraizada na noção dos papéis sociais de homens e mulheres, pensando que a mulher agora mãe não será tão produtiva em sua empresa quanto uma mulher que não tem filhos ou um homem (a este está deslocado a ideia de que como pai também tem a função de cuidar dos filhos).

De certa forma, já existe medida em lei que visa contribuir a reinserção da mulher no mercado de trabalho. Segundo o art. 389, da CLT, parágrafo 1º e 2º, inciso IV:

§ 1º Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

§ 2º A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas

próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA, ou de entidades sindicais.

Conforme Manus (2012) de um lado torna-se necessária a efetiva fiscalização quanto às creches, a fim de evitar a burla à determinação legal por parte de certos empregadores, ou de entidades com eles conveniadas e, de outro lado, é urgente a adequação efetiva de tal dispositivo à realidade. Isso porque embora formalmente forneçam o espaço para guarda e vigilância das crianças em idade de amamentação, na prática aquele espaço existe apenas formalmente, mas no dia a dia inexistente, não tendo a empregada onde deixar seu pequeno filho. Assim, não só a autuação, mas a efetiva medida exigindo, em curto prazo, que a empresa cumpra tal determinação solucionará esse problema. Outra questão relativa à adequação desta norma jurídica

Diz respeito à necessidade de ampliação do conceito legal de creche ao local onde devem estar as crianças de zero a seis anos e não apenas no período de amamentação. Tais creches deveriam abrigar as crianças até o início da idade escolar, de modo a permitir que os pais saiam para o trabalho, podendo deixar seus filhos em local seguro, e onde seja fornecida alimentação, hábitos de higiene, recreação e escolarização preparatória ao ensino obrigatório. (MANUS, 2012, pp.199)

Embora muitas mães deixem de trabalhar para se dedicar no cuidado e educação aos filhos, a maternidade não é sinônimo de abrir mão da vida profissional. Não é comum que as mães não queiram voltar a trabalhar depois de terem filhos. Muitas vezes a reinserção no mercado de trabalho após o período de licença é difícil pela própria lógica cultural de que as mulheres despenderão tempo com os filhos, não sendo atribuído esse pensamento ao pai. E isso pode acarretar em consequências danosas, pois a figura paterna é tão importante quanto a materna. Com frequência, podem-se observar crianças e adolescentes com problemas de personalidade em razão da omissão paterna. As crianças não são apenas filhas da mãe, mas também filhas do pai. Ao assumir a paternidade dos filhos, o homem estará partilhando a vida com a mulher. E isto não constitui apenas um dever; é, sobretudo, um direito. (SAFFIOTI, 1987)

Segundo o art. 7º, inciso XIX da Constituição Federal de 1988, foi estabelecido o direito a licença paternidade aos trabalhadores, garantindo o prazo de cinco dias onde pais de recém-nascidos podem exercer sua paternidade livremente, justificando a ausência no trabalho. O mesmo vale para casos de adoção. A Lei 13.257/2016, sancionada pela Ex-presidente da República, Dilma Rousseff, instituiu que as empresas fossem estimuladas a conceder um

período maior de licença paternidade, a exemplo do que já ocorria com a licença maternidade estendida. Assim, os funcionários de empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã (programa do governo criado em 2008), e comprovarem a participação em programas sobre paternidade responsável, contam com mais quinze dias de licença que o normal, totalizando vinte dias de licença paternidade, desde que façam o requerimento em até dois dias após o nascimento da criança.

Ainda há muito que melhorar nos vagarosos progressos da legislação. Os levantamentos do presente trabalho podem mostrar que, o que está em lei, não é fidedigno com a realidade, havendo descumprimento com os direitos em lei, com os processos de discriminação direta e indireta e com dificuldades na fiscalização por parte do Estado. Também há dificuldades na compreensão do papel do Estado no mundo do trabalho, no sentido da construção de relações mais iguais. Isso porque o Estado pode exercer sua responsabilidade de forma consciente e explícita na elaboração de políticas de gênero, para se contrapor aos efeitos negativos das forças sociais, culturais ou de mercado que produzem desigualdades entre mulheres e homens e a maior exclusão social daquelas. (SOARES, 2011).

Palavras-chave: Maternidade; Mercado de Trabalho; Discriminação de gênero.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

MANUS, Pedro P. T. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2012

MILLER, Claire C. The Gender Pay Gap Is Largely Because of Motherhood. **The New York Times**, New York, 13 de maio de 2017. Disponível em:<https://www.nytimes.com/2017/05/13/upshot/the-gender-pay-gap-is-largely-because-of-motherhood.html?utm_campaign=o_que_estamos_lendo_20170514&utm_medium=email&utm_source=RD+Station&_r=0>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

REDAÇÃO MARIE CLAIRE. 48% das mulheres são demitidas após licença-maternidade. **Revista Marie Claire**, 05 de setembro de 2017. Disponível em:<<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2017/09/50-das-mulheres-sao-demitidas-apos-licenca-maternidade.html>>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SOARES, Vera. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: GUSMÃO, Alexandre de. **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher**: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 281-301.

A DISCUSSÃO SOBRE LICENÇA PARENTAL NO BRASIL COMO FORMA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Fernanda Sena Fernandes¹
Janaína Xavier Nascimento²

Resumo: O presente trabalho propõe-se a analisar a discussão sobre licença parental no Brasil, através de análise documental e revisão bibliográfica, objetivando compreender como tal medida poderia impactar, a longo prazo, nas relações de gênero no país, a partir do exame de como estas políticas foram implantadas primeiramente na Suécia, e como se dão em um contexto latino americano através dos modelos de licença parental chileno e uruguaio. Acredita-se que o debate acerca da divisão da licença entre pai e mãe nos primeiros meses de vida do bebê seja de grande relevância, já que segundo pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas, 48% das mulheres são demitidas após voltarem de licença maternidade, o que comprova um latente preconceito de gênero no mercado de trabalho, além da sobrecarga emocional das mães diante da dupla jornada e do cada vez maior número de pais que buscam uma participação mais efetiva nos cuidados dos filhos, embora de forma contra-hegemônica em um contexto ainda muito voltado à paternidade tradicional, distante e ligada aos modelos masculinos vigentes.

Entende-se que políticas públicas tratam-se de um conjunto de políticas adotadas pelo Estado como forma de garantir direitos básicos relacionados ao bem-estar da população como saúde, educação, seguridade social e redistribuição de renda, no que Marshall (1967, p. 59) categoriza não como forma de abolição dos estratos sociais, mas sim como condição para a

¹ Acadêmica de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero e Saúde (GEPACS); nandasefernandes@gmail.com

² Professora Adjunta no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Dra. em Sociologia Política pela UFSC/Freie Universität Berlin; Pesquisadora integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero e Saúde (GEPACS) e do Laboratório de Investigação Sociológica (LABIS); janainaxn@gmail.com

garantia do exercício da cidadania. No entanto, não há, na teoria de Marshall e em sua concepção de cidadania, qualquer menção em relação às mulheres, o que mostra uma “cegueira de gênero” que omite a participação feminina na vida política (WALBY, 2004, p. 170). Assim, nos utilizamos da categoria gênero como forma de compreender “as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1989 p. 7), que dicotomizam os mesmos relacionando-os de maneira ‘tradicional’³ aos espaços público e privado, o que nos possibilita entender como as políticas públicas para a maternidade foram elaboradas, em um primeiro momento, através de um viés instrumentalista que visava padronizar o comportamento feminino, normatizando um comportamento voltado a maternidade em favor de um ideal de infância.

No Brasil essas políticas começaram a ser implementadas a partir dos anos 1930, especialmente após a Constituição de 1934 e a Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943. Ainda que desde 1919 a Organização Internacional do Trabalho, através da Convenção nº3, que tratava da regulamentação do trabalho feminino e que foi realizada no mesmo ano de sua criação, já tivesse como resolução a adoção pelos países signatários, dos quais o Brasil faz parte, a instituição da licença maternidade em 12 semanas (6 anteriores e 6 posteriores ao parto), o pagamento de um abono durante o período de afastamento destas mulheres e a proibição da demissão em razão da maternidade, somente quase duas décadas depois essas medidas foram adotadas e ainda sim de forma esparsa até a instituição da CLT nos anos 1940.

A partir de 1943 as mulheres passaram a ter seus direitos garantidos de forma que pudessem conciliar maternidade e trabalho, ainda que muitas destas leis também limitassem as mesmas, com horários específicos de trabalho permitido e a possibilidade de intervenção do marido caso as funções domésticas não fossem cumpridas em decorrência do trabalho. Como propagava o Dr. Eurico Carneiro, médico da Legião Brasileira de Assistência, cabia às mulheres “entregar à Pátria uma criança de que a Pátria se ufane, jamais um monstrozinho raquítico, macilento ou tarado.” (1947, apud MARTINS, 2010), o que fazia com que estas novas políticas na verdade configurassem apenas um aspecto de modernidade, sendo, no entanto, intrinsecamente instrumentalistas e não alterando em nada as relações de gênero (BESSE, 1999,

³ Necessário que se destaque que por tradicional nos referimos à modernidade e em especial à concepção de mundo criada pelas Revoluções Burguesas, onde as mulheres se tornam a “rainha-do-lar”.

p. 153). Além disso, os pais em nada eram associados aos cuidados dos filhos, sendo a licença paternidade instituída em 1967⁴ e por apenas um dia.

Neste sentido as políticas para maternidade só tiveram avanços em um sentido emancipatório a partir da Constituição de 1988, especialmente graças ao engajamento dos movimentos feminista e de mulheres, que através da Carta das Mulheres, um dos mais importantes documentos da luta das mulheres no Brasil (PINTO, 2003, p. 75), conseguiu garantir a aprovação pela Constituinte de diversas demandas femininas. Dentre estas o aumento da Licença-maternidade para 120 dias, o afastamento de funções insalubres durante a gravidez e o período de lactação⁵, a salvaguarda do vínculo empregatício desde o momento da gravidez até cinco meses posteriores ao nascimento do filho, além da tentativa da instituição de uma licença parental que acabou sendo descartada pela constituinte.

De lá para cá, especialmente a partir da criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a implementação de medidas de proteção às mães trabalhadoras e de incentivo ao aleitamento materno e de mais tempo disponível para o convívio social da criança com a mãe, foram sendo colocadas em prática. Mas, por outro lado, poucas políticas voltadas a promoção de uma paternidade mais responsável foram efetivadas. Desta forma podemos nos perguntar, não seria nossa legislação de proteção às mães de cunho maternalista, e que, no fim das contas, acaba por reforçar ainda mais os estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho⁶?

Ao pensarmos na implementação da licença parental em outros países, podemos observar pequenas mas significativas mudanças culturais em um sentido de equidade de gênero. Na Suécia, primeiro país a adotar tal política, mesmo com a implementação em 1974, como forma de combater as baixas taxas de natalidade causadas pela opção cada vez maior das mulheres de se inserirem no mercado de trabalho, as mudanças culturais começam a ocorrer de forma mais significativa somente agora: do período compartilhado em regime integral (com completo afastamento do trabalho) 28% dos casais acordam pelo uso compartilhado para gozarem da licença, contra 38% em regime parcial (onde os pais voltam a trabalhar por meio

⁴ Conforme art.473 parágrafo III da CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm

⁵ Este artigo foi revogado em 2017 com a Reforma trabalhista promovida pelo então presidente Michel Temer. Pelos novos moldes, apenas em caso de atestado médico que peça o afastamento a mulher deixa de exercer estas funções.

⁶ Por Divisão sexual do trabalho podemos compreender “características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva” (KERGOAT, 200, p. 55)

ou um quarto do período integral)⁷. Ainda com baixa participação, em 2016 o governo sueco introduziu a quota obrigatória, onde os pais devem compartilhar necessariamente ao menos 90 dias. O sistema sueco ainda conta com um abono para os pais, independente dos mesmos estarem ou não empregados anteriormente ao nascimento do filho, sendo que os que desempenhavam funções ganham proporcionalmente aos seus ganhos e os desempregados ganham um abono de teto fixo (FARIA, 2000, p. 78).

Ainda que na Suécia já hajam algumas mudanças significativas, ainda que não ideais, tentar implementar este modelo no Brasil sem considerar a gritante diferença sócio-histórica entre os dois países, seria irresponsável. Na América Latina, no entanto, é possível fazer um comparativo com países vizinhos que adotaram sistema semelhante, em um contexto mais próximo de nossa cultura e realidade.

Encabeçados por Cuba, que adotou a licença parental em 2003, Chile e Uruguai recentemente elaboraram políticas voltadas à promoção da paternidade participativa e conseqüentemente a divisão das tarefas de cuidado. Em ambos os países, a licença parental foi adotada recentemente – 2011 no Chile e 2013 no Uruguai – e mesmo a licença paternidade só passou a existir há pouco mais de tempo que as políticas de compartilhamento de licença, em 1994 no Chile e em 1990 no Uruguai para funcionários públicos e somente em 2008 para todo e qualquer trabalhador enquanto aqui a lei vigora desde 1967⁸.

No Chile o atual modelo possibilita de 12 a 18 semanas de licença, que pode ser compartilhada entre os pais caso a mãe assim o queira. Já no Uruguai, a licença ocorre em “meio período restrita a trabalhadores do setor privado, a ser utilizado pelo pai ou pela mãe não concomitantemente, após o fim da licença maternidade até que o bebê complete 6 meses” (ANDRADE, 2018, p. 102). Em ambos os casos as repercussões ainda são tímidas: no Chile, segundo levantamento de Andrade, até 2014, das 274.264 licenças concedidas, apenas 713 foram partilhadas com o pai. Já no Uruguai o Ministério do Desenvolvimento divulgou dados que mostram que apenas 512 pais usufruíram da licença parental até 2017. No entanto, é válido destacar que os números aumentaram progressivamente de ano a ano, de 57 em 2013, até os números dos quais dispomos hoje. A baixa adesão pode ter como um dos fatores explicativos a

⁷ Informação retirada de estudos realizados pelo governo sueco, disponível em: https://www.scb.se/contentassets/4550eaae793b46309da2aad796972cca/le0201_2017b18_br_x10br1801eng.pdf

⁸ Mesmo que no texto da CLT ainda conste apenas um dia de abono, desde 2016, através de decisão do STF, a licença é estendida para 5 dias.

própria falta da cultura da licença paternidade, visto que os pais só tiveram acesso a estes direitos nos anos 1990.

No Brasil, no entanto, a licença paternidade já é uma realidade a mais tempo. Seria isto um incentivo a uma adesão a licença parental? Há de se considerar, em nosso contexto social, uma forte resistência a mudança de valores, que acabam por envolver os estereótipos de gênero (qualquer estereótipo). Segundo dados do IBGE de 2010, 86,6% dos brasileiros declaram-se cristãos, aí postos os chamados evangélicos pentecostais. Em 2017 o Datafolha realizou pesquisa que mostra que de cada dez brasileiros, três se dizem evangélicos, o que gira em torno de 29% da população. Os valores fortemente pregados por este segmento social têm ganhado força nos últimos tempos, tendo como uma de suas características básicas uma forte oposição ao que chama de “ideologia de gênero” sendo aí englobada a luta pelos direitos de LGBTQs e políticas de equidade de gênero. Tendo isto em vista, é possível dizer que o debate sobre a licença parental no Brasil demora a avançar dadas as circunstâncias sócio-políticas e culturais que permeiam o cenário atual?

Corre hoje no Senado o texto da PL 151/2017, que prevê o aumento da licença maternidade para 180 dias com possibilidade de divisão do tempo entre pai e mãe caso a mãe assim o queira. Além disso, a PL propõe a extensão desse tempo para pais de crianças com deficiência. O projeto tramita na casa atualmente, sendo constantemente “engavetado” devido à pautas “mais urgentes”. Além disso, recentemente foi arquivada a PEC 16/2017, assinada por diversos senadores, de ampla gama de espectros políticos, que previa a divisão dos 120 dias atuais da licença maternidade entre pai e mãe. Ambas propostas apresentam problemas de inconstitucionalidade referente cláusula pétrea da Constituição que garante 120 dias necessariamente para a mãe, não possibilitando a divisão, no caso da PEC arquivada, do tempo de licença, e no caso da PL tendo que redistribuir minoritariamente para os pais estes dias.

Como percebe-se, o debate ainda é incipiente em nossa sociedade e mesmo em países que já adotam a licença parental, por mais que a mesma tenha contribuído para a diminuição dos impactos da divisão sexual do trabalho, há um longo caminho a ser percorrido. Há, de forma geral no Ocidente, forte masculinidade hegemônica que contribui para um desconforto por parte dos homens em abraçarem as tarefas de cuidado, que se dá através da construção de uma masculinidade “conquistada no final de um combate (contra si próprio) que não raro implica dor física e psíquica” (BADINTER, 1993, p. 70). Além disso, as mães, ao terem uma espécie de micropoder em relação aos filhos, acabam por resistirem em ceder os afazeres de cuidado

aos pais, introjetando o estereótipo de que apenas a mãe e outras mulheres são capazes de desempenhar tal papel.

Neste sentido, podemos concluir que, mesmo que, os homens não respondem de forma imediata à políticas de incentivo à paternidade participativa, tais medidas fazem-se necessárias para de forma progressiva, diminuírem o impacto que a maternidade tem sobre as mulheres, através de políticas públicas maternalistas que se por um lado protegem os direitos das mães e combatem a discriminação de gênero no mercado de trabalho, por outro, ao esquecerem “da outra parte”, reforçam estereótipos que acabam por sobrecarregar as mulheres com jornadas duplas de trabalho. Sendo assim, faz-se necessária intensa reflexão sobre como podemos, através da figura do pai responsável e participativo, diminuir as diferenças de gênero a longo prazo.

Palavras-chave: Maternidade; Políticas Públicas; Parentalidade

REFERÊNCIAS

MARTINS, Ana Paula Vosne. Políticas públicas para a maternidade e a infância no Brasil na primeira metade do século XX. In: História da saúde: olhares e veredas. 2010. P. 99-121.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. 1989.

WALBY, Sylvia. Cidadania e transformações de gênero. In: TATAU, Godinho; SILVEIRA, Maria Lucia (Org.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. P. 169-182.

URUGUAY. Informe de investigación: Sensibilización para el uso del subsidio de 141stud 141studa141 por parte de los varones padres. Montevideo: Grupo Pértiga, 2017. Disponível em: <http://www.sistemadecuidados.gub.uy/innovaportal/file/93257/1/sensibilizacion-para-el-uso-del-subsidio-de-medio-horario-por-parte.pdf> Acesso em: 30 de dezembro de 2018

FARIA, Carlos Aurelio Pimienta de. Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/107/10704811/> Acesso em: 28 de out. 2018.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marilane; EMÍLIO, Marli; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (org). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

PINTO, Céli Regina J. Uma história do feminismo no Brasil. 2003.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e classe social. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1967.

BESSE, Susan Kent. Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

BADINTER, Elisabeth. XY: Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

DIVINDADES FEMININAS NO ANTIGO TESTAMENTO: REPRESENTAÇÃO, GÊNERO E IDENTIDADE

Autora: Tailiny Femi Fabris¹

Orientadora: Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva²

Resumo: A presente pesquisa tem por foco a sociedade hebraica, precisamente em um período no qual a mesma apresentou uma religiosidade politeísta. Essa religiosidade, passível de ser estudada por meio do *Antigo Testamento* da *Bíblia de Jerusalém*, passou por um processo, observável em tal obra, no qual apresentou o desaparecimento de várias divindades do panteão hebraico: o resultado último do processo foi a uniformização dos cultos hebraicos em torno do deus Yahweh. Em especial, chama a nossa atenção o desaparecimento da adoração da consorte de Yahweh, a deusa Asherah, cuja existência é apontada tanto por evidências da arqueologia quanto pelo próprio *Antigo Testamento*, obra na qual aparecem indícios da dissuasão de mulheres hebraicas a cultuarem deusas. Objetivamos analisar tal dissuasão na obra em questão, e isso com o fim de compreendermos a afirmação de uma identidade religiosa patriarcal hebraica.

Os elementos desta pesquisa são, no Brasil, conhecidos da Teologia, girando em torno da chamada exegese feminista. Na historiografia brasileira, bem como na Filosofia e nas Letras, os trabalhos feitos na última década sobre esse tema foram influenciados pelas perspectivas feministas e pelos Estudos de Gênero e seus desdobramentos, e têm como temáticas,

¹ Graduanda em História – Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista PROBIC/FAPERGS. Integrante do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da Universidade Federal de Santa Maria (GEMAM – UFSM). E-mail para contato: tay.fabris@gmail.com.

² Possui Doutorado (2014), Mestrado (2006) e Graduação (2003) em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Franca). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da Universidade Federal Santa Maria (GEMAM – UFSM). E-mail para contato: semiramiscorsi@yahoo.com.br.

principalmente, a prostituição sagrada, o homoerotismo representado no *Antigo Testamento* e investigações sobre Asherah. Desses estudos, destacamos: os realizados por Janaina de Fátima Zdebsky em sua Dissertação intitulada *A prostituta sagrada e os entrelaçamentos transculturais no Antigo Crescente Fértil* (2018); a Tese chamada *Uma aliança abominável e per/vertida?: anotações subalternas sobre o arquivo deuteronomico* (2011), de Fernando Cândido da Silva; a Dissertação *A Homossexualidade Na Bíblia Hebraica: Um Estudo Sobre a Prostituição Sagrada no Antigo Oriente Médio*, de Sérgio Aguiar Montalvão (2009); e a Dissertação *Recuperando o Imaginário da Deusa: estudo sobre a divindade Aserá no antigo Israel*, de Ana Luisa Alves Cordeiro (2009).

Ainda que pese os trabalhos acima citados, o estudo aqui proposto sobre os processos históricos de representação das deusas, mesclando gênero e identidade das mulheres hebraicas no livro sagrado dessa sociedade, é, além de importante perante a atualidade, extremamente interessante em termos de estudo historiográfico no cenário nacional, pois enriquece o quadro das pesquisas sobre a exegética antigo-testamentária, relacionada a questões de gênero e identidade.

Acreditamos, também, que este estudo possa ser interessante para a compreensão de elementos constituintes de preconceitos ainda vivenciados pelas mulheres³, e isso porque consideramos que muitas das sociedades atuais partilham de elementos culturais advindos da tradição judaico-cristã; elementos esses que nos foram transmitidos por meio de uma perspectiva temporal de longa duração. Em consonância com isso, acreditamos que, através da compreensão do desenvolvimento do discurso patriarcal religioso hebraico, seja possível a desconstrução de alguns aspectos do patriarcalismo atual e, conseqüentemente, da desconstrução da legitimação discursiva de determinadas práticas violentas contra as mulheres.

Os objetivos desta pesquisa relacionam-se a análises de passagens do *Antigo Testamento* em que são apresentadas divindades femininas da região do Crescente Fértil e a reflexões sobre a maneira como as interações dessas mesmas divindades com mulheres hebraicas são mostradas de forma negativa. Visamos a compreensão dos elementos históricos do processo de afirmação da identidade hebraica bem como a compreensão da forma com que a religiosidade hebraica foi usada nesse mesmo processo; também visamos o conhecimento da identificação das divindades

³“A presente edição do Atlas da Violência indica que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007.” INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et al. (Org.). *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Ipea; FBSP: 2019, p.35.

femininas que aparecem no *Antigo Testamento* e o conhecimento da identificação dos povos e das regiões onde elas eram cultuadas. Objetivamos, também: apontar as representações de elementos negativos em associação com as divindades femininas; perceber a comparação da masculinidade com a divindade de Yahweh e a da feminilidade, carregada de um sentido negativo, com as deusas; mostrar que as representações divinas femininas, que trazem um discurso de que tais entidades são auxiliares das divindades masculinas, estão cheias de alegorias discursivas apologéticas ao poder do masculino sobre o feminino; e, por fim, investigar a relação entre religião, identidade religiosa, poder e gênero na escrita do Antigo Testamento.

Para a análise teórica, são utilizados três conceitos específicos: o de *representação*, o de *gênero* e o de *identidade*.

Para a definição do conceito de *representação*, são apropriadas as ideias de Roger Chartier, ligadas à Nova História Cultural. Conforme Chartier (1991), tal conceito serve à percepção, por parte dos historiadores, de uma forma de apreender o mundo do autor da fonte analisada; porém, os historiadores, ao utilizarem o conceito de representação, devem perceber a representação em si como uma visão do real para quem a fórmula, e não como uma mera abstração. Dessa maneira, através de sua representação da realidade, considera-se que o autor forje imagens em busca de status e de poder, e isso de forma consciente ou não. Assim, as representações são construções sociais que partem do real, sendo, por isso mesmo, além de políticas, culturais. Desse modo, os historiadores devem analisar todos os documentos como representações, e isso para identificar as matrizes de construções sociais e as disputas por poder e autoridade, tendo em mente que esses dois últimos são lutas materiais, políticas, sociais e culturais. Portanto, em nossa pesquisa, partimos da observação de como o elemento da religiosidade e as representações, positivas de Yahweh e negativas das deusas, eram uma forma de *luta de representação*. Ou seja, uma luta por organização do espaço social presente nos textos do *Antigo Testamento* e impresso nas relações de gênero e nas representações.

Para a elaboração do conceito de gênero, utilizaremos as formulações da historiadora Joan Scott em seu texto *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* (1995). Neste artigo, Scott propõe trabalhar gênero como uma categoria de análise, o que consiste em entender as relações de gênero como relações de poder e formas fundamentais de organização e estruturação do mundo social. Assim, para ela, é necessário desconstruir a ideia de homem e de mulher, bem como de masculino e de feminino, como fenômenos naturais, pois são construções

históricas e culturais que participam ativamente na organização da sociedade. O conceito de gênero formulado por Scott, portanto, cabe perfeitamente na pesquisa aqui proposta, pois estamos percebendo-o como um elemento da cultura, um conceito passível de ser utilizado na compreensão do processo de subjugação das divindades femininas na escrita do *Antigo Testamento*, o que vem acompanhado da afirmação da soberania da divindade masculina Yahweh. Em suma, o conceito de gênero ser-nos-á útil à compreensão da elaboração de um discurso religioso patriarcal na sociedade hebraica.

Em relação ao conceito de identidade, buscaremos 145studa145145-lo conforme o faz o historiador Alex Degan no artigo intitulado *A identidade incômoda: uma proposta de leitura do Bellum Judaicum de Flávio Josefo* (2009). Nesse trabalho, Degan analisa as identidades romanas e judaicas constantes no livro *Bellum Judaicum*, do historiador judaico-romano Flávio Josefo. Para levar a cabo tal análise, Degan utiliza-se do conceito de *identidade étnica*, uma apropriação da disciplina antropológica. Com ele, o autor enxerga, no fenômeno identitário, algo que potencializa os contatos entre populações através das representações que elas fazem de si mesmas e de outras. A construção da identidade étnica está, na lógica das ideias de Degan, vinculada à chamada identidade contrastiva. É nesses moldes que aplicaremos o conceito de *identidade* nesta pesquisa. Ou seja, entendemos que, na construção da identidade judaica firmada no culto monoteísta de Yahweh, as divindades de povos considerados *outros* são representadas em moldes negativos, e isso tanto no que tange a divindades masculinas quanto no que tange a divindades femininas.

Nossa fonte é o *Antigo Testamento*, escrito majoritariamente em hebraico e em grego. A obra conta com quarenta e seis livros divididos entre o *Pentateuco*, os *Livros Históricos*, os *Livros Poéticos*, os *Sapienciais* e os *Livros Proféticos*, obras cuja autoria é tema de intensos debates. A edição que será utilizada nesta pesquisa é a *Bíblia de Jerusalém*, da Editora Paulus, que é uma edição de 2017, revisão de uma edição de 2002. A escolha dessa edição deve-se ao fato de que ela é uma tradução direta dos idiomas originais, além do que, apresenta apêndices, notas de traduções e uma breve introdução de cada livro, o que auxilia o nosso trabalho.

O *Antigo Testamento* é uma fonte que necessita de muitos cuidados especiais, e isso porque é um elemento identificador de um povo, além de um texto de ordem não somente histórica como também teológica. Sendo assim, há a necessidade de, ao se analisar a obra como documento histórico, que isso só seja feito depois de uma leitura bibliográfica que busque tratar dos textos bíblicos como fonte histórica. Para isso, aqui, será utilizado, em especial, o debate

existente no livro *Israel's History and History of Israel* (2007), apresentado pelo historiador Mario Liverani (2007), especialista em Antiguidade Oriental. Essa obra tece análises críticas de cunho literário, arqueológico e epigráfico, e visa uma reescrita da história de Israel. O objetivo último do autor é a reconstrução histórica, social e ideológica do contexto de escrita das escrituras antigo-testamentárias. Ele considera os textos bíblicos como o produto de um desenvolvimento tardio, e por isso realiza uma leitura deles conjuntamente com a história do Oriente Antigo, considerando um recorte temporal que vai da Idade do Bronze até o IV século AEC. O livro de Liverani é dividido em duas partes: a história “normal” e a história “inventada”. A primeira parte analisa o desenvolvimento histórico dos reinos de Israel e de Judá; a segunda explora a invenção de histórias e de tradições que buscam forjar um passado justificante do presente, o que é feito por dois meios: a nacionalização projetada pelo rei Josias e a afirmação do monoteísmo javista.

O trabalho de Liverani será, aqui, por nós utilizado como suporte metodológico, pois também pensamos a escrita do *Antigo Testamento* como fruto de um processo de elaboração de uma identidade pelo povo judeu; uma identidade que se baseia em eventos ocorrentes nos contextos do Exílio da Babilônia e do pós-exílio⁴. Aqui, é válido que lembremos que estamos pensando essa elaboração identitária como uma representação, logo, como visão do real. Assim sendo, a *Bíblia* será vista como uma fonte histórica nessa pesquisa, e com o devido cuidado em avaliar a chamada história “inventada”, pois é essa história que nos esclarecerá quanto aos assuntos ligados às representações de divindades femininas no *Antigo Testamento*, ainda que a história “normal”, termo de Liverani, seja crucial para situar e entender essas mesmas divindades no contexto do Antigo Oriente.

Aqui, é importante a informação de que, naquele contexto histórico exílico e pós-exílio, a fim de afirmar o poder da elite masculina judaica, ocorreu uma insistência política em relação aos cultos a Yahweh, situação que é concomitante com a negação de outras divindades cultuadas na região de Canã e com a elaboração de discursos que enfatizam a inferioridade feminina.

Ainda que nossa pesquisa se encontre em seu estágio inicial, a leitura da fonte permite-nos, cada vez mais, identificar passagens nas quais aparece não apenas representações da

4 O exílio da Babilônia, também chamado de cativo da Babilônia, foi uma deportação imposta ao reino de Judá por Nabucodonosor II, e terminou após a tomada do Império Babilônico pelo Império Persa. Quando Liverani, em seu livro *Antigo Oriente* (2016, p. 560-563) discorre sobre a escrita do *Antigo Testamento*, ele divide as redações entre pré-exílica e pós-exílica, ou, respectivamente, deuteronomista e sacerdotal.

adoração de divindades femininas por mulheres hebraicas como também discursos apologéticos à relação de poder masculino sobre as mulheres, o que pode ser ilustrado pela passagem de Jeremias, 44:15-19.

De acordo com uma nota de rodapé da *Bíblia de Jerusalém*, publicada sob a direção da “École biblique de Jérusalem” em 1998, aquela referida como a rainha do Céu seria Ishtar, deusa mesopotâmica, e os bolos, em sua homenagem, 147studa147147147a-la-iam nua. Esse excerto revela-nos que outros deuses eram adorados pelos hebreus. Porém, o mais importante é que uma nota de rodapé nos revela, em um outro trecho, algumas linhas adiante (Jeremias 44, 26), que aqueles que veneravam Ishtar pretendiam de maneira igual invocar Yahweh. Assim, uma questão destaca-se para nós: parece haver uma deusa sendo cultuada conjuntamente a Yahweh, em nossa interpretação. Como já comentamos, havia uma deusa que em alguns achados da cultura material é colocada como consorte de Yahweh, ou seja, era adorada lado a lado de Yahweh, e chamava-se Asherah. Portanto, em nossa leitura, essa passagem de Jeremias 44 pode revelar-nos que, talvez, a rainha do Céu que estava sendo cultuada e cujo culto estava sendo criticado ali, era Asherah.

Sobre a última, Ana Luisa Alves Cordeiro traz-nos algumas informações interessantes, constantes no artigo intitulado *Asherah: A deusa proibida* (2007). Neste texto, entre alguns achados arqueológicos que a autora coloca como evidência de Asherah enquanto consorte de Yahweh, está um túmulo judaico da segunda metade do século VIII AEC, descoberto em Khirbet el-Qom, em 1967. Na parede interna do túmulo, encontra-se uma inscrição que diz: “Urijahu (...) sua inscrição. Abençoado seja Urijahu por Javé (lyhwh) sua luz por Asherah, a que mantém sua mão sobre ele por sua rpy, que...”. Como sabemos, Asherah fazia parte do panteão cananeu⁵, primeiramente como consorte de El e, depois, como esposa de Baal, quando esse tomou posse de tudo que era de seu pai⁶. Tal deusa foi, muitas vezes, representada como uma árvore estilizada, e, conforme alguns teólogos, aparece na *Bíblia Hebraica* cerca de quarenta vezes. Algumas dessas vezes não aparece com seu próprio nome, mas referências a

5 *Cananeus* era como eram chamados aqueles que habitavam a região de Canaã, entre os quais figuravam, principalmente, aqueles que, pelos gregos, eram chamados de fenícios (*phoinikes*). Ser chamado de *cananeu* não fazia de ninguém diferente do resto dos habitantes da região de Canaã. Para mais informações, ver *Antigo Oriente* de Mario Liverani (2016, p. 565).

6 Segundo Mircea Eliade no livro intitulado *História das crenças e das ideias religiosas, volume I: da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis* (2010, p. 152-153), El era o chefe do panteão cananeu, sendo que seu nome significa “deus”, sem que ignoremos que ele era denominado de muitas outras formas. El e Ashera, acreditava-se, eram os progenitores de todos os outros deuses com exceção de Baal, que, como filho de El, foi promovido à categoria suprema. Eliade diz que o nome de Baal significa *grão*.

postes sagrados ou troncos de árvores que a simbolizavam.

Para finalizar, cumpre destacar que estamos em processo preliminar de leitura e análise documental. Por conta da fonte se tratar de um documento de tamanho considerável, estamos desenvolvendo um catálogo de todas as passagens nas quais aparecem deusas ou referências a elas, como os postes e os troncos de árvores considerados, por estudiosas (os), como representações metafóricas de Asherah. Esse catálogo, ainda em construção, conta com quatro divisões: livro, capítulo e versículo; nome de ou referência a divindades; contexto; e observações minhas sobre a passagem. Pensamos nessa forma de organização para melhor abranger o conteúdo antigo-testamentário e saber exatamente quais as passagens que serão estudadas.

Palavras-chave: Tradição Hebraica; Representação; Gênero.

REFERÊNCIA DOCUMENTAL

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 12ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1 abr. 1991.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. *Recuperando o Imaginário da Deusa: Sobre a divindade Aserá no antigo Israel*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião – Universidade Católica de Goiás, Departamento de Filosofia e Teologia, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião. Goiânia, 2009.

_____. ASHERAH: A Deusa Proibida. *Revista Aulas*, n. 4, p. 1-22, 2007.

DEGAN, Alex. A identidade incômoda: uma proposta de leitura do *Bellum Judaicum* de Flávio Josefo. *POLITEIA: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v.9, n. 1, p. 213-237, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et al. (Org.). *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Ipea; FBSP: 2019, p.35.

LIVERANI, Mario. *Israel's History and History of Israel*. London: Equinox Publishing Ltd, 2007.

MONTALVÃO, Sérgio Aguiar. *A homossexualidade na bíblia hebraica: um estudo sobre a prostituição sagrada no Antigo Oriente Médio*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São

Paulo, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Fernando Cândido da. *Uma aliança abominável e per/vertida?:* anotações subalternas sobre o arquivo deuteronômico. Tese de Doutorado em Ciências da Religião – Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Humanidades e Direito, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 2011.

ZDEBSKY, Janaina de Fátima. *A prostituta sagrada e os entrelaçamentos transculturais no Antigo Crescente Fértil*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2018.

A IMITAÇÃO DE ALEXANDRE: GÊNERO E IDENTIDADE CULTURAL EM ARRIANO DE NICOMÉDIA E PLUTARCO (I a.C. – I d.C.)

Henrique Hamester Pause¹
Semíramis Corsi Silva (Orientadora)²

Resumo: Alexandre III ou Alexandre Magno ou, ainda, Alexandre, o Grande é um dos mais conhecidos personagens da Antiguidade, apresentando-se como uma figura que atravessou diversos períodos históricos, sendo constantemente lembrado. Alexandre nasceu em Pela, capital do reino da Macedônia, por volta de 356 a.C., sendo filho de Filipe II (359 – 336 a.C.), rei da macedônia e de Olímpia (376 – 316 a.C.), princesa de Épiro.

Sobre os usos da imagem do monarca, já logo após a morte de Alexandre, Ptolomeu I, rei do Egito, amigo e companheiro de guerra do macedônio, utilizou de sua imagem para legitimar seu poder no Egito e ampliá-lo como sucessor do rei dos macedônios. Outro exemplo de uso ligado à imagem de Alexandre é o chamado Sarcófago de Alexandre, que leva esse nome por conta das representações feitas do conquistador em seus frisos e não porque levava o corpo

¹ Estudante de Pós-Graduação – Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFSM - GEMAM/UFSM e bolsista CAPES de Pós-Graduação. E-mail: henriquepause@hotmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Possui Doutorado (2014), Mestrado (2006) e Graduação (2003) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca). É coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFSM - GEMAM/UFSM. E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br

de Alexandre. Descoberto em 1887, o sarcófago foi construído entre 320 e 306 a.C. pelo último rei de Sídon, Abdalônimo, colocado no poder pelo próprio Alexandre em 333 a.C., (STEWART, 1993, p. 294). Assim, como podemos perceber, Alexandre tornou-se figura de legitimação de poder e modelo de conquistador, herói e rei para as monarquias que sucedem ao seu vasto império.

Essa mesma figura histórica, ainda recente para os romanos dos primeiros séculos do Império Romano, recebeu inúmeros usos, como, por exemplo, quando colocada em comparação a personagens de poder na Roma do Principado. Inúmeros imperadores se utilizaram da figura de Alexandre, seja dentro de elementos textuais, como a literatura, ou nas fontes materiais, como em moedas e construções de bustos e estátuas. No entanto, é preciso destacar, em um primeiro momento, ainda no período republicano, o senado romano se colocou contra comparações de qualquer tipo com o macedônio, o que acabou sendo abandonado no período do Império.

A *imitativo Alexandri*, termo usado para tratar das imitações do monarca macedônio, pelos romanos, pode ser percebida no período republicano em seus usos por Cipião, o Africano, segundo nos conta Tito Lívio (*Histórias de Roma*, XVIII, 39). Pompeu e Júlio César também fizeram usos da figura do monarca (PLUTARCO, *Moralia*, p. 14). Entre os imperadores, já com Augusto (27 a.C. – 14 d.C.) temos uma promoção da figura de Alexandre em Roma. Será Augusto que introduzirá Alexandre de forma oficial como um rei civilizado que conquista as terras bárbaras (QUARANTA, 1998, p. 34). Calígula (37 – 41) e Nero (54 – 68) também promoverão a *imitativo Alexandri*, considerada, no entanto, de forma caricatural e extravagante pelos escritores da época. Com Trajano (98 – 117) a figura de Alexandre será usada novamente, mas considerada pelos escritores de maneira racionalizada, onde o mito deixa de ser apenas um componente da mentalidade romana e passa a atingir o funcionamento do Estado no que ele tem de mais essencial: a imagem do poder imperial (VIZENTINI, 2007, p. 8).

De Augusto até Alexandre Severo (222 – 235), todos os imperadores estabeleceram ligação com o modelo alexandrino de alguma maneira. Podemos, então, perceber como a figura de Alexandre esteve presente na vida cotidiana, no poder e no imaginário do Principado, se tornando uma fronteira entre os dois mundos, grego e romano e um padrão para tratar elementos sobre o mundo do outro conquistado pelo monarca, o mundo bárbaro.

Destacamos que houve uma densa quantidade de escritores greco-romanos que escreveram sobre Alexandre positivamente e negativamente, colocando-o como modelo de bom

governante, bem como o criticando negativamente, criando um antimodelo. Nesse resumo, porém, focaremos nossa análise, de forma comparativa, para a visão de dois autores greco-romanos do século I e II d.C. Deste modo, embora abundem representações materiais de Alexandre em diversos suportes e temáticas, como a caça, alusões a divindades e cenas de batalhas (BIAZOTTO, 2016, p. 24), assim como temos um campo literário fecundo para estudo, optamos pela escolha dos escritos de Lúcio Méstrio Plutarco (46 – 120) e Lúcio Flávio Arriano Xenofonte (90 – 146). Nossa escolha foi, de certa forma, pensada tendo em vista que trabalhamos alguns elementos do contexto dos autores escolhidos em nosso Trabalho Final de Graduação, já tendo, portanto, algumas leituras sobre as políticas dos imperadores que, provavelmente, estes autores estavam pensando atingir ao retratar o monarca alexandrino.

Assim, visamos perceber como Plutarco e Arriano conceberam o monarca macedônio em relação aos *princeps* romanos de seu contexto, percebendo-o enquanto possuindo ligações identitárias e construindo pontos de ligação entre a fronteira do mundo grego e do mundo romano. As obras de Plutarco, *Vidas Paralelas* e *Sobre a 'Fortuna' ou 'Virtude' de Alexandre Magno*, bem como a *Anabáse de Alexandre Magno*, de Arriano, têm construções sobre elementos de gênero bem estabelecidos, mesmo frente a um personagem ambíguo como foi o do rei macedônio em relação a elementos de virilidade e homoerotismo.

Assim sendo, é nessa mesma ambiguidade que os autores aqui propostos PARA serem estudados reforçam o que é masculino e o que é feminino, o que é viril e o que é efeminado, o que é civilizado e digno de um homem que possuía a *humanitas* latina e o que é bárbaro e selvagem, aquele que possuía a *ferocitas*, característica animalesca.

Portanto, tais obras nos permitem pensar tanto elementos de gênero articulados ao poder romano, como questões de identidade cultural, pois os autores colocam Alexandre como modelo de virilidade e identidade grega frente aos bárbaros, ou seja, o monarca é tomando como um modelo civilizatório. Buscaremos entender, ainda, como dois autores, homens originários de uma elite provinciana, se colocaram frente ao poder de Roma, em uma Grécia conquistada, escrevendo em tom moralizador e educativo, não só para a aristocracia da cidade de Roma, mas para os imperadores, pensando aqui a escrita como forma de poder e ação no mundo romano.

Diante disso, vemos como a figura de Alexandre adquiriu um valor pedagógico frente ao Império Romano, visto que o Principado já havia naquela época passado por maus exemplos de governantes conforme a visão da aristocracia da qual estes autores faziam parte (ZIEGLER, 2009, p. 13). Portanto, acreditamos que Alexandre foi colocado como figura de exemplo pelos

autores a serem estudados frente aos *152studa152152*, servindo ao que se devia e não devia fazer quanto se é governante em termos de virilidade e costumes identitários, mostrando que, tudo o que ele conseguiu seu imenso império e suas vitórias, devia a sua educação/*humanitas* e sua moderação e autocontrole ao seguir as normas de gênero e fazer bons usos dos prazeres, bem como à sua virilidade³.

Soma-se a isso, temos também a necessidade de perceber as diferenças entre os dois autores e as semelhanças no que tange às representações de Alexandre. Perceber qual a articulação da construção da imagem de Alexandre com a região de cada autor. Ou seja, como cada autor, conforme seu próprio reconhecimento de identidade cultural em relação ao Império Romano irá apresentar seu Alexandre neste sentido; analisar os postos políticos e o *status* social dos autores estudados em relação à imagem de Alexandre e a relação dos mesmos com os imperadores visados, Adriano e Trajano; analisar o estilo literário das duas obras: uma biográfica e a outra histórica, pensando o que há em comum e o que, possivelmente, pode haver de diferente entre estes dois gêneros de escrita naquele contexto, bem como a função destes gêneros literários no momento de Arriano e Plutarco, etc.

Imprescindível a esse projeto é o conceito de *fronteira*. Esse conceito é aqui entendido não como limite geográfico que separa Estados, mas como os grupos marcam limites entre “nós” e “eles” (CARDOSO, 2003, p. 93) e, ao mesmo tempo, demonstra como, nas práticas culturais, esses limites entre grupos não são estaques, mas flexíveis e negociáveis (BURKE, 2006, p. 14). Aqui, portanto, nos referenciamos por Juan Carlos Arriaga-Rodríguez (2012), que traz um excelente panorama na construção e modificação do conceito de fronteira ao longo das décadas dentro da historiografia, como podemos ver, por exemplo, em trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso (2003; 2005), François Hartog (2004), José Carlos Chiaramonte (2009), Norberto Luiz Guarinello (2010) e Semíramis Corsi Silva (2014).

Norberto Guarinello (2010), por exemplo, em seus escritos, aproxima sua definição sobre fronteiras culturais romanas dos estudos sobre construções identitárias e modos de agir e negociar de grupos no mundo antigo. *Fronteira*, portanto, é aqui tomada pensando como homens (e mulheres) delineiam os contornos de sua identidade, percebidos na figura de

³ *Uso dos prazeres* é definido por Michael Foucault (1998) no segundo volume da obra da *História da Sexualidade*, enquanto a relação dada, individualmente, sobre a prática sexual de cada indivíduo. Ou melhor, Foucault aqui analisa e tenta perceber, o quanto esses usos que dão prazer estavam ligados a moral e formas de conduta e interdição, que cuidava não só da imagem social do indivíduo, como de sua saúde, diretamente ligado à temperança e ao bom uso de suas forças vitais e formas de se portar socialmente e politicamente.

Alexandre por si só uma fronteira ou, um *homem-fronteira*, usando um termo tomado de Hartog (2004). Assim, seguindo a proposta de Hartog (2004), Alexandre será aqui entendido como homem-fronteira, pois nos escritos de Plutarco e Arriano se coloca como imagem que articula: 1) Romanidade/Grecidade x Barbárie; 2) Modelo de governante x Homem portador de vícios; 3) Poder Absoluto x Poder do Senado; 4) Homem viril dentro do modelo de virilidade esperado x Condutas homoeróticas negadas.

Outro conceito útil para este trabalho é *identidade cultural*. Para tal, nossa pesquisa está alicerçada nos escritos já mencionados de Hartog (2004), Cardoso (2005) e em elementos analisados por Semíramis Corsi Silva em sua Tese de doutorado. Portanto, como nos apresenta a última autora, entendemos aqui, como *identidade cultural*, a representação de si, ou de um grupo, enquanto pertencente a um conjunto de pessoas com valores e características culturais compartilhadas (SILVA, 2014, p. 18). Consideramos ainda que a construção das identidades sempre perpassa a visão do eu/nós em oposição ao outro ou aos outros grupos (CARDOSO, 2003; SAID, 2007). Um exemplo disso é Alexandre ser lido como uma representação do eu/nós greco-romanos, construído enquanto modelo que produz efeitos sociais reais em um mundo romano, onde a identidade grega refloresce num contexto relacional em meio às conquistas dos imperadores diante do Império Parto, lembrando das relações de conquista do Império Romano do momento vivido pelos autores propostos para análise, Plutarco e Arriano.

Gênero será também uma categoria de análise desta pesquisa, tal como proposto por Joan Scott (1995). Neste sentido, tal historiadora nos mostrou que usar Gênero como categoria de análise é perceber as relações de gênero como elemento constitutivo de relações sociais, baseadas nas diferenças entre os sexos e que significa, primeiramente, uma relação de poder. Portanto, pretendemos pensar como as representações de Alexandre em termos de gênero, sua virilidade e suas práticas homoeróticas disfarçadas ou apresentadas podiam estar relacionadas com as questões de poder que os autores pretendiam negociar. Preocupamos, assim, com o deslocamento do político para o campo das práticas culturais mostradas na literatura.

Palavras-chave: Alexandre, o Grande; Arriano; Gênero; Identidade Cultural; Plutarco;

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ARRIANO. *Anábasis de Alejandro Magno*. Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

PLUTARCO. *Vidas paralelas VI*. Introdução, Tradução e Notas de Jorge Bergua Gavero, Salvador Bueno Morillo e Juan Manuel Guzmán Hermida. Madrid: Editorial Gredos, 2007.
_____. *Obras 154studa154 y de costumbres (Moralia) V*. Mercedes López Salvá. Madrid: Editorial Gredos, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIAGA-RODRÍGUES, J. C. Tres Tesis del Concepto frontera em la historiografía. In: LAGUARDA, R. (Org.). *Representaciones y prácticas sociales: visiones desde la história moderna y contemporán*. México: Instituto Mora, 2012, p. 9-47.

BIAZOTTO, T. Do. A. *Sob os Signo do Grande Rei: A Barbarização de Alexandre Magno em Diodóro Sículo, Quinto Cúrcio, Plutarco e Arriano*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campinas. Campinas, São Paulo, 2016.

BURKE, P. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

CARDOSO, C. F. Etnia, Nação e Antiguidade: um debate. In: NOBRE, C. K; Cerqueira, F. V.; POZZER, K. M. P. (Org.). *Fronteiras e Etnicidades no Mundo Antigo. Anais de V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos*. Pelotas: Editora da ULBRA. 2005, p. 87-104.

CHARTIER, R. O mundo como representação, *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11 (5), 1991, p. 173-191.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados*. Origens da Nação Argentina (1800-1846). São Paulo: Hucitec, 2009. Pp. 61-87; 159-182.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1998.

GUARINELLO, N. L. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano, *Mare Nostrum*, 2010, v. 1, p. 113-127.

HARTOG, F. Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

LEME, A. L. Resgate e construção da Imagem de Alexandre, o Grande: Arriano de Nicomédia e sua 'Anabáse' de Alexandre Magno (século II d.C.). In: BIRRO, R. M. CAMPOS, C. R. (Orgs.). *Relações de Poder: da Antiguidade ao Medievo*, vol. 1. Vitória: DLL/UFES, 2013, p. 217-247.

QUARANTA, E. *A Imagem de Alexandre na 'Anábase' de Arriano*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). São Paulo: FFLCH-USP. 1998.

SILVA, S. C. *O Império Romano do Sofista grego Filóstrato nas viagens da vida de Apolônio de Tiana (século III d.C.)*. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Estadual Paulista/campus de Franca, 2014.

STEWART, A. A. *Faces of Power: Alexander's Image and Hellenistic Politics*. Berkeley: University of California Press, 1993.

THUILLIER, J-P. Virilidades romanas: vir, virilitas, virtus. In: CORBIN, A. (et al.). *História da virilidade*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 74-124.

VIZENTINI, M. Primeiras imagens de Alexandre, o Grande em Roma. In: *XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 2007, São Leopoldo. Anais ANPUH – Unisinos, 2007. Disponível em: <file:///G:/HENRIQUE%20MESTRADO%20ALEXANDRE%20%20GRANDE/VIZENTINI,%20MARILENA%20Primeiras_Imagens_de_Alexandre_o_Grande.pdf>. Acesso em 08/10/2018.

ZIEGLER, V. *Plutarco e a formação do governante ideal no Principado Romano: uma análise de biografia de Alexandre*. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Estadual Paulista/campus de Assis, 2009.

O CASAMENTO INFANTIL NA PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

Pillar Cornelli Crestani¹
Andrea Nárriman Cezne²

Resumo: O presente trabalho objetiva verificar os principais impactos ocasionados pelo casamento infantil na perspectiva da desigualdade de gênero, sendo, portanto, esse o eixo temático que conduzirá toda essa produção. A abordagem do tema analisa as principais causas inerentes à união matrimonial envolvendo menores de idade, bem como as consequências dessa prática para crianças e adolescentes do sexo feminino – que são as mais atingidas por esse fenômeno social.

Destaca-se que o estudo em questão assume relevância, pelo fato de o casamento infantil ser uma questão de violação dos direitos humanos, que fere a dignidade dos menores, enquanto seres em condição peculiar de desenvolvimento. Contrária, assim, os princípios basilares do Direito da Criança e Adolescente: o do melhor interesse e o da proteção integral – pelo qual os

¹ Advogada. Pós-graduanda em Direito Digital pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Graduada em Direito pela Universidade Franciscana (UFN). Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Artemis – Direito e Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail para contato: pillarcrestani.pesquisa@gmail.com.

² Professora adjunta do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Artemis – Direito e Gênero. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: ancezne@gmail.com.

infantes passaram a ser considerados sujeitos de direitos fundamentais, “a serem, obrigatoriamente, atendidos pela família, através de sua trilogia de responsabilidade compartilhada: família, sociedade e Estado” (VERONESE, 2019, p. 21).

Por conseguinte, evidencia-se a crescente necessidade de se debater as questões de gênero, com vistas a combater a desigualdade existente entre homens e mulheres, bem como o preconceito e a intolerância para com os indivíduos pertencentes à comunidade LGBTTI. Na perspectiva deste trabalho, a pauta relativa ao gênero é importante, levando-se em consideração que as mulheres (meninas) são mais afetadas pela prática do casamento infantil, por diversas razões, conforme será exposto adiante, sobretudo, pela ingerência do patriarcado, da dominação masculina e do machismo que, lamentavelmente, ainda estão firmados na sociedade atual.

Na consecução deste trabalho, foi empregado o método dedutivo, pois a pesquisa partiu da análise de princípios protetivos, como a proteção integral da criança e adolescente e a igualdade, para analisar uma situação específica, a problemática do casamento infantil e suas principais causas. Nesse sentido, ressalta-se a questão concreta a ser abordada dentro da perspectiva da desigualdade de gênero – que pode ser verificada na maioria das uniões envolvendo menores de idade – elencando-se, então, as principais consequências desse fato, especialmente, para as meninas, que são o elo mais vulnerável da relação.

Ao iniciar a exposição acerca do tema proposto, entende-se necessário conceituar “casamento infantil”, que consiste na união “formal ou informal, envolvendo uma menina ou um menino com idade inferior a 18 anos” (TAYLOR, 2015, p. 09). Não se pode deixar de esclarecer que tal definição de criança é dada “de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), assinada e ratificada pelo Brasil em 1990” (TAYLOR, 2015, p. 09). Entretanto, na perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiro, há a distinção “entre as faixas etárias da infância (menores de 12 anos) e adolescência (12 a 18 anos)” (TAYLOR, 2015, p. 09).

Não se pode deixar de ressaltar que a definição de casamento infantil não abarca apenas o matrimônio civil ou religioso, celebrados mediante o cumprimento de todos os requisitos formais exigidos para sua validade, do ponto de vista jurídico: as uniões estáveis, as informais, o popular “juntar” ou “morar junto” também são contemplados pelo termo em questão (TAYLOR, 2015, p. 20/47). Além disso, sublinha-se que o casamento infantil pode envolver

tanto um casal formado por menores de idade, quanto um casal constituído por uma criança/adolescente e um jovem/adulto. E, nem sempre, essa união se dá de modo consensual, ocorrendo que, por vezes, dependendo das circunstâncias – como nos casos de relacionamentos “arranjados” – existe resistência por parte dos infantes em se relacionar com o outro parceiro – sobretudo, quando há grande diferença de idade entre ambos.

O fato é que, independente da definição, o casamento infantil é um problema existente em todo o mundo, especialmente, nos países localizados no hemisfério sul – notoriamente marcados por baixos índices de desenvolvimento econômico-social, que constituem resquícios do colonialismo – bem como aspectos históricos e culturais que contribuem para a ocorrência desse fenômeno social. Justamente, nessa perspectiva, a união conjugal envolvendo menores de idade nem sempre é encarada como um problema que deve ser combatido, pois, em inúmeras nações, o casamento infantil é inerente à sua religião e aos seus costumes, a exemplo do Oriente Médio – e, mais grave e revoltante ainda, existem países nos quais tal prática é permitida legalmente.

No que diz respeito ao Brasil, este figura como o país que mais celebra casamentos infantis na América Latina, ocupando o 4º lugar em todo o mundo³ (BRASIL, 2017). Entretanto, “a natureza frequentemente informal do casamento contrasta com o caráter ritualizado que a prática possui em outras partes do mundo. A habitualidade das uniões informais representa uma grande dificuldade em mensurar essa prática” (TAYLOR, 2015, p. 20). Desse modo, é possível inferir que, se contabilizadas todas as uniões fáticas envolvendo menores de idade – e não apenas as jurídicas – nosso país, certamente, subiria de posição no ranking dos casamentos infantis.

Todavia, não se pode deixar de mencionar um importante avanço legislativo ocorrido, recentemente, no Brasil, a respeito do casamento de menores de idade: a Lei número 13.811, de 12 de março de 2019, estabeleceu uma nova redação ao artigo 1.520 do Código Civil⁴, suprimindo as exceções legais permissivas do casamento infantil (BRASIL, 2019). Frisa-se

³ “Os dados sobre a conjuntura brasileira foram estimados pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, do Ministério da Saúde, em 2006, e contextualizados globalmente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela organização não governamental Promundo” (BRASIL, 2017).

⁴ “Redação Original: Art. 1.520. Excepcionalmente, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil (art. 1517), para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez” (BRASIL, 2002).

que, de acordo com a referida lei, mais especificamente, em seu artigo 1.517, “o homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil” (BRASIL, 2002).

Assim, a partir dessa alteração, no Brasil, não é mais permitido o casamento de menores de dezesseis anos, em nenhuma hipótese – ao contrário do que o Código Civil previa anteriormente. Trata-se de um passo muito importante no combate ao casamento infantil – pelo menos, no âmbito formal (civil) – visto que o Estado não deve compactuar com essa realidade, que macula a trajetória de inúmeras crianças e jovens, sobretudo, do sexo feminino, conforme será exposto adiante. Contudo, o ideal seria se essa proibição legislativa fosse estendida aos menores de 18 e maiores de 16 anos, ampliando a proteção estatal também aos adolescentes dessa faixa etária.

Feitas essas considerações, faz-se necessário expor, mesmo que de modo breve, as principais causas que contribuem para a ocorrência do casamento infantil. Assim, de acordo com o que já foi mencionado, esse fenômeno social é motivado por circunstâncias econômicas, sociais, históricas e culturais, que variam conforme a conjuntura de cada região do mundo, sendo que, em inúmeros países, tal prática é completamente naturalizada, decorrente dos costumes dos povos que os constituem. Todavia, ressalta-se que “o casamento infantil é uma das consequências da pobreza, aumento populacional, desestrutura das famílias ao redor do mundo” (ALCANTARA, 2019).

No contexto brasileiro, o casamento infantil pode ocorrer por espontânea vontade dos próprios menores, que deixam seus lares para coabitar com seus parceiros, buscando liberdade e independência – sobretudo, no que tange à sexualidade e às finanças – a fim de evitar a interferência dos pais em suas vidas – o que não poderia ser tolerado por estes, aos quais incumbe o dever legal de zelar pela integridade biopsicossocial de seus filhos. Entretanto, por vezes, os infantes acabam sendo fadados ao casamento, sobretudo, por questões financeiras, principalmente, quando os pais enfrentam dificuldades para sustentar seus dependentes. Há casos extremos, em que as adolescentes – frisa-se, aqui, o sexo feminino – acabam sendo utilizadas como “moeda de troca”, ou seja, “dadas em casamento”, como forma de saldar dívidas de seus genitores. Outrossim, o matrimônio é tido como uma alternativa atraente para evitar que as jovens recorram à prostituição, de modo a contribuir com a manutenção da família.

Além disso, não é raro que os pais “despachem” suas filhas adolescentes de casa, para que iniciem a “vida adulta” ao lado de seus parceiros, que passam a assumir a responsabilidade por elas, mas, especialmente, no intuito de evitar que fiquem grávidas e solteiras, sem o amparo financeiro do companheiro (TAYLOR, 2015, p. 57/71/75/106/127).

De tudo isso, pode-se constatar que as causas do casamento infantil decorrem dos baixos níveis de instrução dos indivíduos, bem como da “precariedade e vulnerabilidade das comunidades onde a prática se dá, caracterizada por baixos níveis de escolaridade, infraestrutura deficiente, fraca presença do Estado e de aplicação de políticas públicas [...]” (TAYLOR, 2015, p. 71).

Por conseguinte, reitera-se que, “embora tanto meninos quanto meninas vivenciem casamentos infantis, meninas são significativamente mais afetadas por esta prática” (TAYLOR, 2015, p. 09). Isso porque, infelizmente, a sociedade ainda sofre a ação do patriarcado e do machismo, que põem a mulher em condição de desigualdade, obrigando-a a ser submissa e assumir o papel de reprodutora e cuidadora do lar. Com relação às estatísticas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) expõe que, “em todo o mundo, cerca de 650 milhões de mulheres se casaram antes dos 18 anos”, estimando “que 12 milhões de meninas ainda se casem todos os anos” (UNICEF, 2018).

Na perspectiva de nosso país, esses dados são frutos da “construção histórica patriarcal na qual a sociedade brasileira foi alicerçada” (SANTOS, 2017, p. 16), sendo que, historicamente, os meninos sempre tiveram mais direitos e liberdades em relação às suas escolhas, diferentemente das meninas, as quais, além de não terem poder de decisão e, sequer, de fala, eram consideradas como propriedade de sua família, que regulava, completamente, a sua vida (SANTOS, 2017, p. 16/18). Do mesmo modo, “toda construção identitária feminina era realizada pela sociedade de forma unificada: as meninas deveriam ser criadas para serem boas esposas, boas mães e executarem as tarefas do lar” (SANTOS, 2017, p. 18).

Resta evidente que todos esses aspectos ainda persistem atualmente e justificam – juntamente da tradicional premissa de que “a mulher nasceu para casar e ser mãe” – o fato de as crianças e adolescentes do sexo feminino serem as maiores vítimas do casamento infantil, no mundo. Tudo isso, também, é responsável por gerar expressivos índices de desigualdade entre gêneros, a qual produz inúmeras consequências negativas às mulheres, visto que,

infelizmente, ainda é possível verificar que “homens exercem controle sobre as meninas em termos de mobilidade, sexualidade, fertilidade e finanças” (TAYLOR, 2015, p. 128).

Outrossim, não se pode deixar de destacar que, quando as garotas se unem a companheiros mais velhos, “a diferença de idade entre o casal coloca os homens em uma situação altamente vantajosa dentro de uma união com uma menina mais jovem” (TAYLOR, 2015, p. 78), além de que “[...] a pouca idade das meninas faz delas mais vulneráveis à serem controladas ou ‘moldadas’” (TAYLOR, 2015, p. 79). Por outro lado, o contrário não ocorre, ou seja, dificilmente, mulheres maiores de idade se interessarão por meninos adolescentes, sendo “unanimente desprezados enquanto parceiros viáveis devido à uma percepção de que são incapazes enquanto provedores e que ‘falta a eles responsabilidade’” (TAYLOR, 2015, p. 12). Logo, é nítido o modo discrepante com que a sociedade trata homens e mulheres, restando evidente que o sexo masculino é absurdamente privilegiado em relação ao feminino.

Todo esse contexto de poder, controle e domínio, exercido pelos homens, sobre suas esposas crianças/adolescentes, acaba gerando relacionamentos abusivos, que, normalmente, vêm acompanhados de inúmeras formas de violência (física, psicológica, moral, sexual), as quais provocam uma série de danos à condição peculiar de desenvolvimento das jovens inseridas nessa conjuntura. Além disso, o casamento infantil também constitui uma ameaça à saúde das meninas, pelo fato de estarem, facilmente, submetidas a doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez precoce e a todos os seus riscos e impactos inerentes.

Nesse sentido, ainda, destaca-se que o matrimônio acarreta, para as crianças/adolescentes do sexo feminino, o abandono escolar – o que, conseqüentemente, impede a sua capacidade de socialização, bem como a possibilidade de desenvolvimento de suas potencialidades e de construção de um futuro próspero (TAYLOR, 2015, p. 12/86/104/127). Infelizmente, após o casamento, muitas dessas meninas estão fadadas à condição de “descalça e grávida, na cozinha”⁵ – expressão inglesa utilizada para reforçar o padrão de gênero que ainda é imposto às mulheres, respectivamente: do lar, desautorizada a sair de casa; procriadora e cuidadora; e que exerce, sem auxílio, as tarefas, na injusta divisão sexual do trabalho doméstico (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 114).

⁵ *Barefoot and pregnant, in the kitchen*, na expressão original.

Por fim, de tudo o que foi exposto, é possível destacar que, embora o casamento infantil seja uma questão de violação dos direitos humanos e dos princípios norteadores do Direito da Criança e do Adolescente, as maiores afetadas pelos seus efeitos danosos são as meninas – sobretudo, em virtude da desigualdade de gênero, que ainda paira na sociedade, fruto do patriarcado e do machismo. Nessa perspectiva, sublinha-se que “as normas de gênero que impulsionam desigualdades em relacionamentos não podem ser transformadas a curto prazo, mas a mudança é possível” (TAYLOR, 2015, p. 129).

Desse modo, em que pese a agenda de igualdade de gênero, com a promoção de políticas públicas, permanecer inacabada no Brasil – o que explica o elevado índice de casamentos infantis – esse cenário pode ser modificado positivamente, por meio de certas medidas: “trabalhar com meninos desde a tenra idade para desafiar as normas sociais de gênero, abordando relacionamentos dentro de uma educação sexual abrangente” e “promover o empoderamento das meninas, inclusive dentro de relacionamentos e para outras aspirações (tais como educação, trabalho e vida financeira)” (TAYLOR, 2015, p. 129). Outra providência necessária a ser tomada é a promoção efetiva, no âmbito escolar, da educação sexual, como forma de prevenir a gravidez indesejada, a qual constitui, sem dúvidas, fator determinante para a ocorrência do casamento infantil.

Tudo isso leva à constatação de que “crianças e adolescentes precisam discutir questões de gênero e direitos para conseguir compreender os ensinamentos sobre essa cultura perversa na qual elas estão inseridas [...]” (SANTOS, 2017, p. 93). Logo, é necessário, cada vez mais, livrar a sociedade de suas concepções machistas e reprodutoras de desigualdade, que privilegiam os homens e oprimem as mulheres. Assim, tendo em vista que um fenômeno social é consequência de outro, entende-se que, a partir do momento em que as meninas se empoderarem e começarem a reivindicar seus direitos – sobretudo, a igualdade – certamente, haverá o declínio dos índices de casamento infantil, que vitima tantas crianças e adolescentes do sexo feminino, maculando o seu futuro – sendo que lhes é assistido o direito de viver uma infância livre e feliz e uma vida adulta próspera e independente. E, além de tudo, como já dito, a família, a sociedade e o Estado, enquanto corresponsáveis pelos infantes, não podem continuar compactuando com essa realidade revoltante.

Palavras-chave: casamento infantil; direito da criança e adolescente; gênero.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Sarah. **O Casamento Infantil sob uma visão do direito internacional**. Disponível em: <<https://sarahlivia.jusbrasil.com.br>> Acesso em: 09 jun. 2019.

BRASIL tem maior número de casamentos infantis da América Latina e o 4º mais alto do mundo. **ONUBR**. Recurso eletrônico, 17 mar. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org>> Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em 19 mar. 2019.

_____. **Lei n. 13.811**, de 12 de março de 2019. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 19 mar. 2019.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

SANTOS, Vitória Brito. **Ela se juntou com um cara!**: um estudo sobre casamento de crianças no Brasil, comunicação e direitos humanos. Dissertação. Feevale, Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Novo Hamburgo, 2017. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br>> Acesso em: 05 jun. 2019.

TAYLOR, Alice. *Et al.* **“Ela vai no meu barco”**. Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de Pesquisa de Método Misto. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US, 2015. Disponível em: <<https://promundo.org.br>> Acesso em: 19 mar. 2019.

UNICEF: 25 milhões de casamentos infantis foram evitados em dez anos. **ONUBR**. Recurso eletrônico, 09 mar. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org>> Acesso em: 19 mar. 2019.

VERONESE, Josiane Rose Petry. O direito e o tempo na perspectiva da construção do ser criança. In: _____; SILVA, Rosane Leal da (orgs.). **A Criança e seus Direitos: entre violações e desafios** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, p. 13-35. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/548crianca>> Acesso em: 22 mar. 2019.

4. FRONTEIRAS, MIGRAÇÕES E TERRITORIALIDADES

O PAPEL DO ESTADO NAS MIGRAÇÕES COMPULSÓRIAS DE BRANCOS E INDÍGENAS DA RESERVA INDÍGENA DE SERRINHA DE 1950 A 2001

Tamara Juriatti¹

Resumo: O presente trabalho busca fazer a reflexão sobre qual foi o papel do Estado na entrada de famílias brancas na Reserva Indígena de Serrinha na metade do século XX e, posteriormente na migração compulsória das famílias que formaram o Reassentamento Cristo Rei no município de Chiapetta/RS na virada para o século XXI. O objetivo é entender qual o papel do Estado nos processos de migração compulsória, tanto do povo Kaingang quanto das famílias de agricultores brancos. Para entender o que leva a esta migração se faz necessário a análise do processo histórico, do envolvimento do Estado e dos capitalistas rurais, bem como da política indigenista e dos diferentes governos do estado do Rio Grande do Sul que foram ativos neste processo de várias formas.

O trabalho se justifica por ampliar os estudos sobre a questão agrária na história recente. Muito já se estudou, mas muitas questões ainda se encontram em aberto, vários processos necessitam de revisão histórica e muitos ainda nem foram estudados. Infelizmente, em muitos territórios do país e do estado do Rio Grande do Sul os estudantes e pesquisadores das universidades federais ainda não chegam. Porém ocorre que as pessoas destas localidades graças às políticas públicas de acesso e permanência à educação formal conseguem atravessar o funil do ensino médio e chegar no ensino superior, colocando questões importantes para si e para os seus como problemas científicos. Assim se dá a importância deste trabalho, analisar uma história ainda pouco estudada, mas que mudou a vida de milhares de pessoas, brancas e indígenas. E que precisa ser resgatada e divulgada, por uma questão de reparação histórica

¹ Estudante do curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: tamara_juriatti@outlook.com

necessária, reflexão sobre os conflitos gerados e entendimento dos equívocos do processo que mudou diversas vidas de diferentes sujeitos históricos.

Tendo como base o movimento da história da humanidade a ciência histórica também precisa estar em constante movimento. A questão agrária ocupa vários pesquisadores e pesquisadoras e ela é tão complexa, tanto nas teorias elaboradas como na diversidade de territorialidades e vivências que seu estudo se torna sempre atual e desafiador, no sentido de beber das diversas fontes clássicas sobre o tema como também em ressignificar e criticar estas fontes de acordo com as mudanças que ocorrem nas ciências e na materialidade histórica. Este trabalho foi construído a partir de uma revisão bibliográfica sobre os temas englobados como também com relatos orais de moradores da comunidade Cristo Rei e documentos encontrados. Buscando a partir destes materiais conectá-los ou confrontá-los quando necessário, usando do materialismo histórico e dialético.

Será analisada a presença do Estado em dois momentos distintos, um quando da entrada das e dos agricultores brancos na Terra Indígena de Serrinha e outro quando as e os agricultores são tirados de lá e buscam o reassentamento em outro local. Para a primeira análise o estudo se baseia em Nascimento (2014) que no livro *Muita terra para pouco índio: Ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha/RS* faz a análise da ocupação do solo no Rio Grande do Sul, do território Kaingang e da ação do Estado. Também o artigo de Mizusaki (2017) *Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena* que analisa como o materialismo histórico dialético entende a inserção dos povos indígenas na formação econômico-social capitalista. Para a segunda parte será usado o trabalho de Carini (2010) *Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania* que analisa o processo de migração compulsória das e dos agricultores de Serrinha e as reterritorializações dos mesmos em outros locais. E o trabalho de Ros (2008) *A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos* que faz a análise de todo o programa agrário do governo da Frente Popular contando com as políticas públicas de reassentamento.

Desde o surgimento da propriedade privada a terra passa de fonte de sobrevivência e sociabilidade a ser também fonte de poder, quem detém terra detém poder. E quem detém o

poder tem preferência nas ações que envolvem o Estado, partindo da análise de que o mesmo surge como parte da formação econômico-social para defender os interesses das classes dominantes. É por este motivo que na metade do século XX em meio a uma crescente de agricultores sem-terra no estado em vez do governo de Leonel Brizola e, posteriormente o de Ildo Meneghetti, expropriaram grandes latifúndios para distribuir as terras, leva as e os agricultores brancos, filhos de imigrantes, à comprarem lotes em reservas florestais do estado. O que não estava contado é que estas reservas florestais na verdade eram reservas indígenas desapropriadas pelo Estado, onde morava o povo Kaingang que foi retirado do seu território e levado para outras terras indígenas do estado ou foi para as cidades.

O Estado brasileiro e do Rio Grande do Sul tem neste momento -pressionado pelo poder dos grandes proprietários de terra e cumprindo seu papel de proteção da propriedade dos meios de produção- o papel de desalojamento do povo indígena Kaingang para sanar as desigualdades da distribuição de terra no estado. Ou seja, na falta de terra para todos em vez do Estado pautar a expropriação dos latifundiários, ele mexe com o território dos povos originários que já vinham desde 1500 sendo invadidos pelos brancos e colocados em reservas demarcadas. Após este processo o povo Kaingang vinha lutando para recuperar esta terra, e por articulação dos povos indígenas do país através da União das Nações Indígenas-UNI eles conquistam na constituição brasileira o direito de redemarcação de terras roubadas pelo estado e transformadas em terras devolutas ou reservas florestais. É em meio a este processo nacional e da articulação do povo kaingang expulso da Serrinha que em 1996 a Terra Indígena volta a pertencer à estes. (NASCIMENTO, 2014)

Neste momento o Estado passa a ser pressionado tanto pelo povo Kaingang pela redemarcação rápida da terra, quanto pelos agricultores brancos que buscam o reassentamento e indenização, processo que nos anos iniciais ocorre lentamente (CARINI, 2010). Em 1999 se elege como governador do estado Olívio Dutra, que encabeçou o governo da Frente Popular, no seu governo é criado o Programa de Reassentamento de agricultores residentes em áreas indígenas que visava o Reassentamento das famílias impedindo o êxodo rural, garantindo um lote de terra que fosse condizente com a sobrevivência das famílias (ROS, 2008). É através deste incentivo do governo da Frente Popular e da auto-organização em torno deste interesse imediato das famílias agricultoras que em torno de 40 delas se organizam para pautar um

Reassentamento na Área 33 em Chiapetta na então localidade de Afra Cristina Chiapetta, que estava interessada na venda da terra por conta de dívidas contraídas. Após acampamento que durou em torno de 6 meses a terra foi adquirida pelo Estado e posteriormente se deu o processo de instalação das famílias.

Através de todo este processo desde a metade do século XX até o começo do século XXI fica nítido que o Estado, principalmente no Rio Grande do Sul tem duas posições distintas. Primeiramente coloca as famílias brancas dentro da área indígena e posteriormente redemarka as terras como indígenas e reassenta as famílias em outros locais. Estas duas ações distintas com certeza contam com sua historicidade, mas não é só disso que se trata, já que na contemporaneidade o Estado continua a tirar terras dos povos indígenas, na maioria das vezes em prol de grandes empresários rurais.

A hipótese sustentada é de que o que muda de um período histórico para outro é a disputa que se tem em torno do Estado e a força de pressão dos movimentos sociais sobre ele. No final do século XX o movimento indígena estava articulado nacionalmente e localmente pressionando o Estado pelo seu direito à terra e os movimentos sociais do campo também faziam pressão na luta contra o latifúndio e em defesa da reforma agrária. Além disso o governo da Frente Popular tinha no Gabinete de Reforma Agrária lideranças dos movimentos sociais, que acreditavam que era importante fazer a disputa do estado capitalista pois ele possui ferramentas importantes para se alcançar a estratégia revolucionária socialista. Portanto estes dois pontos foram essenciais para o reassentamento destas famílias, tanto a disputa do aparelho do Estado quanto a auto-organização que pressiona e organiza.

Porém, o caráter e objetivo dele não muda, surge e existe para proteger a posse dos meios de produção para a classe dominante. Ainda no tempo presente, pequenos agricultores e povos originários entram em conflito por pequenas porções de terra enquanto o latifúndio permanece intacto e o racismo é tão presente nos reassentamentos de famílias brancas. Mas através da maior contradição do sistema capitalista que é o da produção ser socializada e a posse das mercadorias produzidas privada a classe trabalhadora do campo e da cidade consegue achar brechas e abrir disputas neste aparelho na defesa de diferentes usos e transformações. Resta o debate dos desafios de permanecer no aparelho e o que se quer permanecendo, o que escapa por hora da análise científica a menos que ela seja sobre as diferentes táticas e estratégias dos

movimentos sociais e partidos políticos brasileiros na reforma ou revolução do sistema capitalista.

Palavras-chave: Estado; Reassentamento Cristo Rei; Disputa.

REFERÊNCIAS

CARINI, Joel João. **Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania.** 2010, p. 333. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, RS, 2010.

ROS, César Augusto da. A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos. **Revista NERA**, v. Ano 11, n.º 13, p. 47–82, 2008.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena. **Revista Nera**, pp. 39-59, ano 20, n.º 30, 2017. Acesso em: 05 maio de 2019. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4896/3972>.

NASCIMENTO, J. A. M. **“Muita terra para pouco índio”: ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha.** São Leopoldo: Oikos, 2014.

“ESTOS TAN AMANTES DE SU PROPRIO SUELO”; UMA PERSPECTIVA GUARANÍ SOBRE ATUAÇÃO DE EMISSÁRIOS JESUÍTAS 1752 - 1756

Guilherme Rigo Neumann¹
Júlio Ricardo Quevedo dos Santos²

Resumo: O presente estudo é desenvolvido tendo em vista a atuação e relação de determinados personagens históricos envolvidos na efetivação da reordenação do espaço que ocupavam as

¹ Acadêmico de História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Bolsista do Programa de Residência Pedagógica - UFSM. E-mail: grigoenumann@gmail.com

² Professor Titular do Departamento de História UFSM. Prof. do Quadro Permanente do PPG Mestrado e Doutorado em História-CCSH/UFSM. Prof. do Quadro Permanente do PPG Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural-CCSH/UFSM. Prof. do Quadro Permanente do PPG Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) -CE/UFSM

Missões Jesuíticas na região platina, mudança esta referente ao Tratado de Madri de 1750. A pesquisa sobre a relação entre alguns destes personagens se faz necessária na medida em que contribui para melhor compreender como a estrutura social da região missioneira ao período se embasa nas distintas construções de identidades locais e exógenas. Agentes da Companhia de Jesus, do Império Espanhol, da coroa Portuguesa, e os próprios Guaranis, entre outras etnias envolvidas no ciclo Missioneiro, oferecem grande contribuição ao terem utilizado métodos de comunicação e articulação que nos permite hoje em dia identificar os elementos que compunham suas interpretações de mundo. Certos agentes Jesuítas merecem um olhar apurado pois contribuem para o esforço de descentralizar a narrativa histórica que irreleva a atuação, articulação e ação das populações *reducidas*, pois integravam uma das ordens religiosas que exerceu muita influência nas reformas que ocorreram na América Platina (tanto no âmbito moral da sociedade, quanto dentro do ordenamento jurídico,) durante a formação dos estados nacionais da região Sul Americana.

Este trabalho é composto da análise documental de um conjunto de cartas, datadas de meados do século XVIII, apoiada pela bibliografia destacada. O conjunto de cartas é assinada por um Cura Jesuíta designado para atuar como emissário na efetivação da mudança referente ao Tratado de Madri. As cartas são categorizadas como Cartas de Relação, prática recorrente entre os integrantes da Companhia de Jesus, e nelas constam a estrutura hierárquica da ordem na região - a serviço da coroa Espanhola - seu parecer sobre o andamento das diligências ordenadas pela coroa, que visava o estabelecimento mais rápido e efetivo possível do traslado de terras na região, e os comunicados sobre os ânimos da população Guarani e sua própria articulação frente a imposição do traslado. O referido Padre, integrante da Companhia de Jesus, Lope Luis Altamirano expressa sua impressão sobre a mudança na demarcação de terras dos Sete Povos enquanto passava pelas regiões de Buenos Aires, Yapeyù, Redução de Santo Ângelo, em meados do século XVIII.

Objetiva-se com este estudo de caso, apontar para a articulação ativa da população Guarani reduzida nas Missões jesuíticas, que ao estarem conscientes dos reflexos que a imposição das resoluções do Tratado de Madri significou para o seu grupo social não permaneceram em inércia. E demonstrar que justamente através da narrativa conturbada de Lope Luis Altamirano, podemos evidenciar diversas insurgências e articulação Guaraní para

romper com a marcha de mudança que a coroa tentava impor, ao se corresponder com seus Padres Curas Superiores, através de comunicados e cartas de relação. Pode-se inferir também, através de seus escritos, que recorrentemente interceptava-se comunicação entre dois ou mais *pueblos* reduzidos. o que fornece elementos com os quais se constrói a perspectiva das identidades da população indígena que ora se apresenta positiva, ora negativa.

Devido a multiplicidade de atores envolvidos neste recorte histórico estudado, bem como a cadeia hierárquica em que o personagem apresentado está vinculado, deve-se sempre atentar para a complexidade das relações políticas de uma região que integra e delimita as fronteiras entre diversas identidade construídas através das relações móveis dois impérios, e os instrumentos de manutenção de seus devidos interesses diante de uma parcela da população Guaraní. Grupo social cujo integrantes já haviam apreendido os mecanismos da estrutura de comunicação utilizada no ciclo missionário, e agora usava para um motivo próprio: a defesa de sua posição como seres vinculados a seus próprios solos. A proposta de análise pode se associar com linha de estudo que abrange integração política, fronteira e processos migratórios. O uso de documentos escritos pelos próprios agentes, nesse caso político e religioso, contribui para o melhor entendimento e interpretação dos fatos que consolidaram as relações entre as potências que emergiram na região Platina, pois do que se está escrito pode se inferir o processo concreto, e da ausência de palavras a subjetividade de como se interpretar as interações simbólicas.

Palavras-chave: Emissário; Tratado de Madrid; Guaraní.

REFERÊNCIAS

DI STEFANO, Roberto. História de la Iglesia Argentina Desde la Conquista hasta fines del siglo XX. Grijalbo S.A (Grupo editorial Grijalbo-Mondadori). Buenos Aires- Argentina, 2000.

URQUIZA, Fernando. Curas y funcionarios Uma historia de la Iglesia Católica y el poder político em el Rio de la Plata: 1767-1852. Ed Capital Federal, Artnovela, 2007.

SANTOS, Julio Ricardo Quevedo. Missões: reflexões e questionamentos. Santa Maria: Editora Gráfica Caxias, 2016.

NEUMANN, Eduardo. Letra de Índios. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai. - São Bernardo do Campo : Nhanduti Editora, 2015.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. RODRIGUES, L. F. M. MARTINS, M^a. Cristina Bohn. Enlaçar mundos: três jesuítas e suas trajetórias no Novo Mundo. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

KERN, Arno Alvarez. Missões : Uma utopia possível. 2.ed - Porto Alegre : EDUPUC, 2015.

Archivo General de Simancas (Vlladoli), Secretaria de Estado. Legajo 7426: doc 19.

Archivo General de Simancas (Vlladoli), Secretaria de Estado. Legajo - E 7377

REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA, NACIONALIDADE E IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO SUL DO BRASIL (1824-1938)

Carlos Eduardo Piassini ¹

João Vitor Sausen ²

Resumo: O presente trabalho, vinculado ao projeto guarda-chuva “América Platina: processos históricos de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e século XX, bem como as relações em um mundo global”, sob orientação da Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin, tem por objetivo geral trazer reflexões sobre consequências das definições de cidadania e nacionalidade presentes nas Constituições brasileiras promulgadas entre 1824 e 1937 para os imigrantes alemães estabelecidos no Sul do Brasil. O recorte temporal diz respeito as Constituições brasileiras promulgadas nos anos referidos: a primeira carta constitucional do Brasil em 1824 e a legislação que tratava de definir a nacionalidade brasileira em 1938. O período considerado contou, ainda, com as Constituições de 1891, 1934 e 1937.

Atualmente, afirma Jayme Pinsky (2018), pode-se considerar que ser cidadão é ter direitos civis (direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei), direitos

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade”; Membro do Grupo de Pesquisa/CNPq “História Platina: Sociedade, Poder e Instituições”; Bolsista CAPES/DS; e-mail cepiassini@gmail.com.

² Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Membro do Grupo de Pesquisa/CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; Bolsista Probiic/Fapergs no projeto “América Platina”: processos histórico de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global”, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Medianeira Padoin; e-mail: sausenjoaovitor@gmail.com.

políticos (votar e ser votado) e direitos sociais (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila, etc.). Essas três dimensões, entretanto, nem sempre estiveram fortemente conectadas e igualmente distribuídas. Segundo José Murilo de Carvalho (2001)³, no começo do séc. XIX, havia a primazia dos direitos civis. Os direitos políticos eram reservados apenas a determinados grupos sociais que atendessem a critérios específicos, sobretudo censitários. Os direitos sociais, por sua vez, sequer estavam no horizonte imediato da cidadania, uma vez que seriam conquistados ao longo do séc. XX. O contínuo processo de construção da cidadania, aproximou e conectou tais dimensões.

Fernando Arlettaz (2019), ao analisar as concepções de nação ao longo do século XIX e XX, presentes nas legislações argentinas que definiam e definem o “ser nacional”, comenta a relação entre cidadania e nacionalidade. Para o autor, a cidadania é o vínculo estabelecido entre o Estado e o indivíduo, definindo aqueles que a ele pertencem. Assim, possuir a cidadania acarretaria em uma relação de pertencimento ao Estado-nação e, conseqüentemente, o cidadão seria representado a partir dessa entidade política, e poderia exercer direitos políticos nela. Por sua vez, a nacionalidade envolve um vínculo de nascimento com o Estado-nação e serviria de requisito para o indivíduo ter a cidadania de determinado país. Ou seja, a condição de cidadão é consequência do “ser nacional”.

Em alguns casos, como no Brasil, essas noções se entrelaçam e terminam por ter um só significado. Como explica Gertz (1994), “na tradição brasileira, a cidadania é pensada basicamente como uma questão ligada ao território, o que no jargão jurídico é denominado *jus soli*, isto é, brasileiro é todo aquele que nasce em solo brasileiro” (p. 30).⁴ Desta maneira,

Nacionalidade, brasilidade, Estado e cidadania confundem-se num conceito híbrido em que um determinado substrato étnico-cultural entra em associação ou em parceria indissolúvel com a cidadania, da qual resulta, como produto final, o nacionalismo brasileiro (...) nacionalismo para o luso-brasileiro supõe, em primeiro lugar, compromisso político com o Estado brasileiro (RAMBO, 1994, p. 49).

³ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴ GERTZ, René E. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 29-40.

Assim, para o caso brasileiro, a nacionalidade e o exercício de vínculos políticos estariam, na atualidade, inseridos na noção de cidadania. Todavia, esta é uma situação contemporânea, e fruto de transformações ao longo da história, as quais podem ser percebidas a partir das Constituições e legislações que trataram da nacionalidade e da cidadania. Neste sentido, apesar de o Estado brasileiro ter tido até o presente momento (2019), sete Cartas Magnas, nos deteremos apenas no período compreendido entre 1824 e 1938, para podermos realizar uma apresentação sintética das transformações conceituais.

Com base nestes apontamentos, a Constituição imperial de 1824, fortemente influenciada pelo projeto constitucional de 1823 e pelas ideias liberais propagadas no século XIX, definiu, pela primeira vez, quem seriam os brasileiros e, dentre eles, os cidadãos do país recém independente. Em seu Título II, “Do Território do Império do Brasil”, Capítulo I, “Dos membros da Sociedade do Império do Brasil”, definia que seriam brasileiros: 1) os homens livres habitantes no Brasil e nele nascidos; 2) os Portugueses residentes no Brasil antes de 12 de outubro de 1822; 3) os filhos de pais brasileiros nascidos em países estrangeiros que viessem a estabelecer domicílio no Império; 4) os filhos de pai brasileiro que estivesse em país estrangeiro em serviço da nação, embora não viessem estabelecer domicílio no Império; 5) os filhos ilegítimos de mãe brasileira que, tendo nascido em país estrangeiro, viessem estabelecer domicílio no Império; 6) os escravos que obtivessem Carta de Alforria; 7) os filhos de estrangeiros nascidos no Império, contanto que seus pais não estivessem em serviço de suas respectivas nações; 8) os estrangeiros naturalizados, qualquer que fosse sua religião. Percebe-se, pois, que os escravos não foram incluídos no conjunto dos brasileiros. Apenas os alforriados poderiam obter essa condição. Aliás, definia-se quem seriam os brasileiros, e não os cidadãos do Império. Desse modo, por exemplo, os indígenas, apesar de terem sido considerados brasileiros, não receberam o *status* de cidadãos. Os portugueses residentes no Brasil antes de 12 de outubro de 1822,⁵ por sua vez, foram considerados brasileiros e cidadãos (MARTINS, 2008). A cidadania, naquele contexto, dizia respeito aos direitos civis.

Os discursos de alguns deputados nos debates da Constituinte de 1823 revelam um sentimento de aversão ao elemento lusitano presente no Brasil. O momento descortinou tensões

⁵ A data escolhida marcou a aclamação de d. Pedro I como Imperador e defensor perpétuo do Brasil (MARTINS, 2008)

próprias do estabelecimento de um novo grupo no poder, ainda que constituído por integrantes que já antes lá estavam. De acordo com Caio Prado Jr. (1933), esse sentimento antilusitano, deu-se, sobretudo, como reação a possível recolonização portuguesa face a recente e ainda frágil separação política. Para tanto, contribuiu a movimentação de tropas lusas em algumas províncias brasileiras.⁶ Como explica Vieira (2006),⁷ a disputa pelo poder envolveu projetos socioeconômicos e a acirrada concorrência pelos empregos públicos, especialmente os cargos eletivos. Ao mesmo tempo, havia um clima de efervescência política envolvendo o ideário da ilustração, do liberalismo e do constitucionalismo. Assim, a definição de quem seriam os brasileiros se deu sob forte influência da aversão aos portugueses, enquanto que a cidadania foi forjada de acordo com o modelo liberal do séc. XIX.

Esses aspectos foram mantidos na Constituição de 1824. Segundo Caio Prado Júnior (1933), a oposição entre brasileiros e portugueses resultou em uma série de “[...] restrições aos estrangeiros: naturalização limitada, incompatibilidade dos naturalizados para os cargos de representação nacional” (p. 55). De qualquer modo, a Constituição de 1824 estabeleceu a possibilidade de naturalização aos estrangeiros, independentemente de sua religião, e indicou que o modo como ela seria obtida teria de aguardar Lei própria, a qual foi regulamentada apenas em 1832. Os imigrantes alemães estabelecidos no Sul do Brasil acabaram prejudicados.

Somente a naturalização dava direitos políticos aos estrangeiros. Todavia, esses direitos não eram plenos, pois ficava vedado aos naturalizados ocupar os cargos de deputado provincial e geral, de senador e de ministro do Império. A atuação política eleitoral estava limitada aos cargos do poder local, como o de vereador e juiz de paz, além da possibilidade de atuar como votantes, eleitores e membros das mesas de qualificação. Isso, claro, caso o estrangeiro naturalizado obedecesse a certos critérios, sobretudo censitários. A obtenção da cidadania brasileira, por sua vez, também contava com exigências, que foram amenizadas ao longo do séc. XIX. Portanto, durante o período Imperial brasileiro (1822-1889), os imigrantes alemães

⁶ Houve conflitos nas Províncias da Bahia, Pará, Maranhão e na Cisplatina por conta de divergências entre grupos que aderiram à independência do Brasil e grupos que, por outro lado, defendiam a continuidade da ligação com Portugal (PRADO JR., 1933).

⁷ VIEIRA, Martha Victor. Antilusitanismo, naturalização e disputas pelo poder no Primeiro Reinado. **MÉTIS: história & cultura**, Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v. 5, n. 10, p. 87-99, jul./dez. 2006.

estabelecidos no Sul do Brasil eram estrangeiros que poderiam obter o status de cidadãos e de brasileiros através do processo de naturalização, difícil e moroso.

Com relação as primeiras décadas da República, a Constituição federal de 1891, primeira do período republicano, estabelecia, no artigo 69, que eram cidadãos brasileiros todos “1º Os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação”, em um nítido sinal de vínculo de nascimento ao território; “2º Os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, si estabelecerem domicilio na República”, ainda em relação ao território, mas prevalecendo o vínculo sanguíneo com um cidadão ou cidadã, o mesmo valendo para o parágrafo seguinte “3º Os filhos de pai brasileiro, que estiver noutro país ao serviço da Republica, embora nela não venham domiciliar-se”; os seguintes parágrafos definiam meios de naturalização de estrangeiros:

(...) 4º os estrangeiros, que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;

5º os estrangeiros, que possuírem bens imóveis no Brasil, e forem casados com brasileiras ou tiverem filhos brasileiros, contanto que residam no Brasil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;

6º os estrangeiros por outro modo naturalizados. (...) (BALEEIRO, 2012[1891], p. 80)⁸.

Apesar de os últimos artigos não representarem mais do que meras formalizações, o primeiro dos itens trouxe grandes mudanças à questão da inserção de estrangeiros na nacionalidade brasileira. Neste sentido, foi promulgado um meio de naturalização extensivo, como o é o artigo 4º, cuja finalidade era de conceder a nacionalidade brasileira à todos os estrangeiros que tivessem interesse e residissem em território brasileiro no dia do golpe de estado que findou com a monarquia. Além disso, neste documento foram diferenciados a nacionalidade e o exercício político, apesar de que o segundo dependia do primeiro.

Desta maneira, poderiam alcançar a nacionalidade brasileira grupos que antes não o faziam, sem a necessidade de demonstrar interesse por fazê-lo. A partir de então, o aparato constitucional de 1891 foi mantido até 1934, ano em que uma nova Carta Magna fora promulgada. Na Constituição em questão, foi definido que tinham nacionalidade brasileira:

⁸ BALEEIRO, Aliomar. **Constituição de 1891**. 3ª ed.. Brasília: Senado Federal, 2012.

a) os nascidos no Brasil; b) os filhos de brasileiro, ou brasileira, nascidos fora do Brasil, se nele estabelecerem domicílio; c) os filhos de brasileiro, ou brasileira, noutro país a serviço do Brasil, embora neste não venham domiciliar-se; d) os estrangeiros que, achando-se no Brasil a 15 de novembro de 1889, não declararam, seis meses depois de ter entrado em vigor a Constituição de 1891, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; e) os estrangeiros por outro modo naturalizados (POLETTI, 2012[1934], p. 79-80)⁹.

Neste sentido, a ideia de nacionalidade brasileira esteve diretamente relacionada ao vínculo de solo (*jus soli*), ou um vínculo próximo à nacionais. Outro ponto importante é o de que o aparato de nacionalização extensivo da carta anterior foi mantido. A Constituição de 1934 trouxe uma distinção entre a nacionalidade e a cidadania, pois vinculava esta ao exercício político. Tal ponto é confirmado quando observada uma das condições de perda da cidadania, que era deixar ter a nacionalidade brasileira.

A Carta seguinte, instaurada após o golpe de estado de 1937, manteve a definição da constituição anterior de quem seria brasileiro, ponto que deu seguimento à nacionalidade brasileira enquanto vínculo político, de nascimento ou função¹⁰. Suas atribuições foram, no entanto, complementadas pelo Decreto nº 389, de 25 de abril de 1938¹¹, que definiu condições para a naturalização: já ter dez anos de residência contínua no Brasil; conhecer a língua portuguesa; capacidade financeira para garantir o próprio sustento e de sua família; boa conduta moral e cívica; não ter cometido determinados crimes e nem estar processado ou pronunciado; e não professar ideologias contrárias às instituições políticas e sociais vigentes no Brasil (BRASIL, 1938).

A partir do Estado Novo, tanto com a Constituição de 1937, quanto com a legislação de 1938, a vinculação política tornou-se um aspecto essencial para a nacionalidade e a cidadania. Ser de uma visão política dissonante das aceitas pelo governo era suficiente para não alcançar ou perder a nacionalidade brasileira, e desta maneira a cidadania, consequência daquela. Todavia, até este período, o aparato constitucional constituiu tanto a nacionalidade como mais

⁹ POLETTI, Ronaldo. **Constituição de 1934**. 3ª ed.. Brasília: Senado Federal, 2012.

¹⁰ PORTO, Walter Costa. **Constituição de 1937**. 3ª ed.. Brasília: Senado Federal, 2012.

¹¹ BRASIL. Decreto-Lei Nº 389, de 25 de abril de 1938. Regula a nacionalidade brasileira. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 1938. Seção 1, s/p.. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

acessível à grupos que ingressaram no território brasileiro, como a imensa leva de imigrantes que adentrou o país a partir da segunda metade do século XIX e especialmente a partir da primeira metade do século XX.

Esse panorama fez com que os imigrantes alemães estabelecidos no Sul do Brasil ao longo do séc. XIX e das primeiras décadas do séc. XX, encontrassem diferentes condições de acesso à cidadania. Do mesmo modo, a questão da nacionalidade conheceu diferentes formas durante o passar do tempo. Aos que não nasceram em solo brasileiro, gradualmente foram oferecidas formas de inserção na “nação brasileira”, bem como de acesso à direitos políticos. Entretanto, o momento ditatorial do Estado Novo (1937-1945), ao caçar partidos e proibir novas eleições freou este processo, e grande parte dos grupos de imigrantes e seus descendentes que alcançaram direitos políticos acabaram tendo os mesmos abreviados.

Palavras-chave: Cidadania; Nacionalidade; Imigração Alemã.

REFERÊNCIAS

ARLETTAZ, Fernando. La construcción de una idea de nación en la legislación argentina sobre nacionalidad. In: TEDESCHI, Sonia Rosa; PRESSEL, Griselda. **Historia, regiones y fronteras: cruces teórico-metodológicos, experiencias de investigación y estudios de caso.** Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2019, p. 373-389.

MARTINS, Eduardo. **A Assembleia Constituinte de 1823 e sua posição em relação à construção da cidadania no Brasil.** 2008. 201 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Cara Bassanezi (Org.). **História da Cidadania.** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império.** 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1933.

RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalidade e Cidadania. In: MAUCH, Cláudia. VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil.** Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 43-53.

O VALE DO TAQUARI EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: SÍNTESE DAS CONFIGURAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS

Gabriela Schmitt ¹

Luís Augusto Ebling Farinatti ²

Resumo: O presente trabalho é resultado parcial de levantamentos de dados que comporão um estudo posterior, possuindo caráter investigativo, mas sem pretensões de encerrar as possibilidades de pesquisa sobre as dinâmicas associadas ao recorte escolhido e as características holísticas desses processos. Nesse sentido, objetivou-se perceber as configurações do Vale do Taquari sob a ótica das divisões político-administrativas, considerando algumas questões relativas às ditas divisões, historicamente. Para tanto, serão realizadas breves sínteses baseadas em documentos/dados extraídos dos estudos da Fundação de Economia e Estatística (FEE), do documento “Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul (1809-2018)”, além das contribuições obtidas através de referências bibliográficas.

A região denominada Vale do Taquari, também entendida como um dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), instituídos pela lei estadual nº 10.283 de 1994³, localiza-se na região central do Rio Grande do Sul (quadrante nordeste), possuindo 4.826,4 km² (2015) de área e 364.180 habitantes (2017), segundo dados da FEE⁴. Como o nome indica, o rio Taquari e seus afluentes são alguns dos principais elementos que inter-relacionam os municípios enquanto região e caracterizam o espaço geográfico e político-administrativo.

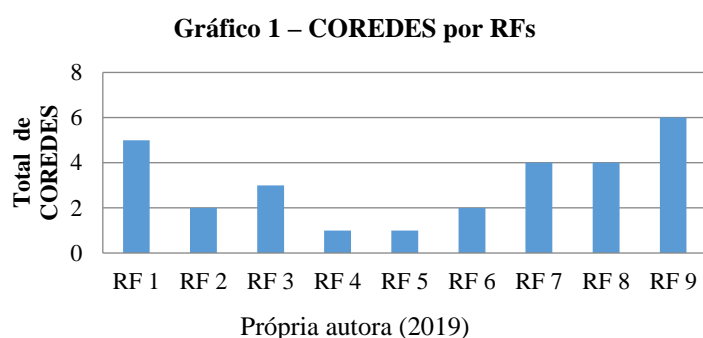
¹ Graduanda do curso de História-Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é bolsista do Programa de Residência Pedagógica (CAPES). Integra o grupo de pesquisa História Social do Século XIX e o Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição. E-mail: schmitt.gabriela@hotmail.com.

² Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris, França. Possui mestrado em História do Brasil pela PUCRS e graduações em História e em Direito pela UFSM. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq "Sociedade e hierarquias no Brasil Meridional (1750-1930)". E-mail: lafarinatti@gmail.com .

³ Apresentação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes/>>. Acesso em: 31. Mai. 2019.

⁴ Perfil socioeconômico RS-COREDES. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

Para o ano de 2013, dados da FEE indicam um total de 497 municípios no estado subdivididos em 28 COREDES⁵. O Estudo RUMOS 2015, baseado em critérios econômicos, ambientais, sociais, de trabalho, transporte, urbanidade, saúde, educação superior, entre outros⁶, para fins de planejamento (como o Plano Plurianual-PPA e o Orçamento do Estado-LOA) regionaliza os COREDES em nove Regiões Funcionais de Planejamento - RFs. Partindo desses pressupostos e cruzando os já mencionados dados disponibilizados pela FEE, percebe-se que as nove RFs são compostas por diferentes números de COREDES. O gráfico abaixo traz um panorama sobre quantas COREDES compõe cada RF:

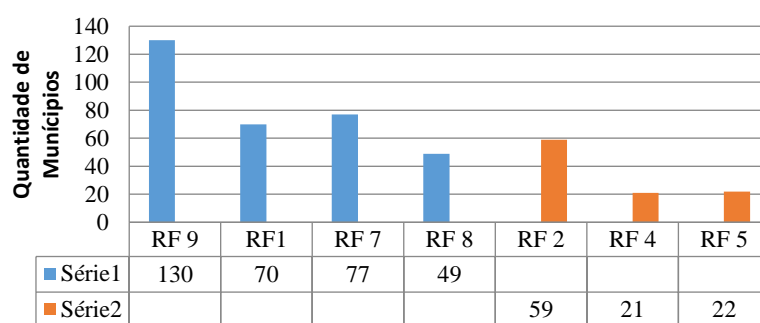


Observa-se que as RFs que possuem maior concentração de COREDES são, respectivamente as RFs 9, 1, 7 e 8, já as que possuem menor número de COREDES são as RFs 2, 4 e 5. Nesse sentido, é interessante visualizar quantos municípios compõe as áreas de maior e menor concentração de COREDES por RFs, conforme o Gráfico 2. Neste, visualiza-se que a RF 2, apesar de concentrar somente duas COREDES, possui uma significativa presença de divisões municipais, tendo em vista que, ultrapassa a RF 8, que possui o dobro de COREDES, aproxima-se da RF 1 que possui cinco COREDES, e alcança quase a metade do total que compõe a RF 9, que possui a maior soma de COREDES, seis.

Gráfico 2 – Municípios por RFs segundo as maiores e menores concentrações de COREDES

⁵ Dados extraídos do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Evolução Administrativa – 1809 a 2013. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

⁶ Dados extraídos do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Regiões Funcionais de Planejamento. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento>>. Acesso em: 01 jun. 2019.



Própria autora (2019)

Conclui-se que, apesar da significativa diferença nos totais relativos à concentração de COREDES por RFs, a RF 2 desponta com uma grande quantidade de subdivisões político-administrativas, em comparação ao restante do estado. Integram a RF 2 as COREDES do Vale do Taquari e do Vale do Rio Pardo, que juntas somam 59 municípios. Entretanto, de maneira específica temos que, a COREDE do Vale do Rio Pardo possui 23 municípios, ao passo que a COREDE do Vale do Taquari engloba a maior quantidade de municípios por COREDE do estado, 36.

Em perspectiva histórica, sabe-se que a Real Resolução de 1809 iniciou o estabelecimento das divisões municipais na Capitania de São Pedro, fator efetivado pela Provisão Real de 07 de outubro, que definia as autoridades nomeadas para cada vila. A partir desse momento, as povoações com certo contingente populacional passaram a ser conceituadas como vilas⁷, com câmaras municipais e subdivisões chamadas de freguesias. Contudo, ressalta-se que esses procedimentos tinham caráter oficial e abarcavam as então povoações de Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha, em um dos primeiros esforços de dividir jurídico e administrativamente a Capitania. Destaca-se, contudo, que diferentes núcleos de povoamento existiam, ainda que fora do viés oficial.

Compunham os contemplados com as primeiras sesmarias na região do Vale do Taquari em 1754 o Capitão Francisco Corrêa Sarafana, o Tenente Francisco da Silva (morador de Viamão que tinha posse das terras em que se arranchariam casais imigrantes que ocuparam o território em 1760) e Luiz Vicente Pacheco de Miranda⁸. Com isso, a vila de São José do

⁷ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/RS, 2018.

⁸ PIRES, 2016, p.26 apud FARIAS, 2012.

Taquari teria sido fundada na década de 1760⁹, devido, principalmente, às articulações fluviais estabelecidas com os centros demográficos da Depressão Central, possuindo estreitas relações com Santo Amaro, fundada na margem oposta (direita) do Rio Taquari. CHRISTILLINO (2004, p.27) acrescenta sobre as fundações de ambas as povoações que “foram propiciadas pela política do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, em ocupar a bacia do rio Jacuí, concedendo sesmarias de terras ainda na década de 1750 ao Capitão Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme no Vale do Taquari”. A região foi também importante no contexto das invasões Platinas, sendo utilizada estrategicamente para atingir a Vila de Rio Pardo, o que teria alertado para a necessidade de ocupação e disputa por esses territórios.

A região inseria-se então, politicamente, no município de Viamão e posteriormente, Porto Alegre, ganhando relevância graças às alianças com a elite da Província. Segundo o documento “Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul (1809-2018)”¹⁰, ao passo que, inicialmente as regiões de campos foram ocupadas por luso-brasileiros, com baixa densidade populacional e poucas subdivisões municipais, em 1824, com a chegada dos imigrantes, surge um novo padrão de povoamento, agora nas áreas florestais, caracterizados pela formação de muitos núcleos populacionais. Contudo, ressalta-se que, ao contrário do que assinalam as versões oficiais¹¹, “O Vale do Taquari, no início da década de 1850 estava amplamente povoado, especialmente por lavradores nacionais” (CHRISTILLINO, 2004, p.14), além disso:

⁹ Aqui ocorrem algumas divergências conceituais com relação à caracterização nos recortes regionais escolhidos. Na dissertação de PIRES, 2016, p.23 apud COSTA e SILVA (1972), aponta-se a presença anterior à 1760 de habitantes na localidade, já que “o bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio do Desterro, concedeu a esses moradores o privilégio de construir uma Capela Curada, em outras palavras, seria o reconhecimento por parte da Igreja do local e suas potencialidades.” Continua destacando que “A nova **freguesia** (grifo nosso) de São José do Taquari, construída em 13 de maio de 1765, ficou subordinada à Vara do Senhor Bom Jesus do Triunfo até ser elevada à paróquia autônoma e à categoria de matriz.” Já CHRISTILLINO, 2004, p. 25 ao estudar o processo de apropriações de terras no Vale do Taquari entre 1840 e 1889 assinala que “A **Vila** (grifo nosso) de Taquari, fundada na década de 1760, esteve influenciada pela “relação entre vias fluviais e os centros demográficos na Depressão Central”, assim como Triunfo, São Jerônimo, Cachoeira, Rio Pardo e a **Freguesia** de Santo Amaro (...)”. Já em outro trecho, coloca para os anos posteriores à 1760 que “A então **Freguesia** (grifo nosso) de São José do Taquari tinha sua **vila** (grifo nosso) estabelecida numa pequena elevação junto à margem do Rio (...) as montanhas e os pântanos os separavam da **Freguesia** (grifo nosso) de Triunfo. Nessa **vila** (grifo nosso) também foi fundado um quartel, pois sua localização permitia o controle da navegação sobre o Rio Taquari.

¹⁰ GENEALOGIA DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL (1809-2018), 2018, p. 12-13 apud LA SALVIA, F; MARODIN, E. F. 1976.

¹¹ Versões refutadas por CHRISTILLINO relativas à noção da ocupação por apenas “alguns intrusos luso-brasileiros” (WAIBEL, Leo. *Capítulo de geografia tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Superintendência

“Em 1849 foi emancipado o Município de Taquari, incorporando toda região do Vale de mesmo nome, tendo Santo Amaro como distrito. Em 1876 foi emancipado o Município de Estrela, incorporando o Alto Taquari, que neste momento contava com grande número de colônias imigrantes. O mesmo ocorreu com Santo Amaro em 1882.” (CHRISTILLINO, 2004, p.30)

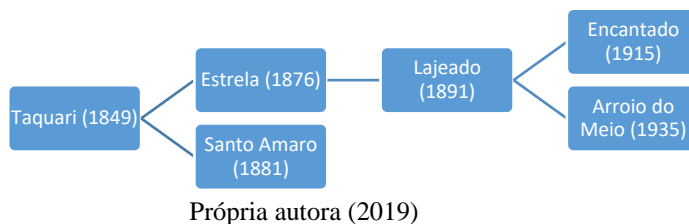
Dessa maneira, têm-se que em quatro de agosto de 1849 o município de Taquari, na época correspondente aos atuais municípios de Guaporé, Estrela, Lajeado, Venâncio Aires (A parte que cabia à Santo Amaro, atual General Câmara) Santa Cruz do Sul (A parte que cabia à Monte Alverne, distrito de Santa Cruz do Sul em 1877) e a Vila de Santo Amaro (Na atual General Câmara), entre outros, desmembrou-se da Vara do Senhor Bom Jesus do Triunfo. Já em 1866, a colônia de Monte Alverne foi transferida da freguesia de Santo Amaro para a freguesia de Santa Cruz, em Rio Pardo. E, como supracitado, Estrela e Santo Amaro emanciparam-se de Taquari, respectivamente em 1876 e 1882. Fragmentava-se, assim, a vila de São José do Taquari, que fora fundada quando apenas outras seis compunham a Capitania de São Pedro¹².

A ocupação desses territórios, bem como, as fundações de vilas e cidades que se intensificaram paulatinamente em fins do século XVII, perpassaram o século XVIII e alcançaram o século XIX, inserem-se em uma gama de pretensões e problemáticas, desde o controle da vida colonial e a soberania sobre os territórios, até a exploração do trabalho escravizado e as apropriações de terras. Considerando essas informações, segue um pequeno esquema que privilegia as mais antigas subdivisões político-administrativas do que hoje se entende como Vale do Taquari.

de Recursos Naturais e Meio Ambiente, 1979, p.234) e de “selva” habitada apenas por alguns “magnatas”(SCHIERHOLT, José Alfredo. *A história inicia com gosto de aventura*. In: Jornal O informativo do Vale, Lajeado, 20/06/1991).

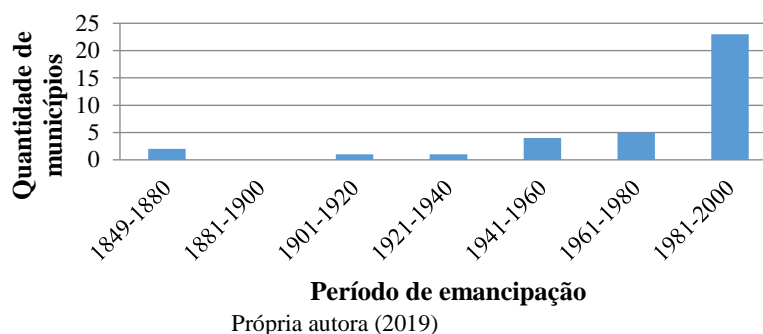
¹² Respectivamente: São Pedro de Rio Grande (1736), Nossa Senhora da Conceição de Viamão (1747), Senhor Bom Jesus do Triunfo (1754), Santo Ângelo do Rio Pardo (1762), Santo Antônio da Patrulha (1763) e Nossa Senhora da Conceição do Estreito (1765). PIRES, 2016, p.26 apud COSTA e SILVA, 1972.

Hierarquia horizontal – Hierarquia dos Municípios do Vale do Taquari (1849-1935)



Como é possível observar, no período elencado existe certa estabilidade relativa às emancipações, o contrário do que se percebe nos períodos subsequentes:

Gráfico 3 – Emancipações municipais no Vale do Taquari



Assim sendo, o Vale do Taquari apresenta uma dinâmica acentuada de emancipações no século XX, especialmente após a Constituição Federal de 1946, que concedeu alguma autonomia e força aos movimentos municipalistas. Entretanto, a ditadura militar e suas pretensões de centralização administrativa enfraqueceram a formação de novas divisões estaduais ou municipais, esse vácuo estendeu-se do ano de 1966 até o ano de 1981. Coincidentemente, após o período de Redemocratização, o primeiro município a ser emancipado no Rio Grande do Sul foi Teutônia, oriundo de Estrela. Após a Constituição de 1988 as incorporações, fusões e desmembramentos tornaram-se responsabilidade dos governos estaduais, o que abre um leque de possibilidades para se pensar as estruturas que moldaram a ampliação dessas configurações.

Dadas as devidas mensurações, ressalta-se que, mais que buscar “origens” a *tentativa* que se apresentou é de melhor compreender e desnaturalizar divisões que, como demonstrado, estão em constantes disputas e transformações, para, com isso, tornar o conhecimento

manejável. Para tanto, se faz necessário um retorno ao nosso entorno, e, necessariamente aos vestígios do passado que nos conformam, para que ocorra efetiva desestabilização da segurança que os padrões trazem em relação ao futuro na História.

Palavras-chave: Vale do Taquari; Rio Grande do Sul; Municípios.

REFERÊNCIAS

CHRISTILLINO, Cristiano L. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. 2004. 374 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

FARINATTI, L. A. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, v. 15, p. 57-72, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7958>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

FELIZARDO, J. N. (org). **Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, (s.d.)

PIRES, Karen D. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – Final do século XIX**. 2016. 182 p. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/RS, 2018.

TOMIO, F. R. L.. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 17, n. 48, p. 61-89, fev. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100006>. Acesso em: 23 jun. 2019.

APONTAMENTOS INICIAIS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA E A ESPACIALIDADE EM ZONAS FRONTEIRIÇAS.

João Davi Oliveira Minuzzi¹
Eunice Sueli Nodari²

Resumo: Neste trabalho buscaremos levantar discussões teóricas iniciais sobre a importância e a influência que questões ambientais e espaciais tem em zonas de fronteira. Para isso partiremos de bases da história ambiental tentando tornar o nosso entendimento do passado mais complexo e mais múltiplo, fugindo de possíveis determinismos geográficos, que comumente flertam com o tema, e de uma visão antropocêntrica da História.

Por que devemos adicionar os fatores ambientais e espaciais para compreendermos zonas de fronteira? É pensando holisticamente nas características ambientais de uma região que podemos adicionar elementos em determinado cenário, acrescentando mais profundidade a ele. Fazer este exercício é considerar o papel dos múltiplos agentes que estão interagindo e modificando as experiências uns dos outros. Sendo que estes não seriam apenas humanos, mas elementos da fauna, da flora e mesmo uma miríade de coisas que estão presentes em determinado local.

Verificar estes múltiplos agentes faz com que o ambiente seja muito mais que um plano de fundo branco que nada interfere e que não interage com as decisões políticas, trocas econômicas e relações sociais humanas. Os animais, as plantas, as distâncias, as paisagens, os biomas, o clima, os objetos e outros tantos elementos que podem ser pensados exerceram influência, em diferentes graus, nas pessoas, em seus costumes, em suas decisões, em seus sonhos, em seus planos, na sua organização e nas suas relações sociais, em seus gostos, no seu cotidiano. Neste sentido também vale ressaltar que tanto a presença quanto a ausência de determinados elementos podem afetar as dinâmicas em determinada espacialidade.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do grupo de pesquisa do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA-UFSC). E-mail para contato: jdminuzzi@gmail.com

² Orientadora. Pós-Doutora pela Universidade de Stanford e Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA-UFSC). E-mail para contato: eunice.nodari@gmail.com

Na pesquisa histórica a incorporação destes elementos não é um movimento recente, mas nas últimas décadas tem tomado força, seja através de uma virada espacial, de estudos da história ambiental, da *spatial history*, da história global, de estudos decoloniais ou de outros trabalhos interdisciplinares e com influência até mesmo da Escola dos Annales. Pensar a agência da natureza e das coisas é algo que foi comumente ignorado ou pouco valorizado por boa parte da historiografia, que centrou suas atenções para as relações humano-humano nas esferas sociais, políticas e econômicas, especialmente. Novos rumos de pesquisa têm sido explorados como podemos verificar nos trabalhos de Olsen (2003), de Gumbrecht (2009), de White (2010), de Jerram (2013), de Koselleck (2014) e tantos outros. Os estudos históricos podem e devem ter mais de um protagonista, precisamos de uma “brigada inteira de atores: pratos, garfos, lápides, humanos, pilhas de lixo, penicos, livros de leis, instrumentos musicais, etc., agindo juntos em uma teia relacional”³ (OLSEN, 2003, p.99).

Como já mencionado, pretendemos trabalhar aqui alguns levantamentos mais teóricos e refletir um pouco sobre o papel da natureza e da espacialidade para a compreensão do passado, especialmente para regiões fronteiriças que possuem dinâmicas muito especiais e únicas.

Não conseguiremos neste artigo dar conta de um debate historiográfico tão denso, extenso e com frentes bastantes dispare, mas para visualizarmos um contexto rápido e geral sobre as direções historiográficas que foram tomadas nos últimos anos partiremos da influência do pensamento de Gumbrecht (2009) sobre Cultura de Presença. O autor destaca que seria na Cultura de Presença onde haveria a integração entre corpo e espírito. Onde os seres humanos consideram-se como parte do mundo dos objetos/coisas ao invés de estarem ontologicamente separados destes. Esta visão entra em forte contraposição a uma Cultura de Sentido, onde um humano atribuiria significado as coisas do mundo estando deslocado deste. A Cultura de Presença “não nos impõe a obrigação e a expectativa constantes de que devemos transformar o mundo por meio de nossas ações, ..., nos assinala um lugar dentro de uma cosmologia estável. (GUMBRECHT, 2009, p.17). A dicotomia entre Cultura de Sentido e Cultura de Presença levantada pelo autor é apenas um exemplo do contraste de ideias entre uma historiografia dominante no século XX e outra que busca contrapor-se pensando em outros elementos. A

³ No original: “whole brigade of actors: plates, forks, gravestones, humans, garbage pits, chamber pots, law books, musical instruments, etc., acting together in a relational web”.

primeira faria parte da virada linguística enquanto a segunda seria parte de uma virada espacial/ontológica.

A virada linguística “levou ao desinteresse pela ontologia, os problemas apresentados na seara das ciências humanas e, particularmente, da história foram reduzidos a problemas de linguagem, de sintaxe, de enunciados, de episteme” (ARMANI, 2015, p.89), em um contexto histórico onde estes campos de estudo buscavam firmar-se como Ciência. Em contraposição recente surge de forma não unificada uma virada ontológica ou virada espacial, apontada por diversos autores utilizados neste artigo como uma contraposição a forma de se ver a relação do humano com o mundo. De forma geral esta virada espacial, ou virada ontológica, estaria demarcada a partir de três características mais comuns: “uma hostilidade ao antropocentrismo kantiano, a convicção da necessidade de um retorno aos objetos e às coisas em si mesmas e, por fim, a necessidade de se desenvolver novos modos (e desafios) de pensar” (ARMANI, 2015, p.82).

Foi a partir desta nova perspectiva que tanto as questões espaciais quanto as ambientais começaram a serem incorporadas de forma mais intensa nas Ciências Humanas, combinando com um contexto social que clamava por atenção as questões ambientais a partir da visão ecológica que ganhar força em contexto mundial a partir da década de 1960. Este cenário possibilitou a proliferação de estudos que utilizassem mapas e recursos tecnológicos; que pensasse a influência das distâncias e da relação tempo-espaço modificando a percepção ao longo dos anos; o papel que os objetos têm no cotidiano de nossas vidas atribuindo muito mais que utilidade e valor, mas a sua própria materialidade; e até mesmo estudos que voltassem sua atenção para a relação presença-ausência.

Porém toda a potencialidade desses temas ainda não tem sido explorada, especialmente quando se trata de espaços fronteiros. A própria delimitação de uma fronteira é um marco espacial importante para toda a vida humana ou não humana de determinada localidade. A fronteira irá reconfigurar a sociedade e a cultura local, além de afetar a vida desde os âmbitos econômicos e diplomáticos mais globais até o cotidiano das pessoas que ali vivem. Uma zona de fronteira não se restringe apenas a poucos quilômetros de sua delimitação, mas pode ser culturalmente entendida em uma área de influência muito maior.

O que mais nos remete fronteira é o conflito, isto decorre de uma herança cultural, mas também historiográfica, onde o modelo de fronteira dos Estados Unidos de Frederik Turner (1987) prevaleceu por muitos anos. A demarcação de quem é você e quem é o outro, de quem faz parte do seu grupo e aqueles que são exógenos a ele. Por isto, a princípio, uma zona de fronteira cria uma tensão, mas há casos em que um sentimento de pertencimento e integração ganha força. A grande parte das fronteiras ficam em zonas periféricas guardando o centro administrativo de possíveis invasões e interferências externas – não é uma regra, mas é o mais comum. Por sua posição periférica muitas destas zonas de fronteiras acabam estando espacialmente mais próximas de seus vizinhos do que do centro do poder de sua própria nação.

Dois aspectos importantes de se pensar espacialidade na fronteira são: aproximação e movimento. Primeiro temos a aproximação, a fronteira estabelece um limite entre dois povos e como demonstrado acima esta aproximação pode ser conflituosa, ter um sentido de integração ou até mesmo ser um misto destas. A fronteira entre Israel e Palestina é motivo de tensão e conflito por décadas, a fronteira entre México e Estados Unidos é vista como oportunidade por alguns e por outros como perigo, as fronteiras dos países da União Europeia estavam tendo um sentido bem forte de integração até a crise migratória recente colocar tudo em cheque. As fronteiras que o Império Português tinha nos séculos XV-XIX tornava o país mais próximo da Índia, da China e da América do Sul do que da região dos Balcãs, apesar desta ser geograficamente mais próxima do território português original. Assim, o espaço pode ganhar novos sentidos frente a aproximação que as fronteiras tensionam.

O segundo ponto é o movimento, Richard White (2010) aponta que toda experiência espacial passará por algum tipo de movimento, seja de bens e produtos, seja de movimento livre de animais ou ideias e informações. Se uma fronteira é extremamente conflituosa, vigiada e fechada, como a fronteira atual entre as Coreias, ela exerce sobre as sociedades de ambos os lados um corte de ligação cultural, mas que não impede totalmente movimentos. As doenças e pragas agrícolas continuarão a se movimentar, as pessoas provavelmente tentarão passar ilegalmente para o outro lado em algum momento ou mesmo buscar passar notícias e produtos contrabandeados de um lado ao outro, criando novas dinâmicas.

A fronteira se constitui por si mesma como uma característica espacial com alto teor de influência, por mais que se trate de uma convenção e ela não possua materialidade. Quando

estabelecida em certa espacialidade pode afetar diversos fatores na sociedade, podemos pensar na Bolívia que perdeu o seu acesso ao mar e teve que reorganizar o seu comércio e suas relações internacionais após esta mudança. Uma parte do que explica o surgimento do Uruguai é estabelecer um Estado neutro entre as duas grandes potências regionais – Brasil e Argentina – para regular o comércio no rio da Prata. Vemos através destes exemplos que ao estudar fronteira não podemos deixar de verificar as questões espaciais relacionadas a ela.

Apesar da fronteira ser uma linha invisível traçada quase que arbitrariamente - uma convenção puramente humana - ela vai afetar a vida de outros seres. No caso as aves continuarão voando livremente de um lado ao outro da fronteira, os rios continuarão fluindo na mesma direção, os tornados avançarão com sua força sem se importar se entrarão em território internacional, as doenças continuarão se espalhando pelo ar, etc... Porém, se um governo quiser construir uma obra e desviar a nascente de um rio alterando o seu percurso isto poderá prejudicar os países vizinhos, sem falar em todo o impacto ao ecossistema do rio em questão. Há muitas possibilidades quando pensamos na relação entre os elementos naturais e as implicações que uma fronteira designada por humanos pode provocar a curto e longo prazo.

Se formos pensar em termos dos biomas brasileiros e as suas fronteiras, notamos uma clara diferença política adotada pelo governo brasileiro perante a Mata Atlântica e outra bem diferente adotada pelo governo argentino. A zona de mata brasileira foi intensamente derrubada para abrir espaço para produção rural, enquanto na Argentina criou-se diversos parques nacionais nas últimas décadas. Esta diferença entre modelos de ocupação reflete até hoje, onde é visível na zona de fronteira o contraste entre as zonas de mata argentina e as zonas de campo para produção no lado brasileiro.

Mais ao sul, o bioma pampa foi recortado por fronteiras ao longo do século XIX, os recentes Estados Nacionais que estavam se formando na região disputaram influência e poder reconfigurando a linha da fronteira por diversas vezes. Ali a “linha divisória era porosa” (FLORES; FARINATTI, 2009, p.152) ela não chegava a isolar as populações, muitos moradores continuaram tendo terras e relações de ambos lados da fronteira, esta “continuou permitindo um fluxo constante de pessoas, idéias e mercadorias” (FLORES; FARINATTI, 2009, p.152) ao longo dos anos. Talvez neste caso as condições ambientais do bioma tenham favorecido em uma fronteira que aproxima e permite movimentos. O pampa é uma das maiores

zonas de planícies do mundo e seus campos se espalham pelo sul do Rio Grande do Sul, boa parte central da Argentina e por todo o Uruguai. Cavalgar pelos campos ou navegar pelos seus rios facilitava o deslocamento tornando regiões distantes mais próximas. Partindo desta hipótese, podemos pensar que as questões espaciais e ambientais transformaram o significado desta fronteira desde o seu estabelecimento.

Na Amazônia podemos verificar uma preocupação de países andinos onde ficam as principais nascentes da bacia hidrográfica do Amazonas, estes países já pensam em como a região está interligada apesar da fronteira estabelecida entre os Estados. Do lado brasileiro a devastação continua crescente e uma preocupação holística e integrada com os países vizinhos parece cada vez mais distante das preocupações governamentais. Cada um destes assuntos necessitaria de um estudo aprofundado, mas aqui estamos apenas levantando alguns exemplos para pensarmos em como a natureza interfere nas zonas de fronteira e como esta interfere na natureza. Os exemplos dos biomas brasileiros são apenas alguns exemplos macroespaciais, mas podemos jogar com esta escala de observação e pensar na agência de certas espécies de animais ou plantas, como os javalis e o capim anoni como espécies exóticas ao pampa causam danos ambientais e econômicos de ambos os lados da fronteira; pensar na presença de um elemento como o rio Amazonas na configuração espacial da sociedade e do ambiente ou então na ausência de grande quantidade de árvores no pampa para uma sociedade que utilizava madeira para praticamente tudo. Os exemplos e possibilidades são diversas e a incorporação destes elementos mais do que necessárias para estudos históricos.

Por vezes esquecemos que “a vida humana consiste na incessante e variada interação entre pessoas e uma miríade de tipos de coisas” (OLSEN, 2003, p.87)⁴. Estas coisas são tão banais que por vezes ignoramos sua presença no cotidiano, lembrando delas quando necessitamos de sua utilidade ou por criarmos memórias atreladas a elas, mas estas coisas estão no ambiente e sua materialidade está em certo grau afetando nossas vidas. Uma árvore pode chamar atenção pela sua beleza ou por uma boa memória de brincadeira de infância, enquanto uma árvore vizinha passa despercebida, mas é seus frutos que atraem os pássaros que cantam e encantam o dono da casa, mesmo sem este não notar como as coisas estão conectadas.

⁴ No original: “human life consists of ceaseless and varied interaction among people and myriad kinds of things”.

Pensar na agência de outras formas de vida, na importância da presença/ausência das coisas em nosso cotidiano e nas questões espaciais, pode propiciar bons estudos históricos que nos permitam construir um melhor entendimento do passado levando em consideração fatores que por muito tempo foram deixados de lado. Além disso, considerar que a História está longe de ser moldada apenas pela intenção humana sobre o mundo. Precisamos de análises que fujam de velhos moldes de pensamento antropocêntricos e aqui buscamos levantar algumas questões iniciais e bastante ambiciosas para se pensar as zonas de fronteira, que carecem da incorporação de fatores mais variados para compreendê-las.

Palavras-chave: história ambiental; fronteiras; espacialidade.

REFERÊNCIAS

ARMANI, Carlos Henrique. Reflexões sobre o contexto na história intelectual: entre a virada linguística e o novo materialismo filosófico. In: **Tempos Históricos** (EDUNIOESTE), v. 19, 2015, p. 80-102.

FLORES, Mariana; FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamento para uma História social da fronteira meridional do Brasil, século XIX. In: HEINZ, Flávio. **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma História comparada da América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 145-177.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. In: **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto. Número 03. Set/2009, p.10-22.

JERRAM, Leif. Space: a useless category for historical analysis? In: **History and Theory** n.52, p. 400-419, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço e História. In: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto: 2014, p.73-90.

OLSEN, Bjørnar. Material culture after text: re-membering things. In: **Norwegian Archaeological Review**, v. 36, n.2, p. 87-104, 2003. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00293650310000650>> Acesso em 26 de jun. de 2019.

WHITE, Richard. **What is Spatial History?** Fevereiro de 2010. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29>> Acesso em 26 de jun. de 2019.

REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS DA BACIA PLATINA E DOS LAGOS MÍTICOS SUL-AMERICANOS: SÉCULOS XVI AO XVIII

Yuri Batista da Silva¹
Maria Medianeira Padoin²

Resumo: O presente estudo busca de certa maneira as bases conceituais do Grupo de Pesquisa que tem por definição a marca de uma região, a região Platina. Nesse sentido, objetivamos buscar nas fontes e estudos sobre a cartografia produzida sobre o Continente Americano, especialmente de sua região meridional, desde o século XVI, as definições e crenças sobre a configuração de um espaço regional, que terá nos rios e nas mitologias indígena e europeia suas bases para a reflexão.

A exploração do Atlântico pelas Coroas Ibéricas de Portugal e Castela se dá pelo menos desde o século XV, chegando em 1492, com Cristóvão Colombo a serviço desta última, até ilhas que hoje fazem parte da América Central. Em 1494, as duas Coroas Ibéricas irão assinar o Tratado de Tordesilhas que estipulava os limites territoriais de cada uma. Assim, até 370 léguas a partir do arquipélago de Cabo Verde no sentido oeste, todas as terras descobertas e ainda por se descobrir seriam de domínio português. Para além dessas 370 léguas, seria domínio de Castela.

As duas Coroas a partir do final do século XV e início do XVI – Portugal principalmente a partir de 1500 – irão enviar um número cada vez maior de expedições a fim de que estas possam averiguar as condições daquelas novas terras, a grande e variada massa de habitantes que ali estavam, bem como as possibilidades de enriquecimento e exploração que elas ofereciam.

Não tardou muito e os exploradores alcançaram o estuário do Rio da Prata. Em 1516, Sólis, então Capitão-mor da Casa de *Contratacion de Sevilla*, chega ao estuário platino com três navios onde, no mesmo ano, ao desembarcar e ser atacado, acaba por falecer ali mesmo, tendo sua tripulação a bordo visto de longe seu corpo ser arrastado para o interior. Com a morte

¹Graduando de História Licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Bolsista FIPE/2019. E-mail: yurisilva67@gmail.com.

² Professora Doutora, titular de graduação e pós-graduação, no curso de História da UFSM e coordenadora do grupo de pesquisa CNPQ/UFSM História Platina. E-mail: mmpadoin@gmail.com

de Sólis, seu cunhado Francisco de Torres decide retornar a Espanha, porém, um dos navios naufraga próximo a ilha de Santa Catarina. Os náufragos sobreviventes irão se estabelecer na região junto a populações indígenas ao ponto de oito anos mais tarde, Aleixo Garcia – um sobrevivente – comandar uma expedição terrestre composta majoritariamente por indígenas até o Alto Peru. Aleixo almejava com isso obter as imensas riquezas de que ouvira falar durante o período em que esteve em território americano. Isso demonstra um dos casos em que europeus ao entrar em contato com as populações americanas irão ouvir falar de imensas riquezas contidas no interior do continente, algo que não será incomum nos próximos séculos, aguçando a imaginação de colonos e exploradores.

Quatro anos depois, em 1528, outro navegador a serviço da *Casa de Contratacion de Sevilla*, Sebastian Caboto, irá entrar no Rio da Prata que neste momento tinha o nome *Rio de Sólis* em homenagem ao Capitão morto considerado seu descobridor. A expedição de Caboto que havia iniciado em 1526 não tinha como destino o Rio Sólis, mas sim, as Ilhas Molucas. O Capitão decidiu desviar-se de seu trajeto, contrariando suas ordens e obrigações, depois que ouviu em vários pontos da costa atlântica o relato da expedição de Aleixo e as possibilidades que o interior do continente guardavam, principalmente a *Sierra de la Plata*. Ainda em 1528 um outro espanhol pelos mesmos motivos que Caboto irá navegar pelo Rio de Sólis, Diego Garcia de Moguer, rivalizando com Caboto o direito de exploração (GANDINI, 2016).

Segundo Maria Juliana Gandini (2016) as expedições de Caboto e Moguer foram responsáveis por uma mudança na perspectiva europeia sobre o rio e a região. Do lugar de morte de Sólis e sua provável canibalização, passasse ao lugar de uma atrativa conquista. Para a autora, isso reflete também na mudança do próprio nome do rio que nos anos de 1530 será cada vez mais chamado de Rio da Prata, no sentido de rio/caminho que leva até a prata.

Essa mudança de perspectiva, segundo Tiago Bonato (2018), refletira imediatamente na cartografia, sendo expressa já nos mapas de 1529 do cartografo da *Casa de Contratacion de Sevilla*, Diogo Ribeiro. Desde a expedição de Sólis em 1516, o traço do Rio da Prata na cartografia limitava-se apenas a um modesto estuário, ao passo que nos mapas de 1529 adiciona-se o contorno dos rios Uruguai e Paraná, entre outros, com ênfase a este último que possui uma grande espessura, demonstrando sua importância. Em Portugal, a partir de 1534 com o Mapa de Gaspar Viegas, os mapas passarão a desenhar os principais afluentes platinos

(Paraná e Uruguai) superdimensionados e direcionados a costa atlântica, diferentemente dos mapas de Diogo Ribeiro em 1529 e também de um outro mapa espanhol de 1535, cujo o autor provavelmente é Alonso de Chaves, onde o Rio Uruguai permanece modesto se comparado ao Paraná.

A partir deste período, o Rio da Prata e seus afluentes se tornarão objeto de grande desejo e palco de inúmeras expedições. Os castelhanos irão fundar vilas e fortalezas às suas margens, fixando-se cada vez mais na região, como por exemplo – mas longe de limitar-se apenas a estas – com a primeira fundação de Buenos Aires em 1536 e a fundação de Assunção em 1537.

A exploração da região platina e de seus rios continuará pelos próximos anos. Rio Paraná e depois Rio Paraguai acima, o explorador castelhano Domingo Martínez de Irala chegou ao limite da exploração europeia na região ainda na primeira metade do século XVI. Ao deparar-se com um complexo de lagos e caminhos que o impediam de prosseguir, Irala descreve o relato de um indígena guarani que fazia parte de sua comitiva. Segundo a explicação do indígena, “no tempo em que as águas estavam crescidas, corria da dita terra interior um rio até uma lagoa que nela havia, indo para outra lagoa. Porém agora que as águas estão baixas não podiam entrar ali pela pouca água que havia [...]” (IRALA, 1542 apud COSTA, 2007, p. 25). Segundo Maria de Fátima Costa (2007), tal descrição trata-se da primeira aparição na literatura ocidental do funcionamento do complexo do Pantanal. Retomaremos o tema mais adiante.

Ainda na primeira metade do século XVI surgiram também descrições a respeito da nascente platina. Conforme aponta Tiago Bonato (2018), provavelmente a primeira publicação que menciona o tema é de 1544, intitulada *Cosmographie*, do português a serviço da França João Afonso. Mais do que a nascente dos rios que compõem o estuário platino, João Afonso menciona também que o Rio Maranhão tinha sua nascente localizada num grande lago no interior brasileiro. Deste mesmo lago, segundo ele, ao norte nasceria o Rio Maranhão e ao sul desembocaria no Rio da Prata. Nas palavras do próprio João Afonso, “ambos fazem de todo Brasil uma ilha”. (BONATO, 2018, p. 161). Descrevia-se assim pela primeira vez de maneira explicativa a insularidade das terras brasileiras que se separavam do restante do continente de norte a sul pelo curso de longos rios nascentes em uma mesma grande lagoa. Bonato ainda menciona que “a partir daí as referências ao encontro dos rios esteve sempre ligada a existência

de um lago no interior do território[...]”. (2018, p. 161). Na cartografia, a conexão entre grandes rios que separavam em duas partes a América do Sul, aparece pela primeira vez no mapa do espanhol Sancho Gutierrez e depois no do português André Homem em 1559. Dois anos depois, o mapa do português Bartolomeu Velho de 1861 nomeará a lagoa que liga esses rios como “Alagoado Eupana”, derivativa de Paraupava na linguagem indígena, segundo Marcelo Motta Deuvaux (2009, p. 127), e também chamada de Alagoa Grande em algumas crônicas do século XVI. Ainda segundo o autor, o Lago Eupana é derivativo direto da experiência europeia no rio e região do Paraguai (2009, p. 109). Nos dois mapas portugueses citados, conecta-se ainda ao mesmo lago, o Rio São Francisco. Além disso, em muitos mapas há ainda a conexão, via rios menores, com a bacia amazônica.

Esse conhecimento sobre o interior americano ainda era, na maior parte, fruto do relato indígena. Tais relatos indígenas informavam a existência de uma grande lagoa no interior do continente e, o que mais interessava aos europeus, a presença de populações ricas em ouro e prata às margens da lagoa ou até mesmo em seu interior. Segundo Deuvaux, “a formação do imaginário mítico sobre as terras americanas se deu através da combinação entre a tradição cultural europeia e os elementos apreendidos na experiência da ocupação do território, trazidos pelo contato com a natureza e com o homem do Novo Mundo.” (2009, p. 71). Durante os XVI e XVII era de forte presença no imaginário dos colonos a crença de que havia o Paraíso Terreal no interior americano, cujo uma de suas características era a presença de riquezas infindáveis, o que somado a grande quantidade de informações indígenas mencionando a existência de tais riquezas, acabava por criar e reforçar todo um imaginário mítico da região. Esse imaginário mítico – que envolvia outros mitos para além de uma lagoa com riquezas – será um grande motivador e configurador da exploração interiorana pelos europeus nos próximos séculos.

No século XVII essa representação de uma lagoa no interior ganha novos contornos. Em mapas da cartografia portuguesa da segunda metade do XVII, segundo Manoel Rodrigues Ferreira, “a Lagoa Paraupava deu lugar à Ilha Paraupava (hoje Ilha do Bananal no Rio Araguaia)” (FERREIRA, 1977, apud DEUVAUX, 2009, p. 143) localizada no atual estado de Tocantins. Isso seria, segundo Ferreira já fruto da experiência empírica de exploradores na região. Perde-se completamente qualquer ligação com a bacia do rio São Francisco e muitos mapas não irão apresentar dois grandes rios, um no sentido sul (Rio da Prata) e outro no Norte

(Maranhão, Pará ou Amazonas, o que varia em muitos mapas), nascendo a partir da Lagoa central. No mapa de João Teixeira Albernaz II, por exemplo, a bacia platina perde completamente a ligação com a lagoa/ilha Paraupava. Deuvaux sugere que essa modificação representada na cartografia é um indício de que o grande mito da Alagoa Grande/Eupana e suas riquezas, ainda que continue influente e seja mencionado em muitas crônicas do período, no que tange a América Portuguesa, perde valor em detrimento do mito da Serra das Esmeraldas, por exemplo, que continuará sendo avidamente procurado.

Enquanto isso, no restante da cartografia europeia, especialmente na cartografia holandesa, já na primeira metade do século XVII, a Lagoa interiorana passa a ser representada bem mais ao sul, distante do nordeste brasileiro como fora representada na cartografia quinhentista. Mais precisamente, ela passa a ser retratada no já mencionado complexo do Pantanal sob o nome de Lago Xarayes. Ao passo que o historiador Jaime Cortesão acreditava ser o nome Xarayes apenas mais uma das muitas designações desse mesmo lago interiorano (COSTA, 2007), Maria de Fátima Costa defenderá que “mesmo que a sua gestação esteja relacionada a outros lagos, trata-se de uma lagoa independente, desenhada no âmbito do espaço castelhano da América do Sul, cuja imagem figurou nas cartas européias dos séculos XVII e XVIII, excetuando as portuguesas.” (COSTA, 2007, p. 26). A autora defende que a gestação dos Xarayes – inicialmente um povo indígena presente na região platina –, enquanto lagoa, se dá em 1601 quando o *Cronista Mayor de Indias* Antonio de Herrera e Tordesilhas menciona a sua existência próxima ao *Puerto de Los Reyes*, lugar citado e batizado por Irala em 1542. Na cartografia, há uma aparente transição do Lago Eupana para o Xarayes, sendo isso visível no mapa de 1640 do holandês Joan Blaeu onde o mesmo traçado que o Lago Eupana tinha em outros mapas é mantido sem nome e insere-se o *Puerto de Los Reyes* próximo.

Repetindo a tendência dos mapas portugueses do século XVII, as representações do Xarayes serão desconectadas do Rio São Francisco. Difere-se, contudo, que em muitos desses mapas, o Xarayes não é conectado à bacia amazônica, embora em muitos outros mantenha-se tal conexão. A conexão com o Rio da Prata, no entanto, jamais será desfeita até o fim de sua representação. Talvez devido a inter-relação com uma população indígena, o Lago dos Xarayes conservará até o século XVIII uma ligação com riquezas, sendo isso também representado na cartografia, como é o caso do mapa de 1729 do francês Pieter Van der Aa que descreve a

habitação dos Xarayes e sua abundância em ouro e prata. Dessa forma, o Rio da Prata, assim batizado por fornecer a possibilidade de acessar imensas quantidades de metais preciosos desde a primeira metade do século XVI, entra século XVIII a dentro fornecendo as mesmas possibilidades ao imaginário europeu, ainda que seja possível ver nuances como o caso da cartografia portuguesa que tende a minimizar e desligar do Rio da Prata a ideia de riquezas a serem encontradas.

Palavras-chave: representação; Rio da Prata; lagos míticos.

REFERÊNCIAS

BONATO, Tiago. **Articulando escalas:** cartografia e conhecimento geográfico da Bacia Platina (1515-1628). Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2018. Disponível em: < <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/56414/R%20-%20T%20-%20TIAGO%20BONATO.pdf?sequence=1> > Acesso em: 26 out. 2018.

COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo/SP, n. 45, p. 21-36, set. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34580>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

DEUVAUX, Marcelo Motta. **As Minas Imaginárias:** O maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX. 2009. 264 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GANDINI, Maria Julia. Las sirenas del Plata: nuevos rumbos de las expediciones de Sebastián Caboto y Diego García de Moguer en el Mar Océano Austral (1526-1530). **Revista Escuela de Historia**, Salta, v. 1, n. 15, p. 1-25, 2016. Disponível em: < http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-90412016000100005 >. Acesso em: 30 jul. 2018.

LEVILLIER, Roberto. O planisfério de Maiollo de 1504: nova prova do itinerário de Gonçalo Coelho-Vespúcio, à Patagônia, em sua viagem de 1501-1502. **Revista de História**, São Paulo, vol.12, n.26, p.431-440, 1956. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/37401/0> >. Acesso em: 30 jul. 2018.

NEETZOW, Anselmo Alves. As argumentações da historiografia de Roberto Levillier e de Luis Ferrand de Almeida sobre a descoberta do Rio da Prata em 1501-1502. In: XII ENCONTRO

ESTADUAL DE HISTÓRIA AMPUH/RS, 2014, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2014. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/7452773-As-argumentacoes-da-historiografia-de-roberto-levillier-e-de-luis-ferrand-de-almeida-sobre-a-descoberta-do-rio-da-prata-em-1501-1502.html> >. Acesso em: 30 jul. 2018

O ESTADO-NAÇÃO E A NACIONALIZAÇÃO

João Vitor Sausen ¹

Maria Medianeira Padoin (O) ²

Resumo: A partir de 2013, em uma onda de manifestações ao longo do país, onde houveram reclames dos mais variados, assim como também foram gestados resultados com um gigantesco impacto nos anos que seguiram, um símbolo passou a ter imensa força para a atual década: a camiseta da seleção masculina de futebol. Esta fora adotada por ser “símbolo do país” e de forma automática remeter à um gesto patriótico de apoiar a nação contra outra (mesmo que em um evento desportivo). No caso de 2013, a sintaxe realizada era dos patriotas contra a corrupção, ou “a velha política” relacionada a ela³.

O símbolo seguiu em uso, e aos poucos passou a representar uma direita nacionalista, que de forma geral agrupou descontentamentos desorientados, mas de imensa força política, e que se provou nas eleições de 2018, com a vitória do presidenciável de extrema-direita Jair Bolsonaro. Mas, de maneira geral, de que forma identificação nacional tornou-se tão forte, ao passo que, em 2019, possamos relacionar todo um universo compreendido por uma história, território e pensamentos comuns conectando-os simplesmente à uma camiseta de uma seleção

¹ Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Membro do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, onde é bolsista Probioc/Fapergs sob o projeto “América Platina”: processos histórico de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global, orientado pela Profa. Dr^a Maria Medianeira Padoin; E-mail: sausenjoavitor@gmail.com.

² Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural (PPGPC) da UFSM; Co-coordenadora do Comitê História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM); Coordenadora do Grupo de Pesquisa História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; E-mail: mmpadoin@gmail.com.

³ Outros casos passíveis de serem relatados são a bandeira brasileira, assim como as próprias cores nacionais: verde, amarelo e azul (onde o paralelo contrário é representado pela cor vermelha).

nacional de futebol? Parte da resposta pode ser encontrada na nacionalização ao longo da sua história.

Desta maneira, buscamos apresentar meios pelos quais ocorre a nacionalização e como esta originou a naturalização de símbolos nacionais até a atualidade. Neste sentido, este trabalho traz reflexões decorrentes das pesquisas que geraram a monografia de conclusão de graduação intitulada “A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945)”, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin. Assim como também é fruto das discussões realizadas dentro do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições.

Com base nestes apontamentos iniciais, temos que apontar que entendemos que a inter-relação do Estado com uma nação, que acabou por configurar o Brasil, unidade territorial concreta com os brasileiros, nação abstrata e a ser definida, levou a necessidade de um constante projeto de definição e construção dos nacionais. Isto se deu devido à que dificilmente todos os que se encontravam no território teriam uma identificação automática com aspectos que configurariam a “brasilidade”, e também que este é um panorama caro à um Estado-nação. A existência por si só desta organização abstrata não foi suficiente para que sua “unidade” interna fosse real. Foi, e ainda é, necessário um constante trabalho pedagógico em torno da construção dos nacionais, o qual se configura pela “nacionalização” (HOBSBAWM, 2013).

Diversos são os discursos de nação que circulam em todo o meio brasileiro, os quais são fruto de distintas visões acerca do “ser nacional”. Apesar do discurso oficial encampado pelo Estado, outras instituições ou movimentos podem oferecer uma visão alternativa, e, por vezes, conflituosa⁴. Desta maneira, cabe ao Estado, caso seja adotado como sua “missão”, a construção dos nacionais, e, neste sentido, disputar com outras interpretações.

⁴ Os dois principais partidos da atualidade brasileira, com relação ao número de deputados na Câmara Federal, Partido Social Liberal (PSL) e o Partido dos Trabalhadores (PT), representam opiniões distintas com relação à participação política nacional. O PSL defende um governo de militares, enquanto que o PT aponta para uma maior necessidade de participação dos trabalhadores e trabalhadoras neste processo. Ambas as visões dizem respeito à como deve ser guiado o Estado-Nação, e, de certa maneira, como ambos percebem as necessidades dos brasileiros, e assim também são visões do “ser nacional”. Desta forma, o âmbito da brasilidade é variado e depende daqueles que o interpretam. Sobre os posicionamentos do presidente do Partido Social Liberal, Luciano Bitar, disponíveis no artigo “Por que Bolsonaro”: <https://pslnacional.org.br/?page_id=186>. Acesso em: 27 jun. 2019. Com relação à visão construída dentro do Partido dos Trabalhadores na sua “Carta de Princípios”: <<https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

Neste ponto, a escola cumpre um papel fundamental. Apesar de na atualidade sofrer com uma forte competição com outros meios de difusão de conhecimento, a instituição ainda é um dos principais canais pelos quais o Estado transmite o discurso oficial de nação. Nas bases curriculares nacionais e que dizem respeito à toda territorialidade em que a estrutura se encontra, são ensinados uma história, geografia, língua e cultura comuns, conformando a inserção dos educandos em uma “comunidade imaginada”, nas palavras de Benedict Anderson (2008). Ou seja, a ferramenta do ensino, a partir do currículo, oferece aos contemplados um passado, espacialidade e tradições comuns, que tem o poder de serem percebidas como elos nacionais, e assim também o são apresentados.

Por outro lado, movimentos e partidos políticos, também representam meios onde circularam discursos nacionais (QUIROGA, 2011). Pensar politicamente em projetos nacionais também é pensar o Brasil, e desta forma, os brasileiros e brasileiras. Assim, podem existir concepções excludentes ou abrangentes do que é “ser brasileiro”, bem como das formas de participação política, que também acabam por conformar a nacionalidade.

Assim como também o são momentos festivos ou ritualísticos. Estes, oferecem aos participantes um forte apelo emocional e podem ser considerados como práticas caras à nação, como o é o Carnaval, que, apesar de ser realizado em partes diversas do globo, faz parte, na versão brasileira, do cronograma nacional e é um dos símbolos festivos do país. Desta forma, conforma um meio onde os brasileiros se percebem em um momento conjunto e caro à grande parte do território, ou seja, um elemento cultural nacional⁵. Neste grupo ainda podem ser incluídos eventos desportivos internacionais, pois estes servem como, de maneira explícita, antagonismos do “nós” e dos “outros”, em que são pintados ambos os grupos, de cores nacionais.

⁵ Para Pablo Giori “diferente do Estado, a nação não é unicamente racionalidade, mas também sentimento e experiência; a nação se faz dançando, se faz cantando, se faz na ira e na raiva, na alegria do festejo, na experiência compartilhada. A ideia de nação não é produzida por uns intelectuais que baixam a sua mensagem às massas mas sim é um diálogo constante desde cima e desde embaixo, que requer uma certa complementariedade e homogeneidade para ser poderosa” [Tradução nossa] (2017, p. 96). In: GIORI, Pablo. Factores de nacionalización: nacionalismo, sociedad civil y prácticas culturales. **Rubrica Contemporanea**, Barcelona, v. 6, n. 11, p. 95-113, 2017.

Em todos esses meios de nacionalização, são construídos ou circulam símbolos que representam a brasilidade⁶, ao ponto em que, na atualidade, para além da bandeira nacional, os hinos (que oficialmente representam o Estado brasileiro), podemos incluir também uniformes de modalidades desportivas que disputam torneios internacionais em nome do país. Estes, por sua vez, foram alçados ao tal pois a população se acostumou a vê-los em situações onde havia um apelo de unidade dos nacionais contra estrangeiros, ou seja, em momentos onde a identidade nacional era acionada⁷.

Na concepção brasileira, o horizonte dos direitos políticos e nacionalidade estão vinculados profundamente (RAMBO, 1994)⁸. Em alguns períodos históricos como o Estado Novo, a participação em movimentos políticos dissonantes da organização governamental (dada a proibição de partidos), poderia acarretar na perda da nacionalidade⁹. Assim, se determinados discursos nacionalistas ou que pensam a nação, apresentam algumas ideologias ou práticas como anti-nacionais, o uso de símbolos que representam a brasilidades em atos ou protestos contrários a aquelas, torna-se natural.

Assim, a camiseta da seleção masculina de futebol foi utilizada por movimentos políticos insatisfeitos com aqueles que governavam o país no período, mas que também pensavam a nação. Deste modo, o discurso que remetia ao Estado-Nação, bem como de

⁶ Além de que também são momentos em que os grupos humanos socializam, e assim, percebe-se que existem outros “iguais”, ato o qual que tem forte simbologia no processo de construção de identidades. A criação do “nós”.

⁷ Segundo Dennis Zuev e Fabian Virchow (2014), “(...) O ato de balançar bandeiras e cantar em conjunto (músicas nacionais em festivais, hinos ou canções patriótico/militares em desfiles e competições esportivas) nos lembram que aprender sobre a identidade nacional pode ser um ato altamente emocional, particularmente quando tais práticas ritualizadas envolvem o compartilhamento de símbolos coletivos destinados a mobilizar um senso de orgulho nacional e identidade” [Tradução nossa] (p. 192-193). Neste sentido, atos conjuntos e carregados de ritos e símbolos tem um papel fundamental na construção da identidade nacional, o que também pode ser aplicado no caso brasileiro. In: ZUEV, Dennis; VIRCHOW, Fabian. Performing national-identity: the many logics of producing national belongings in public rituals and events. **Journal of the association for the study of ethnicity and nationalism**, London, n. 20 (2), p. 191-199, 2014.

⁸ “(...) nacionalismo para o luso-brasileiro supõe, em primeiro lugar, compromisso político com o Estado brasileiro. Nacionalidade, brasilidade, Estado e cidadania confundem-se num conceito híbrido em que um determinado substrato étnico-cultural entra em associação ou em parceria indissolúvel com a cidadania, da qual resulta, como produto final, o nacionalismo brasileiro” (p. 49). In: RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalidade e Cidadania. In: MAUCH, Cláudia. VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 43-53.

⁹ Movimentos comunistas e integralistas foram considerados antinacionais e combatidos. In: NEUMANN, Rosane Marcia. **“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor!”** as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. 2003. 324 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

símbolos que remetem ao mesmo, se fez presente para condenar os grupos que o governavam naquele momento. A camiseta remete à um momento dos “nós” brasileiros, contra “eles”, os estrangeiros. Não é uma redução da política nacional à uma lógica desportiva, mas sim é um ato de reivindicação identitária.

Ou seja, a identidade nacional que corresponde a grupos humanos dos mais variados e que coexiste com outras tantas identificações políticas, de gênero, culturais (para citar apenas algumas das categorias principais), se sobressaem em determinados momentos, como defende Hobsbawm (2013). Assim como também, carregam em si um passado e presente de construções ora repressivas, ora pedagógicas, mas sempre negociadas¹⁰. Assim, a relação com um Estado-Nação vai muito além do simples registro geral que carregamos conosco e apresentamos em situações oportunas, ou uma denominação simbólica que preenchemos em um formulário, mas também é uma ferramenta útil e dotada de significados. Se a utilizamos, é porque lhe damos importância (de alguma maneira), e se o fazemos, em algum momento fomos convencidos a isso.

Palavras-chave: identidade nacional; nacionalismo; nacionalização.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidade Imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GIORI, Pablo. Cultural Nationalism: how are cultural practices involved in the nation-building process? In: SABATÉ, Flocel (org.). **Perverse Identities**: identities in conflict. Pieterlen: Peter Lang AG, 2015, p. 421-436.

HOBSBAWM, Eric J.. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 6ª ed.. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

QUIROGA, Alejandro. Les tres esferes: cap a un model de nacionalització a Espanya. **Segle XX**, Barcelona, n. 4, p. 143-160, 2011.

¹⁰ Pablo Giori defende que “(...) o exército não pode modificar uma ideia; mudanças culturais devem transformar as ideias a partir de promessas de algo novo e valioso” [Tradução nossa]. In: GIORI, Pablo. Cultural Nationalism: how are cultural practices involved in the nation-building process? In: SABATÉ, Flocel (org.). **Perverse Identities**: identities in conflict. Pieterlen: Peter Lang AG, 2015, p. 421-436.

ZUEV, Dennis; VIRCHOW, Fabian. Performing national-identity: the many logics of producing national belongings in public rituals and events. **Journal of the association for the study of ethnicity and nationalism**, London, n. 20 (2), p. 191-199, 2014.

MULHER E POLÍTICA: LIDERANÇA FEMININA EM UMA REGIÃO DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

Higor Xavier Barbosa¹
Maria Medianeira Padoin²

Resumo: O presente trabalho é um ensaio com os primeiros resultados parciais de uma pesquisa que está sendo realizada com o fim de embasar o trabalho final de graduação. Para tanto, o objeto de estudo é construir uma análise da trajetória da vida pública de Valserina Bulegon Gassen, uma mulher que se caracteriza por sua liderança política na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul (RS). Valserina B. Gassen atua no campo político desde o final dos anos 80 do século XX, sendo essa uma importante representação feminina na política regional em um período que a inserção oficial de mulheres nesta área era ínfima. Com formação na área de Letras-Português, e posteriormente em Economia Doméstica, a Prof^a Valserina, como é geralmente chamada, participou ativamente do processo de emancipação do município de São João do Polêsine (SJP) – RS, especificamente como presidente da Comissão de Emancipação durante os anos de 1990 a 1992, sendo exitosa neste processo que resultou no ano de 1992 na criação do município pelo Governo do Estado através da Lei das Emancipações (Lei 9070 de 02/05/1990). Nesse contexto, se lançou como candidata a prefeita municipal e foi eleita, participando da primeira gestão do Executivo municipal. Ao todo, em 7 gestões que SJP teve (até 2019), 5 delas foram com mulheres como prefeitas – sendo que 4 mandatos, foram da Prof^a Valserina.

¹ Graduando no curso de História – Licenciatura na Universidade federal de Santa Maria (UFSM), bolsista FIEIX no Programa de Extensão “Patrimônio Histórico, Gestão Documental, Memória e Preservação”, atuando com maior ênfase na área de pesquisa sobre Quarta Colônia. E-mail: higorxb@gmail.com.

² Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Coordena o Grupo de Pesquisa CNPQ/UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, e Co-coordenadora do Comitê História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevideú (AUGM). Atua além da Graduação em cursos de Pós-Graduações em História e em Patrimônio Cultural. E-mail: mmpadoin@gmail.com

Procurando compreender e dar o devido destaque a este importante protagonismo político de uma mulher no início dos anos 1990, a pesquisa analisará este processo para que assim se construa um estudo sobre a trajetória política da Prof^a Valserina, analisando a relação da história das mulheres e a cultura política em uma região de forte influência da imigração italiana. Para isso, se buscará identificar quais fatores corroboraram e como se deu esta inserção na política (de uma mulher e professora), bem como a descrição e análise da sua trajetória enquanto figura pública até se tornar uma referência e liderança regional.

No início da década de 1990, sob o processo nº 4765, em Assembleia Geral da comunidade local, com 200 presentes, é feita a escolha da Comissão de Emancipação e, tendo sido a mais votada, Prof^a Valserina é escolhida como Presidente da referida comissão, recebendo 152 votos. Anteriormente, o então distrito São João do Polêsine passou por 4 tentativas de emancipação desde 1958, sendo que a última tentativa teve início em 1988, que resultou no seu efetivo desmembramento do antigo município mãe, Faxinal do Soturno – RS. Para tanto, uma consulta plebiscitária foi feita entre os 2.325 habitantes aptos a votar, resultando na participação de 1.625 votantes e desses, 1.377 optaram pelo “sim”. Sendo assim, através da Lei Estadual nº 9601 de 20 de março de 1992, o governo do Estado cria a cidade. É neste contexto, mais especificamente na última tentativa de emancipação, que há sua inserção como figura política, ainda que não partidária inicialmente. Desde o processo de emancipação do município de SJP, Prof^a Valserina já se destacava pois era a única mulher a presidir uma Comissão de Emancipação das outras 6 comissões existentes na Quarta Colônia.

Tendo como eixo principal o estudo da inserção de uma mulher com relevante protagonismo na política em uma região de influência italiana e para tanto, a análise da trajetória política da professora Valserina Gassen, esta pesquisa começou a ser construída em 2018, ano que passei a fazer parte do Programa de Extensão “Patrimônio Histórico, Gestão Documental, Memória e Preservação”, coordenado pela Prof^a Dr^a Maria Medianeira Padoin, trabalhando no acervo arquivístico da Prefeitura Municipal de SJP. Dessa forma, comecei a ficar mais próximo de discussões referentes à Quarta Colônia e me foi despertado interesse na região, que tem diversas perspectivas e temáticas para novas pesquisas.

A partir de leituras de bibliografias referentes à região, percebi que a Prof^a Valserina era a única mulher à frente de uma das sete Comissões de Emancipação que foram estabelecidas

na Quarta Colônia. Ou seja, o território da conhecida Quarta Colônia foi no final do século XIX distribuído entre os municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul. Com o passar dos anos, houveram várias tentativas dos antigos núcleos a se tornarem autônomos, ou seja, se emanciparem e criarem um município.

Assim, as outras comissões emancipacionistas criadas desde o final dos anos 50 do século XX, eram todas presididas por homens, como Bolzan (2015) muito bem demonstra em sua tese “Quarta Colônia; da integração a fragmentação”. Entretanto, tratando-se da história das mulheres na região, há algumas pesquisas, como as que desenvolve Maria Catarina Zanini (2006). Porém, não há nenhum que se referencie à atuação política feminina, dando a presente pesquisa um caráter inédito.

Sendo assim, parti para uma análise mais acurada da trajetória de Valserina, onde ficou evidente que estava frente à um cenário relevante cuja pertinência de estudo se dá proveniente ao protagonismo político de uma mulher. Outro fator que se faz importante de ser ressaltado, é a possibilidade de trabalho com a metodologia da história oral, em que se utilizará de entrevistas com a própria “personagem” central do estudo. Ela se caracteriza enquanto uma rica fonte para a compreensão da inserção da mulher na política em uma região de imigração italiana, auxiliando na construção deste estudo de sua trajetória.

A mesma eleição que a Prof^a Valserina se tornou a primeira prefeita do recém emancipado município, em 1992, elegeu outras três mulheres para o Poder Legislativo, como vereadoras. Ou seja, na região da Quarta Colônia, Valserina consegue destacar-se desde a escolha para a presidência da Comissão de Emancipação para o Município até a consolidação de seus mandatos para o Executivo municipal e posteriormente em sua atuação frente ao CONDESUS Quarta Colônia.

Ainda hoje, não é novidade a baixa participação feminina na política, tendo esta sua presença mais tradicionalmente se concentrando em espaços privados e atividades domésticas e/ou de cuidado, embora estejam acontecendo avanços em relação a sua inserção em outras áreas. Porém, nos anos de 1980 e 1990, essa ausência era ainda mais acentuada – dos 427

municípios existentes no período, apenas 0,9% ³ dos políticos eleitos para o Executivo, em 1992, eram mulheres no estado do Rio Grande do Sul. Este fato vai ao encontro de Biroli (2018), quando ela afirma que as configurações das fronteiras entre esfera pública e privada implicam em locais diferentes para homens e mulheres, visto que a presença feminina no espaço público possui filtros, como responsabilidades domésticas, sem mencionar outros recortes determinantes no que diz respeito à presença ou ausência nesta área, como racial e de classe. Esse seria um dos fatores que explicariam esta diferença. Ademais, além de poder ser considerada como um ponto fora da curva por ser eleita ao cargo de Prefeita sendo mulher durante o referido período e contexto de baixíssima participação feminina, Valserina se destaca como figura pública da região da Quarta Colônia, onde obtém relevante simpatia da população e liderança regional também. Nesse sentido, se faz necessário um estudo mais profundo para a análise desta trajetória, para que assim melhor se compreenda historicamente além de abordar teoricamente este episódio e contribuir com a historiografia política do Estado.

Para fazer esta pesquisa, serão feitas entrevistas com a Prof^a Valserina, além de pessoas que forem indicadas através destas conversas como importantes em sua trajetória política, utilizando como base metodológica a História Oral, de cunho qualitativo. Para tanto, o primeiro encontro teve um recorte abrangente, para que ela pudesse falar dos aspectos mais gerais de sua trajetória, onde consegui em aproximadamente 1 hora de conversa, conhece-la melhor. Questões referentes a sua infância, adolescência, início de sua carreira profissional, principais obstáculos enfrentados, além do período ao qual esteve à frente da presidência da Comissão de Emancipação do município e posteriormente, seu primeiro mandato no Executivo Municipal, foram abordadas. As próximas entrevistas servirão para esclarecer pontos que sejam necessários e também tocar em assuntos que possam ter sido esquecidos, utilizando roteiros pré-estabelecidos com eixos temáticos.

Junto as entrevistas, haverá pesquisas em acervos pessoais e públicos, que colaborem na construção do estudo sobre a trajetória política da Prof^a Valserina e que corroborem com a narrativa histórica. Como material auxiliar, poderá ser utilizado documentos e fotos que ajudem

³ Os dados quantitativos apresentados neste trabalho foram obtidos no site da Tribunal Regional Eleitoral. Resultado das eleições municipais. 1992. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes/1992>>. Acesso em: 10 maio 2019.

na rememoração e comprovação dos fatos. Além disso, a crítica interna sob o interlocutor e a externa, sob as informações cedidas, são fundamentais para pesquisas que lidem com a memória e narrativas (SALTALAMACCHIA, 1992).

Ao fazer as entrevistas, utilizarei um gravador para captação do áudio das conversas e posterior transcrição. Ademais, será necessária sua prévia autorização por escrito em um documento de cessão dos direitos para o uso da entrevista. Para tanto, a referida obra Manual de História Oral de Alberti (2013), servirá de referencial procedimental e ético quanto a análise das entrevistas.

Outrossim, Debert (2004) salienta que há uma relação dialógica entre o informante e o analista, tornando necessária a precaução no que chama de “violência implícita”, que seria em suas palavras, “(...) [o] procedimento que envolve a imposição, aos informantes, de categorias que não lhes dizem respeito, vindas de uma teoria exterior a eles ou ao conjunto de valores próprios do pesquisador (...)” (p. 142). Ou seja, ao analisar as entrevistas e formular novas questões e teorias, deve-se estar ciente da possibilidade de que as teorias a serem aplicadas podem divergirem de crenças particulares do informante – porém, essa divergência, em muitos casos, é inevitável.

Tratando-se da Quarta Colônia, mais especificamente no município de SJP, é trazido com os imigrantes italianos do século XIX a figura da *Nonna* ou *Mamma*⁴, que são as matriarcas das famílias italianas e que possuem um papel forte dentro do eixo familiar. Como muito bem percebe Zanini (2006) em sua pesquisa antropológica, indo ao encontro de Biroli (2018), o pai de família perdeu sua autoridade suprema e a mãe, trabalha fora e já não é mais submissa, e nesse contexto de maior “êxodo doméstico”, a *Nonna* e a *Mamma* possuem grande sacralidade por serem uma importante base familiar. Sendo assim, o respeito a estas figuras femininas aliadas à conquista do espaço público, podem resultar em maior representatividade em diversas esferas da sociedade, como na política – que será demonstrado neste trabalho através da trajetória política da Prof^a Valserina.

Esta inserção política, não acontece sem que muitas barreiras antes sejam rompidas. Nesse sentido, Bourdieu (2019) introduz às discussões de gênero a violência simbólica, “(...) o

⁴ Forma a qual os imigrantes italianos referem-se as matriarcas da família, sendo *Nonna* referente à Avó e *Mamma*, Mãe.

exemplo, por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas” (p. 12). Ou seja, dialogando com Biroli (2018), a privação da mulher à um espaço doméstico se insere como uma violência simbólica. Porém, como a empiria observada por Zanini (2006) na região da Quarta Colônia, este paradigma já mostra mudanças, quando a mulher conquista mais representações nos espaços públicos.

Considerando os fatores como a influência da cultura italiana do trabalho antropológico de Zanini (2006), os estudos de gênero na Ciência Política apresentados por Biroli (2018), a análise sociológica da dominação masculina nos mais diversos âmbitos discutidos por Bourdieu (2019) e o contexto historiográfico da Quarta Colônia pesquisado por Bolzan (2015), quando cruzados com as entrevistas da Professora Valserina, tornar-se-á possível o esclarecimento da destacável trajetória política, bem como a forma que sua imagem pública se perpetua com prestígio e força na região central do Estado até os dias de hoje.

Por tratar-se de uma pesquisa, que está em andamento em caráter inicial, apenas uma primeira entrevista que visava a coleta de informações gerais acerca da trajetória de vida, bem como a política, da Prof^ª Valserina foi feita. De qualquer forma, é possível perceber que este protagonismo demonstrado faz parte da história da criação do município de SJP, além do desenvolvimento regional através do CONDESUS, contrariando padrões na época e ainda hoje sendo algo que desperta interesse e curiosidade. O caráter precursor que a referida personagem possui é de importância inestimável para a região e uma pesquisa acurada de sua trajetória só tem a contribuir para historiografia e compreensão da Quarta Colônia.

Palavras-chave: Quarta Colônia de Imigração; Trajetória Política; História das Mulheres.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral: revista e atualizada. 3. ed. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2013. 386 p.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. 290 p.

BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. 227 p.

BOLZAN, Moacir. Quarta Colônia da Fragmentação à Integração. Santa Maria: Jbgdesign, 2015. 416 p.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 207 p.

CARDOSO, Ruth C. L.; DEBERT, Guita G. (Org.). A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 158 p.

SALTALAMACCHIA, Homero R.. La historia de vida: Reflexiones a partir de una experiencia de investigación. Caguas, Puerto Rico: Ediciones Cijup, 1992. 236 p.

SPONCHIADO, Breno Antonio; PADOIN, Maria Medianeira; CRUZ, Jorge Alberto Soares (Org.). Imigração e Quarta Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho. 2. ed. Santa Maria: Editora Ufsm, 2019. 544 p.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade no Brasil Meridional: A construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS. Santa Maria: Editora UFSM, 2006. 256 p.

_____. Nós e as “antigas” – italianidade, gênero e família. Sem. Internacional Fazendo Gênero 7. Santa Catarina, 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Catarina_Zanini_55.pdf (Acesso: 16/06/2019).

PERRFIL SOCIAL DE POPULARES NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM SANTA MARIA/RS (1918-1922)

Lucas Soares Machado¹
Orientador: Luís Augusto Ebling Farinatti²

¹ Graduando no curso de História – Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É pesquisador de iniciação científica no projeto Hierarquia social, trabalho e família no sul do Brasil (século XIX), coordenado pelo professor doutor Luís Augusto Ebling Farinatti, com bolsa FAPERGS, e membro dos grupos de pesquisa História Social do Século XIX e GEPA – Grupo de Pesquisa sobre o pós-Abolição. E-mail para contato: lucas.machado.s@hotmail.com.

² Professor do Departamento e do Programa do Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris, França. Possui mestrado em História do Brasil pela PUCRS e graduações em História e em Direito pela UFSM. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq "Sociedade e hierarquias no Brasil Meridional (1750 – 1930)". Desenvolve pesquisas sobre a História do Brasil do século XIX, atuando principalmente nos seguintes temas: História agrária, hierarquias sociais, história da família, fronteira, história urbana e construção do Estado no Brasil. E-mail para contato: lafarinatti@gmail.com.

Resumo: Esta comunicação, que consiste do projeto de trabalho de conclusão de graduação em História, procura se inserir na crescente historiografia da cidade de Santa Maria, RS. Essa cidade, cuja povoação data do final do século XVIII, tem uma história rica em conflitos e tensões sociais característicos do convívio entre populações indígenas, colonizadores europeus e trabalhadores escravizados de origem africana. Em meio a esses conflitos se forma a sociedade santa-mariense, a qual será analisada numa perspectiva de história social das classes populares.

É de interesse desta pesquisa especificamente o período conhecido na historiografia brasileira como Primeira República, entre os anos de 1889 e 1930. Vê-se nesse período uma série de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais advindas de grandes transformações, tais quais a Abolição (1888), a proclamação da República (1889) e o início do fenômeno que pode ser chamado de modernização. Esse fenômeno, ligado ao advento da República, é bem definido por Sandra Pesavento no seguinte trecho:

Ao mesmo tempo que o poder burguês se estruturava, consolidava-se política e administrativamente, criava instituições, difundia normas e valores, criava leis e pautava a conduta dos cidadãos, ocupava terras e erguia fábricas, remodelava cidades e propunha novos modelos de educação, erguia-se também uma outra República, a dos cortiços e dos porões superlotados, das longas jornadas de trabalho, das greves, dos botequins, das brigas de navalha, dos subalternos, enfim (PESAVENTO, 1995, p. 12).

Podemos compreender, então, os primeiros anos de República no Brasil como um período de afirmação e solidificação de um controle burguês, emanando de instituições governamentais, como no caso da educação e do policiamento, mas também de outras esferas da sociedade, como nos periódicos da época. Essa burguesia, que em muito emulava padrões de comportamento e cultura europeus, via-se num (e descrevia um) país repleto de uma população pobre, preguiçosa, violenta, desprovida de bons modos. Era, em suma, uma oposição entre civilização e barbárie, na qual a burguesia tentava impor suas normas civilizadoras a fim de controlar a mão de obra subalterna. Mas é importante frisar, como faz Sandra Pesavento (1995, p. 12-13), que nem toda intenção burguesa de dominação era bem-sucedida, tendo em vista que os populares assimilavam certas condutas de acordo com sua visão de mundo, ao passo que resistiam a outras e impunham suas próprias.

Esse campo da historiografia tem sido muito explorado pela História Social, com abordagens que variam da análise serial à micro-história. Também a História Cultural se engajou em compreender as relações entre cultura burguesa e popular nesse período. Busco me inscrever, especificamente, no campo da História Social, isto pela crença em que as relações sociais entre os diferentes agentes históricos dão uma visão significativa da realidade histórica do passado que se deseja desbravar.

Para isso, esta pesquisa será realizada através de uma fonte rica em informações e complexa na sua elaboração. Trata-se do Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria. Essa documentação foi utilizada como uma ficha de cadastro, ou de controle, de entrada de pacientes no referido Hospital, fundado no ano de 1903. A instituição foi criada através da articulação entre a municipalidade, o governo estadual e uma parcela da elite santa-mariense composta por profissionais da área da saúde. Sua principal função era, como o nome sugere, a caridade, entendida como atitude cristã e civilizada, voltada à população pobre que não teria condições de pagar seus tratamentos médicos. Além disso, o Hospital possuía convênio para atender soldados da Brigada Militar e da Guarda Municipal, assim como os trabalhadores da estrada de ferro. Quando um paciente dava entrada na instituição, uma ficha cadastral era preenchida³, contendo, entre outros itens, nome, idade, cor, estado civil, profissão e nacionalidade. Tendo em vista a riqueza de informações, alguns trabalhos de História Social (BRUNHAUSER, 2018; SANTOS, 2017) têm sido realizados com essa fonte como material primário.

Os trabalhos apontados utilizaram a fonte de formas diferentes. Gabriela Rotilli dos Santos (2017) focou nas mulheres representadas na documentação. Ela percebeu que estas apareciam em menor quantidade do que os homens e apontou algumas hipóteses: que os homens buscavam mais o serviço do Hospital para ter maior estabilidade no trabalho, além do incremento que certamente vinha do convênio para militares e ferroviários; que as mulheres poderiam buscar outros tratamentos, escapando do serviço médico institucionalizado e optando por atendimentos caseiros. Utilizando a mesma fonte, Felipe Farret Brunhauser (2018) buscou olhar para as crianças, a fim de compreender de que forma estas se inseriam no universo do

³ A complexidade da fonte se dá justamente pelo fato de não serem imediatamente óbvios os critérios de preenchimento, nem em que medida os pacientes colaboravam dando informações para o registro.

trabalho e da violência. Suas conclusões apontam diferentes percepções acerca da infância. O autor demonstrou que um traço era utilizado na fonte para apontar que uma criança ainda não tinha estado civil nem profissão, mas que esse preenchimento variava em sexo, idade e cor.

Pretendo seguir um caminho semelhante, mas optando pelo quadro mais amplo, sem escolher uma categoria em particular. O recorte temporal é dos anos de 1918 a 1922, compreendendo cinco anos de um período em que a dita modernização já estaria avançando mesmo no interior do Rio Grande do Sul (GRUNEWALDT, 2010).

Os principais objetivos do trabalho são: elaborar um perfil social dos populares santamarienses no início do século XX; comparar esse perfil com pesquisas para outras localidades (Porto Alegre, por exemplo); fazer alguns apontamentos sobre a vida desses populares com base em seus perfis; corroborar ou discordar com alguns pontos da história gaúcha dita tradicional. Por “perfil social” entendo um quadro que expresse, de forma quantitativa, quais as principais características dessa população atendida pelo Hospital, quer seja de maioria masculina ou feminina, quer seja de maioria branca ou não-branca, solteira ou casada, além de conferir sua atuação profissional e perceber de que forma essas categorias se relacionam umas com as outras (que a maioria dos homens negros eram solteiros e não tinham profissão fixa, por exemplo). Os apontamentos a respeito da realidade desses populares poderão ser feitos cotejando os resultados com a historiografia consolidada. Já o questionamento da história tradicional tem a finalidade de confrontar discursos sobre a “branquitude” do estado gaúcho, sua suposta proximidade com a Europa e distanciamento do restante do Brasil.

A história de Santa Maria é ligada à produção agropecuária, com a existência de grandes estâncias, pequenos núcleos de trabalho familiar, assim como de trabalhadores escravizados (FARINATTI, 2010). A cidade também vai ser fortemente impactada pela construção da ferrovia que ligava Porto Alegre a Uruguaiana, além de Rio Grande e São Paulo (PADOIN, 2010). Lá conviveram pequenos lavradores nacionais, indígenas missioneiros, trabalhadores escravizados de origem africana e imigrantes europeus (alemães e italianos) (GRIGIO, 2018). Um quadro que a historiografia já provou ser bastante diverso.

Portanto, por um lado, desconstruir a visão europeizante da realidade histórica gaúcha já é tarefa levada a cabo com muito empenho por diversos historiadores e historiadoras. Ainda assim, mais pesquisas pontuais precisam ser feitas para destacar essa diversidade étnica que em

muito contradiz a tradição. Além disso, conhecer o perfil social da população mais pobre de Santa Maria nesse período ajuda a compreender o fenômeno da modernização no Brasil, fugindo dos eixos centrais do país, tais quais São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. E não menos importante, escrever sobre populares é uma forma de dar voz àquelas pessoas que foram excluídas da história e não tiveram a chance de deixar seus registros para a posteridade. Essa é uma das tarefas das historiadoras e historiadores.

Pretendo, então, utilizar o método serial para trabalhar com essa fonte. O Livro de Registro de Entrada tem características ideais para essa abordagem, pois é massivo, homogêneo e reiterativo (FARINATTI, 2008). Isto é: apesar de ser um só documento, as entradas de pacientes e seus registros são muito numerosos; o caráter das entradas é homogêneo, pois conta com os mesmos parâmetros descritivos; e os registros se repetem no tempo por várias décadas. Assim, é possível unir todos os registros para os cinco anos selecionados e analisá-los de forma quantitativa. Apesar disso, uma possibilidade não descartada é a incursão qualitativa através de outras fontes, como relatórios do Hospital de Caridade e jornais do período.

No momento a pesquisa está em estado inicial e nenhum resultado pode ser apontado. O trabalho inicialmente deve focar no fichamento das fontes (já feito por colegas pesquisadores até o ano de 1919). Algumas das hipóteses que podem ser lançadas dizem respeito à configuração étnico-racial da população estudada. As pesquisas de Santos (2017) e Brunhauser (2018) apontam uma certa paridade entre brancos e não-brancos, apesar de Santos apontar, como já mencionado, a predominância masculina. Espera-se que a incursão pelo recorte temporal selecionado aponte se há a continuação dessa tendência ou um recuo; acredita-se, em geral, que a pesquisa atestará à diversidade étnico-racial presente no município, indo de encontro às formulações europeizantes da história regional. Da mesma forma, espera-se perceber de forma mais acurada um fenômeno que vem sendo notado pelos pesquisadores que utilizam essa fonte, nominalmente a redução de categorias de determinação de cor. Esse “afunilamento” é percebido conforme os anos avançam, sendo que no final da década de 1910 já há uma considerável redução dessas categorias para as três principais: branca, parda e preta. É de interesse desta pesquisa inquirir sobre esse fenômeno e atentar à sua continuidade no tempo.

Palavras-chave: Santa Maria; Primeira República; classes populares.

REFERÊNCIAS

BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921)**. 2018, 84 p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90** v. 15, n. 28, Porto Alegre, 2008.

_____. Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX). In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs). **Nova História de Santa Maria** – Contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2010, p. 243-266.

GRIGIO, Ênio. “**No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse**”. A comunidade negra de Santa Maria e sua Irmandade do Rosário (1873-1942). Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2018.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs). **Nova História de Santa Maria** – Contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2010, p. 335-348.

PADOIN, Maria Medianeira. A viação férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs). **Nova História de Santa Maria** – Contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2010, p. 321-334.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. 87 p.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913)**. 2017, 52 p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

WITTER, Nikelen Acosta. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (orgs). **Nova História de Santa Maria** – Contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2010, p. 267-285.

PARA ALÉM DA BARBÁRIE: FRONTEIRAS ENTRE OS *MODUS VIVENDI* NÔMADE E GRECO-ROMANO NA ANTIGUIDADE TARDIA (SÉCULO V – VI EC)

Rodrigo dos Santos Oliveira¹
Semíramis Corsi Silva²

Resumo: Do Rio Dniepre, a oeste, até o Rio Ural, a leste, e do cinturão de floresta taiga até o Mar Negro e o Cáucaso, de norte a sul, encontra-se localizada a estepe pôntico-cáspia. Conhecida na Antiguidade como os territórios da Ciméria, Cítia e Sarmátia, a região abrigou no decorrer de um milênio, entre os séculos V aEC e V EC, diversos grupos nômades de etnicidades distintas. Fora também um espaço sobre o qual os antigos gregos construíram um vasto imaginário, das descrições etnográficas de Heródoto (século V aEC) e das teorias geográficas da causalidade de Hipócrates (século V aEC) às descrições geográficas de Estrabão (século I aEC).

Esta pesquisa se situa cronologicamente no que Michael Maas e Nicola Di Cosmo (2018) recentemente conceituaram como *Antiguidade Tardia Eurasiática*. O conceito visa estender geográfica e culturalmente o que Peter Brown (1989) havia definido como Antiguidade Tardia. Desta forma, o período denominado *Antiguidade Tardia Eurasiática* cobre meio milênio, da segunda metade do século III à primeira metade do século VIII, e engloba as populações da estepe central eurasiática e dos Impérios romano, iraniano e chinês. A proposição deste novo conceito tem o intuito de tirar o foco de uma Antiguidade somente greco-romana e um momento Tardio unicamente romano. É também a tentativa de apresentar a Eurásia como um objeto de análise unificado, conectando a Europa com as múltiplas transformações que ocorreram em outros lugares da Eurásia, sendo possível, deste modo, compreender fenômenos

¹ Estudante de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH – UFSM) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo e Mediterrâneo (GEMAM – UFSM), e bolsista CAPES de Pós-Graduação.

E-mail: rodrigo.santos.oliveira.1994@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Possui Doutorado (2014), Mestrado (2006) e Graduação (2003) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca). É coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFSM - GEMAM/UFSM.

E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br

históricos como a aparição do cristianismo na China, as redes de comércio da Ásia Central e as relações diplomáticas do Império Romano do Oriente com grupos nômades da estepe eurasiática através de uma perspectiva de histórias interconectadas.

A partir do que entendemos como o período da Antiguidade Clássica, os gregos foram responsáveis pela elaboração de teorias sobre a estepe eurasiática e os grupos que a habitavam. Além das descrições etnográficas, como as de Heródoto, foram elaboradas diversas teorias de cunho etnogeográfico sobre como o clima e o terreno afetavam as populações do mundo. Autores como Plínio o Velho, Pompônio Mela e Cláudio Ptolomeu afirmavam que o homem greco-romano era comedido pois habitava o temperado clima mediterrânico e assim era capaz de dominar o próprio temperamento. Dentro desta corrente de pensamento, os nômades eram interpretados como selvagens e incapazes de crescer devido a características como o frio, a umidade e a infertilidade do território em que viviam. Estas teorizações, portanto, permearam a cosmografia greco-romana desde seu surgimento com Hipócrates no século V aEC. Não obstante, Prisco de Pânio (século V), Procópio de Cesareia (século VI) e Menandro Guardião (século V), autores foco desta pesquisa, foram influenciados por estas concepções *quasi-deterministas*.

Diante disto, este estudo se propõe a analisar textos em grego e latim dos séculos V e VI sobre grupos considerados como *nômades* pelas fontes greco-romanas, de modo a compreender como cada um dos autores selecionados apresentam ou representam estes grupos, assim como de que maneira esta representação se relaciona com a alteridade greco-romana e com os objetivos de cada autor ao escrever sua obra. Apesar de importantes para a gênese do conceito de nômade, autores como Heródoto e Hipócrates não serão centrais em nossa análise, tampouco autores posteriores como Estrabão e Amiano Marcelino (século IV EC). Destarte, daremos enfoque no que escreveram Prisco de Pânio (século V), Jordanes (século VI), Procópio de Cesareia (século VI) e Menandro Guardião (século VI), autores do contexto da Antiguidade Tardia.

Como objetivos específicos, procuramos entender a relação e inserção de cada um destes historiadores dentro da política romana em seus respectivos contextos. Buscamos também traçar aspectos sócio biográficos de cada um dos autores e a partir daí compreender porque os nômades foram representados da forma como foram, assim como tentamos compreender o

significado político de se escrever histórias na Antiguidade, em especial na Antiguidade Tardia, e se esse significado de escrever histórias, descrever povos e relações políticas e de negociação se modificará de autor para autor. Para além disto, objetivamos refletir sobre a existência de dois modelos em disputa na Antiguidade Tardia, um *classicizante* e outro *eclesiástico*, e como os autores selecionados para esta pesquisa estavam inseridos nestes modelos.

Nossa busca se insere dentro dos atuais estudos sobre Antiguidade Tardia e nomadismo. Livros como o recentemente publicado *Empires and Exchanges in Late Antiquity* (2018) tem, neste sentido, avançado na tentativa de se trabalhar um mundo antigo tardio através de um viés integrativo. No entanto, apesar de irmos ao encontro de diversas das análises propostas neste livro, nossa pesquisa procura entender a perspectiva romana através do viés de uma alteridade entre *modus vivendi* distintos. Entendemos, por conseguinte, a existência de uma fronteira sociocultural entre dois modos de vida que bastante se diferem: de um lado o *modus vivendi* greco-romano, calcado na convivência em espaços urbanos, seja a *urbs* romana ou a *polis* grega; do outro lado um *modus vivendi* nômade, baseado na vida sobre o cavalo e na busca constante por novos pastos. Ademais, buscamos também nos inserir em uma espécie de vazio historiográfico existente, onde carecem análises mais críticas sobre identidades, etnicidades e alteridades na Antiguidade Tardia. Especialmente quando em relação aos diversos grupos nômades da Eurásia Central, cuja cosmografia grega contribuiu para a construção de uma visão pejorativa, aprofundada posteriormente por um processo de demonização por parte de escritores cristãos.

Como aporte teórico, serão operacionalizados conceitos como *fronteira*, *etnicidade* e *nomadismo*. Para o conceito de fronteira, concordamos com a afirmação de Fredrik Barth (2000, p. 20), de que a fronteira “significa uma síndrome de ideias, variando desde uma linha imaginária desenhada no chão, através de várias separações abstratas e distinções nos campos da organização política e social, a um esquema para conceitualizar a própria ideia de distinção”. Compreendemos, então, que as fronteiras (sejam elas geográficas, étnicas, políticas, de gênero, dentre outras) não são formadas somente por elementos de separação, mas também por negociações, conflituosas ou não.

Para o conceito de etnicidade, vamos ao encontro do quê Étienne Balibar (1991) conceituou como *etnicidade fictícia*. Em nossa concepção, as etnicidades encontradas dentro

das fontes greco-romanas são fictícias no sentido de que são “fabricações”. Entendemos, portanto, que as etnicidades são fabricadas para obedecer a uma narrativa hegemônica (ou metanarrativa) mais poderosa, elas são impostas aqueles que são identificados ou pertencem a um designado grupo étnico. O conceito de Balibar (1991), todavia, fora pensado como forma de entender os grupos étnicos dentro da construção dos Estados-Nação no século XIX. Em nosso caso, podemos traduzir o conceito para o contexto da Antiguidade ao entender que as etnicidades contidas nas fontes são uma fabricação romana no sentido de que são moldadas para se enquadrar dentro de uma metanarrativa que busca explicar e dar sentido ao mundo.

Há ainda o conceito utilizado para definir os grupos que analisaremos, *nomadismo*. Temos ciência de que o conceito já era utilizado pelos antigos gregos, tanto Heródoto quanto Hipócrates já compreendiam o significado de ser nômade (*nomades*): andavam em carroças, sobre o cavalo, não semeavam nada e recorrentemente buscavam por novas pastagens. Os autores escolhidos para nossa análise compreendiam o que era ser nômade, mesmo que não implicassem diretamente o conceito em seus textos. O nosso interesse pelo conceito de nomadismo também se valerá de análises mais recentes, como as propostas por Khazanov (1994), Denis Sinor (2008), dentre outros.

Metodologicamente, procuramos analisar as fontes interna e externamente. A análise interna é o estudo da linguagem e do conteúdo através dos conceitos e propostas teóricas por nós descritas. A análise externa, por sua vez, será feita a partir do cruzamento das fontes primárias com as fontes secundárias, de modo a entender quem foram os autores, o significado de história para o contexto da Antiguidade Tardia, o contexto no qual estes viveram, questões sobre etnicidade, a inserção dos respectivos autores na política e administração do Império romano, etc.

Ademais, como já fora descrito, os autores analisados por nossa pesquisa serão Prisco de Pânio (século V EC), Procópio de Cesareia (VI EC), Jordanes (VI EC) e Menandro Guardiã (VI EC). Para a análise de Prisco de Pânio, é utilizada a tradução dos Fragmentos de sua obra por Roger C. Blockley incluída em seu livro *Classicising Historians of the Late Roman Empire* (1981); sobre Procópio, analisamos sua *História das Guerras*, em específico as *Guerras Pérsicas* e as *Guerras Góticas*, em tradução de H. B. Dewing, incluído na *History of the Wars* (1915); já para Jordanes, analisaremos sua obra mais popular, *De Origine Actibusque Getarum*,

ou Getica. A tradução utilizada é a de C. C. Mierow, *The History of Jordanes* (1915); por fim, será utilizada novamente uma tradução de Roger C. Blockley, *The History of Menander the Guardian* (1985). Assim como Prisco de Pânio, a obra de Menandro Guardiã também é de caráter fragmentário, e Blockley fora responsável por organizar estes fragmentos em ambas as traduções.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Etnicidade; Nomadismo.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

HERÓDOTO. **The Persian Wars**: books 3-4. Traduzido por A. D. Godley. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1969.

HIPÓCRATES. **Air Waters Places**. Traduzido por W. H. S. Jones. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1923.

MENANDRO. **The History of Menander the Guardsman**. Traduzido por R. C. Blockley. Liverpool: Redwood Burn Ltd, 1985.

PRISCO. *Priscus*: text and translation. In: **Classicising Historians of the Late Roman Empire**: Eunapyus, Olympiodorus, Priscus and Malchus. Traduzido por R. C. Blockley. Liverpool: Redwood Burn Ltd, 1981.

PROCÓPIO. **History of the war**. Traduzido por H. B. Dewing: Harvard University Press, 1962.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALIBAR, E. The Nation Form: History and Ideology. In: BALIBAR, E.; I. M. WALLERSTEIN. **Race, Nation, Class**: Ambiguous Identities. London, New York: Verso, 1991.

BARTH, F. Boundaries and connections. In: COHEN, A. P. (edit.). **Signifying Identities**: Anthropological perspectives on boundaries and contested values. London: Psychology Press, 2000.

BROWN, P. **The World of Late Antiquity**: AD 150-750. New York: Norton, 1989.

DI COSMO, N.; MAAS, M. (Edits.). **Empires and exchanges in Eurasian Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

KHAZANOV, A. M. **Nomads and the Outside World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SINOR, D. (Edit.). **The Cambridge History of Early Inner Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

5. HISTÓRIA DO ESPORTE E DAS PRÁTICAS LÚDICAS

INTERNACIONAL DE SANTA MARIA NA TAÇA DE OURO DE 1982: A TORCIDA NAS PÁGINAS DO JORNAL A RAZÃO

Elias Costa de Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso da imprensa santa-mariense sobre a torcida e como a mesma contribuiu na participao do Esporte Clube Internacional de Santa Maria na Taa de Ouro de 1982, equivalente ao Campeonato Brasileiro Série A, competio que abrange os melhores times do País. Foram utilizadas como fontes históricas o Jornal A Razão, fazendo um recorte a partir da segunda fase do campeonato. A Taa de Ouro era disputada em oito grupos com cinco equipes cada, em jogos de turno e retorno, os três melhores classificavam-se e o quarto colocado disputaria a repescagem da Taa de Ouro.

O ano de 1982 foi um período de abertura política no Brasil, após muitas décadas de Ditadura Civil-Militar, o ano foi marcado por debates sobre a democracia, porém, ainda estavam evidentes os acontecimentos do atentado do Riocentro e o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre (FRAGA,2011). Mesmo em um contexto de abertura para a democracia, ainda o contexto político foi marcado pelo regime militar.

Neste artigo analisamos o jornal A Razão de 1982, sendo sete matérias do jornal, as datas analisadas foram: 2 de maro, 06/07 de maro, 09 de maro, 11 de maro, 12 de maro, 16 de maro, e 27/28 de maro. Identificamos a participao e o engajamento da comunidade santa-mariense com o time, mesmo com poucas reportagens relacionados a torcedores, sócios, torcidas organizadas ou viagens da torcida para acompanhar o time

Na primeira fase o Inter de Santa Maria ficou em terceiro lugar, classificando-se, atrás da Anapolina de Goiás e do XV de Jaú de São Paulo, ainda na chave tinha o Londrina do Paraná e o Joinville de Santa Catarina. Na segunda fase ficou no grupo do tradicional

¹ Graduado em História Licenciatura/Bacharelado Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Pós-graduando em Gestão Educacional Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: eliascostaiff@hotmail.com.

Vasco da Gama do Rio de Janeiro, juntamente com o América também do Rio de Janeiro, que sagrou-se campeão da Taça dos Campeões de 1982, completando o grupo I a equipe do Operário de Mato Grosso do Sul.

Jogou duas vezes no templo do futebol mundial, o Maracanã, as duas partidas foram contra o América/RJ e o grande Vasco da Gama, jogavam no clube carioca o ídolo Roberto Dinamite e tinha como goleiro o grande Mazzaropi, com passagem pela seleção brasileira, a equipe vascaína era treinada por Antônio Lopez. O jogo em Santa Maria foi vencido pelo Inter SM, com uma goleada de 3x0, sobre o gigante Vasco da Gama, apesar da vitória a equipe de Santa Maria não conseguiu classificar-se para as oitavas de final.

A cidade de Santa Maria foi levada para o cenário nacional através do futebol local, percorrendo diversos estados brasileiros, a comunidade santa-mariense orgulhosa do clube lotava o estádio Presidente Vargas, conhecido como Baixada Melancólica, e nos jogos fora de casa esforçavam-se para acompanhar o time. A história do clube se confunde com a história da cidade de Santa Maria, no ano de 1982 o Inter SM foi notícia em todos os rádios e jornais da época, os jogadores eram estrelas na cidade.

As narrativas do futebol de Santa Maria na década de 80 tornou-se o orgulho da cidade e região, uma vez que nos artigos do Jornal afirmavam que torcedores e desportistas das cidades vizinhas acompanhavam os jogos do Internacional de Santa Maria. Embora o Inter/SM fosse a principal notícia nos jornais esportivos ainda dividia espaço com o futebol amador, o Jornal atualizava os jogos que aconteciam na cidade e quando uma equipe amadora jogava fora de Santa Maria.

Sabemos a importância do estudo da imprensa para a reconstrução histórica dos fatos, sobretudo do esporte, (re) construindo outras oportunidades dentro da própria historiografia, como nos afirmam Kreniski e Aguiar (2011, p.2-3):

Sendo assim, o estudo da imprensa vem se constituindo num dos elementos fundamentais para a reconstrução da história, que através do seu intermédio pode aproximar-se das práticas políticas, econômicas, sociais e ideológicas dentro dos diversos setores que compõem uma sociedade de forma dinâmica. Dessa maneira a imprensa tornou-se uma fonte rica e diversificada de conhecimentos, não apenas para construção de uma história da imprensa, mas abrindo a historiografia para outras possibilidades de estudo fugindo assim da historiografia tradicional.

Trabalhar com a imprensa é um compromisso na interpretação dos acontecimentos, podendo reconstruir os fatos através dos meios de comunicação mais utilizado no século XIX, os jornais foram as ferramentas mais utilizadas naquele período (Kreniski e Aguiar, 2011). Como historiadores devemos estar atentos ao tempo-histórico e a conjuntura política que estava inserida a sociedade, nesse sentido a historiadora Lapuente nos afirma que:

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado, por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico (LAPUENTE, 2015, p.6)

Muitas vezes os jornais estão atrelados as classes sociais dirigentes, ficando explícito seus interesses políticos, sociais e econômicos, enquanto pesquisadores temos que fazer uma análise do discurso impostos pelos jornais. Não devemos analisar somente as questões objetivas, mas também as questões subjetivas, as narrativas “entre linhas”, que estão nos periódicos.

Análise de Dados

A capa do jornal A Razão de 02 de março de 1982 teve como manchete “Torcida eufórica com a vitória do Inter”, na parte esportiva trazia a nota que cada esportista teve e uma entrevista do jogador do Inter/SM, Chicota, no qual dedicava a vitória a torcida, afirmando: “espero continuar assim para dar muitas alegrias à nossa torcida” (...) “quero oferecer esta vitória à nossa fiel torcida, ela que está sempre a nosso lado mesmo nos momentos de derrota”.

Ainda na parte esportiva foi tirada uma foto da torcida do Inter/SM, provavelmente da torcida organizada, com a seguinte legenda “torcida que praticamente lotou o estádio da Baixada, foi um dos fatores da vitória do Inter/SM”.

A reportagem nesse dia é marcada pelo o apoio incondicional que o torcedor do Inter/SM teve, lotando o estádio, mesmo em um período marcado pelo regime militar, cerceando a liberdade individual, como nos afirma Toledo:

É relevante correlacionar o surgimento dessas instituições torcedoras a um contexto mais amplo de valorização das instituições populares, num período em que os direitos políticos e a cidadania estavam cerceados pelo regime militar. Contrários ao modelo autoritário que também gerenciava os times de futebol, grupos de torcedores mobilizaram-se em torno de instituições mais alternativas e paralelas ao futebol das elites dirigentes. (TOLEDO, 2010, p.178)

Na reportagem do dia 06/07 de março é a única que fala sobre alguma torcida organizada, nos outros momentos cita a torcida de forma genérica, nessa reportagem fala sobre a preparação da torcida para a viagem ao Maracanã. A reportagem afirma: “colorados deverão acompanhar o Inter ao Rio de Janeiro. A torcida organizada – Garra Jovem- está acertando detalhes finais para estar presente nos dois jogos do time orientado por Tadeu Menezes”.

Esse é um dos aspectos das torcidas organizadas, estarem com o clube independentemente do local que será o jogo, os componentes das organizadas impulsionam as festas dentro do estádio dando visibilidade ao grupo (TOLEDO, 2010). Essas torcidas organizadas, especialmente na década de 1980 e de um clube de interior do Rio Grande do Sul restringiam-se somente as festas promovidas na arquibancada, como nos afirma Correia Sobrinho:

Ao contrário de outros fenômenos de expressão juvenil, como as gangues, por exemplo, e até mesmo do fenômeno torcedor inglês, os hooligans, as nossas torcidas estariam atuando dentro do que denominamos de “esfera da legalidade”, dentro do espaço aonde são reconhecidas como legais e legítimas representantes dos clubes, por torcedores, imprensa e o público de modo geral (CORREIA SOBRINHO, 1997, p. 02)

No dia 12 de março o jornal A Razão coloca como manchete “Torcida lamenta o vexame do Inter no Rio” após a goleada de 7x0 sofrida pelo Vasco da Gama, no Maracanã, sendo o maior estádio do mundo naquele período. Na reportagem esportiva traz seis entrevistas de torcedores de distintas profissões falando sobre o jogo. Torcedores que provavelmente não tinham ligações além de torcer para o mesmo time.

É muito provável que esses torcedores poderiam conhecer-se, mas em uma relação pontual nos dias de jogos ou em bares próximos ao estádio, na reportagem não especifica se fazem parte de alguma torcida organizada ou são sócios do clube ou que viajam para acompanhar o time, tem em comum o amor pela mesma equipe. Sobrinho e Cézar (2008, p.4) entendem que os (...) “laços de identidade e de solidariedade ficariam restritos ao espaço de duração dos jogos, podendo ser revividos em momentos do cotidiano desses torcedores, como em bares e rodas de amigos”.

No dia 16 de março no jogo contra o América do RJ que aconteceu no estádio Presidente Vargas fala sobre a derrota de 1x0 e sobre a torcida, “mesmo com a violenta chuva que caiu durante o segundo tempo, torcida colorada permaneceu no estádio incentivando o Inter”. O Jornal faz referência a torcida, que mesmo com a derrota e com a forte chuva não desistiu de apoiar o time do coração, provavelmente entonando músicas de apoio a equipe.

O torcer é umas das místicas que acontecem nas arquibancadas, sobretudo, nas arquibancadas de cimento com ingressos a preços populares, o time e torcida em um ritmo só, chorando ou cantando, mas no mesmo ritmo. Toledo (2010, p.180) afirma que “formas de jogar são cúmplices das formas de torcer e para a verificação desse fato basta observar o comportamento torcedor e as escolas de futebol mundo afora”. São as torcidas que impõem os ritmos nos jogos, com as charangas, papeis picados e outros adereços presentes nos estádio de futebol.

O jornal do final de semana de 27/28 de março não fala sobre a torcida, mas a capa são os jogadores cumprimentando a torcida em um estádio Presidente Vargas lotado, a torcida, provavelmente a organizada, fazendo um show de pirotecnia, hoje proibido nos estádios brasileiros. Foi o jogo da goleada contra o Vasco da Gama, vencido por 3 x0.

Essa goleada por 3x0 no Vasco da Gama é um dos principais jogos comentados por torcedores mais antigos que frequentam a “Baixada Melancólica”, lembrando as grandes vitórias e a boa fase do Internacional de Santa Maria em todo a sua história, esses torcedores lembram, alguns, com lágrimas nos olhos as vitórias do Clube. O torcedor sente-se pertencente a equipe de jogadores, porém, mais importante, pois é também o treinador, e até mesmo desafiando-se ser presidente, colaborando de forma informar com sugestões sobre o clube. Toledo nos conceitua sobre o torcer:

Não se trata somente de maneirismos reativos ao espetáculo, mas uma postura que leva à emoção. A inteligibilidade do jogo, que diz respeito à relação entre os que jogam e os que assistem, passa necessariamente por essa adesão corpórea existente “fora das quatro linhas”. Torcedores não jogam, é sabido, mas se contorcem, leem uma partida com os gestos, chutam juntos com os jogadores, como se diz comumente (...) Torcer não é como portar o RG, garantia de estabilidade do eu ante as razões de Estado, pois torcer faz parte de um universo de experimentações mais sujeitas às instabilidades de toda ordem (TOLEDO, 2010, p.180-183).

O torcedor é o grande patrimônio do clube, faz parte do espetáculo do futebol, muitas vezes assistimos a partidas com “portões fechados”, muitas vezes por punição de toda ordem, essas partidas são monótonas, chatas, parecendo que está faltando alguma coisa. O torcedor faz parte do espetáculo do futebol, sendo um dos principais elementos que compõe esse esporte.

No presente trabalho verificou-se a importância que a torcida do Esporte Clube Internacional de Santa Maria teve na segunda fase da Taça de Ouro, quando a torcida não foi citada diretamente, apareceu no jornal através de foto na capa, mostrando a festa que fazia na arquibancada. Conseguimos analisar a importância que a torcida teve no decorrer da segunda fase do campeonato, sendo juntamente com o time a protagonista em relação as festas dentro do estádio Presidente Vargas.

Palavras-chave: Esporte; Futebol; Internacional de Santa Maria

REFERÊNCIAS:

CORREIA SOBRINHO, J.. **Violência de Massa no Futebol:** um olhar clínico sobre o fenômeno das torcidas. Jornal Folha do Campos, Natal, p. 02-02, 1997.

FRAGA, G. W.. Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê. In: **XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: Anpuh - SP, 2011. v. 1. p. 1-17.

KRENISKI, G. C. P.; AGUIAR, M. C. P. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na empresa brasileira (1989-1991) – (60 horas). 2011. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: **10º Encontro da Rede Alfredo de Carvalho** (ALCAR), 2015, Porto Alegre. 10º Encontro Nacional de História da Mídia (ALCAR), 2015.

SOBRINHO, J. Correia.; CEZAR, H.I. Torcida Organizada de futebol: metamorfoses de um fenômeno de massa. **Revista eletrônica INTER-LEGERE-** número 03 (JUL/DEZ 2008).

TOLEDO, L. H.. Torcer: metafísica do homem comum. **Revista de História (USP)**, v. 163, p. 175-189, 2010.

Fontes

Jornal A Razão. Santa Maria, 02 de março de 1982.

Jornal A Razão. Santa Maria, 06/07 de março de 1982

Jornal A Razão. Santa Maria, 09 de março de 1982

Jornal A Razão. Santa Maria, 11 de março de 1982

Jornal A Razão. Santa Maria, 12 de março de 1982

Jornal A Razão. Santa Maria, 16 de março de 1982

Jornal A Razão. Santa Maria, 27/28 de março de 1982

ESPORTE CLUBE INTERNACIONAL DE SANTA MARIA: RECUPERAÇÃO E SALVAGUARDA DE ACERVO DE PAPEIS

Eduardo Bortolotti Silveira¹
Luzia Zimmermann Bortoluzzi²
Roselaine Casanova Corrêa³

Resumo: Este resumo visa apresentar o trabalho feito nos arquivos do Esporte Clube Internacional de Santa Maria, na disciplina de Projeto Coletivo de Extensão, do Curso de História da Universidade Franciscana (UFN). O local escolhido para os trabalhos foi um clube de futebol da cidade de Santa Maria (RS), que se localiza no Bairro Noal. A disciplina na qual foram desenvolvidas as atividades (PCE) aqui propostas, visa ações extensionistas que possibilitem a aproximação da academia com a comunidade local. Tais ações proporcionam uma troca enriquecedora de saberes e experiências entre os acadêmicos e a sociedade. As ações realizadas no clube objetivaram recuperar e organizar

¹ Autor: Acadêmico da Universidade Franciscana (UFN). E-mail: eduardo_bortolotti27@hotmail.com;

² Autora: Acadêmica da Universidade Franciscana (UFN). E-mail: luziazb97@gmail.com;

³ Orientadora: Coordenadora do Curso de História da Universidade Franciscana (UFN).

o acervo de papéis do ECISM, que contém diversos tipos de coleções, como atas, fichas de sócios, correspondências, dentre outros documentos. Tais ações proporcionam aos estudantes e ao próprio clube a percepção acerca da importância de salvaguardar os documentos do E.C. Internacional.

Introdução:

O Esporte Clube Internacional de Santa Maria é um clube de futebol nascido em 16 de maio de 1928. Sua fundação se deu por meio de alguns meninos que, cansados de ver o Riograndense Futebol Clube, dos ferroviários, levantarem taças e ganhar jogos desejavam que a cidade tivesse um time que pudesse ultrapassar o rival esmeraldino. Os seus fundadores tinham ligação com o comércio da cidade, sendo empregados ou pequenos proprietários de negócios. O local onde ocorreu a fundação e a primeira reunião do clube ocorreu no Café Guarani, um ponto de encontro da cidade à época.

Ao longo de sua história, o Esporte Clube Internacional acumulou diversas conquistas, como os títulos de Campeão Citadino na década de 1940; a fundação de seu estádio, em 1947; a participação nas principais ligas nacionais na década de 1980 e diversas campanhas vitoriosas nos campeonatos gaúchos que participou, fazendo frente aos clubes da capital do estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, o clube está na Divisão de Acesso do Campeonato Gaúcho, objetivando subir de divisão. A cada jogo, o clube movimenta a cidade para a realização de seus jogos, proporcionando uma opção de entretenimento e fortalecimento do esporte e do lazer em Santa Maria (RS).

A história de um clube de futebol está entrelaçada com a história da cidade a qual pertence e com sua comunidade. A realidade de clubes ditos ‘pequenos’ do Brasil é penosa em questões financeiras. Na maioria dos casos o investimento é curto para o que mantém vivo o clube - o futebol – e as demais atividades não raro são deixadas de lado, como os documentos históricos do clube e as estruturas próprias para armazená-los. O Esporte Clube Internacional de Santa Maria atualmente está inserido nesta realidade de austeridade financeira, devido às más administrações de gestões anteriores. Além disto, o descaso por parte das diretorias com os documentos de papéis - não considerando a importância para o próprio clube e para a comunidade - agrava a situação, ocasionando a perda das coleções.

O Projeto Coletivo de Extensão de 2019 visou melhorar esta situação de abandono com o acervo mencionado, preservando-o e armazenando-o de forma adequada. Assim, pretende-se que a coleção de papéis fique em boas condições de acesso e manuseio para a comunidade santa-mariense. Espera-se que o clube mantenha e destine maior importância para os documentos de papéis, pois são eles que mantêm armazenada a identidade histórica do clube e da cidade.

Tema:

A preservação do patrimônio de papéis do Esporte Clube Internacional de Santa Maria (ECISM).

Objetivos:

- Higienizar, organizar e armazenar a coleção de papéis do Esporte Clube Internacional de Santa Maria;
- Propiciar ao clube e a comunidade santa-mariense o acesso aos papéis a serem preservados;
- Preservar a longo prazo a coleção de papéis do clube.

Histórico do Clube a Metodologia de trabalho:

Para uma melhor compreensão acerca do clube, um breve histórico. A obra mais completa sobre o E.C.I. é o Almanaque dos 80 anos: E.C. Internacional, do jornalista Cândido Otto da Luz (2008). Nele está documentada a história da fundação do clube e seus subsequentes fatos anualmente descritos, até 2008. Com estas informações, podemos ratificar a importância do clube para a comunidade santa-mariense, como se pode confirmar neste trecho do prefácio da obra, escrito pela jornalista Thaise Moreira:

Para os mais velhos, uma prazerosa viagem pela linha do tempo que não se limita apenas ao futebol. Fotos e registros de textos da época fazem o leitor entrar em um contexto que ficou no passado. Para os mais jovens, uma oportunidade de conhecer a rica e peculiar história do colorado da Baixada (2008, p. 9).

Metodologicamente, para lidar com o acervo, optou-se por utilizar a obra *Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados*, de autoria

do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)⁴. Também utilizou-se Maria Cecília de Paula Drumond, com a obra *Prevenção e Conservação em Museus* (2006). Nele, pode-se entender como funciona a degradação de papéis e seus principais agentes causadores, que são a luz, a temperatura e a umidade. Também agentes biológicos como insetos, fungos, bactérias, roedores, baratas e traças, além dos cupins. Necessário também o uso correto no manuseio das peças do acervo, com luvas e máscaras, jalecos e óculos adequadas. O acondicionamento é algo também abordado pela autora, indicando as melhores formas de salvaguardar o acervo de coleção de papéis.

O uso de luvas e máscaras para realizar o manuseio dos papéis é a prática correta, tanto para a prevenção das peças, quanto pelo cuidado com fungos, nocivos à saúde. Isso porque, como é usual em acervos não tratados adequadamente, o local que abriga tais coleções é insalubre e inadequado para o armazenamento das peças que estão sendo tratadas. “O papel, como qualquer outro suporte de escrita e impressão, é vulnerável a diversos processos de deterioração” (FILHO, 2005, p. 64). O local em que estavam armazenados os documentos do Esporte Clube Internacional não era adequado às diretrizes museológicas de acondicionamento, havendo muita umidade, pouca iluminação e agentes biológicos.

A falta de conhecimento e do cuidado que o ECISM teve com os papéis trouxeram alguns danos durante esses anos, como confirma Barbachano (1988):

Nos casos de ambientes que guardam acervos sobre papel, a falta de controle de temperatura e da umidade poderão provocar manchas e diminuir a resistência do papel, contribuindo para que este se rasgue com facilidade (p. 6).

Por conta de cenário exposto, as atividades da disciplina do Projeto Coletivo de Extensão buscam salientar – inclusive junto aos membros diretivos do clube - a vital importância de se manter o acervo em condições saudáveis de conservação e acondicionamento. Procurando constituir um cuidado permanente na conservação preventiva de seu acervo.

⁴CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

Procedimentos:

A primeira etapa do trabalho consistiu no exame da documentação, para identificar o estado de conservação, seu conteúdo e gênero. Os documentos foram então separados e organizados em um arranjo por séries, com o critério de conteúdo e tema, da forma mais ampla possível. As séries em questão foram organizadas pelo critério temático e divididas em três temas: *administrativo*, consistindo em atas de reuniões, contratos, recibos e documentos jurídicos. As demais séries são compostas por documentos relativos às atividades esportivas praticadas pelo Esporte Clube Internacional de Santa Maria. São elas a ‘Bocha’ e o ‘Futebol’, contendo requisições de policiamento para a execução dos jogos, contratos de jogadores, cartas de torcedores, recibos de materiais esportivos e documentos das confederações Gaúcha e Brasileira de futebol. Após a triagem inicial nas séries citadas acima, a documentação foi dividida em subséries por décadas.

Esses documentos foram manuseados com luvas de procedimento, para prevenir danos à coleção e a saúde dos estudantes. Para a higienização dos documentos foram utilizados pincéis para remoção de sujeiras superficiais⁵. Em relação à remoção de marcas nas páginas, se utilizou raspas de borracha e buchas de tecido preenchidas com pedaços de borracha. Foram colocadas sobre as páginas as raspas de borracha, que em seguida foram levemente passadas sobre a superfície do papel, em movimentos circulares, com o auxílio da bucha de pano.

Os documentos foram acondicionados em pastas de arquivo doadas pela empresa Eletro Peças Ltda, e posteriormente em duas mapotecas⁶, doadas pela empresa Stilus Metal Ltda.

Algumas Considerações:

Almeja-se obter como resultados a preservação e prevenção dos documentos de papéis do Esporte Clube Internacional de Santa Maria. Espera-se que a sala onde ficarão os documentos de papéis seja divulgada pelo clube, além de haver o reconhecimento das empresas doadoras das mapotecas e das pastas de arquivos. Espera-se também que o ECISM faça, em longo prazo, a prevenção dos documentos de papéis e que o manuseio seja feito de forma adequada de acordo com as normas museais previstas.

⁵FILHO (2005, p. 69).

⁶DRUMOND (2006, p. 123).

O Projeto Coletivo de Extensão pretendeu divulgar, por meio da UFN TV, o trabalho realizado no ECISM, para que futuramente os acadêmicos de IES diversas e a comunidade santa-mariense que deseje realizar pesquisas com os documentos do clube, tenham conhecimento que este material está disponível para consulta, propiciando a interação entre os alunos, a comunidade e os documentos do clube.

Palavras-chave: Extensão; Acervo; Internacional.

REFERÊNCIAS:

BARBACHANO P.; BENY A. **O processo de restauração de documentos gráficos.** São Paulo: Seminário, 1988.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados.** Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Prevenção e conservação em museus. In: **Caderno de diretrizes museológicas.** Brasília: Ministério da Cultura\IPHAN\DEMU, Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura\ Superintendência de museus, 2006.

FILHO, Jayme Moreira Crespo. **Preservação e difusão do Patrimônio Cultural do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

LUZ, Candido Otto da. **Almanaque dos 80 anos: E. C. Internacional.** Santa Maria, 2008.

CAMPO ESPORTIVO DE SANTA MARIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Richard Nozário da Silva Prestes¹
João Manuel Casquinha Malaia Santos²

¹ Graduando em Licenciatura em História, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculado ao Stadium – Grupo de Estudos de História do Esporte e das Práticas Lúdicas. E-mail: richardnozario@gmail.com.

² Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), orientador do Stadium- Grupo de Estudos de História do Esporte e das Práticas Lúdicas. E-mail: jmalia@gmail.com.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de Trabalho de Conclusão de Graduação (TCG), o qual pretende investigar como as relações políticas, entre o Estado e as Associações esportivas de Santa Maria, contribuíram na construção de um tipo específico de Campo esportivo da cidade, na primeira metade do século XX, e assim compreender as consequências e desigualdades das relações público-privadas entre estas associações e de seus membros com o Estado. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir ao campo da História do Esporte e para o desenvolvimento deste trabalho temos como centrais os conceitos de Esporte e Política.

Para o conceito de Esporte trabalhamos com a definição de Victor Melo, a qual é baseada no conceito de Campo esportivo de Pierre Bourdieu,

uma atividade física se enquadraria no campo esportivo ao organizar-se em instituições representativas (como clubes, federações ou confederações); reger-se através de um calendário próprio de competições, encontros ou demais; abranger um corpo técnico especializado (técnicos, treinadores físicos, médicos, advogados); e gerar um mercado específico ao seu entorno, no caso, de produtos ditos esportivos, ainda que não necessariamente ligados à prática de esporte. (MELO, 2010, p.90, apud DRUMOND, 2013, p.29-30).

O autor Pierre Bourdieu (1983) aponta aos pesquisadores e pesquisadoras do Esporte a inquietação sobre o uso do conceito de Esporte e sua temporalidade. Nesse sentido devemos compreender que há duas vertentes históricas referentes ao surgimento do esporte, e segundo Silvana Gollner (2015) uma localiza as origens na Antiguidade, a partir das similaridades com algumas práticas vivenciadas por chineses, egípcios e gregos; já a outra, entende o esporte como um produto da modernidade e por mais que tenha semelhanças com práticas antigas, possui significados e sentidos diferentes.

Ainda segundo Gollner (2015),

Em que pese essas diferentes interpretações, o processo de organização do esporte se consolida no fim do século XIX e no início do século XX, tornando-se símbolo de uma sociedade que enaltece os desafios, as conquistas, as vitórias e o esforço individual. É o esporte moderno, que se expressa nas *public schools* inglesas (escolas destinadas a formar os filhos da elite), espaço de construção dos corpos e dos valores burgueses. (GOLLNER, 2015, p. 212)

Sendo assim, compreendemos o Esporte como um fenômeno da modernidade, mesmo apresentando semelhanças com antigas manifestações culturais, possui sentidos e significados bastante diferenciados daqueles jogos “pré-esportivos” (MELO, 2007). Ainda referente as questões que envolvem o conceito de Esporte, devemos considerar fatores regionais e temporais para compreender os diversos desenvolvimentos que o esporte teve. Nesse sentido, Victor Andrade de Melo destaca em seu artigo intitulado “*Por uma História do conceito Esporte – diálogos com Reinhart Koselleck*” de 2010,

A princípio, notadamente em seu formato moderno, uma “invenção inglesa”, logo a prática esportiva desembarcou em outros países no seio dos contatos materiais e simbólicos que marcaram fortemente o século XIX com seus navios a vapor, telégrafos, comércio mundial. Nesse processo, as influências não foram lineares, lidaram com as peculiaridades históricas e culturais locais. (MELO, 2010, p. 46).

Pierre Bourdieu (1983) caracteriza a História do Esporte como relativamente autônoma, podendo ser articulada com importantes marcos históricos, mas tendo seu próprio tempo e sua cronologia específica. Ancorados nas ideias de Bourdieu trabalharemos para identificar e caracterizar o específico Campo esportivo de Santa Maria na primeira metade do século XX.

Tendo definido a perspectiva do conceito de Esporte que utilizaremos na presente pesquisa, adentramos então ao debate sobre Política e referente a este conceito, utilizamos da perspectiva da Nova História Política com a expansão do conceito e sua referência nas relações de poder. Sendo assim, partiremos da definição de René Rémond, o qual busca definir o político sendo,

Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado. (REMOND, 2003, p. 444)

Mauricio Drumond (2013)³ soma ao conceito de Política de Rémond, o conceito de Estado ampliado de Gramsci,

³ DRUMOND, Maurício. **Estado Novo e Esporte**: uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945). Tese (Doutorado em História Comparada).

Torna-se fundamental nesse ponto a ideia de Estado ampliado, de Antonio Gramsci. Para ele, este envolveria tanto a sociedade política, composta pelos aparelhos de coerção sob controle das burocracias administrativas e policial-militar, como a sociedade civil, composta por instituições ditas privadas, que atuariam na formação de ideologias e consenso, como o sistema escolar, os meios de comunicação, a Igreja e os clubes esportivos, entre outros. (DRUMOND, 2013, p. 31)

Assim como Maurício Drummond (2013) em sua tese, buscamos entender o político através da ideia de poder, compreendendo a prática política como a busca e o exercício do poder. Em nosso caso específico compreenderemos as relações entre as associações esportivas e o Estado como relações políticas, e conseqüentemente, relações de poder. Ou seja, essas relações permeiam a sociedade e nesse sentido usamos o conceito de maneira mais ampla que o apresentado por Rémond.

Referente ao nosso objeto de estudo, as associações esportivas, Melo (2007) define que os clubes foram importantes instituições na sociedade brasileira, extrapolando suas supostas funções recreativas. Na verdade, funcionavam como um retrato e um termômetro das relações políticas. Por isso optamos pelo estudo das associações esportivas, desta reflexão buscamos, assim como Lígia Lückmann (2014, p.161), compreender as desigualdades de poder e de recursos e as influências dos respectivos contextos e das relações que estabelecem com outros atores e instituições políticas, econômicas e sociais. Acreditamos que a partir do estudo das relações público-privadas das associações esportivas podemos analisar a participação, representação e relação política entre as classes sociais e o Estado.

Para a realização da pesquisa utilizaremos como fonte os arquivos do Fundo Intendência Municipal, o qual é composto por documentos referentes a administração municipal de Santa Maria de 1829 a 1929. Para a presente pesquisa será utilizada a documentação referente a primeira metade do século XX. O Fundo Prefeitura Municipal também será utilizado, tendo documentação dos anos de 1930 a 1975 referente a administração municipal. Nestes fundos buscaremos as documentações que citem, apresentem e contenham informações sobre as associações esportivas santa-marienses, desde atas de posse de diretorias, convites ao prefeito comparecer a posse, solicitações de auxílios da prefeitura para desenvolvimento da associação

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC). Rio de Janeiro, 2013.

e as respostas da prefeitura as associações. Além serão utilizados os periódicos “A Razão”, “Diário do Interior”, “Sul Brasil” e “Aurora” para observar a presença das associações esportivas nos periódicos da cidade. Todos esses documentos são encontrados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Além disso buscaremos trabalhar com o arquivo da Câmara de Vereadores da cidade de Santa Maria, analisando projetos de leis e decretos referentes as associações da cidade e desta forma buscaremos compreender um pouco das relações políticas entre estas associações e o Estado.

Com a análise da documentação apresentada buscamos entender as desigualdades nas relações público-privadas das associações com o Estado, tendo o cuidado de catalogar quais associações eram vinculadas a elite e quais eram vinculadas a setores populares e dessa forma entender os favorecimentos do Estado com as associações da Elite e a estrutura dessas relações.

Palavras-chave: Esporte; Política; Santa Maria.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 136-153, 1983.

DRUMOND, Maurício. **Estado Novo e Esporte**: uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945). Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC). Rio de Janeiro, 2013.

GOLLNER, Silvana. Esporte. In: COLLING, A., TEDESCHI, L. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2015. P.212-215.

MELO, Victor. Por uma História do Conceito de Esporte: diálogos com Reinhart Koselleck. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 41-57, 2010.

“FARREAR, JOGAR E BEBER”: O JOGO DE CARTAS NOS CONTOS GAUCHESCOS DE SIMÕES LOPES NETO

Matheus Donay da Costa¹
João Manuel Casquinha Malaia Santos²

Resumo: Publicada no ano de 1912, a coletânea de textos de João Simões Lopes Neto reunida na obra “Contos Gauchescos” tornou-se uma cultuada produção literária de cunho regionalista. Os textos do escritor pelotense, ricos em detalhes mundanos do Rio Grande do Sul do século XIX, instigam a investigar práticas que são comuns à cultura gaúcha até o presente, possibilitando identificar peculiaridades do período em que se ambientam. Tendo em vista que uma das práticas que sobreviveu ao decorrer dos anos é o jogo de cartas, este trabalho pretende-se lançar sobre este tema, identificando em que condições e como ocorrem os jogos de carta ocorridos no Rio Grande do Sul entre o século XIX e XX, interpretando essas práticas como parte do lazer desse momento histórico. Desta forma, este trabalho é resultado de um primeiro momento de uma investigação histórica que inicio, atento-me inicialmente às fontes literárias.

Se a obra de Simões Lopes Neto tanto nos revela sobre questões de costumes, pertencimento, identidade, também é possível abrir o leque de observação e diversificar a análise. É a partir do desafio de compreender o lazer através do jogo de cartas que se justifica este trabalho, visto que uma adequada compreensão do lazer contemporâneo não é possível sem um adequado entendimento do seu processo histórico de desenvolvimento no passado (DIAS, 2018). Mais especificamente, o esforço aqui feito objetiva identificar dinâmicas próprias do jogo de cartas no espaço gaúcho no século XIX, seja o cenário, as relações sociais, as condições para o acontecimento dos jogos. Como mencionado anteriormente, este primeiro momento da pesquisa consiste na análise de fonte literária, o que nos oferece muitas possibilidades de investigação histórica embora o cuidado e o rigor com as informações devam ser ferrenhos, visto que a literatura possui o recurso de recorrer à fantasia, ao imaginário e à criatividade. Por

¹ Estudante de graduação do curso de História – Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do STADIUM – Grupo de Estudos sobre História do Esporte e das Práticas Lúdicas. E-mail: matheusdonay1@gmail.com.

² Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e coordenador do STADIUM – Grupo de Estudos sobre História do Esporte e das Práticas Lúdicas. E-mail: jmalaiia@gmail.com.

outra via, o autor de um texto literário reverbera em seus escritos muitos aspectos da sociedade em que está inserido, pois é nela que encontra as condições materiais, sociais, econômicas que lhe condicionam a criação. Neste sentido, os Contos Gauchescos se mostram muito reveladores.

No que tange a definição conceitual de lazer neste caso, o termo escapa de uma definição rígida e precisa. À medida em que os primeiros grandes trabalhos sobre história do lazer estiveram muito voltados à análise da construção deste conceito pelo prisma da industrialização (e esta foi uma interpretação amplamente utilizada neste campo), Cleber Dias salienta a possibilidade de recorrermos ao termo “lazer” mesmo que em determinado momento histórico o termo não fosse usual, ou seja, *a posteriori*.

O lazer pode perfeitamente ser identificado em períodos em que este vocábulo era usado de maneira pouco frequente ou até onde fosse eventualmente desconhecido. Não fosse assim, uma série de acontecimentos ou dinâmicas sociais não seriam nunca nomináveis como são. (DIAS, 2018)

Ainda que a fundamentação teórica da construção do lazer pela contraposição ao trabalho tenha sido largamente utilizada, este modelo não contempla todas as realidades da existência do lazer. Assim, parto da premissa de que o lazer é um fenômeno com larga historicidade e, por consequência, presente também em contextos pré-industriais, como é o caso do Rio Grande do Sul no período em questão. Neste sentido, a produção historiográfica vem identificando a presença de diversas práticas lúdicas em todo o Brasil, muito antes da industrialização. Se não é possível identificar o termo “lazer” nos contos de Lopes Neto, ao menos os jogos de cartas são associados ao divertimento. No conto *Contrabandista*, o narrador Blau Nunes refere-se às fiscalizações impostas pelo governo sobre a compra de pólvora, ouro e baralho da seguinte maneira:

Agora imagine vancê se a gente lá de dentro podia andar com tantas etiquetas e pedindo louvado pra se defender, pra se divertir e pra luxar!... O tal rei nosso senhor, não se enxergava, mesmo!... E logo com quem!... Com a gauchada! (LOPES NETO, 2016: 106)

À medida que o trecho nos revela o caráter de entretenimento que acompanha o jogo de cartas, também é possível identificar outros elementos como a própria clandestinidade com que se adquire o instrumento básico da jogatina. Flores (2012) revela que dentre as mercadorias

importadas que mais entravam pela fronteira gaúcha estava o baralho, junto com bebidas, chapéus e diversos artigos do dia-a-dia. Embora o baralho não fosse um gênero proibido no Brasil, o código criminal em vigor caracterizava a importação sem o cumprimento das obrigações fiscais como contrabando. Ainda no conto *Contrabandista*, o narrador conta que somente em Porto Alegre é que se adquire cartas de jogar de forma legal e ninguém podia comprar senão dessas. Fato é que, com tarifas alfandegárias ou não, as cartas estiveram na mesa da gauchada no século XIX.

São três os contos que registram a presença da jogatina naquele período: “Negro Bonifácio”, “O Jogo do Osso” e o já citado “Contrabandista”. Em *Negro Bonifácio*, o personagem homônimo - na condição de intruso - chega a um bolicho onde se festejava a vitória de uma carreira de cancha reta pela personagem Tudinha, que ele havia perdido. Em texto que antecede a chegada de Bonifácio, Lopes Neto escreve que: “O negro não vinha por ela, não; antes mais por farrear, jogar e beber: ele era um perdido pela cachaça e pelo truco e pela taba.”

O Jogo do Osso, por sua vez, é um conto primordial para compreender a prática do carteadado, principalmente se atentarmos ao vocabulário de Lopes Neto. À medida que o narrador conta histórias épicas envolvendo apostas em carreiras, ele localiza os acontecimentos em um bolicho, “a vendola do Arranhão”, propriedade de um sujeito “alarifaço”, que costumeiramente reunia em sua bodega a peonada, os andantes e os vagabundos, no intuito de vender canha, comida e doces. Também consistia como ofício do dono do bar “facilitar umas mesas de primeira, de truco ou de sete-em-porta para tirar o café”. Percebe-se como o cenário recorrente das partidas é o bar, o que nos remete a uma associação direta da jogatina com a beberagem. Outra característica dos jogos (e aqui não somente de cartas) é o costume de realizar apostas. Neste caso, o dono da bodega descrito como um sujeito esperto e trapaceiro, fomenta a realização dos jogos, afim de garantir sua porcentagem de ganhos.

Mesmo que *O Jogo do Osso* não seja um conto essencialmente sobre cartas, ele nos dá boas pistas, ainda mais se identificarmos que elementos se repetem nos diferentes tipos de jogos. Um desses elementos que abordo é a violência, e ela é gritante em todos os textos de Lopes Neto em que a combinação bolicho, bebida e jogos se faz presente.

O uso da faca não se dava apenas no trabalho, e era motivo permanente de queixas a presença de malentendidos nos boliches e pulperias, aproveitando-se da ociosidade para confusões e arruaças. Nesses locais, estimulados pelas apostas no truco ou no jogo da taba, ou disputando os favores das chinas, eram freqüentes os duelos de arma branca. (Guazzelli, 2004)

Uma das justificativas para este perfil violento visualizado nas dinâmicas do lazer é atribuída por Guazzelli (2007), onde a habilidade no manejo das armas brancas não se limitava à lida campeira, no abate do gado e no trato com o charque, mas também se estendia ao espaço da sociabilidade, manifestando-se na diversão e nas pendências que envolviam jogos, haveres e chinas. Um mundo onde há em alguma dimensão uma naturalização da morte, muitas vezes decorrente de crimes envolvendo brio e honra. Aqui reside uma questão importante, onde o modo de operar do peão se mistura, tanto no trabalho quanto na diversão.

Portanto, a partir do trabalho inicial estabelecido com as fontes literárias foi possível traçar algumas características que se manifestam com regularidade no universo do jogo de cartas no Rio Grande do Sul no século XIX. Um grande exemplo foi a violência, presente desde a aquisição das cartas até o andamento dos jogos nas tão frequentadas pulperias, palco de apostas, de bebedeiras e, não muito raro, de acerto de contas. Mesmo que a literatura seja uma fonte a ser tratada de maneira rigorosa, a obra de Simões Lopes Neto é de uma imensa riqueza e potencial de estudo. Não é coincidência que, ao confrontarmos com a historiografia, nos deparemos com histórias tão verossímeis.

Palavras-chave: lazer; literatura; jogo de cartas.

REFERÊNCIAS

DIAS, Cleber. História e historiografia do lazer. **Record**, v. 11, p. 1-26, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/17878>>. Acesso em: 04/06/2019.

FLORES, M. F. C. T. Contrabando na fronteira meridional do Brasil – por fora e por dentro da Alfândega (1845-1889). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, p. 122-142, 2012. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/125/123>>. Acesso em: 04/06/2019.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Fronteiras de sangue no espaço platino: recrutamentos, duelos, degolas e outras barbaridades. **História em Revista**, v. 10, p. 1-11, 2004.

Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/10.-cezar_guazzelli.pdf>. Acesso em: 04/06/2019.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. "Olha a faca de bom corte!": Aproximações histórico-literárias à violência no Rio Grande do Sul. **Métis: História & Cultura**, v. 6, p. 47-67, 2007. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/824/581>>. Acesso em: 04/06/2019.

LOPES NETO, João Simões. **Contos Gauchescos e Lendas do Sul**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

LOPES NETO, João Simões. O Jogo do Osso. In: OSTERMANN, Ruy Carlos (Org.). **Meia encarnada, dura de sangue: Literatura e esporte**. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 2001, p. 54-61.

A CONTESTAÇÃO DA DITADURA DENTRO DAS QUATRO LINHAS: REINALDO, O SNI E A HISTÓRIA POLÍTICA DO FUTEBOL

Eduardo Santos Costa ¹
João Manuel Malaia Santos ²

Resumo: Em mesas redondas, torcidas e nas redes sociais, há quem defenda a ideia de que o futebol e a política não se misturam. A historiografia que estuda a prática do esporte durante a ditadura civil-militar, no entanto, prova que o futebol não apenas se misturava com a política, como também foi fundamental para a consolidação de discursos e de disputas de narrativas. A compreensão do fenômeno causado pelo futebol não é nova para o estudo do período. Porém, grande parte dos trabalhos se dedicam a debater a forma com que o governo utilizava os triunfos da seleção brasileira, como a conquista da Copa do Mundo de 1970, para promover o regime autoritário que se instalou no Brasil em 1964.

¹ Graduando de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), membro do Stadium – Grupo de Estudos de História do Esporte e das Práticas Lúdicas, membro do NECON – Núcleo de Estudos Contemporâneos e pesquisador da Comissão de Memória e Verdade da UFSM Paulo Lauda. eduscosta@outlook.com

² Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor no Departamento de História do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (CCSH/UFSM) e pesquisador do Ludens - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas da USP e do Gepecom - Grupo de Pesquisa e Estudos em Comunicação e Marketing no Esporte da USP. jmalaia@gmail.com

Essa vinculação, no entanto, não se resume apenas ao poder vigente. Estudos recentes, como o realizado por Euclides Couto, em 2010, buscam mostrar como a resistência atual dentro do campo, como contestação a ditadura e os personagens pelos mesmos. Assim, utilizando-se de discussões advindas da Nova História Política, busco compreender como o futebol foi usado por jogadores para dar visibilidade a contestações ao regime autoritário, tratando de uma luta simbólica. Conforme René Rémond, *os cidadãos se sentem mais membros de um corpo político, e consentem mais que nunca em participar de decisões que afetam a coletividade* (2003, p. 25). Assim sendo, *algumas pessoas passaram assim alegremente da constatação de que o político está em toda parte à ideia de que tudo é político* (2003, p.25). Fruto dessa renovação da história política, portanto, o futebol surge como um campo de pesquisa para entender tanto a forma a qual foi usado para manipulação das massas quanto o uso político das massas como forma de manifestação.

Ao estudar ações políticas nos gramados de futebol, uma das figuras mais emblemáticas desse período é o ex-jogador Reinaldo, do Atlético Mineiro. Como demonstra Euclides Couto, *Reinaldo insistia em exteriorizar seus posicionamentos à imprensa mineira, defendendo a anistia aos exilados políticos, o voto direto e o fim da ditadura no país* (2010, p.14). Devido a tais ações, o jogador chegou a sofrer represálias, como ameaças de cortes da seleção, mesmo com o clamor popular por sua participação. Tais represálias ocorriam devido seus posicionamentos não eram bem vistos pela CBD³.

Sua forma de manifestação mais famosa veio a se tornar a sua comemoração após os gols, em que executava um pulo com o punho direito erguido. O gesto tem influência direta dos movimentos de contracultura estadunidenses da década de 60. *Embora afirme que seu gesto não possuía relação com qualquer tipo de militância ligada ao movimento negro, Reinaldo não nega que sua principal fonte inspiradora foi o movimento Black Power* (COUTO, 2014, p. 249).

Devido a posição que defendia em suas aparições públicas, o nome de Reinaldo consta em processos e investigações nos órgãos de inteligência e segurança da ditadura civil-militar. Apenas do SNI (Serviço de Segurança Nacional), seu nome completo consta em 10 arquivos. Esses documentos, entre outros, foram mantidos sob sigilo até 2011 e fizeram parte da disputa entre setores da sociedade civil e militares, que, sob conflitos de interesses, discutiram a

³ Confederação Brasileira de Desportos.

necessidade e as condições de suas aberturas. Esses conflitos esbarram em questões éticas, sendo evocado, por militares da época da ditadura, o direito da vida privada como estratégia para barrar o acesso a tais arquivos.

Com a Lei 12527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação, se tornou possível a investigação de documentos produzidos pelos órgãos governamentais da ditadura. A lei veio para auxiliar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12528/2011. Tais leis promovem uma maior democracia no que se refere a busca pela memória e da justiça. Tal órgão atuava na inteligência policial da ditadura, responsável, nesse caso, de investigar através de infiltrados em atividades tidas como subversivas.

Por sua qualidade técnica e sua militância política dentro de campo, Reinaldo era antagonizado com a figura de Pelé, tanto por ser chamado de “rei” pelos torcedores do Atlético Mineiro quanto por possuir posições políticas contrárias ao ex-jogador do Santos. Pelé, por exemplo, carrega um capital simbólico por ter conquistado três Copas do Mundo pela seleção, fato que foi demasiadamente capitalizado pelo departamento de relações públicas da ditadura. Como demonstra a reportagem do jornal Movimento (nº 140, 06 mar. 1978), esse antagonismo era manifestado, também, por militantes de esquerda, principalmente devido as perseguições em relação a seleção que sofreu.

Dado essas constatações, minha pesquisa busca analisar e contextualizar os arquivos aos quais Reinaldo é citado. Assim, busco compreender como esse acervo disponível para pesquisa pode contribuir para a compreensão da história política do esporte, principalmente por se tratar do recorte da ditadura civil-militar.

É importante, portanto, compreender a importância que a liberação desses arquivos tem tanto para o estudo da ditadura civil-militar quanto para a busca de memória e justiça para as vítimas e seus familiares. A instauração de Comissões da Verdade em universidades, por exemplo, é um fenômeno a ser observado, dando visibilidade a casos de repressão ocorridos nessas instituições. Quanto ao futebol, a abertura pode auxiliar nesse movimento de construir a nova história política do futebol, dando visibilidade a outros protagonistas, que agiram na contestação ao regime repressivo.

O presente resumo é fruto de análises preliminares de meu Trabalho de Conclusão de Graduação. A pesquisa será de abordagem qualitativa sob procedimentos de pesquisa

documental. Isso ocorrerá pois será feita uma análise qualitativa dos documentos a serem investigados. Além disso, a pesquisa terá apoio de uma revisão bibliográfica para contextualizar e auxiliar com questões pertinentes ao tema, além de complementar pesquisas já realizadas sobre o futebol na ditadura civil-militar.

Os documentos a serem analisados estão disponíveis digitalizados em portais na internet. Para a análise de documentos do SNI e de outros órgãos, será consultado a página do SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Para a consulta de jornais e revistas, será consultada a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que possui um grande acervo igualmente digitalizado. Outras empresas de comunicação também disponibilizam seus acervos digitalizados, mediante pagamento. No caso desses jornais, será importante fazer um estudo metodológico mais aprofundado, uma vez que, os jornais tradicionais, nesse período, tendiam a trazer um discurso político favorável ao regime, enquanto os jornais alternativos, geralmente contrários ao regime, sofriam represálias por suas posições.

Palavras-chave: futebol; ditadura; política.

REFERÊNCIAS

AZÊDO, Maurício. Reinaldo bom de bola e bom de cuca. In: **Movimento**, Rio de Janeiro, 06 mar. 1978. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=318744&PagFis=2848&Pesq=bom%20de%20bola>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Comissão Nacional da Verdade (10 de dezembro de 2014). Relatório da Comissão Nacional da Verdade. **Memórias Reveladas**. Disponível em <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

COUTO, E.F. A esquerda contra-ataca. **Recorde: revista de história do esporte**. Rio de Janeiro, v.3, nº1. p. 1-22, 2010.

COUTO, Euclides. **Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

DE MELO, V. A et al. **Pesquisa histórica e história do esporte**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

DRUMOND, M. **Estado Novo e esporte: uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)**. Tese de doutorado.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2013.

HOLLANDA, B.B.B.; DE MELO, V.A. (orgs.). **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

JOFFILY, M. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.25, nº49, p.129-148, 2012.

6. MOVIMENTOS SOCIAIS E DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

AS MULHERES E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Chermaine Rodrigues
Orientadora Eliane Lucia Colussi

Resumo: O presente trabalho visa conhecer o papel das mulheres no movimento estudantil, no período de 1975 a 1985, dando ênfase a sua presença na Universidade de Passo Fundo, local do estudo realizado. Por ser um tema pouco trabalhado e problematizado o estudo se justifica enquanto contribuição para debates, discussões e reflexões sobre o a presença das mulheres em movimentos políticos do período.

Introdução

Conforme Ana Alice Alcântara Costa (2005, p. 7), o movimento estudantil se constituiu em importante espaço e instrumento na luta contra a ditadura militar no Brasil. As mulheres, também militantes desta causa, precisavam pensar e agir na luta pelas suas próprias demandas, isto é, a igualdade entre homens e mulheres. Sabe-se que os espaços de poder e comando foram ao longo da história, privilégio masculino. Para Gianordoli, Trindade e Santos (2007, p. 27), o movimento estudantil se constituiu numa

“formidável agência de socialização política de homens e mulheres. Durante os anos de autoritarismo, aqueles que conseguiram alcançar a universidade tiveram melhores oportunidades de conhecer e estudar novas teorias políticas e econômicas, encontraram espaço para debates e contestações e já não aceitavam passivamente a mistificação de progresso e de moralidade patriótica fomentada pelo regime”.

Hoje temos conhecimento que tanto mulheres como homens tiveram grande importância nos processos históricos, tratamos aqui, não apenas da história oficial, história que os grandes líderes políticos e ricos contaram, vale aqui lembrar que diversos processos históricos, como uma história social, cultural, as mulheres participaram ativamente. Reconhecer que as mulheres

participaram ativamente da história, e falar sobre elas, é uma tarefa que as feministas, com muito esforço, têm conseguido revelar ao longo do tempo, através de pesquisas, revisando a historiografia, dando nome, cara e voz a essas mulheres. Diante desses fatos, nosso artigo quer tratar resumidamente sobre qual o papel que as mulheres desenvolveram nos movimentos estudantis no Brasil, no período do regime militar que o país viveu, mais em específico de 1975 a 1985.

Metodologia

A pesquisa é caracterizada como estudo analítico, descritivo e exploratório. Em relação a metodologia, a pesquisa terá como fontes primárias a imprensa local e periódicos, pois neles obtém-se informações necessárias para responder questões pertinentes da pesquisa. Assim, tais fontes e informações vão dialogar com as diversas esferas da sociedade que irão ajudar a responder as perguntas da referente pesquisa. Todos os periódicos estão disponíveis na Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, sendo de fácil acesso e foram pesquisados os jornais referentes ao período de 01/01/1975 a 01/01/1985.

Para Capelato (1991, p. 136) a que há vários tipos de imprensa, assim como existem várias maneiras de estudá-las. As possibilidades de utilizar jornais como fonte histórica são múltiplas: a análise dos conteúdos das notícias (políticas, econômicas, culturais, etc.), da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias e de como esse conjunto de informações estão distribuídas nas diversas partes do jornal.

Conclusões

A imagem da mulher como a “cuidadora” se reflete na educação, como nos fala Osório (2014 p.41) a mulher é maioria no campo profissional da educação, porém vale ressaltar que os altos cargos como diretores, administradores, ainda prevalece homens nessas funções. Aonde existiam questões diretamente ligadas as mulheres, elas ainda assim não eram as protagonistas dessas lutas, nos jornais sempre eram homens que falavam sobre os direitos da mulher.

Trabalhar com fontes de jornais nos fez perceber um universo além do que nos estava sendo apresentado. A escassez de notícias sobre mulheres no movimento estudantil, ou quando apareciam eram homens que escreviam sobre elas, nos mostra muito além dos dados. Podem

revelar uma sociedade altamente machista, que exclui a mulher nitidamente dos espaços de poder. Na referente pesquisa, por vezes quando as mulheres apareciam no jornal, eram assuntos considerados fúteis, como beleza, roupas, eventos para eleger a mulher mais bela da cidade, tudo mantendo uma visão de que a mulher nasceu para ser apenas isso, um simples objeto, e que a sua função no mundo é encontrar um marido, e viver para ele e para a família, e se manter bonita para ele. Por vezes me questionei se realmente houve mulheres que fizeram parte do movimento estudantil na cidade. O processo inicial da coleta de dados na imprensa revelou uma significativa presença de mulheres participando ativamente no movimento estudantil do período estudado. Resta conhecer com mais profundidade de que modo suas vozes e seus atos foram ouvidos ou silenciados, tarefa que pretendo realizar na minha pesquisa de mestrado.

Conforme Bruna da Silva Osório (2014 p. 36) foi no movimento estudantil que as mulheres de forma muito tímida começaram a ter espaço para falar, porém pautas feministas foram caladas por um longo tempo, mas conforme a autora nos coloca, o movimento feminista surgiu dentro de movimentos estudantis, e foram se multiplicando ao longo do tempo. Osório (2014 p. 39) ainda nos fala que alguns movimentos femininos davam ênfase ainda a mulher dona de casa, não se preocupando com questões por exemplo da mulher e a sua importância no mercado de trabalho, não dando espaço para a reflexão da mulher como sujeito histórico, e não trabalhando questões como a dominação masculina.

Palavras-chave: mulheres, movimento estudantil, gênero.

REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa, uma mercadoria política*, In: História e Perspectivas, revista do Curso de História da Universidade de Uberlândia, MG, nº 04, jan/jun, 1991, p. 131 – 137.

OSÓRIO, Bruna da Silva. A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: Do passado ao presente. Santa Maria, Tese de Mestrado. UFSM, PPGP, 2014.

VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 a redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2000. P. 185-217.

FESTIVAIS E A PERIFERIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970: CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Leandro Braz da Costa¹

Desde a realização do primeiro festival de música no Brasil, no limiar do século XX na cidade do Rio de Janeiro, estes eventos foram caracterizados como importantes espaços destinados à exposição, divulgação e estímulo das manifestações culturais vinculadas às práticas musicais, os quais rapidamente obtiveram a adesão de artistas e o prestígio por parte dos expectadores que interagiam com a produção musical apresentada, fatores que colaboraram para ocasionar sua gradativa disseminação por todo o país.

Ao longo de sua trajetória secular de estímulo a produção musical, os festivais de música acabaram idealizados, organizados, promovidos, patrocinados e executados por diversos segmentos da sociedade brasileira, ligados a companhias teatrais, emissoras de rádio e televisão, gravadoras, movimentos estudantis e sindicais, os quais em determinados períodos da história do país, utilizaram estes eventos com diferentes motivações (PARANHOS, Kátia. 2007).

Entre os milhares festivais de música realizados até os dias de hoje em nosso país, os mais prestigiados e pesquisados são os Festivais de Música da Televisão, que tiveram sua gênese logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, promovidos pelas emissoras Excelsior, Record, Rio e Globo ao longo dos anos de 1965 a 1985 (MELO, 2003). Na década de 1970, em eventos dessa natureza, houve predomínio da música jovem, do inconformismo e da crítica e agressividade às instituições. A produção musical identificada com a sigla MPB (Música Popular Brasileira), que passava por sua fase de consolidação, inserida a uma nova cultura de consumo refletindo as imagens de “modernidade”, “liberdade” e “justiça social” esteve em evidência durante a fase mais autoritária da Ditadura Civil-Militar, que interferia através da vigilância, da repressão e da censura em todos os setores da vida nacional, compreendendo grande parte da atividade de criação musical dos artistas brasileiros (NAPOLITANO, 2004).

Eventos com temáticas semelhantes também ocorreram na Região Sul do Brasil, mais precisamente na cidade de Rio Grande ao longo da década de 1970. O vínculo entre jovens universitários, estudantes secundaristas, músicos instrumentistas, intérpretes e compositores,

¹ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

acrescidos da participação de diversos indivíduos e grupos que compunham a sociedade riograndina, acabou viabilizando a realização de oito festivais de música no decorrer de sete anos, de 1970 a 1976.

A movimentação dos riograndinos em torno desses acontecimentos foi expressiva. Centenas de composições autorais foram inscritas em cada uma das edições destes eventos, que rapidamente se apresentavam como importantes espaços de sociabilidades onde práticas políticas, econômicas e artístico-culturais interagiram, refletiram e influenciaram de diferentes maneiras o cotidiano vivenciado pela população da época. Neste sentido, o objetivo principal deste trabalho é realizar uma breve análise da produção musical autoral inserida na realização destes eventos, enquanto um ponto de inflexão acerca do conceito de cultura popular comumente utilizado nas análises historiográficas sobre a música popular brasileira produzida no período.

Redefinida enquanto Área de Segurança e Interesse Nacional, pós-Golpe de 1964, no início da década de 1970 a cidade portuária de Rio Grande, geograficamente ponto estratégico de defesa do litoral brasileiro, passou a receber vultosos investimentos públicos e privados que gradativamente dinamizaram sua paisagem urbana central e periférica, acarretando em alterações bruscas e sensíveis que reordenaram algumas relações de poder anteriormente existentes. Através da aplicação prática da Doutrina de Segurança Nacional, foram levadas a cabo inúmeras arbitrariedades por parte de indivíduos e grupos políticos amparados por um veículo de imprensa omisso, complacente e bajulador, bem como, pela atuação das polícias políticas que monitoravam a sociedade e praticavam diversas formas de violações dos direitos individuais e coletivos historicamente conquistados a duras penas.

Em meio a esse quadro político pautado pelo autoritarismo, suas práticas repressivas, investimentos em diversos setores e inúmeros contrastes socioeconômicos e culturais, que o local, o regional, o nacional e suas populações, foram descritos, musicados e cantados pelos compositores, instrumentistas e intérpretes riograndinos, que aproveitaram a promoção destes eventos musicais para expor ao público suas concepções sociais.

O grupo heterogêneo de letristas era formado em sua grande maioria por estudantes secundaristas e universitários, professores, bem como, por demais pessoas que desempenhavam outras atividades profissionais em seu cotidiano, identificados ou não com a prática estritamente

musical. Enquanto elemento comum, todos estiveram alijados dos meios de comunicação de massa, da indústria fonográfica e do mercado cultural, características que historicamente reunidas, os colocaram à margem da história da música popular no Brasil, devido ao fato de que quase inexistem registros sonoros de suas atividades.

Ainda que a produção dos artistas riograndinos ao longo da década de 1970 acabasse sem registros sonoros que na época pudessem ser aproveitados pela indústria fonográfica e difundidos através dos meios de comunicação de massa, os festivais de música, ao oportunizarem o contato da produção musical local com seu público acabaram cumprindo o papel de socializadores da canção, afinal: “[...] *a música considerada como atividade íntima de um compositor, de um músico, de um amador que assovia para si mesmo considerada enfim como uma atividade estritamente íntima não tem menor valor real. É somente se objetivando, tomando uma expressão concreta, uma atmosfera, que ela toma um valor sociológico real, que ela exprime alguma coisa que quer ser compreendida e que suscita um efeito social.*” (SILBERMANN, 1968, p. 184).

As pluralizadas manifestações culturais, expostas nos festivais de música, através do conteúdo das letras das canções que refletiram as concepções sociais dos artistas riograndinos amadores ou profissionais oferecem uma dimensão interessante do cotidiano vivenciado pela sociedade riograndina da época, com temáticas que abordavam questões amorosas, religiosas, laboriosas, políticas, bem como, problemas sociais experimentados por brasileiros de diversas regiões do país.

Tais artistas da música popular que de alguma forma tiveram quaisquer ligações com as manifestações culturais voltadas a produção musical autoral ao longo da década de 1970 em Rio Grande, mesmo sem possuírem registros fonográficos de suas canções ou quaisquer ligações com a indústria cultural e os meios de comunicação de massa, fatores que expressam efemeridade às suas produções musicais, são denominados neste trabalho de *compositores periféricos*.

Importante salientar ainda que trabalhar na interpretação do conteúdo textual dessas canções, subtraídas de seus elementos sonoros, é reconhecer que “todo o texto é produto de uma leitura, uma construção do seu leitor” (CHARTIER, 1988). Assim sendo, o resultado da interpretação destas fontes pode apresentar disparidades se confrontadas, por exemplo, com a

visão de seus compositores, pois em se tratando de análises realizadas a partir desses documentos, em razão de sua marcante característica subjetiva, – característica que não é observada em todas as canções do gênero, uma vez que, algumas destas composições possuem conteúdo extremamente objetivo – o pesquisador que se dedica a realização de trabalhos que utilizam fontes deste tipo para a escrita da História, pode incorrer em alguns equívocos.

Com o intuito de montar esse quebra-cabeça e contribuir para a diminuição da possibilidade de imprecisões ou até mesmo erros grotescos provenientes da interpretação e problematização destas fontes, neste trabalho seguirei como orientação metodológica, uma subdivisão baseada em dois campos distintos, onde, “[...] *A primeira instância deve tratar do contexto histórico mais amplo, situando os vínculos e relações do documento e seu(s) produtor(es) com seu tempo e espaço. O segundo campo refere-se a outra especificidade da documentação, isto é, ao processo social de criação e produção da canção popular... essa longa jornada de criação... já supõe certas preocupações com códigos e com o universo da criação da cultura popular [...]*” (MORAES, 2000).

Dada a importância da articulação entre texto e contexto histórico no qual foram produzidas estas fontes, no sentido de executar o complexo exercício de tentar compreendê-las no universo das práticas culturais populares, “[...] *é fundamental a articulação entre “texto” e “contexto” para que a análise não seja reduzida, reduzindo a própria importância do objeto analisado. O grande desafio de todo o pesquisador em música popular é mapear as camadas de sentido embutidas numa obra musical, bem como suas formas de inserção na sociedade e na história, evitando ao mesmo tempo, as simplificações e mecanismos analíticos que podem deturpar a natureza polissêmica e complexa de qualquer documento de natureza estética [...]*” (NAPOLITANO, 2005).

Em relação ao caráter polissêmico e complexo de natureza estética existente no conteúdo das canções, este pode ser atribuído às suas características de construção intrinsecamente ligadas às manifestações poéticas, elemento comum na compleição da canção popular. Contudo, sem inferiorizar os estudos teóricos direcionados à escrita poética estou de acordo que “... não há propriamente uma posição teórica escolhida, imposta aos textos. Apenas acompanharemos o canto do poeta, sua canção de poesia e de liberdade. Neste sentido, a poesia

afirma a sua realidade, deixando aflorar a realidade contextual em que foi estruturada” (DANTAS, Maria. 1988).

Ainda assim, levando em consideração a existência de múltiplos elementos que dinamizaram e potencializaram as muitas formas e escolhas utilizadas pelos artistas da época na construção do conteúdo textual de suas canções, no complexo afã de analisar o discurso contido nestas fontes, torna imprescindível que tal tarefa seja orientada por uma análise que adote a observação da perspectiva referente à pluralidade contida no produto das ações criativas destes agentes históricos, portanto: “[...] *deve-se falar em culturas populares que ao mesmo tempo se transformam e/ou permanecem em espaços e tempos definidos, e não em uma cultura popular pura e secularizada... Elas se manifestam como experiência histórica de modo mais amplo e difuso. De acordo com essas perspectivas, as produções e formas de difusão cultural transitarium em vários sentidos, construindo incessantes interações, determinadas por realidades históricas específicas.*” (MORAES, 2000, p. 213-214)

Em razão da fértil pluralidade temática presente no conteúdo das canções, – geralmente acrescida de descrições concernentes aos hábitos e costumes dos indivíduos e grupos sociais da época – que retratavam amplamente e (ou) especificamente experiências cotidianas e (ou) realidades históricas amplas e (ou) específicas, cabe mencionar ainda que: “[...] *a canção popular, nas suas diversas variantes, certamente é a que mais embala e acompanha as diferentes experiências humanas... Além disso, a canção é uma expressão artística que contém um forte poder de comunicação, principalmente quando se difunde pelo universo urbano, alcançando ampla dimensão da realidade social [...]*” (MORAES, 2000, p. 204).

A maioria dos historiadores e demais pesquisadores das manifestações populares existentes nas canções, apesar de admitirem que a abordagem ao estudo da música popular brasileira deve ultrapassar os limites da poética inscrita em seu conteúdo textual, reconhecem a importância dos demais trabalhos que, devido suas peculiaridades – sobretudo em razão da ausência de registros sonoros ou partituras que poderiam reconstruir as canções em suas totalidades – privilegiam análises restritas às letras canções (MORAES, 2000).

Na ausência dos registros sonoros, torna-se imperativo não menosprezar o estudo das manifestações socioculturais dos compositores da época, presentes no conteúdo textual das canções produzidas no decorrer dos festivais de música em Rio Grande, pois estaríamos

silenciando não somente os compositores, mas relegando ao esquecimento aspectos socioculturais de extrema relevância histórica, que caracterizaram sociabilidades verificáveis até os dias de hoje, tanto em Rio Grande, como no Rio Grande do Sul e no Brasil. Compreender o passado com vistas ao tempo presente é fundamental para que tenhamos consciência dos processos históricos que nos constituem enquanto indivíduos providos de coletividade.

A trajetória histórica dos artistas desvinculados dos meios de comunicação de massa, do mercado cultural ou da indústria fonográfica, ainda é pouco explorada pela historiografia brasileira, o que tem contribuído significativamente para a estagnação e, em alguns casos, até mesmo o retrocesso acerca dos caminhos traçados por músicos, intérpretes e compositores que contribuíram para a construção da história da nossa música popular. Apesar de fragmentadas, tais fontes não devem ser desprezadas ou terem sua importância reduzida, caso contrário estaríamos descartando parcelas significativas da história da música popular e de seus artistas, bem como, da história do país, a final, como menciona José Geraldo Vinci de Moraes tal “poder de comunicação” expresso pela canção popular, provém, sobretudo, do conteúdo textual de suas letras, e não do seu conteúdo estritamente sonoro musical.

José Ramos Tinhorão, um dos maiores estudiosos da música popular brasileira, ao tratar da popularidade dos gêneros musicais denominados de modinha e lundu-canção, expôs que no final do século XIX, ambos invadiram o espaço urbano das cidades brasileiras, graças à atuação da figura do “vendedor de livretos ou jornais de modinhas”, ou seja, o que era comercializado enquanto registro musical, no limiar da indústria fonográfica brasileira que surgiu nos primeiros anos do século XX, consistia precisamente na letra das canções. Sem a possibilidade de registrarem em fonogramas para posteriormente difundirem e comercializarem suas canções, os artistas da época fizeram uso das apresentações ao vivo em bares, cafés, choperias, gafieiras, circos, coretos, pavilhões e nas ruas das cidades, como meio possível de levarem suas concepções sociais e suas sonoridades em forma de música, até seus ouvintes (TINHORÃO, 1976).

Graças a estas canções fragmentadas – letras sem seus acompanhamentos sonoros – que sobreviveram ao tempo, e, contando com o aporte de outras fontes complementares – como, por exemplo, a pesquisa nos periódicos da época – vem sendo possível aos pesquisadores aprofundarem o estudo das manifestações socioculturais existentes na canção popular,

proporcionando a outros tantos estudiosos interessados no assunto, um panorama relevante acerca dos diferentes estágios históricos percorridos pelos artistas da nossa música, contribuindo para a ampliação dos horizontes teóricos e metodológicos que fomentam novos debates e abordagens historiográficas.

O conteúdo textual destas canções populares, as quais expunham as concepções sociais de seus compositores, ao interagirem com milhares de pessoas que compunham o público presente nos festivais de música alcançavam um amplo alcance da realidade social, por este motivo, no conteúdo das canções analisadas “*não só encontramos o Povo como objeto de um discurso – discurso sobre o Povo e para o Povo, – e como sujeito desse discurso – do Povo – como encontramos o movimento invisível que conduz os primeiros ao resultado final, isto é, uma fala que diz ao Povo*” (CHAIU, Marilena. 1987), a final, as canções são produções sociais de sentido e seus conteúdos textuais construções de discursos (NEDER, 2012).

Neste sentido, observando o pluralismo cultural manifestado nas canções deste gênero musical no contexto dos festivais de música em Rio Grande na década de 1970, observa-se a polarização característica da sociedade brasileira da época, refletida através das concepções sociais destes *compositores periféricos*, enquanto manifestações de conformismo e resistência. Tais relações socioculturais possuem determinadas tensões que, por vezes, auxiliam na ocorrência de golpes de Estado, ao mesmo tempo em que também são decisivas para que não caminhemos para a existência de um governo autoritário em definitivo, a final, democracia é pluralismo, multiplicidade e tolerância. Nestes termos, a pluralidade cultural é ao mesmo tempo a opulência e a penúria desse jovem país chamado Brasil.

Palavras-chave: historiografia; música popular; festivais.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1988.

CHAIU, Marilena. *Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil*. Editora Brasiliense: São Paulo, 6º Edição, 1987.

DANTAS, Maria de Souza. *MPB o canto e a canção: MPB*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *História e música: canção popular e conhecimento histórico*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n 39, 2000.

MELLO, Zuza Homem de. *A Era dos Festivais: Uma Parábola*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
NAPOLITANO, Marcos. *A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, n° 47, 2004.

_____. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NEDER, Álvaro. *MPB: identidade, intertextualidade e contradição no discurso musical*. Revista Brasileira de Estudos da Canção, Natal, v.1, n.1, 2012.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Os festivais de música dos trabalhadores do ABC paulista: tradições culturais, canções e vozes do Brasil*. Actas del VII Congreso de la IASPM-AL, 2007. Disponível em <http://www.hist.puc.cl/historia/iaspm/actas.html>

SILBERMANN, Alphons. *Les Principes de la Sociologie de la Musique*. Librairie Droz, Geneve-Paris, 1968.

TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular: Os sons que vêm da rua*. São Paulo: Edições Tinhorão, 1976.

DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE: O “DEVER” DA MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA

Camila de Almeida Silva¹

Resumo: A ditadura civil militar brasileira se constituiu como um momento traumático. Entre 1964 a 1985, o Estado atuou como agente de terror, fez uso do poder estatal para manutenção do *status quo*, militarizou funções “normais” do Estado, fez uso de coerção, e de estratégias disseminadoras do medo baseadas em “métodos refinados de terror físico, ideológico e psicológico”, que embora “[variassem] em intensidade e extensão”, todas com um núcleo comum, a “lógica da suspeição” (BAUER, 2015. p. 35). Estabeleceu também o controle da comunicação por meio de censura e propaganda, manteve a estrutura democrática apenas para

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista CAPES-DS. E-mail: casilva2015@gmail.com

fins simbólicos e estabeleceu meios de controle da economia, da educação, movimento estudantil e de trabalhadores.

Contudo, na mesma medida que o Estado autoritário e repressor avançava, a luta política se estendia, numa relação impossível de estabelecer se foi causa ou efeito. De norte a sul do Brasil a militância ocorreu e em grande medida o desafio em posicionar-se contra o Estado autoritário apresentava os mesmos elementos. Porém, não basta compreender tais elementos e torná-lo representante de todos, é preciso, ao contrário, especificá-los. A realidade enfrentada nos grandes centros é inevitavelmente diferente daquelas experiências nos municípios do interior do Brasil, e essa lógica precisa ser conhecida e explorada.

Nesse sentido, a reflexão aqui proposta, versará sobre o desafio de escrever História sobre o tempo presente. O desafio também se coloca em superar a grande narrativa uniformizadora sobre a ditadura civil militar brasileira, buscando evidenciar a perspectiva do poder e das disputas em torno dessas narrativas, tudo isso embasado no “novo” movimento de “desaparecimento de “um princípio explicativo único” e os retrocesso de “memórias unitárias”” (CANDAU, 2014, p. 183).

Candau (2014) destaca o processo geral de individualização da memória e de um aumento das “memórias particulares que reclamam sua própria história” (2014, p. 184), isto, segundo o autor, ocorre em função da multiplicidade de experiências pessoais, que colocam os sujeitos em também múltiplas relações, tornando cada vez mais difícil sua identificação com as memórias universais ou organizadoras.

A memória da ditadura civil militar brasileira é múltipla, mas é importante destacar que quando se trata de evidenciar os meandros da memória, “o acontecimento rememorado está sempre em relação estreita com o presente do narrador, quer dizer, com o tempo de instância da palavra” (CANDAU, 2014, p. 101). Lucian Febvre, destaca que a História é “um meio de organizar o passado para impedi-lo de pesar muito sobre as costas dos homens” (CANDAU, 2014, p. 100), mas coloca a disciplina em um papel subalterno, visto que, a memória se organiza sob a ótica essencialmente privada e “não é sobre a história aprendida, mas sobre a história vivida, que se apoia a nossa memória” (CANDAU, 2014, p. 100).

Enquanto a história busca encontrar as formas do passado, a memória às modela, enquanto a história tenta estabelecer elementos de causa e efeito e busca encontrar a

racionalidade dos eventos, a memória está envolta no caos das emoções. Para Candau, o mundo moderno coloca os sujeitos em busca de sua própria identidade, superando aquelas versões totalizadoras construídas pelo Estado por exemplo.

Segundo Catroga (2015) e Koselleck (1993), “a ideia de futuro foi enfraquecendo, o que provocou um maior distanciamento entre o “horizonte de expectativa e o “campo da experiência”, além de uma preocupação com a questão da “tirania da memória”, cujas versões oficiais projetam de cima para baixo memórias como coletivas. Há uma linha tênue entre o medo de perder o passado enquanto referência e a necessidade de ressignificar este mesmo passado ou dar outras possibilidades para compreender o presente.

Todos os indivíduos enfrentam o medo da morte, da finitude e a possibilidade do esquecimento. Toda a produção memorial tem base em alguns desses elementos. O que torna então algumas memórias passíveis de serem lembradas e outras não? A resposta para essa pergunta não será respondida aqui, mas destaca-se para o fato de que embora seja necessário equilibrar o olhar para o passado como idealização para o futuro, é preciso, no entanto, olhar para o passado traumático e rememorar-lo, para que não mais aconteça.

Lidar com os legados da repressão autoritária é um desafio político e ético que inúmeras sociedades enfrentam, um recurso são os espaços de memória ou lugares de memória, importantes para a consolidação de uma memória dos eventos traumáticos. A preocupação está para:

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais um grupo de suporte, [...] quando ela se dispersa em alguns espíritos individuais, perdidos na sociedade novas nas quais esses fatos não interessam mais porque são decididamente exteriores a elas... (HALBWACHS, apud CANDAU, 2014, p. 184)

Ao pensar a ditadura civil militar brasileira é necessário tratar sobre as disputas que inevitavelmente está inserida. A instrumentalidade do conceito em si está em disputa, a narrativa “oficial”, comumente veiculada, à coloca como “movimento contrarrevolucionário”. A complexidade desse debate foge aos objetivos para esse ensaio, de modo que, interessa aqui, apresentar o desafio da memória como um mecanismo que além de buscar a superação das narrativas uniformizadoras, busca também se inserir do tempo.

“O homem conta histórias como protesto contra a sua finitude... Porém como nesse trilho se revela a consciência da morte e da sua repulsa, o significado das pegadas de quem passou é inseparável das interrogações que elas colocam a quem vem. Transcendental metafísico que obriga a equacionar a historicidade das respostas”. (CATROGA, 2015, p. 8)

Há, segundo Candau “um desvio holista incontestável que não retira o interesse dos fenômenos em questão, mas que também não permite captar a complexidade e a multiplicidade das forças as quais, a cada instante, trabalham uma sociedade e que não são todas memoriais ou identitária”, há, portanto, uma multiplicidade de mundos e uma multiplicidade de tempos.

As memórias suscitadas pela ditadura civil militar ainda podem e devem ser socializadas. A narrativa oficial ou organizadora sobre tais eventos os traz como uma realidade dada, estática e findada. No entanto, essa história recente do Brasil tem como característica a permanência do trauma e há muito ainda a ser contato.

Cabe ressaltar por exemplo, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, que apontou que o Rio Grande do Sul possuía 39 centros de prisão e tortura, localizados em 16 municípios diferentes, Três Passos, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, São Borja, Alegrete, Santa Maria, São Gabriel, Santa do Livramento, Rio Grande, Guaíba, Porto Alegre, Charqueadas, Canoas, Caxias do Sul, São Leopoldo e Viamão. E listou dezenove agentes da repressão ligados ao aparato repressivo gaúcho, em sua grande maioria, agentes atuantes nos grandes centros. No entanto, são poucas as pesquisas que exploram as regiões do interior do estado do Rio Grande do Sul e em especial nas cidades que fazem fronteira com a Argentina.

Observa-se as demandas para investigação, no ano de 2014, Carlos Frederico Guazzelli, defensor público e coordenador da Comissão Estadual da Verdade, explicitou em reportagem ao Sul 21, que no Rio Grande do Sul ocorreu cerca de 2.800 casos de torturas, muitas delas ainda não muito esclarecidas.

Nesse sentido, a tese de Ricoeur destaca que: “o ato recordar é em si mesmo um ato relacional, ou melhor, de alteridade.” (RICOUEURS, apud. CATROGA, 2015, p. 13). Recordar-se é também marcado pelo esquecimento, muitas vezes induzido, enquanto política de estado “relaciona-se a uma ação institucional de esquecimento induzido, “de cima para baixo”, desmemória” (PADRÓS, 2009, p. 36). O autor destaca que sem dúvidas tal esquecimento é um fenômeno da memória, mas, inevitavelmente afeta o conhecimento da história.

É preciso superar o princípio explicativo único, construir metanarrativas sobre os eventos traumáticos, sem perder de vista os usos políticos do passado. A memória e a história são um movimento infinito e seu feitiço não é absolutamente cognoscível, porém há uma ética na sua produção e negá-la é uma irresponsabilidade.

Palavras-chave: ditadura civil militar, memória, História.

REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina:** ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. 2ª ed. Porto Alegre: Medianiz, 2015. p. 35.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** Tradução Maria Letícia Ferreira. – 1. ed., 2ª. Reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.

7. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL

PRIMEIRAS ABORDAGENS SOBRE MATERIAL LÍTICO DO SÍTIO RS-TQ-141

Heloisa dos Santos¹
André Luis Ramos Soares²

Resumo: O sítio RS-TQ-141, localizado no município de Cruzeiro do Sul macrorregião do vale do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil, sofreu sua primeira intervenção arqueológica em dezembro de 2016 e a segunda em dezembro de 2017, ambas realizadas pela equipe do Laboratório de Arqueologia, Sociedade e Culturas das Américas - LASCA (UFSM), coordenadas pelos arqueólogos Prof. Dr. André Luis R. Soares e Prof. Dr. Sergio Celio Klamt. O sítio é fruto de uma ocupação dos grupos Guarani e não se tem uma datação absoluta para ele. Durante a escavação foram encontrados carvões, cerâmicas, ossos, fauna e líticos.

Na arqueologia pré-colonial, o estudo dos instrumentos produzidos por um grupo humano é de suma importância para o levantamento de hipóteses vinculadas ao modo de vida, contexto social e econômico, incluindo este material associado a grupos Guarani. Os guaranis são conhecidos pelo seu domínio sobre a confecção da cerâmica onde pode ser mais lido em Soares, A. L. R., Klamt, S.C, Penha.M.M e entre outros pesquisadores. No entanto, muitas vezes o material lítico é deixado em segundo plano. Milheira, R.G,2011 é um dos poucos pesquisadores que realizou estudos sobre material lítico associado a grupos Guarani.

O objetivo deste trabalho é apresentar a identificação, análise e a interpretação sobre o material lítico, sobretudo com relação à técnica de lascamento de percussão sobre bigorna, uma vez que diversas lascas apresentam características típicas dessa técnica. Quando falamos em material lítico, devemos ter em mente que se trata de qualquer artefato, ou resíduo de produção, constituído de rocha ou mineral. Desde meados do século XX, autores como Breuil & Lantier

¹Graduanda de História da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM). Membro do Laboratório de Arqueologia Sociedade e Cultura das Américas (LASCA-UFSM). E-mail: heloisa201323@gmail.com

²Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria; Coordenador do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA - UFSM). E-mail: alrsoaressan@gmail.com

(1951) reconheciam em sítios paleolíticos a existência da técnica de debitage da pedra sobre bigorna, que chamam de “bipolar”. A técnica de lascamento de percussão sobre bigorna, ou lascamento bipolar parece ter surgido com o Homo erectus de Chu ku Tien, perto de Beijing, mas é encontrada posteriormente em diversos contextos arqueológicos do mundo. A técnica consiste em ter um bloco de matéria prima apoiado em uma bigorna, a percussão é feita verticalmente, procurando-se rachar o bloco ao meio. Com essa técnica dita bipolar, dois pontos de impacto vai criam dois bulbos e contra-bulbos em sentido opostos: um direto provocado pelo percutor; e outro por contragolpe da bigorna. Deste modo não se tem um lascamento conchoidal. Isso se a peça trabalhada for colocada verticalmente e o golpe aplicado também for na vertical. A. Prous, G. Neves de Souza, e A. Pessoa Lima (2014) descrevem estas características com base em estudos experimentais.

A pesquisa em laboratório está sendo realizada em etapas: classificação dos vestígios líticos em categorias; identificação da matérias-primas; mensurações; e, finalmente, aplicação de estatística básica. Através do processo de análise já foi possível quantificar as peças por categorias como apresentado na tabela 1.

Material lítico do Sítio RS-TQ-141	
Lascas	226
Placas de arenitos	42
Fragmentos de afiador de canaleta	10
Fragmentos de machados polidos	3
Fragmentos de tembetás.	2

TABELA 1: Material lítico do Sítio RS-TQ-141

Em relação a matéria-prima, a ágata era a principal fonte de matéria-prima deste grupo: Às margens do Rio Taquari, a poucos metros do sítio, estão repletas de seixos e calhaus de ágata de qualidade razoável para o lascamento – é uma rocha um tanto resistente ao lascamento,

e experimentos preliminares revelaram que percutores macios não são muito eficazes. As outras matérias primas encontradas no sítio foram: ardósia, diabásio, basalto, quartzo.

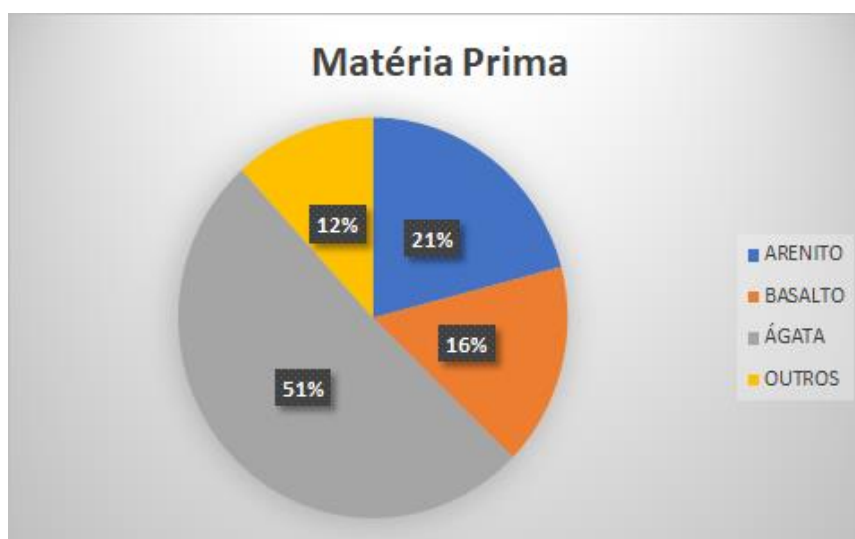


Gráfico 1: Matéria prima

Diversas lascas apresentam características típicas do lascamento de percussão sobre bigorna, ou lascamento bipolar: uma delas é a marca dos dois pontos de impacto do percutor e outra pela bigorna. Na tabela 2 o padrão métrico das lascas é de comprimento que varia entre 1 e 5 mm, largura que varia entre 1 e 3 mm, e espessura que varia entre 1 e 2 mm.

Estatística Descritiva

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Comprimento	226	5	137	3	2
Largura	226	1	85	2	1
Espessura	226	1	51	1	1

Tabela 2: Estatística Descritiva

As placas de arenito não são peças naturais, algumas delas possuem marca de queima. Segundo MILHEIRA, R.G. 2011 o uso de placas de arenito como apoio de vasos cerâmicos que vão ao fogo. Os demais materiais em arenito friável não apresentam marcas de uso, sendo interpretados como placas fraturadas após sua exploração total em outras finalidades. Esse fragmento tem como dimensões entre 1,0 a 9,50 cm de comprimento; 0,30 a 22,10 e 0,50 a 7,20 cm de largura.

Conforme a tabela 1 foram encontradas 10 afiadores de canaletas de arenito. Para Noelli (1993), o termo “afiador em canaleta” refere-se aos instrumentos comumente descritos na literatura como placas de arenito friável ou cerâmica com sulcos nas suas faces, os quais indicam a confecção de pontas de projétil, furadores, punções, ou, até mesmo, adornos labiais (tembetás). Ao analisar os sulcos das canaletas conclui-se que eles não eram usados para afiar gumes de machados, pois os sulcos deveriam estar em forma de V e todos os afiadores encontrados até o momento tinham o sulco na forma de U indicando outra utilidade como a confecção de tembetás ou outros artefatos.

Não foram encontrados artefatos finalizados ou inteiros até o momento, mas apenas fragmentos e resíduos de produção de artefatos líticos pouco complexos em termos tecnológicos. Afinal, percussão sobre bigorna não é uma técnica simples, assim como o polimento. É possível que o local tenha sido um local de produção de alguns artefatos, que foram levados embora, e ficou apenas o “lixo”, assim como os restos de animais e alguns fragmentos cerâmicos. Estudos ainda estão sendo realizados para se compreender a Tradição Guarani

O estudo do material lítico deve ser levado em consideração, pois é importante continuar estudando esse sítio, uma vez que ele apresenta diversas classes de vestígio (lítico, osso, cerâmica) num mesmo contexto, e que é importante realizar análises tecnológicas nas coleções líticas de sítios associados à Tradição Guarani, a fim de averiguar se a homogeneidade cultural está presente também na indústria lítica e não apenas na indústria cerâmica.

PALAVRAS CHAVES: Tecnologia Lítica, Arqueologia, Guarani

REFERÊNCIAS

Breuil, H. et Lantier, R. 1951 - Les Hommes de la pierre ancienne - Paléolithique et Mésolithique, Paris, Payot, 335 p.

KLAMT, Sérgio. A Tradição Tupiguarani no Médio Jacuí. 1996. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1996.

MILHEIRA, R.G. Os Guarani e seus artefatos líticos: um estudo tecnológico no sul do Brasil. R. Museu Arq. Etn., São Paulo, n. 21, p. 129-152, 2011.

NOELLI, F.S. 1993 Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicada a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS). Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PUC-RS.

SOARES, A.L.R. 1997 Guarani. Organização Social e Arqueologia. Porto Alegre: EDIPUCRS.

SOARES, A.L.R. 2005 Contribuição para a Arqueologia Guarani. Tese de Doutorado, São Paulo: USP.

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS FÍLMICOS ARQUIVÍSTICOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tauani Bisognin Ramos ¹
Luciana Souza de Brito (a)²

Resumo: O presente trabalho decorre da pesquisa realizada para elaboração da monografia, requisito para conclusão do Curso de Arquivologia junto à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em dezembro de 2017. Nesse sentido, o tema consiste no entendimento da política de preservação de acervos fílmicos em instituições arquivísticas, considerando os riscos que envolvem a guarda e preservação em longo prazo desses suportes da informação. Levando-se em consideração, que os suportes utilizados nos filmes, são altamente sensíveis às mudanças de temperatura e à umidade do ar, alguns se encontram salvaguardados em locais impróprios, o que acarreta na aceleração de sua deterioração. No entanto, os filmes que conseguem sobreviver a tais condições, podem, ainda, estar sujeitos às perdas irreversíveis de seus conteúdos. Assim, a questão-problema que norteou a pesquisa é: Como as normas nacionais e internacionais, emanadas do Arquivo Nacional e pelas entidades Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF) e UNESCO, contribuem na identificação dos critérios para a constituição de uma política de preservação de acervos fílmicos arquivísticos? Elencaram-se os seguintes objetivos para responder ao problema da pesquisa, assim o objetivo geral visa identificar os principais critérios adotados pela Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM) do Arquivo Nacional, bem como se estão em

¹ Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Especialista em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: tauaniubr@gmail.com

² Professora do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: lucyanabrito@yahoo.com.br

conformidade com o que preconiza a UNESCO e FIAF para a criação de uma política de preservação de acervos fílmicos nos arquivos brasileiros. Tem-se como objetivos específicos: realizar o mapeamento das atas de reunião da CTDAISM do Arquivo Nacional sobre o tema; identificar as normas internacionais emanadas da UNESCO e FIAF que abordem o tema; identificar fatores relacionados à preservação de acervos fílmicos com base na produção acadêmica brasileira e nas normas arquivísticas; comparar a bibliografia encontrada a fim de analisar se há divergências entre as mesmas no que concerne aos procedimentos de conservação e preservação dos acervos fílmicos. A relevância da pesquisa justifica-se pela fragilidade natural que os suportes dos documentos fílmicos se encontram registrados, principalmente ao que se refere às causas ambientais de deterioração, e com isso a temeridade da perda deste material. Nesse contexto, pode-se afirmar que o patrimônio documental é preservado para que as gerações futuras possam construir suas identidades, e uma das formas que a concebe é através do registro fílmico. Também com o intuito de justificar a presente pesquisa, ao realizar o estudo do estado da arte da pesquisa, encontrou-se poucos trabalhos acadêmicos com a aproximação da temática, na *internet*, o que motivou a continuidade da realização da pesquisa.

A fundamentação teórica compreende o entendimento de um conjunto de termos, dentre os quais tem-se: documento e as distinções entre documento de arquivo conforme Paes (2006) e documento especial, partindo do conceito apresentado por Brito (2012); filmes e os diferentes suportes produzidos ao longo dos anos (nitrato de celulose, acetato de celulose e poliéster), de acordo com Mestre i Vergés (2014); preservação, em que abordaram-se os autores Beck (2006) e Forde (1999); o entendimento sobre políticas públicas arquivísticas unidade em que foi abordado pelo autor Jardim (2006), inicialmente para definir o conceito de política e posteriormente, para conceituar política pública: Silva (2008), e política pública arquivística com: Jardim (2006); os organismos internacionais que tratam da preservação de acervos fílmicos (FIAF e UNESCO), foram estudados com base em: FIAF (1998), UNESCO (1995); e o organismo nacional para preservação de acervos fílmicos: CTDAISM, fundamentou-se basicamente em Siqueira (2011).

A metodologia utilizada é quali-quantitativa, e utiliza a análise qualitativa de conteúdo “que tem por objetivo classificar o conteúdo dos textos alocando [...] palavras a um sistema de categorias” (FLICK, 2013, p. 134), aplicada nas atas da CTDAISM do Arquivo Nacional, onde

o conteúdo será selecionado pelos principais termos: preservação, filmes e políticas, e também por sinônimos prevenção, películas e normas. Os termos selecionados foram baseados nos objetivos da pesquisa, questões que necessitam ser respondidas, dentro do certame do tema escolhido pela pesquisadora. A temporalidade é transversal.

No tocante aos objetivos, é uma pesquisa exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico através de fichamentos a fim de levantar as hipóteses, e dos procedimentos técnicos classifica-se como bibliográfica com pesquisa de teses e dissertações, publicadas em meio digital, especificamente no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), e que tem papel fundamental na expansão e consolidação das pós-graduações (mestrado e doutorado) no Brasil.

No que diz respeito aos resultados, percebe-se que no Brasil, ainda, não há nenhuma política específica que trate dos documentos fílmicos de arquivo, porém a CTDAISM, desde seu surgimento em 2010 vem trabalhando com esses documentos especiais, na qual insere-se o documento fílmico, e compete a ela propor medidas apropriadas de organização e tratamento arquivístico a eles.

Cabe salientar, que conforme a pesquisa aqui realizada, os estudos brasileiros, bem como as pesquisas que abordem este gênero documental no que tange ao uso correto de uma terminologia padronizada e com cuidados arquivísticos, não há, ainda, uma produção significativa que dê as respostas necessárias e que guie os profissionais que lidam com esse gênero de documentos.

O trabalho desenvolvido pela CTDAISM é um começo para a promoção de políticas efetivamente arquivísticas, assim percebe-se que a mesma captou a necessidade dos arquivos brasileiros e começa os estudos para o tratamento deles. A publicação de um glossário, destinado à área dos documentos especiais, foi um grande avanço, pois demonstra que o CONARQ reconhece como é importante passar para os arquivos do Brasil como tratar esses documentos. Destaca-se a inclusão, realizada na Resolução nº 41 do CONARQ, sobre a gestão dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas arquivísticos, mesmo que seja para os arquivos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Denota-se que isso ocorreu em 2014, claro que se comparado com Recomendação que é de

1980 percebemos que o Brasil demorou na percepção de reconhecer o documento fílmico como um documento de arquivo.

A pesquisa buscou investigar a atual situação das políticas públicas voltadas aos acervos fílmicos, e nesse sentido ainda se mostra necessário a formulação de conceitos e a ampliação da discussão sobre como devem ser tratados no âmbito arquivístico.

Palavras-chave: filme; preservação; política.

REFERÊNCIAS

BECK, Ingrid. **O ensino da preservação documental nos cursos de arquivologia e biblioteconomia:** perspectivas para formar um novo profissional. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Convênio Universidade Federal Fluminense com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Instituto de Artes e Comunicação Social – UFF, Rio de Janeiro, 2006.

BRITO, Luciana Souza de. Arquivos especiais: caracterização e identificação dos suportes, formatos e formas. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v.6, n.1, p. 126-155, 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4970>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CALIL, Carlos A.; XAVIER, Ismail. **Cinamateca imaginária:** cinema & memória. Rio de Janeiro: EMBRAFILME, 1981.

COELHO, Fernanda. **Manual de manuseio de películas cinematográficas:** procedimentos utilizados na cinemateca brasileira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Cinemateca Brasileira, 2006.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE FILMES (FIAF). **Código de ética da FIAF.** 1998. Disponível em: <http://cinemateca.gov.br/sites/default/files/Codigo_Etica_FIAF.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia da pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FORDE, Helen. Preservation as a strategic function and an integrated component of archives management: or can we cope without it? In: **International Conferences of the round table on archives**, n. 34, 1999, Budapest: ICA, 1999.

HOLLÓS, Adriana Cox. A preservação de filmes no Arquivo Nacional. **Revista Acervo** (Rio de Janeiro), v. 16, p. 103-110, 2003.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios atores e processos. **Arq. & Adm.** Rio de Janeiro, v.5, n.2, jul/dez. 2006.

MESTRE I VERGÉS, Jordi. **Identificación y conservación de fotografías.** Gijón: TREA, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Recommendation for the Safeguarding and Preservation of Moving Images.** 1980. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13139&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 26 Abr. 2017.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira. **O Documento visual sob a perspectiva arquivística: reflexões, estudos e propostas da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros do Conselho Nacional de Arquivos.** In: III ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 3º, Londrina, 2011 - Anais. Londrina: III E.N.E.I., 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/MARCELO%20NOGUEIRA%20DE%20SIQUEIRA.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ARQUEOLOGIA EM REGIMES DE EXCEÇÃO: POSSIBILIDADES E UTILIZAÇÕES NO CASO DO CEMITÉRIO DE PERUS

Murilo de Melo Penha¹
Orientador: André Luis Ramos Soares²

Resumo: O presente trabalho visa pensar os estudos realizados sobre o caso do cemitério de perus, sendo que a nossa proposta é observar o uso, ou não, da arqueologia no processo de escavação e análises, por exemplo da forma de enterramento, contexto do sítio entre outros. Será também feita a tentativa de reflexão sobre as possibilidades de pesquisa nestas situações.

Partindo deste pressuposto dividiremos nosso trabalho em três etapas, sendo a primeira uma revisão histórica sobre como se deu o processo de utilização do cemitério de perus e a posterior utilização de uma cova coletiva para o depósito de corpos. Seguido da segunda parte

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Bolsista PIBIC - CNPQ; Membro do Laboratório de Arqueologia Sociedade e Cultura das Américas (LASCA-UFSM). E-mail: murilopenha96@gmail.com.

² Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria; Coordenador do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas. (LASCA - UFSM) – alrsoaressan@gmail.com

que tentará analisar o trabalho que foi produzido acerca deste acontecido, ressaltando a investigação para encontrar o local de depósito, como esses corpos foram retirados, onde foram armazenados e como, e se, foram estudados. A partir disso partiremos para a terceira parte que é pensar as possibilidades da arqueologia nestes cenários.

O Cemitério Dom Bosco, que posteriormente ficou conhecido como cemitério de perus, que é o bairro na zona norte da cidade de São Paulo onde está localizado, foi inaugurado em 1971 pelo então prefeito Paulo Maluf, que assumiu o cargo por indicação do próprio presidente Costa e Silva. O cemitério foi criado exclusivamente para indigentes, e em sua planta original, como aponta a CPI-Perus (1990), incluía a implementação de um crematório, no entanto como existiam leis que impediam a cremação de indigentes o projeto não foi seguido adiante. A proposta de criar um cemitério apenas para indigentes abriu uma grande margem de utilização para as forças militares de repressão, para não dizer que “caiu como uma luva”, como podemos ver neste depoimento presente no relatório da Comissão Nacional da Verdade:

A certeza da impunidade e o tratamento usual de desrespeito dado aos corpos de pessoas pobres na cidade foram dois fatores a permitir que militantes mortos desaparecessem em nossos próprios cemitérios. Não sabemos o que foi mais bárbaro: transformar oponentes do regime em indigentes ou tripudiar ainda mais a indigência para dar fim aos corpos de oponentes do regime. (BRASIL, 2014, p.512)

O relatório também aponta que o IML de São Paulo foi cúmplice no processo de registro dos militantes mortos, mesmo alegando os legistas foram “puramente técnicos”, vendo, reportando as lesões e “nunca as interpretando”, e mesmo quando se relatam hematomas e escoriações nos corpos, a resposta para a parte que perguntava se havia ocorrido tortura nos formulários era sempre negativa. Outro ponto que a CPI apurou sobre a atuação do IML de São Paulo neste processo é de que:

A CPI apurou, ainda, que havia procedimento diferenciado para encaminhar corpos de militantes ao cemitério. Como os familiares já haviam percebido ao investigar os arquivos do IML, os laudos eram identificados com uma letra “T” em vermelho no caso de presos políticos, como referência a “terrorista”. (BRASIL, 2014, p.513)

Depois de passarem pelo IML, os corpos eram enterrados em sepulturas de indigentes com ou sem nome, sendo que quando haviam nomes os mesmos eram falsos. Ao que indica o cemitério foi usado também para enterrar vítimas de epidemias que foram ocultadas pela

censura a imprensa, como é apontado do livro de Hespanha (2012). Seixas (2012, p. 43-50), aponta como este processo durou até o fim do chamado “milagre econômico”, o que freou a ampliação de projetos como este, e, aliado a isso, o governo já não conseguia responder ao grande número de denúncias acerca das torturas, assassinatos e desaparecimento de opositores ao regime, o que fez com que o governo reagisse da seguinte forma:

O período em que o país esteve nas mãos do General Ernesto Geisel (1974-1979) é quando a ditadura decide não deixar pistas de sua campanha de extermínio da oposição política, que nesse momento já não é mais de luta armada, e também não quer mais deixar provas dos crimes cometidos nos anos anteriores. Nos quatro anos de mandato desse general a ditadura prende, tortura, mata e desaparece com os corpos ao mesmo tempo em que começa uma “operação limpeza” dos corpos de assassinados sob torturas. (Seixas, 2012, p.49)

Ou seja, a partir deste momento começa a se pensar um esconderijo dentro do esconderijo, que neste caso seria a criação de um lugar para dar um fim definitivo nestes corpos. A comissão da verdade aponta que em 1972 aprova-se uma lei que reduz o prazo mínimo para a exumação de cinco para três anos, o que possibilitou em 1975 que se fizessem exumações em massa no cemitério Dom Bosco, a tentativa do regime era cremar estes corpos no crematório de Vila Alpina, São Paulo onde foi construído o crematório que originalmente deveria ficar no próprio cemitério em Perus. Após muita insistência o projeto de cremação é abandonado em 1976, sendo que durante esse ano todo as ossadas ficaram amontoadas no necrotério do cemitério, onde só saíram para serem depositadas na vala, que não possui registro nenhum no cemitério tanto em arquivos quanto em plantas, como podemos ver no trecho a seguir:

Pelas investigações, a CPI concluiu que a vala aberta em 1976 “se manteve em caráter de clandestinidade sob vários aspectos”, considerando que 1) Não existe registro da sua criação. 2) Foi aberta em área destinada à construção de uma capela. 3) Não foi demarcada posteriormente como local de sepultamento. 4) Não foi incluída na planta do cemitério. 5) Foi construída de forma irregular, sem alvenaria e outros requisitos. 6) Não existe registro da transferência dos corpos exumados para a vala. (BRASIL, 2014, p.514-515)

A Comissão Parlamentar de Inquérito Perus - Desaparecidos Políticos (CPI – Perus), aprovada em 1990, foi a responsável pela investigação e exumação dos corpos para fim de identificação. A abertura desta comissão se deu graças a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina,

eleita em 1988, que encabeçou junto com a bancada da câmara de vereadores de São Paulo nesta que foi a primeira comissão legislativa a investigar os crimes da ditadura. Por meio dela se ouviu depoimentos de perseguidos e perseguidores e se ordenou a localização e abertura da vala clandestina, o que foi feito por funcionários do próprio cemitério. Foram localizadas 1.049 ossadas dentro de sacos plásticos sem identificação. Logo após a abertura foi firmado um convênio com a Unicamp para a análise das ossadas, que sucedeu na identificação de sete corpos, sendo dois da vala comum, três de sepulturas ainda individuais do mesmo cemitério e dois de outro cemitério, o de Campo Grande. Os trabalhos de análise foram interrompidos por sete anos, só voltando a serem feitos após intervenção do Ministério Público Federal em 2001, quando as ossadas foram transferidas da Unicamp para o IML/SP, que em parceria com a USP assumiria as análises, assim entre 2005 e 2006 foram identificadas mais três pessoas, porém depois disso as investigações passam novamente para outra equipe em 2012:

Para dar continuidade à análise das ossadas, foi estabelecida cooperação entre Ministério Público Federal (MPF), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP) e Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Os trabalhos periciais ficaram sob a responsabilidade da Criminalística da Polícia Federal e da Equipe Argentina de Antropologia Forense. (BRASIL, 2014, p.516)

As ossadas que foram levadas para a Argentina levantaram um dado que o próprio relatório da comissão da verdade do estado de São Paulo aponta como “alarmante”:

(...) muitos dos ossos nunca haviam sido limpos, estavam mofados e com fungos, as caixas molhadas, a umidade gerada por inúmeros plásticos grossos que envolviam os conjuntos ósseos também causou diversos danos, assim como sacos de tecidos que os envolviam acabaram por aderir aos fragmentos de ossos afetando a integridade dos mesmos. (Souza et al, p.04)

Isso abre margem para um exercício de reflexão sobre as condições que foram postas essas ossadas durante todos os anos após exumação. Se pensássemos sob o ponto de vista arqueológico ao menos na questão do condicionamento dos ossos, com toda certeza os mesmos estariam em melhores condições de análise, sendo que segundo reportagens e imagens da época, podemos perceber que os ossos continuavam em sacos plásticos, armazenados em local inadequado, sem controle climático, como temperatura e umidade, e, como o próprio relatório da Equipe Argentina de Antropologia Forense aponta, os ossos não haviam passado nem pelo

processo de limpeza, o que fez com que fungos e outros agentes se proliferassem e assim contribuir ainda mais para a decomposição do material. SILVA et al (2016) estipula alguns procedimentos para garantir a conservação no caso dos ossos:

A conservação arqueológica demanda procedimentos e práticas relacionados a problemas de conservação específicos. A identificação de: a) incompletude dos esqueletos; b) hiperfragmentação; c) uso de colas e consolidantes impróprios; d) quebras recentes, demanda determinados processos da conservação arqueológica que consideram a: a) higienização controlada; b) acessibilidade e manuseio controlados; c) acondicionamento; d) reconstituição – reconstrução controladas (Figuras 4 e 5); e e) registro – cura- inventário – catalogação. Os procedimentos e práticas relacionados a esses processos da conservação incluem: a) Limpeza Investigativa (higienização); b) Consolidação/ Estabilização; c) Manuseio para pesquisa, curadoria e Acondicionamento. (p.422)

Com base nisso podemos afirmar que, do ponto de vista arqueológico o tratamento das ossadas provenientes da vala clandestina de perus fora de fato muito mal alocadas e conservadas para as pesquisas que pretendiam ser feitas, assim como a própria identificação de desaparecidos se tornou mais difícil por conta da deterioração que a falta de higiene dos ossos causou. Princípios de curadoria e gestão de material arqueológico poderiam muito bem ser aplicados neste caso, e deviam ter sido aplicados desde o início. Funari e Oliveira (2008) indica que durante o período pós redemocratização o regime militar manteve o controle de instituições de pesquisa, principalmente as de arqueologia, sendo que o regime deliberadamente promovia os seus “afilhados” em cargos e funções de chefia, e os mesmos dificultaram muito o avanço da arqueologia nestes campos. Funari ainda afirma que:

No Brasil, assim como na maioria das sociedades acadêmicas latino-americanas, ainda existe uma forte resistência de arqueólogos e antropólogos físicos em trabalhar com casos que estejam relacionados à violação dos direitos humanos. Da mesma forma, não parece haver interesse das instituições governamentais na presença de qualquer antropólogo ou arqueólogo forense nos quadros das instituições judiciais, como também não há procura por parte destas instituições aos pesquisadores acadêmicos, seja no auxílio com técnicas específicas ou no preparo das equipes de investigação para os casos que exijam exumações. (FUNARI, OLIVEIRA, 2008, p.98)

Ou seja, por mais que a multidisciplinaridade possa enriquecer muito a pesquisa sobre os regimes de exceção, ainda resta o esforço tanto por parte da arqueologia, principalmente a

brasileira³, de se inserir nestes campos, quanto dos órgãos e comissões de investigação da área de buscar uma complementação metodológica que pode e muito contribuir na afirmação de discursos e comprovação de hipóteses, assim como trazer a tona aspectos novos que possam contribuir ainda mais estes estudos.

Não podemos deixar de falar também o quanto este trabalho e estas possibilidades podem ter sido apenas palavras ao vento a luz do Decreto 9.759, assinado no início de 2019 pelo presidente Jair Messias Bolsonaro que encerrou o Grupo de Trabalho Perus, responsável pela identificação de corpos de desaparecidos políticos. Nos resta então nestas últimas linhas firmar nosso repúdio a tal decreto que impede famílias de, mesmo depois de décadas, terem a oportunidade de saberem o paradeiro de seus entes queridos e finalmente por um ponto final na incógnita de seus desaparecimentos.

Palavras-chave: Arqueologia da Repressão; ditadura brasileira; vala clandestina de Perus.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Comissão Nacional da Verdade**. 2014. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. v. I. Brasília-DF, CNV. 976p

FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A. . **A Arqueologia do conflito no Brasil**. In: Pedro Paulo A. Funari; Andrés Zarankin; José Alberione dos Reis. (Org.). Arqueologia da Repressão e da Resistência. América Latina na era das ditaduras (1960-1980). 1ed.São Paulo: Annablume, 2008, v. 1, p. 23-28.

HESPANHA, Luiz . **A primeira comissão da verdade**. IN: Desaparecidos políticos: um capítulo não encerrado da história brasileira. 1º edição. São Paulo – SP. Instituto Macuco, 2012.

SEIXAS, Ivan. **Uma ditadura contra o povo e o país**. In: HESPANHA, Luiz . A primeira comissão da verdade. IN: Desaparecidos políticos: um capítulo não encerrado da história brasileira. 1º edição. São Paulo – SP. Instituto Macuco, 2012.

SILVA, S. F. S. M. da; GHETTI, N. C. ; DAVOGLIO, C. R. B. S. . **Ensaio sobre preservação de materiais arqueológicos de natureza orgânica da RETEC-ARQ DA UFPE: remanescentes ósseos humanos**. In: IV Seminário de Preservação de Patrimônio

³Ressaltamos neste trabalho a arqueologia brasileira, porém é reconhecido o riquíssimo trabalho que está sendo efetuado em outros países da América Latina, como na Argentina, que se tornou um dos principais centros de arqueologia forense do mundo e tem pesquisas que são exemplos a serem seguidos.

Arqueológico, 2016, Rio de Janeiro. Anais do IV Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. v. 1. p. 402-432.

SOUZA, R. A.; HATTORI, M. L. ; TAUHYL, A. P. M. ; ANTONETO, L. A. ; DI GIUSTO, M. N. ; GRATAO, M. ; OLIVEIRA, A. F. ; QUADRADO, F. ; FISCHER, P. F. ; INGLEZ, M.; STRAUSS, A. . A retomada das análises da Vala clandestina de Perus. In: **Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade 'Rubem Paiva'**. São Paulo: ALESP, 2015 (Relatório).

8. PRÁTICAS DA HISTÓRIA: EDUCAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO

OS (DES)CAMINHOS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Mayara Faccin¹

Prof. Dr. Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior²

Resumo: O presente trabalho faz uma reflexão acerca da história da disciplina de História, com o objetivo de evidenciar que, ao longo do tempo, a disciplina passou por diferentes períodos, de acordo com as diretrizes traçadas pelo governo em questão. Nesse sentido, em alguns momentos é possível notar o maior estímulo ao senso crítico, enquanto que, em outros, prevalece a memorização das datas, fatos e heróis e a criação do senso de patriotismo. Para observar como esses períodos se constituíram e como na atualidade essa dualidade de Ensino de História ainda se faz presente, buscou-se observar a literatura existente sobre o tema, tendo como ponto de partida o início da Idade Moderna até a atualidade.

Durante cerca de três séculos (séc. XV ao XVIII), o ensino de História na Europa pautou-se na relação entre a religião e a vida humana. De acordo com Freitas (2015), até a Revolução Francesa, os teóricos que refletiam acerca do Ensino de História postulavam as seguintes diretrizes: o estudo da História deveria estar relacionado ao estudo dos bons e maus exemplos exercidos pelos homens, a fim de retirar as melhores experiências de vida. Ainda, que o conhecimento histórico pode ser utilizado e contribuir para outras finalidades, tais como o exercício da memória, imitação, virtude, entre outros. Nesse sentido, a transmissão de conhecimento e repetição do que foi estudado, tanto na sala de aula quanto na vida cotidiana, garantiriam com que houvesse uma sociedade cada vez mais perfeita e um ser humano mais religioso e temente à Deus.

¹ Mayara Faccin é mestranda em Ensino de História pelo ProfHistória, no polo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Também é membro do Virtù – Grupo de História Medieval e Renascentista, na UFSM. E-mail: mayarafaccin@yahoo.com

² Francisco de Paula Souza de Mendonça Junior é doutor em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a realização de estágio sanduíche na Université Paris-Est Créteil. É professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde fundou e dirige o Virtù – Grupo de História Medieval e Renascentista. E-mail: kirijy@gmail.com

A laicização do Estado, proposto pelo Iluminismo, rompeu com essa lógica. Para Nadai (1993, p. 144), “a história como disciplina escolar autônoma surgiu no século XIX, na França, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas [...]”. Buscava-se, com isso, reforçar os ideais de nacionalismo e justificar a origem de cada novo Estado que surgia. Para tanto, a História tinha um papel fundamental, pois demarcava as datas, os fatos e os heróis importantes para formar uma memória positivista da nação.

É com esse mesmo contexto positivista que se inicia o Ensino de História no Brasil:

No Brasil, a constituição da História como matéria de pleno direito ocorreu no interior dos mesmos movimentos de organização do discurso laicizado sobre a história universal, discurso no qual a organização escolar foi um espaço importante das disputas então travadas, entre o poder religioso e o avanço do poder laico, civil (NADAI, 1993, p. 145).

Nesse sentido, a disciplina de História acabou se configurando, em seus primeiros tempos, como um reflexo das ideias e dos conteúdos que circulavam no velho continente. Além disso, dois marcos são relevantes para o período em questão e para o Ensino de História: a criação do Colégio Pedro II para que os filhos da elite pudessem estudar; e a criação de cursos de formação de professores para formar mão de obra qualificada (NADAI, 1993).

A partir desses marcos, a autora apresenta os pressupostos pelos quais o ensino de História no Brasil se pautou, servindo de modelo, também, para as novas instituições que surgissem a partir de então. Tem-se, portanto, a construção de uma ideia de nação com foco no colonizador português, no imigrante europeu e nas contribuições que as matrizes africanas e indígenas deram para o surgimento desta nação. Com isso, buscava-se negar o fato de que houve no Brasil uma colônia subordinada a Portugal, bem como as diferenças de tratamento dos povos europeus para com indígenas e africanos (NADAI, 1993).

Quanto a metodologia utilizada nos primeiros tempos de Ensino de História no Brasil, Caimi (2001) afirma que

[...] havia um claro predomínio da memorização e da repetição oral e/ou escrita dos conteúdos, com certa inspiração pedagógica no ensino jesuítico, baseado no modelo dos catecismos, com perguntas e respostas. Por consequência, o conhecimento era avaliado pela quantidade de informações acumuladas (CAIMI, 2001, p. 29).

A chegada de Getúlio Vargas no poder traz a instituição do Estado Novo, período ditatorial que se estendeu de 1937 a 1946. Logo, o Ensino de História passou a ser controlado, de forma a “[...] despertar a consciência patriótica, priorizando-se o caráter humanístico em detrimento do caráter científico. Isso se justificava porque deste último não se podia esperar uma formação patriótica, visto que *as ciências não têm pátria* [...]” (CAIMI, 2001, p. 37, grifos da autora).

O patriotismo tornou-se a ideologia do Estado. O povo brasileiro deveria se orgulhar de pertencer a essa grandiosa nação e demonstrar esse sentimento com todo o fervor possível. O controle no currículo, no conteúdo dos livros didáticos e no ensino em sala de aula fez-se presente. Foram organizados desfiles e festas cívicas, além do uso da propaganda nos meios de comunicação da época.

A busca pela formação do espírito patriótico também esteve presente após o golpe civil-militar ocorrido em 1964. Além disso, buscou-se esvaziar o senso crítico do conteúdo de história, de forma que os cidadãos formados pelo regime fossem incapazes de incorrer em qualquer ato de insubordinação com relação ao regime (NADAI, 1993). Assim, garantia-se que a nova ordem se mantivesse pelo maior tempo possível. A propaganda “Brasil, ame-o ou deixe-o” é um exemplo do nacionalismo obediente que deve ser devotado por todos os brasileiros. Da mesma forma, a Copa do Mundo de 1970 e a vitória brasileira neste campeonato serviram como base para a composição de músicas patrióticas e para a propaganda de submissão ao regime militar.

Quanto às metodologias de ensino, distorcia-se aquilo que teóricos da educação apresentavam acerca do assunto. Para Bittencourt (2007),

[...] a relação aprendizagem associada ao ensino passou a ser considerada fundamental pelos currículos, mas os novos métodos anunciados que objetivavam uma formação intelectual baseada nos pressupostos piagetianos transformaram-se em simples técnicas de ensino. Jogos, testes e os estudos dirigidos eram apresentados como inovações metodológicas, mas pouco acrescentavam à formação intelectual e transformavam-se, mais uma vez, em instrumentos pedagógicos para fazer o aluno melhor memorizar e repetir lições para os professores. [...] Ensinar significava reproduzir conhecimento, e a didática tinha como função criar instrumentos eficientes para que esse conhecimento fosse transmitido da maneira mais fácil para o aluno (BITTENCOURT, 2007, p. 45).

Portanto, não cabia ao professor ensinar a pensar, mas a saber de que forma a informação transmitida em sala de aula poderia ser melhor memorizada pelo aluno. E, para garantir que o senso crítico não se espalhasse, a própria formação de professores foi afetada. Isso se deu tanto pela criação das licenciaturas curtas quanto pela criação dos Estudos Sociais.

No primeiro caso, as licenciaturas curtas trouxeram a perda da autonomia do professor, devido à sua formação restrita, o que não possibilitava margem para a reflexão sobre o fazer docente. Tais cursos incentivaram, ainda, que a iniciativa privada se inserisse no ensino superior, tendo em vista que os mesmos exigiam pouco investimento e seguiam a lógica de mercado na área da educação (GUIMARÃES, 2012).

Já no que se refere aos Estudos Sociais, Guimarães (2016) afirma que o conteúdo atribuído à essa disciplina pincelava conhecimentos de história, geografia e educação moral e cívica, de forma a ajustar o comportamento estudantil àquilo que o regime precisava, que era de cidadãos incapazes de questionar o regime implantado e que se envolvessem cada vez mais no mundo capitalista, de forma a consumir mais produtos. Por essa razão, a autora conclui que essa formação se trata de “[...] uma (des)qualificação estratégica imposta pela ditadura militar com o objetivo de impedir propostas formativas com base nos princípios da democracia e da cidadania. (GUIMARÃES, 2016, p. 81).

A partir de 1980, iniciou-se o processo de democratização, com uma abertura lenta, gradual e segura. E, na educação, começou-se a debater as propostas curriculares e a existência das disciplinas de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Para Bittencourt (2007), além de estimular o senso crítico, a disciplina da História assumiu para si a necessidade de superar o nacionalismo propagado pelo regime militar, além de desvelar o racismo que estava escondido no mito da “democracia racial”.

Já as décadas de 1990 e 2000 configuraram-se como períodos de aperfeiçoamento democrático, em que houve participação popular na busca pelas eleições diretas; a eleição em si, baseada em voto popular; e a posterior deposição do presidente, ocasionada pelas denúncias de corrupção. Ainda, foi possível estabelecer a economia e reduzir a inflação, o que possibilitou a melhoria das condições de vida da população (GUIMARÃES, 2016). Na educação, esse período se constituiu pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pelos parâmetros curriculares, pelas diretrizes curriculares, pelo estabelecimento do Plano Nacional

de Educação, criação de novas universidades, criação de programas que beneficiavam as licenciaturas, entre outros importantes avanços.

Porém, como ressalta Guimarães (2016),

nessa trajetória democrática, não obstante os avanços políticos e sociais, evidenciamos tensões e contradições na atual conjuntura, seja no que se refere à garantia dos direitos civis, seja pelo “espectro conservador”, representado por muitas vozes da mídia, de representantes políticos e de movimentos contra, por exemplo, o que consideram “doutrinação ideológica” nas escolas, em oposição às abordagens consideradas críticas (GUIMARÃES, 2016, p. 79).

É o caso, por exemplo, da crescente atuação de Igrejas Evangélicas em setores governamentais, da descrença na ciência quando esta colide com convicções religiosas e na pós-verdade. Na educação, isso se reflete nas constantes notícias de professores acusados de promoverem “doutrinação ideológica” nas aulas de História ou de qualquer outra Ciência Humana.

Como é possível perceber, ao longo da história da disciplina, houve momentos em que se abriu a possibilidade de repensar o Ensino de História, de forma a estimular o senso crítico e a reflexão sobre a sociedade; e momentos em que se buscava a formação do patriotismo acrítico e a memorização dos fatos, datas e heróis. É claro que isso não acontece de um momento para o outro, de modo que ambos os modelos acabaram por conviver e ter maior ou menor destaque.

É fato, também, que os efeitos da educação discente e da formação docente promovidas na ditadura militar se refletem até hoje na sociedade, tendo em vista que se tratam de acontecimentos muito recentes na história brasileira. Isso porque, embora sejam conteúdos e metodologias bastante criticados nos círculos acadêmicos e embora existam iniciativas que buscam aproximar, cada vez mais, o conhecimento produzido na universidade com a prática em sala de aula, percebe-se a dificuldade que os professores da educação básica têm em romper com esse modelo, dado que foram ensinados a trabalhar assim.

Desse modo, levará algum tempo, ainda, para que o Ensino de História possa se concretizar em um ensino de qualidade, que estimule o senso crítico e procure respostas para as questões espinhosas que ainda assolam o país. É certo, porém, que as iniciativas promovidas em prol de um Ensino de História mais crítico e reflexivo também deixarão seus efeitos na sociedade.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação; História da Educação Brasileira.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidades e ensino da história no Brasil. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda. **Ensino de História e Memória Coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 33-52.

CAIMI, Flávia Eloisa. Os caminhos da história como disciplina escolar: situando algumas questões. In: CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias**. O ensino de história no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: UPF, 2001, p. 25-44.

FREITAS, Itamar. Sobre a racionalidade do ensino de História entre os séculos XVI e XVIII e a legitimação da História como disciplina no século XXI. In: Zamboni, Ernesta et.al. (orgs). **Memória, Sensibilidades e Saberes**. Campinas: Alínea, 2015, p. 291-303.

GUIMARÃES, Selva. Ensinar história: formar cidadãos no Brasil democrático. In: GUIMARÃES, Selva (org). **Ensino de História e Cidadania**. Campinas: Papirus/FAPEMIG, 2016, p. 75-105.

GUIMARÃES, Selva. Revisitado a história da disciplina. In: GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2012, p. 19-38.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). **Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003, p. 168-186.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 92/ago. 93. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30596>. Acesso em: 28 jun. 2019.

A PRÁTICA DOCENTE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Matheus Medeiros de Oliveira¹

Roberta Avila Pereira²

Vilmar Alves Pereira³

Resumo: O presente estudo tem por objetivo apresentar a prática e vivência de educador popular em História desde 2018 em um curso popular de extensão da universidade, o Curso Pré-Universitário Popular Esperança, vinculado ao Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior – PAIETS, que trabalha diretamente com o PET Conexões e Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos - o qual existe em detrimento de uma formação destinada à extensão apresentada pelo PAIETS. Os desafios encarados são inúmeros, uma vez que lida dentro de uma realidade de escola pública estadual, com sujeitos com vulnerabilidade social, vários destes muito tempo afastados de sala de aula, faixa etária diversificada, dificuldades numa proposta horizontalizada para realização de uma prova como o Exame Nacional do Ensino Médio, bem como buscar agregar conhecimentos gerais que contribuem para a criticidade e compreensão de sociedade pelos estudantes.

Prática Docente

O tema é justificado por tratar-se de uma prática que almeja democratizar o acesso das camadas populares às Instituições de Ensino Superior e fomentar a reflexão crítica da sociedade em que vivemos, principalmente diante dos retrocessos em nível educacional – com os cortes de investimento – e desvalorização das ciências humanas. A metodologia dá-se através de uma síntese do conteúdo frequente de História no ENEM, compilando os 3 anos de Ensino Médio em aproximadamente 6 meses de aulas. Conteúdos que discorrem a partir de cultura material e imaterial, patrimônio, diversidade cultural brasileira, conquista (invasão) da América, conflitos entre europeus e nativos americanos, escravidão e formas de resistência, história cultural dos

¹ Graduando em História Bacharelado, educador popular no Curso Pré-Universitário Popular Esperança, bolsista PET Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. matheusmedeirosoliveira7@gmail.com

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG. robertapereira108@gmail.com

³ Prof. Dr. em Educação. Tutor do PET Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos - FURG. vilmar1972@gmail.com

povos africanos e o negro na formação da sociedade brasileira, história dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira, movimentos culturais no mundo ocidental, cidadania e democracia na Antiguidade, Estado e direitos a partir da Idade Moderna, democracia e suas variantes, revoluções sociais e políticas na Europa Moderna, formação territorial do Brasil, lutas pela independência das colônias americanas, conflitos nacionais, construção de nação, desenvolvimento do pensamento liberal na sociedade capitalista, políticas de colonização, processos migratórios, imperialismo e ocupação de Ásia e África, guerras mundiais, guerra fria, sistemas totalitários na Europa, ditaduras políticas na América Latina, conflitos político-culturais pós-guerra fria, luta por conquista de direitos civis, vida urbana, feudalismo, mercantilismo, capitalismo, socialismo, revolução industrial, relação ser humano – natureza, origem e evolução, entre outros temas.

Ainda que eu seja graduando em História Bacharelado, venho estudando o campo da educação desde meu ingresso na universidade e venho traçando caminhos lado a lado da licenciatura, pois realizo disciplinas complementares da licenciatura já que almejo futuramente graduar-me na mesma. Com toda esta bagagem, a disciplina organiza-se de forma expositiva, com uso de apostila com tópicos dos temas para os estudantes, uso de mapas para orientação e promove-se a discussão em coletivo para debater as abordagens e trazer sentido ao que é estudado. Há a realização de questões de ENEM/vestibular para a prática, no entanto busca-se romper com o ensino tradicional bancário, onde trata os estudantes como receptáculos do saber e sem atuar em sua construção, na ilusão do tentar “ser alguém” na vida e subir a falsa escada meritocrática. Trabalha-se com a Pré-História, Antiguidade (Egito, Mesopotâmia, Grécia e Roma), Idade Média, burguesia, feudalismo, Idade Moderna, formação de estado nacional, Renascimento Cultural, reformas religiosas, colonialismo, Brasil pré-colonial, Brasil Colônia, Revolução Francesa, Revolução Industrial, Brasil Império, Brasil República, Grandes Guerras Mundiais, Guerra Fria, Ditadura Militar e governos pós-redemocratização neste material impresso.

Curso, Programa PAIETS e PET Popular

Para contextualizar todo o trabalho ali desempenhado, é importante conhecer a proposta como um todo. O contexto de atuação, o Curso Pré-Universitário Popular Esperança, foi criado

por estudantes da FURG preocupados com ingresso dos sujeitos de sua comunidade em 2007 na Escola Estadual de Ensino Médio Silva Gama (que empresta o espaço), Cassino – Rio Grande/RS. Firmou seu nome em 2017, inspirado em Paulo Freire e sua pedagogia da Esperança. Organiza-se com educadores voluntários graduandos, graduados, mestrands, mestres, doutorandos, doutores da universidade e seleciona os educandos por meio dos critérios embasados em questões socioeconômicas. É gratificante meu retorno a este espaço como educador, uma vez que fui educando em 2015 e ingressei na graduação em 2016.

É impossível tratar desta prática docente sem mencionar numa conjuntura macro o programa que a envolve: o PAIETS. O programa surgiu em 2007 por decorrer das intenções de



contribuir na democratização do acesso das camadas populares nos ensinos superior e técnico e conta com diversos cursos espalhados por Rio Grande e outras localidades onde a FURG está presente. Ademais, em seu desenrolar, busca enfatizar, enquanto proposta fundamentada no horizonte da Educação Popular, a partilha dos saberes e experiências numa formação não só acadêmica, mas com comprometimento a sociedade. O Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões e Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos busca contribuir na formação permanente do programa. Aula de Brasil Colônia – período aurífero. Junho de 2019.

Horizonte da Educação Popular

O trabalho se desenvolve a partir de estudo relacionado a Educação Popular, buscando ampliar horizontes com autores contemporâneos como Paulo Freire, dentre outros. A luta é pela libertação do oprimido e pela conquista dos espaços histórico e socialmente negados. Paulo Freire traz o seguinte raciocínio que norteia e exemplifica nossas concepções:

Desafiar os educandos com relação ao que lhe parece o seu acerto é um dever da educadora ou do educador progressista. Que educador seria eu se não me sentisse movido por forte impulso que me faz buscar, sem mentir, argumentos convincentes na defesa dos sonhos por que luto? Na defesa da razão de ser da esperança com que atuo como educador. (FREIRE, 1997, p.43)

Tem-se por entendimento que o seguinte enunciado guia a forma de pensar e agir dentro do que engloba a prática, uma vez que possui-se fortemente o reconhecimento de pertencimento na função que desempenhada: “[...] O educador necessita, também, se compreender como sujeito histórico, devendo conhecer a realidade onde está inserido, transformando a si mesmo, pois só assim será capaz de exercer o compromisso.” (FONSECA, 2012, p. 57)

Refletir sobre o seguinte trecho fundamenta a concepção que incorporamos:

Concordamos com a necessidade apontada pela Educação Popular no que se refere às possibilidades emancipatórias. Assim como a criticidade dos sujeitos e com as práticas oriundas das camadas populares acreditamos que seja viável uma transformação social. Essa mudança deverá desabrochar por meio de reflexões e ações que partam da curiosidade e da indignação dos educandos. (CLARO, 2012, p. 26)

Considerações finais

A prática tem cativado os educandos a buscarem o Ensino Superior e Técnico, onde muitos inclusive ingressaram na graduação em História. É discutido para que haja razão no seu ingresso, para que cada um em seu espaço seja um promotor de arranhaduras em uma lógica que não acredita nas condições de emancipação dos sujeitos. No ano de 2019 com muita alegria que o Curso Esperança comemorou as diversas aprovações obtidas da turma de 2018, ingressando em cursos como História, Direito, Química, Eng. da Computação, Pedagogia, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Embelezamento e Imagem Pessoal, Psicologia, Biblioteconomia, entre outros espalhados pela FURG, Unipampa, Anhanguera e Unopar,

obtendo um percentual de cerca de 35% dos estudantes aprovados. É importante mencionar os dados, mas eles não representam tudo. O que motiva a prática ali em sala de aula é contribuir para a vida de cada sujeito e construir uma sociedade mais justa em nosso entorno, aprender em coletivo e transformar realidades.

Palavras-chave: Educação Popular; História; Ensino.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Vilmar A.; Gonçalves, Leonardo D. **Educação Popular no Contexto do PAIETS** – FURG. Porto Alegre: Evangraf/FURG, 2012.

<https://www.infoenem.com.br/ciencias.humanas-e-suas-tecnologias/>. Acesso em 20 de junho de 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DA DITADURA MILITAR AOS DIAS ATUAIS: SOBRE AS MUDANÇAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Rafael Fiedoruk Quinzani
José Iran Ribeiro

Resumo: Fazendo uso de referências consultadas ao longo de nossas pesquisas sobre o Livro Didático de História, visamos apresentar uma perspectiva geral dos processos que resultaram nas principais mudanças dos Livros Didáticos de História ao longo da Ditadura Militar (1964 a 1985) e da Nova República (de 1985 à atualidade). Refletir sobre o Livro Didático de História mostra-se necessário por ser material de importante impacto no meio educativo e sendo melhor compreensão resulta em novas práticas e abordagens das problemáticas educativas.

Na Ditadura Militar, os Livros Didáticos de História foram marcados por pressões e censura do governo e de setores apoiadores do Regime, pois o material “desempenha importante papel estratégico na difusão dos valores apregoados pelo regime” (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 125). A política governamental para os livros didáticos, então, pode ser descrita dessa forma:

(...) por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional que exerceram papel importante no processo de massificação do uso do livro didático no Brasil. Cabe ressaltar que a associação entre os agentes culturais e o Estado autoritário transcendeu a organização do mercado consumidor da produção didática e envolveu relações de caráter político-ideológico, cujas repercussões sobre o conteúdo (...) foram marcantes, sobretudo pela perspectiva de civismo presente na grande maioria das obras, vem como pelo estímulo a uma determinada forma de conduta do indivíduo na esfera coletiva. (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 125)

Assim, o Estado seria um comprador garantido ao Livro Didático de História que convergia com seu pensamento e censurava os que divergiam do pensamento do regime. Em outras ocasiões, o próprio Estado intervivia na confecção de Livros Didáticos. Enquanto isso, embora estivesse ocorrendo a formação de grande quantidade de profissionais do ensino, a formação se tornava precária. Ganham força os cursos normais, como maneira de formar mais profissionais sem efetuar altos investimentos.

Tal situação pode parecer paradoxal: livros com altos investimentos, enquanto o professor não recebia formação minimamente adequada. Porém, se observarmos o conteúdo que um Livro Didático de História da época, constataremos que “seu caráter manipulador, falsificador e desmobilizador (...) mal disfarçava o intento de formar uma geração acrítica” (Idem). Assim, é bastante elucidativa uma frase de Darcy Ribeiro, em 1977: “a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa.” (RIBEIRO, 2019, p. 55). A implementação em forma de lei dos Estudos Sociais em 1971 também prejudicou o ensino, com “inegável empobrecimento da formação do aluno” (MOREIRA, 2011, p. 49), ao buscar um professor que, com apenas uma formação, pudesse lecionar tanto assuntos relacionados à Geografia como os relacionados a História. Assim, mais estudantes eram contemplados no processo educativo, mas se reduzia a qualidade da formação que tinham acesso.

Porém, a história de vinte anos de opressão também é a história de vinte anos de resistência. Enquanto o Estado tentava aparelhar os professores para uma formação acrítica, eles encontram formas diversas de luta por um ensino de qualidade. No meio acadêmico, as críticas ao Livro Didático ressaltavam a relação com a “ideologia dominante”. Porém, motivados pela crítica ao governo e ao sistema de ensino, entendia que o professor era simples reproduzidor do conteúdo dos manuais. Assim, não se analisava a prática do professor, mas o

simples conteúdo do material, desconsiderando a forma como o professor abordava este material.

Em contraposição a isto, alguns profissionais do ensino apresentam outra perspectiva acerca das memórias do período:

É importante registrar que vivíamos, naquele momento, uma tendência prevalecente nas culturas escolares brasileira de massificação das práticas de ensino, sobretudo a partir da reforma educacional de 1971, a qual foi, também, responsável por uma íntima articulação entre a indústria cultural e a educação escolar.

Portanto, como resistência cultural em relação a tais práticas, os livros didáticos foram por mim focalizados, nas salas de aulas, como documentos historicamente datados, dentre tantos outros, para o enfoque de uma dada temática, sempre no diálogo com o universo dos alunos. (...) Ou seja, a contrapelo das tendências culturais prevalecentes naquele período da ditadura militar (...) ousava fazer do livro didático não o portador do regime de verdades, mas, sim, um material enraizado no tempo e no espaço. (GALZERANI, 2013, p. 60)

Nesse sentido, a criação de entidades, como a Associação Nacional dos Pesquisadores Universitários de História (ANPUH), representam, também, resistência à busca do governo de impor os ideais da Doutrina de Segurança Nacional, que buscava suprimir ou eliminar pensamentos que não concordassem com o regime ditatorial.

Com o fim da Ditadura Militar, diversas discussões relacionadas ao livro didático de História, até então suprimidas, ganham espaço para debate. Ainda no primeiro ano da República Nova, é criado o Programa Nacional do Livro Didático, possivelmente o principal marco da História do Livro Didático desde então. Buscava-se possibilitar a distribuição de Livros Didáticos a uma quantidade cada vez maior de alunos. A premissa do programa, reflexo de um novo momento democrático, contrariava a anterior censura e direcionamento ideológico do material didático pelo Estado, ao permitir que o professor pudesse escolher o Livro Didático que utilizaria.

Porém, seria a pluralidade de ideias suficiente para o aprimoramento dos Livros Didáticos? A resposta parece ser negativa. Com dez anos do Programa, os Livros Didáticos de História ainda se apresentavam problemas bastante similares aos livros do início do programa, com expressiva presença de preconceitos e graves erros historiográficos. A medida tomada seria a Seleção Prévia dos Livros Didáticos que desejassem participar do Programa Nacional do Livro Didático. Desde então, para participar do programa, os materiais podem se basear em

múltiplos vieses historiográfico-pedagógicos, mas devem conter uma série de padrões mínimos, entendidos como “controle de qualidade”. Em outras palavras, independente dos referenciais, é preciso coerência com a área, evitando simplificações, preconceitos, erros historiográficos, dentre outras especificações.

Porém, tratam-se de implementações graduais, aos poucos são introduzidas novas especificações. Do contrário, poucos livros teriam espaço na sala de aula, o que seria problemático. Professores formados a partir de um referencial teórico-metodológico desejam livros que permitam abordar sua perspectiva e dificilmente o Livro Didático de História transforma a base teórico-metodológica que o professor construiu a partir de sua formação e experiência. Aí está a importância de livros diversificados, ao permitir que o professor trabalhe com qualidade dentro de sua perspectiva, contrariando a ideia de que o livro deve formar o professor.

Diversas são as análises que convergem sobre a importância de livros variados. Dentre elas, Franco e Zamboni (2013) apresentam, por exemplo, professoras que ainda trabalham a Comemoração das Datas Cívicas, conteúdo que sequer está nos livros utilizados atualmente.

Neste trabalho, refletimos sobre o processo pelo qual o livro didático tem sido modificado, em seu significado e uso, da ditadura militar para os dias atuais. Concluimos que, independentemente do formato, não devemos entender o livro didático como material incontestado pelo professor ou formador deste profissional, mas como outra ferramenta do processo educativo, podendo contribuir para este processo ou não, dependendo das condições em que é utilizado.

Palavras-chave: Livro Didático de História; Ensino de História; História do Ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANCO, Aléxia Pádua. Zamboni, Ernesta. A apropriação Docente dos Livros Didáticos de História: entre prescrições curriculares, saberes e práticas docentes. In: Galzerani, Maria Carolina Bovério. BUENO, João Batista Gonçalves. Júnior, Arnaldo Pinto. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea Sobre o Livro Didático de História**. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 2013, p. 99-125.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Livros Didáticos: cenários de pesquisa e práticas de ensino no Brasil. In: Galzerani, Maria Carolina Bovério. BUENO, João Batista Gonçalves. Júnior, Arnaldo Pinto. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea Sobre o Livro Didático de História**. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 2013, p. 53-76.

MIRANDA, Sonia Regina. LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, p. 123-144, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf>>. Acesso em; 31 mai. 2019.

MOREIRA, Kênia Hilda. Silva, Marilda da. **Um Inventário: O livro didático de História em pesquisas (1980 a 2005)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o Óbvio**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

ENSINANDO A TRANSGREDIR: O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA A PARTIR DO EDUCARAP, NA ESCOLA EDNA MAY CARDOSO.

Vitor Vinicius Dias do Espírito Santo¹

Resumo: Ensinando a transgredir, é a metodologia utilizada no projeto EducaRap que tem como premissa o ensino da história e da cultura afro-brasileira através de narrativas históricas amparados pelo Rap e na educação Anti-Racista, ademais a realização e a observação das produções históricas como forma de exercício e prática da liberdade na Escola Edna May Cardoso, localizada em Santa Maria - RS. Dessa forma, o Rap torna-se uma ferramenta metodológica no ambiente escolar, onde é possível realizar o ensino da história através do letramento, como a operação da escrita ou através das análises dos discursos, análises imagéticas e das próprias músicas.

A educação antirracista como uma prática e exercício da liberdade

A educação sempre esteve ancorada com o exercício da prática da liberdade. Para nós, afrodescendentes e afro-brasileiros, essa ideia de educação como prática da liberdade é ainda

¹Vitor Vinicius Dias do Espírito Santo, Graduando em História (UFSM). Membro do GEPA (Grupo de Estudo sobre o Pós-Abolição). Vitoord08@gmail.com

mais presente no ambiente tensionado que é o pós o 13 de maio de 1888 onde é assinada a Lei Áurea, conforme aponta Fraga Filho em sua Obra “Uma história do Negro do Brasil” onde o mesmo estabelece que

“[...]diante desse quadro de tensões crescentes, a princesa regente promulgou a Lei de 13 de Maio de 1888 que extinguiu em definitivo a escravidão no Brasil. Com dois artigos apenas, a lei colocava fim a uma instituição de mais de três séculos”²² (2006,p. 194).

Contudo a Educação é usada como força de resistência às práticas de apagamento tanto da memória colonial quanto práticas de silenciamentos da história e cultura dos afro-brasileiros em nossa contemporaneidade. Vale salientar que a república brasileira nasce intoxicada, por uma nuvem de fumaça. O incêndio provocado pela Circular nº 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo então Ministro das Finanças, Rui Barbosa, que “ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral” o que muitos historiadores e historiadoras apontam já como uma sinalização as práticas de apagamento dos vestígios do passado colonial que os republicanos, principalmente após a República Velha, iriam vir a assumir.³

Outrossim os aspectos jurídicos tal como a constituição de 1891 e as próprias políticas criadas pelo governo, que a princípio em vez de formular políticas públicas com o intuito da inserção e o letramento da comunidade negra, criou a política de imigração, que alargou mais ainda esse abismo e a desigualdades na sociedade brasileira que tem como um dos seus principais elementos, o racismo estrutural. Portanto para os negros, conforme expõe Bell Hooks em sua obra “Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade” que vale ressaltar, serviu como grande inspiração para a produção desse artigo, onde a autora, expressa que é fundamental para a comunidade negra o ato de lecionar, de educar, pois é fundamentalmente político, ademais é preponderante trazer consigo, metodologias e pedagogias nas raízes da luta antirracista.

Ademais, é de suma importância salientar, as dificuldades que é o exercer da vida de intelecto, tendo em vista que sustentar-se nessas condições no contexto brasileiro é algo extremamente difícil e desvalorizado ainda mais quando se refere às condições dos indivíduos

negros. Logo a devida ação em si que já é algo completamente contra hegemônico que resulta em resistências, a todas as estratégias brancas de colonização racista.

Educação Transgressiva como Ensino de História

O ensino da história, aplicado com seriedade e com as premissas em uma pedagogia revolucionária torna-se uma ferramenta essencial na luta anticolonial. Vale salientar estamos em uma sociedade que traz consigo fortes traços, constantes reproduções e manutenções em relação à dominação colonial, que tem como um dos seus principais elementos, destacar o racismo estrutural como forma conservadora de elementos econômicos, o que reflete diretamente no abismo da hierarquia social.

Uma pedagogia com raízes profundamente anticolonial estabelecem grandes reflexos, tanto nas ações desses alunos em seu próprio cotidiano quanto em relação às suas próprias vivências e as possíveis transformações que o mesmo pode gerar em suas diferentes realidades frequentadas, tendo em vista o exercício da práxis, ou seja, o agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo.

A educação transgressiva, é progressiva e engajada, ou seja, é preponderante que os alunos possuam facilidade e saibam mobilizar diálogos e temas que estão presentes na contemporaneidade, ademais o suporte dessa educação libertadora é o que vai instrumentalizar os alunos para as vastas contradições e as diferentes perspectivas que encontraram e terão de lidar em seu cotidiano, salientando sempre, que terão o aporte e o respaldo de elementos que possuam sua consistência e relevância em diferentes períodos históricos, logo, os possibilitando a lidarem com possíveis ações que podem acontecer em seu cotidiano, outrossim, possibilitar a tradução de experiências já vividas como forma de narrativas históricas.

As narrativas históricas como aprendizagem histórica

Em primeiro lugar é fundamental olharmos para a construção dessas narrativas históricas como expressão da aprendizagem histórica dos jovens, outrossim, nos atentarmos para a magnitude e riqueza dessas narrativas, que em decorrência de suas produções a princípio direcionadas pelo processo de letramento e instrumentalizada com elementos dos processo historiográfico, nos possibilita criar uma vasta gama de materiais pedagógicos, tais como, a

criação de fanzine, histórias em quadrinhos de uma forma crítica e lúdica e a própria construção poética e musical que possibilitem dialogar sobre aspectos que envolvam a consciência, para exemplificar o Rap.

Tendo em vista a deficiência da comunicação da história com o mundo, e muitas vezes os próprios diálogos rasos e supérfluo se estabelecem com poucos entendimento e poucas concordância, ocupar esse espaço, como forma didática estabelece em síntese é de grande expressão e importância, haja vista que as expressões linguísticas podem ser associadas aos discursos e os discursos expressam as práticas e as ações sociais. Dialogando com a obra “Livros Didáticos de História Entre Políticas e Narrativas” de Helenice Rocha, onde no capítulo, estabelece que

“Como área de conhecimento, a História modificou muito ao longo do século XX, deixando de ser entendida como resgate dos fatos ocorridos para ser a representação dos destes, por meio da interpretação das fontes e testemunhos[...] Essa visão[...] não proporciona, portanto a compreensão de como o conhecimento do passado e dos humanos padronizados em agir, pensar e sentir, estabelecidos em diferentes tempos e espaços, podem possibilitar o pensar historicamente, que é o objetivo central do ensino-aprendizagem de História.”⁵

A importância da linguagem nas Ciências Humanas

Inquestionavelmente existe muita importância da linguagem no campo das Ciências Humanas. A virada linguística nos mostrou isso de forma contundente, quando houve o reflexo direto nas produções historiográficas pós os anos 1960, como torna-se notório nas pesquisas desenvolvidas pela terceira geração da Escola dos Annales para exemplificar Michel de Certeau. Certeau estabelece uma abordagem especificamente na escrita, ou seja, como podemos compreender a prática historiográfica como uma prática escrita. Em suma a operação refere-se a combinação de um lugar social, uma prática científica e uma escrita. Logo usurpar dessa reflexões disponíveis em sua obra “A escrita da História”⁶ foi preponderante para pensar as construções de narrativas como produções historiográficas, a partir de operações e práticas.

Ademais, outro autor importante, para pensarmos as estruturas do projeto EducaRap e que possibilita utilizá-lo como ferramenta no ensino da história é Michel Foucault. Salientando que o mesmo é diretamente norteado pelas construções de discursos; e os sentidos que as produções de diferentes discursos podem causar em um meio social. Outrossim fez importantes

levantamentos e estudos em sua obra “Microfísica do Poder”⁷, que foi necessário para observarmos o poder que os discursos podem gerar nas narrativas e como podemos usar isso a favor da educação transgressiva e libertária. Dessa forma é notório observarmos que tanto a prática da escrita, quanto os discursos assumem significações que nos possibilitam compreender o formato do mundo.

Linguagem e sua força de transpassar barreiras

Portanto apropriar-se de ambos, ou seja, tanto da escrita quanto do discurso torna-se preponderante para uma maior eficácia no que diz respeito a metodologias educacionais, e as próprias práticas de ensino e aprendizagem em história. “Como o desejo, a Língua Rebenta, se recusa a estar contida dentro de fronteiras.”⁸ Essa frase da Bell Hooks e toda bagagem empírica que carrego, foram preponderantes para o início do projeto. A força das palavras e seu poder de possibilitar abstrações é fundamental para o ensino da história. O Rap, a poesia, a música e a própria história nos possibilita imaginar diferentes realidades que está além do que nós conhecemos, onde possui um vasto campo com diferentes narrativas e trajetórias. Logo é fundamental o acesso e a introdução dos alunos e alunas a esse movimento, que os possibilitam pensar através dos processos históricos, e com a utilização da linguagem e a escrita realizar um processo de acomodação e assimilação, onde, por fim tem como consequência uma maior capacidade em suas reflexões e seu desenvolvimento intelectual.

“Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você”⁹ essa frase de Adrienne Rich, citada na obra de Bell Hooks nos permite pensar a importância da língua, seu poder e influência no meio social. Contudo foi necessário a realização do trabalho em cima da linguagem, logo foi preciso tomarmos a linguagem do opressor e voltarmos-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras, as construções narrativas e discursivas uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua e da linguagem.

O Rap das quebradas para a escola

O Rap, é um movimento da cultura negra, que em outrora completamente marginalizado, hoje está dentro das escolas como forma de metodologia-pedagógica. Na cultura

contemporânea o Rap, esse estilo musical se tornou um dos espaços onde as vivências e as práticas são expostas e cantadas de certa maneira convidando a cultura dominante e hegemônica a ouvir, a escutar, e, de certa medida, a ser transformada, em virtude das narrativas contra-hegemônicas, que o Rap cria, e sua presença e concretude possibilita mudanças de pensar e agir, em diferentes nichos e ambientes.

Nas comunidades periféricas, o Rap vai além de um estilo musical, se torna um estilo de vida, uma conduta com estratégias de como e quais são os modos de viver, em um mundo amparado pela desigualdade social e racial. Dessa forma podemos citar o CD de trabalho, do grupo Racionais Mc's, *Sobrevivendo no Inferno*¹⁰, um CD importante na carreira do grupo mais influente de rap no Brasil, onde cantam e narram sua vida em cima de elementos musicais tais como os samples e as batidas frenéticas. Dessa mesma forma, com a utilização dos elementos musicais, cantores recentes trabalham com novas perspectivas e abordagens sobre a contemporaneidade, onde utilizam ferramentas, plataformas virtuais e audiovisuais que tem como premissa mobilizar e sensibilizar os seus consumidores, tal como as novas músicas do Emicida, Eminência Parda e as produções da gravadora Laboratório Fantasma, que tem como forte intuito o educar e sensibilizar através das músicas e imagens.

Portanto o EducaRap, vale salientar, é um projeto que tem como intuito exercer atividades educacionais que aborda e trabalha com o Rap. Tendo como base sua origem e o aparato dos seus quatro principais elementos ou seja, DJ, MC's, Breaking e o Graffiti, para exemplificar os primeiros e o segundo elementos são o DJ e o MC, a arte que eles desenvolvem é o rap, que é o resultado da união de duas palavras *rhythm* e *poetry* (ritmo e poesia)¹². Logo o EducaRap faz a apropriação desses elementos como medida metodológica e pedagógica. O projeto está sendo conduzido e aplicado à priori com nas turmas de ensino médio e em momentos de confraternização tal como o evento do Edna Cultural da escola Edna May Cardoso, localizada na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, em virtude das atividades que já são realizadas em parceria com o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Prática a Docência) de História da Universidade Federal de Santa Maria.

A Contracorrente em Diálogo com a Lei 10.639

Em suma o EducaRap tem como responsabilidade e o constante incentivo o letramento de alunos, que é preponderante para a permanência e manutenção, tanto do projeto quanto da cultura do Hip-Hop como ferramenta metodológica, que além disso foge dos padrões da educação tradicional da sociedade ocidental, onde trabalham, especificamente a linha de pensamento eurocêntrico, grego-judaico-romano-cristão-ocidental. Logo pedagogias anti-coloniais, que possibilite uma educação libertária, ademais colabora e aprimora seu processo de letramento e desenvolvimento dos que é extrema significância.

Em síntese, o projeto além de ser elementar e aprimorar o desenvolvimento intelectual dos alunos ainda possui seu amparo em leis. Incluído na LDB pela lei 10.639¹³, de janeiro de 2003, que em 2008 foi revogada e entrou em vigor a lei 11.645 que acabou expandindo esse artigo, tornando obrigatório, além do ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena. Logo a realização do projeto em escola além de toda a instrumentalização dos alunos no que diz respeito à aporte teórico e metodológico também possibilita o cumprimento da lei.

Considerações Finais

[...] preconceito racial é a ideia preconcebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação à outra, sem razão objetiva ou refletida. Normalmente o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória. (MUNANGA, K. 2008, p.184)¹³

Essa citação de Kabengele Munanga, especialista em antropologia da população afro-brasileira, é fundamental para que entendamos o porque do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, outrossim o trabalho constante e periódico com os alunos com aulas e temas étnico-raciais. Ademais é preponderante em uma sociedade racista, que tem o racismo como estrutural, ensinar e educar na direção da educação antirracista que faz com que os alunos e alunas não venham a reproduzir atitudes discriminatórias e preconceitos raciais.

Dessa forma, o ensino e educação da história através do projeto de letramento que os alunos são envoltos é amplamente explorado e de forma paulatina vai colhendo seus frutos, ainda mais no que diz respeito ao aprimoramento e o desenvolvimento educacional dos alunos. Portanto é significativo a ocupação desses espaços que dizem respeito a comunicação e é de suma relevância olhar para eles como possíveis ferramentas educacionais.

Em suma é importante nós historiadores observamos a eficácia e o poder que tem a comunicação social e as barreiras que elas podem transpassar e as possibilidades que temos de usá-la como uma ferramenta metodológica e pedagógica. Ademais conforme os próprios frutos e resultados que já estamos colhendo com o projeto EducaRap. Em conclusão a continuação do projeto é fundamental para o melhor desenvolvimento dos alunos e alunas, além disso, no século XXI, que traz consigo tempos de insensibilidade, a única forma de tocar um grande número de pessoas e a própria pessoa é através da comunicação, através das palavras.

Palavras-chave: Ensino de História, EducaRap, Escola, Edna May Cardoso

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. pp, 194.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Pag, 67,2006.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade/bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. pp, 10.

ROCHA. Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas / Organização Helenice Rocha, Luís Reznik, Marcelo de Souza Magalhães. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. pp, 21.

Certeau, Michel de. A escrita da história / Michel de Certeau; tradução de Maria Lourdes de Menezes; *revisão técnica [de] Arno Vogel. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Focault, Michel. Microfísica do poder / Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 4º ed. 1984.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade/bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. pp, 223.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade/bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. pp, 223.

Racionais Mc's. Sobrevivendo no Inferno. Cosa Nostra, 1997. 1 CD.

Emicida. Eminência Parda. Laboratório Fantasma, 2019. Single.

BRANDAO, Ana Paula. Modos de Fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres/[organização Ana Paula Brandão]. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. pp, 5.

MUNANGA, Kabengele et al. Superando o Racismo na Escola. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. Brasília – DF. 2008.

ENTRE O PLANEJADO E O FORTUITO: EXPERIÊNCIAS E IMPRESSÕES NO ENSINO DE HISTÓRIA

Carolina Orquen¹
Luigi Bertoldo Squio²

Resumo: “Não imagino, para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares. Mas a simplicidade tão apurada é privilégio de alguns raros eleitos” (BLOCH, 2001, pg. 41). São as palavras diretas e sutilmente líricas de Marc Bloch que abrem caminho para que neste texto possamos fazer uma reflexão acerca da prática de ensino em História na rede pública educacional. Pensou-se o presente trabalho buscando apresentar e debater as primeiras experiências docentes vivenciadas pelos autores, discentes do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), abrangendo as expectativas e as realidades que perpassam as camadas empíricas e teóricas do ser professor(a) historiador(a). Desta maneira, tal trabalho se apresentará como um relato de experiência, fundamentado sob o aporte teórico de autores já consagrados, tanto no âmbito da educação como um todo quanto especificamente no âmbito do ensino de história.

¹ Acadêmica do nono semestre do Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Participa do Grupo de Estudo e Pesquisa Horizontes Atlânticos, coordenado pelo Professor Dr. Adriano Comissoli, atua ainda como educadora de História no Pré-Universitário Popular Alternativa, projeto vinculado à Pró-reitoria de extensão da UFSM. E-mail para contato: carolina.orquen@hotmail.com

² Acadêmico do sétimo semestre do Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Participa do Grupo de Estudo e Pesquisa Horizontes Atlânticos, coordenado pelo Professor Dr. Adriano Comissoli, atua ainda como educador de História no Pré-Universitário Popular Alternativa, projeto vinculado à Pró-reitoria de extensão da UFSM. E-mail para contato: luig.squio@gmail.com

Visando algumas das diversas oportunidades de contato inicial com a docência e as singularidades de cada contexto, abordaremos três formas de imersão na realidade docente propostas pela grade curricular do Curso de História em Licenciatura da UFSM: (1) a Prática de Ensino em História A, aspirando a atuação do(a) professor(a) em formação no Ensino Fundamental; (2) a Prática de Ensino em História B, aspirando a atuação do(a) professor(a) em formação no Ensino Médio e (3) a Prática de Ensino em História D, aspirando a atuação do(a) professor(a) em formação em espaços não escolares para o ensino de História.

Conforme a Lei nº 12.014 de 2009, qual altera o artigo 61 da Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases nacionais para a educação, um dos fundamentos da formação de profissionais da educação consiste na “associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço” (BRASIL, 2009). As disciplinas de estágio obrigatório no curso de Licenciatura em História da UFSM existem justamente para suprir esta demanda por uma formação profissional de professores(as) de qualidade, que compreendem as relações — entre a universidade e a sociedade no geral — como bilaterais. Assim, as teorias desenvolvidas no ambiente acadêmico não podem estar dissociadas da construção de uma prática de ensino na educação básica tal qual vice-versa.

A prática do ensino de História, através destas disciplinas, nos possibilitou a compreensão empírica de que os(as) educandos(as) podem construir suas próprias identidades coletivas através da análise histórica de diferentes sociedades ao longo do tempo. Tal construção se dá pelo que Paulo Freire chama do ato de “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos” (2002, pg 18). Tal ato se dá não somente pela percepção das alteridades nas sociedades estudadas, mas também pelas relações educando(a)-educando(a) e educando(a)-educador(a), de forma que a nossa própria identidade, como professor(a) educador(a), se constrói ao longo da prática de ensino nos estágios. Sob o mesmo ponto de vista, concordamos com Hafla Silva e Mônica Gaspar quando afirmam que “o estágio supervisionado é um espaço de aprendizagem da profissão docente e de construção da identidade profissional” (SILVA; GASPAR, 2018, pg. 2).

Assim sendo, na disciplina de Prática no Ensino de História B³ nos vimos diante da realidade do Ensino Fundamental em escolas municipais e estaduais da cidade de Santa Maria - Rio Grande do Sul, nas quais encontramos diferentes situações que influenciaram nossas ideias acerca da educação e por vezes acabaram modificando nossas metodologias de ensino. Por exemplo, foi através de uma pergunta de um aluno de 11 anos, do sexto ano, sobre a origem do nome “Egito” que se estimulou uma pesquisa e uma revisão no nosso entendimento sobre a história desta sociedade, de forma que nas aulas seguintes passou-se a adotar o termo originário “Kemet” para se referir a esta sociedade. Guiado por tal curiosidade também se abriu um debate sobre a construção da História por diversas versões, bem como acerca do apagamento da origem africana do Egito antigo, no qual os(as) alunos(as) participaram ativamente, na medida em que eles(as) se identificavam com o debate. O que é apresentado de forma teórica por Barca e Gago (*apud* CAINELLI, 2008), quando dizem-nos que é “possível que as crianças aprendam uma história genuína com algum grau de elaboração”, desde que o que seja apresentado a elas possua algum tipo de significado para sua vivência “e que o desenvolvimento do raciocínio histórico processe-se com oscilações, e não de uma forma simplista em determinadas situações, e de uma forma mais elaborada em outras” (BARCA e GAGO *apud* CAINELLI, 2008, pg. 98)

Esta pequena situação elucida muito bem um outro aspecto, único do ensino para crianças e pré-adolescentes: a curiosidade ingênua posta por Freire (2002). Isto não significa dizer, por exemplo, que um(a) aluno(a) de 56 anos na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) não possua curiosidade, mas é significativa a ingenuidade embutida nas curiosidades infantis. Ao perguntar “por que o Egito tem esse nome?”, o aluno em questão não tinha o objetivo final de estimular uma crítica ao apagamento da origem africana desta sociedade, muito menos questionar a construção da História por uma versão eurocêntrica, porém possibilitou uma reflexão acerca da construção da história do Egito Antigo a partir da visão dos gregos. Como educadores(as) é nosso dever apropriarmo-nos desses questionamentos e realizarmos, em conjunto com os(as) educandos(as), um processo de superação desta

³ Há de salientar-se que a disciplina de Prática no Ensino de História A não foi mencionada neste trabalho pois compreende apenas a observação da regência e um(a) professor(a) da rede pública por parte dos(as) acadêmicos(as) e não a prática realmente.

ingenuidade, que, segundo Freire (2002), altera-se deixando de ser ingênua para tornar-se crítica, mas sem deixar nunca de ser curiosa.

Assim, em nossa visão, a diferença entre o ensino para crianças e jovens é baseada na curiosidade. Enquanto uma é ingênua, a outra é fruto de um processo maior de construção de ideias e reflexões, que acabam por definir e refletir a visão de mundo dos(as) alunos(as). Muitas vezes este processo gera conflitos na prática de ensino, pois é necessária a desconstrução, por parte do(a) educando(a), de possíveis interpretações prejudiciais ao desenvolvimento de um pensamento crítico e de um ambiente educacional igualitário, mas, sobretudo, dificultam o entendimento da disciplina enquanto ciência. Afinal, como afirma-nos Bordieu (*apud* MEINERZ, 2013, pg. 225), “construir um objeto científico é, antes de mais nada e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos”.

Tendo isso em vista, a disciplina de Prática no Ensino de História C visa a inserção de professores(as) em formação em realidades escolares diversas através da prática docente em turmas de Ensino Médio. Freire (2002) aponta que há a necessidade de se *respeitar* as(os) educandas(os) na medida em que este processo de superação de ideias ocorre, afinal existe a possibilidade de um(a) educando(a) não querer mudar, é seu direito, porém não podemos nos omitir diante de tal situação. Nesse sentido, o estágio obrigatório no Ensino Médio nos coloca duas questões fundamentais: como criar condições nas aulas para que as(os) educandas(os) exponham suas curiosidades e indagações? E caso tenhamos sucesso, como agimos diante de opiniões e ideias conflitantes no ambiente educacional?

Ubiratan Rocha (2012) afirma que um dos motivos para a pouca participação dos(as) estudantes nos debates em sala de aula é fruto da utilização em demasia da metodologia de exposição. Segundo ele, “discordar ou defender um ponto de vista diferente é muito difícil para aqueles que têm à sua disposição apenas as informações passadas pelo mestre ou contidas no livro didático” (ROCHA, 2012, pg. 55). Neste sentido, uma possibilidade para responder ao primeiro questionamento é a utilização de diferentes metodologias que estabeleçam relações entre os saberes curriculares fundamentais e a experiência social dos(as) educandos(as). Como exemplo podemos citar a utilização de jogos didáticos, como o *role-playing game* (RPG) de temática medieval, aplicado em uma turma do segundo ano do ensino médio durante a

realização da disciplina de Prática no Ensino de História B, pois tal metodologia coloca os(as) alunos(as) como participantes ativos no processo de construção de conhecimento histórico.⁴

Com relação às possíveis opiniões e ideias conflitantes, Jörn Rüsen (2012) compreende que a atribuição de sentido ao presente, por parte dos indivíduos, “ocorre a partir de modos de recuperação e interpretação das experiências do passado” (BAROM, CERRI, 2011, p. 8). Estes modos são: modo *tradicional*, modo *exemplar*, modo *crítico* e o modo *genético*. Tais modos envolvem o modelo cultural vigente, seja reproduzindo-o, modificando-o ou criticando-o. Desta forma, quando ouvimos em sala de aula ideias do senso comum que prejudicam o desenvolvimento do pensamento crítico, ou extrapolam um limite ético, devemos compreendê-las como fruto de um processo de construção de sentido histórico. Processo complexo, que envolve diferentes espaços formativos de sociabilidade do(a) educando(a), no qual nós, como educadores(as), temos (ainda que pouca) influência.

Por sua vez, buscando repensar o papel do(a) licenciando(a) e a ideia central do ensino de História na sala de aula — vista como ambiente base para tal —, a disciplina de Prática no Ensino de História D intenta desafiar os(as) acadêmicos(as) a pensar sua atuação docente fora do ambiente escolar, fazendo com que estes(as) proponham e pratiquem formas alternativas de ensino, para além dos conteúdos programáticos vinculados ao cronograma obrigatório no meio escolar. Tendo como eixo central as perguntas “como pode o(a) professor(a) de História atuar fora da sala de aula? E sob quais perspectivas?”, foram desenvolvidas atividades relacionadas à Teoria da História, conteúdo comumente negligenciado nos currículos escolares, visando desenvolver um *conjunto de operações mentais*, nomeado de *consciência histórica*, conceito aplicado por Jörn Rüsen (2006), definido como “uma categoria geral que não apenas relação com o aprendizado e o ensino de história, mas [que] cobre todas as formas de pensamento histórico; através dela se experiencia o passado e se o interpreta como história.” Sendo assim, “sua análise cobre os estudos históricos, bem como o uso e a função da história na vida pública e privada.” (RÜSEN, 2006, pg. 14)

Neste viés, fora as perguntas norteadoras supracitadas, novos questionamentos puseram-se como inquietações para o desenvolvimento da prática, focou-se então na busca pelo

⁴ PESSOTI, Victor. O uso do RPG como ferramenta de ensino de História. 2018. 95 p. Dissertação (Mestrado em Docência e Gestão da Educação) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2018.

entendimento do *fazer histórico*, do *papel do historiador e da historiadora* na sociedade atual. Procurando, acima de tudo, permitir aos(as) participantes⁵ a compreensão do seu papel como agentes históricos(as), impulsionadores(as) de processos históricos e criadores(as) de fontes passíveis de estudo para os historiadores(as) do futuro, incentivando-os(as) a construírem por si próprios(as), a partir de suas visões e experiências, o ser histórico.

Voltando a Rüsen,

“A teoria da história (que analisa os fundamentos dos estudos históricos) e a didática da história (que analisa os fundamentos da educação histórica) coincidem em suas análises das operações narrativas da consciência histórica com suas consequentes conexões sistemáticas. Fazendo isso elas superam a infeliz separação que tem existido entre a reflexão acadêmica da natureza da história e a reflexão didática do uso da história na vida prática. A didática da história está recuperando a posição que tinha ocupado quando do início da história como uma disciplina profissional, isto é, cumprindo um papel central no processo de reflexão na atividade dos historiadores. A disciplina da história não pode mais ser considerada uma atividade divorciada das necessidades da vida prática.” (RÜSEN, 2006, pg. 15)

Além disso, pensar em como ensinar a Teoria da História surge como uma inquietação pessoal. Como transpor em três ou quatro encontros, de forma didática, o básico do que nos é instigado todos os dias durante 05 anos no currículo acadêmico? Por fim, pensando nisto, a pensadora Meinerz avalia que “experimentar pela primeira vez as complexidades da sala de aula e dos tempos/espços escolares é, por si só, enfrentar situações inesperadas” (MEINERZ, 2013, pg. 224) e apesar de assustador, o inesperado é o que constrói o(a) professor(a) em formação. A vivência da tensão entre o planejado e o fortuito – situações contraditórias que caminham lado a lado – amadurecem o desenvolvimento e o domínio da prática docente.

Palavras-chave: consciência histórica; ensino de História; prática docente.

REFERÊNCIAS

⁵ A proposta de atividades deste estágio foi divulgada na escola onde desenvolvi minha disciplina de Prática C, foram convidados(as) educandos(as) que estivessem no Ensino Médio. Nas 16 horas de atividades, divididas em 04 encontros, participaram quatro educandos(as). As atividades foram divididas da seguinte maneira, Encontro I: “Introdução ao fazer Histórico: Quem faz história, como e por quê?”, Encontro II: “Não existe Verdade, não existe Mentira: Quem somos na história dos outros e quem são os outros em nossa história?”, Encontro III e IV: “Tomando a História nas próprias mãos: Como compreender, fazer e divulgar a história a partir das nossas percepções?”

BAROM, Wilian; CERRI, Luis. O Ensino da História a partir da teoria de Jörn Rüsen. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 11, 2011, Maringá. Anais...Maringá: Universidade Estadual de Maringá. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2ZXzkTT>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Zahar, 2001.

BRASIL. Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2YnvV0d>. Acesso em: 28 jun. 2019.

CAINELLI, Marlene Rosa. A construção do pensamento histórico em aulas de história no ensino fundamental. **Tempos Históricos**, n. 12, p. 97-110, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MEINERZ, Carla Beatriz. Estágios de docência e PIBID: impactos inimagináveis no campo do Ensino de História. **Revista Latino-Americana de História-UNISINOS**, v. 2, n. 6, p. 223-234, 2013.

PESSOTI, Victor. **O uso do RPG como ferramenta de ensino de História**. 2018. 95 p. Dissertação (Mestrado em Docência e Gestão da Educação) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2018.

ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK. Sonia. **Repensando o Ensino de História**. São Paulo Cortez, 2012, p. 51-70

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas. **Práxis educativa**, v. 1, n. 2, p. 7-16, 2006.

_____. O que é e com que finalidade praticamos (ainda) hoje a didática da História? In: RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica**: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012, p. 113-128.

SILVA, Haíla Ivanilda; GASPAR, Mônica. Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de Licenciatura em Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [s.l.], v. 99, n. 251, p.205-221, 9 maio 2018. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://bit.ly/31fWK8H>. Acesso em: 28 jun. 2019.

O CONCEITO DE BRANQUITUDE EM ESTUDOS DE DOUTORAMENTO NO BRASIL: CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Tiago Soares Marques¹
Prof. Dr. Deivison Moacir Cezar de Campos²

Resumo: Este trabalho realiza uma revisão bibliográfica de teses desenvolvidas no Brasil sobre branquitude e Educação, buscando analisá-las a fim de discutir suas abordagens e os possíveis diálogos existentes entre elas, articulando o conceito de branquitude. Os estudos sobre relações étnico-raciais já possuem uma tradição no Brasil. No entanto, foram discutidos em sua maioria a partir da perspectiva do lugar social do negro e de forma mais efetiva há algumas décadas sobre os indígenas. No entanto, os indivíduos identificados como brancos não vinham sendo objeto de pesquisa, denotando uma normalização do homem como branco e sua exterioridade ao debate sobre relações raciais.

A pesquisa, a partir da base do Banco de Teses e Dissertações da Capes, identificou cinco teses de doutorado e sete dissertações de mestrado sobre branquitude na educação. Das doze produções, oito tratam do tema no ensino superior e quatro na educação básica. Neste primeiro texto, são acionadas as cinco teses. As teses analisadas foram produzidas em três áreas de conhecimento, sendo duas da Educação, duas das Ciências Sociais e uma do Serviço Social. Apresentam como temática, de modo geral, observar a inserção das identidades brancas no meio acadêmico brasileiro. Todas foram defendidas na última década e têm como base os estudos críticos da branquitude, mostrando a incipiência contemporânea da discussão.

Os estudos sobre a identidade branca têm seu marco inicial no país com o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos em *A patologia social do 'branco' brasileiro*, publicado no ano de 1957. Porém, na década de 1990, nos Estados Unidos, que os estudos críticos da branquitude

¹ Graduando do 7º semestre em Licenciatura em História pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), campus Canoas. Participou como bolsista do PIBID, entre 2016 e 2018, além de ter estagiado no arquivo da Casa Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, entre 2017 e 2018. Estagiário atualmente do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da ULBRA. tiago-sm97@hotmail.com.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos e doutorando em História na UFRGS. Coordenador dos cursos de Comunicação e Marketing e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ulbra (NEABI). Coordenador da área acadêmica de Comunicação e Mídia da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Lidera o grupo de pesquisa Mídia e Complexidade nas Sociedades Contemporâneas. deivisondecampos@gmail.com

são institucionalizados, com destaque para as produções de Ruth Frankenberg (JESUS, 2014). No Brasil, o marco desses estudos pode ser considerado o artigo *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu*, de Edith Piza, em 2000. A partir de então, diversos pesquisadores realizaram seus estudos nessa perspectiva, como Maria Aparecida Bento, Liv Sovik, Lourenço Cardoso e Lúcio Otávio Alves de Oliveira - estes últimos já inserindo em sua análise a branquitude no contexto acadêmico e educacional.

O método de acionamento das teses é a pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), considerando a mesma um levantamento do estado da arte dos estudos para a continuidade da pesquisa sobre o tema. Sendo assim, através da revisão de bibliografia, o trabalho se propõe a indicar as entradas que estão sendo propostas para o debate da temática em questão. Para o tensionamento do material empírico, foi utilizado o conceito de branquitude, que pode ser definido como uma condição de privilégio no que diz respeito a recursos materiais e simbólicos, gerados pelo colonialismo e imperialismo, mas que se mantém na contemporaneidade (SCHUCMAN, 2012).

Neste estudo, está sendo pensada a branquitude no contexto educacional, considerando os desafios éticos de uma educação étnico-racial que possibilite tanto à população negra, quanto à população branca, encontrar a melhor forma de interagir nesta reeducação inclusiva do diferente. Também a possibilidade de atuar na sociedade através da reeducação social e racial enquanto sujeito e não apenas como objeto da globalização tecnológica brasileira (PINHEIRO, 2011).

Diante disso, realizou-se a análise das cinco teses que abordam a perspectiva de branquitude na Educação. A amostra é constituída das teses: *Identidade étnico-racial e universidade* (PINHEIRO, 2011), *O branco ante a rebeldia do desejo* (CARDOSO, 2014), ambos da Ciências Sociais; *Branquitude em Foco* (LABORNE, 2014), *Representações acerca das identidades brancas no currículo de um curso de Licenciatura em História do Paraná* (SILVA, 2018), ambos da Educação; e *Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013* (PASSOS, 2013), do Serviço Social.

As teses analisadas pretendem, de modo geral, inserir o branco na discussão das relações étnico-raciais. Mais do que deixá-lo à margem como a norma, têm o intuito principal de fazer o branco se perceber enquanto uma construção social. Com isso, buscam tornar o branco o

centro da discussão, não como o “herói”, mas sim como aquele que causou e ainda causa danos materiais e simbólicos às populações negras e indígenas e que, também por isso, prejudica a si mesmo nas relações sociais.

Após a pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes e a identificação das teses produzidas, foi construído um instrumento de pesquisa documental, a partir das categorias *resumo, introdução, metodologia, análise, conclusão e área de conhecimento*. O conjunto de dados possibilitou uma leitura complexa a partir dos dados de cada tese, considerando as categorias, seguido da leitura das categorias, permitindo uma aproximação e identificação de divergências entre as pesquisas. Os aspectos definidos para a análise desses dados foram os objetivos, a metodologia e os aportes teóricos - questão que será aprofundada a seguir.

Os autores se utilizam do conceito de branquitude, porém divergem entre si quanto a definição do mesmo, introduzindo também o conceito de branquidade. Para Piza (2005), Pinheiro (2011), Jesus (2014) e Laborne (2014), a branquitude seria a condição do branco que já alcançou uma consciência crítica e combate o racismo, já a branquidade seria o branco que não tem essa consciência e que se acredita a norma. Passos (2013) e Cardoso (2014) utilizam o conceito branquitude sem distinguir de branquidade. Passos (2013) justifica fazendo uma relação com o conceito de negritude e também por haver maior número de pesquisas que usam o conceito.

Cardoso (2014) acredita que essa distinção ainda precisa ser melhor formulada e que alguns pesquisadores brancos a fazem para criar uma divisão hierárquica entre o branco consciente e não consciente, sendo que ambos continuam sendo tratados da mesma maneira pela sociedade. Seguindo a lógica, Silva (2018) utiliza ambos os termos como sinônimos, por entender que mesmo os que já despertaram a consciência, não tem um despertar pleno e que muitas vezes não se percebem em situações que são privilegiados. Porém, discorda de Cardoso (2014), que aponta para uma distinção entre branquitude crítica e acrítica.

Pinheiro (2011) e Laborne (2014) diferenciam os dois termos nas suas pesquisas, porém não no mesmo sentido. Para Pinheiro (2011), a branquitude seria a situação dos brancos que têm uma atitude explícita no processo de relação étnico-racial, seja positiva ou negativa, enquanto que a branquidade seriam aqueles sujeitos brancos que estão alheios a qualquer problemática étnico-racial. Laborne (2014) utiliza o conceito de branquitude como uma

possibilidade de consciência crítica e questionamento do lugar de privilegiado, enquanto branquitude como uma perspectiva única e exclusivamente racista. Independente das distinções que cada autor coloca, há em comum a todos a ideia de que existe a possibilidade de criar uma branquitude consciente e crítica.

Os conceitos de branquitude e branquidade portanto são acionados de maneira distinta entre as cinco pesquisas, demonstrando ainda a necessidade de mais estudos e debates sobre a definição do mesmo e, por outro lado, aponta para sua incipiência do debate e as possibilidades de deslizamento de uso, considerando o contexto em que é aplicado. Há igualmente espaço para um debate efetivo sobre a aproximação, ou distinção entre branquitude e branquidade. De todo modo, todas as teses analisadas destacam que o entendimento do mesmo permite aos sujeitos uma melhor compreensão das desigualdades raciais.

O debate sobre a temática da branquitude ainda exige maior aprofundamento. As pesquisas analisadas apontam o caráter central desse conceito como chave para a compreensão da complexidade da discussão étnico-racial. Através dos estudos da branquitude, em número crescente, é possível identificar de forma mais profunda os enredamentos do racismo na sociedade. A pesquisa do estado da arte dos estudos sobre branquitude demonstrou como dentro do meio educacional e acadêmico vem sendo pensada e discutida a questão, demonstrando as diversas interpretações a respeito do seu conceito, além de oferecer elementos para uma reflexividade sobre as possibilidades de uma educação igualitária, a partir da conscientização dos sujeitos brancos na luta contra o racismo.

Esse primeiro estudo relaciona-se a uma pesquisa mais abrangente sobre o debate do ensino das relações étnico-raciais na formação de professores de História. O tema tem sido debatido nos últimos anos principalmente depois da sanção da lei 10.639/2003 que prevê a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira em todos os níveis de ensino. Esse debate gira, principalmente, em torno da qualificação e desnormalização do olhar dos docentes necessária para valorizar a diversidade de maneira que se considere e respeite os aspectos sociais, históricos e culturais que envolvem a população brasileira. Apesar de haver diferentes movimentos de instrumentalização de professores para a questão étnico-racial, os estudos sobre a branquitude ainda não está institucionalizada no campo histórico - como mostra o levantamento.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; Educação; Branquitude.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Lourenço da Conceição. **O branco ante a rebeldia do desejo:** um estudo sobre a branquitude no Brasil. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, Camila Moreira de. **O Privilégio da Brancura na Escola Pública:** uma etnografia no colégio estadual Edvaldo Brandão Correia em Cachoeira - BA. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cachoeira, 2014.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Branquitude em foco:** análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2014.

PASSOS, Ana Helena Ithamar. **Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013.** Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2013.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **Identidade étnico-racial e universidade:** a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e implicações eurodescendentes, em três instituições do ensino superior no sul do país. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2011.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, São Paulo, 2012.

SILVA, José Bonifácio Alves da. **Representações acerca das identidades brancas no currículo de um curso de Licenciatura em História do Paraná.** Tese (Doutorado). Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, 2018.

9. RELAÇÕES DE PODER, POLÍTICA E CRIMINALIDADES

O ESPAÇO DA CIDADE E A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Angélica Cicconet¹

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores²

Resumo: O presente trabalho busca questionar a relação entre o espaço urbano e as corporalidades que o compõem, especialmente neste caso, a das mulheres prostitutas no final do século XIX e início do século XX. Procurando entender os corpos que constroem a cidade mas, ao mesmo tempo, são construídos por ela, intentamos observar a marginalização e criminalização de determinados grupos sociais neste espaço e período e nos indagamos por que e como esse processo acontece.

Observar as relações dos grupos sociais é imprescindível para entender por completo o espaço urbano no Brasil. Pensando a urbanização e modernização do país no final do século XIX e início do século XX como parte de um projeto republicano para consolidação deste regime, bem como para a criação de uma imagem de Brasil progressista, o espaço urbano, por si, se mostra igualmente importante para compreensão do contexto mais geral. Há um grupo, porém, tido, conforme documentos da época, como um “mal necessário”: são as mulheres prostitutas.

Enquanto grupo, as prostitutas são significativas como parte do todo da sociedade, por isso, indispensáveis para entender o espaço urbano do Brasil das primeiras décadas republicanas. Já enquanto sujeitos sociais, as mulheres prostitutas são o desvio da normatização dos corpos e da sexualidade do discurso médico higienista, criminal e até religioso. É pertinente buscar a conexão entre a construção de um “Brasil moderno” e a normatização de seus

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS). Vinculada ao MARGEM - Grupo de Estudos sobre a História do Crime. E-mail: angelicacicconet@gmail.com

² Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS). E-mail: mariclio@yahoo.com.br

residentes. Neste trabalho optamos por observar e analisar as relações de gênero imbricadas nesse processo, especialmente do grupo social das prostitutas habitantes do espaço urbano.

Durante muito tempo, o espaço se apresentou como um receptáculo vazio: apareceu completamente inteligível, transparente, objetivo e neutro e, dessa forma, definitivo, imutável. Mas o que não aparecia era que essa ilusão ocultava a imposição de determinada visão sobre a realidade social e o espaço. Sendo assim, Henri Lefebvre (1974), apresenta o espaço como produto, resultado da ação, das práticas, das relações e experiências sociais. Dentro disso, o espaço se mostra como suporte, mas também como campo de ação; é um produto que se consome, mas que intervém na sua produção. Dessa forma o autor apresenta uma tríade conceitual contendo práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação, que contém, respectivamente, o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido. O espaço percebido é o espaço da experiência material, que vincula a realidade cotidiana (e urbana); o espaço concebido, por sua vez, é o espaço que possui signos, códigos de ordenação etc, e possui planejamento, já que é o espaço de *experts*, cientistas, planejadores; e, por último, o espaço vivido é o espaço de usuários e habitantes, lugar da imaginação e do simbólico.

O espaço urbano, entretanto, não foi sempre como o percebemos hoje, sendo ele também fruto e consequência dos processos, e dos sujeitos, históricos. Maria Stella Bresciani (2013), investigando as ruas das cidades de Londres e Paris no século XIX, apresenta a concepção dos contemporâneos ao espectro incontrolável das multidões, fenômeno novo para aquela sociedade, onde as classes sociais se misturam e onde praticamente não há diferença entre o homem trabalhador, o pobre e o criminoso. O cotidiano das cidades se manifesta como um espetáculo ao olhar do espectador, espetáculo que permite observar os diferentes corpos que habitam a cidade, tanto durante o dia quanto pela noite.

O corpo enquanto categoria analítica passou por distintas concepções ao longo do tempo, mas Norbert Elias (1994) apresenta a análise de um corpo conformado a um autocontrole, criado a partir de uma estrutura que molda e limita o indivíduo, sujeito social, baseada em códigos de comportamento, funções corporais, relacionamento entre sexos e controle da agressividade. Nesse momento, o corpo deixa de ser um “objeto analítico ou empírico dado, essencializado, e passa a ser situado na história, simultaneamente como agente e objeto” (FRANGELLA, 2017, p. 27). O corpo é vivido, substância sensível e sensorial.

Para Simone Frangella o corpo aparece como uma referência para a construção de projetos urbanos e, conseqüentemente, como dimensão fundamental para pensar a cidade, já que esta é construída, ao mesmo tempo em que constrói, as corporalidades que habitam esse espaço. Frangella aponta que “corpo e cidade perpassam-se e influenciam-se na condição de territórios físicos e culturais de produção e enunciação de processos sociais e políticos” (FRANGELLA, 2017, p. 23). Assim, tanto as experiências urbanas quanto as construções corporais estabelecem fronteiras espaciais e culturais que, inter-relacionadas, compõem o cotidiano. É nesse cotidiano que o corpo e a cidade se relacionam.

Com a intenção de mapear um “corpo político”, Richard Sennet (2003) analisa as sociedades ocidentais, onde os espaços urbanos conformam os corpos cujas relações de poder pressupõem uma idealização de determinada imagem corporal, criada e imposta pela sociedade em questão. Essa imagem corporal, de certa forma amarra e pacifica o corpo e, ao mesmo tempo, interfere, modifica e dá distintos contornos à cidade. Essa intervenção pode se dar, entre outros elementos, através da produção de enclaves de segregação e de controle; processo que ocorre a partir do deslocamento de sujeitos sociais dos espaços que estão sob a mira da intervenção urbana. Essa intervenção se apresenta como um processo de “limpeza” da cidade.

Limpeza da pobreza, dos corpos que incomodam, dos corpos desviantes. E esse processo faz-se notar também nas cidades brasileiras no final do século XIX e início do século XX, se iniciando a partir das transformações e complexificações que perpassam esses espaços urbanos, dando ênfase à cidade do Rio de Janeiro, cidade-modelo do país.

A reforma urbana levada à cabo pelo prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, entre 1902 e 1906 e que ficou conhecida como “Bota-Abaixo”, foi um marco do higienismo e da intervenção urbana no Brasil. Inspirado pelas reformas urbanas de Paris no final do século XIX, e inclusive referenciado por alguns como um Haussmann tropical, Pereira Passos iniciou o projeto que prometia levar à modernidade ao Distrito Federal do país. Para isso, se fazia necessário uma “limpeza” do espaço urbano central que, para além de controlar as epidemias de varíola e febre amarela, pretendia também controlar os corpos habitantes deste espaço, normatizando-os e reprimindo-os. Esta “limpeza moral” da sociedade tinha como alvo sujeitos sociais historicamente marginalizados e criminalizados por suas posturas e comportamento desviantes, por assim dizer. Um dos grupos sociais atingidos por esse modelo

de reforma foram as mulheres prostitutas.

Magali Engel (1989) analisa justamente os discursos médicos produzidos no Rio de Janeiro entre 1840 e 1890 sobre a prostituição na cidade, dando lugar de destaque à medicina social que intentava conter o “caos urbano” através da intervenção em todos os aspectos da vida de seus habitantes. Definindo os limites da “sexualidade sadia” o saber médico é eficiente no controle e na disciplinarização dos corpos e dos comportamentos sexuais. Controle exercido tanto sobre os corpos das mulheres casadas quanto das solteiras, amasiadas e prostitutas. Segundo a autora, e com base na análise dos discursos médicos, a “doença” da prostituição “não se restringe ao aspecto físico, compreendendo também uma dimensão moral e uma dimensão social” (ENGEL, 1989, p. 16). Tida como uma ameaça que transcende a dimensão física do corpo, é necessário que sejam implantadas medidas que eliminem este “mal” da sociedade carioca do início do século.

A essas medidas profiláticas, somam-se as intervenções arquitetônicas e têm-se a fórmula do projeto que intentou tirar as prostitutas do espaço urbano central do Rio de Janeiro. A preocupação com a prostituição pública das prostitutas de janela é quase unânime nos discursos de higienistas e reformadores da época. Aceitando a prostituição como um “mal necessário”, já que o homem não poderia ter certos tipos de vícios com a sua esposa no leito conjugal, era preferível, pelo menos, que isso não se desse à vista de todos, nas ruas mais movimentadas do centro da cidade.

A historiadora Cristiana Schettini (2006) analisa, em seu trabalho, de que forma a sociedade carioca se relaciona com a prostituição e como as prostitutas se relacionam com o espaço em que habitam. Um dos casos em específico que a autora analisa, é uma prisão de diversas “notórias prostitutas” em 19??, processo no qual elas se utilizam de uma ferramenta relativamente nova na justiça da época: o pedido de *habeas corpus*. Observando a construção semântica da palavra, a autora chama atenção para o significado de “ter o seu próprio corpo”, ato que, sendo mulheres vistas como “desviadas”, as prostitutas exerciam, apesar das tentativas de controle e normatização por parte do poder público. Defendendo que o ato de prostituir-se era apenas mais um aspecto da vidas das mulheres pobres do Rio de Janeiro, ela demonstra que a sociabilidade e redes de apoio mútuo não estão restritas ao mundo masculino. Mas apesar das diversas formas de resistência, a intervenção do poder público chegou à essas mulheres,

derrubando cortiços e habitações coletivas, propondo medidas de profilaxia e controle dos corpos e da sexualidade.

A forma como os corpos, ou melhor, as corporalidades, se relacionam com o espaço no qual habitam e/ou circulam é muito particular a cada grupo social. No caso das prostitutas que ocupavam o espaço urbano central do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX não é diferente. A experiência urbana dessas mulheres demanda análises mais aprofundadas, tanto no então Distrito Federal, quanto em outras cidades do período, para que se possa observar um contexto mais geral da situação da prostituição no Brasil. Para além disso, é importante notar também o processo de criminalização de algumas corporalidades específicas que habitam nesse espaço urbano, dentre elas os corpos negros, os corpos pobres e, obviamente, os corpos prostituídos.

Palavras-chave: História das cidades; Prostituição; História do corpo.

REFERÊNCIAS

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 2013.

CERTEAU, Michel de. **La invención de lo cotidiano: I. Las artes de hacer.** México: Universidad Iberoamericana, 2000.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). **História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra (vol. II).** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Vol. 1: Uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Establecidos y marginados. Una investigación sociológica sobre problemas comunitarios.** México: FCE, 2016.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. (4ª ed.)

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o surgimento das prisões.**

FRANGELLA, Simone; RUI, Taniele. *Corpos Precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade*. **Revista de Ciências Sociais**, nº 47, jun/dez, 2017, pp. 23-38.

HARVEY, David. *Monument and Myth*. **Annals of the Association of American Geographers**, vol. 69, n. 3 (Sep., 1979), pp. 362-381.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

SCHETTINI, Cristiana. **“Que tenhas teu corpo”**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2003. 3ª ed.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014. (1ª ed.)

AS NOÇÕES DE HONRA E DUELOS NA REGIÃO PLATINA EM MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Angela Patrícia Amaral Werner¹
Mariana Flores da Cunha Thompson Flores²

Resumo: Este resumo é uma parte da pesquisa de trabalho final de conclusão de curso, em que procurarei demonstrar um pouco mais sobre os duelos de honra, ocorridos durante fins do século XIX e início do século XX, entre a elite masculina platina.³ Este estudo pertence ao projeto guarda-chuva, sob orientação da Professora Doutora Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, “História do crime, da violência e das práticas de justiça no continente

¹ Graduanda do curso de História - Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Participante do MARGEM - Grupo de Estudos de História do Crime. E-mail para contato: angelapaw@outlook.com.

² Professora Doutora do Departamento de História/Centro de Ciências Sociais e Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenadora do MARGEM – Grupo de Estudos de História do Crime. E-mail para contato: mariclio@yahoo.com.br.

³ Por região platina, utilizo a abordagem feita por Ieda Gutfriend e Heloisa Reichel (1996), como um espaço composto pelos países Uruguai, litoral da Argentina e Brasil Meridional, correspondente ao Rio Grande do Sul, que compartilham, desde o período colonial, um conjunto de características comuns, que ultrapassavam os limites da consequente fragmentação desses espaços com os processos de independência, características essas como da cultura popular – os hábitos, costumes e valores em comum.

americano no longo século XIX”, que propõe analisar a história da criminalidade, da violência e das práticas de justiça e punição no continente americano, que abrange a íntegra dos anos 1800 propriamente, e avança até, pelo menos, o primeiro quartel do século XX.

Para início, é necessário perceber que esse período foi marcado por inúmeras mudanças e transformações ocorridas em âmbito político, econômico e social. Tais como o amadurecimento do movimento feminista, a vertiginosa urbanização nos grandes centros, além do fenômeno consequente das grandes multidões, levando em conta a grande profusão de imigrantes e emigrantes chegando às cidades, parecendo impelir homens da elite a estabelecer instrumentos de demarcação de espaço e distinção social.

A honra foi um aspecto primordial da vida social, principalmente para esse período estudado. Segundo Pablo Piccato (1999), o cosmopolitismo das grandes cidades, em que as pessoas não se reconhecem mais devido a aglomeração causada pelo aumento populacional e a consequente chegada de imigrantes, principalmente de origem europeia, atingiria essa burguesia incipiente que, para se demarcar enquanto classe com status social, se valeria de certos recursos de distinção.

Entre eles, segue o autor, a utilização de uma renovada/ressignificada concepção de honra, com a construção de um sentimento de pertencimento a uma ordem internacional de homens de honra, como um círculo social que se valem de valores éticos europeus e do conhecimento na prática de duelos para resolver suas querelas e se diferenciar das rixas e brigas populares. Ser identificado por alguém como “homem honrado” é sinal de status e prestígio para essa pessoa, mas principalmente entre os seus.

De acordo com Julian Pitt-Rivers (1992), a honra é definida como uma regra de conduta moral e individual - um código rígido de moralidade e valores, mas também social, devido a importância do reconhecimento por terceiros sobre àqueles que seguem esse modelo. Sem isso, não haveria de o porquê segui-lo. Além de imbuir-se de uma noção que se modifica de sociedade em sociedade, a honra é totalmente um sentimento individual, pelo fato de depender da escolha de cada um, mas também é coletiva ao passo que abrange não somente a pessoa em si, mas todo seu grupo social. Todavia, a honra é um “sentimento” absolutamente frágil, qualquer ato ou palavra pode desonrá-lo ou pôr à prova sua integridade moral. Como citado por

Marie Gautheron, “a exigência da honra quer criar nossa identidade, incessantemente ameaçada de se romper” (GAUTHERON, p. 12).

Em conformidade com Pablo Piccato, essas tendências relacionadas às questões de honra eram claramente de inspiração europeia, principalmente Itália, França e Alemanha, mas não relegando a importância da Espanha e de Portugal, as quais claramente refletiram, de certa forma, aqui na América Latina. Como o mesmo autor diz, para o caso mexicano, era pelo fato de que “expresaba el cosmopolitanismo de los mexicanos y su identificación de la modernidade com las costumbres de las elites europeas contemporâneas.” (PICCATO, p. 277).

Para essa sociedade, ser considerado “honrado” era extremamente importante, tanto para que os próprios eleitores pudessem ver na pessoa alguém confiável e de respeito, pois “a honra está intimamente ligada à realidade do poder, seja ele político, militar ou econômico.” (PITT-RIVERS, p. 21). Ou seja, é no poder, mas não somente nele, que se concentra a noção de honra. Por isso, o conhecimento sobre o que é honra e seu significado era tão relevante para as camadas mais abastadas ou públicas da sociedade, em que ao se sentirem impelidos por essas mudanças aceleradas do processo histórico, houve a necessidade de se demarcarem socialmente dos outros grupos.

Entretanto, o fazer uso do duelo para resolver suas querelas não era característico ou originário do século XIX, mas, na verdade, sempre existiu, com outros formatos. Apesar de durante a Antiguidade e parte do Medievo, as motivações sejam diferentes, o duelo por questões de honra adquiriu, segundo Sérgio Pérez Cortés (1996), sua forma básica nos séculos XVI e XVII, assemelhando-se ao modelo mais contemporâneo, mas se diferenciando em alguns aspectos. Dentre eles, a que aponta para o dever moral do cavalheiro de proteger sua honra, indissociável de sua pessoa e integridade física. Assim, é seu dever, “arriesgar la vida por razones que le superan y que se localizan en su identidad social. Su temor a la muerte no era nada comparado con su terror a la marginalidad.” (CORTÉS, p. 108).

Não há como negar que no século XIX os duelos partiam de uma premissa moderna, pois possuíam elementos divergentes, significando algo novo para essa sociedade em construção. Segundo Piccato, por ser uma necessidade da vida moderna, em que era mais preferível resolver questões de honra de forma privada, do que a publicidade do caso que era considerado particular, pelas notícias policiais ou ter de ir a julgamento em um tribunal. Como

relata Pedro Paulo de Oliveira (2004), a partir do momento em que o duelo passa a ser utilizado pela burguesia, “a ênfase na bravura, na ousadia, no destemor desloca-se paulatinamente para a questão da firmeza, do autocontrole e da contenção” (OLIVEIRA, p. 25).

Em relação a Argentina, como salienta Sandra Gayol (1999), podemos perceber bem como o “peso da lei” estava em constante atrito com “los hombres de honor”. Os especialistas em direito penal, juízes e advogados consideravam o Estado como incapaz de garantir proteção da honra às pessoas mais “cultas”. “La incapacidad de la ley de prever ‘todos los casos e situaciones’ lesionantes de la dignidad, causaba un vacío jurídico que el hombre privado debía colmar em um acto caballeresco.” (GAYOL, p. 322). Ou seja, demonstrando uma visão que essa elite tinha ao considerar a honra como um caso particular seu, de pensar no Estado como aquele que “defiende nuestra vida e ampara nuestros derechos”, (GAYOL, p. 322), mas que não abarcaria a honra.

Honra era algo que não poderia ser relegado ao Estado, ao conhecimento de todos, ao passo em que se tornasse público, a honra era um sentimento somente de si e privado. Como afirma a autora, a função do Estado e seus aparatos – os tribunais e as leis - eram para resolver conflitos entre os populares, “para los iguales sociales y los iguales en honor (...) existe el duelo. (GAYOL, 1999, p. 330).

Já em relação ao Uruguai⁴, o historiador David S. Parker (1999) se refere a importância que a honra vai gerar para essa sociedade, pois como dito anteriormente, a honra terá um papel tão central na vida pública, que o simples fato de não ser considerado um homem de honra pelos seus iguais, vai gerar “morte social” a esse sujeito, ou seja, condenando-o à marginalidade, pois essas “reglas de caballerosidad” simbolizavam a moral da vida pública, onde “una persona que por falta de valentía no supo cumplir con sus deberes de caballero y de hombre no era una persona digna de la fe del elector, ni de la confianza de sus colegas. (PARKER, p. 299).

Em relação ao Brasil, no *Codigo Criminal do Imperio do Brazil* de 1830, não há nenhuma menção à duelos, apenas a crimes que vão contra a segurança da pessoa, como calúnia e injúria. Já no período republicano, o *Codigo Penal dos Estados Unidos do Brazil* de 1890, no

⁴ A questão dos duelos no Uruguai é bem interessante, pois é o único caso ocidental conhecido de um país, em que o ato de duelar foi legalizado. O “lance de caballeros” foi considerado lícito em 1920. Essa lei foi iniciativa de Juan Andrés Ramírez, inimigo do batllismo, mas que recebe apoio do presidente colorado Baltasar Brum. Essa lei perdurou até a década de 1980.

Título X: Dos crimes contra a segurança de pessoa e vida, capítulo VI: Do duelo, traz menções às práticas de duelo, sendo proibidas perante a lei. Isso já demonstra que o duelo existia em âmbito nacional, ou em algumas regiões, caso contrário, não seria necessário colocar uma lei proibindo um ato nunca praticado. No entanto, também não se pode negar que poderia ser resultado de certa “moda ou mania” do período, já que a construção desses códigos tinha inspiração de códigos criminais de outros países.

O duelo representava o regulamento da violência como algo que deve ser racional e, por isso, regrado por um código cavalheiresco. Era uma necessidade não tornar o duelo em si, como algo puramente banal, como uma briga qualquer. Era de grande importância não comparar os lances de honra como crimes comuns e, além do mais, essa prática de duelos era, por conseguinte desempenhada pela elite. Como ressalta Sandra Gayol, os populares eram sempre apresentados “em actitudes de furia, con sangre cubriendo sus rostos y la mirada iracunda que permite completar un cuadro semi-salvaje.” (GAYOL, 1999, p. 319).

Entretanto, isso não significa que populares não tivessem suas próprias noções de honra ou que eram banais em relação à defesa desta⁵, mas da percepção de uma elite que julgava que “los pobres, estaba implícito, carecían de honor” (PICCATO, p. 278). Ademais, de acordo com Pitt-Rivers, “a honra está intimamente ligada à realidade do poder, seja ele político, militar ou econômico (...) ‘sem dinheiro, a honra não passa de uma doença’”. (PITT-RIVERS, p. 21).

Os chamados códigos de honra, nada mais eram do que textos descritivos, os quais na maior parte, eram redigidos por militares ou pessoas de alto status social. Assemelhavam-se muito aos códigos oficiais ou à lei formal. Como aponta Parker, “(...) los códigos de honor fueron escritos precisamente en forma de leyes, con artículos e incisos cuidadosamente enumerados” (PARKER, p. 299), isso para dar maior legitimidade a esses documentos, visto que os atos de duelos eram atos de injustiça, ou seja, proibidos perante a letra da lei e, por isso, não poderia ser mal interpretado.

Mesmo sendo praticado pelas classes altas, teoricamente, eram ao mesmo tempo proibidos pelos meios repressivos de um Estado que estava buscando uma maior centralização

⁵ Para saber mais, ver texto referente ao tema, escrito por Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Jéssica Fernanda Arend, intitulado “Noções de honra e justiça entre as classes populares da fronteira no Brasil meridional na segunda metade do século XIX – estudo de casos”.

de seu poder e de um maior controle da violência. Para os duelistas, era seu o dever de defender sua honra por si mesmo e não relegar esse assunto ao Estado, algo que era considerado particular e privado, em contraposição com os antiduelistas, o qual era uma afronta e um desacato aberto à autoridade do Estado. Como citado na obra *Ensayo sobre la Jurisprudencia de los Duelos*, escrito pelo Conde de Chateauvillard (1836), um dos autores em que se acredita ser de maior circulação entre a elite platina,

(...) la necesidad de establecer dichas reglas de una manera formal, evitando los errores que comprometen nuestra existencia y la de nuestros amigos (...) un deber de consciencia y prestar un servicio á la humanidad estableciendo reglas que moralicen la existencia de un mal deplorable, pero difícil de evitar, preocupación, si se quiere, pero que se impone por sí misma á todos los hombres de honor. (CONDE DE CHATEAUVILLARD, p. 9-10-11).

Como menciona Cortés, “repudiado com frecuencia como absurdo e innecesario, el duelo fue un notable institución que durante largo tempo contribuyó a mantener en la aristocracia de Occidente una ilusória unidad como classe” (CORTÉS, p. 107). Estar inserida nessa classe de homens de honra, cujos parâmetros são internacionais, não era algo para todos. Era preciso conhecer as complexas regras, que implicavam em uma preparação desses participantes para os duelos. Como Piccato aborda, essas “dichas reglas eran divulgadas através de códigos escritos, clases de esgrima, campos de tiro y la intervención de padrinhos ‘honorables’” (PICCATO, p. 282).

Assim, para se pertencer a essa classe, dita possuidora de honra, era necessário ter noções de manuseio e de possuir suas próprias armas para essas ocasiões, inclusive, de ter conhecimento e leitura dos códigos, o que já demonstra um complexo conjunto de elementos que distanciam o cidadão popular e da mulher de ter acesso a esse rígido código cavalheiresco. As retaliações por honra revelam um rígido código de conduta moral ligado ao poder aquisitivo econômico dessa pessoa.

Enfim, a violência transformou-se em um tópico relevante na construção dessas nações latino-americanas, para muito além de apenas uma caracterização irracional da política nacional. Segundo Pablo Piccato (2014), a violência era julgada ou vista como uma saída potencial para as interrelações sociais, visto que para esses homens da elite, o duelo era o ápice, ou melhor, a solução final para a retaliação de sua honra. Os confrontos armados não eram

necessariamente (...) formas não “racionais e ‘civilizadas’ de expressar a opinião”: a violência era formalizada em maneiras que permitiam a sua continuidade como um diálogo. A prática de duelos é só mais um exemplo da civilização da violência entre as classes altas (...). (PICCATO, 2014, p. 35-36).

Podemos perceber então, que a violência foi um fator de “consequência” para os desenlaces relacionados à honra. Entretanto, não podemos tomar isso por um viés determinista, de pensar que todos esses atos resultavam, fatalmente, em duelos, pois se tem conhecimento de que alguns atos de injúria delegados à alguém, poderiam ser resolvidos por meio de um pedido formal de desculpas.

Para as primeiras conclusões, podemos ressaltar a importância e necessidade de se fazer uma pesquisa voltada a esse contexto de grande profusão de movimentos e mudanças sociais, econômicas e políticas, partindo do pressuposto de que esses fatores podem ser percebidos como pontos importantes para os homens se demarcarem não somente em relação aos populares, como havia ressaltado anteriormente, mas também em relação às mulheres.

Palavras-chave: Noções de honra; Duelos; Códigos Cavaleirescos.

REFERÊNCIAS

CHATEAUVILLARD, Conde de. Ensayo sobre la jurisprudencia de los duelos (1836). Tradução de Andrés Borrego. Madri, 1890.

CORTÉS, Sérgio Pérez. La ofensa, el mentís y el duelo de honor. **RIFP: Revista Internacional de Filosofía Política**, n. 8, p. 107-119, 1996. Disponível em: <http://espacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:filopoli-1996-8-4C2C8F58-20C9-C9BC-83FF-64EE2A715E03/ofensa_mentis.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

GAUTHERON, Marie. Prefácio. In: GAUTHERON, Marie. **A honra: imagem de si ou o dom de si - um ideal equívoco**. Porto Alegre: L&Pm, 1992, p. 7-14.

GAYOL, Sandra. Duelos, honores, leyes y derechos: Argentina, 1887-1923. **Anuario IEHS: Instituto de Estudios Históricos Sociales**, n. 14, p. 313-330, 1999.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Macho Divinizado. In: OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 19-82.

PARKER, David S. La Ley Penal y las “leyes caballerescas”: hacia El duelo legal em El Uruguay, 1880-1920. **Anuario IEHS: Instituto de Estudios Históricos Sociales**, n. 14, p. 295-330, 1999. Disponível em: <<http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/1999/013-Parker,David%20S.-La%20ley%20penal%20y%20las%20leyes%20caballerescas-hacia%20el%20duelo%20legal%20en%20el%20uruguay,1880-1920.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

PICCATO, Pablo. La política y la tecnología del honor: el duelo en México durante el porfiritato y la revolución. **Anuario IEHS: Instituto de Estudios Históricos Sociales**, n.14, p. 273-294, 1999. Disponível em: <<http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/1999/Pablo%20Piccato%20La%20pol%C3%ADtica%20y%20la%20t.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

_____. A esfera pública na América Latina: um mapa da historiografia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá – MT, v. 7, n. 1, p. 6-42, 2014. Disponível em: <<http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/308/pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie. **A honra: imagem de si ou o dom de si - um ideal equívoco**. Porto Alegre: L&Pm, 1992. p. 17-32.

O MASSACRE EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, A LUTA PELA LIBERTAÇÃO COLONIAL E O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1953-1975).

Cyro Porto Martins¹
João Manuel Casquinha Malaia Santos (O)²

Resumo: O presente trabalho busca analisar as relações do Massacre de Batepá, em São Tomé e Príncipe em 1953, buscando analisar a visão e a posição do Jornal Avante, este ligado ao

¹ É graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É membro do Grupo de estudos e pesquisa América Platina?: processos históricos de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global. Compõe também, o grupo de estudos Catana: África Portuguesa, descolonização e formação dos Estados Nacionais africanos.

² Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (2000), doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2010) e pós-doutorado junto ao programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professor no Departamento de História do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria e pesquisador do Ludens- Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas da USO e do Gepecom- Grupo de Pesquisa e Estudos em Comunicação e Marketing no Esporte da USP.

Partido Comunista Português e o impacto do massacre para os comunistas e para indivíduos que tivessem acesso ao periódico.

O ano de 1953 marca uma importante data para o arquipélago São Tomé e Príncipe. Essa data marca o “Início” da luta pela independência da então colônia, em relação a Portugal. Para compreendermos como essa data influenciou no processo de emancipação e construção do país, devemos analisar os processos que levaram e contribuíram para o chamado início do Nacionalismo São-Tomense.

O atual arquipélago de São Tomé e Príncipe foi descobertos por portugueses no século XV e fora colonizado basicamente por portugueses e africanos escravizados que vinham das regiões próximas do continente Africano. Essa região fazia intermédio do comércio de escravos entre o continente e as colônias portuguesas na América. Não obstante, após a independência do Brasil em 1822 e a proibição do tráfico negreiro, a região tornou-se foco de interesse do Império Português.

Com o início do século XX e o avanço do capitalismo industrial, a África se torna uma região de disputas entre as potências mundiais, principalmente pela necessidade de matérias primas. Neste contexto, Portugal busca colonizar e influenciar as Regiões de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo-Verde. Com o advento da Primeira Guerra Mundial e o surgimento dos governos Nazi-Fascistas na Europa, Antonio de Oliveira Salazar, em 1928, instaura uma ditadura em Portugal que só chegaria ao fim com a Revolução dos Cravos em 1975.

O governo ditatorial de Salazar marcou profundamente as colônias portuguesas. Segundo os antropólogos Elsa Peralta e Nuno Domingos os processos de racialização e a categorização dos universos coloniais instituíram formas de cidadanias desiguais (DOMINGOS, Nuno. PERALTA, Elsa. 2010). Diante disso, podemos observar que o governo autoritário português contribuiu de forma significativa nas divisões sociais das suas colônias. Devemos ressaltar que o governo de Salazar colocou na ilegalidade diversos partidos políticos entre eles o Partido Comunista Português.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os processos de independências e as lutas anticoloniais nas colônias inglesas e francesas se acentuaram. Nesse contexto, após a segunda

grande guerra e as lutas entre os blocos capitalista e socialistas, as influências desses processos foram significativas no continente africano³.

Com a criação das Nações Unidas, em 1948, a pressão para que o governo português acabasse com o trabalho de contrato⁴ ocasionou uma escassez de mão de obra em São Tomé e Príncipe, o que resultou uma procura de mão de obra nesses mesmo sistema (contrato) entre os nativos da ilha. O arquipélago caracterizado por ter uma diferenciação etnocultural, dividia-se e divide-se em Forros (Descendentes de escravizados alforriados e/ou mestiços com europeus), Angolares (descendentes de escravos vindo da região da atual Angola que se estabeleceram em comunidades separadas) e os trabalhadores que vieram na forma de contrato trabalhar nas fazendas de café e cacau (as principais insumos agrícolas de exportação), estes majoritariamente vindos de Angola e Moçambique. A pressão externa sobre o regime português ocasionou a suspensão dos recrutamentos de trabalhadores para as ilhas. Diante desse fato, o Tenente Coronel Carlos de Sousa Gorgulho, então administrador da região, recrutou mão-de-obra entre os nativos da Ilha. Esse fato é evidenciado na obra de Inês Nascimento Rodrigues na qual:

A suspensão do recrutamento de trabalhadores em Angola, em abril de 1950, coincidindo com uma cotação mais alta do cacau nos mercados internacionais, agravou o problema da mão-de-obra e dificultava os propósitos de Gorgulho na execução do seu plano de construção de infraestruturas, forçando-o, em 1953 e nos anos imediatamente anteriores, a aumentar as rusgas para recrutar mão-de-obra entre os ilhéus mais pobres do arquipélago (RODRIGUES, 2018, p. 63 apud SEIBERT,2002, p.79-80).

Nesse contexto, segundo a autora Inês Rodrigues “a recusa dos forros em trabalhar sob o regime de contrato” e os boatos que os portugueses tomariam as terras dos nativos, gerou uma revolta entre os ilhéus, que atacaram um posto da polícia de Vila Trindade (RODRIGUES, 2018, p.63). A reação da administração Portuguesa foi imediata, através do Corpo de Polícia

³ A disputa entre esses dois blocos ficou conhecida como Guerra Fria. Essa divisão se deu entre capitalistas liderados pelos Estados Unidos e socialistas liderados pela União Soviética.

⁴ O trabalho por contrato se configurava em uma espécie de punição aos “Vagabundos” e uma forma de “civilizar” os indígenas, colocando-os em trabalhos, muitas vezes em outras regiões, análogas à escravidão e a serviço do Estado Português ou de empresas que faziam contratos com o Estado. Ver em *Contra o Vento: Portugal e a Maré Anticolonial* de Valentim Alexandre (2016).

Indígena, o governo Lusitano a mando do Tenente Coronel Carlos Gorgulho, executou em torno de 500 a 1032 Forros⁵, essas execuções ficaram conhecidas como o Massacre de Batepá.

É importante fazermos uma contextualização do ano de 1953, esse ano marca uma significativa mudança na estrutura do Império Português. A Lei Orgânica de 1953 marca uma importante mudança na qual modifica a nomenclatura dos territórios ultramarinos que passam de Colônias para Províncias.⁶ Além disso, as comemorações dos 25 anos de Salazar no poder, marcam significativos acontecimentos em todo o território do Império Português.

O governo português buscou abafar o massacre, o governador de São Tomé e Príncipe, Gorgulho, justificou a repressão afirmando que se trataria de conter uma suposta revolta comunista entre os nativos das Ilhas. Contudo as intenções do governo em abafar o massacre não foram totalmente efetivas, apesar de ter pouca repercussão nacional e internacional.

Para compreendermos como essa tentativa de abafar o massacre não foi efetiva, analisaremos o Jornal Avante do Partido Comunista Português⁷ e o Jornal Diário de Lisboa⁸, no mês de fevereiro (mês no qual ocorreu o massacre) e março de 1953. O primeiro era um jornal publicado mensalmente e encontrava-se na ilegalidade, já o segundo era um periódico de circulação diária e possuía grande alcance no território português.

Diante disso, o Jornal Avante do Partido Comunista Português divulgou uma nota referente ao acontecimento. O periódico fala sobre uma “Revolta dos Negros em São Tomé” contra a “opressão fascista”. Aquele aborda de forma crítica a atuação do governador do arquipélago, relatando os fatores que levaram a “revolta”, o jornal afirma,

O governador fascista Gorgulho pretendeu forçar os negros nativos da Ilha de S.Tomé a irem trabalhar para as roças das grandes empresas capitalistas em regime de trabalho-escravo, contra o que se invantaram valentemente as populações indígenas, entrando este fascista a mandar prender e espancar os negros que se recusaram a cumprir as suas ordens despóticas. (AVANTE, fevereiro de 1953).

⁵ Esse número não possui consenso em os autores, devido a muitos corpos foram jogados ao mar e/ou desapareceram.

⁶ Essa lei foi executada posteriormente ao massacre, contudo as discussões a respeito da mudança de nomenclatura já estavam ocorrendo no período do conflito e o massacre pode ter influenciado na decisão da mudança, pois aquela elevou o status das regiões que antes eram colônias, possibilitando uma certa autonomia.

⁷ Fonte disponibilizada pelo site do Partido Comunista Português.

⁸ Fonte disponibilizada pela plataforma Casa Comum, esta disponibiliza a reprodução e descrição de documentos custodiados pela Fundação Mário Soares.

O massacre é colocado com forma de revolta contra as ordens do governador Gorgulho. O jornal aborda as execuções que ocorreram mas sem relatar a quantidade de mortos, afirmando que “Dessa luta desigual resultaram mortos e feridos”, o periódico ainda afirma que o governo Salazarista, pressionado pela opinião pública, foi forçado a dar um relato dos acontecimentos na imprensa. (AVANTE, 1953).

O jornal termina o artigo desejando união e “como vós, lutem contra a espoliação e opressão do governo fascista de Salazar” (AVANTE, 1953). Podemos observar que apesar da tentativa do governo em tentar abafar o massacre as notícias da “revolta”, os acontecimentos que ocorreriam na ilha causaram um certo impacto entre os comunistas portugueses e a quem o jornal Avante conseguiu alcançar.

Além disso, o massacre de batepá ficou conhecido como o acontecimento fundador do nacionalismo são-tomense. Segundo Inês Nascimento Rodrigues, apesar do massacre ser o fato fundador do nacionalismo de São Tomé e Príncipe a atual narrativa apaga o os atos de violência cometidos por determinados trabalhadores contratados perante aos forros (RODRIGUES, 2018).

No que se refere a imprensa portuguesa, ao analisarmos o jornal Diário de Lisboa durante o período do massacre, pouco se expressa a respeito do conflito. O periódico aborda o caso como “Incidente em São Tomé”, expressa que os trabalhadores de Angola, Moçambique e Cabo Verde (Trabalhadores por Contrato) não “tomaram parte nos distúrbios”, o jornal foca a respeito na morte de um alferes português chamado Jorge Amaral Marques Lopes e busca dar uma certa comoção na morte do trabalhador. Durante todo o mês de fevereiro de 1953 o jornal quase não aborda o conflito e busca relatar a morte e a ida do corpo do alferes português para a metrópole. (DIÁRIO DE LISBOA, 1953).

Do que foi exposto anteriormente podemos observar que as narrativas construídas sobre o massacre influenciaram na independência de São Tomé e Príncipe, como também foram argumentos usados contra o governo autoritário do Estado Novo português. Contudo, podemos observar que as narrativas, que nesse caso é o apagamento do massacre em Portugal, não se concretiza por completo pois como se observa no Jornal Avante, as notícias circulavam do meio colonial para a metrópole, apesar dos esforços do governo português em abafar o caso. Podemos

observar também que o discurso do *Lusotropicalismo*⁹ que o governo português buscava afirmar não se observa no massacre.

Os estudos sobre a África portuguesas ainda se encontram em processo de construção, estudar os processos que levaram a formação dos Estados-Nação no continente africano e as influências de diversos grupos tanto europeus quanto de outros continentes, e no caso nesse trabalho o Partido Comunista Português, são um campo de pesquisa a ser explorado.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; Massacre de Batepá; Jornal Avante.

FONTES

AVANTE, Órgão central do Partido Comunista Português, Fevereiro de 1953.

AVANTE, Órgão central do Partido Comunista Português, Março de 1953.

DIÁRIO DE LISBOA, Diretor: Joaquim Manso, Quinta-feira, 12 de fevereiro de 1953. p.9

DIÁRIO DE LISBOA, Diretor: Joaquim Manso, Sexta-feira, 13 de fevereiro de 1953. p.9

DIÁRIO DE LISBOA, Diretor: Joaquim Manso, Quinta-feira, 19 de fevereiro de 1953. p.8

DIÁRIO DE LISBOA, Diretor: Joaquim Manso, Sexta-feira, 20 de fevereiro de 1953. p.7

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim. A organização dos poderes. In: **Contra o Vento: Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)**. Lisboa: Editora Temas e Debates, Círculo Leitores. 2017, p. 413-431.

DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (orgs). **Cidade e Império dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais**. Lisboa: Editora Edições 70, Lda. 2013.

RODRIGUES, Inês Nascimento. O massacre de 1953: geografias ausências de um acontecimento. In: **Espectros de Batepá Memórias narrativas do < Massacre de 1953> em São Tomé e Príncipe**. Porto: Editora Edições Afrontamento, Lda. 2018. p. 63-79.

⁹ Termo cunhado pelo Antropólogo brasileiro Gilberto Freyre que refere-se a adaptação dos portugueses nos trópicos e um colonialismo que seria de forma mais “branda” do que o colonialismo Francês ou Inglês. O antropólogo foi convidado por Antônio Salazar a conhecer as colônias portuguesas na África e foi nessas visitas que o pesquisador cunhou o termo que foi utilizado como discurso para a “excepcionalidade” do colonialismo português.

AS RELAÇÕES DE PODER E A ESCOLA: A BIOPOLÍTICA DE UM TEMPO

Fernanda Monteiro Rigue¹
Tascieli Feltrin²
Adriana Moreira da Rocha Veiga³

Resumo: Este estudo visa apresentar um breve panorama das relações de poder e saber que tornam possível o funcionamento da escola enquanto dispositivo, uma rede de formação que responde a urgência de um tempo. Por meio de revisão de literatura, de caráter qualitativo, atentamos à biopolítica que toma corpo em espaços formais de escolarização, com intuito de olhar para essa instituição que permanece presente no contexto brasileiro até o contemporâneo. Os achados da revisão, estão dispostos na dispersão que lhes é própria, na medida que se empreende uma atenção pós-estruturalista e genealógica (FOUCAULT, 2015) para apresentá-los.

Sobre a Abordagem Genealógica (FOUCAULT, 2015) é pertinente mencionar que atenta para os múltiplos deslocamentos que acontecem para que determinada força emerja. Dito de outro modo, atenta para as proveniências que se articulam para que determinadas formações históricas e saberes específicos aconteçam, em detrimento de outros.

Nesse sentido, tomamos a escola como um dispositivo.

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo (FOUCAULT, 2015, p. 364).

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestra em Educação pelo PPGE/UFSM, Licenciada em Química pelo Instituto Federal Farroupilha. Pesquisadora do Grupo de estudos sobre Universidade. E-mail: fernanda_rigue@hotmail.com.

² Doutoranda em Educação pelo PPGE/UFSM, Mestra em Educação pelo PPGE/UFSM, Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria. Pesquisadora do Grupo de estudos sobre Universidade. E-mail: tascifeltrin@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG); Doutora em Educação, UNICAMP, Campinas, SP (2000); Mestre em Educação Brasileira pela UFSM (1995). Licenciada em Pedagogia (1985) e Especialista em Psicopedagogia (1992) pela Universidade Franciscana, Santa Maria, RS. Lidera o Grupo de Estudos sobre Universidades – GEU UFSM, certificado pela UFSM E-mail: adrianaufsm@gmail.com.

O fazemos por meio da atenção às relações de poder que se estabelecem na e pela escola. Dentre elas figuram questões como a necessidade de disciplinamento e imobilização dos corpos juvenis e infantis, os rituais de entrada e permanência, a necessidade de registro de todos os passos e vivências de todo e cada um dos sujeitos envolvidos, sejam alunos ou professores, como também, a obrigatoriedade da avaliação (independente da estratégia adotada), de provar aos sujeitos que necessitam ser avaliados e medidos para serem minimamente aceitos.

A própria escola tradicional, como a conhecemos, teve sua instauração criada por uma necessidade de controle do Estado sobre o cidadão, fortalecida pelas necessidades da ascendência do mercado e da industrialização. Hoje, essa mesma escola é ferramenta necessária para que se efetive a burocratização da vida. A passagem pela escola marca mais do que a passagem da infância à vida adulta, ela marca a aprovação de um sistema social para que um indivíduo se torne também membro ativo desse sistema. A vida escolar é antes ritualística do que experiencial. Ela só tem sentido dentro de uma sociedade burocratizada, em que documentos, registros e diplomas possuem mais validade que o próprio saber ou saber-fazer (em toda sua complexidade).

A escola é assim, um mecanismo de adequação dos corpos (de professores e estudantes), de sujeitamento às regras dos sistemas educativos. Adequando-se aos rituais escolares de avaliação e imobilização dos corpos, está apto o indivíduo à todas as demais etapas da vida social, com primazia, a vida laboral, em que é necessário saber lidar com a avaliação constante e com a imobilização do corpo-vontade, do corpo-desejo e do corpo-potência.

A “[...] escola é uma tecnologia de época” (SIBILIA, 2012, p. 190), no sentido que ela “[...] foi inventada algum tempo atrás e numa cultura muito bem definida, aliás, com o propósito de responder a um conjunto de demandas específicas do projeto histórico que a desenhou e que se ocupou de colocá-la em marcha” (SIBILIA, 2012, p. 190). No Brasil, no que tange ao âmbito legal, a educação por meio de escolas apareceu com força significativa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1971, como espinha dorsal daquilo que, em certa medida, temos presente até os dias atuais. Porém, antes disso, uma série de relações de força foram empregadas para que isso fosse possível, o que conjecturou uma série de proveniências que a tornaram possível de acontecer.

Nesse sentido, a escolarização passou e continua passando por um longo processo de transformação, embora saibamos que as leis em nível macro continuam perdurando com alguns preceitos específicos. De qualquer modo, o que procuramos operar nesse texto é motivado pela ação biopolítica empregada nos espaços escolares.

A noção de biopolítica que elegemos tem como alicerce o pensamento do Foucault (1988):

Se pudéssemos chamar de ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. (p. 134).

Desse modo, pensamos o dispositivo escolar como parte desse processo biopolítico de produção da vida. Alicerçada nas relações de saber-poder, a escola enquanto instituição contribuiu para o estabelecimento de modos de ser e estar em sociedade. No Brasil, em específico, a escola fez parte de muitos interesses, como aqueles que produziram a LDBN de 1971, por exemplo, além daqueles movimentos que a contingenciaram como é o caso dos colonizadores, escolanovistas e militares. Em todos esses momentos, a escola foi reiterada enquanto único e exclusivo espaço de produção de pensamento.

Se à crise constante da escola se oferece como solução sempre a própria escola — reformada, renovada, democratizada — é sinal de que a escola não é problema. Não há aí problematização, mas rearticulação, reajustamento do dispositivo, portanto manutenção da sua função estratégica (CORRÊA, 2006, p. 163).

Quando problematizamos os efeitos biopolíticos da escola, não estamos negando suas marcas positivas na constituição do Brasil de hoje. Ao contrário, estamos pensando em que medida tem operado na educação, ao invés de cumprir tarefas e atender (única e exclusivamente) às exigências burocráticas diárias que ela impõe, tornando os processos de aprender violentos e repressivos.

Logo, pensar a instituição escolar como tecnologia de um tempo, como dispositivo que opera permanentemente, afetando professores, alunos e toda uma rede de pessoas. Rizoma conjecturar que, embora o tempo passe, por vezes, ela continua produzindo os resultados

esperados. Dito de outro modo, embora os recursos didático-pedagógicos sejam modificados, o acesso à tecnologia se alargue, as perspectivas de mundo de estudantes e professores mudem, o que permanece (em quantidade exorbitante) são os estudantes sentados em fileiras, no mínimo quatro horas por dia, tendo acesso à conhecimentos de diferentes áreas e resolvendo questões em provas, sejam elas, objetivas ou dissertativas.

Há uma biopolítica que torna o dispositivo ‘escola’ como produtor de subjetividades. Enquanto marca que afeta gerações e mais gerações. Quando dizemos ‘afeta’ não estamos tratando de pontos negativos e/ou positivos, ao contrário, de transformações que essa instituição provoca na vida dos sujeitos. Como uma relação de atravessamentos múltiplos que permitem à escola operar como uma engrenagem, em meio aos interesses e forças que a tornam possível como direito obrigatório a todos e cada um no Brasil.

Historicamente a escola se constituiu como mecanismo de apoio do Estado. Mecanismo de controle e difusão de ideias favoráveis ao Estado, através do qual foi possível a regulação de corpos e discursos em prol de uma normalização dos sujeitos sem o uso de uma repressão direta. Em *Microfísica do Poder* (1993), Foucault atenta para a existência de um tipo de poder que se utiliza de uma tecnologia específica de controle dos indivíduos sem o uso da repressão: o poder disciplinar. É por meio do poder disciplinar que se organizam as escolas e seus ritos diários.

O Estado, desse modo, atua por meio de um ensino obrigatório e alienador na criação de necessidades sociais e materiais, as quais mobilizam as massas para conquistar o que antes não necessitavam. O próprio ensino é assim, as provas de qualificação, os avanços por séries, as necessidades de diplomas de ensino técnico: tudo colabora para a naturalização da necessidade de escolarização. Prosseguindo nessa lógica, de um Estado que se fortalece à medida que cria necessidades que não existiam e aprisiona a população em laços de dependência, em que se aceita a interferência estatal em todos os momentos da vida (da certidão de nascimento à de óbito) como um direito, essas necessidades se naturalizam, os ditos direitos tornam-se deveres. O Estado torna-se o “bem” mais necessário das sociedades massificadas (FELTRIN, 2017, p. 95).

A escola, nas sociedades capitalistas, deixa de ser espaço de circulação de saberes, para institucionalizar um saber: o saber acadêmico cientificista, o qual a escola se torna detentora e única forma de acesso. Para acessar ao saber acadêmico é necessário expor o corpo ao disciplinamento e ao controle do Estado. Os corpos disciplinados pela escola se adaptam com maior facilidade às exigências do mercado e aceitam com menor resistência às estratégias de

poder do Estado. A disciplina escolar e a própria escola são, por vezes, dispositivos de poder que asseguram a produção de homens e mulheres dóceis e úteis.

Foucault (1993), no entanto, ressalta que o poder não existe fora das relações e, portanto, se há poder há resistência ao poder. Por isso, não se podem conceber as micropolíticas escolares como ações do Estado sobre os sujeitos simplesmente. É preciso considerarmos as múltiplas relações de poder que atravessam as situações escolares e que, por vezes, tornam o ambiente escolar em um espaço de proliferação de violência e conflito.

Desse modo, no presente estudo, tratamos de apresentar brevemente um panorama que nos leva a pensar a escola como um dispositivo (FOUCAULT, 2015). Um emaranhado de forças que operam permanentemente para uma biopolítica dos sujeitos que nela habitam.

Palavras-chave: Escolarização; Disciplina; Biopolítica.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Guilherme Carlos. **Educação Comunicação Anarquia:** procedências da sociedade de controle no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

FELTRIN, Tascieli. **Educação Popular No Brasil:** Forças Que Concorreram Para A Emergência Da Escola Nacional. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Educação, Santa Maria, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

SIBILIA, Paula. A escola no mundo hiperconectado: redes em vez de muros?. In: SARAIVA, Karla; MARCELLO, Fabiana de Amorim. **Estudos culturais e educação:** desafios atuais. Canoas: Editora da Ulbra, 2012, p. 187-204.

O JUIZADO DE PAZ E AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA: O CASO DE SANTA MARIA¹

Viviane Siqueira Alves ²

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores ³

Resumo: O cargo de Juiz de Paz estava presente na Constituição de 1824, mas a instituição foi oficializada somente em 1827⁴. Nesse sentido, considera-se que esta oficialização causou uma grande mudança no sistema judicial que estava vigente até o momento. Essa lei estabeleceu que em cada uma das freguesias e das capelas filiais deveria ter um Juiz de Paz e um suplente, os quais eram eleitos conforme as eleições para vereadores da Câmara Municipal, ou seja, de quatro em quatro anos. Além disso, o cargo de Juiz de Paz possuía exigências que deveriam ser seguidas para o exercício do cargo e também foram estabelecidas competências aos Juizes de Paz⁵. A partir de então o cargo passou por diversas Reformas, ganhou conhecimento e prestígio, mas também passou por inúmeras críticas, principalmente pelo fato de ser um cargo ocupado por homens leigos.

Embora o cargo fosse oficial, também pode ter sua atuação entendida pela característica extraoficial que carregava. Esses juizes eram escolhidos através de eleições e, além disso, existiam normas e regulamentos que regiam suas atuações, em geral, na resolução e encaminhamento de problemas envolvendo a população do seu local. Contudo, o fato de ser um cargo de caráter conciliatório, fazia com que os Juizes de Paz pudessem resolver questões no privado, eximindo de registros formais e, muitas vezes, fugindo das vias legais. Essa situação, portanto, colabora com a existência de uma lacuna documental, no sentido de que essas práticas informais não eram registradas.

¹ O presente texto tem como objetivo apresentar parte da pesquisa desenvolvida no trabalho final de graduação, apresentado em dezembro de 2018 ao curso de História – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria, bem como os resultados que foram obtidos no desenvolvimento do mesmo.

² Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: vivianealves094@gmail.com.

³ Professora Doutora titular de Graduação e Pós-Graduação no curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: mariclio@yahoo.com.br.

⁴ VIEIRA, Maria. R. *O Juiz de Paz do império a nossos dias*. 2. ed.. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002. p. 29-62.

⁵ Op. cit., As atribuição dos juizes de paz foram divididas em quatro categoria: conciliatórias, judiciárias, policiais e administrativas. p. 193-236.

A partir dessas considerações sobre o cargo do Juiz de Paz no século XIX, pretendemos apresentar parte da pesquisa elaborada, bem como elencar trabalhos que tratam dessa temática, na tentativa de demonstrar e dialogar sobre as possibilidades de pesquisa proporcionadas tanto pelo tema, como pelas fontes disponíveis.

O JUIZADO DE PAZ E SUA ATUAÇÃO EM SANTA MARIA

Na tentativa de compreender questões ainda pouco exploradas, iniciamos a pesquisa que levou como tema *A instituição do Juizado de Paz e sua atuação em Santa Maria (1830-1850)*, tendo como principal objetivo, o mapeamento dos Juizes de Paz que atuaram em Santa Maria no período de 1830 a 1850, para assim analisar as suas diferentes formas de atuação dentro do recorte temporal informado. As principais fontes usadas nesta pesquisa foram os livros de termos de posses e juramentos, atas da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul⁶, correspondências de autoridades municipais, processos e ofícios da Câmara Municipal, contidos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) e Arquivo Municipal de Cachoeira do Sul (AHCS).

Como relação ao tratamento das fontes elencadas acima, a nossa metodologia foi construída ao longo da pesquisa, seguindo aspectos da prosopografia⁷. Nesse sentido, com os nomes dos indivíduos, juntamente com as informações contidas nas fontes e bibliografias, buscamos informações biográficas gerais para que fosse possível identificar a circulação desses sujeitos por outros cargos ou ocupações. Para além disso, buscou-se relacionar a bibliografia utilizada com as fontes de caráter oficial e institucional mencionadas anteriormente, no sentido de analisar e comparar as diversas particularidades locais e repetição de padrões já identificados para outros contextos.

É importante sinalizarmos que os estudos que tratam da instituição do Juizado de Paz, tanto da área da História como do Direito, nos permitem entender e dialogar com as diversas

⁶ Santa Maria estava na posição de 4º distrito da Vila da Cachoeira do Sul, atual município de Cachoeira do Sul, por isso a pesquisa contou também com fontes deste município.

⁷ Esta metodologia pode auxiliar em problemas referentes à estrutura e mobilidades sociais, pois assim é possível perceber mudanças de elementos na sociedade. Sendo assim, pretende-se, através da aplicação dos recursos metodológicos da prosopografia investigar características comuns entre os sujeitos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz na cidade de Santa Maria entre os anos 1830-1850. (STONE, 2011, p. 115-117).

questões referentes à justiça do período aqui estudado. A seleção da bibliografia foi direcionada para a historiografia do cargo de Juiz de Paz, a fim de compreender seu histórico e particularidades no período estudado, percebendo as mudanças que ocorreram no judiciário, no sentido de despersonalizar e atribuir maior oficialidade às ações da justiça. Frente a essas questões, justifica-se que essa temática é relevante e ainda possui muito a ser discutido, podendo ir além e abrir caminhos para diversas problemáticas de pesquisa.

Através do levantamento do Estado da Arte, identificamos dois eixos de produção acadêmica, um deles se detém em aspectos de leis, procurando entender o contexto em que a instituição do Juizado de Paz foi inserida na administração judiciária e as mudanças que ocorreram desde a oficialização do cargo. O outro eixo busca, além dessas questões, demonstrar que os indivíduos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz podem ser elementos chaves para compreendermos as relações políticas sociais e abrangência do poder local exercido pelos indivíduos.

Para compreendermos questões particulares do nosso recorte espacial e temporal, foi necessário entender o contexto em que a instituição do Juizado de Paz foi inserida no sistema judiciário, suas leis e Reformas. Nesse sentido, nos debruçamos em trabalhos que contemplassem essas questões. Dessa forma, Kátia Sausen Motta (2012), busca entender os impasses na construção da participação política local entre os anos 1827 e 1828. A autora utiliza como fonte os anais da Câmara dos Deputados e do Senado referentes aos anos de 1826, 1827 e 1828 para analisar a discussão parlamentar que definiu o formato da eleição para Juiz de Paz e as problemáticas enfrentadas na decisão de quais cidadãos eram aptos a participar do pleito municipal.

Continuando nesse viés, Adriana Pereira Campos (2018) contribuiu com a nossa pesquisa, pois discute em seu artigo a instituição do Juizado de Paz no Brasil entre os anos de 1826 e 1841, usando como fontes as atas da Assembleia Nacional, relatórios do Ministério da Justiça, periódicos e documentos judiciais, a autora traz um contexto político do Brasil nesse período, bem como se deu as discussões entre os políticos, procurando discutir as contradições da elite política brasileira sobre a implementação dos Juízes de Paz no país, observando que o governo central tinha preferências por Juízes de Paz que estavam ao seu favor.

O trabalho de Ivan de Andrade Vellasco (2003), contribuiu muito nos estudos referente a instituição do Juizado de Paz, pois foi responsável por trazer uma nova percepção sobre a atuação dos magistrados. Visto que, analisando os “livros de rol dos culpados”, o autor percebe um considerável aumento na produção dos escritos, levando a inferir que a Justiça de Paz possibilitou a expansão da capacidade da ação judiciária do Estado. Nesse artigo em específico, Vellasco (2003) apresenta parte dos seus resultados, trazendo uma análise sobre as transformações da estrutura judiciária nos anos 1820 e 1830, apontando impactos e consequências sobre a atuação e expansão dos poderes judiciários, usando o caso da comarca do Rio das Mortes, na Província de Minas Gerais, com centro administrativo na vila de São João del Rei. As fontes situam-se em livros de rol dos culpados, processos criminais, correspondências de juízes, relatórios provinciais e ministeriais.

Partindo para estudos que se preocupam em compreender os indivíduos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz, bem como suas relações tanto políticas como sociais, citamos o trabalho de Joelma Aparecida do Nascimento (2010). A autora utiliza as mudanças do sistema jurídico e administrativo como pano de fundo de sua pesquisa, pois o foco central está o no Juiz de Paz e o seu principal objetivo foi compreender quem eram os homens eleitos para este cargo. Seu recorte espacial compreende o Termo de Mariana, pois no período estudado era parte integrante da Comarca de Vila Rica e por ser uma região destacada pela exploração de ouro, teve uma forte e intensa movimentação econômica e populacional, sendo um dos principais polos administrativos de Minas Gerais no século XIX. Nascimento (2010) utiliza variadas fontes, como os livros de atas das eleições, correspondências oficiais, livros de censos, inventários post-mortem e testamentos. Esses dois últimos foram utilizados para compreender o perfil social e econômico daqueles sujeitos eleitos Juízes de Paz.

Outro trabalho que se preocupa em traçar um perfil dos Juízes de Paz é a dissertação de mestrado de Michele de Oliveira Casali (2018). A autora faz um estudo dos perfis dos Juízes de Paz e sua atuação política local em Rio Pardo entre 1828 a 1850. Suas principais fontes foram os registros eclesiásticos, documentação cartorária, livros de posses e juramentos, livros de registros gerais e códices da Câmara Municipal, correspondências e processos do Juizado de Paz. Usando os recursos metodológicos da prosopografia, a autora depositou atenção nas biografias individuais restauradas através das fontes e analisou de maneira comparada. A partir

dos dados coletados, Casali (2018) identificou a naturalidade dos juízes, estado civil, ocupação, tamanho da riqueza e experiência em cargos. Fazendo uso das redes familiares, a autora conseguiu compreender as fortunas e a continuidade da família para usufruto de suas posições.

Vale acrescentar que esses são apenas alguns dos principais trabalhos que tratam do Juizado de Paz a partir de distintas problemáticas, fazendo uso de fontes diversas, apoiados em diferentes recursos metodológicos. No entanto, destacamos também a existência e conhecimento de outros trabalhos que não possuem o Juizado de Paz como foco de estudo, mas fazem uso da documentação referente a instituição para compreender diferentes questões, como por exemplo, José Iran Ribeiro (2001), Edson Romário Monteiro Paniagua (2003), Gustavo Marangoni Costa (2006), Rogério Pereira da Cunha (2011), Lídia Gonçalves Martins (2012), Alessandro de Almeida Pereira (2015), Caroline von Mühlen (2017), entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das limitações das fontes, podemos constatar que no período de 1830 a 1850, quinze sujeitos ocuparam o cargo de Juiz de Paz, onde através dos termos de posse e juramentos, foi possível certificar-se que era comum um indivíduo ser eleito em diferentes anos. Não obstante, extrapolando o nosso recorte temporal, analisando as diversas informações contidas nas fontes e também com base em algumas biografias gerais encontradas na obra de Romeu Beltrão, foi possível certificar-se que era comum esses sujeitos circularem por outros cargos, pois dos quinze Juízes de Paz, pelo menos sete apresentaram tendência de circulação por outros ofícios, principalmente administrativos e militares.

Admite-se que existe um número considerável de trabalhos referentes a instituição do Juizado de Paz, mas ainda carece de pesquisas que tratem sobre as particularidades locais deste cargo. Assim, esta pesquisa se difere no sentido de analisar o Juizado de Paz e as diferentes formas de atuação em um distrito central, mas ainda distante da Capital da Província.

Entre as diferentes formas de atuação dos Juízes de Paz em Santa Maria, foi possível perceber que os Juízes de Paz foram figuras importantes para a construção da burocracia judicial. Atuavam de diferentes formas e, em alguns casos, percebe-se que foram além do que as leis lhes asseguravam. As fontes revelam estes Juízes principalmente como autoridades locais, usando de sua autonomia para buscar demandas para a população, comunicavam-se com

outras autoridades, em especial Presidentes Provinciais. Usavam dos seus poderes policiais para prender infratores e manter a ordem no local. Fazendo uso dos poderes judiciais, tiveram participação em processos criminais. Respeitando a lei de 18 de agosto de 1831, realizavam recrutamentos de cidadãos para ocuparem praça na Guarda Nacional.

Palavras-chave: Juizado de Paz; Magistratura; Historiografia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Viviane. S. **A instituição do Juizado de Paz e sua atuação em Santa Maria (1830-1850)**. 2018. 52 p. Trabalho de Conclusão de Graduação (Graduação em História/Licenciatura) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2018.

CAMPOS, Adriana. P. Magistratura Eleita: administração política e judicial no Brasil (1826-1841). **Almanack**, Guarulhos, n. 18, p. 97-138, jan./abr., 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alm/n18/2236-4633-alm-18-97.pdf>>. Acesso em: 1 maio. 2019.

CASALI, Michele. O. **A Magistratura leiga e eletiva: os Juizes de Paz em Rio Pardo (1828-1850)**. 2018. 166 p. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

MOTTA, Kátia. S. Votantes ou eleitores? Os impasses na construção da participação política local no início do oitocentos (1827-1828). **Revista Ágora**, Vitória, n. 16, p. 27-36, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3661?show=full>>. Acesso em: 1 maio. 2019.

NASCIMENTO. Joelma. A. do. **Os “homens” da administração e da justiça no Império: eleição e perfil social dos juizes de paz em Mariana, 1827-1841**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG. 2010.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000200009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 abr. 2018.

VELLASCO, Ivan. De. A. O juiz de paz e o código do Processo: vicissitudes da justiça imperial em um comarca de Minas Gerais no século XIX. **Justiça e História**, Porto Alegre, v. 3, n. 6. p. 2-23, jun./jul., 2003. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n6/doc/03-Ivan_Vellasco.pdf>. Acesso em: 1 maio. 2019.

VIEIRA, Maria. R. **O Juiz de Paz do império a nossos dias**. 2. ed.. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002. p. 29-224.

A FORÇA DO INTERIOR: AS ELEIÇÕES DE 1947 E 1951 EM PASSO FUNDO

Luiz Alfredo Fernandes Lottermann¹

Resumo: Passo Fundo emancipou-se em 1857 quando se desmembrou de Cruz Alta, instaurando sua Câmara de Vereadores. Até o ano de 1930 a cidade foi governada por intendentes, ora eleitos, ora nomeados para o cargo. Entre os anos de 1931 e 1936 os prefeitos municipais passam a ser eleitos. Com o advento do Estado Novo (1937-1945), os mandatários municipais passaram a ser indicados pelo interventor estadual, que por sua vez era nomeado pelo governo federal (GATTI, 2008, p.16). Nos anos de 1940, o município apresentava suas potencialidades, conforme aponta Sandra Mara Benvegnú (2006, p.17), era um pólo regional de grande desenvolvimento e potencial, especialmente nas áreas educacional, comercial, agrícola e industrial. Já contava com uma ampla infraestrutura de transportes, com estradas e a ferrovia que passava pela cidade.

O município contava também com considerável território. O Decreto-lei estadual número 720, de 29 de dezembro de 1944, assinado pelo então interventor estadual Ernesto Dornelles, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, estabeleceu que, entre os anos de 1945 e 1948 o município de Passo Fundo estaria dividido em oito diferentes distritos: Passo Fundo, como sede do município, Água Santa, Ametistas, Coxilha, Ernestina, Marau, Sertão e Tapejara. Para além desses, outros povoados também pertenciam ao município, como a localidade de Trinta e Cinco, por exemplo. Cabe ressaltar que, com o passar dos anos, estes distritos foram se emancipando, na medida em que encontravam o caminho para o desenvolvimento econômico e social.

Pretende-se aqui, então, evidenciar o protagonismo exercido pelas comunidades do interior passofundense na disputa política do município, através da contabilização do número

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista FUPF. E-mail para contato luiz_lottermann@hotmail.com.

de candidatos que concorreram pelas localidades e de seus resultados nas eleições de 1947 e 1951. Além disso, buscar-se-á aferir as profissões, tendo em vista de analisar quais as características que são mais presentes nas preferências dos leitores. A pesquisa justifica-se pelo fato de não haver na historiografia de Passo Fundo trabalhos que levem em conta a participação dos distritos do interior do município nas disputas políticas locais.

Como fontes, são utilizados os periódicos locais que estavam em circulação durante o período: os jornais *Diário da Manhã*, disponível no acervo do próprio jornal, e *O Nacional*, que pode ser consultado no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo. O primeiro, fundado em 1925 por Theófilo Guimarães e passou ao controle do jornalista Múcio de Castro, de orientação política ligada ao trabalhismo, na década de 1940. O segundo, tinha como dono Túlio Fontoura, jornalista e político da cidade, que era ligado ao importante líder político Nicolau de Araújo Vergueiro. O *Diário da Manhã* foi forte em suas posições contrárias ao trabalhismo e a Getúlio Vargas durante o período democrático (BENVEGNÚ, 2006, p.19). É necessário salientar os cuidados metodológicos que precisam ser tomados ao utilizar jornais como fonte: “não se deve esquecer da ilusão de transparência, verdade e objetividade que a linguagem jornalística impõe ao nosso imaginário e, assim, deve-se ficar atento a esse ponto, ao incorporar qualquer matéria de um periódico no corpus documental de uma pesquisa.” (KARAWEJCZYK, p. 143, 2010). Tais cuidados devem ser tomados para que não se caia “em armadilhas ideológicas disfarçadas de imparcialidade” (BATISTELLA, 2007, p. 22).

As eleições de 1947 e a representação do interior

As eleições municipais de 1947 foram as primeiras realizadas após a reabertura política de 1945. Na disputa pelo comando do executivo municipal três candidaturas se apresentaram à população: Armando Araújo Annes, pela aliança PTB/UDN, que teve o petebista Daniel Dipp como seu candidato a vice; Dionísio Lângaro, pelo PSD, sendo ex-prefeito Ivo Pio Brum seu companheiro de chapa; e Carlos Galves pela Coligação Democrática Cristã da qual faziam parte os partidos Libertador e Democrata Cristão. Durante a campanha eleitoral, era comum que os candidatos partissem para as localidades do interior para realizarem seus comícios e reuniões com apoiadores. Estas investidas eram quase sempre acompanhadas dos candidatos a vereador que representavam determinada comunidade.

Referindo-se aos “grandiosos comícios” realizados no dia 9 de novembro de 1947 pelo PSD pelo interior da cidade, a reportagem do jornal *Diário da Manhã* narra o acontecimento no distrito de Coxilha:

Mais ou menos às 16 horas, em meio a vibrantes demonstrações de entusiasmo, ovacionados delirantemente dão entrada no Palanque Oficial, os srs. Dionísio Langaro, seguido dos srs. Dep. Nicolau Vergueiro, Ivo Pio Brum, candidato pelo PSD à Vice-prefeitura municipal, Diego Morsch, candidato a vereador, mais os representantes do Sub-Diretório Distrital do Partido Situacionista do distrito, Sr. Mario Goelzer, candidato a vereador pelo mesmo distrito, além de elevado número de senhoras e senhorinhas, que acompanhavam as dignas representante da Ala Feminina do Sub-Diretório distrital do PSD. em Coxilha. (*Diário da Manhã*, 11 nov. 1947. p. 06).

A presença de destacados líderes da política passo-fundense no evento de campanha evidencia que o contato direto com as localidades do interior era de extrema importância.

Para a Câmara de Vereadores, cinquenta e dois políticos concorreram às quinze cadeiras. Foi possível identificar que doze representavam distritos e localidades do interior do município de Passo Fundo, sendo que a maioria pertencia ao PSD e dividiam-se entre agricultores, industrialistas, profissionais liberais e funcionários públicos, conforme a tabela abaixo. Cabe ressaltar, também, que o médico do distrito de Marau, Elpídio Fialho, foi o candidato mais votado no pleito com 1.294 votos, mas não necessariamente todos em seu distrito de origem, 467 sufrágios a mais que o segundo colocado, Wolmar Antônio Salton, que era candidato pela sede do município (DAMIAN, 2010, p. 38). O interior conquistou nove das quinze vagas em disputa para o legislativo municipal. Ainda, além dos eleitos, outros dois ficaram na suplência.

Tabela 1: relação de candidatos do interior

Candidato	Partido	Profissão	Localidade	Resultado
Antonio Col Debela	PSD	Agricultor	Água Santa	Suplente
João Gasperin	PSD	Industrialista	Campo do Meio	Eleito
Mário Goelzer	PSD	Industrialista	Coxilha	Eleito
Arno Fett	PSD	Agricultor/Industrialista	Ernestina	Eleito
Elpídio Fialho	PSD	Médico	Marau	Eleito
Alfredo Borella	PTB	Industrialista	Marau	-
Aurélio Brunetto	PSD	Industrialista	Sertão	Eleito
Basílio Osmundo Rambo	PTB	Advogado	Sertão	Eleito
Aquilino Translatti	PSD	Advogado	Tapejara	Suplente

Miguel Tabbal	PSD	Médico	Tapejara	Eleito
Tranquilo Basso	PTB	Técnico contábil	Tapejara	Eleito
Fabrcio Oliveira Pilar	PSD	Funcionário Público	Trinta e Cinco	Eleito

Fonte: elaborado pelo autor.

A disputa pelo comando do poder executivo municipal foi acirradíssima.

Foram seis dias de enorme expectativa. A Rádio Passo Fundo, única existente e os dois jornais, anunciavam passo a passo, urna a urna, voto a voto a dramática eleição. Annes e Lângaro se revezavam à frente. Quando Chegaram as urnas de Marau, Lângaro passou à dianteira, mas havia as urnas de Sertão, um reduto petebista e foi exatamente ele que decidiu as eleições. Ao término da contagem, na madrugada do dia 21 de novembro, Armando Annes Vencia por 165 votos de diferença ao seu opositor. (DAMIAN, 2010, p.37).

O candidato Carlos Galves conquistou apenas 1.479 votos. Para o legislativo, apesar da vitória da chapa PTB/UDN para a prefeitura, o PSD acabou conquistando a maioria das vagas, nove, enquanto os trabalhistas apenas cinco, a última ficou com o Partido de Representação Popular.

As eleições de 1951 e a representação do interior

No pleito de 1951, a polarização anunciada pelas eleições anteriores, entre petebistas e pessedistas se concretiza. O PTB, em conjunto com PRP e PSP, formou a Coligação Popular e lançou as candidaturas Daniel Dipp, vice-prefeito que fora eleito deputado estadual em 1950, e Mário Menegaz. O PSD, por sua vez, com a companhia de PL e UDN na Frente Democrática, optou novamente por apostar em Dionísio Lângaro, candidato derrotado em 1947, agora tendo como companheiro de chapa o vereador Elpídio Fialho (BEVENGNU, 2006, p. 62-63).

Novamente, os candidatos empreendiam visitas ao interior do município buscando afirmar suas candidaturas nas localidades. Noticiando as atividades do candidato petebista Daniel Dipp, *O Nacional* diz que

S.s. até às vésperas do pleito, juntamente com o seu companheiro de chapa, Sr. Mario Menegaz, visitará todos os distritos de Passo Fundo, tomando parte em grandes comícios, bem como participando dos comícios-relâmpagos que se estão realizando nos arredores da cidade. Vasto programa de ação política o deputado Dipp começou a pôr em prática hoje, prosseguindo até o fim da grande campanha. (*O Nacional*, 8 out. 1951. p. 01).

Com folga, os candidatos do trabalhismo local obtiveram a vitória e consagraram o PTB como a maior força política. Daniel Dipp venceu Dionísio Lângaro com expressiva diferença de votos, sendo 9.905 para o petebista, contra 8.105 para o pessedista.

Na disputa pelas quinze vagas do legislativo municipal, concorreram noventa e cinco políticos. Deste, foi possível identificar que vinte e oito candidatos concorriam pelos diferentes distritos do município, sendo que as localidades de Ciríaco e Trinta e Cinco passam a figurar na lista de Distritos pelas leis municipais 151 e 152 de 1950, respectivamente. Destes, oito foram eleitos e outros três ficaram na suplência. Apesar da breve redução, considerando que Elpídio Fialho concorreu à vice-prefeitura, o interior contou, ainda, com mais da metade das cadeiras legislativas. Dentre os eleitos e suplentes, temos agricultores, funcionários públicos, profissionais liberais e industrialistas.

Tabela 2: relação dos candidatos do interior em 1951

Candidato	Partido	Profissão	Distrito	Resultado
João Jacques	PSD	Agricultor	Água Santa	Eleito
Avelino Júlio Pimentel	PTB	Funcionário Público	Água Santa	Eleito
João Gasperin	PSD	Industrialista	Campo do Meio	Eleito
Odaciano Vieira	PTB	-	Campo do Meio	-
Angelo Reginatto	PRP	-	Ciríaco	-
Paulo Fragomeni	PTB	-	Ciríaco	-
Mário Goelzer	PSD	Agricultor	Coxilha	Suplente
Augusto Homrich	PTB	Funcionário Público	Coxilha	Eleito
Emílio Carlos Link	PSD	-	Ernestina	-
Ernesto Scholtez	PRP	-	Ernestina	-
Maximino Pedrotti	PTB	-	Ernestina	-
Honorino Pereira Soares	PSD	Dentista	Marau	Suplente
Lido Bergonsi	PSD	-	Marau	-
Odolir Foresti	PL	Dentista	Marau	Suplente
Jatyr Foresti	PRP	-	Marau	-
Severino Taparello	PRP	-	Marau	-
Pedro Piran	PTB	-	Marau	-
Arthur Pereira	PRP	-	Pulador	-
Eduardo Laimer	PRP	-	São Roque	-
Romano Busato	PSD	Industrialista	Sertão	Eleito
Loreno	PRP	-	Sertão	-

Henrique Echelmeier	PRP	-	Sertão	-
Theomiro José Branco	PTB	Industrialista	Sertão	Eleito
Vitorio Langaro	PRP	-	Tapejara	-
Carino Canalli	PRP	-	Tapejara	-
Aquilino Translatti	PTB	Advogado	Tapejara	Eleito
Fabrício de Oliveira Pilar	PSD	Funcionário Público	Trinta e Cinco	-
Angelo Bedin	PTB	-	Trinta e Cinco	-

Fonte: elaborado pelo autor.

Em suma, se pode perceber, a partir desta breve pesquisa, que os distritos e localidades do interior do município de Passo Fundo como espaços de grande importância na disputa pelo poder político local. Por exemplo, o fato de a eleição de 1947 ter sido resolvida nas urnas dos distritos revela que era de grande valor e que as forças políticas reservavam boa parte de suas energias para levar suas propostas e seus candidatos até os locais mais distantes da sede municipal. Também, a quantidade de candidatos oriundos do interior e os resultados dos pleitos ao legislativo demonstram que os distritos e localidades eram bastante ativos politicamente.

Palavras-chave: Eleições municipais, interior de Passo Fundo, disputa política local.

FONTES PRIMÁRIAS

- Jornal *O Nacional* dos anos de 1947 e 1951
- Jornal *Diário da Manhã* dos de 1947 e 1951

REFERÊNCIAS

BATISTELLA, Alessandro. **O Movimento Operário e Sindical em Passo Fundo (1900-1964):** história e política. Dissertação (Mestrado). Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, 2007.

BEVENGNÚ, Sandra Mara. **Décadas de Poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967.** Dissertação (Mestrado). Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, 2006.

DAMIAN, Marco Antônio. Eleições em Passo Fundo: dados históricos. Passo Fundo: Berthier, 2010.

GATTI, Isaura de Moura. **Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950).** Dissertação (Mestrado). Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, 2008.

KARAWEJCZYCK, Mônica. O jornal como documento histórico – breves considerações. *Historiæ*, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.

MODERNIDADE E EXCLUSÃO: AS CLASSES POPULARES EM RECIFE NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Marcos Alesandro Neves dos Santos¹
Orientador(a) Diorge Alceno Konrad²

Resumo: Recife no início do século XX, assim como outras capitais do Brasil, enfrentou diversas mudanças em seu aspecto paisagístico, demolição de casarões antigos, remoção de populações carentes de áreas habitadas há vários anos para dar lugar a empreendimentos imobiliários com a proposta de modernização e embelezamento da cidade. Dessa forma, o presente artigo tem como intuito analisar como o discurso modernizante foi utilizado com o intuito de promover obras de viés higienistas, que almejavam a exclusão da população que ocupava esses espaços, atendendo aos anseios de uma elite local que clamava por uma cidade tida como moderna.

Um dos temas mais abordados pela historiografia brasileira são as ações de remodelamento urbano com viés higienista que ocorreram de forma intensa no final do século XIX e no início do XX. A ciência histórica, juntamente com a história da arquitetura e do urbanismo, mostra a relação existente entre a arquitetura e a cidade como palco dos acontecimentos históricos em diversos momentos. Não apenas no Brasil, a arquitetura e o urbanismo estiveram presentes no foco das decisões que conduziram a vida de nações e Estados como a França com as obras de Hausmann, e o Rio de Janeiro com as obras no início do século XX.

Com o advento da arquitetura moderna que abandona os fins primordialmente estéticos da arquitetura do século XIX (COSTA, 1962), as cidades passam por uma nova concepção estética atrelada às preocupações com as epidemias e a falta de saneamento. A *Belle Époque*, entre os anos de 1870 e 1914, foi responsável pelo crescimento de importantes centros urbanos

¹ Doutorando do Programa de pós graduação em história pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

² Professor do programa de pós graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

como Londres e Paris, capitais que serviram de inspiração para diversas cidades brasileiras. No entanto, devido a questões ligadas à moradia popular, algumas dificuldades foram encontradas no processo de desenvolvimento que, por vezes, não foi acompanhado de progresso social.

Assim como outras capitais, Recife passava por um período de transição, não apenas temporal na passagem do século XIX para o século XX, mas também da forma de governo, saindo de um período imperial para o modelo republicano.³ Esses fatores contribuíram para um suposto pensamento moderno que tomou conta do país nas primeiras décadas do século XX. Recife convivia com problemas similares a outras metrópoles do país, tais como a falta de estrutura urbana, no que tange principalmente ao saneamento e habitação adequada, que ganharam ares catastróficos com as migrações urbanas advindas do interior do estado devido à fuga da seca e busca de um alento nas indústrias da capital.

Dentro da concepção de cidade moderna que as elites recifenses almejavam trazer para a capital, havia aqueles que não eram bem vindos a participar desta “nova” cidade. Mendigos, prostitutas, os que não possuíam trabalho formal, aqueles que moravam em cortiços ou mocambos, formavam, no entender das elites locais, o grupo das “classes perigosas”, que foi forçado a ocupar lugares longe do centro, um espaço que passou a ser considerado civilizado e moderno da cidade. As teorias higienistas amparadas pela medicina social, tão em voga na Europa, embasaram a construção de uma imagem moderna do Recife. Sendo assim, os médicos passariam a procurar nos hábitos e costumes dos cidadãos mais pobres a razão para as epidemias que assolavam os centros urbanos propondo em seguida o tratamento, que ia da vacinação em massa à desodorização do espaço urbano.

Dessa forma, a cidade, ou pelo menos parte dela, vai tentando se distanciar do seu passado tido como arcaico e colonial, sendo determinante para esse sonho moderno destruir tudo que possa remeter ao passado e substituí-lo imediatamente por construções e prédios que estivessem atrelados a um modelo de desenvolvimento com inspiração na *Belle Époque* francesa.

³ Sob a transição entre o final do século XIX no Recife no que diz respeito a questões urbanas e sociais, ver mais: ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: HUMANITAS/FFLCH/USP, 2004.

O centro do Recife, no final do século XIX e início do XX, foi o “abrigo” dessa população que se amontoava em casebres e cortiços, dividindo espaços minúsculos com várias famílias, o que para as elites representava o risco eminente de doenças contagiosas, fruto dos “maus hábitos”⁴. Era do interesse das elites econômicas que essas pessoas estivessem em lugares afastados do centro, pois, possuíam hábitos tidos pelas elites como animais, que em nada corroboravam com a imagem moderna que se almejava.

Com o respaldo das teorias higienistas, foi possível implantar uma perseguição àqueles que eram tidos como transmissores de mazelas sociais. Mendigos, prostitutas, e todos aqueles que não possuíam trabalho formal e habitavam o centro, que moravam em cortiços ou mocambos, formavam o grupo das “classes perigosas”⁵, que foram forçadas a ocupar lugares longe do centro, considerado civilizado e, agora, lugar moderno da cidade.

Tais teorias tiveram seu início na Europa, no século XIX, devido às doenças e epidemias que grassavam entre as populações das grandes cidades. Com a industrialização das grandes cidades da Europa, os centros urbanos tiveram um aumento populacional muito grande o que causou uma precariedade nas condições de higiene. (ARRAIS, 2004). As teorias higienistas, amparadas pela medicina social tão em voga na Europa, embasaram a construção de uma imagem moderna do Recife, sendo assim, os médicos passariam a procurar nos hábitos e costumes dos cidadãos mais pobres a razão para as epidemias que assolavam os centros urbanos propondo em seguida o tratamento, que ia da vacinação em massa à desodorização do espaço urbano.

A casa limpa estava atrelada ao disciplinamento dos corpos, sendo que a sua disposição arquitetônica desempenhava papel fundamental, uma vez que promovia a separação dos indivíduos que nela moravam através dos cômodos. Tal condição de conforto irá sujeitar os operários a uma subordinação ao patrão pelo receio de perder a sua morada, já que sua permanência na casa dependia da continuidade no emprego.

⁴Para Margareth Rago, uma das formas que combater os possíveis riscos que são atrelados às classes populares, é o combate à casa dita imunda, que para as elites são os focos de das epidemias, dos vícios e da insubordinação. (RAGO, 1987)

⁵ Na concepção utilizada por Chalhoub, as classes perigosas tem sua grande parcela composta pelas classes populares, seus vícios, seus hábitos somam-se para dar “luz” aos malfeitores. (CHALHOUB, 1996)

Medidas como essa tinham o intuito de regular os costumes da população pobre que não estava conectada aos anseios da modernidade. Sendo assim, o higienismo promoveu não só mudanças de caráter urbanístico, mas também mudanças de caráter moral na população. A insalubridade era terreno fértil para proliferação de doenças que representavam um medo para as elites locais. Dessa forma, o ar e a água⁶ eram analisados constantemente com o intuito de impedir a transmissão de doenças e pestes como a cólera e a tuberculose que assolavam todo o estado.

Com essa nova concepção de higiene, a rua e a casa (o público e o privado) passaram a ser alvo das investidas governamentais. Ruas largas, aterramento de pântanos, esgotamento sanitário e as casas que outrora eram “fechadas” para a rua, passam a ter janelas que modificam sua estrutura arquitetônica. Com o advento da arquitetura moderna nas grandes capitais brasileiras, exigiam-se ambientes com maior luminosidade. O saber médico e dos engenheiros sanitaristas teve grande importância nas construções das casas e nos novos traçados que a cidade iria receber e a influência desses profissionais se fez presente durante todo o período das intensas modificações urbanas.

Continuando a ser de difícil solução o problema das habitações operárias e não podendo, em bem da salubridade pública, permanecer por mais tempo os mocambos actualmente existentes na Capital e nos subúrbios. Sem que se evite a promiscuidade, a falta de ar, as aglomerações nocivas nas habitações, não poderemos combater a mortalidade infantil e a tuberculose. A h-ygiene das casas populares, o seu typo, o espaço, o ar respirável são condições imprescindíveis para a solução do grande problema.⁷

A citação acima retrata muito bem a preocupação com a moradia operária, sendo objeto de atenção do primeiro congresso médico de Pernambuco que ocorreu em 1906. Os mocambos e as demais habitações operárias, como os antigos sobrados com precárias condições de ventilação e saneamento, eram tidos como a origem dos problemas que afetavam a cidade,

⁶ A teoria dos miasmas afirma que uma das formas de ter o ar e as águas em estado saudável, é limpando o espaço urbano preservando o ar e as águas dos odores originários da decomposição de matéria orgânica, das casas mal construídas, e das pessoas com doença contagiosa. (CORBIN, 1987)

⁷CHERMONT, Olympio Leite. Casas para proletários. In: Annaes do 1º Congresso Médico de Pernambuco. Recife: maio de 1909, p. 601.

portanto, durante toda primeira metade do século XX⁸, a casa operária será alvo das investidas higienistas. Além da abordagem higienista presente no discurso acima, é importante destacar a intenção de ter um maior controle sobre a vida das classes baixas propondo, através da moradia, um modelo de vida que venha a combater não apenas as doenças contagiosas, mas também a promiscuidade, tida como um dos “maus hábitos” atrelados à classe operária.

As consequências das mudanças urbanísticas e da modernidade que se propagavam culminaram em mudanças na vida dos mais pobres, crianças abandonadas, prostitutas, trabalhadores informais e capoeiras. A classe operária seria o alvo “preservado”, uma vez que representava uma engrenagem fundamental na nascente indústria pernambucana.

Disciplinar as classes populares como um todo significava controlar a criminalidade no entender das elites. Desta forma, atividades que estivessem associadas ao “não trabalho” eram alvo da polícia recifense caracterizando assim um combate à figura do vadio. Era acusado de vadiagem todo aquele cidadão, em geral preto e pobre, que não possuísse bens materiais e que tirasse o seu sustento de atividades não regulares, como gasoseiros, engraxates entre outros que não possuíam emprego fixo.

Os vagabundos, mendigos validos e hebrios habituais, vadios e desordeiros (...). Tornar-se-ão úteis a si próprios e a sociedade, que não deve ter em seu seio indivíduos ociosos e prejudiciais, e sim segregá-los em local onde deixem de constituir ameaça a coletividade⁹.

Ao contrário da apropriação atual do termo, a imagem do vadio não estava remetida apenas à ociosidade, visto que a imoralidade também fazia parte desse imaginário, pois, no entender das elites, a vadiagem (ócio) representava a porta para que os vícios que degeneram o ser humano pudessem adentrar. A dita vadiagem estava entre as contravenções no código penal da República, datado de 1890, onde “ser” vadio conseqüentemente recaía sobre as classes populares, homens pobres livres, que tinham o azar de não serem senhores de escravos e a sorte

⁸ As investidas do estado sobre a moradia operária não cessaram nas duas primeiras décadas do século XX, nos anos 30 e durante todo o período ditatorial do Estado Novo a casa operária foi centro das atenções do estado culminando com uma “cruzada” contra os mocambos implantados pelo então interventor Agamenon Magalhães. (GOMINHO, 2007)

⁹ Jornal do Comércio, Recife, 16/08/1923, Ecos e Comentários, p. 03.

de não os ser. Sendo assim, os ditos vadios seriam facilmente reconhecidos, fosse pela sua cor (negra) fosse por seus costumes e sua linguagem, tida como ofensiva.

Palavras-chave: Higienismo, modernidade, perseguição.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004.

CHERMONT, Olympio Leite. Casas para proletários. In: Annaes do 1º Congresso Médico de Pernambuco. Recife: maio de 1909

COSTA, Lúcio. **Sobre arquitetura**. Porto Alegre: Centro de Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

GOMINHO, Zélia, de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**, Jaboatão dos Guararapes-PE: Ed. do Autor, 2007.
Jornal do Comércio, Recife, 16/08/1923

SOBERANIA E FEDERALISMO NO HORIZONTE RIOPLATENSE (1810-1831)

João Vitor Sausen ¹
Cyro Porto Martins ²
Monica Rossato ³

¹ Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Membro do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, onde é bolsista PROBIC/Fapergs/UFSM sob o projeto “América Platina”: processos histórico de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global, orientado pela Profa. Dr^a Maria Medianeira Padoin; E-mail: sausenjoavitor@gmail.com.

² Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Membro do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, onde é bolsista PIBIC/CNPq/UFSM sob o projeto “América Platina”: processos histórico de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global, orientado pela Profa. Dr^a Maria Medianeira Padoin; É membro do Grupo de Estudos Catana: África Portuguesa, descolonização e formação dos Estados nacionais africanos; E-mail: cyroporto@gmail.com.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), com período de Doutorado Sanduíche CAPES na Universidade de Coimbra (Portugal); Professora de História da rede pública de ensino do Município de Nova Palma; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, além do do projeto "América Platina e Federalismo: o processo de formação e consolidação dos estados nacionais no século XIX e início do século XX" coordenado pela Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin; E-mail: monymarchesan@yahoo.com.br.

Resumo: No presente trabalho buscamos apresentar uma breve relação dos conceitos de soberania e federalismo com o processo de independência e conformação de Estados no meio rio-platense que na atualidade conforma as repúblicas da Argentina e do Uruguai. Assim, observamos os dois conceitos como de extrema importância para o período por serem centrais nas discussões políticas. Por último, devemos apontar que este esforço tem como base uma historiografia contemporânea que trata do período de independências e conformação de Estados-Nação na América Platina (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai).

Assim, no ano de 1810, como forma de contornar as dificuldades administrativas decorrentes da prisão do rei espanhol, bem como a problemática comunicacional entre o Vice-Reino do Rio da Prata e a Península Ibérica, foi convocado Cabildo Aberto em Buenos Aires, no mês de maio. Tal instância, cuja utilização havia se tornado frequente durante as invasões inglesas (1806-1807), se caracterizava por ser uma reunião com fins de decisão acerca das regiões compreendidas pela administração de Buenos Aires enquanto capital colonial: atual Argentina, partes da Bolívia, Paraguai e Uruguai (CHIARAMONTE, 1997). Todavia, na reunião em questão, o clamor da maioria dos cabildantes foi pela retroversão da soberania.

A voz soberania, neste período, significava o poder político de emanava de cada um dos *pueblos*, ou seja, cidades com Cabildo, e era “concedido” de forma simbólica, à autoridade real (CHIARAMONTE, 1997). Dessa maneira, a retroversão da soberania, na visão dos cabildantes de maio, era tomar de volta o poder concedido ao rei, e que o tal já não poderia mais exercer. Tal possibilidade era observada como uma forma justa e viável ao momento político conturbado. Na prática, a retroversão da soberania dava plenos poderes a quem a exercia (e não concedia). Foi justamente neste ponto que a grande problemática surgiu: onde deveria ficar concentrada a soberania (GOLDMAN, 2009).

Grande parte dos representantes dos *pueblos* compreendia que a retroversão dizia respeito à relação direta dos Cabildos para com o rei, enquanto um outro grupo, encabeçado por

⁴ Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural (PPGPC) da UFSM; Co-coordenadora do Comitê História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM); Coordenadora do Grupo de Pesquisa História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; E-mail: mmpadoin@gmail.com.

Buenos Aires, interpretou a questão como uma relação direta dos mesmos, ou seja, a antiga capital colonial, é que retrovertia a soberania, e não os Cabildos subordinados anteriormente a ela. Assim, iniciou um período de oposições políticas internas em torno da “posse” e uso do poder político⁵.

Em 1813, na cidade de Tucumán, foi realizado um primeiro esforço constitucional para organizar a tentativa de autoadministração dos *pueblos* rio-platenses, inspirados pelo esforço espanhol em Cádiz, no ano anterior. Até então as províncias admitiam, em sua maioria, que, no entanto, pertenciam à coroa espanhola, sem que a retroversão significasse um rompimento completo. Em Tucumán, duas foram as questões principais. A primeira delas é a de que os delegados orientais informaram, a partir das instruções de José Gervásio Artigas, que não seriam mais sujeitos à coroa e pleiteavam pela formação de uma confederação entre as províncias rio-platenses⁶. Por outro lado, o Paraguai, apoiado no ideal de soberania própria, declarou sua independência, mas admitiu a possibilidade de se confederar com as restantes províncias, sem, no entanto, aceitar construir uma constituição conjunta (CHIARAMONTE, 2013).

Mesmo com a renúncia paraguaia, Artigas ofereceu uma alternativa de organização às antigas partes do Vice-Reino, que sofreu prontamente com a oposição de Buenos Aires e de Portugal, até ser derrotado em 1820, e a Banda Oriental ocupada pelos lusitanos (DORATIOTO, 2008). Todavia, neste meio tempo, o universo rio-platense também iniciou seu rompimento formal com a Espanha, após terem sido considerados por esta como revoltosos e declararem sua independência como reação à uma suposta invasão armada (GOLDMAN, 2009).

⁵ Neste sentido, Noemí Goldman aponta que a questão da soberania una ou de soberanias múltiplas originou duas tendências que predominaram na cena política rio-platense: o grupo unitário e aquele que defendia que houvessem tantas soberanias quanto *pueblos* (cidades ou, mais tarde, províncias), ou seja, entidades políticas independentes. In: GOLDMAN, Noemí. Legitimidad, soberanía e independencia en el pensamiento de Mayo. In: DE TITTO, Ricardo. **El pensamiento de los hombres de Mayo**. Buenos Aires: Editorial el Ateneo, 2009, p. 7-17.

⁶ De acordo com José Carlos Chiaramonte (1997), os ideias do movimento artiguista “expressavam, por uma parte, uma clara vontade de confluir em um organismo político rio-platense que englobaria todos os povos dispostos a se unirem. Todavia, por outro, manifestavam uma inabalável decisão de ingressar a essa associação sem perder a qualidade soberana que consideravam a maior conquista proveniente do processo da Independência” [Tradução nossa] (p. 157). Neste sentido, pleiteavam por uma confederação, em que, a partir das suas concepções do conceito de soberania, pudessem seguir como Estados soberanos. In: CHIARAMONTE, José Carlos. Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación argentina (1800-1846). Buenos Aires: Ariel Historia, 1997.

A independência se deu em 1816, em nome das “Províncias Unidas da América do Sul”, em uma evidente inspiração do subproduto do rompimento das Treze Colônias com a coroa inglesa (idem). Durante seus quatro primeiros anos de existência houve uma tentativa de poder central, localizada em Buenos Aires, mas que acabou por ser desfeita no mesmo ano em que Artigas fora derrotado. Neste sentido, a queda do poder central foi um sintoma das disputas internas, em que figuravam dois lados principais: os que aceitavam uma ligação entre as províncias, a partir de um poder descentralizado clamando pela questão da soberania, e aqueles não, e preferiam manter independentes as partes. O certo é que, a partir de 1820, as províncias rio-platenses configuraram Estados independentes e coexistiram com uma instabilidade política neste meio (GOLDMAN, SALVATORE, 1998).

Todavia, a partir de então, os partidários da conformação de uma forma política unitária sofreram com a oposição daqueles que queriam manter a condição independente das províncias. Este momento, caracterizado por “soberanias provinciais”, e pela maior proporção do debate em torno do conceito, teve como um de seus ápices a assembleia constituinte reunida a partir de 1824, que tratou de ser espaço de discussão para a questão de como ficaria organizado o espaço rio-platense (TERNAVASIO, 1998).

Porém, a Guerra Cisplatina⁷, iniciada em 1825, assim como a oposição interna do grupo federalista, levaram ao fracasso constitucional, e amplificaram ainda mais o momento político. Ao longo do país, a partir de então, ocorreram conflitos abertos entre unitários e federais, os quais se mantiveram pelas duas décadas seguintes (TERNAVASIO, 2008). Neste processo, Juan Manuel de Rosas, líder federalista que alcançou o poder da província de Buenos Aires ao final da década, organizou uma aproximação com diversas outras unidades independentes do meio rio-platense (GOLDMAN, 1998).

Desta forma, a partir de um arranjo político entre diversas lideranças políticas rio-platenses, foi firmado, em 1831, o Pacto Federal, cujo qual ligava as entidades independentes

⁷ Conflito iniciado com a expedição dos “33 orientais”, liderados por Juan Antonio Lavalleja e que buscavam a liberação da Banda Oriental do domínio brasileiro, assim como sua coligação com as demais regiões rio-platenses. O esforço do líder oriental foi acompanhado de uma aliança com diversas províncias do Rio da Prata e representou três anos de conflito com a monarquia brasileira. Em 1828, após a intervenção do Reino Unido, foi firmado um tratado que garantia a independência da República Oriental do Uruguai, sem qualquer vínculo com seus vizinhos. Francisco Doratioto considera que este foi o último conflito da região gerado pelas lógicas geopolíticas coloniais. In: DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889). **Textos de História**: Brasília, v. 16, n. 2, p. 217-247, 2008.

em uma confederação. Neste arranjo, Buenos Aires ficou encarregada das relações internacionais dos envolvidos, por sua condição de porto importante (GOLDMAN, 1998). Ou seja, toda a exportação e importação marítimas das províncias rio-platenses era controlada pela antiga capital colonial. O debate em torno da soberania e do federalismo (decorrente do termo anterior), geraram, até aquele ponto uma vinculação tratadística entre as províncias rio-platenses, mas, ao mesmo tempo, foram origem de um aberto conflito entre grupos políticos e/ou províncias, que caracterizou o meio e forçou diversos grupos a aderirem à algum lado⁸.

Este trabalho é fruto de discussões realizadas a partir de pesquisa de iniciação científica fomentada por bolsa Probic/Fapergs/UFSM a partir de março de 2018, no projeto “América Platina”: processos histórico de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global; debates realizados dentro do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, com a orientação de Maria Medianeira Padoin; assim como é um fruto da Cátedra de História Argentina I, do curso de História da Universidad Nacional del Litoral, cursada pelo acadêmico João Vitor Sausen durante seu período de mobilidade discente a partir do programa da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM).

Palavras-chave: Soberania; Federalismo; Vice-Reino do Rio da Prata.

REFERÊNCIAS

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, Estados:** Orígenes de la nación argentina (1800-1846). Buenos Aires: Ariel Historia, 1997.

CHIARAMONTE, José Carlos. Confederación o Estado federal? El Río de la Plata en la primera mitad del siglo XIX. In: CAETANO, Gerardo; RIBEIRO, Ana. **Las Instrucciones del año XIII:** 200 años después. Montevideo: Planeta, 2013, p. 245-264.

⁸ Consideração importante a ser adicionada é de que a partir do acirramento dos confrontos políticos, “ser unitário” ou “ser federal” passou a representar uma identidade política, cujos grupos que a utilizassem se identificavam com roupas ou aparatos que apresentassem sua condição de aderente à uma ou outra identidade. Todavia, pertencer ao grupo unitário e expô-lo em Buenos Aires, por exemplo, certamente acarretaria em um risco de vida à aquele que o fizesse, pois aquele era um momento de atos extremos relacionados à questões políticas. In: SALVATORE, Ricardo. Consolidación del régimen rosista (1835-1852). In: GOLDMAN, Noemí (dir.). **Nueva Historia Argentina.** Revolución, República, confederación (1806-1852). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998, p. 323-380.

GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. Introducción. In: Caudillismos Rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 7-30.

TERNAVASIO, Marcela. Las reformas rivadavianas en Buenos Aires y el Congreso General Constituyente. In: GOLDMAN, Noemí (dir.). **Nueva Historia Argentina**. Revolución, República, confederación (1806-1852). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998, p. 161-197.

GOLDMAN, Noemí. Legitimidad, soberanía e independencia en el pensamiento de Mayo. In: DE TITTO, Ricardo. **El pensamiento de los hombres de Mayo**. Buenos Aires: Editorial el Ateneo, 2009, p. 7-17.

10. RELIGIOSIDADES, MAGIA E PRÁTICAS DE CURA

A REPRESENTAÇÃO DA BELICOSIDADE GERMÂNICA EM UM MANUSCRITO NECROMÂNTICO DO SÉCULO XV

Jayme Rodrigues Krum (UFSM)¹

Francisco de Paula Souza de Mendonça Junior (UFSM)²

Resumo: A necromancia, no período medieval, foi uma prática mágica desempenhada por clérigos que, em busca de poder e resoluções imediatas, entravam em contato com entidades — no cenário cristão tidas como demônios — a partir de uma série de ritos específicos reservados apenas àqueles que foram instruídos nestas execuções. O manuscrito BSB Clm 849 é um manuscrito que possui informações sobre as formas de se realizar uma série de conjurações necromânticas — o documento data da primeira metade do século XV e fora encontrado na região da Baviera, na atual Alemanha.

Na pesquisa intitulada “Em nome de Deus eu invoco estes demônios: Necromancia, Igreja e Sociedade na Baviera do século XV” desenvolvemos uma investigação sobre a possibilidade de compreender tais conjurações como um reflexo da sociedade, e do indivíduo autor do documento. Para tanto dedicamos-nos a uma análise interna da documentação sob as diretrizes teóricas advindas do eixo historiográfico da História Cultural.

¹ Graduando de História - Licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Participa do grupo Studia latinatis: cultura, gramática e tradução e do grupo Virtù — de História Medieval e História do Renascimento — é júnior investigador no Centro de Estudios sobre el Esoterismo Occidental de la UNASUR (CEEU-UNASUR), grupo de pesquisas afiliado a ESSWE, bem como é membro da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM). E-mail: jayme.krum@hotmail.com

² Possui graduação em História (2005) pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado (2009) e doutorado (2014) em História e Culturas Políticas pela mesma universidade, com a realização de estágio sanduíche na Université Paris-Est Créteil. Já atuou como analista de gestão, proteção e restauro do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Tem experiência na área de pesquisa em História, com ênfase em História Medieval, História do Renascimento, História do Esoterismo, História Política e História do Livro e da Leitura. Também é membro do LEME - Laboratório de Estudos Medievais (USP-UNICAMP-UFGUNIFESP-UFG), bem como da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) e da European Society for the Study of Western Esotericism (ESSWE). Atualmente ocupa o cargo de codiretor do Centro de Estudios sobre el Esoterismo Occidental de la UNASUR (CEEU-UNASUR), grupo de pesquisas afiliado a ESSWE, e de diretor assistente do Studia Hermetica Journal (<http://studieshermeticajournal.com/>). Dirige também a Revista Melancolia, vinculada ao CEEU-UNASUR. É professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde fundou e dirige o Virtù - Grupo de História Medieval e Renascentista. Email: kirijy@gmail.com

Entendemos as criações humanas, isto é, a cultura humana, como sendo o resultado de uma série complexa e intrincada de apropriações e reapropriações, ou seja, os objetos consequentes da concepção antrópica, por mais originais que sejam, são resultantes de diversas trocas culturais ao longo do tempo e do espaço. No caso da necromancia medieval, percebe-se na documentação uma corriqueira representação alterada de seres e práticas advindas de culturas não-cristãs, por exemplo, a execução performática das conjurações possui uma origem clara nas práticas cabalísticas do judaísmo.

Ao longo de nossas análises encontramos diversos elementos na documentação que podem servir de guias específicos para divulgação de nossos resultados. No presente trabalho isolamos e discutimos acerca das representações belicosas presentes em três conjurações encontradas no BSB Clm 848, são elas: o conjuro de número 6 “Um banquete mortífero”; o conjuro de número 7 “Como conseguir um *castrum*” e o conjuro de número 9 “Como invocar um cavalo demoníaco” — tais títulos não estão presentes na documentação, assim como a numeração, procuramos elencar títulos para cada conjuração e numerá-los, seguindo a ordem em que aparecem, para facilitar o trabalho junto ao manuscrito.

Compreendemos o conceito de belicosidade como sendo um conjunto de ações, objetos e alegorias relacionados a violência, o uso da força, e da geração e manutenção de conflitos. Em nossas pesquisas encontramos representações da belicosidade germânica³ nos três conjuros supracitados: no primeiro, várias das entidades convocadas possuem características tipicamente aristocráticas — local social intrinsecamente ligado com elementos beligerantes no período medieval; no segundo, a conjuntura da invocação, assim como o objetivo da conjuração do *castrum*⁴ remonta a necessidade de uma fortificação em momentos combativos; no terceiro, damos principal destaque na necessidade e características específicas do cavalo invocado, tal

³ Não visamos relacionar esta belicosidade como sendo autóctone aos povos germânicos, ou intrínseca a este período tradicionalmente chamado como Baixa Idade Média ou começo da Idade Moderna, visamos destacá-la e diferenciá-la sob um aspecto espacial, ou seja, distinguí-la de uma belicosidade de origem bretã, ibérica, árabe, bizantina, entre outras.

⁴ Optamos por manter o termo utilizado no original pois o termo castelo possui em si derivações conceituais que podem ser anacrônicas ou mal relacionadas ao castelo medieval. Neste recorte temporal, tal edificação possui, primeiramente, o objetivo funcional de fortificação, isto é, de ser uma construção resistente, mas sobretudo capaz de guarnecer víveres e pessoas em momentos específicos, como um cerco, apenas após diversas transformações sociais ao longo do tempo, o castelo será sinônimo de luxo, riqueza e magnificência.

cavalo classifica-se como *equus*, isto é um cavalo treinado e alimentado para fins militares no contexto medieval.

Assim, observamos nestas características reflexos da sociedade germânica, mais especificamente dos aspectos aristocráticos e eclesiásticos presentes na realidade do possível escrevente do manuscrito. O documento que dedicamo-nos a estudar possui autoria incerta, existindo algumas possibilidades elencadas por historiadores, mas sendo inexistente, até o momento, um consenso em quem poderia ter sido tal autor. Em nossa pesquisa optamos justamente em analisar a obra a partir do anonimato de seu produtor, isto é, a partir dos elementos específicos trazidos na escrita, juntamente com análise paleográfica e dos materiais — e locais possíveis para a confecção de livros e outros materiais bibliográficos — procuramos os pontos que trazem em si as características específicas presentes nos locais sociais do período medieval.

Como dito anteriormente a necromancia era uma arte letrada utilizada sobretudo por membros do meio eclesiástico, tal letramento não estaria relacionado apenas a uma expertise da língua latina, mas advindo de uma série de conhecimentos específicos sobre teologia, magia, ritos e culturas, bem como de uma necessidade de ter sido apresentado a arte necromântica por um praticante, ou conhecedor dos princípios da prática. Devido a estas necessidades, o manuscrito BSB Clm 849 pertence, de certo modo, a uma seleta gama de documentos advindos do meio eclesiástico, sendo assim, seu autor, necessariamente estaria relacionado a este nicho

Os locais onde grande parte dos documentos eram confeccionados no período medieval era denominado *scriptorium*, uma mesa larga que possuía as ferramentas necessárias para se trabalhar o pergaminho, ou peles, esticando o material sobre a superfície e fixando-o para que não se move-se por longos períodos de manuseio e secagem de tintas. Comumente os *scriptorium* estavam localizados em mosteiros, igrejas e *castrum*, e sua utilização se reservava a pessoas específicas que haviam recebido o treinamento adequado para a criação de materiais escritos, no entanto dificilmente havia apenas um destes objetos de trabalho em um local, era comum que houvessem áreas específicas possuindo diversos destes utensílios.

Desta forma, o autor do manuscrito deveria ter acesso a um *scriptorium*, possuir os conhecimentos específicos da necromancia, e a capacidade de ocultar seu trabalho — devido ao fato de que desde o século XIII a arte necromântica (*necromatics*) ser considerada como

prática herética a partir da bula *Super Illius Specula* do papa Giovanni XXII. Assim sendo, nosso anônimo autor deveria ter acesso aos objetos específicos para a manufatura de manuscritos por longos períodos de tempo sem levantar suspeitas sobre si. Com estes elementos discutidos e analisados, pudemos ao longo da pesquisa elencar as possibilidades de que este escrevente seja membro do alto clero, tendo nascido em meios aristocráticos do Sacro Império Romano Germânico.

Procuramos neste breve texto elencar nossas propostas, e métodos de trabalho, discutindo brevemente os conceitos principais para a análise do manuscrito BSB Clm 849, divulgando nossa hipótese atual de que o autor anônimo do documento seja, conjuntamente, um *oratore* e um *bellatore*.

Palavras-chave: Belicosidade; Necromancia; Século XV.

REFERÊNCIAS

CHARDONNENS, László. Necromancing Theurgic Magic: A Reappraisal of the *Liber iuratus* Extracts and the Consecration Ritual for the *Sigillum Dei* in an Early Modern English Grimoire. **Magic, Ritual and Witchcraft**, v. X, p. 172-198, 2015. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/609098>>. Acesso em: 06.2019.

CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CIRLOT, Juan-Eduardo. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Centauro, 2005.

FANGER, Claire; KLAASSEN, Frank. Magic in the Middle Ages. In: HANEGRAAFF, Wouter J. ;FAIVRE, Antoine; BROEK, Roelof; BRACH, Jean - Pierre. **Dictionary of Gnosis & Western Esoterism**. Holanda: Brill, 2006, p.724-731.

GARIN, Eugenio. **Idade Média e renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

KIECKHEFER, Richard. **Forbidden Rites**. Pensilvania: The Pennsylvania state university press, 1997.

LURKER, Manfred. **Dicionário de figuras e símbolos bíblicos**. São Paulo: Paulus, 1993.

MCDONALD, Peta Louise. **The Iconography of the Images in the Magical Papyri**. Dissertação (Mestrado). Macquarie University, Sydney, 2014.

RUST, Leandro Duarte. **Bispos Guerreiros: Violência e fé antes das cruzadas**, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2018.

WOLFF, Philipe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?**. São Paulo: Martins Pontes, 1988.

ZIKA, Charles. Reuchlin's De Verbo Mirifico and the Magic Debate of the Late Fifteenth Century. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, Vol. 39, p. 104-138, 1976. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/751134>>. Acesso em: 06.2019.

BAAL, O INIMIGO INTERNO: JUDEUS, CANANEUS E A AFIRMAÇÃO DO MONOTEÍSMO HEBRAICO COM A ESCRITA DO ANTIGO TESTAMENTO

Gabriel Gollmann Rohr¹
Professora Doutora Semíramis Corsi Silva²

Resumo: O intuito desta pesquisa, um projeto de iniciação científica sob orientação da Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva, é analisar as fronteiras identitárias construídas entre judeus (povo de Israel ou hebreus) e cananeus no período pós-exílico, ou seja, pós Cativo da Babilônia (597 - 538 AEC) no Antigo Testamento da Bíblia de Jerusalém. No contexto histórico aqui trabalhado, diversos elementos foram usados para definir a identidade do povo de Israel em relação a seus vizinhos, chamados por eles de cananeus, aqueles que habitavam Canaã. Dentre eles está a figura de Baal, um elemento cultural comum entre os povos daquela região, amplamente citado no Antigo Testamento com diferentes significados e recepções. Neste primeiro momento, nossa pesquisa se utilizará dos livros de 1Reis e 2Reis, que são os que mais citam o termo Baal em toda a bíblia judaica, descrevendo o período de reformas feitas por Ezequias e Josias, que culminaram na implementação do monoteísmo característico do povo hebraico. Tais reformas situam-se no período entre a invasão assíria (722) e babilônica (597), nos territórios de Israel e Judá e foram fundamentais para a consolidação do judaísmo como conhecemos hoje.

O objetivo do trabalho é formar as bases para que possamos aprofundar aspectos da afirmação do monoteísmo hebraico, expandir a pesquisa para outros livros bíblicos e extra bíblicos do mesmo período e comparar os livros aqui analisados com outros livros do Antigo

¹ Graduando do Departamento de História da UFSM

² Docente do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da UFSM, doutora em História pela UNESP, coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFSM – GEMAM/UFSM.

Testamento. Para que isso ocorra, será necessário apontar os significados dos entrelaçamentos transculturais ocorridos nos séculos VIII e VI AEC.³ O primeiro esforço para o empreendimento da afirmação do monoteísmo hebraico está na negação da figura de Baal, que, à primeira vista, se apresenta como uma divindade considerada estrangeira, mas ao longo dos livros assume outras formas, como acoplada a locais e a nomes próprios. A partir dessa percepção, surgiram os primeiros elementos da pesquisa, centrados, inicialmente, portanto, em compreender a figura de Baal e sua negatificação em relação à Yahweh, o deus do monoteísmo dos hebreus.

Baal tem uma recorrência no Antigo Testamento bem considerável. Em diversos livros ele aparece como um nome próprio, como em “Baalã, filho de Acobor, morreu e em seu lugar reinou Adad” (Gn 36, 39). Também aparece como nome que se refere a um local, como em: “Hesebon com todas as cidades que estão no planalto: Dibom, e Bamot-Baal, e Bet-Baal-Meom” (Js 13, 17).

Mas se Baal é recorrente em mais livros que o de Reis⁴, por que nossa pesquisa escolheu tal recorte de fontes como ponto de partida? Primeiro por uma questão prática: o livro concentra a maior quantidade de baais, ou seja, a maior diversidade e concentração do termo “baal” dentre todo Antigo Testamento. Segundo, porque estes dois livros compreendem sobre o período das reformas implementadas por Ezequias, rei de Jerusalém, que foi temente a Yahweh e baniu os lugares de culto às divindades estrangeiras e Josias, rei de Jerusalém, que também seguiu as leis deuteronomicas⁵ à risca e “imitou em tudo as condutas de seu antepassado Davi, sem sequer desviar para a esquerda nem para a direita” (2Rs 22, 2). Essas reformas antecederam ao Cativo da Babilônia, quando a aristocracia judaica foi transferida para a sede do império babilônico e lá ficou reclusa até o final do século VI AEC, regressando a Jerusalém após a tomada da Babilônia pelos persas em 538 AEC. Neste mesmo contexto, tivemos o rendimento da cidade de Jerusalém e a substituição da monarquia local por um

³ Aqui nos utilizamos do conceito de transculturalidade da mesma forma que Janaina Zdebsky em sua tese de doutorado **A prostituta sagrada e os entrelaçamentos transculturais no antigo Crescente Fértil** (2018). Como entrelaçamentos transculturais a autora compreende os encontros de culturas e visa apresentar o Oriente Próximo na Antiguidade não como um “contexto harmônico, uma chapa totalizadora e bem dividida” (ZDEBSKY, 2018, p. 64), mas como um local e momento histórico de constantes fluxos e encontros culturais por meio de guerras, comércio, migrações, casamentos, deslocamentos variados, etc.

⁴ A Bíblia hebraica não divide o seu livro de Reis em dois. Por uma questão prática usarei essa terminologia para me referir a eles.

⁵ Leis deuteronomicas são um código de conduta expressado pelo livro do Deuteronômio (quinto livro do Pentateuco), o livro da Arca da Aliança, um pacto feito pelo povo de Israel com Yahweh.

governante indicado por Nabucodonosor II, transferindo a aristocracia para a cidade da Babilônia

Antes desse período, a religião judaica já se baseava na forte figura de Yahweh, mas aceitava outras divindades em seu panteão, tanto que até mesmo os dirigentes dos reinos de Israel (norte) e Judá (sul) cultuavam outros deuses e deusas, como Baal e Asherah. A narrativa do livro de Reis se concentrará na relação ação-consequência dos líderes que permitiam o culto e até mesmo cultuavam outras divindades. O politeísmo começou a se tornar um problema quando as batalhas travadas pelo povo de Israel começaram a ser perdidas. Nessa época as guerras eram vistas como ordálicas (LIVERANI, 2016, p.), verdadeiras provações divinas que indicavam o deus certo a ser seguido. Se um reino ganhasse, significaria que estava no caminho certo, se perdesse, era considerado que seu deus era poderoso o suficiente para mobilizar um povo estrangeiro e subjugar-lo por suas condutas desviantes. A invasão assíria foi importantíssima nesse período por seu abalo na visão sobre a conduta dos reis de Samaria, capital do reino de Israel. Nessa época, segundo o relato bíblico, não havia unificação política do povo hebreu, os hebreus estavam divididos em dois reinos que constituíam, anteriormente, um só. Israel, um reino ao norte com a capital em Samaria, e Judá, com a capital em Jerusalém, ao sul, Ambos eram reinos com dois reis independentes, mas que mantinham contato constante. Quando Samaria; que era um governo condenável aos olhos de Yahweh, ou seja, praticava diversos pecados que iam contra as leis deuteronomicas, tais como se envolver com mulheres estrangeiras, prestar culto a lugares altos, erguer postes ao lado do altar do templo, etc.; foi conquistada pelos assírios, Jerusalém, que estava sob o reinado de Ezequias, permaneceu intacta. Essa passagem é muito bem explicada e reforçada ao longo de Reis como uma forma de exemplo de conduta.

Existem discordâncias sobre o período da escrita dos diversos livros da Bíblia hebraica e certamente há diferenças de datações de parte dos mesmos. Mas, concordamos com estudiosos como Mário Liverani (2016), que a edição que chegou até nós dos livros que estamos usando dataria do século VI AEC, após o cativeiro da Babilônia, sendo a parte do relato sobre o governo do rei Josias um pouco anterior, contemporânea de seu próprio reinado, da segunda metade do século VII AEC. Esse deslocamento do centro irradiador do culto a Yahweh acabou gerando uma reação no povo judeu em reforçar seus princípios identitários e reafirmar seu poder

político, desorganizado com as invasões babilônicas. Sendo assim, concordamos novamente com historiadores como Liverani (2016), de que o grande período de escrita antigotestamentária ocorreu em um momento de retorno pós-exílio e de necessidade de afirmação identitária e política da elite judaica, ainda que elementos do discurso monoteísta já estivessem presentes na sociedade dos reinos de Judá e Israel antes mesmo do exílio.

É importante citar que, apesar do monoteísmo ser algo bem particular dos hebreus, não é ele que definirá sua identidade. Judeus não se utilizam do argumento de ser monoteísta como forma de reconhecimento no mundo, mas sim se ser tão fiel com seu deus, Yahweh, que recusa todos os outros. A termos de comparação, esse discurso só virá à tona no século XIX com o evolucionismo como forma de análise. De uma ponta as religiões politeístas e da outra o monoteísmo europeu, visto como ápice do desenvolvimento religioso. Esse culto exacerbado a Yahweh vai tomar força a partir das reformas dos reis Josias e Ezequias, com suas destruições de lugares de culto a Baal e até mesmo o cajado de Moisés, pois os habitantes do reino os ofereciam incensos e a idolatria era condenada segundo os ensinamentos do Deuteronômio, e continuará nesse mesmo desenvolvimento durante a diáspora. Na realidade esse monoteísmo nasceu e continuou restrito a essa elite, que constituía de profetas e líderes políticos, por muito tempo, e demorou a ser aceito pelo resto da população dos reinos. A imposição dessa nova cultura não parecia fazer muito sentido para o resto do povo de Israel devido a sua resistência, pois a cultura de Israel era originalmente politeísta. Enquanto a aristocracia entendia que o seu período de crise se devia ao culto de divindades “estrangeiras”, o resto da população temia que essa conjuntura se devesse ao desregulamento de suas práticas ritualísticas impostas por seus dirigentes (ZDEBSKY, 2018).

No livro de Reis, a cultura cananeia é citada como estrangeira e mostrada, especialmente, a partir do momento em que o rei Salomão entra em contato com diversas mulheres em diversos reinos, invade o reino de Israel (nessa época unificado, precedendo o cisma político e religioso que é instaurado após a sua morte). Assim sendo, diante da realidade plural que era a região, autores como Mark S. Smith (2001), com quem concordamos, afirmam que a Bíblia, na realidade, é um recorte de uma cultura muito mais rica da própria região. Logo, ele não vê problema algum em incluir a Bíblia dentro de um recorte comum geográfico chamada de Oeste Semita. Em *The Origins of Biblical Monotheism* (2001), Smith também discutirá o

uso do termo cananeu. Uma vez que os cananeus, segundo a Bíblia, são um povo que foi expulso diante do povo de Israel, ou seja, estrangeiros, sua cultura também é considerada como tal. Porém, apesar dessa afirmação do Antigo Testamento, nem na contemporaneidade bíblica isso era de fato uma verdade. Na realidade o termo “cananeu” é muito mais utilizado para denominar aqueles que habitam Canaã de forma genérica. Como os judeus também são oriundos dessa região, também seriam, dessa maneira, cananeus. Além do termo “cananeus” não denominar exatamente uma população com uma cultura específica, a não ser nos textos bíblicos, sua cultura não é tão estrangeira quanto referenciada nos cânones. Portanto, em nossa interpretação, a divindade chamada na Bíblia de Baal pode ser considerada um inimigo de dentro do próprio povo judeu/cananeu, para quem o discurso Bíblico visa falar.

Essa longa introdução se faz necessária para entendermos o que Baal faz dentro do Antigo Testamento. Como já citado anteriormente, ele não aparece somente como uma divindade, mas acoplado a nomes próprios e de regiões. Tendo isso em mente, podemos partir para a próxima fase que constitui a proposta da pesquisa: classificar em categorias a aparição do termo Baal.

As aparições de Baal no livro de Reis são bem peculiares, citaremos alguns versículos para melhor entendimento:

Eis o que se refere à corveia que o rei Salomão organizou para construir o Templo de Yahweh, seu palácio, o Melo e o muro de Jerusalém, bem como Hasor, Meguido, Gazer (Faraó, rei do Egito, fez uma expedição, tomou Gazer, incendiou-a e massacrou os cananeus que lá moravam, e depois deu-a como dote à sua filha, esposa de Salomão, e Salomão reconstruiu Gazer), Bet-Horon inferior, Baalat, Tamar, na região deserta da terra, todas as cidades-armazéns pertencentes a Salomão, as cidades para carros e para cavalos, e tudo quanto aprovou a Salomão construir em Jerusalém, no Líbano e em outros países que lhe estavam sujeitos (1Rs 9, 15-19).

Na passagem acima, vemos claramente Baal referenciado como uma cidade, entretanto há uma partícula que o diferencia das demais no livro de Reis. Ali é referenciado como “Baalat” que se traduz por Senhora e não por Senhor, como comumente o termo aparece. Senhora nesse caso se refere a Asherat, consorte do deus Baal de acordo com documentos da região. Logo, podemos deduzir que a cidade de Baalat é temente a Asherat. Esse tipo de denominação era comum. Introduzir a partícula de deuses nos nomes, seja de locais ou de pessoas, demonstraria

benevolência e culto a quem quer que esteja sendo referenciado, assim como veremos na próxima citação.

Temos outras passagens, como a seguinte que diz: “Como se não lhe bastasse imitar os pecados de Jerobão, filho de Nabat, desposou ainda Jezabel, filha de Etbaal, rei dos Sidônios, e passou a servir Baal e adorá-lo” (1Rs 16, 31).

Esse versículo demonstra um nome próprio na modalidade já citada. Da mesma maneira, temos o exemplo que é um dos mais caros ao livro, Ezequias. Com seu temor a Yahweh, seu nome é constituído com uma partícula do nome de seu deus, *hazaq-yah*, do hebraico. Depois dessa citação temos outra a qual vemos claro que, junto do casamento com uma temente de Baal, vem seu deus e invade o reino de Israel. A partir desse momento, Baal, que aparecia pouco no livro de Reis, se torna mais frequente e é taxado pela Bíblia com maus olhares. Não que anteriormente não fosse, mas a quantidade se torna massiva e a narrativa a partir daí girará em volta do culto dos monarcas, ora direcionados a Baal, com consequências punitivas, ora direcionadas a Yahweh, com uma narrativa de exaltação.

Partindo para última modalidade verificada, tivemos que recorrer a outro livro de escrita contemporânea a de Reis. Para entendermos outra forma de aparição do termo Baal devemos procurar em Oseias 2, 18-19: “Acontecerá, naquele dia, -oráculo de Yahweh- que me chamarás ‘Meu marido’, e não ‘Meu Baal’. Afastará de seus lábios os nomes dos baais, para que não sejam mais lembrados por seus nomes.”

No contexto desse trecho, o profeta Oseias é ordenado a casar com uma prostituta para lhe ensinar os bons costumes e o temor a Yahweh. Na citação em Reis referenciada, Baal é flexionado no plural, “baais”, como podemos ver na seguir passagem: “Não sou eu o flagelo de Israel, mas és tu e tua família, porque abandonastes os mandamentos de Yahweh e seguiste os baais” (1Rs 18, 18). Assim, nesta passagem, os baais são referenciados como alguém que pode ser seguido, ou seja, os profetas que são trazidos por Jezabel a Israel.

Com estas definições, creio que tenhamos uma boa base para prosseguir com estudos mais aprofundado em relação a citação de divindades estrangeiras dentro da Bíblia. A partir dessas informações, é possível continuar com os estudos e desbravar novos cânones a fim de encontrar diferentes características referentes a Baal, pensar diferenças em como é recebido nas

diversas temporalidades que aparece e, talvez quem sabe, saltar para textos além da Bíblia no desenvolvimento da pesquisa.

Cumprido destacar que a pesquisa é realizada dentro dos estudos de exegética antigotestamentária, utilizando autores clássicos dos estudos sobre Antigo Oriente, como o já citado Mário Liverani. Para compreender questões de identidade e a própria utilização do conceito, estamos utilizando autores da Nova História Cultural, que permitem pensar elementos de religião em suas conexões com o poder e a organização social.

Palavras-chave: Baal; Antigo Testamento; Monoteísmo Hebraico.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

LIVERANI, Mario. Israel. In: _____. **Antigo Oriente.** São Paulo: Edusp, 2016, p. 541-560.

ELIADE, Mircea. A Religião na época dos reis e dos profetas. In: _____. **História das crenças e das ideias religiosas.** Volume 1: da idade da pedra aos mistérios de Elêusis. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 318-337.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Etnia, nação e a Antiguidade: um debate. In: NOBRE, C.; CERQUEIRA, F.; POZZER, K. (Eds.). **Fronteiras e etnicidade no mundo antigo.** Pelotas/Canoas: Editora e Gráfica Universitária, UFPEL / Editora da ULBRA, 2005, p. 85-104.

SMITH, Mark S. **The origins of biblical monotheism: Israel's polytheistic background and the Ugaritic Texts.** New York: Oxford University Press, 2001.

ZDEBSKY, Janaína de Fátima. **A prostituta sagrada e os entrelaçamentos transculturais no antigo Crescente Fértil.** Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2018.

11. TRAJETÓRIAS, PROTAGONISMOS E ASSOCIATIVISMOS NEGROS

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A IMPRENSA NEGRA E APONTAMENTOS PARA PESQUISA

Aline Sônego¹
Prof. Dr. Luís Augusto Farinatti ²

Resumo: A presente comunicação trata-se de um levantamento preliminar da produção historiográfica referente à temática do projeto de tese “O pós-abolição em Cachoeira do Sul a partir do periódico da imprensa negra *O Astro*”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História/UFSM, área de concentração: História, Poder e Cultura e a Linha de Pesquisa: Cultura, Migrações e Trabalho. Este “estado da arte” privilegiou as pesquisas mais recentes sobre a Imprensa Negra, permitindo a construção de um panorama de como se tem produzido sobre a temática, quem tem produzido, quando e onde se concentram tais pesquisas, assim como quais caminhos teórico-metodológicos adotados. Possibilitou também perceber um contexto historiográfico mais amplo, que relaciona o crescimento dos estudos sobre a Imprensa Negra e aos novos olhares sobre o pós-abolição no Brasil. Dessa forma, se evidencia como estas produções podem dialogar com o projeto de tese proposto, quais as lacunas existentes e as considerações possíveis para se avançar no campo de estudos sobre a Imprensa Negra e a sua relação com o contexto do pós-abolição.

Nesse sentido, situa-se a pesquisa sobre *O Astro*, periódico da Imprensa Negra que circulou nos municípios de Cachoeira do Sul e Rio Pardo entre os anos 1927 a 1928. Fundado pelos funcionários públicos José de Farias e Manoel Etelcides da Silva, colocava-se como “órgão social do elemento de côm desta cidade”³. Considerando este periódico enquanto um porta-voz daquela comunidade negra, busca-se perceber quais eram as preocupações, anseios e

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (UFSM), membro do Grupo de Estudos sobre o Pós-abolição (GEPA/UFSM). Contato: aline_sonego788@hotmail.com

² Orientador e professor do Programa de Pós-Graduação em História (UFSM).

³ *O Astro*, 13/05/1927, n. 1, p.1.

temáticas ali expressas e que pautaram a construção da cidadania nas primeiras décadas do pós-abolição. A *Imprensa Negra* que se articulou em Cachoeira do Sul e região, além de ser um meio de integração social, de denúncias e protesto social contra o preconceito e a discriminação, constitui-se também um ponto de partida, pois é entendida enquanto a materialidade de uma dimensão relacional de origens bem mais profundas. Portanto, além de pesquisar e compreender a trajetória dos fundadores pretende-se analisar os “receptores”, isto é a comunidade leitora destas ideias, e como as suas vidas estão entrelaçadas aos ideais daquele jornal. Para isso, a utilização dos fundamentos teóricos-metodológicos da Micro-história e o no cruzamento de fontes para reconstituir as vivências sociais negras. A *Imprensa Negra* não é entendida apenas como uma empreitada individual dos fundadores enquanto intelectuais negros, mas também articulada com as variadas estratégias da comunidade negra enquanto grupo social.

A partir da palavra-chave “*Imprensa Negra*”, alcançou-se uma série de pesquisas de diversas modalidades, áreas de conhecimento, temporalidades e espacialidades. É importante destacar que “*Imprensa Negra*”, para além de um termo de busca, possui uma conceituação específica que foi e continua sendo teorizada pelos pesquisadores que se dedicam ao seu estudo. Ela refere-se se, em linhas gerais, ao conjunto de periódicos impressos idealizados e produzidos por pessoas negras e voltados para assuntos e temáticas de interesse da população negra⁴.

Devido ao retorno numeroso de títulos, proporcionado pela busca nas plataformas digitais acadêmicas, consideraram-se as produções científicas nas modalidades de teses, dissertações e artigos. A partir destes, selecionou-se aqueles trabalhos que puderam ser consultados na íntegra. O último condicionante diz respeito ao recorte temporal, no qual se filtrou as pesquisas que tratam sobre a *Imprensa Negra* do século XIX até as três décadas iniciais do século XX⁵.

Os 35 trabalhos analisados constituem 9 teses, 17 dissertações e 9 artigos. Destes, 3 trabalhos tratam sobre a *Imprensa Negra* estrangeira e 32 *Imprensa Negra* nacional (sendo que 11 são sobre os periódicos da *Imprensa Negra* sul-rio-grandense)⁶. Sobre as instituições a que

⁴ Pinto (2006); Santos (2011).

⁵ O recorte temporal foi definido a partir do projeto de pesquisa que trata dos anos finais da vigência da escravidão em Cachoeira do Sul até a década de 1930, onde se insere entre os anos 1926 e 1927 a produção d’ *O Astro*.

⁶ Para fins desta comunicação, elegeram-se nas referências alguns trabalhos como representativos deste levantamento mais amplo.

pertencem às pesquisas, este levantamento demonstrou a predominância de universidades públicas, sendo que das 65% das produções estão atreladas a universidades federais ou estaduais. Há um predomínio de estudos sobre a Imprensa Negra de São Paulo, o que pode ser explicado também pelo número expressivo de periódicos negros que surgiram naquele estado nas primeiras décadas do século XX⁷. Em segundo lugar, em termos numéricos de pesquisas produzidas, situam-se os trabalhos que tratam sobre a Imprensa Negra sul-rio-grandense, que similarmente ao caso paulista, também foi bastante fecunda em publicações⁸.

Outro dado importante é que 77% dos trabalhos foram publicados após 2010, em um momento importante de florescimento de estudos vinculados a temática do pós-abolição no Brasil e que contribuíram fundamentalmente para repensar este contexto histórico-social a partir a lógica do seus principais protagonistas, isto é, a população negra. Nesse sentido, como os jornais da Imprensa Negra constituem uma fonte privilegiada para este intento.

Nas pesquisas consultadas, os periódicos negros foram investigados a partir de um enfoque temático principal, tais como: a) o viés educativo dos jornais negros e a defesa da educação como instrumento de acesso a cidadania⁹; b) análises que comparam os usos da língua portuguesa nos periódicos negros em relação aos demais jornais, assim como seus usos discursivos¹⁰; c) sobre as intelectualidades negras que conduzem os jornais¹¹; d) contextos de associativismo negro¹²; e) esboço de uma periodização e categorização dos jornais negros em relação ao contexto de suas produções¹³; f) análise da presença de elementos de africanidade, transnacionalidade e mediações com jornais negros internacionais¹⁴; g) estudos sobre a construção/percepção da identidade negra e racialidade através dos textos dos jornais¹⁵. Em muitas pesquisas, estes enfoques se mesclam na análise e na tessitura dos argumentos, mas em

⁷ O acervo da Universidade de São Paulo contém 26 títulos digitalizados da Imprensa Negra paulista. O Arquivo do estado de São Paulo contém mais 12 títulos diferentes daqueles do acervo da USP. Consulta em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/index.php/periodicos/>
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas

⁸ O levantamento mais recente sobre o número de títulos conhecidos da Imprensa Negra rio-grandense destaca a existência de 45 jornais, concentrados em 11 cidades do estado (OLIVEIRA; LIMA; PEDROSO, 2019, p. 15).

⁹ Salles (2014).

¹⁰ Marques (2008).

¹¹ Lopes (2016); Santos (2011).

¹² Silva (2017).

¹³ Perussatto (2018); Pinto (2006).

¹⁴ Castro (2017); Reis (2016).

¹⁵ Miranda (2005); Zubarán (2007).

sua maioria, as pesquisas buscaram perceber os periódicos negros a partir de um determinado prisma condutor.

A partir deste panorama de estudos percebe-se que apesar da expressão Imprensa Negra denominar o conjunto de periódicos produzidos e voltados para a população negra, o termo não permite compreendê-lo enquanto bloco monolítico, uma vez que os trabalhos analisados demonstram que existiram diversas Imprensas Negras, nas quais se relacionam aos contextos sociais em que estão inseridas, as problemáticas que mais afetam aquele grupo social e as formas que as ideologias da época circularam e foram apropriadas e ressignificadas por aqueles idealizadores das folhas. No entanto, cabe destacar, que as demandas contra o preconceito e o racismo, a defesa da importância da educação e a luta pela cidadania são as tônicas urgentes que os periódicos foram unânimes em evidenciar e pautar.

Outro ponto a ser destacado, é a influência da produção historiográfica sobre a Imprensa Negra da Escola Sociológica Paulista. Evidentemente trata-se dos estudos pioneiros sobre o tema, mas que em grande parte dos estudos, mesmo quando abordados criticamente, ainda evidenciam a perspectiva evolucionista na compreensão da história das publicações. Assim como reforçam uma interpretação de caráter exógeno, isto é, de analisar os ideários dos jornais como uma aproximação branqueamento social e na perspectiva de inserção sócio-econômica da população negra na sociedade capitalista. Em contrapartida, os Estudos Culturais e Pós-Coloniais têm proporcionado às investigações sobre a Imprensa Negra uma perspectiva bem mais complexa e endógena desta produção, isto é, olhando-a a partir da visão de mundo dos protagonistas negros e suas estratégias sociais naquele contexto.

Muitos dos trabalhos referenciados, mesmo ao eleger um mesmo periódico, construíram interpretações diversas e por diferentes prismas, evidenciando a riqueza de possibilidades da Imprensa Negra como fonte. Utilizada como fonte principal, como se propõe com *O Astro*, entende-se que para além da pesquisa sobre o periódico em si, este permite analisar como esta comunidade negra protagonizou, seja conjuntamente ou individualmente, caminhos e estratégias para enfrentar os desafios de uma sociedade racializada nas primeiras décadas do pós-abolição.

Palavras-chave: Imprensa Negra; Produção historiográfica; *O Astro*.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Crístian. The transnational imagined community of the Black press of São Paulo and Chicago, 1900–1940s. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, n°60, p. 71-92, janeiro-abril, 2017.

LOPES, João Paulo. Clio negra para uma nação multicolor: a escrita da história na imprensa negra – 1926-1937. **Revista Transversos**, v. 08, 2016.

MARQUES, José Geraldo. **Imprensa e resistência negra**: o projeto integracionista em discursos do Getulino. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MIRANDA, Rodrigo. **Um caminho de suor e letras**: A militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do Getulino (Campinas, 1923-1926). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de; LIMA, Taiane Anhanha; PEDROSO, Guilherme. **“A fim de combater estultos preconceitos de raça” nasce a imprensa negra em Santa Maria/RS, em 1919: Levantamento dos jornais, a partir da Campanha de Preservação dos Jornais da Imprensa Negra. Anais do 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Florianópolis, 2019.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911), Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PINTO, Ana Flávia M. **De pele escura e tinta preta**: A imprensa negra no século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

REIS, Carlos Antonio dos. **A África impressa**: identidades e representações da África na imprensa negra paulista (1916-1978). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

SALES, Ricardo Ramos. **A imprensa negra paulista e a educação**: um movimento de resistência? Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História**: trajetórias intelectuais na imprensa negra Meridional. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernanda de Oliveira. **As Lutas Políticas nos Clubes Negros**: Culturas Negras, Racialização e Cidadania na Fronteira Brasil-Uruguaí no Pós-abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ZUBARAN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: imprensa negra em porto alegre (1902-1910). **Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Florianópolis, 2007.

OS “INAPTOS PARA A LIBERDADE”: VIDA E COTIDIANO DOS AFRICANOS LIVRES NO IMPÉRIO DO BRASIL

Guilherme Vargas Pedroso¹

Resumo: Certa tarde, em algum lugar entre Luanda e Ambriz, mais de duzentos africanos foram obrigados a embarcar em um navio com destino a Moçambique e escala pelo Rio de Janeiro. Por volta de uma hora o embarque começou, e durante as próximas quatro ou cinco horas, um a um, os africanos foram colocados no porão do navio para engrossarem as fileiras de trabalho compulsório na América.

O relato acima é parte de um trabalho de Daniela Carvalho Cavalheiro², que analisa a travessia ilegal de africanos pelo atlântico após o decreto da lei de 1831, que proibia o tráfico de africanos para o Brasil. Africanos livres é a categoria jurídica dada a essas pessoas traficadas ilegalmente que viveram entre a escravidão e a liberdade durante muitos anos.

A primeira determinação legal que vai tratar do tráfico destes africanos, data de 1815, quando acordos entre Portugal e Inglaterra (Convenção Adicional às Resoluções do Congresso de Viena) condenam e limitam o tráfico para o Brasil ao sul da linha do Equador. Nesse sentido, o acordo regulamenta comissões mistas que teriam como objetivo fiscalizar e apreender os navios que traficam africanos em linhas proibidas. Além disso, o acordo previa que as comissões alforriassem os africanos apreendidos nessas apreensões e, que posteriormente, estes passariam a trabalhar como “criados” e/ou “trabalhadores livres”. No Brasil, D. João VI em

¹ Graduando em História - Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA-UFSM). Bolsista PIBIC/CNPq. Email: Guilhermepedroso.v@hotmail.com.

² CAVALHEIRO, Daniela C. Entre o tráfico e a tutela: o comércio ilegal e os africanos livres do *Brigue Brillante*. **Anais...** XVIII Simpósio Nacional de História - ANPUH. 2013, Natal/RN. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321720_ARQUIVO_DanielaCarvalhoCavalheiro_Texto_completo.pdf.

1818 estabeleceu novas medidas que puniram mais profundamente aqueles que fossem condenados pelo tráfico ilegal. Essas medidas determinavam o confisco de bens e o degredo para os donos capitães e “oficiais” de navios, além dos compradores de escravos, condenados por tráfico ilegal, e vetando o direito ao seguro de embarcações negreiras (FLORENCE, 2002). Além disso, o acordo fixou o tempo de catorze anos de trabalho compulsório até que essas pessoas pudessem alcançar o direito da “plena liberdade”, partindo do princípio de que estariam inaptas para a liberdade.

Em âmbito nacional a discussão sobre a abolição do tráfico aconteceu em 1831, proveniente de amplos debates acerca do tema que corria pelo Parlamento desde os tratados internacionais discutidos anteriormente. A Lei de 7 de novembro de 1831 já em seu cabeçalho mostrava seus dois principais objetivos: “*Declara livres todos os escravos vindos de fora do império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos*”. No artigo número um, a lei declarava que todos os escravos encontrados em portos ou no território do Brasil, vindos de fora, seriam libertos. Nos artigos dois e três, a lei considerava “importadores” todos aqueles que tivessem participação no tráfico ilegal, desde o comandante da embarcação, os financiadores da viagem até os compradores finais. Todos esses, condenados e enquadrados no artigo 179 do Código Criminal (1830), aos que reduziam pessoa livre a escravidão³. Além disso, a lei determinava que todos os africanos apreendidos em embarcações ilegais, fossem imediatamente reexportados para África, sendo o custeio da viagem obrigação dos importadores. Essa determinação da lei não foi muito longe, como mostra Beatriz Mamigonian:

Em 1834, as negociações para a reexportação não avançavam e o tráfico voltava a crescer. O ministro da Justiça, Aureliano Coutinho, determinou a arrematação (e mais tarde a concessão) dos serviços dos africanos e africanas livres para instituições e pessoas de “de reconhecida probidade e inteireza”. Trabalhariam em troca de alojamento, alimentação, vestuário, e cuidados de saúde, além do pagamento de um “aluguel anual” que nunca foi revertido para eles (MAMIGONIAN, 2018).

No momento enquanto o processo corria, conforme a legislação, os africanos livres deveriam aguardar no interior dos próprios navios. Ao sair o julgamento, eram levados para a

³ Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. 1831, Lei de 7 de Novembro de 1831, pp. 182-184. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. Último acesso: 23/6/2019.

Casa de Correção, que era uma instituição prisional baseada no princípio da reabilitação por trabalho. Existem evidências de que os africanos livres também foram depositados em barracões no Valongo⁴ (FLORENCE, 2002).

Para as autoridades do Império, essas pessoas necessitavam de um período de aprendizado que se daria através do trabalho, deveriam desenvolver a capacidade de “viver sobre si”, ou seja, sem qualquer dependência. Assim, os africanos livres trazidos ilegalmente foram distribuídos entre concessionários privados e instituições públicas para servirem como “trabalhadores livres”.

Os africanos livres, primeiramente, eram distribuídos majoritariamente entre uma elite política, funcionários públicos e pessoas que o governo imperial pretendia recompensar. Depois, passaram a ser concedidos a qualquer pessoa do Império. Para Mamigonan (2004), a posse de africanos livres era diferente da de escravos, a primeira significava prestígio social e a segunda refletia na concentração de renda dos sujeitos que arrematavam essa mão-de-obra.

Ao serem distribuídos entre particulares e públicos, os africanos livres eram direcionados as mesmas tarefas que os escravizados. Assim, eram obrigados a pensar que a liberdade seria fruto do trabalho que deveriam cumprir e que, ao fim do “termo de compromisso” alcançariam a “liberdade plena”. Podemos observar que proporcionalmente poucos africanos livres trabalhavam em troca de pagamento em dinheiro e que pouquíssimos podiam guardar parte de seus ganhos, demonstra claramente que não estavam acima dos escravos no mercado de trabalho (MAMIGONIAN, 2004).

Cavalheiro afirma que instituições e obras públicas eram o primeiro destino dado aos africanos livres para que cumprissem o tempo em tutela. Ao analisar uma declaração do *Diário do Rio de Janeiro* percebemos que os africanos livres eram utilizados nas obras da própria Casa de Correção: [...] “*Dos africanos, existião 114, morrerão 2, foi hum entregue a Administração das Obras Públicas d’onde se recebeu, existem 111*”. Cavalheiro em sua pesquisa sobre o

⁴ Originalmente nome de rua, Valongo consistia na região onde se concentrava o comércio de escravizados na periferia do Rio de Janeiro. Sobre Valongo, ver mais em: SOARES, Carlos E. L. Valongo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

trabalho dos africanos livres na construção da estrada de Magé a Sapucaia⁵, mostra que o tratamento dado a estes sujeitos diferenciava-se dependendo do local de trabalho. Assim, os africanos livres que trabalhavam em obras públicas, mais afastadas dos grandes centros urbanos, como é o caso da Casa de Correção, estariam mais sujeitos a maus tratos do que aqueles que trabalhavam em centros urbanos, próximos das autoridades que eram responsáveis pelos bons tratos dos africanos. Mamigonian mostra que a taxa de mortalidade dos africanos livres que trabalhavam para instituições públicas era superior àqueles que trabalhavam para concessionários privados. Para a autora, essa diferença se deve ao fato de que possivelmente os concessionários poderiam ter recebido os africanos livres que gozavam de melhor saúde, e em parte aos péssimos cuidados dispensados aos doentes nas instituições públicas. O objetivo dos concessionários e das instituições era de levar os africanos livres cada vez mais para o interior, aumentando assim, o poder sobre os mesmos e conseqüentemente, a dominação.

Em meio a desorganização na distribuição dos africanos livres, o Sr. Ferreira Penna na seção de 1839 na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro “*propõe a urgência para apresentar um projecto àcerca da distribuição dos africanos livres*”⁶. A mão-de-obra desses africanos livres era de suma importância para a sociedade escravista, que via o “negócio” como muito lucrativo.

Dias depois da publicação de Penna na sessão da Câmara, o jornal publicou uma correspondência que reclamava as condições nas quais os africanos livres estavam sendo distribuídos. A correspondência afirmava ser um erro conceder africanos a pessoas que antes já tivessem sido “contempladas” e propunha que fossem distribuídos não mais do que dois (africanos livres), pois assim, não correriam o risco de “falta para aqueles que necessitam”. Além disso, a correspondência denunciava que vários indivíduos teriam conseguido “*grandes porções de africanos, pedindo-os em nome de diferentes pessoas*”. Por fim, pedia que se evitassem os escândalos envolvendo a distribuição dos africanos, e que o curador dos africanos livres passasse a saber e publicar os nomes de concessionários, e os lugares para onde as “mercadorias” eram remetidas.

⁵ CAVALHEIRO, Daniela C.. Caminhos negros: Vida e trabalho dos africanos livres na construção da estrada de Magé a Sapucaia. **Revista A Histórica**: Rio de Janeiro, n. 7, p. 41-59, jan./jun. 2014.

⁶ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro. Maio de 1839. Nº 108. P. 1.

Os africanos livres sempre causaram amplo debate em meio a elite. Em certo anúncio no *Diário do Rio de Janeiro* (1837), um “cidadão de bem” da época, pertencente à elite ao que consta, pedia ao chefe da polícia que “limpasse a cidade dos africanos livres”, pois estes eram “nocivos, que seduziam os escravos”. Aqui, podemos observar que não havia tratamento diferente em relação aos “status” de escravizados e livres, a não ser quando fosse se referir aos sujeitos.

Na visão da elite, os africanos livres, e aqui amplio o debate a todos negros escravizados no Império, em geral eram tidos como portadores de “males” inerentes a sua existência, fossem oriundos de uma formação cultural inferior, ou de valores morais inválidos por não serem cristãos, considerados como responsáveis pela brutalidade da escravidão e desqualificados para uma liberdade repentina. Mesmo não se tratando da utilização da ideia de diferenças raciais, efetivaram uma desqualificação a priori dos africanos (FLORENCE, 2002). Essa desqualificação apontada por Florence, é usada como justificativa para legitimar a escravidão e o trabalho compulsório no caso dos africanos livres, que eram usados para reproduzir e reforçar a hierarquia na sociedade brasileira.

È interessante observar que as políticas do governo imperial não foram alteradas com o declínio do comércio de escravos, e que mesmo após a abolição total, em 1850, não se tenha mudado o uso da mão-de-obra livre no país. A experiência dos africanos livres, e como mostra Mamigonian, outros sujeitos que foram empregados como trabalhadores forçados (negros, índios e mestiços) prova que a elite imperial não se via pronta para tratar essas pessoas como livres, assim como os anúncios de concessões, aluguéis e repúdios a esses sujeitos nas páginas do jornal *Diário do Rio de Janeiro* que fizeram parte das fontes analisadas para o presente trabalho. Como consta no título, a vida e o cotidiano dos africanos livres no Brasil, nos mostram que o país experimentou uma expansão do trabalho não-livre entre o declínio da escravidão e o arranjo de novas formas de trabalho forçado, ao invés de uma gradual transição para o trabalho livre (MAMIGONIAN, 2005).

Na história do Brasil, os africanos livres estiveram nas nuances que se encontram no interior do processo de transição de trabalho compulsório para o trabalho livre, nunca existindo uma delimitação bem definida entre as duas partes. Os africanos livres foram obrigados, assim

como muitos outros trabalhadores forçados, a transitar entre a escravidão e liberdade, mas nunca sem assumir formas de resistências variadas.

Destinados a serem escravizados, e na lei sendo libertos, os africanos livres percorreram uma longa caminhada entre as assinaturas dos tratados internacionais, passando pela constituinte, indo até as tramitações e debates acerca da legislação referente ao fim do tráfico que ocorrerá, sobretudo, na década de 30, com desfecho legal em 1850. O trabalho dos africanos livres contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento do país, sendo um contingente de trabalhadores que foram usados para colocar em prática os projetos de desenvolvimento do governo do Império do Brasil. Assim, a história brasileira é composta também por essas pessoas que juridicamente eram livres por direito, mas que a sociedade hierárquica não aceitava considerá-los “aptos” para a liberdade.

Fontes:

- Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro. 1831, Lei de 7 de Novembro de 1831, pp. 182-184. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. Último acesso: 23/6/2019.
- Jornais digitalizados - Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Diário do Rio de Janeiro

Edição de 21/12/1835, página 2.

Edição de 19/5/1837, página 1.

Edição de 23/9/1837, página 1.

Edição de 14/5/1839, página 2.

Edição de 24/5/1839, página 2.

Edição de 8/6/1839, página 2.

Edição de 31/1/1840, página 2.

REFERÊNCIAS:

SOARES, Carlos E. L. Valongo. in: **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos/** Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MAMIGONIAN, Beatriz G. GRINBERG, Keila. Lei de 1831. in: **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**/ Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos Livres. in: **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**/ Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CAVALHEIRO, Daniela C. Entre o tráfico e a tutela: o comércio ilegal e os africanos livres do *Brigue Brilhante*. **Anais...** XVIII Simpósio Nacional de História - ANPUH. 2013, Natal/RN.

CAVALHEIRO, Daniela C.. Caminhos negros: Vida e trabalho dos africanos livres na construção da estrada de Magé a Sapucaia. **Revista Ars Historica**: Rio de Janeiro, n. 7, p. 41-59, jan./jun. 2014.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a "transição para o trabalho livre": a experiência dos africanos livres. in: FLORENTINO, Manolo (org). **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp.389-412.

FLORENCE, Afonso Bandeira. **Entre o cativo e a emancipação**: a liberdade dos africanos livres no Brasil (1818-1864). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

CARROCEIROS, BOLEEIROS E CHOFERES: PRIMEIRAS NOTAS ACERCA DO PERFIL SOCIAL DOS TRABALHADORES DO SETOR DOS TRANSPORTES EM SANTA MARIA 1924-1928

Luiz Fernando dos Santos da Silva Rodrigues¹
Orientador: Luís Augusto Ebling Farinatti²

Resumo: O presente trabalho é fruto de uma pesquisa inicial e das primeiras discussões e percepções acerca dos carroceiros, boleiros e choferes em Santa Maria (RS) no início do século XX. Portanto, aqui serão apresentadas as principais ideias da pesquisa, assim como, as indagações e problemáticas levantadas, que ainda precisarão ser respondidas com o desenvolvimento dessa investigação. Essa comunicação busca entender de que maneira se

¹Luiz Fernando dos Santos da Silva Rodrigues, graduando em História pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID UFSM. Membro do Grupo de Estudos Sobre o Pós-Abolição – GEPA UFSM. E-mail: fernando12rodrigues@gmail.com.

² Professor do Departamento e do Programa do Pós-Graduação História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

configuravam os elementos relacionados ao transporte dentro da cidade de Santa Maria, como também os trabalhadores que atuavam nesse ramo, sejam como carroceiros, boleiros e choferes. Ressaltamos a importância em trabalhar com um recorte étnico-racial, a fim de fazermos questionamentos acerca da atuação de egressos da escravidão e seus descendentes no contexto do pós-Abolição, as formas de trabalho e as suas experiências em liberdade.

Para que seja possível compreender os transportes na cidade de Santa Maria e os trabalhadores que atuavam nessa área, temos que entender as dinâmicas e transformações que a cidade estava passando de meados do século XIX e início do século XX. Grigio (2019, p. 18) aponta para o caráter multiétnico da cidade desde a sua formação, ressalta a presença de um número considerável de indígenas que após a conquista das Missões passaram a viver nas estâncias, vilas e florestas da região. O autor aborda a importância da posição geográfica da cidade, que acabou atraindo imigrantes alemães que buscavam oportunidades econômicas e ascensão social. Os africanos e seus descendentes sejam eles livres, libertos ou escravizados também faziam parte desse cenário e estavam presentes desde a origem do povoado, exerciam os mais diversos trabalhos, tanto no espaço rural como urbano. Esse retrato traçado por Grigio nos ajuda a entender o “caldeirão étnico” tratado por Daniela Vallandro de Carvalho (2005) ao estudar a cidade de Santa Maria. Entretanto, temos que ressaltar as tentativas de “embranquecimento” da cidade, seja pelos relatos de memorialistas e viajantes que viveram ou passaram por Santa Maria, e ainda a sub-representação tendo como base os censos da época, como bem ressalta Oliveira (2017, p. 226).

É importante analisarmos a passagem do século XIX para o XX e as suas transformações na sociedade brasileira, como a abolição da escravidão, a instauração da República e a industrialização de muitos municípios. Santa Maria não ficou de fora dessas mudanças, ao fim do século XIX tornou-se um dos mais importantes entroncamentos ferroviários do estado. Porém, é importante lembrar que esse caráter urbano estava muito atrelado ao meio rural, os populares intermediavam esses espaços “que em seu trânsito constante ligavam culturalmente campo e cidade” (CARVALHO, 2005, p. 34).

Visto que foi dada uma breve introdução ao contexto histórico da cidade de Santa Maria, apresentaremos os trabalhos que nos ajudaram a refletir sobre o setor dos transportes. Alguns desses trabalhos trataram sobre os carroceiros, boleiros e choferes não necessariamente de

forma direta, mas suas pesquisas perpassaram esses indivíduos, através das trajetórias de sujeitos populares que exerciam essas profissões. Dentre esses trabalhos, destacamos a tese de doutorado de Ênio Grigio (2016) “No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que os intimidasse”: A comunidade negra de Santa Maria e sua Irmandade do Rosário (1873-1942), que no ano de 2019 virou um livro com o mesmo título. Grigio trabalhou com a realidade da população negra santamariense e as suas experiências em tempos de escravidão e liberdade, assim como, tratou da reconstrução da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e das relações daqueles sujeitos. Através da análise de pessoas que faziam parte da Irmandade do Rosário, Grigio identificou diversos carroceiros e destaca a presença negra no setor de transportes da cidade. A dissertação de Mestrado da historiadora Franciele Rocha de Oliveira (2017), teve grande importância para essa pesquisa, pois ela ao trabalhar com a trajetória de José Francisco do Nascimento, um egresso da escravidão, pôde acessar as redes familiares e de solidariedade de populares, assim como, as profissões que os mesmos empreendiam. Através disso, Oliveira chegou à profissão desempenhada por José e algumas das pessoas da sua rede familiar e de sociabilidade, que eram carroceiros e faziam parte do setor de transportes da cidade.

O livro da historiadora Ana Maria da Silva Moura (1988) “Cocheiros e carroceiros: Homens livres no Rio de senhores de escravos” levantou algumas questões acerca do transporte na cidade do Rio de Janeiro e daquilo que ela chama da “transição” do trabalho escravo para o livre, que entendemos que foi gradual e conflituosa, principalmente no período em que a autora trabalha que é de 1840-1910. Período em que a escravidão ainda persiste e o que torna mais precária³ a experiência de liberdade de negros livres e libertos. Moura trabalha com documentos sobre as habilitações dos veículos, cargas e prestações de serviços que surgem em 1848. Através desses documentos ela consegue tecer uma distinção entre os carroceiros e cocheiros, onde os carroceiros na maioria das vezes são detentores do seu instrumento de trabalho e os cocheiros trabalham para terceiros, como as grandes companhias que acabam monopolizando o setor do transporte de pessoas no Rio de Janeiro. A autora sustenta a tese de que a mão-de-obra predominante empregada no transporte de cargas através das carroças era a mão-de-obra livre

³ Ver: CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*. São Paulo, n. 19, p. 33-62, 2010.

nacional, todavia ela ainda conseguiu identificar imigrantes portugueses e escravos de ganho desempenhando essas funções. Moura ainda fala sobre o tipo de serviços desempenhado pelos carroceiros: mudanças, trastes (revenda de roupas e de móveis usados), carregamento de material de construção, aterro, lixo, água, forragens para os animais das cocheiras da cidade; revenda do artesanato da região; fretes de café, couro, tabaco, mandioca em farinha (farinha de pau); azeite, vinho, frutas europeias para as casas de importação e exportação; transporte e revenda das esteiras, cerâmica, barro vindo do sertão carioca; frete de mercadorias das lojas aos compradores, enfim, cobrindo e unindo as freguesias comerciais aos bairros residenciais e ao sertão.

Já os cocheiros segundo a historiadora estão vinculados a terceiros e não possuem a sua principal ferramenta de trabalho, as relações de trabalho são estabelecidas através de contratos na maioria das vezes firmados com as companhias que vão surgindo no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. É interessante analisar que os cocheiros de aluguel respondiam a outro nível de desenvolvimento urbano, atendiam às necessidades de uma classe média em expansão. Não eram responsáveis necessariamente à distribuição de mercadorias no mercado interno urbano, embora atendam ao escoamento de produtos, do recebimento e despacho das cargas importadas, do armazém ao porto. A particularidade dos cocheiros de aluguel é o fato de que esses atendem à circulação de pessoas. Os coches de aluguel irão permitir uma maior e mais rápida comunicação entre as paróquias e mobilidade da população.

Paulo Cruz Terra (2007) em seu trabalho “Tudo o que carrega é negro?”: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870), traz vários questionamentos acerca dos transportes no Rio de Janeiro e do perfil das pessoas que trabalhavam nesse setor. Terra faz um contraponto com Moura (1988), na medida em que ela afirma que os cocheiros e carroceiros haviam substituído a mão-de-obra cativa a partir de 1850, sem enfrentarem nenhuma concorrência significativa. O autor demonstra os atritos entre os cativos que eram encarregados pelo transporte manual de cargas, na maioria escravos de ganho, com os imigrantes portugueses que passaram a ocupar esse setor através do uso de carroças. Terra ressalta ainda, que por mais que existem evidências da participação de trabalhadores livres nos transportes, que passaram a ocupar essas posições que antes eram exercidas por escravizados, esses últimos ainda constituem a maioria entre os trabalhadores nos transportes. “Embora tenham sido praticamente

excluídos da condução de veículos, enquanto carregadores, ligados principalmente ao porto, eles conseguiram manter uma posição de destaque. Nem que para isso tivessem que se valer de violência” (TERRA, 2007, p. 60).

As leituras e reflexões acima descritas foram essenciais para que pudéssemos traçar um perfil dos trabalhadores dos transportes, refletir sobre as funções que exerciam e a sua importância para o desenvolvimento das cidades. Nessa parte do trabalho apresentaremos a documentação que pretendemos analisar. Porém, é preciso fazer algumas ressalvas, como se trata de uma pesquisa em fase inicial, grande parte do potencial dessa documentação ainda precisa ser explorada. A metodologia desse trabalho constituirá em apresentar algumas características dessas fontes, assim como, fazer a discussão com alguns trabalhos historiográficos produzidos acerca dos trabalhadores do setor dos transportes na cidade de Santa Maria. Trabalharemos com a documentação referente às matrículas de carroceiros, boleiros e choferes, que começaram a ser registradas a partir de 1924 na Intendência Municipal e encontram-se nos Fundos da Intendência no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria⁴, a documentação encontrada vai até 1928 e conta com 134 condutores de carroças, 492 choferes e 36 boleiros de carros registrados. Grigio (2019) fez um levantamento dos dados registrados nas matrículas dos carroceiros, o total de carroceiros registrados entre 1924-1928 foi de 134 condutores de carroças, apenas 46 deles (34%) eram os condutores e ao mesmo tempo proprietários dos veículos. Os outros 88 (65,7%) exerciam esta atividade profissional em carroças de outros proprietários, como seus empregados. Entre os carroceiros havia 122 brasileiros, 3 portugueses, 2 uruguaios, 2 russos, 1 espanhol, 1 alemão e 1 sírio. É interessante analisar segundo a documentação a função descrita das carroças, conseguimos perceber que nesse total de 134 carroças, 2 carroças são de leite, 5 carroças de pipas de água, 13 carroças de distribuição de pão, 4 carroças particulares, 91 são descritas como de duas rodas e 19 de quatro rodas.

A partir da análise prévia de 280 matrículas dos choferes dos anos de 1924-1927 (dados que podem ser revisitados com o avançar dessa pesquisa), conseguimos identificar que 106 (38%) condutores são donos dos seus veículos e 174 (62%) condutores não possuem veículos, ou seja, estão atrelados a algum tipo de vínculo, seja ele familiar ou empregatício com os

⁴ Fundo da Intendência Municipal. Caixa 82, Tomo 495; Caixa 83, Tomo 499. AHMSM.

proprietários. Uma particularidade dessa fonte é que conseguimos identificar alguns dos condutores através de fotos que estão anexadas nas matrículas. Porém, a maioria dos 280 condutores que analisamos não possuem fotos, o que impossibilita análises e reflexões mais detalhadas acerca dessas categorias. Tomando por base as matrículas dos Choferes que possuem fotos, conseguimos identificar a cor dessas pessoas. Nesse ponto assumimos a responsabilidade no ato de classificar esses sujeitos pelas suas cores. Sabemos que é arriscado, pois desconsidera uma gama de elementos acerca da subjetividade e da forma em que esses indivíduos se reconheciam. Entendemos que esse é o nosso olhar acerca dessas pessoas do passado.

Contudo, como os elementos da cor/raça não estão presentes por escrito, achamos que a melhor forma de nos aproximar e de reconhecer esses trabalhadores é através das fotografias. Das 280 matrículas de trabalhadores, apenas 56 possuem fotos. Dessas, 46 condutores identificamos como brancos e 10 condutores como negros. Na relação de posse desses veículos, identificamos que entre os negros apenas 1 ou seja 10% são proprietários dos seus veículos e entre os brancos esse número sobe para 14 proprietários, o que significa 30% dos condutores⁵. Muitos dos carros descritos são particulares ou carros de praça, que são encarregados de fazer o transporte de pessoas, outros estão vinculados a companhias e empresas encarregadas de fazer serviços de frete, hipótese levantada através da análise das fontes em que é possível verificar o uso de caminhões em que cooperativas e companhias são proprietárias. Um elemento importante para ser observado é a existência ou não de algum tipo de contrato de trabalho entre os condutores e os proprietários, esse aspecto deve ser estudado conforme a pesquisa avançar.

Referente aos “boleiros” acreditamos que o termo sirva para os carros de tração animal⁶ ligados na maioria das vezes ao transporte de pessoas. É interessante notar uma grande presença de condutores negros. Dos 36 condutores analisados 22 possuem fotos, 12 (54,5%) identificamos como brancos e 10 (45,5%) como negros. Desses, 58,3% dos condutores brancos são proprietários dos seus veículos em contraponto aos 30% de condutores negros. A fim de sair um pouco da análise dos números e adentrar no cotidiano desses trabalhadores, traremos

⁵ Novamente queremos ressaltar as limitações desses dados, reconhecemos também que os dados não podem apresentar a totalidade dos trabalhadores no ramo dos transportes, pois temos que ter em mente que esses indivíduos podem estar sub representados, podendo exercer o trabalho com ou sem registro.

⁶ Ver: VIEIRA, David Durval. A cidade e os Bichos: poder público, sociedade e animais em Belém (1892-1917); 2014; Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará.

um episódio abordado por Ênio Grigio (2019, p. 219) no qual ressalta a presença negra nas atividades de carroceiros e boleiros na cidade de Santa Maria. O autor analisa uma série de comentários encontrados no jornal “*O Combatente*”, no dia 17 de fevereiro de 1901. O cronista de pseudônimo Aurélio Pinto “reclamava da atitude dos boleiros que não acendiam os lampiões dos carros à noite, que transformavam as boleias em carroças (transportando fardos de alfafa e sacos de milho)”, ainda reclama da forma em que os boleiros se vestiam, “andando descalços, de tamancos ou chinelas, na maior liberdade e de chapéu desabado” e de como conduziam os veículos, esbordoando “animais mancos ou rengos”.

Boleiros e carroceiros respondem os malfadados comentários de Aurélio Pinto, através do Jornal “*O Estado*” na edição de 27 de fevereiro de 1901. Grigio (Ibid) destaca a resposta: “Em texto publicado a pedido, eles reclamaram das censuras e insinuações de Aurélio Pinto, afirmando que diante da crise medonha que ocorria, eram os menos favorecidos de proteção”, e que “não há negro de pé rachado que ignore que os carros e carroças costumam andar diante dos bucéfalos e burros, assim como não costumam andar adiante da distinta sociedade que tanto respeitamos”. A resposta dos boleiros e carroceiros veio acompanhada de tréplica na edição do dia 03 de março de 1901 no jornal “*O Combatente*”. Aurélio Pinto escreve “nada, porém, atenuará o desleixo com que os **etiópicos** e mongólicos condutores de carros (alguns) tratam do seu mister” e ainda afirma “perderam o precioso tempo, o latim e o rico dinheirinho, tão choradinho, tão boleadinho”.

Contudo, chegamos ao fim desse trabalho e vemos um horizonte de possibilidades de pesquisa tendo como enfoque a história dos transportes em Santa Maria. Queremos destacar a importância dessas atividades, tanto dos choferes, carroceiros e boleiros para o transporte de pessoas, no comércio local e no funcionamento da cidade. A nossa intenção era analisar como os trabalhadores negros estavam articulados nesse meio. Como vimos com o trabalho de Paulo Cruz Terra (2007), o setor dos transportes até o fim do século XIX era majoritariamente ocupado por negros escravizados. Na passagem do século XIX para o século XX percebe-se uma transformação nesse meio, que incrementa novas tecnologias como as carroças, boleias e mais tarde automóveis. Conseguimos verificar elementos que nos permitem pensar a maneira com que egressos da escravidão a partir das suas experiências construíram e ressignificaram os transportes agora vivenciando a liberdade. Episódios como aquele acima descrito e trabalhado

por Grigio (2019), nos leva a reflexão de como aqueles carroceiros e boleiros eram vistos por uma elite que os consideravam “empecilhos” diante da ideia de progresso e modernidade que o século XX trazia para Santa Maria. Porém, percebemos a forma com que aqueles trabalhadores se reconheciam, sua consciência sócio-profissional e étnico-racial, e a capacidade de união e mobilização frente às críticas que receberam. Essas são algumas notas de uma pesquisa que está apenas começando e se vê diante de um longo caminho a ser trilhado.

Palavras-chave: Trabalhadores; Transportes; pós-Abolição.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade: os conflitos e as relações interétnicas populares - Santa Maria 1885-1915**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2005.

GRIGIO, Ênio. **No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse: A comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942)**. Santa Maria. Câmara dos Vereadores de Santa Maria, 2019.

MOURA, Ana Maria da Silva. **Cocheiros e carroceiros: homens livres no Rio de senhores e escravos**. São Paulo: Hucitec, 1988.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência: Trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

TERRA, Paulo Cruz. **Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2007.

UMA ESPIRAL QUE MOVIMENTA HISTÓRIAS: TRAJETÓRIAS DE CORPOS NEGROS DANÇANTES NA UFSM

Amanda Santos Silveira¹

Maria Clara Mocellin²

Flávio Campos Braga³

Resumo: O presente trabalho tem como base os resultados parciais da pesquisa de mestrado em andamento, a princípio intitulada “Corpos Negros Dançantes no ensino superior: processos identitários no campo artístico na Universidade Federal de Santa Maria”. A pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), está dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na linha de pesquisa “Identidades Sociais, Etnicidade e Educação”.

Considero a noção de negritude como uma problemática instalada na vida e nos corpos de tantos negros, portanto, me debruço sobre a temática para compreender os processos identitários dos sujeitos negros nos cursos de graduação em Dança da UFSM. Para tanto, é necessário investigar e problematizar suas trajetórias de vida, sendo este o cerne do presente trabalho.

Para dar conta das discussões sobre identidade e negritude, lanço mão de embasamentos advindos das Ciências Sociais e das Artes, em específico, da Antropologia e da Dança. A partir desse potente diálogo, constato que é preciso assumir e reconhecer a desvalorização existente no que diz respeito a experiência dos negros na vida política, sociocultural e sobretudo artística do país. Assim, é possível compreendermos como nossa história foi contada, escrita e dançada de maneira excludente e etnocêntrica desde sempre. (ROCHA, 2002)

Busco, aqui, compartilhar uma parte do sensível e minucioso trabalho de campo realizado nos cursos de Dança da UFSM, que me possibilita o contato com os sujeitos

¹ Bacharela em Dança e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFSM. Artista-pesquisadora do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON). E-mail: amandasilveira.danca@outlook.com

² Orientadora: Professora adjunta dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da UFSM. Mestre em Antropologia Social pela UFGRS e Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Integra o NECON e o Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão MIGRAIDH – Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da UFSM. E-mail: claramocellin@gmail.com

³ Co-orientador: Bailarino-Pesquisador-Intérprete, professor adjunto do Curso de Dança Bacharelado da UFSM, Doutor e Mestre em Artes da Cena pela UNICAMP, Bacharel em Artes Cênicas pela UNIRIO. Coordenador do Grupo de Pesquisa (CNPq) Processo BPI: formação e criação em Dança do Brasil e do Laboratório BPI. E-mail: f.camposbraga@gmail.com

escolhidos como interlocutores da pesquisa. O objetivo deste trabalho é refletir acerca dos diferentes agenciamentos instaurados a partir das experiências no contexto acadêmico, destacando o estudo sobre as trajetórias dos alunos negros nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Dança na UFSM. É importante ressaltar que falo aqui enquanto artista-pesquisadora e primeira negra bacharela em Dança do Rio Grande do Sul, portanto, por ocupar este lugar de fala (RIBEIRO, 2017), uso a primeira pessoa.

Aciono a imagem da espiral pelo seu movimento constante e pela possibilidade de evidenciar a relação entre as trajetórias que aqui serão narradas de maneira reflexiva. Entendo a noção de trajetória a partir do que propõe Pierre Bourdieu (2000), pois o sociólogo e antropólogo encara tal conceito enquanto uma configuração das experiências sociais. Para o autor, as relações fazem parte da temporalidade vivida pelo sujeito, ou seja, a trajetória possibilita estabelecer vínculos com a história de cada um. Aqui utilizo a noção de trajetória dando ênfase aos lugares ocupados pelos sujeitos dentro de um campo de conhecimento específico, os estudos da Dança.

A escolha do universo de pesquisa baseia-se na ânsia em descobrir como outros sujeitos negros agenciam suas trajetórias nos cursos de Dança da UFSM, tendo em vista que a partir da minha experiência, a identidade negra de fato foi construída, reconhecida, aceita e afirmada durante a graduação em Dança-Bacharelado, iniciada em 2013⁴ e concluída em 2016.

A noção de agenciamento faz parte de um grupo de conceitos que nos colocam em um emaranhado de sentidos, e por isso abro um breve intervalo para contextualizar que aqui, o uso de agência configura o jogo feito entre Bourdieu (1983) e a antropóloga cultural Sherry B. Ortner (2007).

O agenciamento do sujeito negro dentro de uma estrutura – que está em nós e que reproduzimos – diz respeito ao movimento feito dentro da possibilidade de mudança e movimento das regras e normas sociais. (BOURDIEU, 1983) Ou seja, a agência é tratada aqui enquanto a capacidade dos sujeitos de processar suas experiências, de resolver problemas, de enfrentar o cotidiano acadêmico, de aprender a intervir no fluxo de situações que ocorrem ao seu redor e percebendo as circunstâncias muitas vezes inesperadas que emergem. (ORTNER,

⁴ O curso de Dança Bacharelado foi criado em 2013 pelo Centro de Artes e Letras (CAL) e no mesmo ano o Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) criou o curso de Dança Licenciatura.

2007) Para finalizar: entendo agência como a manifestação de uma ação que causa uma mudança em relação ao estado de certa situação, e nesse caso, a presença do aluno negro no ensino superior como subversão a uma estrutura elitista.

Uma espiral crescente: trajetórias de artistas negros/as nos cursos de Dança da UFSM

Es.pi.ral. Latim: spirālis

Substantivo feminino:

curva aberta que descreve várias voltas em torno de um centro.

Adjetivo:

enroscado como o caracol.⁵

Uma espiral, enquanto forma, nasce em relação a um centro. Consideremos aqui a minha trajetória como centro da espiral e é dela que irei desenrolar a presença dos corpos negros dançantes no campo artístico formativo da UFSM. Além disso, me debruço aqui na problematização dessas trajetórias, encarando a problemática da negritude. Sigo o movimento curvilíneo da espiral, por vezes me afasto e retorno a essas histórias e, por isso, encaro o meu processo formativo como o fio condutor deste trabalho.

Meus pés, que dançam desde a infância, caminharam para dentro de uma universidade pública através das cotas⁶ e realizaram o sonho de cursar uma graduação em Dança. No mesmo momento que inicio a graduação no Bacharelado, ingressa o primeiro homem negro na Licenciatura. Trazia em seu corpo denúncias de um trabalho corporal com capoeira e danças de matriz africana. A espiral crescente agora faz uma curva com muita força, pois com ele aprendi muito sobre militância negra, sobre ser artista negro e como fazer da arte uma via para o empoderamento.

Durante a graduação participei do projeto Negressencia⁷ que era também uma forma de agenciamento (BOURDIEU, 1983; ORTNER, 2007) dos sujeitos negros que faziam parte e

⁵ Significado retirado do site: <https://www.dicio.com.br/>

⁶ Sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 29 de agosto de 2012, a Lei 12.711/2012 é aplicada nos processos seletivos reservando vagas para o candidato egresso do sistema público de ensino médio e autodeclarado preto, pardo e indígena (PPI). Fonte: <http://www.planalto.gov.br>

⁷ “Negressencia: Mulheres Cujos Filhos São Peixes” foi um dos 45 projetos contemplados em todo o país com a bolsa Funarte de Fomento aos Artistas e Produtores Negros, pelo Edital de 2014 da Fundação Nacional de Artes.

sustentavam a sua realização. O Negressencia surge em diversas trajetórias como um agenciamento da permanência na Universidade e como um meio de criar um espaço que evidenciasse a negritude plural na Dança de Santa Maria/RS. Esse agenciamento ia afirmando e “escurecendo” com artistas negros os espaços públicos dentro e fora de Santa Maria/RS, marcando a história da negritude no Rio Grande do Sul como um todo.

Após participar do Negressencia, uma das intérpretes-criadoras que hoje cursa Dança-Licenciatura, percebeu que não existe um imaginário africano que une todos os negros do mundo e que considera a Bahia enquanto fonte de negritude. Entende que, na realidade, existe um forte apagamento da singularidade do negro brasileiro e da sua cultura nos outros estados brasileiros, principalmente no Rio Grande do Sul.

No Brasil, a identidade negra é calcada no fenótipo (NOGUEIRA, 2006), principalmente na forma dos lábios, do nariz e da estrutura capilar. Portanto, o tom de pele é um sinal de pertencimento a um grupo determinado esteticamente e, por isso, eis que surge mais uma curva potente para a espiral que estrutura esse relato. Percebo, pela análise reflexiva até então construída, que os dados apontam que alguns dos acadêmicos de ambos os cursos de Dança da UFSM se consideram como sujeitos pardos. Portanto, é possível entender que há sinais que configuram uma pessoa “mais negra” ou “menos negra” do que outra. Embora reconheçam familiares como “negros de verdade” ou “negros mesmo”, como seus pais, por exemplo, se reconhecem enquanto pessoas pardas. Esses sinais são considerados como diacríticos (BARTH, 2000; CARNEIRO DA CUNHA, 2009) e são características de um grupo que o identifica e o diferencia dos demais, sendo uma forma de vivenciar a negritude e manifestá-la ou de atenuar esses traços.

Outro ponto importante é que o processo formativo em Dança instrumentaliza os fazeres pedagógicos dos alunos refletindo diretamente na metodologia das aulas, tendo em vista que muitos alunos que estão na graduação trabalham ministrando aulas de Dança nas mais diversas modalidades: zumba, balé, danças de salão, pole dance, dança contemporânea, entre outras. Resignificar o papel do negro dentro da sociedade – como por exemplo, assumindo o lugar de professor – faz parte da força de todo um movimento que abandona o imaginário do negro isolado como incapaz e inferior.

Por outro lado, a realidade de ser estudante e trabalhador ao mesmo tempo torna a nossa jornada diária um tanto mais difícil. A exemplo disso, encaremos mais uma volta da espiral com algumas trajetórias que conheci, pois eu trabalhei durante toda a graduação e me sinto próxima dessas histórias.

Seja ministrando aulas de Dança em academias de musculação ou no Projeto Negressencia, sempre tive mais de um emprego em meio a aulas, apresentações, eventos, iniciação científica, projetos, entre outros compromissos acadêmicos. O privilégio de dedicar-se somente a graduação não faz parte da realidade da maioria dos jovens negros que fazem parte do meu universo de pesquisa. Um deles, inclusive, está finalizando a graduação no Bacharelado em Dança e narra as dificuldades que passou para conseguir emprego justamente pela sua cor de pele. Enquanto isso, muitos de seus colegas são sustentados pelos pais.

Trabalhar durante a graduação faz com que, muitas vezes, eu e muitos outros alunos negros, nos deparemos com escolhas entre trabalhar – muitas vezes com remuneração por hora/aula – e participar de qualquer atividade que seja fora do horário das aulas, calculados detalhadamente para fazer parte da rotina junto ao trabalho. Isso escancara que a permanência do sujeito negro na Universidade está inserida em uma estrutura que vai muito além do ingresso na graduação, diz respeito a condições sociais que extrapolam, inclusive, o alcance da minha própria pesquisa.

Dou mais uma volta na espiral e encontro com outras realidades próximas a minha: outros negros, após concluírem a graduação em Dança, também estão na pós-graduação. Assumo que há várias formas de (não) me entender como mulher negra me atravessaram durante a vida toda. A partir do intenso trabalho de consciência corporal no período formativo, ao final da graduação, me senti segura para abordar a temática étnico-racial em meus estudos, somando-se também a formação no Projeto Negressencia e hoje me encontro cursando mestrado. Ao meu lado, caminham, dançam, performam, pesquisam e sobretudo, lutam, outros artistas negros em cursos de mestrado e doutorado em diferentes áreas, como Educação, Artes da Cena e Artes Visuais.

Esse entendimento reforça o aspecto emancipatório do acesso ao ensino superior, principalmente quando este é voltado para o reconhecimento e a valorização do sujeito. Portanto, neste momento, me sinto forte. Olho pra trás, para toda a minha trajetória. Desde os

pés descalços que dançavam no hall da escola, aos olhares marejados quando segurei o diploma de formatura. Retomo as histórias que ouvi para dar conta de tantas voltas nessa espiral que, cresce e se lança no espaço, abrindo os caminhos de tantas outras trajetórias que serão dançadas nos cursos da UFSM.

As trajetórias compartilhadas aqui são consideradas de suma importância, pois produziram e produzem diferentes representações de negritude que vão se entrelaçando às minhas para tecermos uma rede de trajetórias dançadas. Nós, enquanto sujeitos, somos bailarinas e bailarinos negros que dançam, que transitam pelo campus, pelos becos, pelas comunidades, pelas escolas, pelos grupos e companhias... E são as referências culturais dos nossos cotidianos que estão imbricadas em nossos corpos, criando narrativas históricas dançadas.

Assim, a presença de sujeitos até então impedidos de sentar nos bancos universitários questiona e redimensiona as ideologias, as teorias e as metodologias que sustentam e que desenvolvem a produção de conhecimento, seja ele acadêmico, científico, tecnológico e artístico.

O trabalho etnográfico me permitiu conhecer, registrar e valorizar outras histórias e por meio desse trabalho, além de compartilhar essa narrativa espiralada, quero evidenciar a vulnerabilidade expressiva pertinente à disparidade entre as populações negra e branca. Eis então a minha problematização sobre a disparidade histórica mantida ano após ano como marca de um processo colonial que insiste em se manter no poder.

Reconhecendo os inegáveis avanços conquistados até aqui, ainda restam muitos desafios aos que virão depois de nós, pois os artistas negros que farão parte da comunidade universitária ainda enfrentarão problemas advindos da dolorosa integração do negro no contexto ainda hoje estruturado de maneira elitista. Para eles, toda a nossa força.

Palavras-chave: Trajetória; Identidade Negra; Dança.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. *In: O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica *in* AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática *in* ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bordieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Revista Tempo Social**. V. 19 n. 1. São Paulo. Novembro, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf> Acesso em: Novembro/2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento. Coleção Feminismos Plurais, 2017.

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. **O que é Etnocentrismo**. 11 ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2002.

ESCRITOS DE RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE DA IMPRENSA NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL

Guilherme Pedroso¹
Franciele Oliveira²
Taiane Anhanha³

Resumo: O presente trabalho é parte de um esforço coletivo do Grupo de Estudos sobre pós-Abolição (GEPA)⁴ da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para com a localização e

¹ Graduando em História - Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA-UFSM). Bolsista PIBIC/CNPq. Email: Guilhermepedroso.v@hotmail.com.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA-UFSM). Bolsista CAPES. Email: Franciele.r.oliveira@gmail.com.

³ Graduanda em História - Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA-UFSM). Bolsista da Residência Pedagógica/ CAPES. Email: Taiane3@hotmail.com.

⁴ O GEPA é um grupo de estudos que visa reunir pesquisadores e demais interessados nas problemáticas que envolvem o contexto da escravidão e do pós-Abolição no Brasil. Foi criado em março de 2016, por alunos da graduação e pós-Graduação em História, sob Coordenação do Prof. Dr. Luís Augusto Farinatti. Atualmente o grupo possui 22 membros e a coordenação interna é compartilhada entre estes.

preservação dos jornais da imprensa negra de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o grupo lançou em fins de 2018, a “Campanha de preservação dos jornais da Imprensa Negra”, que tem como objetivo preservar a história e memória dos sujeitos que foram agentes históricos da imprensa negra, fazendo de suas vidas, trajetórias de resistências que o grupo tenta evidenciar. Assim, nesta comunicação pretende-se, como fruto das reflexões e trabalhos do grupo, fazer uma breve discussão acerca dos conceitos de imprensa negra, bem como analisar a sua presença no Rio Grande do Sul desde o século XIX.

Das leituras realizadas sobre a *imprensa negra* brasileira e riograndense⁵, procuramos evidenciar pontos importantes em torno do conceito/experiência. Neste sentido, a dissertação de Ana Flávia Magalhães Pinto, sobretudo, tornou-se uma referência nas pesquisas sobre tal imprensa e seus intelectuais. Em *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833 -1899)*, a autora reconhece a atuação da imprensa negra brasileira no século XIX, identificando os jornais da época, compreendendo-os como importantes fontes dos processos de construção de identidade destas pessoas, sobretudo, homens negros livres, que ainda conviviam com a escravidão e no pós-Abolição⁶. A autora já apresentava suas reflexões focada na *liberdade* de homens negros no século XIX, o que também fora desenvolvido com maior profundidade em sua tese, hoje livro⁷. A historiadora observava a agência destes, através das palavras, suas representações e concepções, sendo a imprensa negra fundamental na denúncia do racismo e na defesa de igualdade, desde aquele momento. Ana Flávia Magalhães Pinto nos prova olhar para essa imprensa negra combativa às desigualdades raciais no século XIX, permitindo perceber a atuação negra livre, reconhecer as intelectualidades negras e suas identidades e, de igual forma, em luta por direitos. Ampliando-se, portanto, os espaços de

⁵ Referimo-nos a Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006); Ana Flávia Magalhães Pinto (2006, 2010, 2014, 2018); Petrônio Domingues (2018) e José Antônio dos Santos (2011).

⁶ Entre os títulos abordados pela autora estão: *O Homem de Côr* ou *O Mulato*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*, do Rio de Janeiro, em 1833; *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, de Recife, em 1876; *A Pátria – Orgam dos Homens de Côr*, de São Paulo, em 1889; *O Exemplo*, de Porto Alegre, de 1892 e *O Progresso – Orgam dos Homens de Côr*, também de São Paulo, em 1899.

⁷ Ana Flávia Magalhães Pinto (2014) dedica-se a compreender as experiências de homens negros, sobretudo, atuantes na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. O texto torna-se livro em 2018, publicado pela Editora Unicamp, intitulado *Escritos da liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. No lançamento do mesmo em Porto Alegre, em 15 de junho de 2019, a autora defendeu, inclusive, o desafio que a intelectualidade negra nas universidades tem enfrentado, justamente, ao propor e tensionar reflexões e percepções das vivências negras para além do lugar de escravização e subordinação.

atuação destas resistências negras. Haja vista, inclusive, que muitos destes jornais, desde 1833, já colocavam sua identidade racial, afirmando-se enquanto *homens de cor*⁸.

Ao contrário do que muitos pudessem imaginar, uma defesa ampla da liberdade e direitos ganha evidência nos jornais da imprensa negra no período pós-Abolição, tratando-se, pois, de sujeitos que vivenciavam as contradições de uma liberdade precária, em que pessoas negras continuavam sendo discriminadas. Jornais negros no pós-Abolição pautavam, portanto, os ideais de liberdade, democracia e igualdade, que a República prometia incorporar. Não passivos a realidade vivida, o preconceito racial com que eram tratados, diariamente, passava assim ser exposto nas páginas dos jornais.

De igual forma, a tese de José Antônio dos Santos (2011) tornou-se fundamental aos nossos estudos. O autor trouxe questões importantes para a sistematização do que se entende enquanto *imprensa negra meridional* ou *imprensa negra sul-rio-grandense*. Tendo como principais fontes os jornais negros do Rio Grande do Sul, produzidos entre 1892 e 1930, Santos procurou refletir sobre a atuação política da população negra no estado a partir destes, o que impactou suas mobilidades sociais. Para ele, jornalistas e redatores da imprensa negra ocupavam “lugares sociais de lideranças étnicas, que definiram as estratégias de superação do racismo e preconceito” (Ibid., p.8). Santos (2011) aponta ainda que os jornais negros produzidos no Rio Grande do Sul iniciaram suas atividades no imediato pós-Abolição, feitos por sujeitos que circulavam pelas cidades, interagindo como pessoas diversas, constituindo, assim, uma atuação que os permitia o “entendimento da realidade em que viviam e se posicionavam na arena das disputas políticas, simbólicas e de representação” (Ibid., p.12)⁹. Ao observar a produção destes jornais, seus conteúdos e protagonistas, Santos estabeleceu uma caracterização da imprensa negra gaúcha, tornando possível refletir sobre como intelectuais negros lidaram com a realidade pós-Abolição no sul do país e seus significados da liberdade. Identificando particularidades, mas, sobretudo, aproximações.

⁸ Revisões bibliográficas sobre a imprensa negra na historiografia e o uso da imprensa negra como fonte encontram-se melhor detalhadas em: Pinto (2006; 2010; 2014; 2018); Santos (2003; 2011); Santos (2007); Perussatto (2018).

⁹ Os jornais estudados pelo autor foram *O Exemplo* (1892- 1930) e *A Tesoura* (1924-1925), de Porto Alegre; *O Astro* (1927-1928), de Cachoeira do Sul; *A Liberdade* (1919 - 1925), de Bagé; *O Succo* (1922), de Santa Maria⁹ e *A Hora* (1917 – 1934), de Rio Grande.

No capítulo *Jornais negros: órgãos críticos e noticiosos*, o autor deteve-se na identificação de elementos que ajudaram na caracterização dos jornais da imprensa negra meridional, definindo particularidades e semelhanças. Interessa-nos, sobremaneira, o esforço do autor em definir *o que e porque* compreende como exemplares da imprensa negra sul-riograndense. Assim, nos parece fundamental a caracterização realizada pelo autor, que destacou 5 *elementos-chave* presentes na imprensa negra gaúcha:

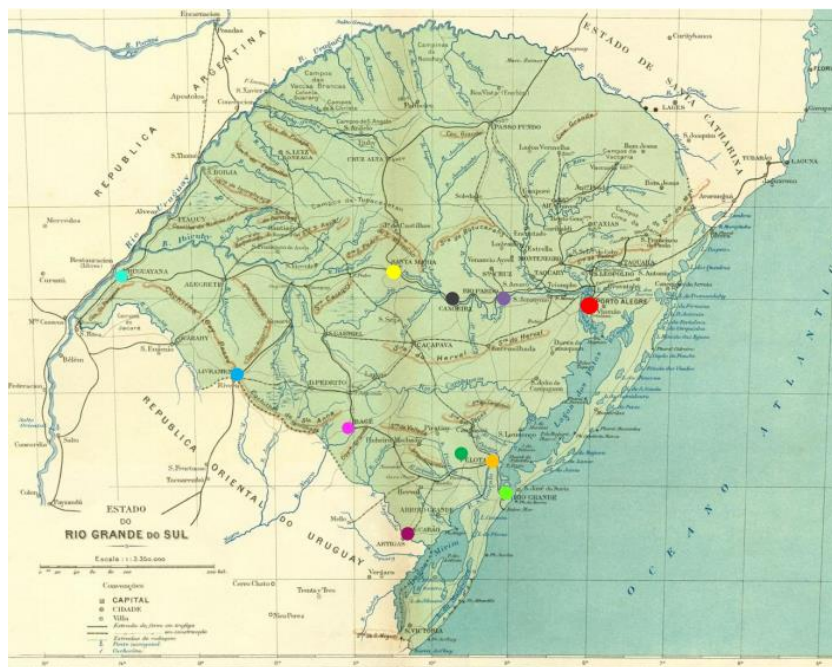
Primeiro, os periódicos eram fundados, escritos e mantidos por pessoas que se auto-identificavam como negras ou que se colocavam como muito próximas deste meio; Segundo, tinham como leitores e alvos prioritários das publicações, embora muitas vezes não fossem os únicos, a população negra; Terceiro, os jornais divulgavam assuntos de interesses dos negros e eram reconhecidos pelos leitores como defensores das suas questões; Quarto, alguns redatores dos jornais mantinham contatos próximos entre si, trocavam exemplares e autorreferenciavam-se como “co-irmãos” que “colima[vam] o mesmo ideal pelo qual nos batemos”; Quinto, todos esses aspectos eram, de forma recorrente, divulgados pelos jornais de maior circulação. As publicações negras e os seus principais responsáveis eram representados na “grande imprensa”, quando dos lançamentos ou pela passagem das datas comemorativas das fundações, como pertencentes àquela parcela populacional. (SANTOS, 2011, p. 108).

Santos (2011) indicava ainda a necessidade de compreender as redes de relações tecidas entre os membros da imprensa negra e a população em geral. Atentava, também, para os aspectos de produção dos jornais e seus territórios de circulação. Em linhas gerais, defendia as particularidades de cada produção, variando conforme as realidades locais, mas também definia elementos comuns, colocando, sobretudo, que as linhas editoriais dos jornais negros pautavam-se pela “crítica aos comportamentos de alguns negros e aos costumes preconceituosos das cidades em que circulavam, bem como pela divulgação das notícias que interessavam à população negra gaúcha” (Ibid., p.109).

A partir destes e outros diversos estudos sobre os protagonismos e experiências negras no pós-Abolição, surge o mapeamento das cidades, jornais negros e da imprensa negra no Rio Grande do Sul, elaborado pelo GEPA com base na bibliografia, como mostra o mapa a seguir¹⁰:

¹⁰ Fontes e considerações do Mapa em ANEXO.

Mapeamento inicial das cidades (11) e jornais (46) negros e da imprensa negra do Rio Grande do Sul, localizados no Mapa do Rio Grande do Sul, de 1923.



- **Porto Alegre:** *O Judas* (1886)*; *A Tesoura* (1891)*; *A Navalha* (1891)*; *Alvorada* (1891)*; *O Exemplo* (1892); *A Liberdade* (1921); *A Tesoura* (1924); *O Tição* (1978); *Folhetim do Zaire* (1982); *Cruzeiro do Sul* (1926); *O Portoalegrense* (?)****.
- **Rio Pardo:** *O Vergalho* (1925).
- **Cachoeira do Sul:** *O Astro* (1927).
- **Santa Maria:** *O Rebate* (1919); *O Succo* (1921); *O Vaqueano* (?); *O Tigre* (?); *A Voz do 13* (1965).
- **Uruguai:** *O Incentivo* (?)**.
- **Santana do Livramento:** *A Navalha* (1931).
- **Bagé:** *Rio Branco* (1913); *O Imparcial* (1916)*; *A Liberdade* (1919); *A Defeza* (1920); *O Carteiro* (1921); *A Tesoura* (1922); *O Palmeira* (1922); *O Rouxinol* (1924); *A Revolta* (1925); *O Teimoso* (1928); *O Boato* (1929); *Lampeão* (1934); *Correio Elegante* (1936) ****; *O Arauto* (1936); *Socega Leão* (1937); *O 28 de Setembro* (1937); *A Penna* (?)**; *O Guarany* (?)**; *O Espião* (?)**.
- **Pelotas:** *A Voz do escravo* (1881)***; *O Ehtiópico* (1886)***; *A Alvorada* (1907); *A Cruzada* (1905).
- **Rio Grande:** *A Hora* (1917).
- **Capão do Leão:** *A Gazetinha* (?)****.
- **Jaguarão:** *O Jaguareense* (?)****.

A procura dos jornais de Santa Maria, o GEPA dá um passo atrás (no tempo) a fim de obter uma visão mais abrangente do fenômeno imprensa negra sul-rio-grandense. Assim, chegamos não só ao mapeamento de 5 jornais localizados em Santa Maria (até o momento), mas ao número total de 46 jornais, localizados em 11 cidades do estado. Nota-se que, ainda que

os jornais mais antigos tenham sido localizados nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, é a cidade de Bagé que detém o maior número de jornais da imprensa negra, possuindo 19 dos 46 jornais, totalizando 41% da imprensa negra mapeada até o momento.

Os jornais mais antigos da imprensa negra gaúcha, mapeados até o momento, foram criados na década de 80 do século XIX. Destes, muitos levantaram interessantes questionamentos sobre suas caracterizações, uma vez ligados à causa abolicionista, portanto, caracterizados pela historiografia enquanto jornais abolicionistas e não jornais da imprensa negra.

A maior parte da imprensa negra presente nesse mapeamento surgiu e foi caracterizada no período do pós-Abolição, sendo os mais antigos deste período, criados em 1891 e 1892. Percebe-se, também, que quase metade da imprensa negra mapeada até o momento está localizada na fronteira entre o Brasil, Uruguai e Argentina. Totalizando 48%, ou seja, 22 dos jornais negros gaúchos localizam-se entre as cidades de Uruguaiana, Santana do Livramento, Bagé e Jaguarão.

Uma boa parte dos jornais (39% do total mapeado) se localiza no centro-oeste, no centro-leste e na região metropolitana do Rio Grande do Sul, como em Santa Maria¹¹, Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Porto Alegre, com 18 jornais. Em menor número, mas não menos importante, a região Sudeste do estado concentra a menor quantidade de jornais mapeados até então nas cidades de Pelotas, Capão do Leão e Rio Grande, com 6 jornais da imprensa negra.

A partir da bibliografia levantada e das reflexões propostas pelas pesquisas em história social da escravidão e liberdade, sobretudo no pós-Abolição, foi possível deslocar o nosso olhar para as realidades negras no Rio Grande do Sul, com o lançamento da Campanha e o mapeamento da imprensa negra no estado. Sendo assim, essa comunicação procurou concretizar um breve mapeamento dos jornais da imprensa negra no estado, contabilizando 46 jornais, concentrados em 11 cidades. Compreender e reconhecer a existência desta imprensa e as questões que a envolvem, é ouvir vozes negras esquecidas e, muitas vezes, subestimadas.

¹¹ Para ver mais detalhadamente sobre os jornais da imprensa negra de Santa Maria, ver: OLIVEIRA, Franciele Rocha de; LIMA, Taiane Anhanha; PEDROSO, Guilherme. A “fim de combater estultos preconceitos de raça” nasce a imprensa negra em Santa Maria, em 1919: levantamento dos jornais, a partir da campanha de preservação dos jornais da imprensa negra. *Anais... 9º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*. 2019, Florianópolis/SC.

Além disso, é colaborar para ruptura de estereótipos sobre estes sujeitos, que também tinham suas epistemologias, conhecimentos, intelectualidades e se colocavam a serviço dos seus iguais, na defesa e de suas liberdades, cidadania e no combate à desigualdade racial.

Palavra-chave: Imprensa Negra; Jornais; Pós-Abolição.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. 1ª Ed. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Imprensa Negra. In: **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos** / Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833 -1899)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
ANA

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. 1ª Ed. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos da Liberdade: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa**. 1ª Ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2003.

SANTOS, Roberto dos. **Pedagogias da negritude e identidades negras em Porto Alegre: jeitos de ser negro no Tição e no Folhetim do Zaire (1978/1988)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil. Canoas, 2007.

ANEXO – FONTES E CONSIDERAÇÕES DO MAPA

*Alguns dos jornais destacados foram encontrados no projeto, vinculado ao Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, assinado por Renata Andreoni, que reúne os jornais da imprensa negra do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://afro.culturadigital.br/imprensa-negra-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em 17 de março de 2019. É necessário apontar, contudo, que não sabemos os critérios da pesquisadora para a classificação dos jornais como pertencentes a imprensa negra gaúcha. Não encontramos estudos específicos para estes jornais, que inclusive contrariam a percepção de que *O Exemplo* é o jornal pioneiro da imprensa negra do RS.

**Tiago Silva (2018) ao tratar dos co-irmãos do Jornal *O Palmeira*, cita as trocas feitas ainda com os seguintes jornais, que acreditamos ser da imprensa negra.

*** Os jornais são abordados por Beatriz Ana Loner (1997), Fernanda Oliveira da Silva (2010) e Mariana Couto Gonçalves (2014). Ambos são associados à causa abolicionista e tiveram entre os mantenedores e idealizadores homens negros. Ainda temos dúvidas sobre a caracterização destes enquanto jornais da imprensa negra do RS. Haja vista os critérios colocados por Santos (2011) e outros pesquisadores para tal caracterização, além do fato de não serem constituídos majoritariamente por pessoas negras, não serem voltados para tais comunidades, especificamente, e nem expressarem esta identidade de si próprios. De qualquer maneira optamos por registrá-los neste mapa.

**** Estes jornais estão disponíveis na Biblioteca Pública de Pelotas, referentes ao período de 1931 a 1957. As informações sobre estes foram apresentadas por Ângela Pereira Oliveira, a quem somos gratos.

Fonte: Beatriz Ana Loner (1997; 2005; 2007; 2008; 2011; 2013); Liane Müller (1999; 2013); Ana Flávia Magalhães Pinto (2006; 2010; 2014); José Antônio dos Santos (2003; 2011); Roberto dos Santos (2007); Maria Angélica Zubarán (2006; 2008; 2016); Felipe Böhrer (2014; 2016); Fernanda Oliveira da Silva (2010; 2011; 2017); Jéssica Nobre Maria (2014); Fernanda Oliveira da Silva; Melina Kleinert Perussatto, Rodrigo de Azevedo Weimer e Sarah Calvi Amaral Silva (2016); Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2014; 2016); Maria Angélica Zubarán; Bianca Salazar Guizzo (2015); Maria Angélica Zubarán; Juliana Ribeiro de Vargas (2015); Paulo Staudt Moreira (2011; 2014); Franciele Rocha de Oliveira (2016; 2017); Ângela Pereira Oliveira (2017); Giane Vargas Escobar (2017); Tiago Rosa da Silva (2018), Melina Kleinert Perussatto (2018), Aline Sônego (2018); Mariana Couto Gonçalves (2013; 2014). O mapa do Rio Grande do Sul de 1923 encontra-se disponível em: <<https://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/mapas-rs.htm>>. Acesso em 17 de março de 2019.